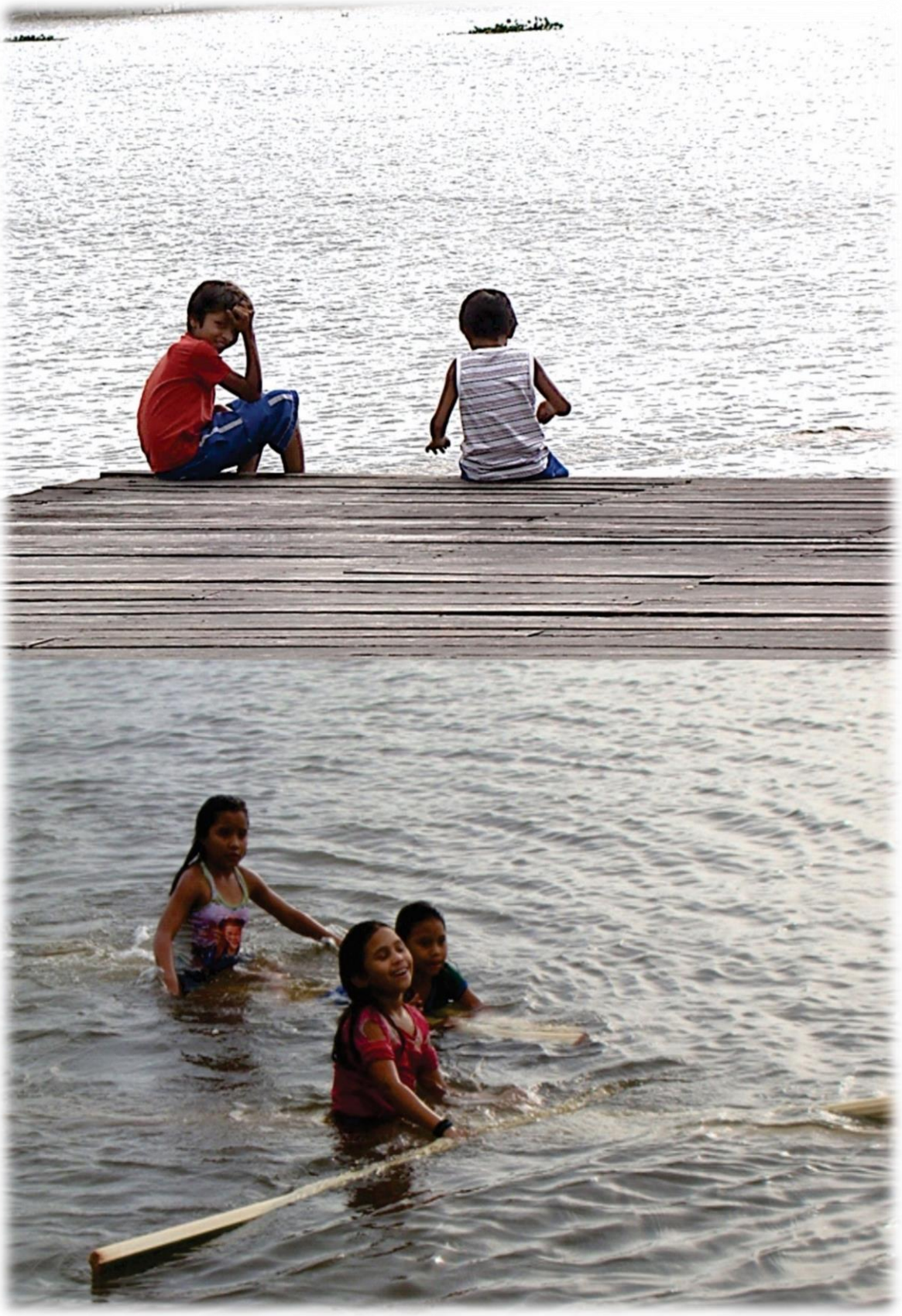


PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Educação

A INFÂNCIA DA AMAZÔNIA MARAJOARA:
sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA

Belo Horizonte
2018

Simei Santos Andrade

A INFÂNCIA DA AMAZÔNIA MARAJOARA:
sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Magali dos Reis

Coorientador: Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves

Área de concentração: Educação Escolar e Profissão Docente.

Belo Horizonte
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Andrade, Simei Santos
A553i A infância da Amazônia Marajoara: sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da vila do Piriá - Curralinho/PA / Simei Santos Andrade. Belo Horizonte, 2018.
571f.: il.

Orientadora: Magali dos Reis
Coorientadora: Laura Maria Silva Araújo Alves
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Infância - Amazônia - Aspectos sociais. 2. Etnologia. 3. Educação de crianças. 4. Sociologia educacional. 5. Criatividade (Educação). 6. Cultura - Estudo e ensino. I. Reis, Magali dos. II. Alves, Laura Maria Silva Araújo. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 362.74
Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito– CRB 6/2999

Simei Santos Andrade

A INFÂNCIA DA AMAZÔNIA MARAJOARA:
sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação Escolar e Profissão Docente.

_____
Profa. Dra. Magali dos Reis - PUC Minas (Orientadora)

_____
Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves - UFPA (Coorientadora)

_____
Profa. Dra. Vânia de Fátima Noronha Alves - PUC Minas (Membro interno)

_____
Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira – PUC Minas (Membro interno)

_____
Prof. Dr. Jader Janer Moreira Lopes - UFJF (Membro externo)

_____
Prof. Dra. Lisandra Ogg Gomes – UERJ (Membro externo)

_____
Profa. Dra. Stela Maria Fernandes Marques – PUC Minas (Suplente)

_____
Profa. Dra. Ana Paula Braz Maletta - UEMG (Suplente)

Belo Horizonte, 9 de maio de 2018.

Ao meu pai, Raimundo Rodrigues dos Santos (in memoriam);ainda ouço tua voz chamando "Meioca", "Mei", "filha". As brincadeiras, a de que mais gostava era a de dançar em cima do teus pés. À voz silenciou, mas as palavras que marcam ainda hoje minha memória e meu coração estão presentes na escrita desta tese.

À minha mãe, Raimunda Amorim dos Santos, a Dica, nos altos dos seus 84 anos nos impulsionou a realizar esta investigação em plena floresta Amazônica, sempre dizendo: "Vai, menina, fazer tua pesquisa, não é isso que tu queres? Faz o que o teu coração manda!"

Ao Yuri, meu filhão, o melhor de mim.

À memória da tia Francisca, tia Chica, tia Chicota, tia Baixinha.., tantas tias que existiam numa só.

Ao meu irmão Emerson, teu amor incondicional foi fundamental para chegarmos até aqui.

À minha irmã, Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos, nossas discussões noites adentro foram valiosas nessa construção.

À minha família paraense-amazônida-brasileira-inglesa - Ezequias (Nego), Dalva, Gabi e Rafael –antes de nós, vocês acreditaram que tudo daria certo.

Às crianças ribeirinhas amazônidas, que remando rio abaixo, rio acima para realizar as mais simples atividades cotidianas mostram sua força e a sapiência de viver num território marcado por tantas desigualdades sociais, mas também um lugar de resistência e que precisa ter uma outra história, contada e escrita por muitas bocas e muitas mãos - talvez pelas crianças tão ávidas a dizer deste lugar - a Amazônia, a Amazônia Marajoara.

AGRADECIMENTOS

“[...] Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei

[...] Todo mundo ama um dia
Todo mundo chora
Um dia a gente chega
E no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
De ser feliz [...].
Música: Tocando em frente
Autores: Almir Sater e Renato Teixeira

Ao final de mais um capítulo dessa jornada chamada vida, o sentimento que aflora está nos versos dessa canção. Choramos, rimos, amamos e às vezes sofremos também, mas tudo isso “compõe a nossa história” e, ao término dessa etapa nos tornamos mais fortes, não sei se aprendemos mais ou menos coisas, talvez tenhamos aprendido outras coisas, uma delas é a certeza que “carregamos o dom de ser capaz, de ser feliz”, e só foi possível porque partilhamos esse dom com vocês. Obrigada por se importarem comigo!

Deus, sem a tua força e sabedoria me direcionando não chegaria até aqui. Obrigada pela bondade, pela tua graça que nos alcançou.

Ao Afrânio Andrade pela contribuição durante o desenvolvimento da pesquisa e correções do texto final desta tese. Grata.

Aos meus irmãos, mesmo com todos os percalços que a vida nos impõe, sei que faço parte da vida de vocês. Amo a todos.

Aos meus cunhados(as), primos(as), tios(as), obrigada pela torcida de todos.

Aos meus sobrinhos, em especial Bruna, Valentina, Calebe e Victor, olhar para vocês me inspirou a seguir na pesquisa com as crianças.

À Amanda, o zelo com que você cuida de sua família nos alivia o peso de não estar perto de vocês. Obrigada por cuidar de nossa cria.

À minha orientadora Magali dos Reis, pelo acolhimento durante a realização do curso e respeito com minha maneira de escrever e expor minhas ideias. Os caminhos do conhecimento percorridos foram todos válidos e entranharam no corpo como a essência do jenipapo que ao ser passada na pele penetra e deixa marcas,

porém, com o tempo se transformam e as marcas antes de traços fortes vão ficando leves até desaparecerem e ficam marcadas só na alma.

À minha coorientadora Laura Maria Silva Araújo Alves, as palavras ditas sempre produzem reflexões, foi este o maior feito de nossos momentos de orientações ou mesmo de descontrações. Obrigada por ter aceito esse desafio e de ver nele um grande momento de expansão das pesquisas na área da infância no Norte do Brasil. Minha eterna gratidão.

Ao Raimundo Nonato Barbosa Pantoja e família, grande parceiro que possibilitou minha inserção na Vila do Piriá, dentre as muitas profissões que exerce, a de piloto de embarcação foi a que nos ajudou no ir e vir para a comunidade pesquisada. Nonato, sempre disposto e disponível a nos atender quando precisávamos. Além do que foi uma unidade doméstica que contribuiu na investigação. Obrigada amigo.

Ao Dinho (Edivan Pinheiro) e sua família, amigos sempre presentes, pela guarida e torcida pela finalização da tese.

Ao amigo Som (Raimundo dos Anjos - in memoriam); você se foi, mas suas intercessões ao Pai Celestial em favor de minha família permanecem nos abençoando. Obrigada pelo carinho e atenção dedicado a mim, ao Afrânio e ao Yuri durante o tempo que nossa convivência foi permitida por Deus.

Ao Padre João Crisóstomo, pela partilha e reflexões nesses dias de desafios pelos quais passa nosso país.

Ao Pr. Pompeu Galvão e Raquel Galvão pelo carinho e orações em nosso favor.

Ao seu Ivail Araújo e dona Ijacilene Araújo, pelo respaldo em recomendar nosso nome e nossa pesquisa aos seus parentes residentes na Vila do Piriá, pelo quais fomos recebidos com carinho e esmero. Agradecida de coração.

Ao seu Luiz Otávio Arnaud e Ida Gaia, pelo acolhimento durante a pesquisa de campo na Vila do Piriá, o apoio de vocês foi fundamental para que conseguíssemos realizar todos os passos programados da investigação com as crianças. Grata por tudo o que vocês proporcionaram a nós no período em que ali estivemos.

Aos queridos Ijaquelson Gaia (Parente) e Taynara Gaia, pela amizade que nos une. A receptividade e a alegria de nos receber no lar de vocês fez toda a diferença nos dias em que estávamos longe de casa. Não temos palavras para

agradecer quão bom foram os dias em que rimos e brincamos de coisas tão simples – coisas da vida - coisas do dia a dia, nada de especial, sendo tudo especial.

Ao casal Renato Ribeiro e Irene Pureza pela alegria em nos receber na Vila do Piriá.

À Marcia (Marcinha), moradora e auxiliar de laboratório do Posto de Saúde da Família da Vila do Piriá, sempre cuidadosa conosco e com um cafezinho e um pãozinho quentinho para nos oferecer no nosso vai e vem na comunidade. Obrigada pelo carinho.

À gestora Arinéia Conceição, gestora no período de 2013 a 2016, servidores de apoio e professores do CMEI Canto do Saber, pelas informações e acolhimento durante a realização da coleta de dados.

À professora Kelle Breoton, que muito nos auxiliou na coleta de dados. Obrigada pela dedicação.

À coordenação pedagógica, professores, secretária Nilcilene Fernandes e aos servidores de apoio da EMEF Maria das Dores Sá, por terem aberto as portas da escola para que pudéssemos realizar os levantamentos dos dados necessários quanto ao número de alunos matriculados na escola e os demais atendimentos oferecidos pela instituição.

Aos servidores do Posto Saúde da Família (PSF) da Vila do Piriá por todas as informações que nos permitiram acessar durante a pesquisa de campo, nosso muito obrigado.

Aos pais e responsáveis pelas crianças participantes da pesquisa, por permitirem o uso das imagens e a utilização dos nomes reais das crianças para fins de divulgação científica da pesquisa. Obrigada a todos vocês.

À dona Vicentina Barros (in memoriam), à dona Edvirgens de Moraes, ao Professor Ely Chaves, ao senhor Milton Bordallo, à dona Eunice e ao senhor Maia, pelas contribuições durante a pesquisa de campo. Gratidão pelas horas de conversas sobre a Vila do Piriá.

Às igrejas evangélicas e católica pelo apoio durante a realização da pesquisa.

À comunidade em geral da Vila do Piriá por ter nos permitido adentrar este espaço, nos mostrando o valor da vida na simplicidade das histórias, dos causos, no olhar de quem fica um tempo observando o barco sumir no rio, ou na maré que sobe e desce. A vocês que já fazem parte da nossa história, meus sinceros agradecimentos.

Ao Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) na pessoa do Diretor Agenor Sarraf Pacheco e das servidoras Sandra Lúcia Amaral e Andréa Torres, por toda a pesquisa documental realizada nessa instituição e pelo apoio técnico recebido.

À Biblioteca Municipal Jorge Gomes de Carvalho, de Curralinho, na pessoa da funcionária Francy, que gentilmente nos cedeu vários acervos fotográficos dos eventos do município.

Às Secretarias Municipais de Educação e Saúde de Curralinho, pelas informações relativas aos dados do censo escolar e número de atendimentos na área da saúde no município.

Ao Conselho Tutelar de Curralinho pela disponibilidade em nos receber e responder nossas dúvidas e inquietações sempre que surgiam em nossas caminhadas pelo município.

Ao senhor Raimundo Luís Santana da Silva (Tião), pelo acervo de fotografias antigas digitalizadas de Curralinho.

Ao senhor Boanerges Nunes Lobato, que mui gentilmente nos cedeu um acervo de fotografias da Vila do Piriá da segunda metade do século XX, e que numa entrevista emocionante nos contou a sua história naquele lugar. Sua contribuição foi essencial na produção do texto final desta tese. Obrigada pela sensibilidade de trazer um pedaço de você a esta obra com uma alegria inigualável que se juntou a tantos outros pedaços que foram aqui costurados.

Ao Tales Queiroz, por sempre nos ajudar durante a realização do doutorado, contribuindo significativamente para que pudéssemos participar dos eventos científicos em várias regiões do Brasil. Gratidão.

Ao IBGE/PA, na pessoa dos servidores Maria Maciel e Victor Reis, por toda a assistência nos levantamentos dos dados relativos à Região do Marajó e especificamente do município de Curralinho e Vila do Piriá. Obrigada pelo suporte técnico.

Ao Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG), da Faculdade de Geografia da UFPA, pela elaboração dos mapas que constam nesta tese.

Ao Programa de Pós-Graduação da PUC Minas, na figura dos professores Magali dos Reis, Lorene dos Santos, Mariana Veríssimo, Teodoro Zanardi, Vânia Noronha, Stella Marques, Carlos Roberto Jamil Cury, Mário Cleber Lana, Sandra Pereira Tosta, Maria Auxiliadora M. Oliveira, Simão Pedro Marinho e Luzia Werneck. Obrigada pela convivência, aprendizado e companheirismo no tempo

que passamos em Belo Horizonte e pelo acalento nos dias de frio, quando a saudade do nosso chão ficava maior. Nossa reverência a todos vocês.

Aos meus colegas da PUC Minas que se tornaram amigos para sempre, em especial à Mayrla Andrade, minha parceira de sempre, risos e lágrimas foram essenciais para vencermos o desafio de morar tão distante do nosso território, obrigada pelo ombro amigo; à Luciete, a garota espalhafatosa que amo; à Ana Consuelo (Aninha), moça delicada por demais; à Ana Paula Maletta, adoro esse seu jeito de ser mineira; ao Ailton e Edson, vocês foram muito companheiros; Altamiro (Cabeção), pense num cara pra lá de legal - você; à Thais, que nas suas viagens pelo mundo nos leva junto a tantos lugares; ao Newton Tomazzoni, sua força nos fez chegar até o fim; Gisele Boucherville, você é guerreira demais; e aos novos amigos doutorandos Thiago Oliveira e Marcelo Isidório, que chegaram e ficaram nos nossos corações. Aos meninos e meninas do Mestrado: Adriano Ferreira, garoto inteligente; minha Alice Cornélio, nunca esquecerei seu sorriso; Débora Siqueira, a menina que insiste em ser feliz, você é o máximo; Silene Veloso, suas palavras sempre carinhosas acalmaram nossos corações nos dias de saudades; Anísia Silva, carinho nunca faltou a nós da sua parte; Eliane Alves, amei saber de você; Adriana Gomes, nossa poetisa; Lenir Pimenta, sua voz sincera nos encantou; Manu Bezerra, você é simplesmente linda; Danielle Vasconcelos, Danielle Ferreira e Daniella Ricieri, as minhas sorridentes e brincalhonas Danis; Lucy Efisc, você é muito competente no que faz; Vanda Arantes, pense numa moça compromissada com a educação é você; Shahla Albuquerque, Congonhas/MG sem você não é a mesma coisa; Wanderson Cleres, você é muito do bem; Márden Ribeiro, adoro o seu jeito de ser – SER Humano Márdem.

Ao Núcleo de pesquisa Social: Teoria Crítica da Sociedade, Cultura e Infância (NUPES), pelas discussões coletivas que possibilitaram novos olhares para a investigação com crianças em realidades e regiões diferentes do Brasil.

Ao Grupo de Pesquisa ECOS, do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA), por possibilitar partilhas sobre as muitas infâncias da Amazônia, serei eternamente grata a todos os componentes do Mestrado e do Doutorado.

Ressalto a minha gratidão à CAPES pela bolsa de doutorado, o auxílio financeiro foi essencial para o cumprimento de nossas obrigações junto à PUC Minas.

Aos meus parceiros da Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA), por entenderem a necessidade de nossa qualificação profissional no sentido de contribuirmos nos cursos básicos, técnicos, de graduação e pós-graduação de nosso Instituto, em especial de nossa Escola. Obrigada pelo carinho.

Aos professores doutores da banca de qualificação e defesa que me auxiliaram na condução e organização dos caminhos desta pesquisa: Magali dos Reis (PUC Minas), Laura Maria Silva Araújo Alves (UFPA), Vânia de Fátima Noronha Alves (PUC Minas), Amauri Carlos Ferreira (PUC Minas),Jader Janer Moreira Lopes (UFJF), Levindo Diniz Carvalho (UFMG) e Lisandra Ogg Gomes (UERJ). Obrigada pela exigência do rigor científico na tese, mas também pela leveza no trato com os sujeitos e os saberes do povo amazônida.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação da PUC Minas, Valéria de Ermelindo, Sirlane Rodrigues e Cristiane Mara, pelo carinho com que sempre nos receberam e atenderam nossas solicitações; meninas, a competência está em vocês.

À Aparecida, Wander e Dona Piedade, por nos acolherem em seus lares quando precisamos de abrigo e colo. Valeu por todos os momentos compartilhados.

À Mônica Chrys Silva e equipe, a melhor personal trainer do mundo, pela força e incentivo sempre - "vem malhar cara de pauuuu, estou te esperando" - com todo esse carinho.

Ao Dr. Hélio Martins, por proporcionar uma infraestrutura para que a pesquisa de campo fosse realizada. Nossos mais sinceros agradecimentos.

Ao meu amigo, Prof. Dr. Alexandre Valente, obrigada pelos conhecimentos partilhados e pelo ser humano que és. Essa tese também tem tua contribuição.

À Comunidade Evangélica Integrada da Amazônia – CEIA, na pessoa do Pr. Jedilson Rodrigues, por todo o apoio e orações durante o percurso do doutorado.

Às células Anunciando Boas Novas, Anunciando Boas Novas Kids e Transformados, pelas orações, carinho e condução das células, quando da nossa ausência. Obrigada.

Aos nossos Pastores Supervisores Hélio e Edinha Martins e nossos supervisores de células Manoel Cardoso e Marilda Alves, por compreenderem o quanto esse momento era importante para nossa vida profissional e também pela atenção dispensada às nossas células.

Ao grupo diaconal da CEIA, por entender nossa ausência, nesse período em que estivemos nesta jornada acadêmica. Em especial aos nossos coordenadores Pr. Ruy e Pra. Alessadra Ribeiro; Manoel e Ana Cardoso, por toda força e carinho; amamos vocês.

Queremos externar nossa gratidão à dona Áurea Pinheiro e família, Elvis Santana e família, Neto Sá e família, Seu Barroso e família, Socorro França e família, Irmão Pedro e família, dona Mima e família, seu Avelino e família, seu Orivaldo e família, dona Sabá e família, Moacir (Grilo) e família, seu Doremil (Aranha) e família, pela acolhida em Oeiras do Pará e torcida para que a pesquisa fosse concluída com êxito. Obrigada pelo carinho e atenção de cada um de vocês.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para que essa pesquisa se concretizasse, muito obrigada.

"[...] Não podemos falar da existência de uma única cultura própria das crianças, mas sim de culturas infantis, caracterizando desse modo a pluralidade que lhes é inerente [...]"
(LOPES; VASCONCELLOS, 2005, p. 26).

RESUMO

O estudo que ora apresentamos constituiu uma investigação sobre as infâncias da Amazônia, com destaque para a infância e as crianças ribeirinhas. A pesquisa se deu no distrito Vila do Piriá, no município de Curralinho/PA. O referencial teórico-metodológico centrou-se nos Estudos Sociais da Infância, principalmente com a Sociologia da Infância, mas também com aporte da Geografia da Infância, Antropologia da Criança e da História da Infância. Em virtude de esta pesquisa estar focada na infância, demanda estudos interdisciplinares e procedimentos maleáveis de investigação, requerendo uma integração das diversas áreas dos Estudos Sociais, além de uma pesquisa documental que nos levou a compreender de que forma se deu a formação histórico-administrativa de Curralinho/PA e consequentemente da Vila do Piriá, analisando como a comunidade pesquisada está inserida neste contexto. Nosso percurso investigativo teve como objetivo analisar os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa baseada numa etnografia com crianças. Nossa opção por esta metodologia se deu em virtude de ela responder com maior efeito às nossas expectativas no sentido de ouvir a voz das crianças e trazê-las a outro patamar – o de atores sociais que (re)constroem suas histórias, inseridos numa dada cultura que influenciam e pela qual são influenciadas. Nossos interlocutores foram 25 (vinte e cinco) crianças, na faixa etária de 5 a 11 anos; guiadas pela curiosidade em interpretar os sentidos e significados das práticas culturais das crianças ribeirinhas fizemos a opção em abordar os sujeitos-crianças a partir do seu cotidiano, conhecendo seus modos de vida e a relação que estabelecem com a natureza ainda na infância, e como tais práticas culturais estão atreladas à cultura do lugar. O estudo também ouviu os adultos (unidade doméstica), por entendermos que as crianças não estão sós no mundo, mas rodeadas por pessoas amaduradas e suas culturas, gerando, no caso das comunidades ribeirinhas da Amazônia Marajoara, uma ligação tão estreita que não se pode analisar somente uma e deixar a outra numa posição secundária e vice-versa.Embora tenhamos delimitado o número de interlocutores, o estudo expandiu-se para outras crianças, participantes esporádicos da pesquisa que, desejosos de dizer de sua realidade, o faziam com muita propriedade nas atividades espontâneas realizadas; o material analisado foi de uma

preciosidade impossível de ser descartada e, em respeito a essas crianças, suas falas, histórias, *causos*, brincadeiras, entre outros, também compõem o texto final da tese. Assim sendo, consideramos esta investigação um estudo não apenas *com* crianças, mas também *sobre* as crianças, especificamente as ribeirinhas, visto que parte do material que possibilitou analisar suas práticas culturais foi produzida e justificada por elas, além da observação direta que realizamos no campo de pesquisa. As conclusões deste estudo possibilitaram a análise da identidade, da cultura, do cotidiano, do tempo de ser criança em condições dadas. Mostram que as crianças ribeirinhas detêm saberes que orientam suas práticas culturais e sociais cotidianas, embora convivam com uma realidade nem sempre favorável ao seu pleno desenvolvimento, em virtude da precariedade social, econômica e política a que estão submetidas; têm a capacidade de dizer do seu lugar de uma maneira simples, concreta e sensível, com a predominância da cultura oral sobre a escrita, produzindo histórias que geram multiplicidades de enfoques da cultura e do lugar.

Palavras-chave: Infância. Crianças ribeirinhas. Práticas culturais. Cotidiano. Etnografia. Vila do Piriá – Curralinho/PA. Amazônia Marajoara.

ABSTRACT

The present study is an investigation about the childhoods of the Amazon, with emphasis on childhood and riverside children. The research was conducted in the Vila do Piriá district, in the municipality of Curralinho / PA. The theoretical-methodological framework focused on the Social Studies of Childhood, in dialogue mainly with the Sociology of Childhood, but also with contribution in the Geography of Childhood, Child Anthropology and Childhood History. Due to this research is focused on childhood, it requires interdisciplinary studies and malleable research procedures, asking for an integration of the various areas of Social Studies, as well as a documentary research that has led us to understand how the organization and structuring of Curralinho / PA and consequently of Vila do Piriá, analyzing how the researched community is inserted in this context. Our investigative course aimed to analyze the senses and meanings of cultural practices in the daily life of the riverside children of Vila do Piriá - Curralinho / PA. The research was carried out through a qualitative approach based on ethnography with children. Our choice for this methodology was given because it responds with greater effect to our expectations in order to listen to the children's voice and bring them to another level - that of social actors who (re)build their stories, inserted in a such culture that influences them and for what they are influenced. Our interlocutors were 25 (twenty five) children, in the age group of 5 to 11 years; guided by the curiosity to interpret the meanings of the cultural practices of the riverside children, we made the option to approach the children subjects from their daily life, knowing their ways of life and the relationship they establish with nature still in childhood, and how such cultural practices are linked to the culture of the place. The study also listened to the adults (domestic unit), because we understand that children are not alone in the world, but surrounded by mature people and their cultures, generating, in the case of the communities bordering the Marajoara Amazon, such a close link that one can not analyze only one and leave the other in a secondary position and vice versa. Although we have delimited the number of interlocutors, the study expanded to other children, sporadic participants in the research who, desirous of saying their reality, did so with much propriety in the spontaneous activities performed; the analyzed material, was precious and impossible to be discarded and, in respect to these children, their speeches, histories, causes, jokes, among others, also make up the final text of the

thesis. Therefore, we consider this research a study not only with children, but also about the children, specifically the riverside ones, since some of the material that allowed to analyze their cultural practices were produced and justified by them, besides the straight observation that we acomplish in the field of search. The conclusions of this study allowed the analysis of the identity, culture, daily life, and the time of being a child under objective conditions. They show that the riverside children have knowledge that guides their daily cultural and social practices, although they live with a reality not always favorable to their full development, due to the social, economic and political precariousness to which they are submitted; they have the capacity to speak about their place in a simple, concrete and sensitive way, with the predominance of oral culture over writing, producing stories that generate multiplicities of approaches to culture and place.

Keywords: Childhood. Riverside children. Cultural practices. Daily. Ethnography. Vila do Piriá - Curralinho/PA. Amazon Marajoara.

LISTA QUADROS

QUADRO 1 - Quantitativo de dissertações e teses por Instituição.....68

QUADRO 2 - Quantitativo de Dissertações e Teses sobre infâncias, crianças ribeirinhas, práticas culturais, cotidiano (2012-2016), segundo a CAPES/PPGE..69

QUADRO 3 - Dados sobre as crianças interlocutoras da pesquisa 109

QUADRO 4 - Microrregiões do Marajó.....186

QUADRO 5 - Demonstrativo da situação dos municípios da Mesorregião do Marajó em relação ao IDHM (2010) 188

QUADRO 6 - Demonstrativo da situação dos municípios da Microrregião de Portel em relação ao IDEB (2013).....191

QUADRO 7 - Demonstrativo da situação dos municípios da Microrregião Furos de Breves em relação ao IDEB (2013).....191

QUADRO 8 - Demonstrativo da situação dos municípios da Microrregião do Arari em relação ao IDEB (2013).....192

QUADRO 9 - Divisão Administrativa do estado do Pará em 1911 204

QUADRO 10 - Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas - 1990.....208

QUADRO 11 - Distritos 2014 - destaque para os distritos de Curralinho e Piriá.....209

QUADRO 12 - Indice alphabetico dos districtos do Brasil, em 1º de Janeiro de 1933 237

QUADRO 13 - Demonstrativo de alunos beneficiados com o Programa Bolsa Família do CMEI Canto do Saber, em Vila do Piriá - Curralinho/PA (2016).....264

QUADRO 14 - Demonstrativo de alunos beneficiados com o Programa Bolsa Família na EMEF Maria das Dores Sá, em Vila do Piriá (2016) 265

QUADRO 15 - Palavras/expressões: a representatividade no corpo.....327

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Condições de moradia dos seringalistas e famílias no meio da floresta amazônica durante o Ciclo da Borracha 88

IMAGEM 2 - Trabalhadores e suas famílias nos seringais da Amazônia, com destaque para as crianças que aprendiam o ofício desde muito cedo.....89

IMAGEM 3 - Terra Indígena Yanomâmi cortada pela BR-210 e índios doentes. 93

IMAGEM 4 - Nomeação de Domingos Francisco Cerdeira, provável dono das terras onde hoje está estabelecido o distrito Vila do Piriá. 214

IMAGEM 5 - Vila do Piriá na primeira metade do século XX.....221

IMAGEM 6 - Serrarias às margens do rio Piriá e embarque de madeira em grandes navios, em meados do século XX 223

IMAGEM 7 - Crianças trabalhando na ponte rolante que carregava a madeira bruta para o interior da serraria 225

IMAGEM 8 - Propaganda do Vapor Apihi mostrando o percurso de viagem ao Marajó, com destaque para o Piriá.....232

IMAGEM 9 - Decreto Estadual nº 1.595, de 4 de março de 1909 - Cria o Distrito de Piriá em Curralinho/PA, pertencente à comarca de Muaná 234

IMAGEM 10 - Vila do Piriá - Curralinho/PA (Imagem área).....235

IMAGEM 11 - Vila do Piriá - Curralinho/PA 236

IMAGEM 12 - Maquinários abandonados nas ruínas das antigas serrarias nos terrenos às margens do rio Piriá 240

IMAGEM 13 - Pilares de concreto que sustentavam as máquinas beneficiadoras de madeira na Vila do Piriá 242

IMAGEM 14 - Criação da escola em Curralinho - povoação do Piriá em 1928.....245

IMAGEM 15 - Vila do Piriá, vista a partir do rio Piriá, com destaque para a Escola Estadual Reunida Américo Oliveira.....247

IMAGEM 16 - Prédio em ruínas da Escola Estadual Reunida Américo Oliveira – Vila do Piriá.....248

IMAGEM 17 - EMEF Maria das Dores Sá, edificada no mesmo terreno do Cemitério da Ribeira.....251

IMAGEM 18 - Prédios alugados para os alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio 252

IMAGEM 19 - Jardim Infantil S. Miguel e S. Tiago, primeira Unidade de atendimento à criança na Vila do Piriá.....255

IMAGEM 20 - CMEI Canto do Saber - Vila do Piriá/Curralinho - PA.....257

IMAGEM 21 - Alunos nos transportes escolares.....261

IMAGEM 22 - Casa que serve de delegacia e casa que abriga o contingente policial na Vila do Piriá.....267

IMAGEM 23 - Posto Saúde da Família da Vila do Piriá.....270

IMAGEM 24 - Casa dos professores da Vila do Piriá.....273

IMAGEM 25 - Igrejas cristãs da Vila do Piriá.....274

IMAGEM 26 - Escultura de anjo sobre uma sepultura no cemitério da Ribeira.....280

IMAGEM 27 - Cemitério da Ribeira - Parte da obra “Vila Recreio do Piriá” (2011).281

IMAGEM 28 - Capela do cemitério da Ribeira (em destaque).....282

IMAGEM 29 - Local do Cemitério da Ribeira, onde hoje está edificada a EMEF Maria das Dores Sá.....283

IMAGEM 30 - Local onde funcionou o Cartório de Vila do Piriá.....288

IMAGEM 31 - Obras inacabadas na Vila do Piriá.....290

IMAGEM 32 - Crianças no exercício de suas práticas culturais na Vila do Piriá.....301

IMAGEM 33 - O corpo nas vivências das práticas culturais das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá.....322

IMAGEM 34 - Crianças e suas técnicas dos movimentos do corpo inteiro.....339

IMAGEM 35 - Meninos e meninas, vivências afetivas.....348

IMAGEM 36 - Crianças indo colocar matapi no rio Piriá.....351

IMAGEM 37 - As crianças no seu cotidiano na Vila do Piriá.....352

IMAGEM 38 - Mulheres no cuidado com as crianças em momentos diversos na comunidade.....365

IMAGEM 39 - Crianças-alunos no exercício das práticas culturais nos vários locais da CMEI Cantos do Saber e EMEF Maria das Dores Sá.....373

IMAGEM 40 - Comemorações de 7 de Setembro na Vila do Piriá – Desfile da CMEI Canto do Saber e ensaio geral da EMEF Maria das Dores Sá.....375

IMAGEM 41 - As crianças e seus modos de trabalho.....392

IMAGEM 42 - Crianças brincando de macaca, pira e pipa na ponte principal da comunidade.....399

IMAGEM 43 - A prática cotidiana do banho de rio 402

IMAGEM 44 - Sementes de buçu e crianças brincando de espoca buçu, às margens do rio 404

IMAGEM 45 - Atividades da EMEF Maria das Dores Sá realizadas no *campinho*..406

IMAGEM 46 - Crianças brincando de bola (jogo de pelada) e peteca no *campinho da escola*.....407

IMAGEM 47 - Crianças brincando na estrada Transpiriá.....409

IMAGEM 48 - As meninas-sereias do Piriá.....420

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Limites Político-Administrativos da Amazônia.....171

MAPA 2 - Estado do Pará 177

MAPA 3 - Mesorregião do Marajó 185

MAPA 4 - Município de Curralinho - Pará 195

MAPA 5 - Distância Belém / Curralinho / Vila do Piriá.....195

MAPA 6 - Comunidades - Rio Piriá - Curralinho - Pará.....236

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Simbologias da realidade imediata das crianças ribeirinhas 306

FIGURA 2 - Mapas vivenciais da Vila do Piriá feitos pelas crianças (Isabele) 311

FIGURA 3 - Mapas vivenciais da Vila do Piriá feitos pelas crianças (Pedro Henrique) 312

FIGURA 4 - Mapas vivenciais da Vila do Piriá feitos pelas crianças (Jonatas) 313

FIGURA 5 - Relato de criança sobre a violência na Vila do Piriá.....343

FIGURA 6 - Desenhos das crianças sobre a violência na Vila do Piriá.....344

FIGURA 7 - A casa: lugar da família 355

FIGURA 8 - Bilhete de uma criança sobre o brincar. 396

FIGURA 9 - Representação da sereia do Piriá.....421

FIGURA 10 - Representação do jacaré grande do Piriá 424

FIGURA 11 - Representação da cobra grande do Piriá. 425

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ANOREG/BR	Associação dos Notários e Registradores do Brasil
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação do Pará
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CME	Conselho Municipal de Educação (Curralinho)
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNV	Declaração de Nascido Vivo
DOE	Diário Oficial do Estado
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ETDUFPA	Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FGC	Faculdade de Geografia e Cartografia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNL	Frente Nacional de Luta

GPTDA	Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia
HOT	História Oral Temática
IAC	Instituto de Apoio à Criança
IBEU-M	Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSUS	Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR/UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPS Amazônia	Índice de Progresso Social Amazônia
LAIG	Laboratório de Análise da Informação Geográfica
LBA	Legião Brasileira de Assistência.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento Atingido por Mineração
MDA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MMC	Movimento das Mulheres do Campo
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTR	Mulheres Trabalhadoras Rurais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PBF	Programa Bolsa Família
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PITCPES	Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE	Programas de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSF	Posto Saúde da Família
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SEMEC	Secretaria de Educação do Município de Belém
SEMED	Secretaria Municipal de Educação (Curralinho)
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ/PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

PARTE I: A TRAJETÓRIA DA INFÂNCIA AMAZÔNICA.....55

1 INTRODUÇÃO - UMBORA COMEÇAR? VIVER ENTRE RIOS E FLORESTA. SER DA AMAZÔNIA, O COMEÇO DESTA FAZIÇÃO 57
1.1 A motivação da pesquisa 60
1.2 A temática em questão: um estado da arte 66
1.3 A situação das crianças da Amazônia: problema, questões norteadoras e objetivos do estudo.....71
1.4 A infância na Amazônia: aspectos da sua história 77
1.5 [...] aí a gente brinca de noite de pira se esconde [...]: o percurso Teórico-Metodológico da pesquisa 95
1.6 O *lócus* da pesquisa 102
1.7 Os interlocutores da pesquisa.....104
1.8 Os instrumentos de pesquisa e a coleta de dados 121
1.8.1 Fontes etnográficas.....121
1.8.2 Fontes documentais.....123
1.9 Percursos de análise do*corpus* 125
1.10 Devolutivas da pesquisa 131
1.11 Anunciando as seções 132

2 *AS CRIANÇA DAQUI É A GENTE!* OS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA MARAJOARA E SEUS PERCURSOS DE VIDA.....133
2.1 Entre rios e floresta: a caminhada dos atores-crianças.....133
2.1.1 O cotidiano das crianças e suas identidades ribeirinhas.....133
2.1.2 Espacialidade: a relação da criança ribeirinha com a natureza 141
2.1.3 Culturas infantis e práticas culturais infantis no espaço e tempo amazônicos.....143
2.1.4 Uma etnografia com crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara 155
2.1.5 Estudos sociais da infância: a infância e a criança ribeirinha, o aporte teórico 158
2.1.6 O lugar social da criança ribeirinha da Amazônia Marajoara 161
2.2 *Nem fale, até*! O lócus da pesquisa: um olhar sobre a Amazônia brasileira e marajoara, estado do Pará, município de Curralinho, Vila do Piriá.....166
2.2.1 A Amazônia é por demais grande: a realidade infantojuvenil numa região de contrastes.....169
2.2.2 Onde a gente mora é muito porrudão: o Pará e os baixos índices de desenvolvimento socioeconômico.....176
2.2.3 A água tá grande, é a cheia do rio: Mesorregião do Marajó, um espaço de resistência.....180
2.2.4 Quem sabe de nós aqui? A formação administrativa do município de Curralinho/PA.....193
2.2.4.1 Estrutura administrativa de Curralinho/PA.....194
2.2.5 Aqui é assim! Aspectos da realidade de Curralinho.....209
2.2.6 O distrito Vila do Piriá - Curralinho/PA: as crianças na sua história 211
2.2.6.1 A constituição jurídico-administrativa do distrito Vila do Piriá 231

2.2.6.2 O que restou pra nós foi isso! As consequências da exploração ambiental na região para a comunidade ribeirinha de Vila do Piriá..238
2.2.6.3 A escola era um patrimônio para a comunidade: Escola Estadual Reunida Américo Oliveira.....243
2.2.6.4 Aqui tenho amigo! EMEF Maria das Dores Sá.....249
2.2.6.5 Eu vou contá: CMEI Canto do Saber.....253
2.2.6.6 [...] quando não tem óleo para os barco e quando não tem merenda na escola, não gosto nem de falá: a alimentação e o transporte escolar 257
2.2.6.7 O Bolsa Família é uma ajuda pra gente: sobre o Programa Bolsa Família (PBF) na comunidade de Vila do Piriá 262
2.2.6.8 Aqui só tem puliça quando tem festa: o sistema de segurança pública na Vila do Piriá 266
2.2.6.9 Não tem nada lá: serviços de saúde na Vila do Piriá.....269
2.2.6.10 É aqui que moramos: a casa dos professores.....272
2.2.6.11 Eu sou crente, eu sou católico: a devoção em Vila do Piriá 273
2.2.6.12 Aqui a pessoa morre duas vez, de morte morrida e afogado: o cemitério da Ribeira.....278
2.2.6.13 E fecharam o cartório: Cartório Extrajudicial do Único Ofício do Piriá, Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito 284
2.2.6.14 Piriá ainda vai tê muita coisa: novas construções na Vila do Piriá 289

PARTE II: O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS ...293

3 *CADÊ TU? POR QUE TÁ TODO MUNDO ESCONDIDO?* AS PRÁTICAS CULTURAIS DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DA VILA DO PIRIÁ.....295
3.1 As crianças e suas culturas infantis 295
3.2 As práticas culturais infantis presentes na natureza, corpo, afetividade e vivências culturais 299
3.2.1 Vivenciar a natureza: o meio ambiente, os espaços geográficos e o tempo na Vila do Piriá.....303
3.2.1.1 Meio ambiente: a vivência plena das crianças ribeirinhas.....304
3.2.1.2 Os espaços geográficos: as crianças e seus lugares 307
3.2.1.3 O tempo nas vivências das crianças: entre rios e matas.....313
3.3 A formação identitária ribeirinha-marajoara das crianças da Vila do Piriá por meio do corpo.....317
3.4 A afetividade que envolve as crianças ribeirinhas 340
3.5 As vivências culturais presentes na família, escola, religiosidade, trabalho, no brincar e nas narrativas fantásticas.....349
3.5.1 Família: eu sei que ela vai tá lá em casa quando eu chegá!.....353
3.5.2 As vivências culturais no contexto das instituições educativas.....370
3.5.3 Vivências culturais e religiosidade 375
3.5.4 As crianças e o trabalho.....386
3.5.5 Vivências lúdicas: o lugar do brincar.....395
3.5.6 As vivências culturais presentes nas narrativas fantásticas.....410

4 À GUISA DE CONCLUSÃO: OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS CULTURAIS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DA VILA DO PIRIÁ.....427

REFERÊNCIAS 439

ANEXO A - Documentos de Curralinho - Histórico de Curralinho encontrado nos Anais da Biblioteca Nacional 479
ANEXO B - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - Indicador para 1902 481
ANEXO C- Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921-1922.....483
ANEXO D - Lei Provincial nº 479, de 6 de março de 1865.....485
ANEXO E - Lei Provincial nº 584, de 23 de outubro de 1868 489
ANEXO F - Lei Estadual nº 324, de 6 de julho de 1895.....491
ANEXO G - Decreto nº 111, de 11 de setembro de 1895 493
ANEXO H - Lei Estadual nº 2.116, de 3 de novembro de 1922 495
ANEXO I - Lei Estadual nº 2.167, de 8 de novembro de 1922 497
ANEXO J - Divisão Administrativa e Judiciária do Estado do Pará para 1921-1922.....499
ANEXO K - Decreto Estadual nº 6, de 4 de novembro de 1930. 501
ANEXO L - Decreto nº 78, de 27 de dezembro de 1930.....505
ANEXO M - Decreto Estadual nº 558, de 29 de dezembro de 1931 507
ANEXO N - Divisão Administrativa do Brasil em 1933.....511
ANEXO O - Lei Estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935 513
ANEXO P - Divisão Territorial do Brasil de 31-XII-1937. 517
ANEXO Q - Decreto-Lei nº 2.972, de 31 de março de 1938. 519
ANEXO R - Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943 525
ANEXO S - Divisão Territorial do Brasil, na situação de 30-IX-1949..531
ANEXO T - Divisão Territorial do Brasil, situação em 1º-VI-1950.....533
ANEXO U - Divisão Territorial do Brasil, quadro municipal e distrital em 31-XII-1953 535
ANEXO V - Divisão Territorial do Brasil do ano de 1954. 537
ANEXO W - Divisão Territorial do Brasil de 1955 539
ANEXO X - Divisão Territorial do Brasil, quadro municipal e distrital, situação em 31-XII-1968.....541
ANEXO Y - Divisão Territorial do Brasil do ano de 1979. 543
ANEXO Z - Annuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brazil e Indicador para 1910 545
ANEXO AA - Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil (1927).....547
ANEXO BB - Anúncio no Jornal "A República" (1893) 549
ANEXO CC - Lei Estadual nº 266, de 6 de junho de 1895. 551
ANEXO DD - Lei nº 709, de 31 de março de 1900. 553
ANEXO EE - Ofício de entrega da titularidade do cartório "Chaves" 555
ANEXO FF - Decreto Estadual nº 1.595, de 4 de março de 1909 557
ANEXO GG - FONTES PESQUISADAS 559

PARTE I:

A trajetória da infância Amazônica

1 INTRODUÇÃO - UMBORA COMEÇAR? VIVER ENTRE RIOS E FLORESTA. SER DA AMAZÔNIA, O COMEÇO DESTA FAZIÇÃO [1]

Registro de campo (22/8/2015).

Iniciando o percurso investigativo.

Nossa primeira visita à Vila do Piriá aconteceu em um final de semana de agosto de 2015. Em uma viagem bem longa, lá pelas tantas, ainda dentro da lancha, observamos uma jovem senhora apreensiva, olhando no relógio sem parar, olhando para fora da embarcação, com uma visível preocupação estampada no rosto. Conversando com pessoas que estavam ao nosso redor, falávamos da nossa expectativa em conhecer sob outro ângulo a comunidade da Vila Recreio do Piriá [2], mencionando os primeiros levantamentos que havíamos feito sobre a população na base de dados do IBGE. No meio da conversa fomos interrompidos por aquela jovem senhora que nos chamara a atenção há alguns minutos, por sua preocupação com a chegada em Curralinho. Ela nos perguntou se iríamos para o Piriá, ao que respondemos que sim. Pedindo desculpas, ela explica que era moradora lá da Vila do Piriá e que estava preocupada, pois quando a lancha em que viajávamos chegasse no porto de Curralinho o barco que faz a linha para a Vila já havia saído, em virtude de nossa demora por conta da maré, e não tinha como chegar em casa; teria que ficar em Curralinho e só no outro dia pegar o barco para a sua casa. Então, disse ela que estava ouvindo falarmos que uma pessoa viria nos buscar num barco para nos levar até lá, e perguntou: "será que você pode me levar?" Respondemos imediatamente que sim; iríamos almoçar em Curralinho, em seguida partiríamos; sentimos que nossa resposta a deixou aliviada. Ao nos apresentarmos, ela disse se chamar Márcia[3], auxiliar de laboratório, e que trabalhava no Posto de Saúde da Família (PSF) da Vila do Piriá, para onde foi depois de ter sido aprovada em um concurso público e de ter sido lotada naquele Distrito. Pelo tempo que estava morando na Vila já se sentia filha daquele lugar, apesar de não ter lá nascido. Márcia reconhecia também a precariedade da infraestrutura e dos serviços públicos na Vila do Piriá, conforme nos afirmou: "sabe, mana, na Vila falta muita coisa, assim, a escola às vezes não tem aula porque não tem merenda e nem óleo para botar nos barcos que pega os alunos, não tem remédio no posto, não tem quem olhe pela gente aqui". Consideramos que ela já estava nos preparando para a chegada na comunidade. Mas logo em seguida ela se animou e disse que conhecia todas as pessoas da área e das outras comunidades do entorno. Aproveitamos então para falar um pouco mais sobre nosso trabalho e a pesquisa que pretendíamos fazer na comunidade, o que ela considerou relevante para a história da Vila. Continuando a conversa ela nos contou um pouco da história da Vila: "Piriá

[1] A fim de evitar excessos de notas explicativas, os termos, as expressões e ou as criações utilizadas no decorrer da tese que abrem as seções, subseções e também compõem o próprio texto, foram colhidas ao longo da pesquisa de campo e fazem parte das oralidades corriqueiras das crianças e dos adultos da Vila do Piriá; portanto, trazer o protagonismo infantil e a criança viva do presente foi nossa opção nessa investigação. Neste sentido, de forma a respeitar e valorizar a cultura e os modos de vida da população amazônida, não utilizaremos glossário para explicar nenhum termo, com exceção daqueles que, porventura, ainda não constem nos registros literários e midiáticos.

[2] Quando iniciamos a pesquisa de campo, concebemos o nome da comunidade como Vila Recreio do Piriá, pois grande parte da população o conhece com esta identidade. No entanto, constatamos logo nos primeiros levantamentos documentais que o nome é apenas Vila do Piriá, chamada no dia a dia pela população apenas de "Piriá"; mas essa história contaremos mais à frente.

[3] Todos os nomes contidos no corpo da tese (das crianças e da unidade doméstica) são nomes reais. Sobre esse aspecto explicitaremos mais à frente ser esta uma opção feita pelo próprio grupo envolvido na pesquisa.

já foi no passado um centro muito desenvolvido, mais que a sede, Curralinho. Havia uma grande madeireira e navios enormes iam buscar madeira lá dentro da Vila, que era dirigida por gringos. Também tinha muitas casas de luxo e um comércio bem movimentado. Hoje, o que tem lá é só o resto do que foi um dia Piriá, só pedaços de máquinas velhas e coluna de concreto onde ficavam as máquinas. O comércio da madeira acabou e a serraria foi fechada". Continuando, Márcia ainda comentou sobre o I Festival da Mandioca e um evento da igreja dos crentes, do qual não soube nos dar detalhes, e que ocorreria naquele final de semana. Após aproximadamente 5 horas de lancha navegando pelos rios da Amazônia, finalmente avistamos a sede do município de Curralinho, onde aportamos em poucos minutos, com Márcia sempre ao nosso lado nos acompanhando. Fomos almoçar antes de seguir mais algumas horas de barco, e aproveitamos para saber mais sobre a Vila, já que as informações nos chegavam de quem realmente conhecia o lugar. Disse-nos que havia creche e escola, muitas igrejas de crentes e uma católica; muita criança de todas as idades; que era um lugar alegre, que as pessoas eram tranquilas, embora tivesse confusão de vez em quando.

Após o almoço caminhamos para o trapiche, onde pegamos outro barco, pilotado por Nonato Pantoja, que sempre nos conduzia nas viagens que fazíamos na região. No trajeto Márcia foi encontrando amigos que também haviam perdido a viagem no barco da linha, e ela logo perguntou se podíamos levá-los também, no que consentimos. Assim, acompanhados de outras pessoas que iam para o Festival, partimos cortando rios até observarmos que à medida que íamos nos aproximando da localidade barcos de tamanhos variados saíam de igarapés, braços de rios, furos, de outras comunidades, parecendo um cortejo, todos se dirigindo para o mesmo lugar, ressaltando que estavam lotados de adultos, jovens e crianças, muitas crianças. Durante a viagem Márcia quis saber onde iríamos ficar; citamos então o nome das pessoas a quem íamos procurar no Piriá, o seu Luiz Otávio e a dona Ida; imediatamente nos deu muitas informações não só acerca do casal, mas de toda sua família. Assim, já chegamos à comunidade com uma pré-concepção de quem iria nos receber e de que maneira isso aconteceria. Essas pessoas haviam sido indicadas pelo senhor Ivail Araújo, morador de outro município onde tínhamos contato, e que ao saber que nossa pesquisa iria se realizar no Piriá nos confidenciou que parte da família de sua esposa residia naquela localidade e que iria nos indicar para que eles nos recebessem e nos dessem apoio logístico.

Ao chegarmos à Vila do Piriá percebemos uma movimentação nos bares, nas casas, na ponte e nos pequenos trapiches existentes às portas das casas, por conta do I Festival da Mandioca e do Pré-Encontro dos Jovens, evento este realizado por uma igreja evangélica, informação que nos foi dada pelos nossos anfitriões. Os eventos aconteceram simultaneamente, o primeiro funcionando na quadra de esportes com aparelhagem de som[4], venda de comidas diversas, parque de diversão e muitas barracas com vendas de brinquedos e roupas, voltado para o público não evangélico. O segundo, promovido pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus, foi realizado nas dependências da própria sede da igreja, com a participação de outras igrejas, com gincanas, apresentações teatrais, de corais, vendas de comidas e participação de cantores evangélicos de outras localidades. Naquele final de semana a Vila do Piriá, segundo os próprios moradores, teve duplicado o número de seus habitantes, em virtude da participação das

[4] São estruturas formadas por um grupo de pessoas e um grande aparato tecnológico que vai desde computadores potentes que comandam toda a estrutura das caixas de som (madeira ou metálica) construídas e empilhadas, que juntas reverberam um som estridente muito comum em todo o estado do Pará; além de possuírem placas de LED, canhões de luz e laser, as músicas são tocadas num tom muito grave e em muitos decibéis. Geralmente as aparelhagens possuem DJ que movimentam as festas. As festas de aparelhagem arregimentam multidões em qualquer lugar do Estado e em qualquer dia da semana. Hoje no Pará existem muitos grupos de aparelhagem.

comunidades do entorno nos eventos.
Ao adentrar a comunidade observamos a circulação dos pequenos brincando, indo ou voltando das igrejas, vendendo peixe, açaí e frutas, tomando banho no rio, conversando em grupo, pescando, pegando camarão, subindo em árvores. Com malas e equipamentos na mão descemos na porta da casa da Márcia, à beira do rio, e ela logo nos apresentou sua família (marido, filhos e neto) e nos mostrou onde ficava a casa do casal que era nossa referência no Piriá. Nos dirigimos até lá e fomos recebidos da maneira como Márcia havia nos dito; na verdade toda a família nos acolheu, passando a nos contar sobre a dinâmica da Vila. Percebemos, no entanto, a curiosidade sobre nossa pesquisa, a intenção de investigar o quê naquela localidade.
Tivemos o cuidado de explicar sobre o nosso projeto de pesquisa do doutorado, a que instituição estávamos vinculadas e que as crianças, prioritariamente, seriam nossos interlocutores na investigação, não descartando a possibilidade de ouvirmos os adultos também. A família nos alojou inicialmente na residência do casal Ijaquelson e Taynara Gaia, onde ficamos hospedados durante aqueles dias, pois o Piriá só dispõe de uma pousada, porém, em virtude dos eventos, os quartos estavam todos lotados. Essas famílias tornaram-se nosso aporte na comunidade do início ao fim da pesquisa de campo.
Permanecemos durante cinco dias observando, conhecendo e interagindo com os grupos que encontrávamos na área, principalmente crianças, de faixas etárias diversas, circulando na via. Nessa primeira visita conhecemos toda a localidade, inclusive descobrimos que a Vila do Piriá leva esse nome em homenagem ao rio que banha a comunidade. É uma área de várzea, com pontes de madeira; as casas são palafitas, algumas de alvenaria; existem poucas ruas aterradas, mas que no período de chuvas e marés altas acabam sendo invadidas pela água. O saneamento básico é precário, quase inexistente; a maioria dos sanitários ainda é de madeira e os dejetos são lançados diretamente no rio, elevados pela maré.
Com um olhar ainda de desbravadores, percebemos a existência de uma escola de Ensino Fundamental, edificada em cima de um cemitério desativado, uma Unidade de Educação Infantil, um Posto de Saúde, várias igrejas cristãs, uma casa que abrigava o contingente da Polícia Militar, uma casa dos professores e um prédio abandonado, local onde um dia funcionou uma escola primária. Além disso, constatamos também a existência de vários prédios públicos com as obras paradas, bem como a estrada que liga Piriá à sede do município inacabada, sem previsão de retomada dos serviços pelas empresas contratadas pela Prefeitura.
Observar a Vila, com tanta gente, e especificamente crianças de todas as faixas etárias, nos confirmou que aquele espaço geográfico era o lócus de nossa pesquisa.

(23/8/2015).

Caminhávamos pela Vila do Piriá numa manhã de domingo, observando a comunidade, o vai e vem das pessoas, as crianças se deslocando para as igrejas, barcos chegando de outras comunidades carregados de pessoas (velhos, jovens, adultos e crianças), para realizarem compras, para irem às igrejas, para visitarem familiares, outros chegando para os eventos; muitos apenas conversando na via principal da vila – a ponte. Resolvemos então caminhar de uma ponta a outra, falando com a pessoas, fotografando situações ou imagens que nos chamavam a atenção. Primeiro fomos para o lado direito (de quem olha da vila para o rio), encontramos muitas pessoas, algumas curiosas com nossa presença, haja vista que grande parte da comunidade ainda não nos conhecia. As perguntas eram sempre as mesmas, curiosas e repetitivas: “Da onde a sinhora é?”, “O que a sinhora tá fazendo aqui?”, “Porque a sinhora bate tanto retrato?”, Como é que tu veio pará aqui?”, “A sinhora é prefessora? (com essas variações: pofessora,

> perfessora, fessora, professora). Uma parada para uma conversa breve com todos os que perguntavam foi nossa primeira estratégia de dizer à comunidade o que iríamos fazer naquele espaço. Dizíamos que éramos da Federal e que estávamos ali para fazer uma pesquisa com as crianças, interessados em ouvir o que elas tinham a dizer sobre o Piriá. Percebemos uma desconfiança, por parte dos adultos, mães principalmente, a respeito de nosso trabalho. Seguimos em frente falando com as pessoas e tentando os primeiros contatos com as crianças. Depois fomos para o outro lado da Vila, sempre tentando focar no tema que nos levava até àquele lugar, a infância e a criança ribeirinha.
>
> (24/8/2015).
>
> Nesses dias, tivemos a oportunidade de adentrar na comunidade, iniciando os primeiros contatos com as crianças, embora houvesse certa resistência por parte das mães em permitir que elas chegassem até nós. Ainda que preocupada, buscando uma estratégia para chegar até as crianças, precisávamos primeiro chegar aos pais ou responsáveis, mas lembramos de Manoel de Barros quando diz que "a imaginação é mais importante que o saber"; então saberíamos imaginar algo para alcançar os adultos e as crianças.
> A essa altura, como já tínhamos algumas informações sobre a Vila do Piriá, partimos para um diálogo com as instituições locais. De posse de documentos, como declaração de apresentação da universidade, projeto de pesquisa, autorização para a realização da pesquisa de campo, fomos nos apresentar a essas instituições - Centro Municipal de Educação Infantil Canto do Saber, EMEF Maria das Dores Sá e Posto de Saúde da Família.
> Em nosso retorno à capital fizemos uma parada na sede do município para conversarmos com alguns órgãos: Prefeitura, Conselho Tutelar, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde, aos quais comunicamos sobre nossa pesquisa, o que foi recebido de maneira promissora pelas instituições, visto que nunca havia sido realizada uma pesquisa desse porte na localidade. Esse momento foi necessário para avaliarmos se era viável a pesquisa de campo a partir de uma proposta baseada nos Estudos Sociais da infância, além de verificarmos a disponibilidade ou não de material que nos auxiliasse na realização de uma Pesquisa Documental acerca da constituição histórica do município e consequentemente da Vila do Piriá, buscando relacionar com o nosso objeto de pesquisa.
> Assim foi o início de nossa inserção na Vila do Piriá.

1.1 A motivação da pesquisa

— Professora, quem vem pra esse fim de mundo pesquisar?

— Um dia eu venho![5]

A proposta deste percurso introdutório, mostrado a partir do entrelace "ser da Amazônia", e a relação que estabelecemos entre nosso itinerário profissional e acadêmico e a anunciação de nosso itinerário etnográfico é pronunciar as práticas culturais deste texto, em conjunto com as práticas culturais que foram sendo

[5] Diálogo de dez anos atrás entre a professora, hoje pesquisadora, e um aluno do curso de Pedagogia morador do município de Breves/PA, na Amazônia Marajoara, sobre realizar pesquisas nessa região do Brasil.

investigadas no processo de fazição.

Compreender as práticas culturais no cotidiano das crianças foi o nosso desafio, à medida que tais práticas estão envoltas em uma série de questões relacionadas à constituição da identidade, espacialidade, afetividade, tempo, meio ambiente e vivências[6] nas várias dimensões da vida do sujeito-criança da Amazônia, sobretudo da Amazônia Marajoara.

Deste modo, o desafio liga-se a reconstruir a história e a forma por que costuma raciocinar uma pessoa ou um grupo de pessoas atreladas por acontecimentos de ordem social, geográfica, emocional, cultural e etc., é lidar com estilha de fontes, que nos encaminharam a histórias estilhadas (SOARES, 2010); mesmo com todo o esforço em juntá-las, as fontes terão lacunas que não nos permitirão uma análise coesa da história a que nos propomos investigar.

Essa pesquisa tem como temática "As infâncias da Amazônia", focalizada na "infância e nas crianças ribeirinhas". Analisa os sentidos e significados[7] das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá - Curralinho/PA - vivenciadas no seu dia a dia numa região de água e floresta. A unidade doméstica [8] (pais, irmãos, avós, tios, vizinhos, padrinhos, amigos, parteiras, professores e outras pessoas da comunidade) também faz parte desta investigação e foi ouvida ao longo da pesquisa de campo (SOUSA, 2014), o que contribuiu para a ampliação de nossa análise sobre as práticas culturais, pois compreendemos que as crianças não estão sós no mundo, mas rodeados pelos adultos e suas culturas e que, no caso das comunidades ribeirinhas da Amazônia Marajoara, há entre

[6] Aqui entendida a partir da concepção de Vygotsky, ao considerar que "[...] a vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência [...] (VYGOTSKY, 2010, p. 686).

[7] O estudo de Alves (2003) sobre o corpo lúdico Maxakali contribuiu para refletirmos acerca dos sentidos e significados das práticas culturais das crianças ribeirinhas, uma vez que aquela investigação busca a compreensão dos sentidos e significados de corpo e lúdico numa comunidade indígena de Minas Gerais.

[8] Tomamos por empréstimo a expressão de Sousa (2014) que considera unidade doméstica pais, irmãos, avós, tios, vizinhos, padrinhos, amigos. Em estudo sobre o povo Capuxu observou que as crianças estão cercadas pelos adultos e suas culturas, ouvi-los por meio de entrevista e conversas informais pode contribuir para ampliar análise do objeto de estudo. Compreendemos que, nessa pesquisa, numa comunidade ribeirinha, o termo deu conta de reunir um conjunto de pessoas que foram ouvidas na pesquisa de campo.

crianças e adultos uma ligação tão estreita que não se pode considerar somente uma e deixar a outra numa posição secundária e vice-versa.

Desenvolver um tema específico, de um lugar tão singular - a Amazônia Marajoara - exigiu “um exercício intelectual, mas também emocional” (CARVALHO; MÜLLER, 2010, p. 74), na medida em que a infância, de alguma forma, todos nós vivemos, o que provoca uma identificação com os pequenos.

Desde o início de nossa trajetória doutoral elegemos como tema de nossa pesquisa “As infâncias da Amazônia”**.** Nossos estudos e levantamentos nos levaram a escolher dentre tantas infâncias do campo, da floresta e das águas (indígenas, caboclas, quilombolas, pescadoras, camponesas, ribeirinhas, povos da floresta, sem-terra, assentadas, pequenas agricultoras, imigrantes e colonas) (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011), existentes nesse espaço, a infância e a criança ribeirinha. Alguns fatores foram determinantes nessa decisão, como o fato de já havermos trabalhado em uma escola ribeirinha e residirmos nesse contexto, às margens dos rios da Amazônia, conhecendo de perto essa realidade.

Nossa decisão de realizar essa investigação da infância e das crianças ribeirinhas advém de muitas indagações que ao longo de nossa trajetória acadêmica, profissional, e muito mais como partícipe dessa realidade amazônica, nos fazíamos ao sentirmos de perto os problemas na nossa comunidade e na escola onde trabalhávamos, principalmente. Além disso, sempre nos questionamos o porquê dos pesquisadores da infância, do norte e de outras regiões do Brasil, das mais diferentes áreas do conhecimento, se esquecerem e/ou pouco se importarem em investigar as infâncias amazônicas, deixando um conjunto de questões a serem analisadas e respondidas.

As dificuldades enfrentadas pela população amazônica ribeirinha em geral atingem em grande parte as crianças, que sofrem com a desnutrição e a subnutrição, além de doenças infecciosas, entre tantas outras que afetam os meninos e meninas desse lugar, levando em muitos casos a óbito; a mortalidade infantil é inevitável. Considerando o relatório do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), publicado em 2014 e que trata do Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira (ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA, 2014), que mostra a situação degradante desta população, constatamos que 26% dos casos de mortalidade infantil na Amazônia não são registrados, gerando uma distorção nos dados apresentados pelo poder público. A

situação de negligência para com a região e a forma perversa como as crianças do Norte do Brasil são tratadas revelam-se nos dados a seguir:

> [...] problemas graves que persistem na região, como a subnutrição, a mortalidade infantil, a mortalidade materna e a mortalidade por doenças infecciosas. Na Amazônia, cerca de 1,4 milhão de pessoas (5,8% da população) apresentam peso abaixo do adequado, e a subnutrição é ainda maior entre as crianças com até 5 anos (8,5%). A taxa de mortalidade por desnutrição (7,8 óbitos para cada 100 mil habitantes) é o dobro da taxa brasileira (3,3). Além disso, a mortalidade materna média dos municípios amazônicos (167,5 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos) é quase três vezes maior que a taxa média brasileira (58,2) (ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA, 2014, p. 39).

O relatório assegura ainda um quadro alarmante sobre o índice de mortalidade na região:

> [...] a mortalidade infantil apresentou queda relevante nos últimos anos, mas a taxa da região ainda é 27% superior à média nacional (25 óbitos de crianças até 5 anos para cada mil nascidos vivos) - além disso, estima-se que 26% dos óbitos até 1 ano não sejam registrados. A mortalidade por doenças infecciosas (aids, tuberculose, dengue, malária, entre outras doenças) chega a cerca de 20 óbitos por 100 mil habitantes, e os casos de malária persistem em taxas consideradas epidêmicas (10,2 casos para cada mil habitantes), afetando a qualidade de vida da população (ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA, 2014, p. 39).

A realidade relativa à falta de políticas na área da saúde traduzida no Índice de Progresso Social Amazônia (IPS, 2014) dá conta do triste tratamento dado às crianças, inclusive às crianças ribeirinhas, que também estão inseridas nas estatísticas desse relatório. Outros dados sociais mostram a opressão a que estão submetidas: “[...] exploração de crianças por aliciadores, o trabalho infantil, a prostituição infantil [...] crianças expostas a todo tipo de violência, crianças escalpeladas, ausência de educação de qualidade [...]” (LOPES, Adrea, 2012, p. 21); esse é o quadro vivido pelos pequenos amazônidas.

Nesse aspecto, Arroyo (2012a, p. 31) chama a atenção ao considerar que “[...] as infâncias [...] tão precarizadas, tão vulneráveis também são humanas”, ou seja, a condição de perversidade a que estão submetidos os sujeitos-crianças exige um tratamento mais humano, independente do lugar onde estejam, até numa região tão complexa como a Amazônica; na verdade “estão exigindo ser reconhecidos humanos”

A diversidade de infâncias vividas nas mais diferentes realidades da região foi o que nos instigou e nos aproximou do tema. No entanto, o que nos levou a investigar as infâncias amazônicas foi nossa inserção na docência, a partir de quatro momentos: o primeiro, no final dos anos de 1990 na Secretaria de Educação do Município de Belém (SEMEC), quando desenvolvemos nossas atividades como professora da Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e Educação Especial - em escolas situadas na periferia da capital paraense, além de atuarmos na coordenação pedagógica em uma escola de uma ilha que compõe a parte insular de Belém - Ilha do Mosqueiro - e em um anexo dessa escola, na comunidade ribeirinha de Caruaru. Essas práticas nos permitiram perceber que as crianças amazônicas "[...] interagem em seus espaços sociais, e suas ações e seus discursos demonstram que são influenciadas, exercem influências e que [...] questionam e modelam as ações dos seus interlocutores [...]" (GOMES, 2015, p. 125).

O segundo momento foi durante a realização do Mestrado em Educação, quando buscamos investigar a forma como as crianças de uma área de ocupação da periferia de Belém/PA, que estudavam na escola em que trabalhávamos como professora, exerciam sua ludicidade evidenciada no jogo de regras, e as formas por meio das quais os docentes poderiam utilizar tais jogos como recursos metodológicos no processo ensino-aprendizagem, abrindo novas possibilidades de intervenção na prática pedagógica. Analisar e registrar os jogos, as suas regras de funcionamento, as variações das brincadeiras, nos fizeram perceber que:"[...] no brincar, a criança tem a possibilidade de construir diversas dimensões de sua subjetividade, mostrando que tudo pode ser modificado, transformado, e que existe uma dinâmica em tudo, inclusive no lúdico"(CARVALHO, 2013, p. 218).

Deste modo, o desafio foi inserir no contexto escolar as questões que emergiram na investigação, isto é, observamos que as crianças têm domínio dos jogos, sabem as regras de funcionamento e os adaptam as suas necessidades e particularidades, assim, utilizar o jogo de regras no ambiente escolar significa impulsionar perspectivas inovadoras para uma educação em que os alunos e professores se constituam protagonistas do processo ensino-aprendizagem (ANDRADE, 2013).

O terceiro momento diz respeito ao nosso ingresso na docência do ensino superior, trabalhando com formação de professores para a educação de crianças em duas universidades privadas no projeto de interiorização que visava levar para os

mais diversos municípios do estado do Pará cursos de licenciaturas para professores das redes municipais que ainda não tinham formação superior, com as disciplinas *Política e Planejamento Educacional com Ênfase na Educação Infantil* e *Fundamentos e Métodos da Alfabetização*. Esta fase foi propícia para o estudo das políticas públicas para a Amazônia, em especial a educacional, e as discussões, naquele momento, sobre a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, e a entrada da Educação Infantil na Educação Básica.

Posteriormente como professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) atuamos nos cursos de licenciatura em Teatro e Dança e no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que também tinha por objetivo a formação de professores em nível superior, ministrando as disciplinas *Didática para o Ensino da Dança*, *Didática para o Ensino do Teatro*, *Políticas Educacionais e o Ensino da Arte*, *Estágio Docente* I (Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais) e *Métodos e Técnicas do Ensino do Teatro*. Esse momento acirrou ainda mais nosso desejo de luta pela região e nos colocou em imersão total nas discussões sobre que lugar a Amazônia ocupa nas políticas internacionais e do Brasil. O histórico de dominação desta região, cujo requisito principal tem sido até os dias atuais de exploração de suas populações, criada a partir de um modelo eurocêntrico [9] baseado numa prática de relações de superioridade/inferioridade (QUIJANO, 2005), desconsidera suas populações, seus modos de vida e suas culturas.

Consciente de que esse quadro desalentador só se altera a partir do espaço que nos restou – o de luta política como forma de garantir que a população amazônida tenha seus direitos sociais respeitados - é que fomos nos construindo, trabalhando com professores que se deslocavam de áreas muito distantes, geralmente das zonas rurais, alguns viajando em motocicletas, de bicicletas, de cavalos e em barcos, às vezes remando durante vários dias para conseguir chegar à sede do município para novamente, depois de anos, retomarem a dinâmica acadêmica, deixando para trás um pouco da sua história, sua família, sua vida. Em um estudo sobre ser professor na Amazônia, Gerone Júnior e Hage (2013, p. 24) nos mostram os desafios enfrentados neste chão, como explicitado na narrativa da

[9] Os estudos de Quijano (2005), sociólogo peruano, são referências para análises e reflexões sobre decolonização. Mostram as estruturas societárias e perspectivas históricas latino-americanas, tentando nos libertar das amarras do eurocentrismo.

Professora Lene Ferreira: “Eu tive que aprender a andar de bicicleta, a remar, a andar no meio do mato. Foi assim muito complicado, encarar cobra, correr de cobra. Não era complicado dar aula, era complicado chegar até a escola [...]”. Vivenciar tais experiências nos estimulou e ainda tem nos estimulado a buscar novos caminhos ou, em muitos casos, ressignificá-los.

Outro ponto importante foi o desenvolvimento dos Projetos de Extensão *Metodologia de Ensino: o lúdico na prática dos professores da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental* e *Brinquedo Cantado da Amazônia* na Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA), que se constituíram em projetos de formação de professores da rede pública de ensino, com a finalidade de instrumentalizá-los para que pudessem fazer a inserção da musicalização, da dança, das narrativas orais e do teatro no dia a dia das crianças, na escola e em qualquer espaço que proporcionasse o exercício da ludicidade, além de valorizar e preservar as diversas culturas existentes na Amazônia.

O trabalho com formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental a partir dessas áreas de conhecimento - Dança e Teatro - desenvolvido ao longo de nossa trajetória profissional, por meio de palestras, cursos e oficinas de narrativas orais, jogos e brincadeiras, brinquedo cantado, jogos teatrais, cirandas, entre outros, foi o eixo que possibilitou dialogar esses saberes com o objeto de nossa pesquisa, ou seja, com “[...] a infância como categoria social do tipo geracional [...]” e com “[...] as crianças como actores sociais de pleno direito, a partir do seu próprio campo [...]” (SARMENTO, 2011, p. 27). Compreendemos que o compartilhamento dos fundamentos científicos da Arte com os professores poderia gerar uma integração mais autêntica com as crianças no contexto escolar, na igreja, na comunidade, na via pública, nos rios, nas matas, enfim, em qualquer espaço onde fosse possível a comunicação por meio das linguagens da Arte.

1.2 A temática em questão: um estado da arte

A opção pela infância e a criança ribeirinha, nessa pesquisa, traduz uma necessidade de analisar um universo tão próximo de nós, visto talvez apenas pelo senso comum, e ao mesmo tempo tão desconhecido quando pensado, em diálogo com os diferentes campos do conhecimento. Embora a realidade da criança

ribeirinha fizesse parte de nossa história de vida pessoal e profissional, não havíamos pensado em tratá-la como tema de pesquisa no âmbito das ciências. Foi necessário trazer para esta investigação um pouco de nós, nortista, amazônida, professora, pesquisadora... humana, para só então entender que essa temática se apresentava relevante no cenário da Amazônia Marajoara em especial, e de modo geral para as diferentes regiões brasileiras.

Assim, fez-se imprescindível um levantamento bibliográfico sobre o nosso objeto de estudo – práticas culturais cotidianas das crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara – onde buscamos trazer para o contexto investigativo o que temos de produção científica nessa área (teses e dissertações). Os descritores que compuseram o levantamento emergiram da própria temática do estudo: infância(s), criança(s) ribeirinha(s), prática(s) cultural(is), cotidiano(s), Vila do Piriá – Curralinho/PA e Amazônia Marajoara, descritores estes buscados tanto no título do trabalho como nas palavras-chave.

A fonte de levantamentos foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Banco de Teses e Dissertações, disponibilizado na Plataforma Sucupira. Nossa análise reúne informações de um recorte temporal de 5 (cinco) anos – de 2012 a 2016 – compreendendo um período de discussão em torno da infância e da criança brasileira no âmbito da legislação nacional[10], que irá impactar as políticas públicas de atendimento às populações infantojuvenis, e consequentemente os seus modos de vida. Ressaltando que essas leis alteram documentos legais importantes que resguardam os direitos sociais da população brasileira, sobretudo da criança e do adolescente, dos quais destacamos: Decreto-

[10] Nesse período (2012-2016) são discutidas e aprovadas diversas leis de amparo às crianças e adolescentes. A Leis Federais nº 12.722/2012 (BRASIL, 2012b), que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil, alterada posteriormente pela Lei nº 13.348/2016 que nessa nova formatação passa a incluir benefícios para a superação da extrema pobreza na primeira infância às crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da bolsa família e às crianças com deficiência. Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) com destaque para Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE; Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Lei nº 12.662/2016 (BRASIL, 2012a) assegura a validade nacional à Declaração de Nascido Vivo (DNV), que será emitida para todos os nascimentos com vida ocorridos no País e será válida exclusivamente para fins de elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento. Lei nº 13.257/2016 (BRASIL, 2016a) dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, destacando o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem uso de castigos físicos ou de tratamento cruel degradante.

Lei nº 3.689/1941 – Código de Processo Penal (BRASIL, 1941); Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (BRASIL, 1943); e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990).

Embora a maioria desses documentos, durante a sua elaboração, centrasse as discussões nas questões educacionais, as crianças estavam no cerne das reflexões, o que significa dizer que outras dimensões da sua vida também foram analisadas.

Deste modo, o estudo do estado da arte localizou-se na área geral das Ciências Humanas, Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na modalidade acadêmica. Os dados quantitativos dos programas foram analisados por região, atendendo as 5 (cinco) regiões do país, apenas nas instituições públicas, aí incluídas as universidades e institutos federais, independente dos conceitos obtidos na CAPES. Os descritores selecionados ocorreram nas seguintes unidades:

Quadro 1 - Quantitativo de dissertações e teses por Instituição.

REGIÕES BRASILEIRAS	INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Região Norte	UEPA	5
	UFPA	4
Região Nordeste	UFC	3
	UFMA	1
Região Centro-Oeste	UFG	2
	UFMS	1
	UFMT	10
	UNB	2
Região Sudeste	UEMG	2
	UERJ	10
	UFES	3
	UFJF	1
	UFMG	2
	UFSCAR	9
	UFU	2
	UNESP	4
	UNICAMP	7
	UNIRIO	4
	USP	20
Região Sul	FURG	3
	UFRS	10
	UEL	3
	UEM	6
	UFSC	13
	UEPG	1
	UFPR	5
	UNIOESTE	2
	UFSM	1
TOTAL		136

Fonte: (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2018).

A partir dos descritores a quantidade de dissertações e teses sobre infância(s), criança(s) ribeirinha(s), prática(s) cultural(is), cotidiano(s), Vila do Piriá – Curralinho/PA e Amazônia Marajoara, no período de 2012 a 2016, atingiu um total de 136 (cento e trinta e seis) pesquisas[11], sendo 103 (cento e três) dissertações e 33 (trinta e três) teses, conforme quadro a seguir.

Quadro 2 - Quantitativo de Dissertações e Teses sobre infâncias, crianças ribeirinhas, práticas culturais, cotidiano (2012-2016), segundo a CAPES/PPGE.

Ano	Mestrado	Doutorado	Qtd.
2012	24	4	28
2013	21	6	27
2014	15	9	24
2015	23	9	32
2016	20	5	25
TOTAL	103	33	136

Fonte: (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2018).

Nesta análise percebemos que no total das **dissertações** dos PPGE, os eixos temáticos em sua maioria versavam sobre infância e arte (13); infância no cotidiano escolar (10); infância e tecnologias (8), infância e produção científica (7), educação e brincar (5), criança, alfabetização e currículo (5), infância e formação docente (4), desenvolvimento humano e Filosofia (4), infância, gênero e sexualidade (4), infância e literatura (4), infância e relações étnico-raciais (4), infâncias e representações sociais (4), práticas culturais (4), infância impressa (3), infância e formação política (3), infância institucionalizada e criança acolhida (3).

Em menor número os eixos temáticos enunciavam acerca da infância e educação inclusiva (2), criança como sujeito de direito (2), infância e políticas públicas de avaliação (2), crianças e cidade (2), população ribeirinha: identidade, educação e cultura (2), Teoria Crítica e infância (2), História da Educação (1), abordagem Histórico Cultural e infância (1), a criança indígena e suas culturas (1), crianças e suas práticas sociais (1), infância e corporeidade (1) e infância e trabalho (1).

Na análise do estado da arte em relação às **teses** dos PPGE observamos que os eixos temáticos, em grande parte, tratavam sobre criança, alfabetização e

[11] As referências dos estudos constam no Anexo GG - Fontes pesquisadas, desta tese.

currículo (4), infância institucionalizada e criança acolhida (3), a criança como sujeito de direito (3), infância e formação docente (2), infância e arte (2), infância, gênero e sexualidade (2), infância e tecnologia (2), infância e relações étnico-raciais (2) e infância e corporeidade (2).

Também outros eixos temáticos aparecem em menor número e proclamavam sobre infância no cotidiano escolar (1), educação e brincar (1), infância e literatura (1), História da Educação (1), infância e políticas públicas de avaliação (1), crianças e suas práticas sociais (1), patrimônio cultural e infância (1), crianças e configurações infantis (1), infância medicalizada (1), estudo do cotidiano (1), infância do e no campo (1).

As investigações analisadas nos permitiram observar que nenhuma pesquisa trata de modo específico de nosso objeto de estudo, sobretudo quando nos reportamos à Amazônia Marajoara. Nessa busca encontramos somente duas dissertações que tratam das populações ribeirinhas. A primeira, intitulada *Infância pantaneira: a percepção de mundo e a constituição de identidade das crianças ribeirinhas,* realizada por Elisangela da Silva França Tedesco, da Universidade do Estado de Mato Grosso, apresentada no ano de 2016, foca na identidade da criança ribeirinha, por meio de suas práticas sociais e culturas infantis, no município de Cáceres, pantanal de Mato Grosso.

O segundo estudo denomina-se *A aprendizagem das práticas culturais na comunidade ribeirinha de Mapiraí de Baixo em Cametá – PA,* de autoria de Rosiellem Cabral dos Passos, da Universidade do Estado do Pará, de 2013. Trata das aprendizagens das práticas culturais de um grupo de pessoas (criança, jovens e velhos) de uma comunidade ribeirinha da Amazônia Tocantina.

No entanto, tais estudos se distanciam de nosso objeto, na medida em que o tema proposto por nós reflete nosso desejo "[...] de discutir as múltiplas possibilidades de investigação sobre a infância numa perspectiva que considere a infância e as culturas infantis como campo de conhecimento da criança [...]" (ALVES, 2014, p. 35) no contexto amazônico[12]. Nosso estudo se preocupou com as dimensões da vida cotidiana da criança ribeirinha da Amazônia Marajoara, desde as

[12] Alves (2007, 2014) se dedica à investigação sobre as infâncias e as crianças da Amazônia. Coordena o Grupo de Pesquisa ECOS através do qual tem buscado "[...] refletir políticas, práticas, embates, tensões e possibilidades de se compreender a heterogeneidade do espaço amazônico, que se expressa de forma bastante significativa no cotidiano da vida, do trabalho, e das relações sociais, culturais e educacionais das pessoas que nele vivem [...]" (ARAÚJO; ALVES; BERTOLO, 2014).

formas como vivencia a natureza por meio do ambiente, espaço geográfico e o tempo, focando no corpo como instrumento de técnicas corporais, os sentimentos que envolvem as crianças nesse espaço e as vivências culturais que emergem nas relações que estabelecem com a família, religiosidade, escola, trabalho, brincadeiras e narrativas orais fantásticas, que se constitui uma das características marcantes do ribeirinho da Amazônia Marajoara, principalmente do curralinense/piriaense.

Nesse sentido, compreendemos o ineditismo desta pesquisa, pois que se constitui em uma investigação com a sua base teórica centrada nos Estudos Sociais da Infância, numa triangulação com outras áreas da ciência: Sociologia da Infância, História da Infância, Geografia da Infância e Antropologia da Criança, possibilitando uma amplitude dos estudos da infância no norte do Brasil, que não se aborda no estado da arte aqui levantado. A investigação exigiu também um referencial teórico pautado em análises sobre o cotidiano, em especial trabalhamos nos apoiando na obra de Certeau (2010, 2013, 2014), além de um aporte significativo nos estudos das culturas de forma geral e de forma específica nos das Culturas Amazônicas, povos amazônicos e aspectos sociohistóricos da região.

Outro ponto a ser considerado diz respeito às categorias que emergiram no decorrer das análises das fontes etnográficas e documental. Diferentemente do que ocorreu em nossa pesquisa, não encontramos nenhuma investigação dessa dimensão e perspectiva no contexto da Amazônia Marajoara, o que fortalece ainda mais o ineditismo deste estudo.

Partindo de nossa opção pelo objeto de estudo, a investigação desenvolveu a tese de que as práticas culturais das crianças ribeirinhas em seu cotidiano na Vila do Piriá – Curralinho/PA são impregnadas de sentidos e significados, o que dá o tom da infância da Amazônia Marajoara, marcada pelas ações habituais que as crianças desenvolvem no dia a dia, ou seja, de suas ações sobre a cultura material e imaterial (REIS, 2018) e da relação que estabelecem com o seu espaço geográfico e seus tempos e lugares.

1.3 A situação das crianças da Amazônia: problema, questões norteadoras e objetivos do estudo

As crianças da Amazônia fazem parte de nossas pesquisas já há um certo tempo, aparecendo em alguns estudos nas áreas urbanas e em outros nas áreas

rurais da região. É difícil não nos encharcarmos com a beleza e a diversidade da infância da Amazônia, com as práticas culturais das crianças, que, apesar da negação aos direitos sociais básicos “[...] ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana [...]”. E ainda acrescenta “[...] muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças” (GALEANO, 1999, p. 11) numa região de miséria social tão grande (RIBEIRO, 2006).

Para apreensão da realidade amazônica e marajoara se fez necessário refletirmos sobre a ótica não do colonizador, mas do oprimido nortista-amazônida, especialmente sobre a condição de subserviente a que foi submetido por séculos e que o obriga “[...] a uma luta e a uma resistência [...] que tem uma história de 500 anos” (MENCHÚ, 1996, p. 195). Deste modo, os postulados decoloniais nos ajudam a pensar crítica e reflexivamente

> [...] a emergência de práticas que reconheçam os sujeitos que se mantém numa colonialidade subjetiva, numa relação de poder que os oprimem e excluem nos âmbitos sociais, culturais, econômicos e políticos, negando suas culturas e identidades, tornando-os invisíveis [...] (SIMÕES; SANTOS; BARROCA, 2015, p. 10).

Neste sentido, os Estudos Sociais da Infância contribuem para uma análise das relações de poder que se estabeleceram desde o período colonial na Amazônia e que mostram o quanto as crianças foram inferiorizadas por meio de práticas abusivas (RAMOS, 2010) de exploração, que lhes deixavam poucas chances de sobrevivência. Essa ponderação nos encaminha para uma outra construção, de caráter político, a fim de que se possa compreender, sistematizar, contextualizar e reconhecê-los como seres humanos, como pessoas, que diante das práticas subalternas de domínio capitalista buscam ser reconhecidas a partir de um processo reflexivo da sua história, a decolonização (CORONIL, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005); essa perspectiva tem o sentido de trazê-las para cima das águas, “[...] dando ênfase na formação da identidade e do protagonismo da criança enquanto sujeito” (SIMÕES; SANTOS; BARROCA, 2015, p. 10).

Pensar a infância e seus atores sociais requer uma análise de como a sociedade foi produzindo ao longo de sua história conceitos sobre esses pequenos cidadãos; sua importância advém da maneira como a sociedade as vê. A esse respeito Ferreira (2004) considera dois processos de definição social da infância e que crianças foram geradas por esta sociedade:

> **1º processo -** [...] a fixação nas dimensões físicas do corpo infantil se tornou a sua marca distintiva por referência aos adultos, porque as propriedades e atributos cognitivos, afectivos e sociais que caracterizam as crianças - amoral, acultural, a-social, imatura, irresponsável, incapaz, irracional - tomam como base o seu estado biontológico [...].
> **2º processo -** [...] abstrair da imensa heterogeneidade biossocial das crianças (género, idades, etnia, classe social) por via da saliência dos aspectos mais uniformes e homogêneos (físicos, psicológicos, morais, afectivos, cronológicos) que caracterizam esta fase da vida, as conceptualizou como fenómeno unitário, como se de um conjunto social indiferenciado se tratasse - a infância - e, ainda, lhes atribuiu uma identidade categorial indexada a níveis etários cada vez mais detalhado [...] (FERREIRA, 2004, p. 12-13, grifo nosso).

Observa-se que os dois processos colocam a criança como um ser em déficit, aquém do desejado e ou esperado. No primeiro processo a criança sempre "será" alguém ou "alguma" coisa; ela não "é", não se faz no presente, no agora. O segundo processo separa, na diversidade que envolve a vida da criança, as dimensões biológica e social, impondo a ela um enquadramento que atenderá à perspectiva adultocêntrica da sociedade, retirando a possibilidade de ser quem ela realmente é – sujeito-criança - que vive uma infância autêntica, inserida numa realidade concreta, de contextos diversificados, pertencentes a grupos sociais distintos, determinando que as crianças do mundo, do Brasil e da Amazônia tenham infância. Enquanto construção social, a infância se constitui numa variável social que jamais poderá ser analisada isoladamente, mostrando que não existe uma infância, mas variedades de infâncias (REIS, 2015; SOUSA, 2014).

A infância, ou melhor, a maneira como é vivida, não é igual em toda parte, mas se difere de lugar para lugar. Cada sociedade tem sua cultura e por meio dela designa critérios que determinam como ela será residida pelas crianças. Deste modo, o conceito de infância e criança de maneira alguma pode ser reduzido a uma forma "[...] generalizada ou universalizada, através de fatores do tipo cronológico ou biológico" (SOUSA, 2014, p. 257).

Embora esse estudo opte por uma visão de infância e criança ribeirinha como ator social, a realidade vivida por elas é dura e diz muito do processo histórico de opressão que reflete, ainda hoje, a sua luta diária para sobreviver a tanto descaso, "[...] cuja realidade cultural é marcada pela precariedade social, econômica e política, [...], que na região amazônica, em particular, negligenciou as peculiaridades regionais e as singularidades locais [...]" (SILVA, 2007, p. 48). Observando esse quadro nos ancoramos em Lander (2005) ao considerar que uma das alternativas ao pensamento eurocêntrico-colonial que negligenciou as crianças, renegou sua

história, é olhar o mundo, agir sobre ele e interpretá-lo dando um outro significado e principalmente agir de maneira consciente, participativa, garantindo que as crianças sejam ouvidas onde quer que estejam.

A realidade social de pobreza e miséria tem marcado a vida dos ribeirinhos da Mesorregião do Marajó, local onde se situa a Vila do Piriá, explicitada na introdução do IPS Amazônia (2014) ao afirmar que “o cidadão comum desta região enfrenta enormes deficiências em quase todos os componentes do progresso social”, o que se comprova nos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), na falta de políticas públicas para saúde, educação, infraestrutura e transporte, por exemplo. Ribeiro (2006, p. 280) salienta que “[...] em nenhuma outra região brasileira a população enfrenta tão duras condições de miserabilidade quanto os núcleos caboclos dispersos pela floresta [...]”.

É nesse contexto de falta de políticas públicas comprometidas com a população amazônida que buscamos analisar que lugar tem ocupado neste cenário a infância vivenciada pelas crianças ribeirinhas, como estas têm sido tratadas em nossa sociedade e como constroem suas histórias nessa região repleta de diversidades, pois compreendemos que:

> [...] políticas para a infância precisam ter como horizonte humanização e resgate da experiência, para que crianças e jovens possam ler o mundo, escrever a história, expressar-se, criar, mudar, para que se reconheçam e consolidem relações de identidade e pertencimento [...] (KRAMER, 2011, p. 114).

As crianças são submetidas a vários tipos de violência, evidenciando-se na sociedade aquelas que geram agressões contra a integridade física, sexual e moral. Existem, no entanto, outros tipos de violência, camuflados como rotinas da administração pública, como a violência nutricional, violência cognitiva e violência que retira delas o direito básico à saúde.

O que chamamos de violência nutricional diz respeito ao direito que é negado à criança-aluno de se alimentar na escola, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Em muitas instituições educativas da região da Amazônia Marajoara a merenda que chega é insuficiente para atender os dias letivos. Os produtos são de qualidade duvidosa (sem marca e com validade vencida) e de pouco valor nutricional, como sucos artificiais, enlatados (conservas) e embutidos

(presunto e mortadela), ressaltando-se ainda que em grande parte é o único alimento que os alunos consomem em muitas horas de idas e vindas nos barcos escolares. Mesmo aqueles que residem próximo têm a necessidade do alimento oferecido na escola, pois lhes falta em casa, principalmente no período do inverno amazônico, na entressafra do alimento principal, o açaí. As chuvas que provocam cheias nas áreas de igapó impedem a caça, a pesca e o plantio nesse período.

Em relação à violência cognitiva, a falta de alimentação, bem como de combustível para os barcos escolares, provoca uma diminuição na quantidade de dias letivos (mínimo de 200 dias, segundo a LDB - Lei nº 9.194/96); durante o ano de 2015 as escolas da Vila do Piriá tiveram entre 140 e 150 dias letivos, o que significa tirar da criança-aluno um tempo precioso de aprendizagem e interação social.

O acompanhamento das crianças na área da saúde nas comunidades da Amazônia, em geral, é precário. A presença de médicos, enfermeiros, nutricionistas e odontólogos é quase inexistente, com exceção das sedes dos municípios. O calendário básico de vacinação nem sempre é obedecido em virtude da distância e da indisponibilidade financeira para arcar com as despesas de passagem e alimentação até uma unidade de saúde; esse calendário geralmente é atualizado apenas quando ocorrem as campanhas nacionais de vacinação. Os atendimentos são realizados na maioria das vezes pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que trabalham com acompanhamentos básicos a crianças e gestantes, orientações de higiene e saúde, além de encaminhamentos dos casos mais complexos para a unidade de referência do município. A falta de profissionais qualificados impossibilita, em muitos casos, o acompanhamento do pré-natal e das crianças, o atendimento emergencial nas situações de acidentes e doenças graves, entre outros.

Assim como sua extensão territorial, a Amazônia Marajoara também abriga uma extensão de problemas que têm afetado mais diretamente as crianças, como resultado da baixa prioridade nas políticas econômicas e sociais[13] a elas destinadas, demonstrada na sua condição de vida e de morte (ROSEMBERG, 2017).

É nessa região de contrastes que buscamos mostrar “[...] que a dívida brasileira para com a criança não ocorre apenas da desigual distribuição de rendimentos pelos seguimentos sociais [...]” (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 18)

[13] Rosemberg (2012, 2017) buscou com suas pesquisas e na sua militância garantir o acesso à educação e qualidade no atendimento das crianças e dos bebês.

mas decorre também da má distribuição dos benefícios das políticas sociais, como podemos observar em todas as Mesorregiões do estado do Pará, incluindo a Mesorregião do Marajó.

A despeito deste quadro, neste estudo, considerando as crianças como protagonistas da sua história, se fez necessário conhecê-las no seu espaço e as relações que estabelecem nesse universo, como nos fundamenta Alves (2014) ao completar

> [...] que é preciso [...] conhecer quem são, como vivem, como é seu grupo de interação, quais suas preferências e o que elas pensam a respeito de si mesmas, das relações com os seus pares e com os adultos, acerca do mundo em que vivem entre outras questões [...] (ALVES, 2014, p. 40).

Portanto, foi acreditando no potencial que a criança possui de dizer de si e do mundo na qual está inserida, que nos lançamos a campo, mas "[...] sem a pretensão de "ver" ou apreender a totalidade, o desafio é não desconsiderar nem desconhecer práticas [...] cotidianas em sua complexidade, pluralidade, diversidade e singularidade [...]" (SAMPAIO, 2003, p. 17), mas trazer ao diálogo com as ciências as questões que emergem das práticas cotidianas das crianças, principalmente.

Compreender a infância amazônica é abrir possibilidades para entender a identidade do ser que "[...] cria, renova, interfere, transforma, reformula, sumariza, ou alarga sua compreensão das coisas, suas ideias, por meio do que vai dando sentido a sua existência" (LOUREIRO, 2007, p. 11).

Deste modo, as questões para as quais buscávamos respostas diante do quadro desalentador acima descrito, de falta de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento e bem-estar da criança ribeirinha por um lado, e por outro as vivências das crianças na cotidianidade (re)construindo práticas culturais, emergiram de nossas inquietações em querer saber o que dizem as crianças da Amazônia Marajoara sobre sua história de vida nesse lugar. Após situarmos o tema de estudo, as questões norteadoras desta pesquisa centraram-se nas seguintes indagações: o que dizem as crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA sobre suas identidades marajoaras? O que falam as crianças da Vila do Piriá – Curralinho/PA acerca de suas práticas culturais e educacionais? Quais os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA?

Esses questionamentos nos encaminharam para a definição do ponto central de nosso estudo, no seguinte problema de investigação: Quais os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá - Curralinho/PA?

Para responder a esta questão central formulamos como objetivo geral analisar os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA, e como objetivos específicos investigar o que dizem as crianças sobre suas identidades marajoaras, analisar o que elas falam acerca de suas práticas culturais e educacionais, identificar os sentidos e significados das suas práticas culturais cotidianas e examinar de que maneira se deu a constituição histórico-administrativa do município de Curralinho/PA e, consequentemente, da Vila do Piriá.

Para compreender a história das infâncias e das crianças na Amazônia fez-se necessário um aporte histórico desde a chegada dos primeiros colonizadores até os dias atuais, indispensável para entendermos a situação dos sujeitos-crianças sempre tão abandonados nessa parte do Brasil.

1.4 A infância na Amazônia: aspectos da sua história

Com o advento das grandes navegações, no Brasil a Amazônia torna-se alvo da imposição da cultura europeia, onde a infância era desconsiderada, as crianças “[...] não eram percebidas, nem ouvidas. Nem falavam, nem delas se falava [...] (LEITE, 2011, p. 21).

Os grupos indígenas foram impactados por essa cultura, ao longo das diversas ocupações que se sucederam na região, além da imposição de um estilo de vida a que foram submetidos pelos portugueses, principalmente, de maneira incisiva e por um tempo prolongado. As crianças curiosas e ávidas por aventuras estavam sempre à espreita observando, ajudando e sendo mandadas a fazer algo, e aprendiam com facilidade tudo o que lhes era ensinado.

As expedições que chegavam ao Brasil e na Amazônia tinham a função de dominar por meio da opressão explícita (escravidão) e implícita (catequese), por exemplo. As crianças interagiam no seu grupo e nas demais comunidades tribais, o que fez com que os europeus, sobretudo os portugueses, percebessem que elas poderiam ser a estratégia que precisavam para conquistar os demais membros de

outras etnias, como observou Altman (2010) ao analisar o papel da criança nesse contexto:

> Com a chegada dos jesuítas [...] começam estes por tentar conquistar primeiro as crianças com quem aprendem noções da língua, passando logo a utilizá-las como intérpretes [...]. Formam então coros de meninos que levam em suas expedições de catequese. Então entram pelas povoações, as crianças à frente, entoando as ladainhas e outras crianças rapidamente se agregam ao séquito, pulando, cantado e dançando (ALTMAN, 2010, p. 241).

Posteriormente os religiosos utilizam outras linguagens (teatro e dança) como mecanismo de imposição de sua cultura e domínio europeu na Amazônia. Peças teatrais de cunho religioso são encenadas nas aldeias objetivando a transmissão de uma nova cultura, “Embora habituados a uma vida nômade, os índios vão assimilando os novos costumes, ganhando novos conhecimentos, mas perdendo muito de sua cultura primitiva” (ALTMAN, 2010, p. 241).

A colonização na Amazônia, que durou aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) anos, provocou o extermínio de grande parte da população indígena, dizimada pelas armas de fogo dos conquistadores e também pelas doenças trazidas pelos europeus, como a varíola, o sarampo, a catapora, a gripe e a tuberculose (ANDRADE, 2011). O contato estabelecido possibilitou a proliferação de doenças até então aqui desconhecidas, especialmente entre as crianças. Além do que os “[...] índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer [...]” (QUIJANO. 2005, p. 120); as crianças não ficaram de fora deste contexto, elas também trabalhavam até o esgotamento.

Os europeus que ancoraram na região eram na maioria homens; mas mulheres e crianças também faziam parte dessa grande aventura. Eram submetidas a todo tipo de violência, além de realizarem trabalhos pesados, de terem uma alimentação escassa e viverem em péssimas condições sanitárias nos porões das embarcações que chegavam à Amazônia, o que ocasionava doenças, levando-as em muitos casos a óbito (RAMOS, 2010).

A quase totalidade das crianças aqui chegadas era constituída de órfãos e pobres, vendidas por suas famílias, capturadas nas vias públicas ou sequestradas. Poucas eram as que vinham acompanhadas de pais ou parentes. Os meninos eram submetidos à exaustão de sua força de trabalho e violências físicas, morais e sexuais. As meninas, geralmente oriundas dos orfanatos, eram enviadas a fim de

suprir a falta de mulheres brancas na Colônia, mas durante as viagens também sofriam violência de toda ordem, eram guardadas para não sofrerem com os assédios e estupros dos tripulantes; além disso eram as mais visadas durante os ataques dos piratas. A selvageria era tão grande que “[...] crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violentadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manterem-se virgens, pelo menos, até que chegassem à Colônia” (RAMOS, 2010, p. 19) e depois mandados para a Amazônia.

Os colonizadores portugueses ponderavam que o ciclo de vida da criança era curto, uma vez que a média de vida era de 14 anos, em Portugal, e que a maioria dos nascidos vivos ia a óbito antes dos sete anos de vida (RAMOS, 2010). Por viverem poucos anos, era necessário explorar o máximo de sua força de trabalho para que, de certa forma, pagassem o tempo de vida que tivessem. Baseados nesta concepção, os portugueses estabelecem a prática da exploração das crianças na Amazônia. Em relação a tal situação, Priore (2010, p. 84) considera que “há pouquíssimas palavras para definir a criança no passado [...] “meúdos”, “ingênuos”, “infantes”, são expressões com as quais nos deparamos nos documentos referentes à vida social na América portuguesa [...]”, e que traduzem como a criança era concebida pelos adultos colonizadores.

A ambição gerada pela expectativa de enriquecimento leva os europeus a ignorarem “[...] a identidade dos povos indígenas, acusando-os de não ter religião ou de desconhecer a agricultura [...]” (PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 20). Desconsideram suas culturas, colocando-os numa condição de inferioridade, forçando a viverem sob um regime de escravidão homens, mulheres e crianças.

Nesse contexto há uma dupla visão de infância, do nativo e do europeu, na qual “[...] são construídas social e historicamente: a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização social” (KRAMER, 2011, p. 96). Desta maneira a criança é vista pelo nativo e pelo europeu na Amazônia Colonial de maneira díspar. O nativo considera a criança como parte integrante da sociedade, o cuidado com a sua criação é do pai e da mãe, embora o pai seja o maior responsável pela educação do menino e a mãe pela educação da menina. Desde os primeiros sinais de que mais um membro da família está chegando, o pai se envolve no trabalho de parto, ajudando a mulher a dar à luz, o que para o homem da Amazônia é “[...] considerado como questão de honra prestar os maiores cuidados à

mãe para que a criança não sofra" (ALTMAN, 2010, p. 231), além dos cuidados posteriores que ambos exerciam na alimentação, na saúde, no brincar, na espiritualidade e na transmissão cultural.

Com relação à importância da criança e do papel dos pais na sociedade indígena, Priore e Venancio (2010) afiançam que

> [...] o cordão umbilical do filho homem era cortado com os dentes pelo pai, enquanto as meninas recebiam da mãe os primeiros cuidados. Depois de banhados no rio e pintados com urucum e jenipapo, os pequenos eram submetidos à cerimônia do *itamongaué*, cuja intenção era lhes proporcionar um bom futuro. Durante o resguardo, os pais não trabalhavam, alimentando-se exclusivamente de farinha de raiz (*ouic*) e água. Evitavam, simbolicamente, que seus pequenos tivessem cólicas. Tais hábitos - a *couvade* - simbolizavam a importância do papel paterno na geração de uma criança. Esta recebia, ao nascer, objetos por ele confeccionados. Pequenos tacapes, arcos e flechas em miniatura tinham por objetivo tornar o filho um excelente caçador. Durante um ano e meio, tempo em que durava o aleitamento, mães e filhos não se desgrudavam. Envoltos em pano denominado *typoia*, as pequenas criaturas eram carregadas, nas costas ou nos braços, até durante o trabalho nas roças. A forte ligação entre pais e filhos chamou a atenção dos europeus: "são obedientíssimos a seus pais e mães e todos muito amáveis e aprazíveis" (PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 22).

Na cultura dos nativos da Amazônia Colonial há uma preocupação com o bem-estar dos pequenos; a criança é percebida e valorizada. A chegada de mais um membro na comunidade gerava uma comoção social, todos ficavam aguardando o momento em que o choro da criança abria seus pulmões, para então fazerem seus agradecimentos e pedidos de proteção aos espíritos.

Já para o europeu, eram consideradas incapazes, dependente e submissa ao pátrio poder (MARCÍLIO, 2010). O recém-nascido, por carecer de maiores cuidados, precisava de alguém adulto para ficar próximo, o que diminuía a mão de obra nas atividades, e não era visto com bons olhos. À medida que iam crescendo, os pobres eram usados como mão de obra barata, que podia ser explorada em todas as suas dimensões e a qualquer tempo, e estavam sujeitos às maiores violências, assim como aqueles que chegavam nas embarcações europeias. A esse respeito Ramos (2010) nos esclarece que meninos e meninas eram submetidos a tantos abusos que lhes restavam poucas saídas - escravidão ou morte - como nos assegura o autor:

> Os meninos ainda não eram homens, mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão de obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade ainda considerada casadoura pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha

> espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer (RAMOS, 2010, p. 48).

As crianças eram violentadas de muitas formas; a proteção à vida e à sua integridade era quase inexistente. Em muitos casos os colonizadores mantinham as meninas virgens a fim de serem trocadas no comércio por homens escravos (índios, fugitivos de navios e presos da coroa), alimentos, especiarias e outros produtos que porventura estivessem faltando nos navios.

Os escritos desse período mostram que os colonizadores pouco davam importância à figura da criança. Nas narrativas consultadas, a expedição de Pedro Teixeira pela foz do rio Amazonas (1637-1638) é a que apresenta com mais detalhe a população embarcada na grande aventura, em torno de 2.500 pessoas, das quais destacamos mulheres com crianças, provavelmente seus filhos, e meninos trabalhadores (BEZERRA NETO, 2001).

Teixeira lutou em muitas frentes de guerra contra os holandeses no rio Xingu, contra os ingleses ao longo da margem esquerda do rio Amazonas e também contra os índios Tupinambás no rio Tapajós, para escravizá-los, no que foi exaltado pela coroa portuguesa (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014). Nesses vários conflitos a criança (europeia e indígena) também era atingida; as meninas eram levadas para o serviço doméstico e sexuais, em muitos casos, para viverem em forma de concubinato com os navegantes e com os outros portugueses que já viviam na região; os meninos taludos (entre 12 e 16 anos) eram capturados e levados como escravos para trabalharem nas embarcações e nos serviços de retiradas das drogas do sertão.

Os europeus que já estavam na região, como ingleses, franceses e holandeses, usavam a mesma tática de escravização da população local, colocando-os na condição de servis.

A ocupação portuguesa na Amazônia também se deu por meio dos aldeamentos de Missões ou Ordem Religiosas, as quais foram consideradas estratégicas no processo de ocupação e dominação da região, a partir de um trabalho de convencimento realizado pelos colonos e principalmente pelos missionários que efetivaram o que denominaram de “descidos” e ou “descida” na qual os índios eram levados a morarem nas aldeias e vilas portuguesas e trabalharem na exploração dos produtos da floresta e ou nas lavouras como domesticados ou escravos (GONÇALVES, 2012). As crianças eram catequisadas nos aldeamentos, o que facilitava a descida de seus pais e parentes.

Nesse processo famílias inteiras foram domesticadas pelos missionários, porém, a consequência foi trágica - o esvaziamento das aldeias - que se deu por morte em virtude das várias doenças a que foram submetidos com a chegada dos europeus, por conflitos e pelo pesado trabalho de colheita das drogas. Veríssimo e Pereira (2014) salientam que

> A conversão dos índios e a sua "descida" para as vilas e aldeias portuguesas afetou as diferentes culturas e modos de produção das populações indígenas que viviam nas margens do rio Amazonas e seus afluentes. Nesse período houve esvaziamento das aldeias porque muitos indígenas deixavam de trabalhar para a sua própria família e comunidade para se dedicar às colônias e, principalmente, porque a grande maioria foi morta por doenças, guerras e excesso de trabalho (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014, p. 44).

Esse era o quadro de exploração da população nativa, incluindo as crianças que participavam ativamente das atividades dos pais, bem como dos mestiços e dos brancos pobres que vieram da Europa: meninos órfãos, os pajens e os mendigos (CHAMBOULEYRON, 2010). Com a chegada das Missões e as dificuldades enfrentadas (falta de alimento, doenças, escravidão), muitas crianças eram entregues aos cuidados dos religiosos para serem catequisadas e iniciadas nas letras.

Um dos resultados do processo de escravidão da sociedade indígena na Amazônia foi a diminuição considerável dessa população, por doenças, fugas e mortes. As crianças foram as maiores vítimas dessa catástrofe, muitas ficaram órfãs e à mercê dos colonizadores, mas as doenças foram as maiores causas de morte das crianças nesse período (BARBOSA, 2016).

Os estudos em que se localizam as infâncias na região, "[...] não podem se furtar em sempre recuperar a história do capitalismo na Amazônia [...]" (ARAÚJO, 2014, p. 117). O povo amazônida foi marcado como seres inferiores por natureza (RODRIGUES, 2013), por meio de uma construção *eurocêntrica*, que estrutura mecanismos de dominação partindo de experiências em outros territórios, objetivando impor suas características histórico-culturais como modelo de superioridade e universalidade (LANDER, 2005), sem considerar a diversidade e muito menos a particularidade desses povos que compõem os diversos espaços desta região. Nesse contexto, as crianças se destacam pela capacidade de se movimentarem e interagirem no seu *lócus* com seus pares, possuírem uma linguagem própria, utilizando o corpo para falar por gestos e olhares, seus sentidos

como instrumentos de absorção do cheiro e do sabor que dão sentido à vida, fazendo delas estranhas no seu próprio ninho. Os colonizadores nunca compreenderam sua natureza, considerando-as quase sempre invisíveis.

Os europeus cuidaram de forjar uma identidade para o homem amazônida; a ideia de que o nativo é “inconstante, despreocupado, sedentário, desambicioso, indolente, desleixado, degradado” (VERÍSSIMO, 1970, p. 86) foi maquinada e levada avante pelos navegantes. Contrapondo-se a esta ideia, Loureiro (2000b) adverte que a grandiosidade da região e a possibilidade de retirar da natureza o seu sustento faz o modo de vida do homem amazônida parecer *diferente* para os que aqui se instalaram com objetivos de enriquecimento por meio da exploração, que estereotiparam a população de “[...] ignorantes, incapazes de assimilarem os padrões de modernidade que a cidade oferece, sem ambições pessoais, de fala típica e ridícula, interioranos, primitivos, aos quais se adita a omissão dos poderes públicos” (LOUREIRO, 2000b, p. 37), conceitos que se espalharam e se firmaram durante centenas de anos no Brasil e em países da Europa, como Portugal e Espanha.

Esse olhar do colonizador sobre o homem amazônida, que deixa de considerá-lo como ele o é, imerso na sua cultura, inclui também a criança. Contradizendo a ideia de que o amazônida é preguiçoso, entre tantos outros estereótipos imputados ao adulto e à criança, Loureiro (2000b) argumenta que

> [...] situado diante de uma natureza magnífica de proporções monumentais, o caboclo, como homem amazônico, o nativo da terra, além de ter criado e desenvolvido processos altamente criativos e eficazes de relação com essa natureza, construiu um processo cultural dissonante dos cânones dominantes. O caboclo humanizou e colocou a natureza na sua medida [...] (LOUREIRO, 2000b, p. 37).

Neste sentido, o amazônida harmoniza-se com a natureza, retira dela o que é necessário para sua sobrevivência (alimentos, remédios, materiais para construção de moradia, ferramentas de caça, de guerra, utensílios domésticos e etc.), aprende com ela quando vai chover, quando há grandes quantidades de peixes nos rios, o que dizem os movimentos das luas e das marés, entre outros.

Com a falta de mão de obra para a lavoura, a decadência do cultivo do cacau, posteriormente arroz e outros produtos foram se acentuando. A importação de escravos negros para toda a Colônia se tornou uma reivindicação à Coroa portuguesa pela necessidade de se fazer ressurgir o cultivo desses produtos com

força de mercado, mas principalmente para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro.

Na Amazônia, os negros chegam em meados do século XVIII. Foram empregados nos canaviais e nas lavouras de arroz e algodão (SALLES, 2004). Além de serem colocados nas casas dos senhores e nas atividades domésticas, as mulheres eram as que mais se ocupavam dos trabalhos da casa grande. Para as escravas conceber um filho não consistia em receber uma bênção, mas para os donos tinha certo valor, pois se tornavam amas de leite para alimentarem seus filhos; para as escravas, parir significava a garantia de sobrevivência dos filhos dos senhores, já para seus filhos a desnutrição e a morte eram certas. A escassez de leite materno e a falta de cuidados adequados aos recém-nascidos, em virtude de terem que retornar aos afazeres da casa e da roça em três semanas, deixando os pequenos aos cuidados de idosos e outras crianças, causavam um alto índice de mortalidade infantil entre as crianças escravas, pois a vida do pequeno negro era pouco valorizada (SCARANO, 2010). Ressalta-se ainda que as crianças maiores (meninos) acompanhavam os homens nos serviços pesados da lavoura.

A lavoura da cana-de-açúcar se expandiu pelas margens dos rios da Amazônia, onde se instalaram engenhos com uma numerosa população de escravos (SALLES, 2004), em cujos locais as crianças se faziam presentes como força de trabalho na lavoura. Além disso, elas podiam também ser tiradas dos pais a partir dos sete anos e vendidas para outros senhores (SCARANO, 2010). Neste período, o nascimento de crianças “[...] fruto da união, nem sempre fortuita, de homens brancos e mulheres “de cor”, escravas ou livres [...]” (SCARANO, 2010, p. 121) era muito comum.

Com a mata densa da Amazônia, a fuga de negros em busca de liberdade era intensa para o interior da floresta, no Pará, resultando na formação de quilombos em vários pontos da Província, os quais se tornaram espaços de resistência e luta (SALLES, 2004, 2005). Em 1856 a população de cor (livre e escrava) do Pará era de 85.029 indivíduos, segundo dados do Relatório apresentado pelo Presidente Sebastião Rego Barros à Assembleia Legislativa do Estado, na sessão de 7 de fevereiro deste mesmo ano. Desse total, 26.195 eram menores: escravos pretos, escravos pardos, pretos livres, pardos livres; havia ainda uma população de 20.556 escravos cadastrados sem quaisquer informações sobre eles referentes a cor, sexo e idade (SALLES, 2005).

Os dados acima revelam que as crianças representavam uma parcela considerável do contingente populacional do século XIX na região amazônica, embora, “[...] a desvalorização com que eram tidos os escravos, sobretudo as escravas e mais ainda as crianças, pouquíssimos mencionadas em assuntos de vida diária nos documentos oficiais que tratam da região [...] (SCARANO, 2010, p. 119), demonstra a falta de interesse em explanar como viviam, especificamente mulheres e crianças negras, nessa parte do Brasil.

Nas duas últimas décadas do século XIX se inicia no Brasil o movimento abolicionista, tendo à frente intelectuais, trabalhadores e artistas que lutavam pelo fim da escravidão. A luta se fortalece à medida que médicos, advogados e escritores retornam da Europa, para onde tinham ido a fim de completar seus estudos, tomando conhecimento de que países como Dinamarca e França já haviam declarado a extinção da escravidão, e o Brasil não podia ficar indiferente à questão. Com a abolição da escravidão no final do século XIX e o movimento das grandes guerras na primeira metade do século XX, o Brasil vive um processo imigratório internacional; é mão de obra que chega para em parte preencher a lacuna deixada pelos escravos negros nas lavouras de café e cana-de-açúcar. Famílias inteiras aportam e se deslocam para várias partes do país.

As políticas de desenvolvimento para a região Amazônica, ao longo dos séculos, baseadas no modelo europeu, serviram para aprofundar as diferenças sociais, ou mesmo legitimá-las como o melhor caminho para o “progresso” da região (ACOSTA, 2005). Neste sentido, Pizarro (2012) assegura:

> A Amazônia é uma região cujo traço mais geral é o de ter sido construída por um pensamento externo a ela. Ela tem sido pensada, em nível internacional, através de imagens transmitidas pelo ideário ocidental, europeu, sobre o que eles entendem ser sua natureza, ou, em outras palavras, sobre o lugar que a Amazônia ocupou na sua experiência, imagem que foi ratificada em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios de cientistas, informes de missionários [...] (PIZARRO, 2012, p.31).

Uma política “[...] que consiste em dar primazia ao mercado e não à vida, pouco considerando o meio ambiente e garantindo incentivos para os grandes projetos de grupos nacionais e internacionais [...] desconsiderando a população nativa [...] (CARVALHO, 2012, p. 135), em que se busca não o respeito pelos seus habitantes nem pelos seus modos de vida, mas o que pode ser arrancado dela - seus recursos naturais (GONÇALVES, 2012) - constitui um modo perverso de

destruição da vida e das práticas culturais de um povo.

A Amazônia, então, passa a ser vista apenas como um espaço grandioso, de exuberâncias e riquezas naturais. Com a afirmação do capitalismo mundial, a região passa a ter uma função básica de "[...] fornecedora de matéria-prima e reserva de mão-de-obra barata [...]" (PASUCH; SANTOS, 2012, p. 113), principalmente para atender os grandes projetos multinacionais que se instalam na região a partir dos meados do século XX. Desta maneira, a lógica que se estabelece é que os povos amazônicos estão sob dominação capitalista e sobrevivem com o que retiram da floresta, dos rios ou das pequenas roças familiares, portanto, não necessitam de grandes investimentos (CRISTO, 2007) e muito menos de políticas públicas que atendam suas necessidades básicas.

Italianos, japoneses e sírio-libaneses (MUTO, 2010; EMMI, 2013) formaram as maiores colônias de imigrantes na região. Para Muto (2010, p. 37) "[...] a decisão de migrar fica mais centrada no chefe da família. Por exemplo, as crianças são levadas pelos pais, as mulheres são muitas vezes obrigadas a acompanhar o marido [...]". Deste modo, a vinda de mulheres e crianças para esse território não foi uma decisão própria, mas uma imposição a que estavam submetidos, o que nem sempre trazia tranquilidade familiar, mas conflitos diante das adversidades que enfrentavam numa região pouco conhecida e com muitos desafios a serem vencidos.

Por outro lado, internamente, o Brasil vive também um intenso processo migratório, em particular a Amazônia, com a exploração da borracha em larga escala[14]. Expulsos pela grande seca que assolava os sertões (SALLES, 2004; GONÇALVES, 2012), aportam na região, durante os anos de 1860 a 1912, cerca de 300 a 500 mil nordestinos (GONÇALVES, 2012). Mais tarde, entre os anos de 1943/1945, 60 mil homens são recrutados no nordeste brasileiro pelo governo de Getúlio Vargas para trabalharem nos seringais da Amazônia, formando o "Exercito da Borracha". Destes, cerca de 31 mil morreram de malária, febre amarela, hepatite, assassinados por índios e jagunços e mortos por onças (CASTRO, 2013), o que mostra a situação de flagelo dos imigrantes nordestinos.

Castro (2013) avaliza que seduzidos pela jura de terra e emprego na

[14] O chamado Ciclo da Borracha se constituiu um marco da história econômica e social da região amazônica, do Pará e do Brasil, período em que se deu com maior intensidade a extração de látex e comercialização da borracha na Amazônia. Viveu seu apogeu entre 1879 e 1912, tendo depois experimentado uma sobrevida entre 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial (1939-1945) (GONÇALVES, 2012).

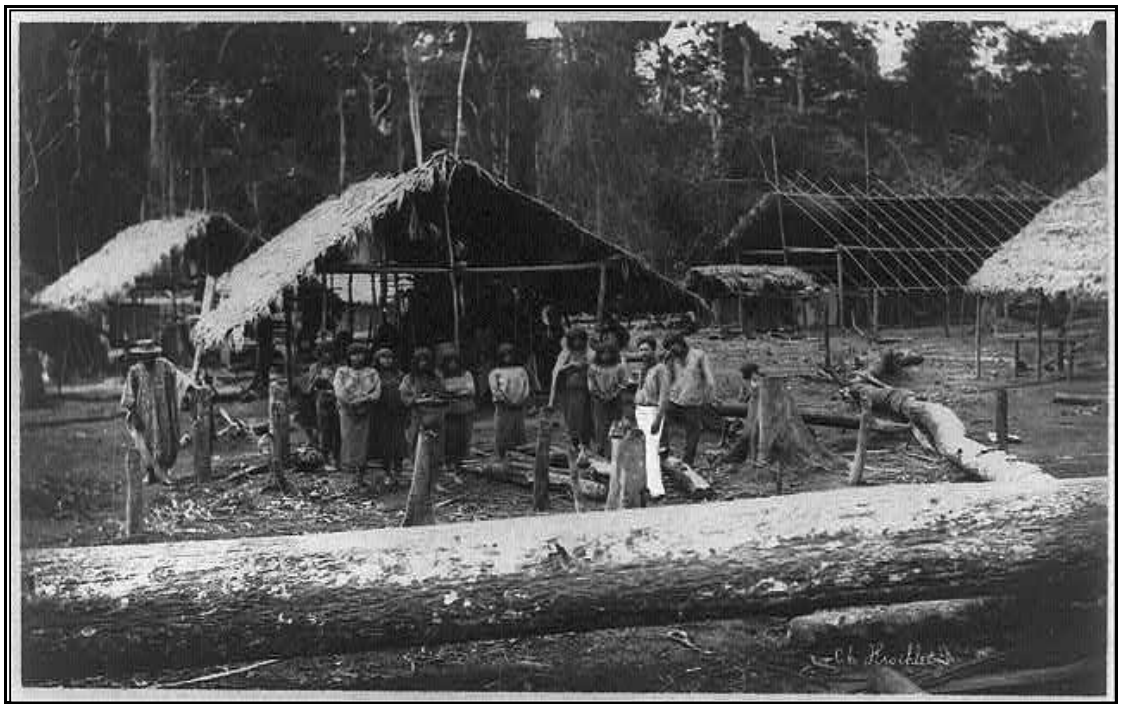
Amazônia, milhares de nordestinos deixavam suas famílias, quando solteiros, ou traziam juntos, quando casados. Famílias numerosas se instalaram em várias partes da Amazônia buscando melhores condições de vida; os homens se embrenhavam nas matas colhendo látex, enquanto as mulheres tinham apenas duas opções: ficar em pequenas vilas, lugarejos ou cidades com suas proles esperando a visita dos maridos de tempos em tempos ou acompanharem os mesmos na aventura dentro das matas, quando toda a família se envolvia no corte e coleta do látex, inclusive as crianças. Neste sentido, Silva e Silva (2017) analisam que

> O modo de vida nos seringais, como sabemos, não é nada fácil. Desde muito cedo as crianças começam a dar seus primeiros passos rumo às atividades desempenhadas por seus pais, tios e avós. Assim, desde pequenas as crianças são familiarizadas com a natureza (SILVA; SILVA, 2017, p. 10).

A vida nos seringais era difícil; as insalubres condições de trabalho e moradia no meio da mata, a alimentação precária e os constantes conflitos com as comunidades indígenas[15] geravam uma situação de extrema pobreza enfrentada pelos seringueiros nos acampamentos no meio da floresta, conforme se demonstra na imagem abaixo.

[15] Silva e Silva (2017, p. 6) asseveram que “a constituição dos seringais, nem sempre se fazia de maneira amistosa. Assim, esse novo espaço configurava-se mediante muitos conflitos, principalmente com as tribos indígenas, em que os seringalistas, para expandir ou colocar novos seringais, dizimaram tribos inteiras, utilizando, na maioria das vezes, métodos de extermínio [...].

Imagem 1 - Condições de moradia dos seringalistas e famílias no meio da floresta amazônica durante o Ciclo da Borracha.

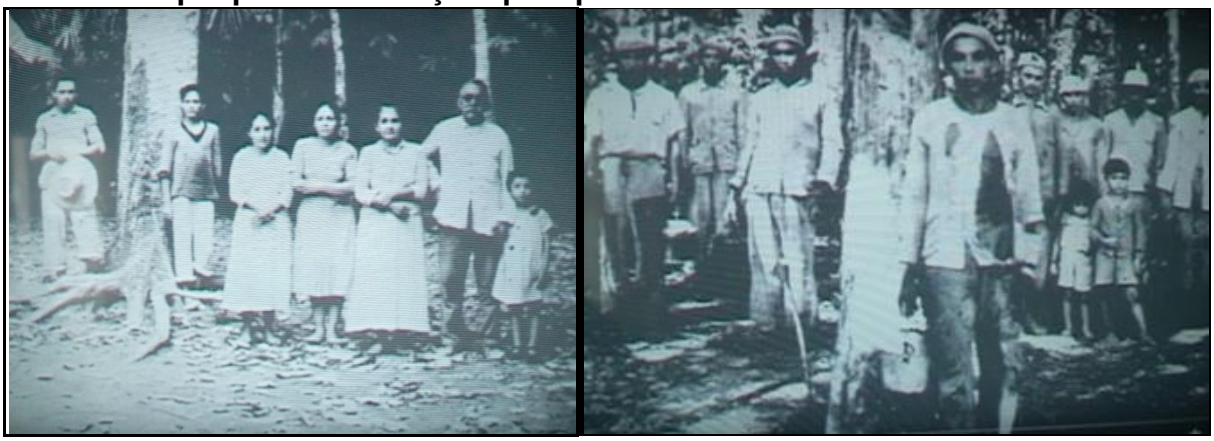


Fonte: (IBC BORRACHAS, 2017).

Silva e Silva (2017) esclarecem que havia uma convivência no mesmo espaço geográfico dos nativos, imigrantes europeus e asiáticos, negros e nordestinos, estimulando a miscigenação formada a partir dessas etnias, porém, nem sempre harmoniosas.

Estes autores reforçam ainda que a forma de trabalho nos seringais, especificamente o corte da seringa, era aprendida pelas crianças entre oito e doze anos de idade. A partir desta fase da vida as crianças participavam ativamente das atividades produtivas, embora não recebessem o valor econômico correspondente ao seu trabalho, pois eram considerados “ajudantes” dos pais, irmãos mais velhos, tios e avós. Sua produção era incorporada aos dos familiares, portanto, não havia um valor financeiro atribuído às horas de trabalho dedicado ao corte ou coleta do leite da seringueira.

Imagem 2 - Trabalhadores e suas famílias nos seringais da Amazônia, com destaque para as crianças que aprendiam o ofício desde muito cedo.



Fonte: (CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ, 2017).

Os estudos de Corrêa, Oliveira e Tada[16] (2015) nos mostram, por meio de depoimentos de mulheres que conviveram nos seringais, como as crianças tinham uma rotina de trabalho dura; Cunhã-Poranga[17] e Boitatá, interlocutoras da pesquisa, asseveram que:

> Todo tempo trabalhando desde criança, comecei a trabalhar com 10 anos mais meu pai. Meu pai era doente, eu ajudava ele. Ajudava ele em roça, minha mãe ajudava ele colher, ajuda ele a carregar saco, ajudava ele a defumar a borracha, tudo isso eu fiz, desde criança, fui criada lá meu filho, na batalha, eu fui criada. Meu pai era seringueiro desde o tempo da Guerra (Cunhã-Poranga) (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015, p. 438).

> Desde menina que nós trabalhava, nós fomos criados assim no trabalho mesmo, nesse tempo não tinha negócio de estudo; era só trabalho mesmo. Todo mundo que trabalha no seringal, era só trabalhar mesmo [...]. Quando terminava o inverno [época das chuvas], nos ia roçar varadouro, roçar estrada; chegava meio-dia já pra cortar negócio da estrada para cortar seringa, quebrar castanha, tudo isso nós fazia. [...]. Nós fomos criado assim, no trabalho pesado, e ainda tinha um tal de roçado que tinha que plantar e tudo (Boitata) (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015, p. 442).

Observamos nas falas das interlocutoras que o trabalho deixava pouco tempo para outras atividades, como para frequentar a escola e a para lazer, por exemplo. Mas, mesmo com toda a carga de trabalho que as obrigavam a permanecerem “ajudando” os adultos por períodos longos, elas conseguiam transgredir os padrões estabelecidos e a diversão no seringal se fazia presente por meio das brincadeiras, como nos referenda Caiapora, outra interlocutora:

[16] Os autores desenvolveram uma pesquisa qualitativa com método da História Oral Temática (HOT) com mulheres que viveram nos seringais da Amazônia. O objetivo do estudo foi mostrar a vida no seringal e as relações vividas por essas mulheres (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015).

[17] Os nomes das interlocutoras são fictícios.

> [...] num tinha diversão de nada [...], nós fazia piseiro, brincava muito, nós brincava de carnaval, a nossa brincadeira era assim, fazia carnaval no tempo do carnaval saía na rádio né, aí nós fazia carnaval lá também. [...] Vixi, quando a mamãe saía de casa nós se vestia assim, vestia a roupa da mamãe escondido da mamãe, aí, quando ela chegava, era peia, nós apanhava que só (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015, p. 438).

Deste modo, percebe-se que as crianças, mesmo em meio às circunstâncias desfavoráveis, como é o caso das vivências nos seringais, desenvolveram suas práticas culturais que estavam ligadas às ações cotidianas.

Com o declínio do comércio da borracha, seringais e propriedades foram abandonados ou vendidos a preços irrisórios para pagamentos de dívidas; trabalhadores e suas famílias foram largados no meio da mata sem o mínimo de condições de viverem dignamente. As tentativas do Estado em recuperar a produção do látex e reconquistar o mercado internacional foram ineficientes, as populações que viviam da exploração do produto na Amazônia se dividiram, retornando para as cidades de origem ou migrando para outras regiões. Permaneceram ali somente aqueles que já tinham roças de subsistência, mas a maioria, sem opção, acabou por engrossar a legião de trabalhadores sem terra, sem teto e sem perspectiva de uma vida digna num lugar com tantos recursos naturais, mas tão hostil aos operários da borracha.

As políticas públicas, sobretudo para as crianças, dão conta de um cenário desalentador: sem escolas, hospitais ou postos de saúde próximos, sem acesso a serviços de infraestrutura, habitação, saneamento, segurança e terras para plantarem. O resultado foi a morte de muitos brasileiros, sendo os pequenos nordestinos e indígenas os mais afetados com os males do “inferno verde” e a subnutrição.

Carlos Chagas (1913) [18] em seu relatório sobre o trabalho realizado na Amazônia no combate à epidemia da malária conclui:

> O homem, na Amazônia, ali chegando dos salubérrimos sertões do norte do Brasil, levando para o trabalho a vitalidade máxima de uma raça forte e as maiores aspirações de uma prosperidade econômica, adquirida, embora,

[18] Foi médico sanitarista, biólogo e pesquisador; no período de outubro de 1912 a abril de 1913 liderou a comissão do Instituto Oswaldo Cruz que avaliou, após solicitação da Superintendência da Defesa da Borracha, as condições sanitárias dos principais centros de produção daquela matéria-prima. As descrições e análises transcritas no relatório da viagem formaram uma imagem sobre a região amazônica marcada pela tensão em torno da categoria ‘patologia tropical’ e pela defesa do papel da higiene na integração da Amazônia a um projeto civilizatório para o país (LIMA; BOTELHO, 2013, p. 746).

> numa luta homérica, bem depressa vai lastimar a própria ousadia no aniquilamento de todas as energias acumuladas. São levas inteiras de cearenses, desse povo de valentes que exemplifica a resistência e a tenacidade nacionais, em curto prazo dizimadas pela malária! Os que não perecem, aqueles cujo destino incerto foi menos inclemente, esses regressam, trazendo em lesões orgânicas definitivas, os resíduos da moléstia (CHAGAS, 1913, p. 455).

Carlos Chagas (1913) mostra em seu relatório a situação de enfermidade que acometeu os homens que migraram para a Amazônia, onde muitos morreram ou ficaram com sequelas. A situação das viúvas, crianças órfãos e de famílias em que o responsável em garantir o sustento ficou doente se agrava ainda mais. Nessa continuidade, Nogueira (2015) aponta que a mulher teve um papel decisivo na formação social da família, diante dessa nova configuração do trabalho pós-ciclo, envolvendo-se em todas as atividades que gerassem renda para a família, com a participação de todos os membros, incluindo os que ainda eram crianças, nas implantações organizativas pelas lutas sociais (terra, trabalho, escola...).

As necessidades básicas de sobrevivência dos que ficaram na floresta os força a buscarem alternativas diante da situação de calamidade imposta pelo sistema capitalista, que desde os tempos coloniais mostra o Brasil como um território periférico, o que significa dizer que a “[...] periferia tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato [...]” (CORONIL, 2005, p. 52); os seringalistas que ficaram passam a explorar a floresta e os rios, tirando da natureza os recursos para se manterem.

É nesse contexto que a partir da segunda metade do século XX o governo brasileiro implanta planos de desenvolvimento para a Amazônia, estabelecendo linhas de incentivos e isenções fiscais a empresas e pessoas que investissem na região. Assim, “novos” colonizadores surgem na Amazônia, empresas nacionais e multinacionais, apoiadas no grande capital, incentivadas por empresários e políticos; no entanto, os objetivos permanecem os mesmos – explorar sem dó e sem piedade as riquezas da região e sua população (GONÇALVES, 2012).

Para chamar a atenção de grupos empresariais para a região, a partir dos anos de 1960 o governo implementou uma política de infraestrutura, com a abertura de estradas, construções de grandes hidrelétricas, criação da Zona Franca de Manaus, o que de certa maneira contribui para a vinda de mais pessoas para a Amazônia em busca de emprego e melhores condições de vida, provocando o inchaço e a expansão das zonas periféricas dos centros urbanos das cidades

amazônicas, a expulsão das populações tradicionais, invasão de reservas indígenas, além do aumento dos conflitos agrários nas áreas rurais pela posse da terra.

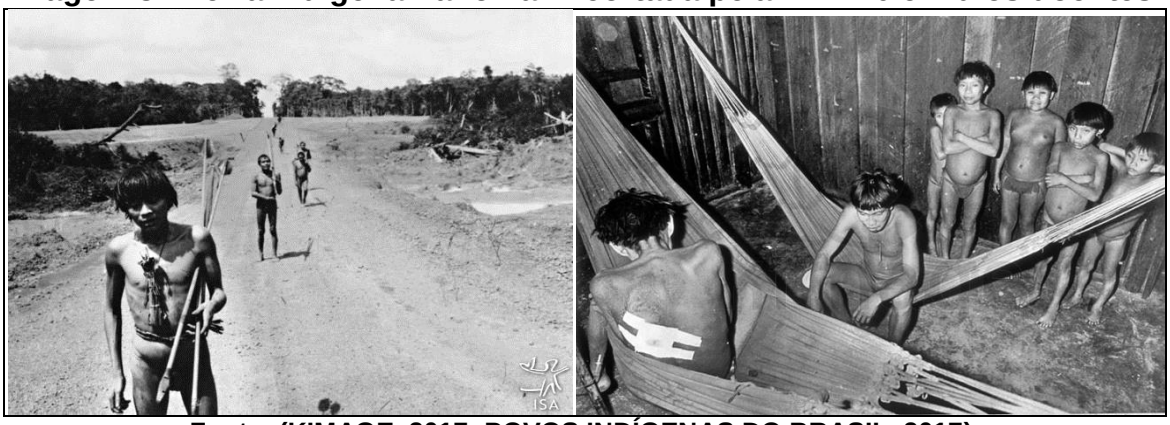
Nos anos de 1970-1980 os conflitos só aumentam, com a chegada dos mais novos “donos” da Amazônia: os mineradores, que só se interessam pelo subsolo, pouco se importando com o rastro de destruição que o garimpo provoca; o pecuarista, que vê a mata como um espaço a ser derrubado para a formação de grandes pastagens; e o madeireiro, que com a abertura de estradas passa a explorar em larga escala madeiras nobres. A esse respeito Gonçalves (2012) assegura que

> O conflito protagonizado pelos diferentes sujeitos que conformavam a paisagem amazônica [...] é intenso e desigual, desfavorável às populações tradicionais da própria região em primeiro lugar, mas também, [...], extremamente penoso para as famílias de trabalhadores migrantes atraídos para a região e abandonados à sua própria sorte em um ambiente social, política e ecologicamente para eles desfavorável (GONÇALVES, 2012, p. 105).

A Amazônia sofre os impactos socioambientais das grandes obras governamentais e das atividades de garimpagem, pecuária e extrativismo. A organização espacial original é extremamente afetada e os conflitos tornaram-se agudos (GONÇALVES, 2012).

A implantação de projetos de desenvolvimento sob a proteção do “Plano Nacional de Desenvolvimento” dos governos militares possibilitou a abertura de estradas no Norte do Brasil - como a Rodovia Perimetral Norte (BR-210) – e a descoberta de grandes reservas de ouro, culminando com a invasão da Terra Indígena Yanomâmi, no estado de Roraima, causando “[...] inúmeras epidemias: sarampo em 1974 e 1977, vários surtos de gripe, verminose e tuberculose. Mais de 80 pessoas morreram em pouco mais de três anos [...]” (LINDEY; DAMIOLI; SAFFÍRIO, 1988, p. 54; POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2017). As imagens a seguir mostram a terra Yanomâmi cortada pela rodovia e a luta de uma comunidade, incluídas aí as crianças, para preservar o seu chão.

Imagem 3 - Terra Indígena Yanomâmi cortada pela BR-210 e índios doentes.



Fonte: (KIMAGE, 2017; POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2017).

Os Yanomami já haviam sofrido nos anos de 1940 uma epidemia de sarampo e gripe, a quando do primeiro contato com os responsáveis pela delimitação da fronteira com a Venezuela; posteriormente o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e missionários se instalaram em suas terras. Nesse sentido, Lindey, Damioli e Saffírio (1988) observam que

> Como todas as populações nativas da América, os Yanomami são extremamente vulneráveis as doenças introduzidas pelos civilizados por falta de anticorpos. Antes do contato permanente com as frentes de colonização, os Yanomami tinham aprendido a conviver com as doênças tradicionais que existiam na área, como diarreias, malária, gripe, doênças da pele, etc; mas as epidemias transmitidas através do contato com os trabalhadores da estrada e os colonos estavam além da sua experiência. Contra estas violentas epidemias que em poucos meses se alastraram pela região toda dizimando as populações Yanomami, os pajés não tinham nem explicações, nem poderes para afugentá-las (LINDEY; DAMIOLI; SAFFÍRIO 1988, p. 54).

Esse quadro demonstra o total descompromisso do Estado com as populações indígenas. As epidemias levaram a óbito parte da população, sendo as crianças e os velhos os mais atingidos.

A partir dos anos de 1990, com o apoio do Banco Mundial o estado brasileiro estrutura um projeto para a Amazônia com eixo de integração ao mercado internacional - mas não de integração com as demais regiões do país - baseado em exploração mineral, construção de complexos hidrelétricos, e cultivo de soja. Só na década de 1990, 41 milhões de hectares de floresta foram desmatados para o cultivo do grão, causando grandes impactos na produção dos pequenos produtores, ocasionando a proliferação de pragas, o uso indiscriminado de veneno e o empobrecimento do solo.

Na Região do Tapajós, a maior produtora de soja na Amazônia brasileira, os problemas enfrentados pelos pequenos produtores que vivem às proximidades das áreas de plantio estão relacionados à dispersão de resíduos provenientes do uso de produtos químicos (pesticidas, inseticidas e herbicidas). O veneno aplicado nas grandes áreas de plantio é levado pelos ventos e atinge as plantações de mamão, maracujá e abacaxi, entre outras frutas, que caem antes do tempo da colheita, não sendo possível o seu aproveitamento. O mais grave, porém, é que o veneno afeta a saúde da população, conforme nos relata Trindade (2015), baseado em um estudo realizado sobre o impacto da produção da soja no município de Santarém/PA:

> A disseminação do uso dos venenos na área rural afetada pela produção de grãos tem ocasionado também o surgimento de problemas de saúde à população. [...], em todo o chamado planalto santareno, localidade mais afetada pela plantação de grãos, há relatos da população de que o vento carrega as nuvens de veneno para dentro das casas e escolas ladeadas pelos campos de soja. As crianças são as que mais sofrem, chegando, em alguns casos, a ser levadas ao posto de saúde por intoxicação. As criações de animais, como galinhas e patos, também têm sentido os impactos, pois vagueiam livremente pelos terreiros. Também há a possibilidade de contaminação de poços, o que poderia vir a prejudicar a água potável ingerida pela população (TRINDADE, 2015, p. 79).

Os grandes projetos implantados na região deixaram de considerar os cuidados necessários para a proteção da população mais vulnerável às calamidades - as crianças. O poder público também não acompanhou a rapidez das transformações econômicas, ignorando a necessidade da modernização da gestão, o que "[...] gerou uma enorme quantidade de ações públicas isoladas e sem sinergia, sobretudo na área da defesa, proteção e promoção social" (SOUZA; MONTEIRO, 2015, p. 163).

Observa-se que nas três últimas décadas os conflitos sociais têm se acentuado, impulsionados pelos impactos ambientais causados pelos grandes projetos e pela inexistência de políticas públicas adequadas, o que tem afetado especialmente as crianças. Essas condições "[...] são resultantes de decisões, ações e omissões do poder público nacional e regional" (SOUZA; MONTEIRO, 2015, p. 163).

Nessa perspectiva, Arroyo (2012b, p. 9) nos faz refletir acerca da importância da tomada de consciência política das populações através dos grupos sociais organizados "[...] que se fazem presentes em ações afirmativas nos campos, nas florestas, nas cidades, questionando as políticas públicas, resistindo à

segregação, exigindo direitos [...]". Essa foi a maneira que o amazônida encontrou de se rebelar frente aos desmandos da ordem vigente, por meio de suas culturas e interação com a natureza.

O desafio posto é olharmos o mundo questionando o caráter dos saberes produzidos pelo modelo capitalista, é interpretá-lo dando outro significado e, principalmente, agir de maneira consciente, participativa, (CORONIL, 2005) garantindo que os saberes populares se consolidem sobre ele.

1.5 [...] aí a gente brinca de noite de pira se esconde [...]: o percurso teórico-metodológico da pesquisa

O percurso teórico-metodológico para analisar os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA - se traduz metaforicamente na brincadeira de pira se esconde utilizada pelas crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara em seu cotidiano, tendo sido uma das mais citadas no levantamento do perfil das crianças. A brincadeira da pira revela um momento de descontração e interação das crianças. Para Andrade (2013, p. 86) a brincadeira é "[...] feita através de corridas que fazem os jogadores movimentarem-se em vários sentidos, passando por obstáculos durante seu trajeto [...]", podendo acontecer de dia ou de noite enquanto as crianças ainda estão se deslocando de um lado a outro da comunidade.

Assim foi nosso percurso de pesquisa, um movimento que acompanhou o cotidiano das crianças de uma comunidade ribeirinha, em variados horários e em diferentes locais e momentos sociopolíticos. Na realização da pesquisa de campo obstáculos tiveram que ser superados para que a investigação atingisse sua finalidade.

Numa analogia com a brincadeira de pira no sentido de definição do objeto de nossa pesquisa, alguns movimentos[19] em diversos sentidos foram necessários para aclarar nossas ideias, que nos fizeram refletir e a partir daí garantir que, nessa investigação, "[...] nada para elas se faça sem elas [...]" (PASSEGGI, 2014, p. 134) - as crianças.

Neste percurso de investigação seguimos por caminhos que de alguma maneira foram se definindo a partir do problema central: Quais os sentidos e

[19] "Movimento" neste estudo diz respeito a nossas escolhas quanto ao percurso teórico-metodológico.

significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA?

O problema central da pesquisa nos deu a orientação no sentindo de apontar os caminhos que deveriam ser abandonados ou perfazidos. A trajetória que percorremos foi organizada da seguinte maneira: objeto de estudo; referencial teórico; caracterização dos sujeitos; lócus do estudo; técnica de coleta de dados; análise dos dados.

O diálogo que realizamos com o nosso objeto de investigação, sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA, subsidiado pelos Estudos Culturais, nos determinou um distanciamento daquilo que nos era conhecido, doméstico, e ao mesmo tempo um trato, atenção e sensibilização com as questões analisadas.

A construção do objeto de estudo foi traçada no propósito de incluir na investigação um elo entre o pensamento sociocultural – sentidos e significados – e as práticas sociais da população pesquisada. Como modalidade de pensamento prático, os sentidos e significados emergem das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas de forma a demonstrar a pertença social da criança ao seu grupo social, fato que denota a necessidade de apreendê-las sempre de forma vinculada ao contexto sócio-histórico e cultural que as produziu.

Neste sentido, analisar o objeto de estudo nos levou a refletir como as culturas infantis, aí incluídas suas práticas culturais, foram se estruturando no contexto amazônico, além de pensar em que medida as crianças são autônomas ou como interagem com as diferentes gerações a partir de suas culturas. A concepção de culturas infantis, nesse estudo,

> [...] refere-se a uma lógica particular acionada pelas crianças a todo o momento para dar sentido às suas experiências, suas formas de pensar e de sentir, específicas na infância, das crianças e seus pares, distintas das dos adultos, mas não independentes destas [...] (CANAVIEIRA; CALDEIRON, 2011, p. 156).

Portanto, as culturas infantis possibilitam vivenciar aquilo que é específico do mundo infantil, indicando que as crianças produzem cultura; elas inventam, criam, recriam, reproduzem, dão novos significados à cultura adulta de onde vêm suas inspirações. Nesse movimento, consideramos como práticas culturais infantis as ações exercidas sobre a cultura material e imaterial.

Este estudo traz a contribuição de diversos autores no campo dos Estudos Sociais da Infância em distintos campos do conhecimento. Coutinho (2016) referenda que, embora existam desde o século XIX, é na contemporaneidade que o foco interdisciplinar dos Estudos Sociais da Infância e a participação de mais áreas das Ciências Sociais e Humanas se intensificam possibilitando estudos e pesquisas em campos diversos. A esse respeito Prout (2010b) referenda que

> A principal razão para a interdisciplinaridade é o reconhecimento de que a infância é um fenômeno complexo. Essa complexidade resulta do seu caráter híbrido, constituído mediante o que Latour chama de "redes heterogêneas do social". [...] Apenas quando a vida social é reconhecida como heterogênea, a divisão a priori de entidades (pessoas, adultos, crianças, corpos, mentes, artefatos, animais, plantas, arquiteturas etc.) entre cultura e natureza torna-se pensável. Os fenômenos sociais devem ser compreendidos como entidades complexas nas quais se dá um misto de cultura e natureza como condição de possibilidade. Não existem mais entidades puras, apenas híbridas, [...]. Nem é preciso dizer que isso é muito mais desafiador analiticamente do que partir de uma divisão estável e predeterminada entre o natural e o cultural (PROUT, 2010b, p.740).

Os estudos da infância alargam-se pelos campos da Sociologia, da Antropologia, da Geografia, da Filosofia, da Psicologia, da História, da Pedagogia e, como forma de fortalecimento e de compromisso com uma nova maneira de pensar, discutir, estudar e pesquisar a infância, acrescentam o termo "infância" ou "criança" em seus nomes, o "[...] que pressupõe uma ruptura com o essencialismo do discurso acadêmico e das investigações dominantes nessa etapa" (LOPES; COSTA; AMORIM, 2016, p. 240). Em virtude de esta pesquisa estar focada na infância, partimos de estudos interdisciplinares e procedimentos maleáveis de investigação, requerendo uma integração das diversas áreas dos Estudos Sociais (MÜLLER; HASSEN, 2009).

Embora nossa formação seja na área da Pedagogia, nos desafiamos a trazer para esse estudo uma base teórica centrada nos Estudos Sociais da Infância, isto é, com a Sociologia da Infância, a Geografia da Infância, a Antropologia da Criança e a História da Infância, o que exigiu de nós dedicação ao tema e pesquisas que consideramos ter sido salutares para uma consistência teórica e investigativa.

Ressaltamos, no entanto, que a definição do tema e do percurso investigativo de uma pesquisa diz respeito à explicitação das decisões do pesquisador/a. Deslandes (2012) considera que tais opções estão relacionadas à trajetória profissional e biográfica do pesquisador/a ou mesmo das lacunas que ficaram ao

longo do processo de formação, que nos fizeram ir em busca de conhecimento que de alguma forma nos dê mais informações sobre os fatos que nos desafiam no cotidiano, portanto, nunca são isentas, mas sempre condicionadas às concepções de pesquisa do investigador/a e, assim sendo, envolvem suas preferências, sentimentos, experiências, saberes, dúvidas e incertezas. Foi com todas essas certezas e incertezas que optamos pelos Estudos Sociais da Infância em diálogo com determinadas áreas do conhecimento, que têm se voltado para os estudos da infância em diferentes contextos, para tratarmos a Infância da Amazônia Marajoara e suas práticas culturais.

Certamente, por meio desses diálogos construímos um campo com multiplicidade de vozes, que possibilitou o entrelaçamento teórico da pesquisa, com os quais dialogamos ao longo da escrita da tese. Cada campo propiciou um olhar para a infância e de alguma forma trouxe contribuições para que pudéssemos analisar os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças da Vila do Piriá/PA.

Com a Sociologia da Infância, numa perspectiva contemporânea, tecemos um diálogo intenso, em virtude de ser a área do conhecimento que vê a infância como categoria legítima e as crianças como sujeitos participativos que são, respeitando suas dimensões social, cognitiva e afetiva, e que produzem cultura e partilham no coletivo suas experiências (FERREIRA, 2004). Os estudiosos vêm desenvolvendo pesquisas e realizando encontros em várias partes do mundo, discutindo, a partir de um paradigma sociológico, que *lugar* a criança ocupa na sociedade contemporânea, buscando compreender suas maneiras de expressão partindo dela própria.

Neste sentido, trazemos as reflexões dos pesquisadores desta área, a partir de seus estudos sobre a criança. Prout (2010ab) considera que a criança é um ser social e político capaz de tomar decisões e tem coisas importantes a dizer à sociedade. Christensen e James (2005), por sua vez, descrevem as crianças como sendo elas próprias intérpretes-reflexivos da sua experiência social. Sarmento (2005, 2009, 2011, 2017a, 2017b) concebe as crianças como atores[20] plenos no processo de socialização. Ferreira (2010, 2004, p. 21) referenda que "[...] as crianças são actores sociais com poder de acção e iniciativa [...]". Também

[20] Sarmento (2005, 2009, 2010, 2011, 2017a, 2017b) em seus estudos na área da Sociologia da Infância tem se dedicado a analisar a infância e a discutir as formas de olhar, perceber e escutar as crianças em diferentes contextos.

destacamos as contribuições de Almeida (2009), Arenhart (2007, 2010, 2016), Belloni (2009), Corsaro (2002, 2005, 2011), Kramer (1998, 2002, 2011), Müller (2007), Müller e Hassen (2009), Müller e Carvalho (2013), Reis, Santos e Xavier (2012, 2015), além de outras. Esses autores, em suas diferentes abordagens, apontam princípios que são pertinentes e essenciais para a compreensão da infância e dos sujeitos-crianças.

Outro campo de conhecimento com o qual esta tese dialoga é a área da Geografia da Infância. Para essa discussão nos valemos, sobretudo, dos estudos de Gonçalves (2002, 2012), Lopes e Vasconcellos (2005), Lopes (2009), Arenhart e Lopes (2016), Lopes, Costa e Amorim (2016) e Tuan (2012), os quais contribuem para a compreensão dos arranjos sociais e culturais[21] produzidos nas infâncias em espaços[22], lugares e tempos diferenciados. A esse respeito afirmam: "[...] como os arranjos sociais e culturais produzem as infâncias em seus diferentes espaços e tempos e como as crianças se apropriam dessas dimensões" (LOPES; VASCONCELLOS, 2005, p. 32). Assim compreendemos que a criança não "está" somente no espaço, mas pertence a ele e vive suas experiências, seus sentidos ligam-se ao espaço quando se olha, se move, se cheira e se ouve dentro dele (FRAXE et al., 2006). O espaço geográfico, nos referendam Arenhart e Lopes (2016), se constitui em um elemento de humanização.

Também este estudo adentrou o campo da Antropologia da Criança, para "[...] entender um fenômeno em seu contexto social e cultural" (COHN, 2005, p. 9), ou seja, não podemos expressar ideias sobre determinados fenômenos relativos à criança sem entendermos o que a sociedade pensa sobre o ser criança, e sem compreender ainda o lugar que elas ocupam nessa sociedade (COHN, 2005). Destacamos também os estudos de Alves (2003), Cohn (2005), Fians (2015), Friedmann (2004, 2013), e Sousa (2014), que reconhecem a infância e a criança

[21] Arenhart (2016, p. 18) buscou analisar e interpretar em suas pesquisas as culturas da infância a partir das seguintes abordagens: "[...] perceber, nas culturas infantis, processos de reprodução interpretativa que expressem diferenças em relação à cultura adulta e sua relativa autonomia" e "[...] à identificação das diferenças nas culturas infantis para além da relação com o adulto, isto é, às diferenças dentro da própria geração infantil [...]".

[22] Lopes (2005, 2009, 2016), pesquisador da área da Geografia da Infância, em seus estudos e pesquisas baseados nos postulados da Teoria Histórico-cultural destaca que "hoje reconhecemos a importância ética e responsável de se pensar uma geografia da infância para as crianças, mas sem deixar de fora uma geografia da infância com as crianças, pois cremos que é nos liames dessas perspectivas que poderíamos contribuir para uma outra proposta de mundo e os espaços de infância nele existente. É nessa interface que temos desenvolvido nossas ações" (LOPES; COSTA; AMORIM, 2016, p. 244).

como elementos legítimos de estudos inseridos numa dada realidade social. Considerando esta uma pesquisa de cunho etnográfico, trazemos também como aporte teórico os estudos de Angrosino (2009), André (1995), Malinowski (1978) e Mattos (2011).

A História da Infância, campo de conhecimento que também permeia esta tese, contribui para pensarmos qual tem sido a trajetória da infância e da criança ao longo dos tempos. Numa sociedade tão desigual como a nossa, como elas tem sobrevivido a tanto descaso. Para tanto, recorremos às contribuições teóricas de Kuhlmann Júnior(2000, 2010), Priore (2010), Priore e Venâncio (2010), Freitas (2011), segundo os quais "[...] a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica [...] (FREITAS, 2011, p. 21).

Além dos Estudos Sociais da Infância, sentimos a necessidade de dialogar com o campo da cultura, e para essa incursão apresentam os autores do campo dos estudos culturais, dentre os quais destacamos Hall (2006, 2014, 2016), a fim de refletirmos sobre cultura e identidade. Também recorremos a Burke (2010) com a intenção de compreendermos a cultura em processo histórico. Apresentamos, ainda, Loureiro (2000a, 2000b, 2007), para a discussão acerca das culturas amazônicas.

Para esse estudo as contribuições da teoria crítica de Walter Benjamin (1984, 2011, 2012a, 2012b) apoiaram nossa análise no sentido de termos um olhar no qual pudéssemos distinguir a criança e a infância ribeirinha das demais infâncias existentes no território amazônico. A forma como se vê a criança faz toda a diferença na formação de uma concepção de sujeito enredado pelos fenômenos socioculturais e históricos do seu tempo em contextos distintos, ou seja, para Benjamin a criança é um ser imerso na história e numa dada cultura, sendo também criadora desta.

O objeto de estudo da tese também exige um olhar para o cotidiano, e para esse diálogo utilizamos Certeau (2010, 2013, 2014), Certeau e Giard (2013) e Heller (1987, 2014) como fonte para analisarmos o cotidiano da criança da Amazônia Marajoara. O cotidiano aqui é compreendido como algo vivido por todos os homens e que, nessa dinâmica da vida, coloca "[...] "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias" (HELLER, 2014, p. 31).

As contribuições da teoria aqui abordada estão presentes na estruturação das ideias desenvolvidas na presente pesquisa. A quantidade de referenciais

bibliográficos consultados, nas diversas áreas de conhecimento, possibilitou a compreensão da categoria geracional – infância – em seu contexto mais geral, no entanto, percebemos que há uma limitação no que tange ao nosso objeto de pesquisa, visto que não tratam da infância da Amazônia. Foi necessário, então, nos lançarmos na busca de pesquisadores que nos dessem respaldo para analisarmos a infância e a criança ribeirinha da Amazônia, merecendo destaque os pesquisadores que desenvolvem investigação com as crianças da Amazônia e sobre aspectos sociohistóricos da região, tais como: Alves (2007, 2014), Araújo (2002, 2014), Araújo, Alves e Bertolo (2014), Cardozo (2016), Carvalho (2012, 2014), Lima (2011, 2013), Adrea Lopes (2012), Moraes (2014), Oliveira (2015), Pacheco (2009a, 2009b, 2010), Silva e Pacheco (2011), Pantoja (2011a, 2011b), Pantoja e Costa (2013), Pojo e Vilhena (2013), Pojo, Elias e Vilhena (2014) Soares (2010) e Teixeira (2009, 2013).

Nossa investigação desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa, por ser esta a que melhor se aproxima do nosso objeto - sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá - Curralinho (PA). Consideramos que este objeto pode ser analisado por meio desta abordagem pois “[...] se aprofunda no mundo dos significados” (MINAYO 2012, p. 22) das relações humanas. Preocupa-se em compreender, interpretar o sentido do fenômeno de natureza social (GONSALVES, 2001).

Minayo (2012), referendando a pesquisa qualitativa, assevera que ela trata de questões muito particulares relacionadas ao universo da realidade social e nesse contexto o ser humano se distingue por agir, pensar e interpretar suas atuações dentro e a partir do fato vivido e compartilhado com seus pares.

Esse estudo, com foco na abordagem qualitativa, foi desenvolvido por meio de dois caminhos: pesquisa etnográfica ou etnografia, e pesquisa documental. Em relação à etnografia foi a que melhor se aplicou ao nosso campo de investigação com crianças, pois procura compreender as concepções, os significados culturais (ANDRÉ, 1995), as relações que as crianças estabelecem no cotidiano com seus pares e com a natureza. Além do que “[...] é um método eficaz para estudar crianças porque muitos recursos de suas interações e culturas são reproduzidos e compartilhados no presente e não podem ser obtidos facilmente por meio de entrevistas reflexivas ou questionários [...]” (CORSARO, 2011, p. 63).

A etnografia, por sua vez, no contexto deste estudo, buscou compreender, por meio de uma relação direta com as crianças, no espaço e tempo de uma comunidade ribeirinha “[...] como se constituem como grupo social naquele espaço e como produzem formas, modos, saberes, competências, significações partilhadas entre elas e incorporadas na constituição de sua identidade enquanto grupo de crianças” (ARENHART, 2016, p. 43).

Ressaltamos que o estudo focou numa etnografia com as crianças, porém consideramos ser também um estudo sobre elas, à medida que outras fontes foram ouvidas e nos permitiram a ampliação das análises sobre as práticas culturais das crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara.

Outro caminho percorrido, nesse estudo, foi desenvolvido por meio da pesquisa documental, que se constitui na análise de materiais que ainda não foram tratados, apreciados ou reexaminados, com fins a novas interpretações de seus dados ou complementações de informações.

A pesquisa documental nos permitiu analisar documentos como Leis, Decretos e Decretos-leis, fotografias e jornais de época, com a finalidade de compreender a estruturação e organização histórica, socioeconômica e cultural do campo de pesquisa, relacionando com o nosso objeto de investigação. Esse tipo de pesquisa tem muito a nos dizer, pois nos documentos há sempre discurso, ideias, padrões sociais, comportamentais e ideológicos que dizem de um tempo e de uma sociedade e necessitam ser analisados a partir de um referencial teórico-metodológico que desvele o sentido de sua essência (GODOY, 1995).

Uma pesquisa do tipo etnográfica necessita de um campo para se desenvolver e, nesse sentido, o estudo se deu numa comunidade da Amazônia Marajoara, como veremos a seguir.

1.6 O *lócus* da pesquisa

Os critérios para a escolha do *lócus* de nossa pesquisa foram: possuir número significativo de crianças; ter acesso facilitado à realização do estudo; ter boa receptividade por parte das crianças para a realização da pesquisa; ser uma comunidade ribeirinha; ser localizada na Amazônia Marajoara.

Assim, a investigação aconteceu no distrito de Vila do Piriá, município de Curralinho, estado do Pará, Amazônia Marajoara, região Norte. Localizada às

margens do rio Piriá, considerada área interiorana, de várzea, é um distrito legalmente constituído, tem uma infraestrutura que atende às demais comunidades menores da região com escola, creche, posto de saúde, comércio varejista, padarias e farmácias, o que não é comum nas outras ilhas e comunidades do entorno.

É a maior comunidade fora da sede do município, com uma população de quase 10.000 habitantes, um contingente de crianças que chega a um percentual de 38,06% na faixa etária de 0 a 11 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2010b). Neste lugar as crianças têm muito a nos dizer dos seus modos de vida.

Como veremos mais adiante, há indícios da presença de crianças trabalhadoras, com idade entre 9 e 14 anos, desde as primeiras movimentações na localidade em relação à exploração madeireira, ainda em meados do século XX.

A Vila viveu o auge da exploração madeireira dos anos de 1960 ao final dos anos de 1980 (CONCEIÇÃO, 2011), com intensa movimentação de navios de médio e grande portes, nacionais e estrangeiros, que buscavam madeiras em toras e beneficiadas nas serrarias existentes na localidade. Segundo informações do senhor Antonio Milton Bordallo, trabalhador de uma das empresas madeireiras durante os anos de 1970-1980, o beneficiamento de madeiras era direcionado em grande escala para a produção de dormentes a serem utilizados nos trilhos de vias férreas.

A partir dos anos 2000 a decadência em virtude das novas políticas ambientais e o fechamento de muitas empresas clandestinas na região, “[...] aliados à histórica insuficiência e ineficiência de políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento socioeconômico da região, promoveram um acentuado grau de elevação nas condições de vulnerabilidade da população [...]” (CONCEIÇÃO, 2011) e que tem se perpetuado e se acentuado até os dias atuais (SOUZA, 2015).

Piriá sente os reflexos da carência de políticas públicas para a região; a dificuldade da população em acessar os serviços básicos (saúde, educação e infraestrutura) se traduz nos baixos índices de indicadores sociais,

> [...] além dos índices de pobreza continuarem altos e mais intensos entre as crianças do que entre adultos, os indicadores decorrentes de políticas sociais [...], mostram piores resultados para a população rural [...], para as famílias com os menores rendimentos e para as crianças [...] (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 18).

Os dados são alarmantes. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/2010 (IDHM/2010), o município de Curralinho obteve um índice de 0,502, ficando na faixa baixa; no ranking nacional ficou na colocação 5524ª, em um total de 5.570 municípios no Brasil; no estadual em 134º lugar dentre os 144 municípios do estado do Pará. Quanto ao IDEB de 2013, as escolas municipais e estaduais situadas no município que trabalham com o Ensino Fundamental (4º/5º ano; 8º/9º ano) não atingiram a meta estabelecida pelo Ministério da Educação.

Esse quadro demonstra que, embora a localidade seja exuberante, cercada por rios e floresta, a realidade de infortúnio de sua população não reflete a beleza que está a sua volta

> [...] as condições de pobreza do povo vêm se agravando nas últimas décadas. Certamente mais de *90% da população é pobre*, muito pobre, muitos em situação *de miséria absoluta*. Além disso, no contexto da política econômica dos Governos Federal e Estadual não se consegue detectar medidas que permitam visualizar no horizonte *o combate direto à pobreza desse povo*, o que permite concluir que essas populações estão condenadas à marginalização social por tempo indeterminado (HERMOSO; RIVATO, 1999, p. 9).

Essa é a realidade do povo ribeirinho da Amazônia Marajoara, uma região tão rica e ao mesmo tempo tão pobre. Resta-nos o desafio de fazer o movimento contrário ao que está estabelecido socialmente; a saída pode estar na união de esforços e investimentos nas áreas dos direitos sociais, por meio da criação de mecanismos técnicos, políticos, econômicos, tecnológicos e educacionais que façam frente à situação de abandono que historicamente tem deixado a população numa condição de extrema miséria (SOUZA, 2015).

1.7 Os interlocutores da pesquisa

A criança sempre foi olhada com descaso, sua voz, sem credibilidade na sociedade; de fato ela tem sido pouco ouvida. Marcílio (2010) esclarece que até pouco tempo a criança era considerada inábil, sem condição nenhuma de construir sua identidade, sua vida esteve sempre atrelada ao poder que os pais ou seus representantes têm sobre os filhos, afirmando que a criança “[...] só se tornou sujeito de direitos e prioridade absoluta da nação depois dos anos de 1950, e em particular como consequência da Declaração Universal dos Direitos da Criança” (MARCÍLIO,

2010, p. 17).

Partindo do pressuposto de que a criança é sujeito de direitos, os Estudos Sociais da Infância propõem a defesa de “[...] uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância - seu poder de imaginação, fantasia, criação [...]” (KRAMER, 2011, p. 101), que a perceba como ser concreto, que ocupa um lugar social muito peculiar. Que as considere não como meros objetos de pesquisa, mas sujeitos com legitimidade que falam de suas vivências com propriedade “[...] ouvidas nas pesquisas como informantes legítimos e deixam de ser estudadas apenas na sua dimensão psicológica, pedagógica ou biológica” (MORAES; ALVES, 2014, p. 304), assumindo novas funções no contexto da investigação científica: o de participantes, participantes e copesquisadoras; no caso desta pesquisa, o de participantes.

Os interlocutores, participantes desta investigação, foram crianças na faixa etária entre 5 e 11 anos, moradoras da Vila do Piriá; porém, não nos detivemos somente a elas, pois entendemos que a infância não está desatrelada da cultura ou vivências dos adultos, portanto, ouvir a unidade doméstica (SOUSA, 2014) respaldou ainda mais nossa análise, permitindo perceber, no que diz respeito ao universo ribeirinho, que as crianças e os adultos estão intimamente ligados pelos seus modos de vidas, tão particulares e tão expressivos. Embora não tenhamos definido o número de adultos participantes, a dinâmica foi de nos permitir ouvi-los na contiguidade que se estabeleceu no dia a dia de nossas ações no campo de pesquisa. Outra forma foi a de garimpar no meio dos vídeos, dos registros de campo e de nossa memória as falas, expressões, histórias, entre outras ações dos adultos, que nos permitissem ampliar nossas análises acerca da infância e as crianças ribeirinhas e suas práticas culturais na Amazônia Marajoara.

A investigação alcançou um número de 42 (quarenta e duas) crianças, porém, desse total 25 (vinte e cinco) participaram ativamente das atividades espontâneas e direcionadas, ou seja, eram as que mais interagiam no grupo e com a pesquisadora; as demais participavam esporadicamente; ainda que fossem acolhidas no momento de uma atividade, de uma roda de conversa ou de uma narrativa, por exemplo, não foram consideradas, na sua totalidade, para efeito de análise dos dados nessa pesquisa, com exceção das atividades espontâneas, visto que eram ações de iniciativa das próprias crianças, o que, a nosso ver, tinham detalhes que mereciam ser sopesados.

O material coletado durante a pesquisa de campo nas atividades espontâneas, quando analisado, era de uma preciosidade impossível de ser descartada e, em respeito a essas crianças, suas falas, histórias, *causos*, e brincadeiras também compõem o texto final da tese juntamente com seus nomes reais.

As crianças não foram exatamente “selecionadas” pela pesquisadora, mas foram se integrando ao grupo, formado ao longo da pesquisa de campo, a partir da curiosidade, levados pelos seus pares, pela vontade de colocar em pauta sua fala, seu conhecimento do lugar, suas práticas culturais consideradas neste contexto como “modos específicos de apreensão do mundo do grupo geracional da infância [...]” (MORAES; ALVES, 2014, p. 305); essas são algumas das questões observadas que fizeram com que as crianças participassem da pesquisa. Neste sentido, era necessário que o olhar e os ouvidos da pesquisadora estivessem atentos ao que faziam ou diziam das coisas do seu lugar.

Na segunda parte da pesquisa de campo, nas atividades direcionadas desenvolvidas com as crianças, utilizamos como critério, apenas para efeito de análise dos dados, as que participaram ativamente das ações programadas e conseguiam proclamar de forma intensa a sua maneira de ver e ser criança nesse lugar e de expressar com propriedade os seus modos de vida - as práticas culturais - por meio das fontes etnográficas (desenhos, bilhetes, fotografias, filmagens, registro de campo e conversas informais). Ressaltamos que todas as crianças que chegavam ao local onde se realizava a atividade eram convidadas pelas outras crianças e pela pesquisadora a participarem da ação.

A partir análise da ficha de perfis das crianças, realizada em 2015/2016, observou-se que os interlocutores estudavam na Vila do Piriá, 92% na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria das Dores Sá e os outros no Centro Municipal de Educação Infantil Canto do Saber (CMEI Canto do Saber); 92% frequentavam as igrejas protestantes, também chamadas de evangélicas (Assembleia de Deus, Cristã Evangélica, Evangelho Quadrangular, Assembleia de Deus - Ministério Madureira, Deus é Amor e Adventista do Sétimo Dia), e as demais frequentavam a Igreja Católica Nossa Senhora de Nazaré.

Todas residiam na comunidade; apenas 8% não residiam com os pais, moravam com parentes, geralmente avós. Também observamos que brincar de pira (nas variações se esconde-cola, doido e n’água), tomar banho no rio (pular n’água,

nadar no rio, se esconder dentro d’água), jogar bola (bola no rio) e subir em árvores são as principais brincadeiras das crianças do Piriá.

Apelidos são comuns entre eles (meninos e meninas); 64% disseram ter algum tipo de apelido, sendo que os mais corriqueiros estão associados aos nomes próprios (diminutivo e reducionismo), nomes de personalidades, nomes de animais e expressões ou balbucios que as crianças utilizam na primeira fase da infância.

Em relação à cor, se autodeclararam da seguinte maneira: moreno 40%, branco 32%, negro 8% e pardo 16%, tendo apenas um não se autodeclarado. Quanto ao trabalho ou exercício de alguma atividade, 48% afirmaram que não trabalhavam e 36% disseram exercer algum tipo de afazer, com tarefas diferenciadas entre meninos e meninas. Abaixo dados dos participantes, em ordem alfabética.

Quadro 3 - Dados sobre as crianças interlocutoras da pesquisa.

Identificação	Idade	Autodeclaração de cor	Apelido	Religião/ igreja	Brincadeiras	Trabalho
1- Alessandra Balieiro da Costa	8 anos	Morena	Leleca	Crente* - AD**	Banho no rio, boneca e casinha	Não
2- Alexsandro Lacerda Pereira	10 anos	Pardo	Bebete	Crente - ASD	Pira ajuda, pira esconde, pira americana, bola, bandeirinha, vôlei e vídeo game	Tirar açaí, pescar
3- Aline Balieiro da Costa	10 anos	Morena	Sequela	Crente - AD	Boneca, jogo da velha, pira n'água	Não
4- Daniele dos Santos Dias	8 anos	Morena	Bug	Crente - DA	Casinha, pira n'água, bicicleta, subir em árvores	Não
5- Elequias dos Santos dos Vales	7 anos	Moreno	Tatu	Crente - AD	Pira se esconde-cola, pira doido, bola, bicicleta, baladeira e corrida.	Capinar roça, tirar açaí.
6- Eliezer Gonçalves Pinheiro	9 anos	Negro	-	Crente - AD	Pular n'água, subir em árvores e andar de bicicleta.	Capinar roça, tirar açaí, colocar matapi, pescar.
7- Émile Borges Serrão	11 anos	-	-	Crente - AD	Pira, banho no rio e casinha.	Não
8- Erik Phellype Serrão Bordalo	7 anos	Moreno	-	Crente - AD	Banho no rio, bola, jogar peteca, pipa e game.	Não
9- Graziela Costa Chaves	11 anos	Parda	-	Crente - CE	Pular corda e brincar de dirigir culto	Não
10- Ijaquelson Gaia Pureza Filho	6 anos	Branco	Quelsinho	Crente - AD	Pira se esconde-cola, banho no rio, subir em açaizeiro.	Não
11- Isabele Ferreira da Trindade	11 anos	Parda	Célia Borges	Católica*** - CNSN	Boneca, bola, pular de corda	Não
12- Isis Rodrigues Barros	5 anos	Branca	Neimarzi-nha	Crente - AD	Pira se esconde-cola, macaca e boneca	Não
13- Joabe Pastana Gonçalves	10 anos	Moreno	-	Crente - AD	Nadar no rio, subir em árvores, andar de bicicleta e bola	Na roça
14- Kailana Marques Lacerda	9 anos	Branca	Kaká	Católica - CNSN	Casinha e pira se esconde-cola	Não

15- Kathlen Beatriz de Oliveira Dias	9 anos	Negra	Bia	Crente - IEQ	Pira, pular corda, casinha e de sereia no rio	Serviços domésticos em casa.
16- Keila Rodrigues Dias	8 anos	Branca	Keloa	Crente - AD	Pira e pular n'água	Serviços domésticos em casa.
17- Manuele Barros da Trindade	6 anos	Branca	-	Crente - CE	Pira, sereia no rio, macaca e casinha	Não
18- Marlon Ferreira Corrêa	10 anos	Pardo	Lonlon	Crente - ASD	Bola	Não
19- Paulo dos Santos dos Vales	8 anos	Moreno	Rato	Crente - AD	Bola e pira	Colocar matapi, tirar açaí, caçar e pescar
20- Priscila Pastana Gonçalves	6 anos	Morena	-	Crente - AD	Pira	Serviços domésticos em casa
21- Rayka Gonçalves Primavera	10 anos	Branca	Balalaca	Crente - AD	Andar no casco virado, bola no rio, subir em árvores, se esconder dentro d'água, pira, bicicleta e boneca	Não
22- Roberta Barros	9 anos	Morena	Baixinha e Pecuí	Crente - ASD	Pular corda, pira n'água e escolinha	Ajuda a fazer farinha e serviços domésticos em casa
23- Roberto Gabriel Barros (prefere ser chamado de Gabriel)	10 anos	Moreno	Gabriel	Crente - ASD	Bola, vôlei e peteca	Ajuda apanhar açaí
24- Ruan Pastana Gonçalves da Silva	11 anos	Branco	-	Crente - AD	Pira n'água, subir em árvores, taco e bola	Caçar, derrubar madeira, raspar mandioca e pescar.
25- Willian Gustavo Toledo Serrão	6 anos	Branco	-	Crente - ADM	Pira n'água e pular do trapiche no rio	Tirar açaí, cortar e carregar madeira.

Fonte: Elaborado pela autora com base na ficha do perfil das crianças 2015/2016.

*Crente: nomenclatura usada pelas crianças para identificar que fazem parte de denominações protestantes.
**Legenda: Assembleia de Deus (AD); Deus é Amor (DA); Cristã Evangélica (CE); Católica Nossa Senhora de Nazaré (CNSN); Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ); - Adventista do Sétimo Dia (ASD); Assembleia de Deus - Ministério Madureira (ADM).
*** Católico: nomenclatura usada para identificar que participam da Igreja Católica.

Analisando o quadro podemos observar que o número de participantes é maior entre as meninas - 15 (quinze); que todas as idades compreendidas na faixa etária que nos propusemos a investigar (5 a 11 anos) participaram do estudo. Ao refletir acerca de como as crianças se veem ou que imagem formam de si é preciso, dentre tantos aspectos que permeiam suas vidas, considerar a história da infância, os contextos e as condições sociais em que estão inseridas (GOMES; ARAÚJO, 2014), pois só assim é possível compreender, por exemplo, a maneira como autodeclararam sua cor, uma vez que grande parte disse ser de cor morena e branca.

Os apelidos são muito comuns na Amazônia, sendo uma prática as crianças serem “batizadas” com apelidos por seus pares, embora um número reduzido de crianças atribua à unidade doméstica os apelidos que receberam. Surgem a partir de brincadeiras ou de alguma situação vivenciada pela criança, como gostar de comer bastante um tipo de caça, ter medo de algum animal ou possuir um biotipo diferente dos demais. Para Sousa (2014, p. 185) os apelidos “[...] transformam a formalidade dos nomes próprios em informalidade [...]”, ultrapassam o mundo infantil e chegam aos adultos que utilizam os apelidos na identificação das crianças, que seguirá ao longo de sua existência (SOUSA, 2014).Observamos que raramente as crianças se aborreciam com a insistência de serem chamados pelos apelidos, exceto quando virava escárnio no meio dos adultos.

A religiosidade é uma prática muito presente na vida dos ribeirinhos. As religiões mais comuns são o catolicismo e o protestantismo (evangélicos), embora os cultos de natureza indígena, as pajelanças (PANTOJA, 2011ab) e a religiosidade afro-brasileira também marquem presença nesse lugar (COELHO; SANTOS; SILVA, 2015). Ao tratar sobre a questão da religiosidade[23] infantil, Pires (2007) considera que as crianças a vivenciam indo à igreja, mantendo laços com a família e outros membros da comunidade, não fazendo distinção entre o que não faz parte do âmbito do sagrado e o sagrado, e ainda se deixam afetar profundamente por ela.

O percentual de crianças que participavam de igrejas protestantes/evangélicas, nas várias denominações existentes na Vila do Piriá, é bastante considerável. Ressaltamos que é mais comum o uso do “[...] termo “crente”

[23] Pires (2007), em seus estudos sobre infância e religião no semiárido nordestino, busca compreender como a criança se relaciona com a religião; nesse contexto discute as práticas religiosas e como estas estão presentes no cotidiano da comunidade, sobretudo das crianças.

no lugar de “evangélico” ou “protestante”, uma vez que é assim que as pessoas referem-se aos que frequentam as igrejas protestantes/evangélicas naquela localidade, ao mesmo tempo em que é um termo auto-identificador” (PIRES, 2007, p. 20). No entanto, existem denominações em que seus membros se auto-referem como “evangélicos”, que foi o caso das denominações Assembleia de Deus e Cristã Evangélica, especificamente. Do mesmo modo, as crianças alegaram serem evangélicas.

Embora tenhamos colocado na ficha do perfil das crianças os termos religião/igreja para que elas pudessem identificar a que grupo religioso pertenciam, a empregabilidade dos termos, na ficha, não foi uma decisão fácil de ser tomada, tendo em vista que os significados dos termos apresentam sentidos diferentes para as crianças, dependendo de como estão sendo usados. Quando perguntávamos “qual a sua religião?”, elas sempre respondiam dizendo: “sou crente da igreja x” (falavam o nome da denominação da qual participavam).

As brincadeiras foram percebidas como práticas culturais determinadas coletivamente pelo conjunto de crianças (ARENHART, 2016). Grande parte são brincadeiras oriundas da convivência cotidiana com a natureza (rio e floreta), as demais são brincadeiras tradicionais (FRIEDMANN, 2004) e foram “[...] perpetuadas pela transmissão oral e apropriação do espaço coletivo [...] (ANDRADE, 2013, p. 26).

O trabalho é um dos aspectos consideráveis na infância ribeirinha, pois por meio dele ocorre a aprendizagem entre as gerações através da transmissão de saberes, possibilitando que as crianças deem continuidade às ações que dizem respeito à cultura local. A aprendizagem do trabalho está relacionada às atividades de extrativismo do açaí e da madeira, caçar, pescar, além dos cuidados com a roça e tarefas domésticas (SILVA, 2007).

O trabalho das crianças no contexto ribeirinho da Vila do Piriá aparece como uma colaboração para os adultos; por serem menores, as atividades exercidas por elas têm um caráter de ajuda (FERNANDES; MOTA, 2014; SOUSA, 2014). Sobre esse aspecto Pires (2007) salienta:

> [...] um menino acompanha seu pai ou irmão mais velho em atividades consideradas masculinas. Se o pai da família sai para pescar, é esperado que o garotinho lhe acompanhe, ajudando a carregar os instrumentos, observando o pai e aprendendo a atividade. Acompanhar o pai ou os irmãos mais velhos é uma atividade prazerosa da qual o garoto se orgulha. Da

> mesma forma, um pai pode levar os filhos para **ajudá-lo** quando sai para trabalhar na roça. [...]. Ainda, é sempre uma criança do sexo masculino que leva o almoço e a água do pai e dos irmãos mais velhos quando estão trabalhando na lavoura (PIRES, 2007, p. 82, grifo nosso).

As crianças dedicam algumas horas do dia para a realização de pequenas tarefas como colocar matapi, raspar mandioca para fazer farinha, apanhar açaí, pescar, caçar, vender peixe, pão, açaí, chope e salgados (unha, pastel e bolinhos) na rua, ir ao roçado para plantar ou colher mandioca e macaxeira. As crianças, especialmente os meninos, também têm a função de levar água, café, comida e instrumentos até a roça, na casa de farinha, ou onde os adultos estiverem exercendo suas atividades, desde que seja às proximidades da Vila, o que possibilita o contato com este universo. Faz parte ainda do cotidiano das crianças a realização de outras tarefas, como ir chamar alguém ou dar um recado, comprar algo na mercearia, mercadinho ou farmácia.

Os trabalhos estão divididos. Aos meninos cabe, em maior parte, auxiliar a unidade doméstica nas atividades da roça, caçar, pescar, apanhar açaí e no extrativismo da madeira. As meninas têm a responsabilidade com as atividades domésticas e cuidados com os irmãos menores (PIRES, 2007; SOUSA, 2014).

Logo no primeiro contato com as crianças criou-se uma relação de empatia; sempre que estávamos na Vila os interlocutores nos acompanhavam nas atividades, interessados em participar da pesquisa, em querer dizer sobre o seu território, de expressar suas ideias sobre o que faziam naquele lugar de tanta água e cercado por uma floresta a perder de vista.

No estudo de campo utilizamos o método etnográfico, que tem bases na Antropologia. Um dos estudos etnográficos mais conhecidos é de Bronislaw Malinowski (1978) sobre a cultura dos habitantes das Ilhas Trobriand, com destaque para os rituais e as práticas sociais. Trazemos a etnografia para o campo da pesquisa com as crianças ribeirinhas não negando seus desafios, que devem ser enfrentados pelos pesquisadores que se lançam nesse tipo de estudo. É um método eficaz para investigação dos aspectos culturais de grupos sociais específicos, o que requer uma imersão no *lócus* da pesquisa, objetivando uma descrição densa[24] (GEERTZ, 1989) detalhada da cultura local, sem, no entanto, perder a qualidade

[24] Geertz (1989, 2012), antropólogo, desenvolveu pesquisas no campo das Ciências Sociais com a proposta do estudo da cultura como sistema simbólico. Outro ponto importante em seus estudos é a interação que o autor faz da antropologia com outras culturas e povos concluindo que as formas de conhecimento são sempre e inevitavelmente locais.

própria do particular, retornando sempre ao geral (MATTOS, 2011).

Um dos preceitos da etnografia na Antropologia diz respeito à permanência prolongada do pesquisador em campo, para que consiga entender a dinâmica e o significado das ações que balizam a vida cotidiana dos grupos pesquisados, como também para que possa captar no processo de descrição densa os eventos e ações que ocorrem a partir do entendimento dos próprios interlocutores (CORSARO, 2011).

Durante a pesquisa de campo, que durou 14 (quatorze) meses, tivemos a oportunidade de observar e participar de variados momentos e situações sociais, ao tratarmos com pessoas diversas, com histórias diferentes; ao estabelecermos algum tipo de relação já atuávamos no processo de investigá-las, “[...] isto porque, para o cientista social, o seu laboratório é a própria vida em coletividade, e a relação comas pessoas é fundamentalmente relação com mentes humanas, que permitem a ele inferir o que se passa nestas e em outras mentes humanas” (RODRIGUES, 2006, p. 13).

A pesquisa de campo se deu a partir de um planejamento pré-estabelecido, organizado por meio de viagens quinzenais nos primeiros três meses, mensal nos seis meses subsequentes e a cada quarenta e cinco dias nos últimos cinco meses, permanecendo na comunidade entre 8 e 10 dias nos dois primeiros períodos, e de 3 a 5 dias no último. O estabelecimento do tempo de permanência na Vila se fez necessário em função de outras pesquisas - bibliográficas, documentais, e levantamento de dados - nas secretarias municipais e arquivos públicos, na sede do município e em Belém, capital do Estado.

Na realização da pesquisa de campo a observação se constituiu num elemento fundamental para o entendimento da dinâmica da comunidade estudada (CHIZZOTTI, 2014; MINAYO, 2012), segundo os critérios específicos que emergiram a partir do envolvimento da pesquisadora. Deste modo, nossa opção no primeiro momento de entrada na Vila do Piriá foi a observação passiva, ou não participante - aquela em que o pesquisador se atém afazê-lo de maneira imparcial, posicionando-se como espectador - haja vista se fazer necessário, naquele momento, conquistar a confiança de nossos interlocutores de maneira que não causasse nenhum constrangimento ao grupo. Nessa fase adentramos no espaço da comunidade, num trabalho de observação constante, mas agindo de maneira informal.

À medida que fomos criando novos vínculos com a comunidade, iniciamos um trabalho de observação participante que se constituiu

> [...] como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (MINAYO, 2012, p. 70).

Esse momento da pesquisa nos levou a conhecer o local detalhadamente, as rotinas das crianças, dialogar com elas e com a unidade doméstica. Durante 2 (dois) meses de intensa atividade, fizemo-nos presentes em vários movimentos da comunidade (reuniões diversas, momentos religiosos e cívicos, manifestações culturais), realizando registros fotográficos, produzindo pequenos vídeos da área e dos eventos, organizando junto com a comunidade as ações que envolviam o cotidiano da Vila. Nas ações desenvolvidas, buscamos trazer as crianças para o diálogo no grupo. A participação nas atividades virou uma constante durante nossa estada na Vila, o que possibilitou uma observação participante coerente coma nossa pesquisa do tipo etnográfica.

Processo de interação com a comunidade, sobretudo com as crianças - Loureiro (2000b, p. 37) assevera que a identidade cultural do caboclo amazônico, aí incluídos os ribeirinhos, "[...] tem a ver com os registros de determinadas matrizes de pensamento e de comportamentos que estão secularmente registrados na memória social dos grupos humanos [...]", significando que o ribeirinho tem um comportamento que se traduz numa forma muito particular de interagir com aquele que não pertence à comunidade, o estranho. O processo de interação com as crianças da Vila do Piriá passou pelo que os moradores chamam de "desconfiança", quando era comum ouvirmos os responsáveis chamando as crianças para dentro das casas quando a pesquisadora se aproximava; só posteriormente pudemos compreender o motivo de tal desconfiança. Ao chegarmos à Vila procuramos informar aos moradores que iríamos fazer uma pesquisa com as crianças da comunidade, como parte de nosso doutorado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e que éramos professora. Quando perguntavam onde trabalhávamos, respondíamos simplesmente *"*na Federal*"*, em referência à

instituição onde trabalhamos como professora, a Universidade Federal do Pará. Ocorre que, alguns meses antes, a Polícia Federal (PF) havia realizado na Vila uma operação de combate a fraudes nos programas sociais do Governo Federal e ao desmatamento ilegal, executando a prisão de várias pessoas. Então, ao respondermos que trabalhávamos *"*na Federal*",* espalhou-se rapidamente a notícia de que pertencíamos àquela instituição policial (PF) e que a pesquisa na verdade era uma continuação das investigações policiais. Ao tomarmos conhecimento da situação, recorremos a novas estratégias para realizarmos a pesquisa. Como forma de responder à comunidade sobre o nosso papel naquele espaço, observamos que grande parte da população frequentava as igrejas cristãs (católica ou evangélica) da Vila; então tivemos a ideia de solicitar ao pastor e diácono[25] um espaço nas reuniões (culto e missa) para informar sobre nossa pesquisa e que o trabalho seria realizado com as crianças. Deste modo, a comunidade ficou sabendo do que se tratava a pesquisa, tendo essa estratégia facilitado o desenvolvimento de todas as fases da investigação sem a interferência dos adultos nas ações do trabalho de campo com as crianças.

Atividades espontâneas e direcionadas com as crianças - foram desenvolvidas num período de 12 (doze) meses, com a primeira se dando por meio de ações espontâneas, aquelas que aconteciam em lugares onde as crianças já estavam e as ações eram elaboradas e executadas por elas, sem a intervenção da pesquisadora, que apenas observava e fazia o registro de campo. As atividades mais observadas foram: brincar de pira (a brincadeira tem algumas variações), brincar no rio, brincar de bola, subir em árvores, contar histórias, discutir sobre futebol, ir à igreja e à escola, entre outras. A segunda maneira diz respeito às ações direcionadas e organizadas por meio de estratégias lúdicas[26] e literárias[27], em que as crianças participaram de atividades direcionadas pela pesquisadora, com

[25] É o que celebra a missa na ausência do padre.

[26] Algumas atividades foram realizadas tendo como estratégias as brincadeiras locais como piras, subir em árvores, esconde-esconde. A partir daí as crianças eram motivadas a produzirem sobre as experiências vivenciadas.

[27] Livros infantojuvenil, os mais diversos, com temas relacionados à natureza (fauna e flora), relações raciais, ludicidade, lendas amazônicas e *causos* foi o recurso estratégico de que nos valemos, onde as crianças tiveram acesso a uma quantidade de livros com muitos desenhos coloridos, alguns em alto-relevo, oportunizando o manuseio, a leitura oral e de imagens, comentários, risos, testa franzida e muito rosto sério. Após algumas horas de imersão no material, as crianças eram convidadas a realizarem as atividades de produção de textos e desenhos sobre seu cotidiano e suas histórias na Vila do Piriá.

objetivos previamente discutidos com o grupo. As questões que nortearam[28] as atividades tiveram como foco a realidade amazônica e o cotidiano da Vila do Piriá, mais especificamente o dia a dia das crianças na Vila; o que gostavam ou não de fazer; suas práticas culturais; a relação que eles estabeleciam com a escola, com a igreja, com a família, com a natureza; o que pensavam sobre a Vila; o que desejavam que tivesse naquele lugar; suas histórias de vida no Piriá. Foram 6 (seis) atividades desenvolvidas por meio de desenhos, rodas de conversas, bilhetes e conversas informais.

Deste modo, essa pesquisa com crianças ribeirinhas se preocupou em estabelecer uma relação próxima e direta com elas, numa comunidade na Mesorregião do Marajó, no sentido de compreendê-las como grupo social imbuído de saberes, que têm todas as condições de dizer de sua cultura, do seu lugar, de sua história, das relações que elas estabelecem consigo, com o outro e com o mundo.

Nessa pesquisa, a participação das crianças como interlocutoras foi sempre considerada prioridade, tendo em vista nosso objeto de estudo, sem deixar de considerar também as vozes adultas (unidade doméstica). Assim, essa investigação tem amparo em uma base teórica e na ideia de que as crianças têm muito a dizer sobre a maneira de ser criança na contemporaneidade (ARENHART, 2016).

As pesquisas sobre a infância na era contemporânea têm buscado estudar essa categoria a partir dela mesma, o que significa abrir espaço para ouvir o que as crianças têm a dizer do seu universo, porquanto “[...] os adultos não podem por si próprios compreender o mundo do ponto de vista da criança e, consequentemente, necessitam que as crianças o expliquem” (CHRISTENSEN; JAMES, 2005, p. XIX). Escutar o que têm a nos comunicar e a forma como fazem isso é o que nos dará base para avançarmos nas pesquisas com crianças, muito mais do que quando simplesmente falamos sobre elas. Um dos campos que tem avançado neste sentido tem sido o da Sociologia da Infância, ao considerar que as crianças devem ser estudadas a partir do que revelam, ou seja, de suas relações sociais e suas culturas, pois, consideradas sujeitos-atores, há verdades nas suas vozes.

Deste modo, o campo da Sociologia da Infância considera que existem duas maneiras de as crianças serem incluídas como sujeitos na pesquisa: como

[28] Para efeito desta pesquisa o termo “nortear” foi utilizado como forma de valorização da Região Norte do Brasil, ou seja, aquilo que advém ou faz parte da região.

participantes e como participantes e copesquisadoras (ARENHART, 2016; CHRISTENSEN; PROUT, 2002; CORSARO, 2011). Para esses autores as crianças, como participantes, são sujeitos sociais que fazem anunciações verdadeiras, interpretam o mundo no qual estão inseridas e têm a capacidade de agir sobre ele. Assim, contribuindo com o pesquisador para que ele tenha condições de entendê-las, formam um elo que possibilita participar ativamente das decisões concernentes à pesquisa.

Essa perspectiva, que considera as crianças como participantes e coautoras, investe numa participação ativa delas, pois são convidadas a serem coprodutoras e copesquisadoras neste processo. Corsaro (2011) afirma que elas se tornam copesquisadoras à medida que vão se apropriando da pesquisa, entendendo onde ela tem lugar na sua vida. Nessa visão “[...] as crianças não somente são esclarecidas sobre a pesquisa e consideradas no decorrer de todo o processo [...] (ARENHART, 2016, p. 44), mas são envolvidas nas atividades desde os primeiros momentos, participando do projeto inicial da investigação, da coleta de dados, desenvolvendo os instrumentos de pesquisa (filmagens, fotografias, entrevistas, entre outras), selecionando e analisando o próprio material ao término do trabalho de campo.

Nesse estudo com as crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara elas foram participantes da pesquisa, se expressaram de maneira autônoma durante todo o processo vivido na Vila do Piriá. Observamos o poder de criação com que interferiram em certos momentos na pesquisa, nos dando condições de perceber que precisávamos trilhar novos caminhos metodológicos quando as atividades propostas não atingiam suas expectativas. A participação do grupo de crianças na pesquisa foi sendo paulatinamente construída a partir de algumas questões fundamentais, como a dinâmica da comunidade, as rotinas das crianças e seus interesses, o que moveram os caminhos desta investigação.

A participação das crianças na pesquisa requer do pesquisador olhos e ouvidos bem vigilantes, pois, como nos referenda Almeida (2009), precisamos considerar que as crianças têm solidez no que apregoam, falam do que vivenciam, das suas práticas; são sujeitos que narram suas histórias e que dão significados a cada momento vivido, são falas creditáveis. Ao agirmos dessa maneira - respeitando e valorizando o sujeito-criança - o foco do estudo da infância tem outra dimensão, fazendo com que os processos participativos ocorram levando em conta as crianças

em seus mundos sociais.

As crianças como participantes nas pesquisas têm se constituído um princípio teórico-metodológico que dá coesão aos estudos que as consideram como atores sociais, “[...] elas são a unidade de estudo directo e basilar, que a sua autonomia e equidade conceptual é assumida como legítima [...]” (FERREIRA, 2010, p. 155). No entanto, questões éticas de diferentes aspectos surgem nesse contexto.

A esse respeito Christensen e Prout (2002), Arenhart (2016), Buss-Simão (2014) e Ferreira (2010) propõem que se trabalhe com o que eles denominam de simetria ética, onde os direitos éticos das crianças são iguais aos direitos dos adultos, necessitando serem observados de modo cuidadoso e reflexivo. Isso não quer dizer que as crianças devam ser tratadas como iguais aos adultos, mas que possam usufruir dos mesmos direitos éticos destes.

Arenhart (2016, p. 45), se referindo a Christensen e Prout, salienta que estes autores alertam que “[...] simetria ética não significa simetria social [...]”, ou seja, não podemos negar as diferenças estruturais que há entre o adulto pesquisador e a crianças e entre elas próprias. Essa chamada de atenção nos mostra que as diferenças nos possibilitam olharmos para nós mesmos, e nos levam a lugares tão próprios com interesses na mesma dimensão, porém, o fato de agirmos dessa forma não constitui a pesquisa um espaço de discrepância.

Neste sentido, respeitar as crianças como atores sociais, cidadãos críticos, produtores de cultura, aquele que estabelece relações com o outro e de forma contínua reflete o mundo no qual está inserido, “[...] ajudam o pesquisador a desnaturalizar seus ranços “adultocêntricos” para construir processos coerentes com os princípios teóricos e éticos que o guiam” (ARENHART, 2016, p. 45). Além do que tomamos como referência norteadora de nossas ações as Resoluções nº 466 de 12/12/2012 e nº 510 de 07/04/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização dos dados obtidos com os participantes da investigação e possam acarretar riscos a eles.

Considerando que a ética nessa pesquisa implicou o respeito à dignidade dos moradores da Vila do Piriá, sobretudo das crianças, a proteção a elas e aos demais envolvidos (unidades domésticas) na pesquisa científica, nesses termos, buscamos agir de forma clara, legal e ética, priorizando a ação consciente e livre dos

interlocutores.

No decorrer do estudo de campo nos deparamos com situações controversas que precisavam ser discutidas com o grupo para serem coerentes com os princípios norteadores desta investigação: anunciar ou não os nomes reais das crianças, interlocutores, na escrita final da tese? Divulgar ou não seus rostos, identificando quem são elas de fato? A autorização do uso de imagem, dada pelos responsáveis, é suficiente diante dos valores éticos para que possamos divulgá-las? Que impacto social os resultados das pesquisas científicas geram? (KRAMER, 2002).

Sabemos que a legislação brasileira salvaguarda os direitos da imagem e identidade da criança, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, em seu art. 17:

> O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da **imagem**, da **identidade**, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Como pesquisadores, desenvolvendo investigação com crianças, não podemos nos furtar a seguir os trâmites legais e éticos da pesquisa, sempre cuidando para não as expor de alguma forma a situações vexatórias ou que as coloquem em perigo.

Kramer (2002) nos alerta que ao considerar a criança sujeito da pesquisa, interlocutor do início ao fim da investigação, ouvir sua voz, escutar suas histórias, os segredos que compactuam com seus pares, observar suas ações na comunidade, os sentimentos que emergem nas suas relações, suas produções, dentre tantas outras questões que circundam sua vida e ao final negar sua identidade nos leva a outra reflexão – será que ela é sujeito da pesquisa? A autora afirma que quando a deixamos anônima

> [...] não podem se reconhecer no texto que é escrito sobre elas e suas histórias, não podem ler a escrita feita com base e a partir dos seus depoimentos. As crianças não aparecem como autoras dessas falas, ações ou produções. Permanecem ausentes (KRAMER, 2002, p. 51).

Partimos do princípio de que as crianças são atores sociais, que elas são protagonistas deste estudo e não podemos “[...] em nome da preservação da identidade das crianças, na redação do texto as mantemos no anonimato, negando sua autoria” (ARENHART, 2016, p. 46).

O nome está associado a alguém que o porta e diz muito de sua identidade social (RODRIGUES, 2006), não devendo ficar camuflado em nomes fictícios ou apenas nas iniciais de seus nomes reais, mas deve assumir o seu protagonismo, como a principal personagem dessa trama.

Por uma decisão do grupo, tomada após conversas em vários momentos da pesquisa de campo, utilizamos os nomes originais das crianças na tese. Foi explicado aos responsáveis que as produções delas (desenhos, textos, entrevistas), filmagens e fotografias que porventura fizessem parte do trabalho científico seriam identificadas conforme decisão do coletivo, somente nas produções que colocassem em risco a integridade dos interlocutores os nomes seriam omitidos. Assim, após os esclarecimentos, os responsáveis e a maioria das crianças assinaram o termo de autorização de uso de imagens, seguindo os procedimentos legais. Mais do que as autorizações assinadas, o diálogo e a reflexão sobre a importância de ser participante dessa produção marcaram a história das crianças da Vila do Piriá.

1.8 Os instrumentos de pesquisa e a coleta de dados

1.8.1 Fontes etnográficas

Neste estudo trabalhamos com a técnica de observação participante, uma maneira pelo qual o pesquisador, quando aceito pelas comunidades investigadas, adota diversas técnicas de coletas de dados com a finalidade de conhecer mais detalhadamente os modos de vida das pessoas daquele lugar, cria também a possibilidade de o pesquisador cotidianamente interagir com o grupo em diferentes aspectos da vida em sociedade (ANGROSINO, 2009). A observação participante, nesta pesquisa, focou nas práticas culturais que se deram por meio das ações cotidianas das crianças ribeirinhas, grafadas em um *registro decampo* ou *diário etnográfico,* conforme denominação de Malinowski (1978).

A partir da observação participante, consideramos os seguintes instrumentos, denominados por Alves (2003) como fontes etnográficas, e por Mattos (2011) como instrumentos etnográficos, os quais possibilitaram a coleta de dados: desenhos, bilhetes, fotografias, filmagens, registro de campo e conversas informais.

Sarmento (2011, p. 40) advoga que os desenhos infantis são “[...] formas de exploração do real e processos constitutivos da sua compreensão” do mundo que

cerca as crianças. Deste modo, há que se considerar a maneira como elas descrevem e interpretam a sua realidade. Embora não tenhamos pensado e nem direcionado nesta fonte etnográfica os mapas vivenciais, eles apareceram nas atividades direcionadas, mas identificados, quando da análise dos dados, a partir da leitura que fizeram sobre os desenhos, posteriormente denominados de mapas vivenciais, como forma de "[...] demarcar as lógicas infantis na produção da representação espacial [...]" (LOPES; COSTA; AMORIM, 2016, p. 247) dos meninos e meninas na Vila do Piriá.

Os mapas vivenciais têm como referencial a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (2010), visto que, para esse teórico o desenvolvimento do sujeito é resultado de um processo sócio-histórico. O conhecimento se dá através da interação da pessoa com o meio, logo, o papel do meio no desenvolvimento da criança, partindo de suas vivências, é levar em conta "[...] todas as particularidades que participaram da determinação de sua atitude frente a uma dada situação [...] (VYGOTSKY, 2010, p. 687).

Os bilhetes foram utilizados como instrumento em que as crianças mostram de forma muito particular seus desejos, expectativas, desaprovação e esperança. Medeiros (2014) considera que esses instrumentos representam não somente a escrita formal, mas a escrita como expressão de pertencimento, e o que dá sentido à tudo isso é a relação que as crianças estabelecem com a vida. A identificação era opcional, escritos durante as atividades e também em outros momentos em que se sentissem à vontade para fazê-lo.

As fotografias e as filmagens, nessa pesquisa, são ferramentas para a compreensão mais detalhada da realidade estudada, que não se limita ao mero exercício descritivo ou ilustrativo dos fatos, mas que os interrogam em suas minúcias e suas totalidades (SIMONIAN, 2007).

Neste contexto é que buscamos mostrar as imagens que dão sentido e que dialogam com o nosso objeto de pesquisa, compondo uma concepção próxima da qual discorre Samain (1995, p. 38) ao se referir às imagens nas obras[29] de Malinowski, asseverando que ela "[...] oferece algo que pode ser "visto", "observado", "tocado pelo olho" (to see); [...] é uma "amostragem", uma "demonstração": ela nos faz "ver", faz-nos "conhecer", "ensina", "explica",

[29] Os nativos de Mailu (1915); Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia (1922).

“testemunha” (to show) [...]”. Embora a autora se refira às imagens fotográficas, o raciocínio é o mesmo para as filmagens, uma vez que elas também estão cercadas por essa aura que possibilita uma interpretação mais apurada dos fatos.

O registro de campo se constituiu num instrumento que transcreveu os fatos da realidade observada, exigindo uma atenção cuidadosa da pesquisadora aos movimentos que envolveram o fenômeno investigado, fazendo o registro de forma sistemática, no caderno de campo. As notas, por vezes estruturadas em quadros que se apresentam ao longo das seções e subseções desta tese, e por outras de narrativas mais livres (ANGROSINO, 2009) fruto da combinação de nossa observação e das falas de nossos interlocutores e unidade doméstica, não obedecem a uma ordem de datas e acontecimentos. Sobre o registro escrito ou relatos das experiências que foram ouvidas ou observadas durante a investigação Rocha e Eckert (2008) consideram que “este ato de escritura define a capacidade de recriar as formas culturais que tais fenômenos adotam e permite exercitar a habilidade de lhes dar vida novamente, agora na forma escrita [...]”.

As conversas informais foram tratadas como fonte legítima de coleta de dados, conforme defendido por Sousa (2014, p. 53) ao afirmar que elas “[...] viram grandes aliadas do pesquisador que investiga a infância por poder se desenrolar enquanto se brinca com eles, se trabalha ouse aprende, em qualquer ambiente e sem formalismos”. Comungamos ainda da ideia de Sousa que considera as conversas informais o meio pelo qual podemos nos apropriar do discurso das crianças.

As fontes etnográficas, mais precisamente aquelas em que há uma expressão genuína dos interlocutores, como os bilhetes e os vídeos, utilizadas na tese, foram transcritas tal qual expressas por eles, respeitadas, assim, suas maneiras de escrever, de falar e de ler o mundo.

1.8.2 Fontes documentais

Como instrumentos da pesquisa documental analisamos Leis, Decretos, Decretos-leis, fotografias e jornais da época, relacionados à constituição do município de Curralinho e do distrito Vila do Piriá (PA), documentos estes resultantes de nossa busca para organizar historicamente o processo de estruturação do município, não perdendo de vista o nosso campo de investigação.

Foram catalogados cerca de 42 (quarenta e dois) documentos sobre o município:

a) Leis:
   - ✓ Lei Provincial nº 479 de 1865; Lei Provincial nº 584 de 1868; Lei Estadual nº 324 de 1895 – art. 8º, § 3º; Lei Estadual nº 266 de 1895; Lei Estadual nº 709 de 1900; Lei Estadual nº 2.116 de 1922; Lei Estadual nº 2.167 de 1922; Lei Estadual nº 8 de 1935;

b) Decretos:
   - ✓ Decreto Estadual nº 111 de 1895; Decreto Estadual nº 1. 595 de 1909; Decreto Estadual nº 6 de 1930 – art. 2º, § único; Decreto Estadual nº 78 de 1930 – art. 1º, 2º e § único; Decreto Estadual nº 558 de 1931; Decreto Lei nº 2.972 de 1938; Decreto lei nº 4.505 de 1943, anexo 1 - XXIV e anexo 2, p. 3;

c) Outras fontes consultadas:
   - ✓ Diário Official da Republica de 1892; Annuario Commercial (1910, 1921/1922,1927); Jornal A Republica (1893); Mensagem do Governador Dionysio Bentes ao Legislativo em 1928; Almanak Laemmert (1902, 1903, 1910, 1921, 1922, 1925, 1927); 49 (quarenta e nove) fotografias de vários períodos (1950 – data provável, 1989 e século provável [19--]).

Gil (1991) considera que na pesquisa documental as fontes são mais variadas, no entanto, geralmente encontram-se espalhadas em instituições diversas de guarda de documentos. Classifica as fontes em dois grupos: os de “primeira mão” e os de “segunda mão”, sendo os de primeira as fontes que ainda não tiveram nenhum tipo de tratamento analítico, e os de segunda são aqueles que já passaram por algum tipo de apreciação. No nosso caso, as fontes a que tivemos acesso configuram-se como de primeira mão. Na revisão bibliográfica que realizamos encontramos apenas citações dos números das leis, sem nenhuma análise dos referidos documentos.

A análise das fontes documentais precisa ser criteriosa para poder responder às questões da investigação. O pesquisador não pode se furtar a entender o problema no interior da conjuntura que está sendo investigada, bem como estruturar as conclusões e a forma como esta será compartilhada. Todas essas questões

estão diretamente relacionadas com a concepção epistemológica do pesquisador.

1.9 Percursos de análise do *corpus*

O *corpus* de análise foi formado a partir do seguinte percurso: análise dos documentos de constituição do município de Curralinho/PA, acima mencionados; conteúdo discursivo dos desenhos, bilhetes, fotografias[30], filmagens[31], conversas informais e registro de campo; apreciação das questões que emergiram da observação participante, com destaque para a interação das crianças com suas culturas e o seu lugar - Vila do Piriá, Curralinho/PA.

A constituição do *corpus* se deu "[...] através da reflexão sobre conceitos pertinentes para os objetivos da análise e pela sua sustentação em certos parâmetros metodológicos que visam garantir uma leitura não-subjetiva dos dados" (ORLANDI; GUIMARÃES; TARALLO, 1989, p. 33).

Mattos (2011) aponta que para esse tipo de coleta de dados existem algumas formas de análise que podem contribuir para a compreensão do objeto de estudo e que o pesquisador necessita ter clareza qual a forma tende a responder melhor aos objetivos propostos na investigação. Dentre as diversas formas existentes optamos pela Análise de Discurso, que em pesquisa "[...] é analise de um conjunto de ideias, um modo de pensar ou um corpo de conhecimentos expressos em uma comunicação textual ou verbal, que o pesquisador pode identificar quando analisa um texto ou fala" (CHIZZOTTI, 2014, p. 120). Deste modo, nossa apreciação se deu por meio das reflexões de Orlandi (1989, 2015, 2016),ao considerar que a análise do discurso busca a apreensão da importância do significado do discurso na construção da vida em sociedade, assinalando que "por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se [...]" (ORLANDI, 2015, p. 13). Pondera ainda que a questão a ser respondida pela análise do discurso é: "como este texto significa? Ou seja, ela não pergunta o "quê", mas o "como" (ORLANDI, 2015, p. 16).

Para a autora supracitada a construção do *corpus* e a análise estão fortemente achegadas, portanto "[...] decidir o que faz parte do corpus já é decidir

[30] O acervo fotográfico é composto por cerca de 350 fotos, incluindo as atividades com as crianças, da natureza, dos eventos locais e de situações cotidianas na Vila.

[31] Durante a pesquisa acumulamos aproximadamente 10 horas de filmagens, em tempos, locais e situações diferentes.

acerca de propriedades discursivas [...]" (ORLANDI, 2005, p. 61; ORLANDI; GUIMARÃES; TARALLO, 1989). Nessa perspectiva, considera a existência de dois *corpus*: experimental ou empírico e o de arquivo. O primeiro diz respeito à análise do material construído especificamente para a pesquisa, como por exemplo, entrevistas, notas de campo, entre outros. O segundo está relacionado à análise de materiais que já existem, como legislação (Leis, Decretos), comunicados em jornais, livros e outros documentos (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Assim, nos valemos desta base de análise com o objetivo de correlacionar os significados dos discursos aos sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho (PA).

Para a análise do *corpus* experimental ou empírico contidos nessa investigação (desenhos, bilhetes, fotografias, filmagens, registro de campo e conversas informais), realizamos os procedimentos a seguir: leitura, para identificar os elementos discursivos nas fontes etnográficas; categorização dos discursos apresentados nos documentos, articulando estes aos sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas; análise discursiva das categorias que emergiram das fontes etnográficas.

Com relação à análise do *corpus* de arquivo, ou seja, dos documentos de constituição do município de Curralinho/PA, obedecemos aos seguintes procedimentos: leitura, para conhecer e revelar os componentes discursivos contidos nos documentos de constituição de Curralinho (PA); localizá-los numa linha de tempo e relacioná-los no contexto sócio-histórico com as infâncias amazônicas; apreciação dos discursos no contexto do nosso objeto de estudo - sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá.

Nessa conjunção, a análise do discurso atenta para as "[...] práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc." (ORLANDI, 2015, p. 60), contudo, é preciso observar que dependendo da forma de análise o objeto pode estabelecer ou não a exaustividade, que Orlandi (2015, p. 60) denominou de horizontal e vertical. Na horizontal, não buscamos esgotar todas as possibilidades de análise do objeto empírico, o objeto é inexaurível, isso deve-se ao fato de que "[...] todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro [...].

Na vertical, há uma exaustividade esperada “[...] deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática [...] (ORLANDI, 2015, p. 61). Considera a autora que em profundidade essa exaustividade leva a resultados teóricos significativos, tratando as questões de análise como fatos da linguagem (ORLANDI, 2015). Como já mencionamos, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente relacionadas; escolher, então, o que faz parte dele já é uma deliberação acerca de propriedades discursivas. Consideramos, portanto, essa a perspectiva que atende ao objetivo de nosso estudo - analisar os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá.

Nessa linha de pensamento, as considerações a serem feitas a seguir acerca dos discursos presentes nos documentos são desdobramentos analíticos originários das fontes etnográficas e documentais que serão esclarecidos mais à frente. Dessa forma, emergiram as seguintes categorias, as quais foram recorrentes nessas fontes a partir das práticas culturais presentes no cotidiano das crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara: **natureza**, incluída aí a maneira como as crianças vivenciam o meio ambiente, o espaço geográfico e o tempo nessa comunidade; **corpo**, com destaque para a percepção de sua identidade cultural ribeirinha-marajoara; **afetividade**, relativa aos sentimentos que os envolve enquanto crianças; **vivências culturais** presentes na família, escola, religiosidade, trabalho, brincar e nas narrativas fantásticas[32].

As categorias aqui organizadas, as quais emergiram no estudo de campo, foram sistematizadas didaticamente a partir das vivências culturais das crianças da Vila do Piriá.

A comunidade onde se realizou esta pesquisa está fincada no seio da floresta amazônica, cercada por uma imensa mata fechada, às margens de um grande rio - o Piriá. O fato de nossos interlocutores viverem nesse universo com todos os seus fenômenos e demonstrarem a forte influência dessa atmosfera no seu dia a dia nos levou a identificar a primeira categoria que veio à tona nesse estudo - a **natureza**.

[32] A narrativa fantástica é o discurso da Literatura Fantástica, gênero literário criando entre os séculos XVIII e XIX na França, tendo o seu amadurecimento no século XX. A obra Introdução à Literatura Fantástica do filósofo e linguista búlgaro, radicado em Paris, Tzvetan Todorov (1970) inaugura as discussões sistematizadas sobre essa temática. Para Todorov (2017) a narrativa fantástica tem como aporte um acontecimento aparentemente sobrenatural, mas que está no entrecorte do real e do imaginário, do normal e do anormal, ou melhor, seria a perplexidade entre um esclarecimento natural e um sobrenatural para a narrativa, ou ainda, como nos referenda Niels (2014, p. 194), circula “[...] entre o real e o imaginário; entre o natural e o sobrenatural, entre o crido e o não crido [...]”.

Tuan (2012, p. 140) nos revela que “a natureza produz sensações deleitáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidas [...]”; deste modo, para a criança a natureza se mostra por meio de um conjunto de elementos (rios, animais, árvores, praia e etc.) que forma o mundo natural, e que por meio desses elementos vivenciam as mais diversas experiências de uma maneira muito própria.

A natureza, enquanto categoria, sugere outras questões observadas no estudo de campo, que dizem respeito ao fato de como as crianças influenciam e são influenciadas pelo meio ambiente, pelo tempo e pelo espaço na Vila do Piriá, pensando em cada um deles não como motes distintos, mas como parte de um conjunto de intuições e maneiras ambientais relacionadas à dimensão cultural.

O meio ambiente observado por nós nos estudos de campo aparece como um lugar de contraste; ao mesmo tempo em que se mostra exuberante, se mostra em déficit quanto à qualidade de seus recursos naturais. Para as crianças, no entanto, o que sobressai é a vida (gente/casa, animais/bichos, plantas/árvores, água...)[33]que lá existe, o que as leva a demonstrar um sentimento de apreciação pelo lugar. Sobre esse aspecto Tuan (2012, p. 161) desenvolveu o conceito de topofilia, afirmando que o termo “[...] associa sentimento com lugar [...]”. Deste modo, observamos que há, nesse contexto, elementos que nos revelam que para as crianças o meio ambiente é mais do que os olhos podem ver, mais do que os ouvidos podem escutar (FRAXE et al., 2006), é um lugar de (re)criação constante.

O tempo, nos diz Manoel de Barros (2010, p. 133) “[...] não anda pra trás [...]”, segue um percurso que adentra o mundo das pessoas em diferentes contextos e a cada contexto se revela numa direção. Tuan (2012, p. 207) nos aponta que o tempo é estruturado conforme “[...] as fases recorrentes da natureza: das estrelas ou da Terra em rotação e revolução [...]” e nesse sentido, o tempo se atrela ao movimento das águas nessa parte do Brasil. A população ribeirinha organiza, de certa forma, sua vida a partir do ciclo das águas – enchente-cheia/vazante-seca – diferente da concepção de tempo da população urbana. A vida do homem ribeirinho “[...] e a de sua família entranham-se sob outra forma de manifestação do tempo, quando o

[33] Nas fontes etnográficas aparecem os termos *gente* e *casa*, o primeiro referindo-se às pessoas, e a *casa* como lugar onde as pessoas estão presentes, o espaço da família; os termos *animais* e *bichos*, o primeiro fazendo referência aos animais silvestres, da mata, e bichos são os animais domésticos; *plantas* e *árvores,* referindo-se a ervas medicinais e a árvores de grande porte, respectivamente.

movimento cíclico das águas é ditame do qual não podem escapar [...]" (FRAXE et al., 2006, p. 234).

O espaço e o lugar não estão dissociados, mas se entrelaçam, à medida que são categorias nas quais o homem está inserido, propiciando suas transformações. O primeiro, por meio das experiências que ocorrem no seu interior e, o segundo, através das relações entre os indivíduos (FRAXE et al., 2006). Portanto, para efeito deste estudo, os termos espaço e lugar serão considerados sinônimos.

As crianças interlocutoras desta pesquisa nos apontam que o espaço é algo vivido, uma vez que "[...] estamos ligados ao espaço por meio de sentidos, pois olhamos para ele, movemo-nos dentro dele, cheiramos e ouvimos através dele [...]" (FRAXE et al., 2006, p. 233), ou seja, o espaço permite às crianças movimentos e ações diversas, ressaltando uma segunda categoria de análise, o corpo**,** que circula nesse espaço. Consideramos ser esta a maior categoria desenvolvida pelas crianças, em virtude de ser por meio do corpo que elas apontam, tocam, pegam, chutam, pulam, equilibram-se, sentam, levantam, têm percepções quanto aos estímulos quente/frio, pesado/leve, molhado/seco, duro/mole, áspero/macio, doce/salgado, sons alto/baixo, claro/escuro. Sobre esse aspecto Sousa (2014) considera que:

> As crianças são corporais – no sentido de que se utilizam com primazia do corpo - nos hábitos de higiene e alimentares, nas horas de sono, nos imperativos disciplinares e nos castigos, na aprendizagem e no trabalho. Tornam-se especialmente corporais se ainda não dominam a linguagem verbal. Se ainda lhes faltam as palavras adequadas, as crianças constituem-se plenamente corpo (SOUSA, 2014, p. 306).

Portanto, as crianças ribeirinhas da Vila do Piriá utilizam o corpo como forma de estabelecer relações com a natureza, com o espaço, com o local e com a sua gente, construindo assim sua identidade cultural ribeirinha-marajoara. Partindo desta concepção, reconhecemos o corpo "[...] como constituidor e mobilizador das culturas infantis (ARENHART, 2016, p. 99).

Referindo-se à definição de cultura, Hall (2016) assegura que ela é um conjunto de práticas e diz respeito "[...] à produção e ao intercâmbio de sentidos - o "compartilhamento de significados" – entre os membros do grupo ou a sociedade [...]" (HALL, 2016, p. 20), e esse sentido, continua Hall, nos permite plantar a ideia

de nossa própria identidade[34]. Woodward (2014) complementa ainda que o corpo, como um dos espaços capaz de determinar quem somos, se torna a base para a identidade.

Outra categoria que emergiu nesse estudo está relacionada aos sentimentos que envolvem as crianças: o de raiva e o de amizade, vivenciados pelos interlocutores. Deste modo, identificamos esta categoria pelo nome de **afetividade**, pois possibilitou analisar os sentimentos presentes no cotidiano das crianças da Vila do Piriá, como se pode observar nos discursos que analisaremos mais à frente.

As crianças ribeirinhas estão inseridas numa determinada realidade, numa dada cultura e num ambiente, que constituem o meio. À medida que se desenvolvem, o meio se modifica para elas e influencia na sua maneira de perceber o mundo no qual elas estão inseridas. Nesse sentido, Vygotsky (2010, p. 683) assevera que "os elementos existentes para determinar a influência do meio no desenvolvimento de sua personalidade consciente é a *vivência*". Deste modo, percebemos que a criança amazônida *vivencia* no seu cotidiano experiências nas mais diversas dimensões da sua vida, visto que "depara-se, assim, na Amazônia, com uma cultura de fisionomia própria, que é marcada por peculiaridades [...] significativas [...] cuja força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza" (LOUREIRO, 2000b, p. 69).

Considerando as *vivências* dos sujeitos-crianças, os estudos de campo nos revelaram uma outra categoria - vivências culturais - ligada à maneira como as crianças ribeirinhas *vivenciam* o meio na relação que estabelecem com a família, escola, religiosidade, trabalho, brincar e nas narrativas fantásticas.

Por intermédio das vivências culturais, o meio tem um papel e um significado que influenciam no desenvolvimento das crianças (VYGOTSKY, 2010), portanto, essa investigação, através das fontes etnográficas e documentais, especificamente, buscou identificar, nesta categoria, o que dizem as crianças da Vila do Piriá sobre suas práticas culturais e que sentidos e significados tais práticas têm no seu cotidiano, relacionando-as aos contextos acima mencionados.

---

[34] Estudioso do campo dos Estudos Culturais, Hall (2006, 2014, 2016) teve como sua maior contribuição para este campo a ampliação de temas como multiculturalismo, sexualidade, raça e gêneros, principalmente. Hall (2014) considera que as identidades "[...] têm a ver não tanto com as questões "quem nós somos" ou "de onde nós viemos", mas muito mais com as questões "quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios" [...]" (HALL, 2014, p. 109).

Refletir sobre as práticas culturais no campo dos Estudos Sociais da Infância, especificamente da Sociologia da Infância, nos levou a perceber que “[...] a capacidade das crianças em construírem de forma sistematizada modos de significação do mundo e de acção intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e acção” (SARMENTO, 2017a, p. 3), indicam sujeitos-atores capazes de dar sentidos, de maneira autônoma, especialmente à produção simbólica e cultural, embora se perceba que há uma distinção da infância em relação à geração adulta (ARENHART, 2016; BORBA, 2009).

1.10 Devolutivas da pesquisa

As devolutivas dos resultados da investigação aos nossos interlocutores foram acontecendo ao mesmo tempo em que eram feitas as análises dos dados e a escrita do texto da tese, conforme as seções iam sendo elaboradas retornávamos a campo para discutir com eles o que havíamos construído. Levávamos o texto impresso em algumas vias para que todos pudessem visualizar e emitir opiniões, sugestões ou mesmo sugerir mudanças nos textos (parte escrita, desenhos, fotografias e falas). Reuníamos com as crianças, geralmente no trapiche do barco Marcella ou nas proximidades da escola, sempre em forma de roda de conversa; dizíamos a eles o que tínhamos produzido e como tínhamos estruturado as questões que emergiram no estudo. Geralmente as sugestões eram de cunho estético (troca de fotografias ou desenhos), poucas vezes opinavam sobre o texto, porém eles sempre procuravam saber onde, em que página ou parte estava *“*aquilo*”* que tinham falado, escrito ou gravado nas vezes anteriores em que lá estivemos.

Com a unidade doméstica o retorno se dava quase que individualmente quando nos encontrávamos na via pública ou quando nos procuravam para saber do *“*livro” ou “do estudo da universidade*”*, quando então aproveitávamos para esclarecer sobre o que havíamos feito, apresentando o material impresso e discutindo os pontos que emergiram na pesquisa. Os adultos sempre queriam acrescentar mais informações ao texto, algumas vezes acatadas, outras não, visto que queriam apenas reforçar o que haviam dito em outros momentos.

Após a sua conclusão o estudo foi apresentado a toda a comunidade local e também às autoridades do município.

A partir das ideias presentes nessa introdução, apresentamos a estruturação das seções que compõem essa tese, anunciando a cada uma delas.

1.11 Anunciando as seções

Esta pesquisa está estruturada em duas partes, sendo que a primeira é composta por duas seções compreende a Introdução, o referencial teórico-metodológico e o *locus* da pesquisa; a segunda parte também compreende duas seções: as análises das práticas culturais das crianças e as conclusões do estudo.

Na primeira seção buscamos apresentar nosso percurso acadêmico e profissional e os caminhos teórico-metodológicos do estudo, situando o leitor quanto à temática - uma investigação *com* e *sobre* as crianças. Apresentamos o lócus da pesquisa - Vila do Piriá/Curralinho/PA - e os interlocutores, com um breve perfil deles, destacando a natureza da pesquisa adotada, a qualitativa centrada na etnografia e na pesquisa documental. Mencionamos ainda os instrumentos utilizados e o percurso de análise dos corpus, com destaque para as categorias de análise.

A segunda seção é dedicada ao referencial teórico sustentado pelos Estudos Sociais da Infância em diferentes áreas: Sociologia da Infância, Geografia da Infância, Antropologia da Criança e História da Infância. Está seção também faz uma inserção no *lócus* de nossa investigação por meio de uma pesquisa documental, possibilitando a construção do histórico do município de Curralinho/PA e da Vila do Piriá, relacionando os acontecimentos histórico-sociais com o nosso objeto de estudo, onde nos dedicamos a analisar a situação das crianças do Norte do Brasil, em especial da Amazônia paraense.

Na terceira seção analisamos o que falam as crianças ribeirinhas da Vila do Piriá acerca de suas práticas culturais e educacionais oriundas do seu cotidiano, presentes no brincar, na religiosidade, no corpo - através das técnicas corporais - e na relação que estabelecem com os adultos, com seus pares e com o meio ambiente.

Na quarta seção apresentamos as conclusões a que chegou o estudo. Focamos nos pontos principais em que os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá se mostram. A trajetória que fizemos para cumprir as etapas da pesquisa, as dificuldades enfrentadas, as conclusões gerais do estudo.

2 *AS CRIANÇA DAQUI É A GENTE!* OS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA MARAJOARA E SEUS PERCURSOS DE VIDA

2.1 Entre rios e floresta: a caminhada dos atores-crianças

O desafio que se coloca neste itinerário é articular as vivências dos sujeitos-crianças ribeirinhos da Amazônia Marajoara com os Estudos Sociais da Infância, buscando compreender por meio da análise do discurso os sentidos e significados das práticas culturais apoiadas naquilo que falam ou produzem. A análise do discurso não fica apenas no processo de interpretação (das falas diretas, dos escritos, dos desenhos, dos documentos e das conversas informais), mas se preocupa com seus limites, com os mecanismos que envolvem a análise de cada elemento do discurso, tudo isso fazendo parte dos processos de significação (ORLANDI, 2015). Ao trazermos a análise do discurso para essa investigação não estamos buscando um sentido verdadeiro de interpretação, mas, a começar dela, trabalhar um método que possibilite uma interpretação alicerçada numa base teórica que possibilite compreender a realidade que nos propomos investigar.

2.1.1 O cotidiano das crianças e suas identidades ribeirinhas

Ao iniciarmos esta seção consideramos oportuno trazer as anotações de nosso registro de campo, destacando e contextualizando o episódio em que a frase “As criança daqui é a gente” foi dita por Alessandra, uma menina de 7 anos, interlocutora da pesquisa. O trecho faz parte de um diálogo com outras crianças, que revelam, por meio de seus cotidianos, suas vivências no distrito Vila do Piriá - Curralinho/PA e a maneira como se percebem integrantes dessa comunidade.

> Registro de campo (23/01/2016).
>
> *As criança daqui é a gente.*
>
> *As criança daqui é a gente* foi uma das frases que ouvimos na Vila do Piriá que mais nos chamou a atenção, dita por uma criança de 7 anos, Alessandra, que mexeu com nossa estrutura de pesquisadora e nos fez pensar e nos perguntar: quem são as crianças deste lugar? Caminhávamos pela ponte principal, quando encontramos um grupo de quatro crianças (Alessandra, 7 anos; Aline, 9 anos; Beatriz, 8 anos; e Willian, 7 anos), próximos ao trapiche onde ficava ancorado o barco Marcella, e talvez por isso o local seja chamado “trapiche

Marcella". Estavam molhados, parecia que estavam tomando banho no rio e contavam algo, que não tivemos como ouvir na íntegra, em virtude da distância que nos separava; mas, o que nos chamou a atenção foi que aquela vivência provocou risos, muitos risos no grupo. Achei a princípio que era algum *causo* sendo contado, afinal na Amazônia existem muitos deles e engraçados. As crianças, além de rirem, conversavam; Aline dizia: *"Né, a gente que vevi aqui!"*, e os demais concordavam: *"É mermo! É a gente!".* Ao nos aproximarmos, percebemos que se tratava de uma discussão acalorada sobre quem são e como vivem as crianças da Vila do Piriá. Pelo que entendemos, estavam se referindo às questões que já há alguns encontros discutíamos com os meninos e meninas, interlocutoras desta investigação. Acreditamos que isso se deu em virtude de o grupo ter nos avistado primeiro na ponte, e ter iniciado, entre eles, uma conversa a respeito do assunto.

Pareceria óbvio para aquele grupo que as crianças deste lugar eram elas, embora, para a pesquisadora, outras questões precisassem ser respondidas para poder definir quem eram essas crianças: como era ser criança na Vila do Piriá com tanta diversidade a sua volta, como elas viviam e se deslocavam naquela região, como era o dia a dia delas, como era na escola, se frequentavam alguma igreja, o que havia de interessante lá, se tinha alguma coisa que eles gostariam de fazer e que não faziam naquele espaço, o que gostavam ou não de fazer na Vila.

Ficamos cerca de quinze minutos conversando no trapiche Marcella e elas falando sobre como é viver e ser criança na Vila do Piriá; as falas se atropelavam e ficamos meio atordoadas, tentando escutar a todas, ao mesmo tempo pinçando algumas falas e guardando em nossa memória; consideramos que se pedíssemos para organizar o grupo para falar um de cada vez, perderíamos, talvez, a espontaneidade com que estavam a nos contar as coisas do Piriá. O teor da conversa foi colocado entre dois eixos: o ruim e o bom de ser criança e morar na Vila. O lado ruim foi relacionado à violência, falta de assistência e de remédios no Posto de Saúde da Família, falta da merenda na escola, lixo exposto a céu aberto e o período da entressafra do açaí na região.

O bom diz respeito à família, amigos, escola, igreja, brincadeiras e de viverem naquela comunidade. O que nos chamou a atenção foi o fato de as quatro crianças repetirem por mais de uma vez que *"a gente gosta daqui", "A gente vevi no Piriá", "Eu num quero sair nunca daqui, aqui tem tudo: tem casa, tem gente, tem comida, tem o rio"*.

Como participantes da conversa, resolvemos perguntar: *"Então nos digam, quem são as crianças daqui, que moram aqui?* "Eles se entreolharam com expressão de surpresa no rosto, como que a perguntar: *"Você não sabe?"* Ficamos esperando, até que Alessandra, com um argumento próprio nos diz: *"A gente num mora aqui? A gente num é daqui? Todo mundo que tá aqui é do Piriá! Então tá, as criança daqui é a gente!"*. Todos concordam e caem na risada outra vez. De fato, as crianças da Vila do Piriá eram aquelas que estavam à nossa frente, dizendo de si e do seu universo com propriedade e verdade, colocando em pauta suas necessidades e desejos, questionando com seus pares quem eram as crianças daquele lugar.

A narração que transcrevemos aqui diz respeito à observação realizada na Vila do Piriá, na qual as crianças anunciam que são deste espaço geográfico; é uma afirmação que traduz, pelas suas perspectivas, a importância delas na Vila, ao mesmo tempo em que fazem referência, ao utilizar o termo *criança*, aos pequenos que residem nessa comunidade ribeirinha. Deste modo, percebe-se que a sua forma de expressar quem são as crianças deste lugar nos permite trazer algumas reflexões acerca das mesmas, a partir do que nos assevera Ferreira (2004, p. 11), pois precisamos "[...] mostrá-las como actores sociais, individuais e colectivos, implicados nos seus mundos de vida quotidiana [...]", entendendo o cotidiano como

> [...] aquele vivido pelo caboclo-ribeirinho, que organiza sua vida a partir do regime dos rios, num constante ir e vir, ora da paisagem predominante das águas, ora do emergir das restingas e depósitos, formados a partir da dinâmica do próprio rio, [...]. O cotidiano é experimentado, vivido e contemplado pelo homem amazônico desde a sua mais tenra infância, nas várias dimensões de seu viver, como o embarcar em uma canoa para se deslocar ou pescar, o caminhar para o roçado ou para a casa de farinha, o apanhar algum fruto ou simplesmente parar diante do rio e contemplar sua descida [...] (FRAXE et al., 2006, p. 237).

Esta cotidianidade relaciona-se à vida das crianças no seu lugar, participantes ativas da construção da vida social*,* "sujeitos competentes de produção de vida social «actores da sua socialização», «actores de corpo inteiro», «sujeitos com palavras»" (ALMEIDA, 2009, p. 34).

Para a compreensão do cotidiano das crianças da Amazônia Marajoara fez-se necessária uma incursão no seu território para trazer à tona a identidade e as suas práticas culturais. Ribeiro (2006) nos referenda que a identidade de um povo não é definida pelos limites do seu espaço[35], mas pelo contíguo de particularidades que faz dele um grupo com identidade própria, diferenciando-se dos demais grupos.

Ressalva-se que a identidade ribeirinha não se constitui apenas pelo fato de viverem às margens e ou ribeiras de rios e igarapés, mas, principalmente, por estarem voltadas para as relações que as crianças estabelecem com o lugar, com seus pares, com os adultos, com as suas histórias e com suas culturas, que geram sentido e produzem um sentimento de pertencimento (LIMA, 2011, 2013). Portanto, compreender a cultura de um povo põe em evidência seu estado normal sem diminuir a sua peculiaridade (GEERTZ, 1989).

[35] A questão da espacialidade e suas categorias (território, lugar, região, entre outros) discutidas nesta investigação está relacionada aos diferentes espaços geográficos ocupados pelas crianças, os quais serão tratados mais adiante.

Hall (2014) esclarece que a identidade se constrói no espaço do jogo de poder, da diferença e da exclusão, cuja construção está sempre em processo de mudança e transformação. Nessa perspectiva, a construção da identidade da criança ribeirinha se faz e se refaz num movimento de ação e reação ao descaso do poder público para com a infância do Norte do Brasil, da falta de políticas que deem a ela condições de viver com dignidade, que tenha seus direitos a uma vida feliz e respeitada na sua condição de pequeno cidadão. Fragmentos de nosso registro de campo e da transcrição de pequenos vídeos mostram como as crianças observaram e analisaram a conjuntura sociopolítica da Vila do Piriá, identificando questões básicas que dificultam o acesso aos serviços públicos:

> Registro de campo (05/11/2015).
>
> Aquilo que falta I.
>
> Rayka é uma menina de 9 anos, se diz evangélica da Assembleia de Deus, de voz e postura altiva; difícil encontrar alguém que não a conheça na comunidade, por onde passa vai parando e conversando com quem encontra pelo caminho, não importa a idade, faz muitas perguntas, usando-as como pretexto para escutar histórias. Gosta de contar *causos*, histórias, *"coisas da vida"*, como ela mesma diz, referindo-se a acontecimentos locais do dia a dia, dos quais conhece muitos, antigos e atuais. Destaca-se nos grupos de que participa pelo seu posicionamento quase sempre indagador e questionador.
> Durante vários dias tentamos nos aproximar de Rayka, pois seu jeito expansivo de se comunicar nos chamou a atenção; encontramos nela uma interlocutora por excelência para nossa pesquisa. Ela nos autorizou a gravar nossa conversa, da qual transcrevemos um trecho a seguir. Assim que iniciamos a gravação chegou Isis, de 5 anos, que já fazia parte do grupo de interlocutores da pesquisa, ficou observando por alguns minutos, e logo em seguida manifestou desejo de também participar. Falante, Isis entra no diálogo, diz que frequenta a igreja Assembleia de Deus, e demonstra, de certa maneira, sua reação de indignação pela falta das políticas públicas destinadas ao atendimento dos ribeirinhos, com ênfase no atendimento a elas - as crianças - na Vila.
>
> Transcrição de áudio registrado em vídeo:
>
> [...]
> Pesquisadora: O que vocês não gostam aqui na Vila?
> Rayka: O que eu não gosto aqui! O que eu acho muito chato é a sujeira.
> Pesquisadora: Tem sujeira? Onde?
> Rayka: Tem, olha aí (apontado para o rio e para a porta das casas).
> Pesquisadora: Como melhorar essa situação?
> Rayka: Com educação.
> Isis: É com educação, tem gente que vem lá do outro lado (se

> referindo ao outro lado do rio Piriá) jogá lixo pra cá, enche nosso corpo de micróbios.
> Rayka: micróbios e bactérias. A água fica só sujo.
> Isis: (?)* às vezes a gente não dá conta de se lavá, tem muita coisa que eles joga no rio, aí quando fede essas coisa, parece podre, aí não dá pra ninguém se esfregá, não dá pra nada.
> Pesquisadora: Tem outras coisas que vocês querem falar?
> Rayka: Aqui não tem remédio, nem médico.
> Isis: Só esse posto aí (Posto de Saúde da Família - PSF)
> Rayka: Não serve muito.
> Pesquisadora: Quando vocês ficam doentes, como fazem?
> Rayka: Quando a gente tá doente, a gente vamo aí no hospital (PSF), não tem nenhum remédio, não tem nada aí, vamo tê que comprá na farmácia.
> Pesquisadora: E o que vocês acham dessa situação?
> Rayka: Era pra tê educação, prá tê remédio pras criança, pros adulto, qualquer coisa, as criança são mais importante.
> (Isis chama Kalyne, de 5 anos, que nos assistia por trás de uma árvore).
> Rayka: Pois é, não tem educação, não tem remédio aí no posto, né, Kalyne? (Kalyne balança a cabeça positivamente);saúde, os prefessores que estavam aqui estão indo embora daqui.
> Pesquisadora: Por quê?
> Rayka: Porque os prefessores têm nojo daqui, porque tem muito lixo e fica tudo aí jogado.
> Isis: Tem professor que não gosta de ver e nem pegar quando tem ferida na gente, fica com nojo, nem tem remédio no posto.
> [...]
> (?)* - Áudio não compreensível.

Em outro episódio constatamos a mesma indignação dos meninos em relação à falta da qualidade nos serviços públicos, com ênfase no serviço de saúde no PSF:

> Registro de campo (06/10/2016).
>
> Aquilo que falta II.
>
> Estávamos indo para a Unidade de Educação Infantil Canto do Saber quando avistamos um grupo de meninos às margens do rio Piriá, sentados no trapiche em frente à igreja Assembleia de Deus; quando nos avistaram começaram a chamar *"Ei, fessora!", "Fessora, quando a sinhora chegou?", "Mei, onde a sinhora vai?*" e logo vieram ao nosso encontro. Resolvemos então ficar ali mesmo conversando com eles, perguntando como estavam suas famílias, ao que um nos informou que o pai estava viajando, outro disse que a mãe tinha ido para Curralinho levar a irmã para vacinar e ir ao médico; disseram ainda que *"tava dando muita malária pos lados de lá"*. Sobre a escola, reclamaram da falta de merenda e que quase não tem tido aula. Quanto às atividades nas igrejas (as crianças participam de várias denominações) disseram que estavam ensaiando para a programação de Natal, pois iam fazer apresentações alusivas a esse dia. A seguir perguntamos: *"e vocês, como estão?"* Responderam: "*só jogando convessa fora"*. Demonstrando certa curiosidade,

> quisemos saber sobre o que conversavam! "*Falando um bucado de coisa"*, foi a resposta. *"Mas, o quê?*, insistimos. Começaram a falar então sobre a situação da Vila, alterando logo o semblante, que mudou de leveza para o de preocupação. Nesse momento pedi permissão para gravar a continuação da conversa, no que eles consentiram; posicionei o celular e comecei a gravar os comentários deles a respeito da dificuldade de atendimento no Posto de Saúde da Família, uma unidade de saúde mantida pela Prefeitura para prestar atendimento geral e emergencial à população:
>
> Pesquisadora: Quando vocês estão doentes, quem consulta vocês?
> Jhonata: Vamo pro posto (PSF), não tem nada lá.
> Pedro: A gente já falamo pro pofessor, no posto, mas ninguém faz nada.
> Maylon: É, falamo.
> Ruan: Até pro home que é vereador o pessoal já falou, mas nada, não vi nada.
> Phellipe: Quando precisa nós compra o remédio, nós tem que comprá.
> Ruan: Se num comprá o remédio fica mais rúim.
> Maylon: Me dá é raiva, nunca tem nada, nunca tem nada, nada, nada, nada.

Nas falas podemos observar que a criança sente "aquilo que falta", ou melhor, sua identidade "tem necessidade daquilo que lhe "falta" (HALL, 2014, p. 110): políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, saneamento e habitação. Nesse espaço de poder, diferença e exclusão, Hall (2014), referindo-se ao pensamento do autor argentino Ernesto Laclau sobre a constituição da identidade social como ato de poder, analisa que a constituição de uma identidade está alicerçada na ação de excluir determinada coisa e de firmar uma hierarquia brutal entre os dois extremos resultantes; no nosso caso, Estado/políticas públicas (primeiro extremo) – população/criança ribeirinha (segundo extremo). O que é próprio do segundo extremo - das crianças ribeirinhas,

> [...] a garantia de direitos básicos, que promovam o surgimento de agentes livres e sustentáveis, onde a integração das políticas públicas seja o instrumento necessário para a grande transformação da qualidade de vida da população (SOUZA; MONTEIRO, 2015, p. 161).

Embora os direitos básicos estejam estabelecidos na legislação (Constituição Federal – art. 5º) (BRASIL, 1988), são reduzidos em oposição à maneira como são considerados pelo primeiro extremo - o Estado/políticas públicas. Os investimentos para a região, no que se refere às políticas públicas, ao longo de sua história, têm se mostrado escassos e não têm levado em consideração o homem da Amazônia, o seu modo de vida, suas culturas, seus problemas e necessidades. Nessa

continuidade, Sarmento e Veiga (2010b) nos alertam que a pobreza infantil[36] está aumentando em termos absolutos e relativos e que a infância é o grupo geracional mais afetado por ela.

Pasuch e Santos (2012), analisando a importância da educação para a infância na constituição da identidade das crianças enquanto sujeitos do campo, da floresta e das águas[37], fazem uma reflexão acerca de como as políticas públicas no decorrer das últimas décadas foram se construindo social e politicamente a partir de visões diferenciadas sobre esses espaços geográficos do território nacional.

Apesar dos avanços sociais dos últimos anos, como os marcos legais na educação (obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade), o acesso à creche como direito de todas as crianças de 0 a 3 anos, devendo o poder público ampliar sua oferta gradativamente (PASUCH; SANTOS, 2012), bem como a redução da extrema pobreza, por meio do repasse de transferência de renda para a população miserável, o que pode ter contribuído para a diminuição da mortalidade infantil, na Amazônia os avanços são quase imperceptíveis, levando-se em conta as demais regiões brasileiras (IPS AMAZÔNIA, 2014); o que prevaleceu por muito tempo foi uma visão depreciativa sobre as pessoas e os espaços.

Desvalorizados, com poucas potencialidades de desenvolvimento, lugares pobres, atrasados, entre outros estereótipos, o campo, a floresta e os ambientes aquáticos, com todas as suas populações, não precisam de investimentos nem de políticas que garantam os seus direitos sociais básicos; eis a ideia que prevaleceu por muito tempo sobre esses povos. É certo que

> [...] as tímidas políticas públicas que chegavam não consideravam as condições de vida, as demandas e as dimensões culturais, políticas e sociais existentes [...] eram marcadamente caracterizadas por uma visão homogeneizadora da população e da realidade do país; efeito perverso de um Estado caracterizado pelo monopólio do poder, tanto político quanto

[36] Ver: SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. (Org.). **Pobreza infantil**: realidade, desafios, propostas. Ribeirão - Portugal: Edições Húmus, 2010b.

[37] "[...] caracterizadas por povos e comunidades que têm seus modos de vida e reprodução sociais relacionados predominantemente com o campo, com a floresta e com os ambientes aquáticos, ou seja, são camponesas(es); agricultoras(es) familiares; trabalhadoras(es)rurais assentadas(os) ou acampadas(os); trabalhadoras(es) assalariadas(os) e temporárias(os); **comunidades tradicionais**, como quilombolas, ribeirinhas(os); pescadoras(es) artesanais e marisqueiras; as que habitam e utilizam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas; aquelas atingidas por barragens; entre outras" (BRASIL, 2015, p. 13 – grifo nosso). Sobre Comunidades Tradicionais o Decreto Federal nº 6.040/2007 em seu art. 3º, inciso I define quem são os Povos e Comunidades Tradicionais "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007).

econômico [...] (PASUCH; SANTOS, 2012, p. 113).

Ainda que isso seja uma realidade, os amazônidas resistem à história de quase inexistência de políticas públicas, exploração e submissão que lhes foram impostas por séculos, desde os primeiros desembarques dos colonizadores até nossos dias, com o objetivo de anular as especificidades do homem desse território. Neste sentido, os movimentos sociais [38] se mostram como um dos principais caminhos de luta política e mobilização popular no combate à exclusão e à discriminação dos povos amazônicos (BRASIL, 2015), movimentando as comunidades e discutindo uma Amazônia de resistência que se constitui em um espaço de vida socioeconômico, político e cultural (PASUCH; SANTOS, 2012).

A infância amazônica tem minudências próprias que foram se constituindo na cotidianidade das populações que compõem esse território. Partindo desta constatação é que buscamos perceber a criança ribeirinha na sua singularidade, ou seja, "[...] essa criança real, concreta, que cresce entre a gente e o rio, entre a gente e os peixes, entre a gente e as árvores, entre a gente e a gente [...]" (TEIXEIRA, 2009, p. 18), que cria e recria sua história de vida com narrativas simples encharcadas nas culturas do lugar - a Amazônia - cultura essa que não se resume a cultos ou a costumes, mas às estruturas de sentido através das quais os homens configuram a sua experiência (GEERTZ, 1989).

Nessa Amazônia "[...] a criança cresce e acumula na memória mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão sua maneira de agir, de sofrer e de desejar" (CERTEAU; GIARD, 2013, p. 205). Assim, consideramos a criança um sujeito praticante da vida cotidiana, como nos referenda Certeau (2014), e que perpetra a vida cotidiana por meio das dimensões que envolvem a sua personalidade. Na perspectiva dos Estudos Sociais da Infância, a criança, como sujeito social, tem a capacidade de assimilar a realidade na qual está inserida e ao

[38] Para efeito deste estudo, destacamos os movimentos sociais que apareceram com mais veemência nas referências consultadas: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento das Mulheres do Campo – Brasil (MMC – Brasil); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Mulheres Trabalhadoras Rurais (MTR)" (BRASIL, 2015, p. 15); Movimento Atingido por Mineração (MAM); Frente Nacional de Luta (FNL).

mesmo tempo exercer outras capacidades que possibilitam a manipulação das coisas. Logo, refletir o cotidiano da criança amazônica inserida na categoria infância "nos possibilita distinguir que as suas características não se constroem da mesma forma em todos os lugares, uma vez que esta adquire as cores e os temperos do tempo e do lugar [...]" (LOPES, Adrea, 2012, p. 37).

Certeau (2013) discorre que o cotidiano é o que vivemos e na condição dada, é muito mais do que os afazeres que realizamos diariamente; ele nos leva a pensar e discutir sobre percepções que surgem desses afazeres, permitindo-nos olhar a vida sob novos ângulos, além de abrir possibilidades para que outros ou novos caminhos sejam trilhados.

Assim, podemos considerar que a criança está inserida no seu cotidiano, no seu ambiente imediato (HELLER, 1987) e se apropria dele; é capaz de reconhecê-lo como sendo seu próprio mundo, portanto, o espaço da experiência cotidiana é um território de significações. Pensar a espacialidade da infância e da criança ribeirinha do Norte do Brasil requer uma análise mais sólida sobre que espaços (geográficos, políticos e sociais) elas têm ocupado ao longo de suas trajetórias.

2.1.2 Espacialidade: a relação da criança ribeirinha com a natureza

Certeau e Giard (2013) consideram que o espaço habitado por pessoas, por determinado período, terá o seu jeito, a sua forma de organização, que se constrói a partir dos objetos e dos costumes. Compreendemos, assim, que as crianças ribeirinhas, interlocutoras desta investigação, estabeleceram a Vila do Piriá como seu espaço, que constitui sua casa, onde as culturas infantis se fazem e se redimensionam por meio das ações exercidas no cotidiano, conhecidas também como práticas culturais. Este "[...] território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das "artes de fazer" é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente [...]" (CERTEAU; GIARD, 2013, p. 203).

As práticas culturais corroboram na afirmação da identidade ribeirinha, à medida que as ações cotidianas, artefatos, valores e preocupações exercidos pelas crianças, no seu espaço, provocam interação e uma necessidade de partilhar o que está sendo vivido (CORSARO, 2011), produzindo a cultura infantil.

Para Hall (2006, p. 72) o lugar é "[...] o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão

estreitamente ligadas [...]". Neste sentido, Lopes e Vasconcellos (2005) afirmam que as crianças nascem num determinado período histórico, em algum espaço, pertencem a um certo grupo cultural, estabelecendo, neste contexto, suas interações sociais e construindo suas identidades. Para eles, as crianças estão nos espaços e se apropriam destes, e ao fazê-lo vão (re)construindo e tomando posse de outros, formando suas territorialidades.

Lopes (2009, p. 121) esclarece acerca do quem vem a ser "[...] espacialidade e suas categorias (território, lugar, local, região...) [...]", mostrando como se manifesta no mundo das crianças; para o autor, o espaço é o território das interações que elas estabelecem como o mundo que as cerca (ambientes, objetos, artefatos). Complementando esse pensamento, Milton Santos (1998) referenda que o espaço não é apenas um conceito geográfico, mas é a relação que o homem estabelece com a natureza, que tem como consequência a formação da sociedade.

Lopes (2009, p. 121) chamou o espaço ocupado pelo ser humano de "espaço geográfico", que não é um mero espaço vazio, mas de intensas experiências de vida, além de ser percepcional, sensorial e representacional (FRAXE et al., 2006). O espaço geográfico, onde estabelecemos nossos lugares e neles as vivências e movimentos, se forma, também, pelas situações de enfrentamento e de colaboração que ocorrem no seu interior, como destaca Lopes (2009):

> [...] embates, conflitos, cooperações, acordos e desacordos produzidos nas interfaces dos diferentes sujeitos, dos eventos naturais, com intensidade que variam não só no tempo e no espaço, mas como também no jogo de interesses que o envolvem, portanto, em constantes mudanças e transformações (LOPES, 2009, p. 124).

O espaço é dinâmico, constituído de dimensões materiais e simbólicas (FRAXE et al., 2006) que vão se estruturando mediante as vivências e a dinâmica de enfrentamento e de colaboração. Considerando ainda o que nos asseveram os autores, tais dimensões nos permitem ponderar que para cada pessoa ou grupo delas existe um espaço, ou uma forma de idealizá-lo. Sobre esse aspecto Lopes e Vasconcellos (2005), referindo-se às crianças, ressaltam que

> [...] toda criança é criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar da criança, um lugar social designado pelo mundo adulto e que configura os limites da sua vivência; ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro do local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias (LOPES; VASCONCELLOS, 2005, p. 39)

As crianças não estão afastadas do mundo dos adultos, pelo contrário, suas vivências sofrem influências da cultura destes, o que pode ser observado na forma como os espaços são estabelecidos e estruturados para as crianças, pois, a maneira como nós, adultos, o idealizamos “[...] interferem nas formas de ver, compreender, agir com as crianças e a produção de suas infâncias e vice-versa” (LOPES, 2009, p. 121). Não estamos negando a capacidade das crianças de (re)construírem seus espaços; neste estudo, captamos que as criança sem qualquer território “[...] formam o seu próprio mundo de coisas, mundo pequeno inserido em um maior [...]” (BENJAMIN, 1984, p. 77) – o dos adultos. Nesse contexto, percebemos que “a infância, portanto, se dá num amplo espaço de negociação que implica a produção de culturas de criança, de lugares destinados às crianças pelo mundo adulto e suas instituições e das territorialidades de criança [...]” (LOPES; VASCONCELLOS, 2005, p. 39).

Embora estejam sob a égide dos adultos, as crianças conseguem estabelecer uma relação de conexão com os seus pares, com o lugar, com as outras famílias e com as culturas, de maneira muito particular, considerando que

> Mesmo vivendo sob o ritmo dos afazeres dos adultos, as crianças não são criadas sob a vigia constante de sua família. Muitas vezes brincam soltas, distanciando-se bastante de suas casas; mas parecem fazer isso com tranquilidade e segurança, como se conhecessem bem os lugares por onde passam e também como se pudessem contar com o apoio dos adultos em qualquer situação. Banham-se sozinhas [...] desde muito pequenas e andam quase sempre em grupos (AGUIAR, 1994, p. 57).

A cultura infantil não se descola da cultura dos adultos ou das questões do cotidiano, porém, as crianças a (re)constroem/criam ao imprimir suas maneiras de ser, ao elaborarem regras que atendam suas aspirações e escolhas e as colocam em pauta (PAULA; SILVA FILHO, 2012).

2.1.3 Culturas infantis e práticas culturais infantis no espaço e tempo amazônicos

Como já frisamos na primeira seção, este estudo se constitui numa pesquisa *com* e *sobre* as crianças, participantes ativos, informantes creditáveis na investigação. As falas das crianças e da unidade doméstica são

> [...] carregadas de saberes e técnicas tradicionais milenares, evidenciando a culturalidade dos povos amazônicos relacionada com a diversidade ambiental de moradores familiarizados com a terra, com a lua, com o sol,

> com o rio mar, com o exercício de amor à terra amazônica e por tudo que diz respeito a ela (COELHO; SANTOS; SILVA, 2015, p. 53).

Os saberes que nos apresentam os piriaenses[39] nos mostram como se apresentam os sentidos e significados das práticas culturais na Vila do Piriá. Para compreensão da tradição cultural e da diversidade ambiental amazônica-marajoara buscamos mostrar essa interação no poema *Biografia do Piriá*.

Biografia do Piriá
Autor: Ely Trindade Chaves
Morador e Professor na Vila do Piriá

O Piriá é terra boa
Gostosa de se morar
O vento que sopra e leva as canoas
A navegar nas águas do meu Piriá
Da vida dos viajantes fazem suspense
Com orgulho de ser piriaense e
Nessa terra poder habitar
Quando o sol nasce no horizonte
E o novo dia começa a brilhar
Vejo os pássaros reunidos nos montes
Num só gorjeio a se alegrar
Os bichos saem de suas tocas
Nos teus rios não há pororocas
E os peixes podem nadar
Teu antepassado será sempre lembrado
Por pessoas idosas que já foram formosas
E que hoje vivem a nos contar
O Piriá já teve muita fartura
Há anos foi terra muito legal
A vida era menos dura
Tinha muita madeira, muito peixe e animal
Hoje, só nos resta a lembrança
Como um sonho de criança
Em nossa mente a vagar
Mas fique certo, meu amigo,
Que eu estarei sempre contigo,
Sempre a te amar
Meu eterno Piriá.

O poema é de um filho da terra, *filho nato da Vila do Piriá*, costuma dizer Ely Trindade Chaves ou Professor Ely Chaves[40], como é mais conhecido na comunidade, principalmente pelas crianças e adolescentes, seus alunos e ex-alunos

[39] São os que nascem na Vila do Piriá, contudo, observamos que os moradores mais velhos do Piriá e as crianças parentes destes consideram piriaense aquele que reside na Vila, mesmo que não tenha nascido nesse espaço. Para efeito desta pesquisa, acompanhamos a ideia dos antigos e das crianças e ao longo das seções ao nos referirmos aos residentes na Vila do Piriá os chamaremos de piriaenses.

[40] Foi um dos integrantes da unidade doméstica que ouvimos durante a pesquisa de campo.

na única escola de Ensino Fundamental da Vila do Piriá – Maria da Dores Sá. Além de professor, foi escrevente juramentado (1980-2013) do cartório do 2º Ofício “Chaves”, situado na própria Vila. O fato de ser professor, ter trabalhado no cartório durante vários anos e ser conhecedor das leis, o credenciou diante da população para falar de qualquer assunto referente à Vila.

O poema que inicia esta subseção foi declamado durante uma conversa com o Professor Ely Chaves sobre a constituição administrativa do distrito Vila do Piriá, o que se deu em 1909. Em dado momento fomos agraciadas com a declamação de “Biografia do Piriá”, de uma beleza e sensibilidade que traduzem a cultura local, retratando de maneira simples a vida, marcando a história desse espaço e da população. Cada palavra deste poema desenha os contornos de uma cultura no plural (CERTEAU, 2010), uma cultura de enfrentamento, que só existe onde tem vida, verdadeiro registro da vida cotidiana (ARAÚJO, 2002).

“Biografia do Piriá” mostra um lugar que busca nos adultos de hoje as crianças de ontem e movimenta as de hoje por intermédio de suas culturas infantis. Falar de cultura e pensar que ela é comum a todas as pessoas, inclusive às crianças, e está presente em todos os lugares, “[...] traz à cena a compreensão mais ampla de que ela é a forma material da produção de significados e valores que regem a vida [...]” (ARAÚJO, 2002, p. 53), sejam de adultos ou crianças. Cultura é aquilo que mobiliza todos da comunidade e os compromete a inventar para poderem viver, ou seja,

> [...] a cultura de um povo só pode ser o que todos os seus membros se empenham em criar no ato de viver: que a cultura comum não é a disseminação geral do que uma minoria queria dizer e crer, mas a criação de uma condição na qual o povo como um todo participe da articulação de significados e valores e das consequentes decisões entre este e aquele significado, entre este e aquele valor [...] (WILLIAMS, 1992, p. 54).

Refletir a partir da perspectiva de que a cultura se centra nesse movimento de significados e valores que lhes são atribuídos por grande parte das pessoas de um determinado grupo social, que tem uma sequência lógica racional que o grupo define entre um e outro significado e entre um e outro valor; é assim que pensamos a cultura infantil amazônica, ou melhor, as culturas infantis amazônicas, assim considerada, nesta investigação, por sua heterogeneidade cultural que “[...] nos instiga a pensar o lugar das mesclas, os processos de mestiçagens, a crioulidade e herança indígena das gentes, com suas manifestações artísticas, religiosas,

linguísticas, entre outras" (FARES; RODRIGUES, 2013, p. 7), bem marcadas nas palavras do Professor Ely.

A categoria social infância se apresenta no contexto amazônico com as particularidades de um espaço com muitas infâncias, as quais são vividas pelas crianças indígenas, caboclas, quilombolas, pescadoras, camponesas, ribeirinhas, povos da floresta, sem-terra, assentadas, pequenas agricultoras, imigrantes e colonas, imbuídas em suas culturas vividas nas tantas Amazônias contrastadas: da várzea e da terra firme, dos rios de águas brancas e águas pretas, dos terrenos movimentados (Serra dos Carajás) e serranos (Serras do Tumucumaque e Parima), das planícies litorâneas, dos cerrados, dos manguezais e das florestas, de mata e desmatada, que mata e que resiste, ou melhor, "r-existe" (GONÇALVES, 2012).

Em todos esses lugares as crianças estão presentes, construindo suas histórias e suas culturas infantis interligadas ao sonhar, pensar, sentir, agir, criar e transformar (FARES; RODRIGUES, 2013) de maneira individual e coletiva, dando um novo sentido a elas (HAGE, 2014). São híbridas, resultam de encontros variados, originárias da formação cultural familiar do pai, da mãe, da cultura constituída pela própria criança que advém de sua natureza, da cultura escolar, de seus grupos sociais, da interação com o meio ambiente, onde "[...] cada ser humano "carrega" uma cultura que irá se misturar com as outras. Cada um "herda", reproduz, adentra e incorpora elementos das diversas culturas" (FRIEDMANN, 2013, p. 63). Compreender a criança produzindo cultura é percebê-la na sua cotidianidade, ou seja, na sua interação com o mundo, envolvida nos saberes que de alguma forma orientam seus aprendizados.

As crianças ribeirinhas detêm saberes culturais primorosos, ricos em detalhes, observáveis nas práticas cotidianas ligadas diretamente à natureza. No exercício dessas práticas conhecimentos diversificados compõem a dinâmica das vivências que se dão na água, na terra, na mata e em outros locais criados por elas. Tudo isso nos faz pensar sobre as representações de culturais infantis, práticas culturais infantis e ainda sobre a autonomia das crianças nesse contexto.

Embora as crianças estruturem os elementos do seu patrimônio cultural, a maioria deles advém da cultura do adulto (FERNANDES, 1979; SOUSA, 2014). Portanto, as decisões mais complexas, como decidir onde morar e que bens comprar, por exemplo, estão nas mãos dos adultos; essas questões nos fizeram trazer os *"*grandão*"*, como nos dizem as crianças piriaenses, para a nossa

investigação.

Partindo dessa linha de pensamento, levantamos as seguintes questões: como as culturas infantis, aí incluídas suas práticas culturais, se formam? Em que medida há autonomia no mundo das crianças ou no processo interativo com as diferentes idades? Para responder, ou dar conta de responder a essas questões, analisamos inicialmente os estudos de autores que discutem a ideia de culturas infantis e práticas culturais fazendo relação com a autonomia das crianças em contextos diversos (SOUSA, 2014), para então compreendermos como essas questões se entrelaçam com o nosso objeto de estudo.

Florestan Fernandes[41] (1979) foi o primeiro a utilizar o termo cultura infantil no Brasil, considerando-a muito próximo de folclore infantil. No texto “As trocinhas de Bom Retiro”, de 1946, que se tornou um marco para o estudo das culturas infantis, ele analisa o folclore infantil a partir de uma etnografia realizada no bairro Bom Retiro, na cidade de São Paulo, destacando que a diferença entre cultura infantil e folclore infantil é sutil, a não ser pelo fato de que a cultura infantil abarca certos elementos ou complexos culturais de origem não folclórica. O autor ainda atenta para a amplitude do termo, à medida que está inserido no âmbito da cultura geral, enquanto sistema de significados, atitudes e valores que podem ser partilhados (BURKE, 2010). Neste sentido, a cultura de um modo geral e em especial a infantil fazem parte do modo de vida das pessoas, do seu cotidiano. A partilha se dá neste contexto e as crianças a vivenciam e a desfrutam com uma habilidade ímpar, como nos confirma Fernandes (1979),

> [...] a expressão "cultura infantil" é mais adequada, na medida em que traduz melhor o caráter da subcultura que nos preocupa no momento. Ela é mais inclusiva que "folclore infantil" e traz consigo a conotação específica, concernente ao segmento da cultura total partilhado, de modo exclusivo, pelas crianças [...] (FERNANDES, 1979, p. 171).

[41] Em seus estudos sobre o folclore na cidade de São Paulo analisa o folclore infantil numa perspectiva sociológica a partir de um levantamento feito ainda como aluno do curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pesquisa esta feita para a cadeira de Sociologia. Fernandes (1979, p. 156) discorre que durante a pesquisa colheu material sobre “[...] folclore infantil, cantigas de ninar e de acalanto, cantigas de piquenique, brinquedos de salão, respostas, ou melhor, jogo de pulha entre adultos, alguns contos, lendas e fábulas, adivinhas populares, sonhos (apenas as interpretações de cunho mágico), superstições, ditos e provérbios [...]”. Todo esse material gerou vários artigos publicados em revistas na área das Ciências Humanas, principalmente Sociologia e História, a começar do ano de 1942. Em 1946 publica “As Trocinhas de Bom Retiro”, um de seus textos mais referenciados nos estudos das culturas infantis.

Canavieira e Caldeiron (2011), referindo-se ao estudo realizado por Florestan Fernandes, destacam que as análises das culturas infantis permitem compreender as relações que as crianças estabelecem com seus pares e como se dá nas várias faixas etárias, como acontece a formação dos grupos e subgrupos infantis, as formas de exercerem a ludicidade, as brincadeiras de meninos e meninas (gênero), o sentimento de pertencimento na infância, o histórico e a história das brincadeiras tradicionais, a vizinhança como um elo significativo para a formação dos grupos infantis e a relação com a unidade doméstica e a cultura de forma geral.

Nesta obra Fernandes (1979) faz duras críticas ao que denominou de “teoria da imitação” defendida por alguns profissionais que afirmavam que as crianças apenas imitavam os adultos, ou ainda aquelas críticas sobre a maneira como os imigrantes assimilavam as rodas e os brinquedos. A esse respeito, Arenhart (2010), analisando a contribuição de Fernandes aos estudos culturais infantis

> Assegura que essa visão retarda a análise objetiva dos grupos infantis e que o contato com a realidade, através do trabalho de campo, desmonta essa tese, na medida em que se aprende a distinguir aquisições aprendidas pela influência direta dos adultos mais próximos de outras que são produtos de um processo de socialização entre as crianças, na convivência regulada por sua própria vida social (ARENHART, 2010, p. 45).

As crianças, como seres dinâmicos, participativos, inseridos num mundo em movimento que circunda o seu cotidiano, dão outros ou novos significados àquilo que lhes é passado, bem como são elas que mutuamente se ensinam, tornando-se as que perpetuam as culturas infantis, prioritariamente. No ensinar e aprender entre elas observa-se que a socialização e a aprendizagem ocorrem no sentido intrageracional, ou seja, “[...] nas relações que estabelecem entre seus pares e no legado que as crianças mais velhas vão deixando para as mais novas” (ARENHART, 2010, p. 46).

Fernandes (1979) chama de “trocinhas” os grupos infantis formados na rua dos bairros operários que se reuniam com a intenção de brincarem, ressaltando que nos anos de 1940 a realidade dos centros urbanos era outra, as vias públicas eram o espaço por excelência para a diversão das crianças, o que possibilitava novos arranjos que vão além da recreação, com destaque para os diferentes aspectos das relações que envolvem os grupos infantis. Embora utilize o termo “grupo infantil” para designar os grupos de crianças, o autor usa a palavra “infantil” no sentido de

“imaturos” - aquele que está em processo de maturação (SOUSA, 2014), pelo que foi duramente censurado. Porém, Arenhart (2010), neste sentido, considera que a obra de Florestan Fernandes deve ser lida de forma contextualizada com o tempo histórico em que foi estruturada, o que pode facilitar o entendimento de alguns termos utilizados pelo autor, como ‘imaturos’, por exemplo.

Fernandes (1979, p. 160) destaca que “a condição básica para a formação das “trocinhas” é a vizinhança”, pois a proximidade espacial das famílias corrobora para a composição social dos indivíduos, ainda que não as crie. Assim sendo, a “trocinha”, a despeito de sua vivência independente como grupo, ainda se mantém ligada à vontade do adulto. Isso demonstra que a autonomia do universo infantil pode ser relativa, estando atrelada à decisão dos adultos.

Para o autor supracitado, não há dúvidas de que existe uma cultura infantil, cuja base social está centrada nos grupos infantis. As análises feitas no material colhido nos bairros da cidade de São Paulo mostram uma cultura composta de elementos culturais, natural das próprias crianças, que com um perfil lúdico atual, em interação, adquirem os variados elementos que compõem essa cultura. No entanto, Fernandes (1979) questiona: e de onde vêm estes elementos da cultura infantil? Ele mesmo nos responde, discorrendo que

> Em grande parte - a quase totalidade - esses elementos provêm da cultura do adulto. São traços diversos da cultura animológica que, abandonados total ou parcialmente, transferem-se para o círculo infantil, por um processo de aceitação, incorporando-se à cultura do novo grupo. O mecanismo, pois, é simples: são elementos da cultura adulta, incorporados à infantil por um processo de aceitação e nela mantidos com o correr do tempo (FERNANDES, 1979, p. 172).

O processo de aceitação a que Fernandes se refere é reconhecido por ele como “socialização”.

> Mas há outros elementos na cultura do grupo infantil. Nem tudo corresponde a coisas relativas ou provenientes da cultura dos adultos. Os próprios imaturos também elaboram, é óbvio, parte dos elementos de seu patrimônio cultural. Alguns desses elementos foram, mesmo, estruturados sobre moldes fornecidos pela vida interativa da "gente grande". Essas criações, todavia, se institucionalizaram, posteriormente, podendo ser aprendidas nos grupos infantis, como acontece com os elementos aceitos da cultura do adulto. Tornaram-se, por sua vez, traços folclóricos, coisa cristalizada e tradicional. O papel da criança consiste em recebê-los e em executá-los: e as modificações são, como todas as outras do domínio do tradicional, lentas e inconscientes (FERNANDES, 1979, p. 173).

Fernandes (1979), em várias passagens de *As trocinhas de Bom Retiro*, ressalta que a convivência em pares das crianças constitui um processo essencial na socialização delas, possibilitando a inclusão delas em seu meio com a incorporação e permanente (re)construção da cultura (SANTOS, 2014).

Sarmento (2017), a partir do que estabelece a Sociologia da Infância, entende serem as culturas da infância um elemento que distingue essa categoria geracional dos adultos. O autor define como "[...] a capacidade das crianças em construírem de forma sistematizada modos de significação do mundo e de acção intencional, que são distintos dos modos dos adultos de significação e acção" (SARMENTO, 2017a, p. 3). Nessa lógica, as crianças são produtoras de culturas, elas significam, representam, expressam e difundem suas percepções do mundo por meio da interação com seus pares e com os adultos (DELGADO, 2013).

Sarmento (2005) avalia que as culturas da infância são produzidas historicamente e se modificam pelo processo histórico de reorganização das situações sociais em que se encontram as crianças. Para o autor as culturas da infância só têm significado se a construção social da infância for realmente considerada. Dar um certo sentido a elas denota que não podem ser realizadas no vazio social, mas contextualizadas, necessitando de se apoiar na análise das situações sociais em que as crianças estão vivendo e interagindo e ao mesmo tempo dando sentido ao que realizam (SARMENTO, 2005).

Corsaro (2005, 2011) defende a tese que as crianças têm suas próprias culturas, elas são públicas, coletivas, performáticas da vida social. Em suas pesquisas ele faz uma adaptação do método etnográfico[42] ao mundo das crianças, com destaque para a coleta de dados, que torna mais ampla a contribuição direta das crianças; a esta trama de pesquisar *com* as crianças e não mais *sobre* elas, discute e analisa os longos períodos-chaves de transição da vida delas, fazendo uso da etnografia longitudinal (MÜLLER; CARVALHO, 2013).

Por meio dessa metodologia, Corsaro (2005, 2011) revela as "culturas de pares". O termo "pares" se refere ao grupo de crianças que estão sempre juntas quase todos os dias. O autor define as culturas de pares como "[...] um conjunto

[42] Corsaro (2011) é considerado um dos teóricos responsáveis pela evolução e consolidação da Sociologia da Infância contemporânea e suas pesquisas dão conta de que as crianças não são meras receptoras passivas, mas coconstrutoras de suas inclusões social e cultural. Dentre os temas que tem se dedicado a investigar destacamos a sociologia da infância, as culturas de pares, as relações entre adultos e crianças e entre elas, os métodos etnográficos e o processo de socialização (MÜLLER, 2007).

estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com outras crianças [...]" (CORASARO, 2011, p.151). Analisa a sua essência e o processo de sua construção, propondo o conceito de "reprodução interpretativa" (MÜLLER; CARVALHO, 2013), que seria a apropriação de maneira criativa do universo adulto, alargando a cultura de pares, transformando o conjunto de conhecimentos do mundo adulto, de maneira a atender as necessidades do mundo dos pares, contribuindo para a reprodução da cultura adulta (CORSARO, 2002, 2005) e também para a mudança social.

O autor ainda apresenta, por meio de um gráfico, a reprodução interpretativa que chamou de teia global, também chamada de teia orbital, utilizando a "teia de aranha" como uma metáfora para conceituá-la. A esse respeito Müller e Carvalho (2013) asseguram que Corsaro

> [...] propõe o modelo de teia orbital que, a seu ver, captura as características produtivas-reprodutivas desse conceito. A reprodução interpretativa é representada como uma espiral, na qual as crianças produzem e participam em uma série de culturas de pares que se articulam. Corsaro considera que a teia é uma metáfora útil para a conceituação do processo de reprodução interpretativa devido a várias de suas características: os raios da teia representam os diversos locais ou campos que constituem as instituições sociais (familiares, educacionais, culturais, econômicas, religiosas, políticas, ocupacionais, comunitárias). Esses campos institucionais existem como estruturas estáveis, mas sempre em transformação, sobre as quais as crianças tecem suas experiências. No centro da teia está a família de origem, mediadora da entrada na cultura desde o nascimento. Crianças produzem suas culturas de pares, e essas produções são articuladas na teia das experiências que tecem com os outros durante toda a vida.
> As espirais da teia representam diferentes culturas de pares, criadas por cada geração de crianças em uma dada sociedade: pré-escola, pré-adolescência, adolescência e fase adulta [...] (MÜLLER; CARVALHO, 2013, p. 48).

Neste sentido, o autor pondera que a culturas de pares são vividas através de muitas experiências que se dão nas interações com o universo adulto e encontros com os campos institucionais, e considera a família de origem aquela que possibilita a vivência da cultura desde o nascimento do sujeito.

Arenhart (2016), com base na compreensão de que as crianças são atores sociais e a infância uma categoria geracional da qual todas as crianças fazem parte, considera três conjecturas que integram as culturas infantis:

> 1) o reconhecimento das crianças como produtoras de cultura; 2) o reconhecimento de que essas culturas exprimem seu pertencimento geracional – por isso, a designação infantil – e 3) o reconhecimento de que,

> mesmo expressando uma condição comum, outros fatores constroem diferenciações culturais entre as crianças, como a relação com o lugar de moradia, a classe, a etnia, o gênero, a religiosidade, a mídia e etc. (ARENHART, 2016, p. 23).

Os aspectos levantados pela autora coadunam com a forma de vida das crianças ribeirinhas, espelhada principalmente nas culturas amazônicas, traduzida na organização do lugar, nas diferentes maneiras de brincar, nas necessidades e desejos contidos no seu modo de vida cotidiano, que se constitui em um espaço de inovação e de descoberta, que gera novas atitudes (SILVA, 2007).

É nessa perspectiva que buscamos entender a infância e as crianças ribeirinhas amazônicas ao observar que suas identidades se constituem por meio das culturas infantis que se revelam nas suas práticas culturais, associadas à cultura local, como nos afiança Silva (2007),

> [...] A compreensão das formas como essas comunidades estruturam suas práticas sociais, estabelecem relações com os recursos da floresta e se organizam socialmente, torna-se importante para uma aproximação dialógica entre saber constituído e saberes práticos e identificar outras possibilidades de relação sociedade natureza a partir da contextualização da cultura local (SILVA, 2007, p. 48).

As práticas culturais das crianças ribeirinhas são marcadas por suas vivências no brincar, na escola, na igreja, nas pontes que formam as ruas das comunidades ribeirinhas, na sua forma de expressão corporal, de gesticular, na oralidade, nas manifestações culturais, nas relações que estabelecem consigo, com seus pares, com os adultos e com a natureza, ou seja, tais vivências traduzem emoções, como nos referenda Benjamin (1984, p. 43) ao afirmar que “[...] todas as manifestações na vida infantil não pretendem outra coisa senão conservar em si os sentimentos essenciais [...]”, sentimentos que dizem o modo de ser e de viver dos ribeirinhos.

A natureza dispõe de extraordinários objetos da atenção e da atuação dos sujeitos-crianças (BENJAMIN, 1984), do mais simples ao complexo, do mais específico ao genérico, do monocrômico ao colorido, do pequeno ao grande, e deste modo as crianças são inclinadas a buscarem em todos os lugares artefatos que possibilitem uma ação dinâmica que se constitui nas práticas culturais infantis.

É neste universo que as práticas culturais das crianças ribeirinhas são consideradas como “[...] modos específicos de apreensão do mundo do grupo geracional da infância [...]” (MORAES; ALVES, 2014, p. 305).

Na Amazônia o tempo não é medido pelo relógio, mas pelo movimento das águas; do vai e vem das marés; do tempo de descida ou subida dos barcos, canoas, casquinhos, balsas, rabudos[43], rabetas[44] e lanchas; do ir e vir da população. O tempo que também se arraiga no vivenciar das práticas culturais infantis presentes nas ações cotidianas das crianças. A vida não é algo estático, principalmente para as crianças, mas ela se refaz, dá novo sentido às pessoas e aos objetos, nada acontece sempre do mesmo jeito. “Ao estarem às margens de rios, os ribeirinhos elaboram maneiras próprias de vida, repletas de uma cultura identificada pela sua forma de sobrevivência e transcendência [...]” (OLIVEIRA, 2015, p. 76).

As crianças ficam por horas na beira do rio, nos pequenos trapiches[45], contando coisas da vida. A transmissão cultural se realiza não apenas pela forma como as crianças aprendem, mas também pela maneira como elas transmitem o conhecimento (HELLER, 1987). Elas sofrem influências culturais do seu meio, ao mesmo tempo em que contribuem para a afirmação da cultura local, pois estão inseridas num dado contexto social e também vivem num determinado momento histórico (MORAES; ALVES, 2014).

O foco inicial que dá sentido às práticas culturais nessa região está relacionado à oralidade. O estudo mostra que a oralidade é um fator preponderante na construção sociocultural das crianças ribeirinhas que estão imersas “[...] em um meio social carregado de significações, ideologias, histórias e em uma cultura muito singular como a da Amazônia [...]”, além de estabelecerem “[...] relações definidas, segundo seu contexto de origem, interagindo com uma pluralidade de linguagens, fazendo uso das relações sociais e culturais [...]”. As crianças amazônidas “[...] também estabelecem a relação entre sentido e significado, formando sistemas simbólicos que constituem o seu discurso narrativo” (ALVES, 2007, p. 140).

Ela predomina sobre a cultura escrita no seio dos amazônidas, em especial no meio das crianças em suas culturas infantis. A oralidade tem uma estrutura própria, uma alma própria, é “a experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorreram todos os narradores” (BENJAMIN, 2012a, p. 214). Assim, dizemos que ela se expande a partir da fala, da presença física, portanto; é uma atividade

[43] Embarcação de pequeno porte, usada pelos ribeirinhos, que dispõe de um motor instalado em uma de suas extremidades (popa).
[44] Embarcação de pequeno porte, que dispõe de um motor instalado no centro.
[45] Atracadouro geralmente feito de madeira utilizada pelas embarcações para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.

presencial, que pode ser iniciada por uma pessoa que cria uma história, uma parábola..., posteriormente se amplia coletivamente no espaço e ao mesmo tempo é preservada coletivamente no tempo, se incorporando à memória das pessoas da comunidade (COUTO, 2017).

Magnabosco (2009, p. 5) salienta que a oralidade, por séculos, foi a única forma de comunicação que o homem tinha, e que “[...] a interação direta com o outro, no mesmo espaço e tempo, era fator primordial para o entendimento e a transmissão de informações” e conhecimento.

A oralidade robustece as relações entre os membros da comunidade, estabelece uma trama de difusão de conhecimento e de modo de vida. Contar histórias a partir de suas vivências; falar do lugar onde vivem, como brincam, da escola onde estudam, da igreja que frequentam, dos problemas sociais da comunidade, do que gostam e do que não gostam, nas relações que estabelecem com o mundo adulto, com seus pares e com o meio ambiente; o que é necessário para melhoria da qualidade de vida no ambiente ribeirinho, expressam sua indignação quando são violados na sua intimidade e ou nos seus direitos fundamentais, embora nem sempre sejam ouvidas, além de transmitirem uns aos outros suas formas de realizarem as ações cotidianas, das mais simples às mais complexas, se mostram importantes mecanismos de promoção da cultura, sem contar que a oralidade se constitui em um ato de ensinar, mas também de aprender, favorecendo a construção e a solidificação da cultura (ZANON, 2011).

A oralidade produz histórias, gera multiplicidades de enfoques da cultura e do lugar. Para Cristo (2007) os conhecimentos sobre a fauna, flora, religiosidade e tradições, demonstrações da cultura amazônica, têm sido passado de geração a geração por meio da oralidade e da experiência cotidiana, que se eterniza no tempo histórico e no espaço.

Sousa (2014) afirma que a infância se caracteriza pela apreensão do mundo por meio da experiência e pela descrição das práticas que vivencia. Desta maneira é importante que o pesquisador compreenda o universo das crianças e dialogue com elas, por intermédio também de suas práticas culturais. A pesquisa com crianças nos levou a buscarmos maneiras incomuns de técnicas, como a observação participante e as conversas informais, e a utilizar instrumentos como o celular e seus recursos práticos para fazer pequenos vídeos e fotografias, gravar e guardar na memória os registros observados durante nossas caminhadas na comunidade.

2.1.4 Uma etnografia com crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara

Durante a investigação, na condição de pesquisadora, foi necessário nos colocarmos em outro lugar - o de (re)aprender a ouvir as crianças nas suas variadas formas de externar o seu universo - pela expressão corporal, pelo olhar, pela oralidade, como se refere Ferreira (2004) ao alegar:

> [...] por isso, mais do que olhar para examinar, é preciso compreender o que as crianças dizem, a partir da auscultação da sua voz, o que reclama uma nova atitude epistemológica: a da *escuta sensível*. Trata-se de prestar sentido e não de o impor, entende-se aqui *prestar* como sinónimo de cuidado e abertura ao *outro*, o que supõe uma inversão da atenção: antes de situar uma pessoa no seu lugar, começa-se por reconhecê-la no seu ser, na sua qualidade de pessoa complexa *(idem)*. Assim, a investigadora, ao suspender o julgamento, procura captar a densidade de sentidos que estão envolvidos na situação e, ao fazê-lo, reposicionar-se a si própria, mais do que almejar uma comunhão de espíritos que seria sempre pretensa (FERREIRA, 2004, p. 38).

No sentido de ouvir as crianças e de harmonizar a pesquisa de forma que conseguisse capturar essas vozes e as diferentes maneiras de comunicar, manifestadas no riso, grito, sussurro, choro, silêncio, bem como nas expressões corporais e nas práticas culturais, o caminho foi indagar como as crianças, atores reais de uma etnografia, tomam consciência, elaboram e denotam o mundo, a existência e a si próprios, conforme suas expectativas, com observância às relações que estabelecem com os outros atores e elementos (FIANS, 2015).

Mas afinal, o que significa etnografia? “Etimologicamente o termo etnografia significa “descrição cultural” [...]” (ANDRÉ, 1995, p. 27), no entanto Triviños amplia esse conceito ao considerar que “[...] ao investigar o aspecto cultural de uma certa população, o pesquisador busca seus verdadeiros significados diante da realidade vivida [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 121), possibilitando que ambos compartilhem de alguma forma seus costumes culturais, dando ao pesquisador a chance de uma imersão nessa realidade para só então compreendê-la. Mas também a etnografia se constitui numa tendência que se preocupa com “o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados” (ANDRÉ, 1995, p. 19). Também Mattos (2011), conceituando o termo, compreende o estudo realizado por meio de uma observação direta, por um período prolongado, das maneiras cotidianas de viver de um coletivo particular de pessoas.

Mattos (2011) esclarece que a palavra provém da junção de duas expressões gregas: etn(o) (um povo, uma sociedade particular) e graf(o) (escrever sobre, escrever sobre um tipo particular), significando, portanto, o estudo e a descrição de um povo, tudo que envolve sua estrutura – língua, raça, religião e manifestações materiais de suas atividades.

Tendo se desenvolvido entre o final do século XIX e início do século XX, é uma metodologia que faz uso de técnicas como observação participante, realiza entrevista intensiva e análise de documentos; há interação constante entre o pesquisador e o participante; o pesquisador é o instrumento principal na coleta e análise dos dados; existe ênfase no processo e não nos resultados finais; tem preocupação com o significado, ou seja, como cada um se vê, como é cada experiência, como cada interlocutor percebe o mundo que o cerca; é necessário que o pesquisador tenha sensibilidade ao retratar a visão pessoal dos participantes; a pesquisa precisa envolver um trabalho de campo, no qual o pesquisador se aproxima das pessoas, dos locais, das situações, mantendo contato direto e prolongado com os interlocutores; também busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações e teoria, não busca a testagem dos dados; além do uso de apontamentos descritivos em grande quantidade sobre todos os aspectos vivenciados ao longo da investigação (ANDRÉ, 1995).

Fians (2015) e Malinowski (1978) destacam que etnografar um grupo que envolve crianças demanda algumas particularidades metodológicas. Malinowski (1978) considera a aplicação de determinados métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência do fenômeno, cada um necessitando ser estudado por meio de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados. Assim, a etnografia consentiu caminharmos por meio de estratégias lúdicas e literárias para apreendermos como as crianças ribeirinhas movimentam a sociedade, constroem e dão um sentido novo às coisas e às relações que eles estabelecem. Nesta perspectiva, Rocha (2008) considera que

> [...] aprender mais sobre as maneiras como a própria sociedade e a estrutura social dão conformidade às infâncias; [...] o que elas produzem das estruturas ou o que elas próprias produzem e transformam através de sua ação social; sobre os significados sociais que estão sendo socialmente aceites e transmitidos e [...] o modo como o homem e mais particularmente as crianças — como seres humanos novos, de pouca idade — constroem e transformam o significado das coisas e as próprias relações sociais (ROCHA, 2008, p. 48).

Realizar um estudo baseado na etnografia em um espaço geográfico como a Amazônia Marajoara significaria nos submeter às particularidades e percalços determinados por esse ambiente. No entanto, de certa maneira, os espaços, independentemente, impõem minudências e limites à etnografia. Afinal, as pessoas com quem convivemos não desempenhavam apenas um papel social, mas as crianças eram também filhos, netos, irmãos, espectadores, estudantes, amigos, vizinhos, interessados por uma religião e etc., e os adultos, além disso, eram também pais, avós, tios, professores, agricultores, pescadores, consumidores... De todo modo, não seria possível seguir todos os círculos feitos pelos interlocutores (FIANS, 2015).

Assim, compreendemos que o estudo etnográfico traz elementos epistemológicos, metodológicos e éticos que envolveram a pesquisadora “[...] como intérprete competente, ou não, dos pontos de vista das crianças **[e da unidade doméstica]**, portanto, como principal instrumento de investigação [...]” (Ferreira, 2004, p. 38 – grifo nosso). Nessa continuidade, Malinowski (1978) referenda que na etnografia o pesquisador é, concomitantemente, o seu próprio cronista e historiador.

Deste modo, as vozes das crianças, prioritariamente, direcionam essa investigação, ou seja, são elas que expressam “[...] uma cultura de fisionomia própria, que é marcada por peculiaridades [...]” (LOUREIRO, 2000b, p. 69) significativas que levam em conta o “[...] modo de vida, maneiras de pensar, sentir e agir; teias de significado; valores, crenças e costumes; práticas e produções sociais; sistemas simbólicos [...]” (ANDRÉ, 1995, p. 45), reconhecendo na cultura dos adultos contribuições para entender as culturas infantis.

Para o antropólogo Clifford Geertz (1989) a cultura constitui teias de significados, tramada por homens, mulheres, jovens e crianças, que orientam as suas vivências. É um sistema de símbolos que age mutuamente afetando ou influenciando a condição do outro; nessa lógica, símbolo não é a representação de um objeto, mas envolve todas as representações conferidas por um coletivo sociocultural, expressando as bases cognitivas da cultura.

Como analisar a infância e as crianças ribeirinhas a partir delas mesmas? Suas falas nos apontam uma abordagem interpretativa de como elas, de maneira própria, interpretam e dão sentido ao seu mundo, mostrando a importância e o significado que elas têm nesse tipo de pesquisa. Em relação a tal aspecto Ferreira (2004) assegura que é

> [...] sério e legítimo o que as crianças querem e têm para nos contar, ou não, mesmo que não o façam nos mesmos termos em que nós, adultos, o fazemos, significa procurar conhecê-las nos seus contextos de vida, mais pelo *fazer* que pelas suas *idades* [...], tomando as suas acções como modos de (re)lerem, (re)interpretarem, comentarem e se (re)situarem no mundo e na interacção com os pares e adultos com quem quotidianamente convivem. Considerar que, de alguma forma, as acções das crianças são passíveis de ser «lidas» e seu significado fixado, inscrito, é reconhecer-lhes o estatuto de textos culturais em que, na interpretação entre o que se observa e o que se representa e na sua *tradução*, *essa captura, dos «seus» pontos de vista com o* «*nosso» vocabulário [...]* se torna central o papel da etnógrafa (FERREIRA, 2004, p. 38).

Esse tipo de estudo nos dá condições de analisar cada fala, gesto, olhar, enfim, cada situação observada durante a realização da investigação, que nos deu a oportunidade de perceber nuanças próprias das crianças ribeirinhas, "[...] o acompanhamento da constituição e transformação das suas rotinas de acção coletivas, naquilo que é a construção social da cultura e da organização de um grupo de crianças nas suas continuidades e reactualizações, assenta numa *etnografia"* (FERREIRA, 2004, p. 33).

Assim, construir uma etnografia com crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara abre possibilidades de capturar os desejos e aspirações das crianças, já que segundo Ferreira (2004) é uma metodologia favorável em pesquisa com crianças, pois permite ouvi-las mais diretamente e há espaço à participação delas na produção dos dados sociológicos.

Pelos caminhos da etnografia observamos como as crianças da Amazônia se estabelecem nesse espaço de exuberância natural, aprendem, constroem suas culturas infantis, mas ao mesmo tempo, como elas vivenciam suas histórias de vida, num espaço marcado pela pobreza e miséria de sua população.

A etnografia corrobora para a compreensão das crianças e suas culturas, sendo necessária, entretanto, uma base teórica sólida que nos permita olhá-las como atores sociais.

2.1.5 Estudos sociais da infância: a infância e a criança ribeirinha, o aporte teórico

O aporte teórico desta investigação coaduna com os Estudos Sociais da Infância, sobretudo com a Sociologia da Infância, mas também com aporte na Geografia da Infância, Antropologia da Criança e na História da Infância.

Para a organização do *corpus* da pesquisa se fez recorrente um conteúdo basilar que sustentasse nossos argumentos na análise dos dados observados.

Sobre a Sociologia da Infância, Sarmento (2009) considera que ela indica,

> [...] o estabelecimento de uma distinção analítica no seu duplo objeto de estudo: as crianças como atores sociais, nos seus mundos de vida, e a infância, como categoria social do tipo geracional, socialmente construída. A infância é relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural [...] (SARMENTO, 2009, p. 22).

Partindo dessa análise trouxemos num diálogo constante, para esta investigação, concepções teóricas que nos permitiram olhar a infância e a criança da Amazônia Marajoara, refletindo de maneira contextualizada a vida dos sujeitos ribeirinhos. Assim, a Sociologia da Infância "busca a construção de um olhar e de uma nova postura em direção à criança que é testemunha da sua realidade [...]" (ALVES, 2014, p. 37), ressignificando a sua história e colocando-a como um ser protagonista, um ator social, que dá sentido à sua vida.

A fim de que pudéssemos focar a criança numa dada realidade, muito particular - a amazônica, fez-se necessário pensar na Sociologia da Infância, com base em um paradigma contemporâneo, que possibilitasse discutir a criança desse lugar e a diversidade cultural que a envolve, considerando "[...] as múltiplas vozes, temporalidades, histórias na contemporaneidade; entender que a cultura e os modos de vida dos ribeirinhos têm suas próprias histórias" (LIMA, 2011, p. 53), que precisam ser contadas e registradas.

Como conteúdo fundamental para a compreensão desse universo, consideramos os estudos de Ferreira (2004), fundamentados na Sociologia da Infância e apoiados nas pesquisas de James & Prout, Qvortrup e Sarmento, no qual a infância se constitui como fenômeno social e a criança como um ator social que diz de si, do seu lugar, da sua cultura e da sua história. Fians (2015), referindo-se aos estudos de Qvortrup, destaca que a criança se desenvolve e se torna adulta, saindo da infância; no entanto, a infância, enquanto categoria, permanece existindo, sendo renovada por novos atores sociais e refletida a partir de distintas durações.

No paradigma tradicional da Sociologia da Infância a criança era vista como débil, passiva, *in-fans* - aquele que não fala ou não é capaz de falar - ser em déficit, sujeito incompleto, que precisa ser acabado, completado (ARROYO, 2012a). Contrapondo-se a este paradigma, a Sociologia da Infância contemporânea coloca a

criança no patamar de ator social, de protagonista da sua história, e também denuncia a invisibilidade e ou a inexistência de muitas infâncias, como "[...] aquelas infâncias e seus coletivos sociais, raciais, não reconhecidos como parte de nossa história social, econômica, política, cultural e pedagógica [...]" (ARROYO, 2012a, p. 38).

Esta concepção de infância reconhece a criança como sujeito pleno, capaz de falar de si por si com propriedade; e o que diz é legítimo, portanto, é relevante destacar que a sua história jamais poderá ser ocultada novamente, pelo contrário, faz-se necessário e urgente que as ciências se ocupem cada vez mais de pesquisas em que as crianças não sejam simplesmente o objeto, mas os sujeitos que contam, do seu modo, que infância têm e que infância desejam. Ferreira (2004), referindo-se à questão, assevera que, como categoria social, a infância se apresenta com todos os requisitos necessários a ser investigada; as crianças são sujeitos de direitos e suas falas devem ser respeitadas; assim, a autora analisa que o

> [...] **[atual]** *paradigma da Sociologia da Infância* e com base nos princípios-chave que o constituem: i) a infância é uma construção social; ii) a infância é uma variável de análise social que não pode ser compreendida senão na sua relação com outras variáveis da estrutura social de que faz parte, como o género, a classe social, a etnia; iii) as culturas e relações sociais das crianças são dignas de ser estudadas em si mesmas no presente e não em relação ao seu futuro como adultas; iv) as crianças são e devem ser vistas como seres activos na sua construção e determinação das suas vidas sociais e na dos que as rodeiam, num contexto intergeracional; [...]; vi) a infância é um fenómeno relacionado com a dupla hermenêutica das Ciências Sociais [...], pelo que proclamar um [...] paradigma da Sociologia da Infância **[crítico e reflexivo]** é, afinal, envolver-se e dar conta do processo de reconstrução da infância na sociedade [...] (FERREIRA, 2004, p. 18, grifo nosso).

Nessa perspectiva, é necessário que os caminhos epistemológicos e metodológicos, sociais e políticos da investigação que aqui se mostra, analisem a concepção de criança como ator social.

As crianças ribeirinhas possuem uma relação muito próxima com a natureza; as ações cotidianas passam, quase que exclusivamente, pelo que a floresta e os rios lhes propiciam; também conhecem os desafios de viverem numa região em que o curso das águas, das marés (enchente ou vazante) e das matas com seus encantos e provocações contribuem para a sua formação, possibilitando seu crescimento sócio-político-cultural. Isso se dá

> [...] pela escuta aprendida no convívio com a natureza, pela utilização de elementos naturais no brincar, pela forma dos agrupamentos que misturam tempos geracionais; pela diversão sem a separação de gêneros, pela capacidade de reinventar as regras do jogo nas brincadeiras dentro d'água [...] (POJO; VILHENA, 2013, p. 142).

Ouvir as crianças ribeirinhas e subscrever a sua trajetória por meio de suas falas e posicionamentos abriu espaço para evidenciar suas opiniões, o que pensam, de que gostam, o que desejam, o que lhes traz esperança, o que as deixam entristecidas, aborrecidas e alegres. O nosso desafio no decorrer da investigação foi pautado na seguinte indagação: quem são, como vivem e que práticas culturais as crianças ribeirinhas da Amazônia vivenciam?

Partimos da constatação óbvia de que há crianças em todo lugar, não importando se são mais ou menos numerosas; a questão fundamental diz respeito sobre como podemos conhecê-las. Nossa pesquisa mostrou que se faz necessário nos embrenharmos nas suas experiências, "[...] mas estas são diferentes em cada lugar e a compreensão dos seus universos particulares é possível a partir dos seus diversos contextos socioculturais" (FRIEDMANN, 2013, p.64).

2.1.6 O lugar social da criança ribeirinha da Amazônia Marajoara

Qual tem sido de fato o lugar social da criança amazônida? Ou melhor, qual tem sido o lugar social da criança ribeirinha da Amazônia Marajoara?

Compreendemos que a criança ribeirinha é parte integrante da estrutura social; ela marca a história do seu tempo, participando ativamente da vida em sociedade. Sobre esse aspecto Kuhlmann Júnior (2010) afiança que

> É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história.
> [...] Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 30-31).

Sobre as crianças concretas Kuhlmann Júnior (2010) ainda destaca que elas participam da vida social por inteiro, apropriam-se de valores e comportamentos que

traduzem o seu tempo e lugar, visto que as relações sociais fazem parte da sua existência de sujeito, que interage *no* e *com* o mundo.

Compreender a infância em um lugar onde “A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é uma verdadeira “essência” da substância social [...]” (HELLER, 2014, p. 34). Cada rito, cada espaço, cada momento de interação compõem as histórias desses sujeitos-crianças, que por meio de suas falas significativas e ações propõem romper com o que é “normal” no contexto social para os adultos, em favor da alegria de respirar a simplicidade e a singularidade de ter, ser e estar no mundo; de ter infância, de ser sujeito construtor dessa infância e da sociedade, como salienta Sarmento (2009) a partir dos conceitos de Qvortrup, e de estar num espaço no qual ela se constrói e constrói o seu território - a Amazônia “[...] em meio a diversidades sociais, culturais, econômicas, as quais repercutem na constituição da identidade que se modela em meio à realizada dentro de um discurso e práticas, a partir de um lugar [...]” (LOPES, Adrea, 2012, p. 105) - Vila do Piriá - Curralinho/PA.

Partindo desses indicadores podemos inferir que “A criança ribeirinha [...] vive sua infância em interação com um contexto histórico-cultural específico, que lhe circunscreve possibilidades e limites, permitindo constituir-se como um sujeito amazônico” (TEIXEIRA, 2013, p. 194).

O sujeito amazônico ao qual Teixeira (2013) se refere consubstancia-se nas teses apresentadas por Qvortrup (2011) em seus estudos na área da Sociologia da Infância Estrutural que tem fundamento marxista. Analisa que os aspectos macroeconômicos têm influência sobre as crianças, impactando seus modos de vida; aponta que elas precisam ser incluídas nas apreciações referentes à economia global, tanto no âmbito nacional e internacional, sejam elas científicas e ou políticas (TEBET, 2013).

Deste modo trazemos as nove teses de Qvortrup que corroboram para ampliar as discussões e concepções sobre a infância como um fenômeno social.

> Tese 1. A infância é uma forma particular e distinta de uma estrutura social da sociedade [...].
> Tese 2. A infância é, sociologicamente falando, não uma fase transitiva, mas uma categoria social permanente [...].
> Tese 3. A ideia da [essência] da criança enquanto tal é problemática, dado que a infância é uma categoria histórica e intercultural [...].
> Tese 4. A infância é uma parte integrante da sociedade e da sua divisão de trabalho [...].

> Tese 5. As crianças são elas próprias coconstrutoras da infância e da sociedade [...].
> Tese 6. A infância está em princípio exposta às mesmas forças macrossociais que a adultez (e.g. forças econômicas e institucionais), ainda que de uma forma particular [...].
> Tese 7. A dependência estipulada das crianças tem consequências para a invisibilidade das crianças nas descrições históricas e sociais, bem como na sua consideração como beneficiárias do Estado-Providência [...].
> Tese 8: A ideologia familialista, não a parentalidade, constitui um obstáculo contra os interesses e o bem-estar das crianças [...].
> Tese 9. A infância é uma clássica categoria minoritária, dado que é sujeita a tendências marginalizadoras e paternalistas (QVORTRUP, 2011, p. 203-210).

O autor destaca que em todos os eventos da sociedade se faz necessário que tomemos protocolos direcionados às crianças, com a finalidade de trazer suas reivindicações para uma discussão social maior, mais ampla. As teses anunciadas por Qvortrup (2011) se coadunam com os estudos da infância ribeirinha, à medida que requerem "[...] a desconstrução ou desmistificação sociológica de aspectos ideológicos das infâncias que [...], nos são dados como uma entidade homogênea" (REIS, 2015, p. 178). A conceptualização de Qvortrup (2011) de infância e criança tem se colocado nos estudos com as crianças da Amazônia Marajoara, considerando que elas são os sujeitos que estão construindo hoje a história do povo amazônico "[...] pessoas inseridas em uma dinâmica social, com caracterização específica" (FRAXE, 2004, p. 23).

Ao longo desse estudo nos deparamos com a multiplicidade de práticas culturais vivenciadas pelas crianças na Amazônia Marajoara, práticas que se constituem "[...] modos específicos de apreensão do mundo do grupo geracional da infância [...]" (MORAES; ALVES, 2014, p. 305), modos esses relacionados as suas vivências com a natureza, presentes nos seus modos de vida, e que se traduzem nas práticas de tomar banho no rio, andar de barco, subir em árvores e construir artefatos, entre outros. Assim, o foco se fecha não na Sociologia Geral, mas na Sociologia da Infância, que coloca a criança no patamar de protagonista de sua própria história (FERREIRA, 2004), como sujeitos a serem investigados, como protagonistas que expressam de forma muito clara suas ideias, seus desejos, suas frustrações e seus encantamentos num tempo presente.

Benjamin (1984, p. 72) considera que "[...] o mundo da percepção infantil está marcado por toda parte pelos vestígios da geração mais velha, com as quais a criança se defronta [...]" e o enfrenta por meio de suas ações cotidianas. Ainda que

os adultos marquem suas histórias, sinais deixados podem ser ressignificados, ou seja, há uma necessidade intrínseca no sujeito-criança que possibilita mudanças na sua visão de mundo.

Nossa pesquisa prima em ouvir e analisar a voz da criança amazônida, pois suas falas refletem suas histórias, suas percepções e inserções no mundo, permitindo que sua voz ecoe e seja ouvida. As ações por elas desenvolvidas no dia a dia revelam a multiplicidade de nuanças no cotidiano ribeirinho, que se constitui em um "[...] território complexo que nos desafia a exercitar uma outra forma de olhar a realidade [...]" (PÉREZ, 2003, p. 97).

Discorrendo sobre a importância das ações exercidas pelas crianças, Ferreira (2004) garante que elas têm uma razão de ser: subvertem o que é comum e nos possibilitam refletir sobre a dimensão epistemológica da infância. Deste modo a reflexão da autora nos mostra a

> [...] a relevância atribuída às acções das crianças como prova de si e do que elas *são* como seres cognoscitivos, socialmente competentes e dotados de emoções e sentimentos à luz das suas próprias evidências se constitua num estímulo para uma reflexão crítica acerca da infância [...] (FERREIRA, 2004, p. 14).

As crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara detêm saberes que orientam suas práticas sociais cotidianas, relacionados à cultura de pares (CORSARO, 2011), embora convivam com uma realidade nem sempre favorável ao seu pleno desenvolvimento em virtude da precariedade social, econômica e política a que estão expostas (SILVA, 2007). Buscamos ainda neste estudo trabalhar a infância enquanto categoria social, inserindo os sujeitos "crianças ribeirinhas" no contexto dessa categoria, dando eco para que contem de si, pois só assim podemos compreender por meio de suas falas, seus escritos e seus desenhos, entre outros, como elas experienciam sua existência cotidiana. O fato de os interlocutores desta pesquisa terem entre 5 e 11 anos não os torna menos capazes de expressarem seus sentimentos, emoções, suas capacidades intelectuais, motoras, enfim, de expressarem quem são e como vivem.

As crianças têm a capacidade de dizer do seu lugar de uma maneira simples, concreta e sensível, dando-nos a possibilidade de problematizá-las para que não fiquem no *sensus communis* como crianças *"in-fans"* - sem voz - mas que as percebamos sob um patamar em que a criança dá sentido à ordem das coisas, que

propicia ver a situação a partir de muitos ângulos, que nos faz aprender a aprender, que nos mostra que a Amazônia é um espaço seu e do outro, um lugar ímpar com culturas singulares. Aprender com as crianças ribeirinhas é aprender a olhar a vida sob outro prisma - pelo avesso, como nos referenda Kramer (2011) ao considerar que

> Aprender com as crianças pode ajudar a compreender o valor da imaginação, da arte, da dimensão lúdica, da poesia, de pensar adiante. Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido de uma história, que muda a direção de certas situações, exige que possamos conhecer nossas crianças, o que fazem, de que brincam, como inventam, de que falam [...]. Há que aprender com as crianças a olhar e virar pelo avesso, a subverter, a tocar o tambor no ritmo contrário da banda militar, de maneira que as pessoas, em vez de gritar, obedecer ou marchar, comecem a bailar (KRAMER, 2011, p. 117).

Assim, trazer a voz da criança ribeirinha da Amazônia Marajoara para essa investigação é centrá-la no cerne da Sociologia como um ser que "[...] detém saberes por meio dos quais significam as relações que estabelecem com o rio e a floresta e dão sentido a suas práticas socioambientais", políticas e culturais (SILVA, 2007, p. 50).

Esse estudo preocupou-se também em desconstruir os "grandes mitos da infância" [46] problematizados pelas concepções tradicionais, que enxergam as crianças numa condição de sujeitos passivos nas ações, como meros reprodutores sociais, inseridos em um contexto onde tudo ocorre da mesma forma para todos. Sobre este aspecto, Ferreira (2004) adverte que nas concepções tradicionais a criança não precisa se expressar, já tem quem o faça por ela - o adulto – e enumera os principais mitos da infância no contexto dessa concepção:

> [...] i) das crianças como seres em défice, simples objectos passivos e meros receptáculos de uma acção de socialização; ii) da socialização como um processo vertical e unívoco, conduzido exclusivamente por adultos que os lideram, de acordo com objectivos claramente definidos e em benefício da reprodução social; iii) do *brincar* como uma acção natural e espontânea das crianças, credo único e emblema das atividades da infância; iv) do *grupo de pares* como forma de organização heterónima e genuína e, como tal, um dado imediato, adquirido, de cuja suposta homogeneidade estão isentas relações sociais desiguais [...] (FERREIRA, 2004, p. 15).

Consideramos que a criança ribeirinha amazônica faz parte de uma sociedade complexa e heterogênea, expressa nas práticas culturais relacionadas

[46] Expressão usada por Ferreira (2004, p. 15) referindo-se aos conceitos de criança, estabelecidos pelas concepções tradicionais.

com a natureza vivenciadas no cotidiano, nos costumes, na maneira de se comunicar, na expressividade corporal de quem domina o movimento das marés, de quem conhece o que cada elemento da natureza trás ao seu mundo, que possibilita a percepção de que ela não é uma unidade culturalmente homogênea (GRAMSCI, 1978), mas é um sujeito embebido nas suas culturas, que confronta a realidade, que subverte o *status quo*, pois "[...] é no convívio e no confronto das diferenças que as crianças aprendem, desde pequenininhas, a respeitar e a valorizar a diversidade sociocultural, tão importante na cultura plural na qual vivemos" (REIS; SANTOS; XAVIER, 2012, p. 12).

Ao colocarmos em evidência o que as crianças ribeirinhas dizem de si, do outro e do mundo, consideramos a infância "[...] um componente da cultura e da sociedade; [...]"; "[...] sinônimo de um grupo social concreto, uma parcela importante da população, [...], com características específicas [...]" (BELLONI, 2009, p. 127).

Nossa opção de estudo se funda numa atitude social e política de trazer à sociedade uma representação real da criança que integra a região, colocá-la como protagonista de sua história, valorizando suas falas e legitimando-a; o que ela diz merece ser discutido, refletido e registrado. Assim, fez-se necessária uma inserção direta na realidade da criança ribeirinha, "[...], aquela que habita as margens dos rios que circundam o estado do Pará, especificamente as da região das ilhas [...], dispersas ao longo de grandes espaços, os quais apresentam uma ligação direta com sua cotidianidade" (CARVALHO, 2013, p. 210).

2.2 *Nem fale, até*! O lócus da pesquisa: um olhar sobre a Amazônia brasileira e marajoara, estado do Pará, município de Curralinho, Vila do Piriá

> Registro de campo (22/03/2016).
>
> Da Amazônia brasileira à Amazônia da Vila do Piriá.
>
> Com o sol muito forte, nosso corpo exigia um local mais arejado para a realização das atividades com elas, as crianças. Ao descer do local onde residíamos temporariamente, percebemos algumas delas sentadas na ponte em frente, conversando; um grupo de sete crianças, meninas e meninos, com idade variando entre 6 e 11 anos. Chegamos até lá, perguntamos se podíamos sentar entre elas, e a resposta foi positiva, então nos prendemos ao que estavam falando – sobre a Vila – o que os mais velhos falavam e o que observavam atualmente. Ficamos apenas escutando e tentando escrever, de forma discreta, num pequeno pedaço de papel, as falas tão preciosas

> dos meninos do Piriá, além de fazermos um esforço de retermos em nossa memória o máximo de informações que o grupo nos dava naquele momento, para que pudéssemos registrar em nosso caderno de campo. Arlan, de 11 anos, diz que o pai dele comentou que há muito tampo, lá era um lugar pequeno, com pouca gente. Alexsandro, 10 anos, diz que seu tio havia dito que para chegar no Piriá, vindo de Curralinho, levava muito tempo, porque vinha remando, não era como hoje, de barco a motor. Gabriel, 10 anos, relata que tem muito lugar ali que ele ainda conhece pouco, outros aos quais nem foi. Aline, 10 anos, tece seus comentários e resume que antigamente era difícil chegar até lá, tinha pouco barco, e tira suas conclusões afirmando que por isso moravam poucas pessoas na Vila; também disse que ouviu uma mulher falando (não disse quem) que aquele espaço já tinha sido muito próspero, tinham várias madeireiras que empregavam as pessoas e que hoje nem emprego tem para todos. Eliezer, 9 anos, disse que antigamente achava tudo longe, agora com o barco a motor ficou tudo perto, chega rápido. Alessandra, 8 anos, concorda com Eliezer e reafirma que ir e voltar para Curralinho é rapidinho. Manuele, 6 anos, ficou ouvindo e concordando com a cabeça o que os demais diziam. Eliezer faz um comentário um tanto curioso *"eu não sei direito, mas eu acho que é assim: tem isso aqui* (faz um gesto com a mão tentando mostrar a grandiosidade do espaço geográfico) os pessoal diz que é M*azônia* (Alexandro diz *Amazônia*)*, Amazônia que é tudo, depois tem os pessoal do Crajarú, do Mucutá, da Povoação, do Crajurú* (alguém diz, tu já falou Crajurú)*, do Murumuru e a gente aqui do Piriá, ah! tem gente de Curralinho também, que vevi aqui!".* As demais crianças citam outras comunidades do entorno, fazendo um esforço para lembrar os nomes, e gritam as que vão lembrando: Vila Maria, Piriá Boto, Ilha Barbosa, Tamaiuiú, Uruá, Santa Rosa, Cuera, Camauá. Eliezer então diz *"é mermo, tem tudo isso, nem lembrava, pra cá onde a gente mora é muito porrudão mermo"*. Alessandra então completa: *"nem fale, até, as vez a gente nem lembra, porque é por demais grande".*
>
> Obs.: As falas não foram ditas nessa ordem, mas foi o que conseguimos captar de nossa memória e dos pequenos trechos que foram escritos rapidamente em pedaços de papéis, para não chamar ou desviar a atenção das crianças durante suas narrativas. Elas se reportaram a outras questões da Vila, da escola, da igreja, mas procuramos fazer um resgate da nossa memória e de nossos escritos e trazer o registro do olhar das crianças sobre a Amazônia, Curralinho e a Vila do Piriá.

O que percebemos é que, neste contexto, há uma "Geografia desenhada pelas mãos das crianças[47]", nela é possível percorrer o universo, se deslocar de um espaço a outro em pouco tempo e em velocidades variadas. Essa Geografia traceja caminhos que levam a espaços que elas conhecem e a outros que só ouviram dizer deles, mas sabem que existem, de tão imenso que cabe o Piriá e demais

[47] Expressão usada por Vera Maria R. de Vasconcellos na apresentação do livro *Geografia da Infância: reflexões sobre uma área de pesquisa* (LOPES; VASCONCELLOS, 2005).

comunidades do entorno.

Corroborando com as ideias das crianças sobre seus olhares do espaço geográfico onde vivem, trazemos para esse estudo um aporte documental e histórico que nos possibilitou situar a Amazônia, a partir de uma análise geral das políticas públicas para a região até a uma comunidade ribeirinha no arquipélago do Marajó, buscando, na medida do possível, relacionar as políticas socioeconômicas para a Amazônia a políticas para a infância que de alguma forma impactam a vida das crianças que vivem na Amazônia Marajoara.

Nossa investigação centrou-se no norte do Brasil, na Região da Amazônia brasileira e marajoara, estado do Pará, município de Curralinho - Vila do Piriá. Para compreensão deste universo se fez necessária uma imersão em alguns aspectos temporais da região para situarmos com mais clareza o campo de estudo. Deste modo, constituímos o *lócus* de investigação partindo do geral para o particular.

Para a estruturação desta subseção iniciamos por uma pesquisa documental tanto em fontes primárias como em fontes secundárias. Segundo Gil (1991, p. 51), fonte primária é aquela que "[...] vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa", além de "[...] descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características" (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66); secundárias são fontes em que "não se tem uma relação direta com o acontecimento registrado, mas sim com o conhecimento através de elementos ou de sujeitos mediadores [...]" (GONSALVES, 2001, p.33). Consideramos de fundamental importância que tal pesquisa nos levasse a compreender de que forma se deu a estruturação administrativa de Curralinho/PA, com a finalidade de organização dos documentos e elaboração do histórico[48] do município, além de analisar dados socioeconômicos que mostrassem os indicadores sociais das crianças, relacionando-os com os dados obtidos na pesquisa documental sobre a região e consequentemente o município.

Contextualizar o tema desta investigação - a infância da Amazônia Marajoara - com base nos Estudos Sociais da Infância nos possibilitou uma análise de quem são e como vivem as crianças neste espaço. Assim, considerar os aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais da região permitiu analisar Leis,

[48] Os vários históricos encontrados (em sítios oficiais e não oficiais) sobre o município foram analisados e apresentavam contradições quanto ao número, data e teor do documento.

Decretos, Decretos-Leis, Portarias, jornais e imagens, que esclarecessem sobre a formação administrativa e territorial de Curralinho sob a ótica do papel da criança nesse espaço.

A população na Amazônia vive uma realidade contraditória; por um lado, uma região tão rica de recursos naturais, por outro, marcada pela pobreza e exploração que tem levado muitos de seus moradores a perderem a vida pelas doenças, fome e luta pela terra, por exemplo.

2.2.1 A Amazônia é por demais grande: a realidade infantojuvenil numa região de contrastes

A Amazônia tem uma extensão territorial que se aproxima à de muitos países, como Austrália e Estados Unidos. Estende-se pelos seguintes países da América do Sul: Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Suriname, Guiana Francesa, Guiana e Brasil. Segundo Pinto (2012a)

> Ela tem sete milhões de quilômetros quadrados: é praticamente do tamanho dos Estados Unidos, estende-se por nove países da América do Sul. Abriga a maior bacia hidrográfica e o maior rio do planeta, o Amazonas. Tem um terço das florestas tropicais que ainda cobrem a Terra, as mais ricas em biodiversidade.
> Dela saem todo ano dezenas de milhões de toneladas de recursos naturais, na forma de matérias primas e insumos básicos, que abastecem mercados espalhados pelos continentes.
> Sua população ainda é pequena, mas já soma mais de 30 milhões de pessoas. A maior parte dela está concentrada no Brasil, onde ficam dois terços da Amazônia continental, que representam também dois terços da área do país (PINTO, 2012a, p.33).

A Amazônia[49] tem sido objeto de muitos debates, congressos, simpósios, encontros e agendas por todo o mundo; ela "[...] é misteriosa, fascinante, desafiadora. Sobretudo porque, muito debatida, é tão pouco conhecida", visto que, "[...] não é, [...], um tema sobre o qual as pessoas costumam se interessar com serenidade, perspicácia e conhecimento de causa [...]" (PINTO, 2012a, p.33).

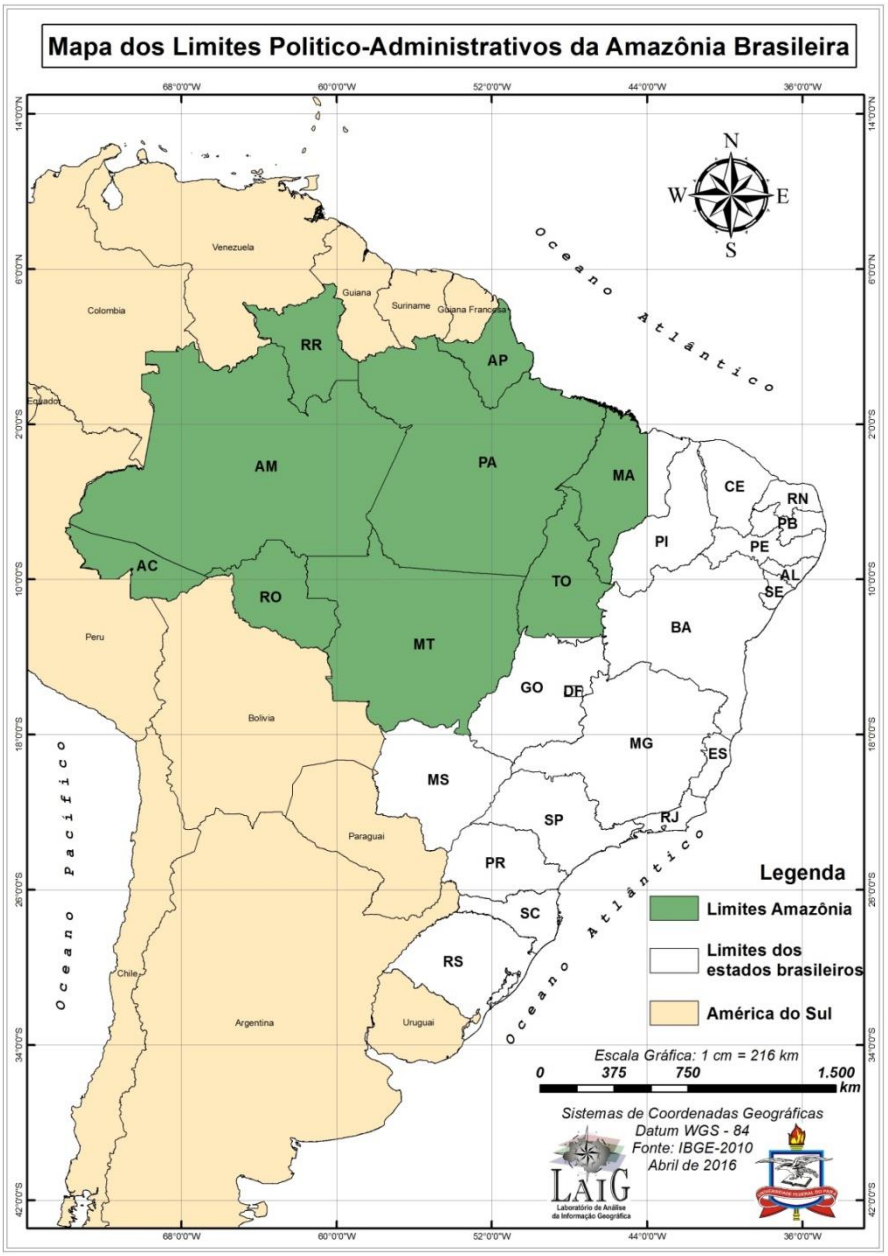
O acesso à Amazônia é difícil e oneroso, em grande parte feito por via fluvial, o que pode demandar um tempo considerável, dadas às variáveis existentes, como

[49] Jornalista e sociólogo, Lúcio Flávio Pinto (2012, 2005), paraense do município de Santarém, é um dos maiores conhecedores da Amazônia e crítico das políticas econômicas e sociais para a região; participa ativamente da luta e dos debates sobre os grandes projetos multinacionais na Amazônia e seus impactos para as populações locais.

o tempo das águas (marés), chuvas e ventos abundantes em alguns meses do ano.

O mapa a seguir mostra a extensão da Amazônia em toda a América do Sul, possibilitando reflexões sobre "que lugar é este". “[...] o fato é que não existe uma Amazônia homogênea, como muitos pensam, se resumindo à floresta, aos índios, seus animais, ou ao verde da paisagem, caracterizada por um meio natural” (CASTRO, 2013, p. 11). A região se constitui em um espaço único, contudo a sua história conta de muitas Amazônias, pelas vozes dos povos que vivem, visitam, investigam ou simplesmente admiram ou criticam este espaço.

Mapa 1 - Limites Político-Administrativos da Amazônia.



Fonte: Elaborado pela Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC)/ Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG) da UFPA com dados extraídos do IBGE (2010c).

No Brasil a Amazônia abrange os Estados do Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão, constituindo a chamada Amazônia Legal[50], com uma área de 5.035.772,54 km², distribuídos em 773 (setecentos e setenta e três) municípios, ocupando 65% de toda a Amazônia. Análises do IBGE sobre os dados do ano de 2010 mostram que existem na região em torno de 24 milhões de habitantes, dos quais cerca de 72% moram nas áreas

[50] Pela Lei nº 1.806 de 6/1/1953 (BRASIL, 1953) a Amazônia brasileira passou a ser denominada de Amazônia Legal, com sua composição atual definida pela Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977.

urbanas, sendo que os demais se concentram em comunidades, sítios e lugarejos ao longo dos rios, floresta e também nas áreas de várzea e terra firme. Na Amazônia calcula-se que existam mais de 170 povos indígenas, com aproximadamente 400.000 (quatrocentas mil) pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014b; ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA, 2014).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou o Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, no qual foram listados 187 países, com o Brasil ocupando a 79ª posição do ranking. Segundo esses dados, o IDH no Brasil, embora tenha melhorado uma posição em relação ao Relatório de 2012, enfrenta ainda muita miséria e analfabetismo, por exemplo. A esse respeito, afirma que “[...] apesar de registrar a maior queda na desigualdade geral [...], a região da América Latina e do Caribe continua sendo a que apresenta a maior desigualdade de renda [...]” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

Os dados referentes à situação do Brasil mostram que ainda há uma disparidade acentuada em relação aos países que têm o desenvolvimento humano “muito elevado” e “elevado”, ficando, na América Latina, atrás do Chile (41º), Argentina (49º) e Uruguai (50º).

Quanto à educação, consta que as diferenças acentuadas perduram, o documento “[...] mostra que as gerações mais velhas continuam a lutar contra o analfabetismo, enquanto os mais jovens têm dificuldade em fazer o salto do ensino primário para o secundário [...]” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

A situação geral do Brasil (econômica, política, social e cultural) refletirá de maneira incisiva na Região Amazônica, onde estudos têm mostrado que o progresso social ainda é ínfimo para uma região tão rica de recursos naturais e diversidade cultural; a pobreza tem se instalado nas mais diversas comunidades e povos da Amazônia. Sobre esse aspecto - progresso social - observa-se que a população, principalmente a que vive na área rural das cidades amazônicas, sobrevive na maioria dos casos sem direito a políticas públicas que atendam suas reais necessidades com qualidade, como saneamento, saúde e educação na sua própria comunidade ou em seu entorno, afetando mais intensamente as crianças. Lourenço (1990) e Sechi (1990) asseveram que

> Se considerarmos que metade da população amazônica está constituída de crianças e adolescentes vivendo em áreas rurais ou urbano-marginais, em precárias condições de vida, com taxas de morbimortalidade[51] acima das médias nacionais, com acelerado aumento de "crianças de rua" podemos ter uma visão desse quadro trágico (LOURENÇO, 1990, p. VII).
>
> Tratam-se de crianças entregues de certa forma à sua própria sorte, exploradas no trabalho, sem escolas, sem atendimento de saúde, sem terra para suas famílias... e nos centros urbanos morrendo, ou sobrevivendo nas periferias, servindo de mercado de reserva num sistema selvagem de capitalismo e colonialismo interno (SECHI, 1990, p. 375).

Sechi (1990) se refere a uma população em situação de risco social na Amazônia, desprotegida de políticas públicas e à mercê de um capitalismo em que o desenvolvimento econômico-financeiro suplanta o humano, condição que combate há mais de quarenta anos, através do Movimento República de Emaús, organização que atende cerca de duas mil crianças e adolescentes no Pará (capital e Região Metropolitana), do qual é um dos fundadores. Essa tem sido a realidade infantojuvenil no norte do país, compondo o cenário de exploração e pobreza das populações residentes na Amazônia Legal.

Em 2014 o IMAZON publicou o Relatório "Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2014"[52], em que desvela a realidade da região, mostrando que a situação social dos municípios que compõem o território amazônico é desalentadora. Sobre este aspecto o diretor executivo da Social Progress Imperative (SPI)[53], Michael Green, salienta no prefácio do Relatório que

> A realidade social de 772[54] municípios e dos nove estados que compõem a Amazônia brasileira é dramática. Quase 98,5% dos municípios amazônicos têm uma pontuação de progresso social inferior à média nacional. E, o Brasil ocupa somente a 46ª posição de progresso social entre os 132 países no mundo (ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA, 2014).

---

[51] Combina dois subconceitos, morbilidade e mortalidade. O primeiro se refere "ao número de indivíduos portadores de determinada doença em relação ao total da população analisada". O segundo diz respeito "a estatística sobre as pessoas mortas num grupo específico", portanto, morbimortalidade é o **"índice de pessoas mortas em decorrência de uma doença específica dentro de determinado grupo populacional"** (SIGNIFICADOS..., 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2013)**.**

[52] O relatório "[...] foi concebido como uma ferramenta para a ação, que permite identificar questões sociais urgentes em todos os municípios. Também identifica histórias de sucesso: municípios que foram bem-sucedidos em transformar os recursos econômicos em progresso social" (ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA, 2014, p.6).

[53] É uma organização sem fins lucrativos que capacita inovadores sociais de todos os setores que desejam trabalhar com Índice de Progresso Social objetivando a melhoria da qualidade de vida das populações.

[54] Em 2013 o Estado do Pará criou mais um município, Mojuí dos Campos, desmembrado do município de Santarém. Foi o único município da Amazônia que não participou da pesquisa do IMAZON. Portanto, a Amazônia Legal possui 773 municípios.

A Amazônia, com sua floresta e seus muitos rios, com uma biodiversidade peculiar, esconde uma face que poucos conseguem enxergar - o descaso do poder público com sua população e consequentemente a pobreza com a qual convivem os povos embrenhados nas matas e beiras de rios. Os graves problemas que atingem a população estão atrelados à infraestrutura, educação e saúde, principalmente.

Embora o Brasil tenha priorizado, na última década, investimentos sociais, diminuindo a pobreza extrema pela metade, na Amazônia, entretanto, os avanços ocorrem de maneira vagarosa, as políticas públicas para o atendimento às populações residentes nas comunidades longínquas das áreas urbanas pouco têm chegado, o que intensifica ainda mais os problemas da região, principalmente nas áreas da saúde e educação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

Pensar a Amazônia é antes de tudo adentrar em um universo com uma extensão continental gigantesca, na qual os municípios possuem zonas urbanas e rurais, com características distintas, a maioria com acesso apenas via fluvial, com atendimento de saúde esporádico e escolas precárias, carecendo de uma infraestrutura mínima. É nesse contexto que vivem os sujeitos amazônidas, cuja realidade os relega a uma vida miserável, como retratada no Relatório IPS Amazônia 2014:

> [...] o cidadão comum desta região enfrenta enormes deficiências em quase todos os componentes do progresso social: há dificuldades dramáticas de acesso à água limpa e saneamento básico; problemas na qualidade da educação básica; informação e meios de comunicação deficientes; e a maioria ainda tem pouca oportunidade de chegar ao ensino superior. Além disso, o cidadão da Amazônia enfrenta restrições importantes de direitos individuais e de liberdade de escolha, principalmente por causa das dificuldades de mobilidade nas cidades, gravidez precoce na infância e adolescência e violência generalizada, que afeta especialmente os jovens (ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA, 2014, p. 3).

As populações que compõem a Amazônia são camponeses, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, remanescentes de quilombos, caboclos, assentados, atingidos por barragens, povos da floresta, populações urbanas e periféricas dos municípios (GONÇALVES, 2012), as quais sofrem diariamente as consequências do abandono a que estão sujeitas em suas comunidades pela quase inexistência de políticas públicas que possibilitem melhorias na sua condição de vida e oportunizem novas expectativas de diminuição da mortalidade infantil, de gravidez na

adolescência, de analfabetismo e de evasão escolar, entre outros.

Toda a população é afetada de alguma forma quando são negados seus direitos sociais, considerados, no art. 6º, na Constituição Federal de 1988[55], a qual afirma que “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” constituem direitos sociais (BRASIL, 1988). Portanto, garantir aos amazônidas seus direitos básicos é respeitar e valorizar seus modos próprios de vida.

Na Amazônia, os índices de pobreza são gritantes e afetam diretamente a vida de homens, mulheres e crianças da região. É no norte do Brasil que se concentra a maior proporção de crianças até 12 anos, segundo dados do IBGE no censo 2010. A população estimada de 39.025.853 crianças de 0 a 12 anos representa 20% de toda a população brasileira. Desse total, o Norte se destaca por concentrar a maior proporção de crianças, aproximadamente 26%.

Em novembro de 2015, durante o 12º Fórum de Governadores da Amazônia, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e os governos estaduais da Amazônia Legal assinaram um acordo de enfrentamento das desigualdades que maculam as crianças e adolescentes da região Norte. Segundo levantamento feito pelo UNICEF, “na Amazônia Legal brasileira vivem cerca de 9,6 milhões de crianças e adolescentes, cerca de 35% da população total da região. Mais de 50% deles vivem em famílias pobres” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF BRASIL, 2017).

O PNUD e o Governo do Brasil, por meio do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), publicaram em abril de 2016 um estudo sobre o perfil da pobreza na região, o qual revela que entre os anos de 2004 e 2013 “os índices de pobreza no país caíram de 20% para 9% da população e de 7% para 4% no caso da pobreza extrema” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2016), porém, os perfis da pobreza quase não se modificaram, manifestando-se com maior intensidade no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Além disso, o estudo também mostra que nessas regiões grande parte dos municípios apresenta taxas de pobreza que ultrapassam 60%, chegando inclusive em alguns casos ao exagero de 90%.

[55] CF de 1988, Art. 6º, que trata dos direitos sociais, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015.

Dados do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2015 2010 e 2013 apud FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF BRASIL, 2017) e da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) da Agência de Notícias IBGE (2017), usados pelo UNICEF para garantir junto aos governos da Amazônia Legal a assinatura do acordo de combate às disparidades enfrentadas pela população infantojuvenil, mostram que cerca de quatro crianças e adolescentes foram mortos, por dia, na região; as crianças indígenas correm duas vezes mais risco de morrerem antes de completar o primeiro ano de vida do que outras crianças do Brasil; cerca de 18% das crianças do Norte não possuem certidão de nascimento; crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória (4 a 17 anos) que ainda não chegaram à escola somam 10%, o que equivale a um número aproximado de 950 mil alunos distantes das salas de aula (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF BRASIL, 2017).

Essa é uma realidade dos estados que compõem a Amazônia, inclusive do Pará.

2.2.2 Onde a gente mora é muito porrudão: o Pará e os baixos índices de desenvolvimento socioeconômico

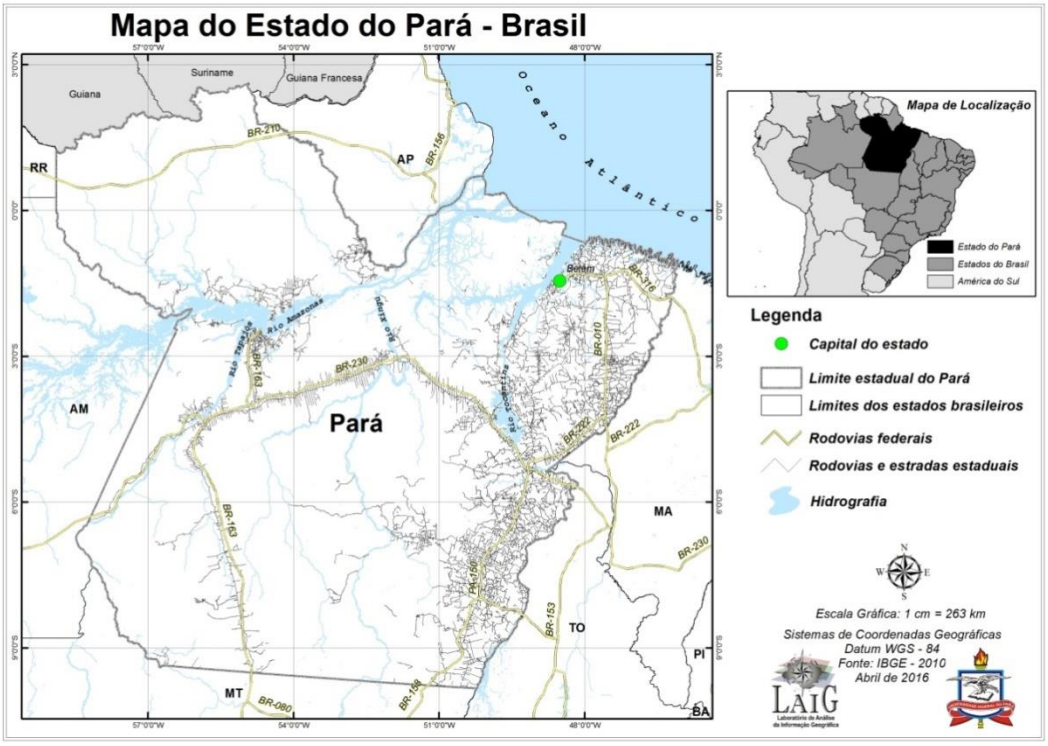
Oriundo da língua tupi-guarani, o termo “pará” significa *mar*. O Estado do Pará possui uma bacia hidrográfica considerável “[...] composta por rios, lagos, paranás, furos e igarapés, contribuindo para o grande índice pluviométrico da região [...]” (CASTRO, 2013, p. 90), com ênfase para os rios Amazonas, Tocantins, Araguaia, Tapajós, Xingu, Pará, Guamá, Trombetas, Jari, Capim, Moju e Nhamundá.

Localizado na Amazônia Oriental[56], é o segundo maior Estado brasileiro em extensão territorial, conforme dados do IBGE (2010d), com uma área de 1.247.954,32 km², o que corresponde a 14,66% do território brasileiro; possui 144 municípios e uma população de 7.581.051 habitantes, sendo que a estimativa para 2015 era de 8.175.113 habitantes. O Estado está dividido em 6 (seis) mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste, Sudeste e Sudoeste Paraense, subdivididas em 22 (vinte e duas) microrregiões. Faz fronteira a oeste

[56] Por meio do Decreto-Lei nº 291, de 28/2/1967, a Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima (os dois últimos transformados em estados federados a partir da CF de 1988). Com a criação da Amazônia Ocidental, os estados que não faziam parte dessa área de abrangência constituem a Amazônia Oriental, da qual fazem parte os estados do Amapá, Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso.

com os Estados do Maranhão e Tocantins; ao Sul com o Estado do Mato Grosso; a leste com os Estados do Amazonas e Roraima; ao norte com o Estado do Amapá e com os países do Suriname e Guiana (CASTRO, 2013). O mapa a seguir mostra a localização do Pará e seus limites.

Mapa 2 - Estado do Pará



Fonte: Elaborado por LAIG/FGC/UFPA com dados extraídos de IBGE (2010f).

Comparado à sua vasta extensão territorial, o Pará apresenta um baixo índice de desenvolvimento socioeconômico, demonstrado através de alguns indicadores sociais.

Para efeito desta pesquisa não foram feitas análises densas dos IDHM, IDEB e IDSUS ou avaliações de processos formativos, como o educativo, por exemplo. Contudo, os dados aqui considerados trazem um panorama da situação dos municípios paraenses e consequentemente revelam a condição de vida do amazônida, refletindo os efeitos das poucas ações de políticas públicas dos governos federal, estadual e municipais (CASTRO, 2013).

Em 2013 o IBGE, por meio do PNUD, publicou o IDHM, realizado com base nos dados dos censos de 1991, 2000 e 2010, variando de 0 a 1, e que leva em conta 3 (três) indicadores: longevidade, educação e renda. O Estado do Pará ocupa a 24ª posição no ranking nacional (0,646) das 27 unidades da federação, tendo

ainda o município com o menor IDHM do Brasil, o município de Melgaço (0,418), na Mesorregião do Marajó.

Outro dado considerável diz respeito ao IDEB, do ano de 2013[57], levando em conta o total de escolas. Apenas o IDEB da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental conseguiu superar a meta proposta de 3.8, alcançando o índice de 4.0. Para a 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental a meta proposta foi de 4.2, mas só atingiu 3.6; em relação à 3ª série do Ensino Médio, de uma meta proposta de 3.4, atingiu-se apenas 2.9 no IDEB observado.

Em 2012 o Ministério da Saúde apresentou os dados do Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (IDSUS), que tem por objetivo

> Avaliar o desempenho do SUS quanto à: universalidade do acesso, integralidade, igualdade, resolubilidade e equidade da atenção, descentralização com comando único por esfera de gestão, responsabilidade tripartite, regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde (ÍNDICE DE DESEMPENHO DO SUS, 2016).

Para efeito de avaliação, que vai de 0 a 10, foram selecionados 24 (vinte e quatro) indicadores, distribuídos em 3 (três) eixos: atenção básica, as atenções ambulatorial e hospitalar e a urgência e emergências. O estado do Pará ficou em último lugar no ranking das 27 unidades da federação, com uma avaliação de 4,17.

A situação do Pará no mapa das políticas de atendimento à população em relação aos direitos sociais, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, ainda se configura como uma realidade de pouco interesse governamental (federal, estadual e municipal), afetando principalmente crianças e idosos. A falta de políticas de enfrentamento que diminuam o abandono a que estão subjugados os paraenses, principalmente os das áreas rurais, mostra o verdadeiro abismo que existe entre o que propõe o Estado e o que realmente é disponibilizado a eles.

As políticas públicas ainda estão longe de atender às reais necessidades das populações periféricas do Brasil, da Amazônia e do Pará. Sobre essas questões Castro (2013) assevera o seguinte:

> [...] compreende-se que o Estado do Pará é bastante diversificado, rico em recursos naturais, mas bastante desigual na distribuição e exploração desses recursos, sendo o reflexo do fracasso das políticas públicas para a

[57] No momento da análise dos dados do IDEB no Estado do Pará, no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), encontravam-se disponíveis os dados até o ano de 2013.

> Amazônia nas décadas de 1960 em diante, recebeu milhões de imigrantes, e não ofereceu infraestrutura em recebê-los, o que contribui para uma série de problemas ambientais e sociais [...] (CASTRO, 2013, p. 117).

Os problemas no Estado foram se agravando à medida que os avanços da exploração de seus recursos naturais de origem mineral (manganês, bauxita, alumina e ouro), por empresas multinacionais, foram tomando proporções gigantescas, além da exploração sem controle de madeira e a usurpação das pequenas propriedades por grileiros, expulsando o homem da região para as periferias dos centros urbanos das cidades paraenses (PINTO; KZAM, 2012; GONÇALVES, 2012).

Em 2016 um estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles (2016) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), tornou público o Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal)[58], calculado para todos os municípios a partir dos dados do IBGE (2010c). Este documento lista as 100 (cem) melhores e as 100 (cem) piores cidades referentes às condições de bem-estar urbano, sendo que no estado do Pará estão concentrados 41 (quarenta e um) municípios considerados os piores do Brasil.

A Mesorregião do Marajó, uma das mais pobres do Pará, é constituída por 16 (dezesseis) municípios, dentre os quais o de Curralinho, local escolhido para ser nosso campo de pesquisa. De acordo com o IBEU-Municipal, 50% dos municípios desta mesorregião estão na condição de “os piores” em índice de bem-estar, inclusive o município alvo de nossa investigação.

Esse breve mapeamento dos indicadores sociais do Estado se fez necessário para que pudéssemos avaliar a situação socioeconômica dos municípios e da população paraense, e a partir desse quadro termos subsídios para discutir as condições das crianças da Mesorregião do Marajó, território onde se concentrou nossa pesquisa de campo.

[58] Composto por cinco dimensões: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimentos de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

2.2.3 A água tá grande, é a cheia do rio: Mesorregião do Marajó, um espaço de resistência

> Registro de campo (22/03/2016).
>
> Sobre as marés altas.
>
> Chegamos à Vila do Piriá em meio a uma chuva muito forte e água grande, no período chamado de "inverno amazônico" pelos que vivem na região. É a estação das intensas chuvas e das marés altas, que vai de dezembro a maio. A Vila estava tomada por água, inclusive parte da ponte principal estava submersa. Da janela da casa onde ficávamos, observamos a situação das pessoas se deslocando de um lado a outro da comunidade, de forma cuidadosa, mas sem considerar aquilo como algo anormal. Olhamos para o trapiche Marcella, bem em frente da casa, e avistamos alguns meninos atirando sementes na água. Protegidas por uma sombrinha, partimos imediatamente para lá. Quando nos viram, Eliezer, Joabe, Elequias, Paulo e Willian vieram logo perguntando se havíamos chegado no Marcella (barco), ao que respondemos afirmativamente com um balançar de cabeça; então, logo nos abraçamos. Perguntamos: "*e aí*?" Paulo responde: *"só chuva"*; Willian: *"só chuva e muita água e maré braba".* Falamos que ainda não tínhamos visto a Vila cheia daquele jeito, ao que Willian comenta: *"a água tá grande, é a cheia do rio. Tem vez que cai um toró, aí venta muito"*. Perguntamos se a Vila enche sempre no inverno daquela forma, e Elequias comenta que *"toda vez nesse tempo de chuva, muita chuva, a água cresce por demais, o rio balança muito, tem casa que as vez até enche".* Joabe, que estava calado apenas observando, se mete na conversa e diz: *"aqui, professora, é ansim: muita chuva, muita água, mas depois seca e fica tudinho como tá. Também os pessoal tava falando que é por causa da lua cheia".* Willian concorda: *"é isso, o papai falou isso também, a lua mexe com a maré".* Joabe retoma a fala e diz*: "a lua mexe e nós ajeita".* Todos caem na risada.
> [...]

A posição dos astros (sol e lua) em relação à Terra influencia no movimento das marés e isso está diretamente relacionado às fases lunares. Nessa perspectiva, a percepção das crianças sobre a Vila do Piriá nos revela a lógica da natureza, ou seja, as mudanças no espaço geográfico são geradas por vários elementos que influenciarão nos modos de vida de um grupo social. De uma maneira simples, mas não simplória, as crianças nos dizem do período da cheia dos rios, da "água grande", o tempo de chuvas na região, o alcance e o impacto das fases da lua na natureza e no trabalho dos ribeirinhos, como pescar, por exemplo.

Enfrentando há séculos as intempéries naturais da região, os amazônidas aprenderam desde os primeiros processos de exploração da região pelos europeus

a resistir diante das adversidades. Nesse contexto, buscamos inicialmente informações históricas que nos levassem aos primeiros grupos que habitaram os Marajós[59], a fim de que pudéssemos analisar como se deu a ocupação desse arquipélago, as lutas pelo seu domínio e como as crianças se localizam nessa sociedade.

Ainda na fase Pré-histórica Tardia temos a formação das sociedades indígenas bem desenvolvidas que se assentaram ao longo do rio Amazonas. Os Marajós é formado por povos diversos que se fixaram na região desde os primórdios da ocupação da Amazônia, constituindo uma sociedade – a marajoara – que, segundo dados arqueológicos, tinha um domínio avançado do trabalho com cerâmica, do qual detinha técnicas refinadas (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014).

Pacheco (2010) considera que existiam diversas nações indígenas[60] que lutavam bravamente contra os colonizadores, que chegaram ao arquipélago com mais força a partir do século XVI, afirmando que

> O labirinto de ilhas, os "Marajós", e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, àquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de suas visões humanas. Experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruãns, Sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, entre outras e os batizados de Nheengaíbas, enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos. Esse processo já demonstra quão difícil foi a conquista da Amazônia e como os nativos habitantes, "da ilha que estava atravessada na boca do rio Amazonas, de maior comprimento e largueza que todo o reino de Portugal", posicionaram-se diante da voraz ganância lusitana (PACHECO, 2010, p. 18).

A Amazônia, como toda a América, foi afetada pela dominação colonial europeia que se expandia por todo o mundo, uma vez que "já em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado

[59] Pacheco (2009a, 2009b), em suas pesquisas, analisa que o Arquipélago do Marajó foi reduzido pelos colonizadores à Ilha do Marajó; a diminuição não foi apenas do termo, mas da condição da população local que passa de dono da terra a subserviente de um sistema que o escraviza e o explora por séculos. Utiliza-se das expressões Marajó dos Campos e Marajó das Florestas, e "Marajós" se referindo ao arquipélago. O termo "Marajós" é o que mais observamos em seus escritos, o que se justifica por indicar que "o pluralizar de Marajó procura chamar a atenção do leitor à complexidade de realidades físicas, humanas, históricas e culturais existentes entre os municípios conformadores das regiões de campos e florestas. Essa perspectiva ainda questiona visões homogêneas e preconceituosas fabricadas pelos meios de comunicação, quando visualizam imagens de um Marajó desenhado tão somente por praias, búfalos e paisagens naturais ou por seu ilhamento físico e social" (PACHECO, 2009a, p. 438).

[60] No período colonial, o arquipélago recebeu o nome de Ilha dos Nheengaíbas, entre o povo"[...] por causa das diferentes línguas – nheengatuba - de índios que ali existiam. Provavelmente esta denominação de Ilha dos Nheengaíbas foi imposta pelos colonizadores, visto que, na visão dos portugueses, *Nheengaíbas* significa povos de língua complicada" (SILVA, 2013, p. 22).

mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta [...]" (QUIJANO, 2005, p. 121).

A resistência dos habitantes da Ilha Grande de Joanes[61] em defesa de suas terras, de sua cultura e dos seus modos de vida foi registrada por religiosos, cronistas, viajantes e historiadores nos séculos XVIII e XIX, além das obras regionais que tratam do tema na contemporaneidade. As populações indígenas, com habilidade de quem conhece o seu chão, eram capazes de adentrar a floresta, percorrer longos caminhos, dominavam estratégias de esconderijos, remavam com destreza em grandes e pequenos rios e manuseavam com muita propriedade arcos e flechas (PACHECO, 2010). Deste modo, percebe-se que a conquista do arquipélago dos Marajós pelos portugueses foi uma tarefa árdua diante da oposição indígena aos europeus.

Para o enfrentamento com a população local, os portugueses trouxeram para o fundamento da civilização moderna a ideia da necessidade de domínio da natureza. As populações indígenas foram vistas como selvagem, portanto, precisavam ser dominadas. Sobre esse aspecto Gonçalves (2002) salienta que

> [...] os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens, que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino) [...] (GONÇALVES, 2002, p. 218).

Quando o colonizador se autodenomina *europeu civilizado* cria o *selvagem*, assim "[...] a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade" (GONÇALVES, 2002, p. 218). É como selvagem que a população local amazônida é escravizada, colonizada. Conflitos entre europeus e população nativa, entre populações indígenas, expropriação da terra, violência física e mortes marcam a história dos Marajós.

Em 1665, a Ilha Grande de Joanes é constituída em capitania hereditária e doada por D. Afonso VI ao capitão-mor Antônio de Sousa Macedo, secretário de

[61] Rabelo e Neves (2014) asseveram que o espanhol Vicente Pizón, no período colonial, deu ao arquipélago do Marajó o nome de Ilha Grande de Joanes, ficando assim denominada até meados do século XVII. As autoras ainda discorrem que "em 1754 a "Ilha Grande de Joanes" recebeu o nome de Marajó, que significa "o vento que sopra a tarde sobre a ilha". No entanto, a origem desse nome pode vir de Mbara-yó, que no Tupi significa "barreira do mar". Aliás, aos olhos dos antigos colonizadores, a ilha parecia servir como uma muralha erguida pela própria natureza para barrar as tormentas do oceano" (RABELO; NEVES, 2014, p. 385).

estado. Soares (2010)[62] e Pacheco (2010) indicam que a doação do arquipélago à família do capitão-mor Antônio Macedo foi uma maneira de controle e também de povoamento de um território tático com ligações com a região do Cabo Norte e com a Guiana Francesa, que eram constantemente "visitadas" por holandeses, franceses, ingleses, irlandeses, que se beneficiavam de suas riquezas. O fato de os indígenas manterem relações comerciais com outros grupos de europeus gerou ainda mais conflitos com os portugueses. A partir de então, os Marajós têm suas terras divididas e cedidas, pelo sistema de sesmarias, pelos capitães-mores para que fossem ocupadas, preferencialmente por uma elite (fidalgos e pessoas de posses), como nos referenda Teixeira (1952):

> Aproveitando-se do costume, então vigente, de concederem-se sesmarias, de preferência a pessoas fidalgas ou com posse bastante para construir engenhos, com exclusão das classes pobres e desfavorecidas, muitos súditos do rei de Portugal pediram concessões de terras em Marajó, principalmente onde pretendiam fundar fazendas de criação, alegando aos donatários, capitães-mores e governadores que "eram homens de muita posse e família" ou que "eram homens assim de gente como de criação que a um morador são pertencentes" ou que "tem muita fábrica de gado de toda a sorte e escravos como qualquer morador" (TEIXEIRA, 1952, p. 741).

A forma como as terras eram distribuídas no sistema de sesmarias nas demais regiões do Brasil é o mesmo que se instala no arquipélago do Marajó, com o poder econômico-político regendo as relações entre as famílias da sociedade marajoara. Pacheco (2010) assegura ainda que famílias importantes, religiosos, os protegidos, aqueles que já tinham terras, exigiam ainda mais o aumento delas, gerando um processo de desigualdade social que ainda hoje perdura na Amazônia – a centralização de muitas terras nas mãos de poucos latifundiários, e muitos sem um pedaço de terra para plantar e garantir uma vida com mais dignidade.

Soares (2010) e Pacheco (2010) referendam, a partir de análises documentais, que no período de 1725 a 1823 as terras do Marajó foram distribuídas e ocupadas ininterruptamente por famílias influentes na região, edificando fazendas e sítios. O Relatório Analítico do Território do Marajó, aponta que entre 1721 e 1740 foram distribuídas mais de 50 (cinquenta) sesmarias no arquipélago. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012).

---

[62] Soares (2010, p. 11) analisa em seus estudos "[...] a importância da família e do compadrio na constituição da sociedade marajoara, enfatizando as redes de relações que ensejam [...]", nos séculos XVIII e XIX.

As Ordens Religiosas que se instalam na região com o objetivo de "[...] pacificar os indígenas [...]" (TAVARES, 2008, p. 60), foram consideradas estratégicas no processo de ocupação e dominação da região. No entanto, no contexto político, os interesses portugueses conflitaram com os interesses dessas organizações, o que gera a expulsão e o confisco dos bens dos jesuítas e de outras denominações religiosas posteriormente.

Pombal[63] utiliza o discurso de modernização da região para implementar uma série de medidas que visavam ao aumento do capital português e à escravidão dos nativos, a exemplo do que já ocorria em outras regiões colonizadas pelos portugueses. Nesse período sucede a "[...]: doação de terras (**sesmarias**) a colonos e soldados que se comprometessem a cultivá-las; [...]; estímulo à pecuária no Rio Branco (Roraima), baixo Amazonas e na região das Ilhas (**Marajó, inclusive**)" (GONÇALVES, 2012, p. 82, grifo nosso). O Relatório Analítico do Território do Marajó (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012, p. 14), referindo-se aos marajoaras discorre que "[...] essa população foi duramente escravizada pelos portugueses que tomaram para si grandes áreas de terras por meio de concessões de sesmarias".

Soares (2010) e Araújo (2002) dispõem que em 1760, em Carta Régia ordenado por D. José I, os bens dos jesuítas são rateados e divididos seguindo o posto hierárquico; as terras foram repartidas em 22 quinhões que se espalharam por diversas partes dos Marajós.

Além das sociedades indígenas, temos os povos europeus (portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, entre outros), africanos trazidos como mão de obra escrava para servir aos colonizadores e nordestinos que chegam ao final do século XIX para trabalharem na exploração da borracha. O Relatório Territorial do Marajó (2015) faz referência a esse aspecto, bem como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015) discorre que

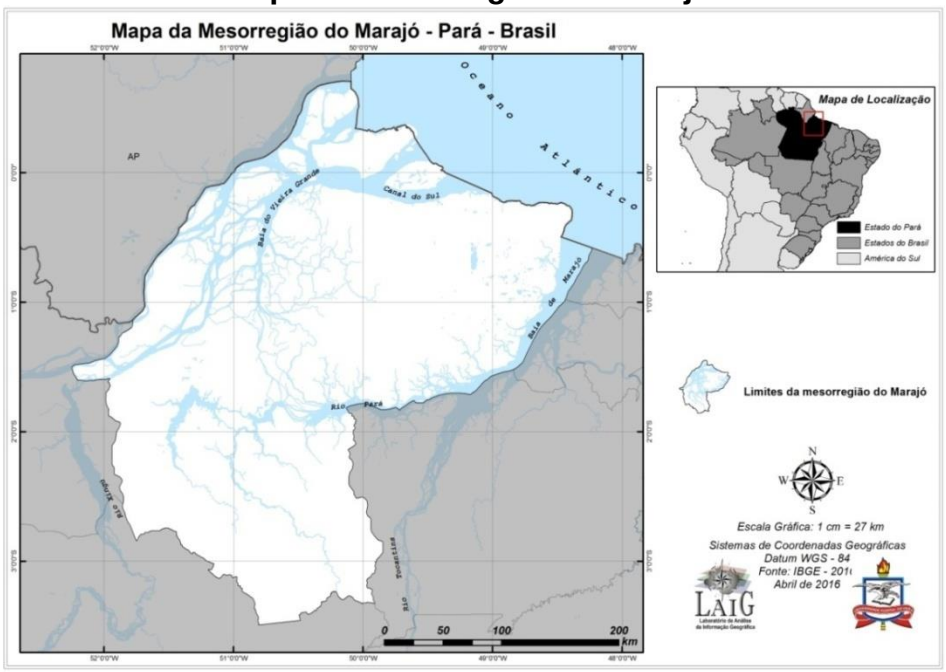
> As terras do Marajó pertencem historicamente a inúmeras famílias que se estabeleceram na região; possuem uma ancestralidade milenar – indígena – e uma ancestralidade mais recente, porém secular, do contingente africano, trazido para servir de mão de obra escrava ao colonizador, e de nordestinos do semiárido, que migraram para a região a fim de trabalhar nas colocações de borracha da Amazônia oriental no fim do século XIX e início do XX (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015, p. 19).

[63] Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, foi Primeiro-Ministro de Portugal, criou a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Portanto, é um território de composição étnica complexa que precisou adaptar as culturas estabelecidas a diversas outras trazidas pelos que aqui chegaram. A exploração tem sido a arma da dominação até os dias de hoje, e é por meio dela que a população local tem sido expulsa do seu chão. Mas, embora a luta seja difícil, Quijano (2005, p. 139) nos instiga a refletir que “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

Considerada a maior “ilha fluviomarinha”[64] do mundo, o arquipélago do Marajó está localizado na Mesorregião do Marajó, que possui uma população de 487.010 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a), o que representa 6,42% da população do estado, grande parte dela vivendo na zona rural dos municípios que fazem parte dessa região (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a; PARÁ, 2012). Ressalte-se ainda que mesmo com uma população de quase quinhentos mil habitantes representa uma das menores populações entre as mesorregiões do Pará (CASTRO, 2013). O mapa a seguir mostra a localização da mesorregião no estado do Pará.

Mapa 3 - Mesorregião do Marajó



Fonte: Elaborado por LAIG/FGC/UFPA com dados extraídos de IBGE (2010c).

[64] Denominada assim porque é cercada por rios de um lado, e do outro pelo mar.

A distribuição de terras pelo sistema de sesmarias pode ter dado origem aos dezesseis municípios que compõem hoje o arquipélago do Marajó: Santa Cruz do Arari, Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, **Curralinho**, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. O IBGE instituiu a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas[65] elencando os municípios nesse contexto. O arquipélago do Marajó, na Mesorregião do Marajó, está subdividido em 3 (três) Microrregiões (Portel, Furos de Breves e Arari), cada microrregião agregando determinado número de municípios, conforme nos mostra a tabela abaixo:

Quadro 4 - Microrregiões do Marajó

Microrregião de Portel	Microrregião dos Furos de Breves	Microrregião do Arari
Bagre	Afuá	Cachoeira do Arari
Gurupá	Anajás	Chaves
Melgaço	Breves	Muaná
Portel	**Curralinho**	Ponta de Pedras
	São Sebastião da Boa Vista	Salvaterra
		Santa Cruz do Arari
		Soure

Fonte: IBGE (1990).

Embora a Mesorregião do Marajó seja uma das mais belas do estado do Pará, em se tratando de beleza natural, os seus municípios dispostos nas três Microrregiões não traduzem nos índices de desenvolvimento social o que se observa na imensidão dos rios e nos verdes das matas. Os índices se assentam do nível baixo para o muito baixo na maior parte dos municípios, o que significa que há insuficiência ou ausência de políticas públicas capazes de atender a população no que diz respeito aos seus direitos sociais e assegurar às crianças, jovens e adultos uma condição de vida menos desigual. Sobre a situação da mesorregião, Castro (2013) considera que

> A paisagem da mesorregião é bastante diversificada, apresentando área de mangue, campos naturais e floresta [...]. Porém, o contraste é grande na ilha, a população é uma das mais pobres do Pará, a prostituição, as doenças e a falta de infraestrutura para a população local contradiz toda a beleza natural (CASTRO, 2013, p. 117).

[65] Foi aprovada pela Presidência do IBGE através da Resolução PR-51, de 31/07/89, publicada no Suplemento do Boletim de Serviço da Instituição nº 1763, semanas 927 a 931, Ano XXXVIII, de circulação interna (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 1990, p. 5).

Uma consequência imediata desse descaso percebe-se nos resultados apresentados no IDHM, que é uma medida composta de indicadores (longevidade, educação e renda), e que possibilita mostrar os anos de vida que os sujeitos viveriam a partir do nascimento, levando em conta os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência; os indicadores de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem; e ainda a renda per capita do município (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2016).

Os municípios brasileiros foram classificados de acordo com sua posição em uma tabela que vai do maior para o menor índice (muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo). De um total de 5.570[66] municípios no território nacional, o município que ostenta o maior índice é São Caetano do Sul/SP (0, 862), enquanto que o município que se apresenta com o menor índice é o de Melgaço/PA (0,418), localizado na Mesorregião do Marajó.

O IDHM da Mesorregião do Marajó aponta que dos 16 (dezesseis) municípios, 6 (seis) apresentam IDHM[67] “muito baixo”, que varia de 0,000 - 0,499, representando 37,5% dos municípios; 8 (oito) municípios têm o IDHM “baixo”, variando de 0,500 - 0,599, representando 50% dos municípios marajoaras; e, apenas dois[68] (2) municípios estão entre aqueles que têm o IDHM médio, numa variação que vai de 0,600 - 0,699, chegando a apenas 12,5% dos municípios da Mesorregião do Marajó. O quadro a seguir sintetiza a situação da Mesorregião:

[66] Em 1º de janeiro de 2013 foram criados cinco novos municípios. São eles: Pescaria Brava e Balneário Rincão, em Santa Catarina; Mojuí dos Campos, no Pará; Pinto Bandeira, no Rio Grande do Sul e Paraíso das Águas, no Mato Grosso do Sul.

[67] O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2016).

[68] Os municípios de Soure e Salvaterra possuem uma infraestrutura turística considerável (hotéis e pousadas, restaurantes regionais, passeios turísticos, entre outros), além de uma estrutura rodo fluvial com viagens diárias.

Quadro 5 - Demonstrativo da situação dos municípios da Mesorregião do Marajó em relação ao IDHM (2010).

Município	IDH-M (2010)	Faixa do IDH-M	Ranking Nacional	Ranking Estadual
Microrregião de Portel				
Bagre	0,471	Muito Baixo	5558ª	141º
Gurupá	0,509	Baixo	5502ª	28º
Melgaço	0,418	Muito Baixo	5565ª **(Menor IDH-M do Brasil)**	143º
Portel	0,483	Muito Baixo	5553ª	139º
Microrregião dos Furos de Breves				
Afuá	0,489	Muito Baixo	5543ª	136º
Anajás	0,484	Muito Baixo	5550ª	138º
Breves	0,503	Baixo	5520ª	132º
Curralinho	0,502	Baixo	5524ª	134º
São Sebastião da Boa Vista	0,558	Baixo	5081ª	97º
Microrregião do Arari				
Cachoeira do Arari	0,546	Baixo	5253ª	109º
Chaves	0,453	Muito Baixo	5.565ª	142º
Muaná	0,547	Baixo	5244ª	106º
Ponta de Pedras	0,562	Baixo	5002ª	92º
Salvaterra	0,608	Médio	3957ª	40º
Santa Cruz do Arari	0,557	Baixo	5098ª	98º
Soure	0,615	Médio	3796ª	35º

Fonte: PNUD (2010).

Os municípios dessa região apresentam deficiência na qualidade dos serviços destinados ao atendimento da população, merecendo destaque a falta de oportunidades de trabalho, de terras para plantar, de saneamento básico, do funcionamento sem o mínimo de qualidade dos serviços de saúde, principalmente na zona rural, onde médicos, enfermeiros, odontólogos, bioquímicos e demais profissionais são raridade, o que pode contribuir para elevar ainda mais a mortalidade infantil. O acompanhamento pré-natal é precário, o cronograma de vacinação das crianças nem sempre é cumprido, a gravidez na adolescência cresce de maneira assustadora, a violência contra a integridade de crianças e de mulheres tem sequestrado a vida de muitos cidadãos, além do aumento do tráfico e consumo de drogas nos centros urbanos e rurais das cidades amazônicas, índices consideráveis de analfabetismo entre os adultos, escolas em precárias condições estruturais de funcionamento, falta de merenda escolar, falta de combustível para

atender o transporte escolar (ônibus e barcos), exploração sexual de crianças e adolescentes.

A esse respeito o Relatório Analítico do Território do Marajó[69] mostra a situação a que está submetida a população dessa parte do Brasil.

> Os indicadores socioeconômicos e culturais mostram que essa região foi historicamente abandonada pela ausência ou baixa capilaridade das políticas públicas, de serviços infraestruturais e de equipamentos coletivos de promoção e proteção social voltados ao desenvolvimento sócio-territorial. Nesse sentido, há a necessidade de uma mobilização produtiva dos sujeitos sociais, para dinamizar as capacidades institucionais em busca dessas necessidades essenciais, a fim de potencializar os meios existentes no território.
> A ausência de infraestrutura e de equipamentos de uso coletivo tem produzido problemas de ordens diversas, como fome, miséria, altos índices de malária, em determinados municípios, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes etc. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012, p. 4).

O Relatório apresenta dados alarmantes sobre os municípios da Mesorregião do Marajó, mostrando que as precárias condições de saneamento refletem diretamente na condição de vida da população, alertando para o consumo de água contaminada por dejetos fecais, causando doenças infecciosas e parasitárias, vitimando principalmente as crianças. Referindo-se às condições sanitárias, o Relatório dispõe que

> No Marajó, na maioria das vezes, o fornecimento de água para consumo da população é feito pelo próprio rio, sendo que apenas uma proporção muito pequena faz algum tratamento dela. É necessário ressaltar que o rio não serve apenas como fornecedor de água para as necessidades básicas (cozinhar, lavar roupas, banhos), mas também como depósito de dejetos fecais, o que produz consequências danosas à saúde da população. Isso denota precárias condições de saneamento ambiental (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, p. 30).

Sobre esse aspecto o Relatório ressalta ainda que apenas 3,4% de toda a área do Marajó possui rede de esgoto e 29% utiliza-se de fossas; o restante 67,7% das instalações sanitárias são a céu aberto, deste modo a inadequação de saneamento básico e sua díspar distribuição tem provocado a constância das taxas

[69] O Relatório foi elaborado pelas seguintes instituições parceiras: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES), Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia (GPTDA), Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais, no Estado do Pará.

de desnutrição, mortalidade infantil[70] e mortalidade na infância[71] (ROSEMBERG, 2017).

Souza (2015, p. 88) discorre que grande parte da mesorregião é formada por comunidades ribeirinhas, e em qualquer uma delas a situação de pobreza material é intensa, "[...] consequência da colonização e de exploração que o Arquipélago foi submetido desde o início de sua historicidade e que tem se perpetuado até a atualidade, porém de outras maneiras"; a população local é oprimida, e pouco recebe diante do que lhe é defraudado, além da apropriação desigual de suas terras; é verdade que na região existe muita terra, mas para poucos latifundiários (GONÇALVES, 2012). Nesse contexto as tensões e conflitos se tornaram presentes entre os exploradores e a população, transformando nas últimas décadas a Amazônia em um espaço "de devastação, de exploração, de violências e resistência" (GONÇALVES, 2012, p. 13). As consequências se mostram também nos outros índices de desenvolvimento social que afetam em muito a vida das crianças e dos jovens.

Além do IDHM, que mostra a situação penosa dos ribeirinhos do Marajó, outro índice tem refletido a situação da falta de políticas públicas compromissadas com as crianças e jovens da Mesorregião, o IDEB. Em alguns municípios existem escolas que atuam nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental que pertencem à rede estadual e ou rede municipal de ensino, o que não indica necessariamente melhorias significativas na educação municipal, apesar da presença das duas redes de ensino trabalhando com o mesmo fim no mesmo município, redundando em índices do IDEB muito próximos e ou iguais.

Em relação à 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental apenas o município de Santa Cruz do Arari[72] conseguiu atingir a meta estabelecida pelo Governo Federal para cada município da federação, o que corresponde a 6,25% da Mesorregião do Marajó. Quanto ao último ano do Ensino Fundamental, 8ª série/9º ano, a análise mostra que 5 (cinco) municípios atingiram a meta (Bagre, Melgaço, Portel, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari), aí incluídas escolas estaduais e municipais, o que dá um percentual de 31,25% de municípios que atingiram a meta. Os dois municípios que estão classificados no IDHM como médio (Soure e Salvaterra) não

[70] Que se refere à morte de crianças antes de completar 1 ano de idade (ROSEMBERG, 2017, p. 15).
[71] Que se refere a crianças que morrem antes de completar 5 anos de idade (ROSEMBERG, 2017,p. 15).
[72] Município pertencente à Microrregião do Arari.

conseguiram atingir a meta do IDEB, mesmo tendo uma situação econômica superior aos demais municípios, em decorrência da infraestrutura turística de que dispõem. Os quadros a seguir resumem a situação da educação na Mesorregião do Marajó em relação ao IDEB (2013).

Quadro 6 - Demonstrativo da situação dos municípios da Microrregião de Portel em relação ao IDEB (2013).

Município	Série/Ano	IDEB observado	Meta Projetada	Rede de Ensino	Observação
Bagre	4ª série/5º ano	3.3	3.8	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	4.0	4.0	Municipal	Atingiu a meta
Gurupá	4ª série/5º ano	2.8	3.4	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.0	3.7	Municipal	Não atingiu a meta
	4ª série/5º ano	-	-	Estadual	*
	8ª série/9º ano	-	-	Estadual	*
Melgaço	4ª série/5º ano	2.7	3.4	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.7	3.3	Municipal	Atingiu a meta
	4ª série/5º ano	-	-	Estadual	*
	8ª série/9º ano	2.9	3.6	Estadual	Não atingiu a meta
Portel	4ª série/5º ano	3.3	3.8	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	4.0	3.6	Municipal	Atingiu a meta

Fonte: (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

* Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Quadro 7 - Demonstrativo da situação dos municípios da Microrregião Furos de Breves em relação ao IDEB (2013).

Município	Série/Ano	IDEB observado	Meta Projetada	Rede de Ensino	Observação
Afuá	4ª série/5º ano	2.7	3.5	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	2.9	4.0	Municipal	Não atingiu a meta
Anajás	4ª série/5º ano	2.5	3.7	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.1	4.2	Municipal	Não atingiu a meta
	4ª série/5º ano	-	-	Estadual	*
Breves	4ª série/5º ano	2.9	3.9	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.5	4.0	Municipal	Não atingiu a meta
Curralinho	4ª série/5º ano	2.6	3.6	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.2	3.8	Municipal	Não atingiu a meta
	4ª série/5º ano	2.2	3.6	Estadual	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	2.2	3.7	Estadual	Não atingiu a meta
São Sebastião da Boa Vista	4ª série/5º ano	3.3	3.4	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.4	3.5	Municipal	Não atingiu a meta
	4ª série/5º ano	-	-	Estadual	*
	8ª série/9º ano	-	-	Estadual	*

Fonte: (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

* Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Quadro 8 - Demonstrativo da situação dos municípios da Microrregião do Arari em relação ao IDEB (2013).

Município	Série/Ano	IDEB observado	Meta Projetada	Rede de Ensino	Observação
Cachoeira do Arari	4ª série/5º ano	3.1	3.2	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	-	-	Municipal	*
	4ª série/5º ano	3.3	3.7	Estadual	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.4	3.3	Estadual	Atingiu a meta
Chaves	4ª série/5º ano	2.9	3.9	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.7	3.7	Municipal	Atingiu a meta
Muaná	4ª série/5º ano	3.5	3.7	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.1	4.2	Municipal	Não atingiu a meta
Ponta de Pedras	4ª série/5º ano	3.4	3.8	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.1	4.2	Municipal	Não atingiu a meta
	4ª série/5º ano	3.7	4.1	Estadual	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.7	4.1	Estadual	Não atingiu a meta
Salvaterra	4ª série/5º ano	3.4	3.9	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	3.6	4.0	Municipal	Não atingiu a meta
Santa Cruz do Arari	4ª série/5º ano	4.4	3.3	Municipal	Atingida a meta
	8ª série/9º ano	3.1	3.0	Estadual	Atingida a meta
Soure	4ª série/5º ano	3.7	3.9	Municipal	Não atingiu a meta
	8ª série/9º ano	2.8	3.6	Estadual	Não atingiu a meta

Fonte: (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

***** Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

Os quadros acima retratam, por si mesmos, a situação de descaso com a população infantojuvenil amazônica marajoara. Os índices de desenvolvimento humano, educacional e de saúde tão ruins mostram que as políticas econômicas e sociais pouco têm atendido as condições de vida dessa gente no que se refere a habitação, saneamento, saúde, nutrição, infraestrutura e acesso à educação (RIBEIRO et al., 2015).

Os dados evidenciados nos indicadores sociais dão conta das inúmeras dificuldades de sobrevivência da população marajoara nos dezesseis municípios da Mesorregião.

2.2.4 Quem sabe de nós aqui? A formação administrativa do município de Curralinho/PA

> Registro de campo (10/11/2015).
>
> Brincando de pira se esconde.
>
> Caminhando pela comunidade, no final da manhã, por volta de 11h, percebemos várias crianças saindo do CMEI Canto do Saber (conhecida como creche); ficamos a alguns metros observando. Algumas corriam para as rabetas e rabudos que os aguardava no trapiche da escola, pilotados pelos adultos. Outras eram esperadas pelas mães e avós na frente da creche e logo levadas para casa. Havia um grupo que brincava de pira se esconde nos arredores do CMEI, correndo pelo trapiche, pela ponte e pela área da frente que estava seca, pois a maré ainda estava baixa.
> No início eram três crianças, mas logo outras quatro se juntaram (duas meninas e cinco meninos). Sabíamos o nome de apenas duas delas (Ijaquelson e Pedro). As mochilas e sacolas que carregavam o material escolar foram deixadas em cima de um toco de árvore e ouvimos: *"Quem vai sê a mãe?"*; logo um dos meninos se coloca à disposição para ser a "mãe" e vai rapidamente para uma árvore de castanhola em frente da creche e inicia a contagem de 1 a 30. A garotada sai correndo para se esconder (dois ficaram embaixo da ponte, dois embaixo do trapiche, dois ficaram atrás de árvores de pequeno porte, no terreno esquerdo da creche); a contagem foi rápida e a "mãe" se vira e começa a procurar, sem, no entanto, sair de perto da castanhola. As demais crianças pareciam concentradas na brincadeira e a "mãe" sai a procura delas e, ao avistaras que estavam embaixo da ponte, sai correndo e bate na árvore gritando *"Pedro*, *Phellype, achei vocês".* Os dois aparecem, reclamando que não tiveram tempo de se esconder direito, pois a contagem foi rápida demais. Pedro diz "*tu contou muito rápido, não vale assim! "*e o outro concorda: *"foi mermo"*, mas a "mãe" nem liga para o que falam e trata de procurar os outros. Nesse momento surgem por detrás Bia e Roberta, mas apenas a Bia conseguiu bater na castanhola, já Roberta foi vista e não teve a mesma sorte de Bia. Ijaquelson (Quelsinho) estava escondido embaixo do trapiche junto com Willian, atrás de uma canoa; ficaram abaixadinhos sem serem vistos pelos colegas. A "mãe", juntamente com as outras procurava por eles e as outras crianças também; após alguns minutos as crianças começaram a se dispersar, afinal já era hora de ir para casa, o almoço já esperava por eles. Então a "mãe" diz *"Quelsinho, Willian, Quelsinho, Willian, onde vocês tão? Já, vumbora!".* Nessa altura algumas crianças já tinham ido embora, e os que ficaram (três) passaram a serem "mães" e foram atrás de Quelsinho e Willian. Como não acharam e eles não se manifestavam, o grupo resolveu ir embora. A "mãe" disse *"já vamo"* e foram saindo; então os dois

> aparecem; Quelsinho se mostra chateado e reclama por terem terminado a brincadeira sem os encontrar e diz *"Quem sabe de nós aqui? O Pedro e a Bia sabia".* Willian diz: *"É, o Pedro e a Bia sabia, foi embora sem ligá pra gente".*
> O grupo se encaminhou para o mesmo lado da Vila, discutindo sobre a questão de que alguns sabiam onde eles estavam, no entanto foram embora sem concluir a brincadeira, pois eles não foram encontrados pela "mãe". A última frase que ouvimos de um deles foi: *"ninguém tá nem aí pros zoutros".*

Através da brincadeira de pira as crianças colocaram em pauta as suas condições concretas de existência. Que lugar elas têm ocupado na história amazônica? A frase dita por Ijaquelson - *quem sabe de nós aqui?* - nos permitiu trazer para esta pesquisa as indagações das crianças e ampliá-las na discussão sobre a criação de Curralinho. A partir dos questionamentos das crianças trouxemos para este estudo a seguinte reflexão: "Que importância tem Curralinho, seu povo, sua história político-social no contexto amazônico?" Assim, buscamos construir um histórico do município a partir de documentos garimpados, grande parte nas instituições de guarda de documentos, procurando sempre relacionar com o tema de nossa investigação.

Com mais de cento e quarenta anos (foi elevado à categoria de município em 4/7/1870), Curralinho é um espaço que passou por várias mudanças geológicas, ambientais, estruturais, quanto ao contingente populacional e da condição de *lugar* a município. Organizar o processo evolutivo do município se fez necessário, pois é a partir dele que podemos entender o lugar da criança ribeirinha e suas práticas culturais na Vila do Piriá – Curralinho/PA.

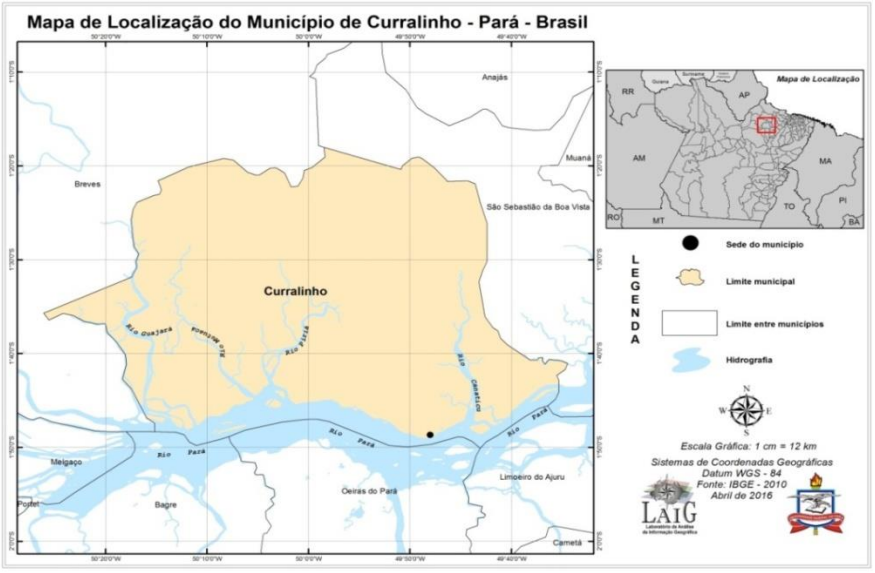
2.2.4.1 Estrutura administrativa de Curralinho/PA

Situado no nordeste do estado do Pará, na zona fisiográfica do Marajó e Ilhas, Curralinho[73] é um dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do estado do Pará e compõe a Microrregião Furos de Breves, na Mesorregião do Marajó. Tem uma área de 3.617,252 km² e uma população de 28.549 habitantes, deste total 9.870 são crianças na faixa etária de 0 a 11 anos, o que corresponde a 34,57%. A estimativa populacional para o ano de 2015 era de 32.248 habitantes e de 33.490 para 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

[73] Código da cidade (IBGE) 1502806.

O mapa a seguir nos fornece orientação quanto à localização geográfica do município de Curralinho no estado do Pará.

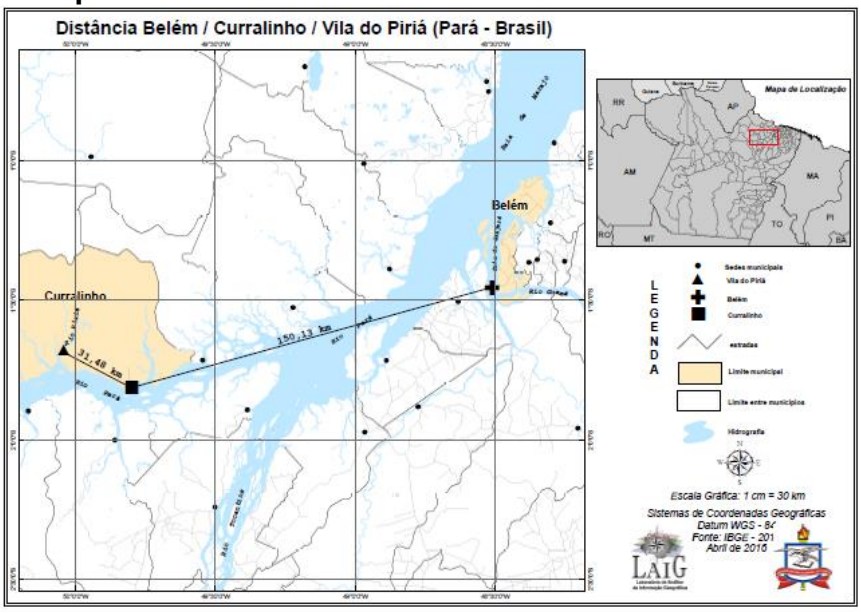
Mapa 4 - Município de Curralinho – Pará.



Fonte: Elaborado por LAIG/FGC/UFPA, com dados extraídos de IBGE (2010c).

A sede do município fica distante cerca de 150 km em linha reta da capital, Belém. O acesso pode ser feito por via fluvial (cerca de 8 a 10 horas de barco/balsa, ou 4/5 horas de catamarã)[74] e aérea (aproximadamente 1h).

Mapa 5 - Distância Belém / Curralinho / Vila do Piriá.



Fonte: Elaborado por LAIG/FGC/UFPA, com dados extraídos de IBGE (2010c).

[74] Espécie de lancha que, em virtude de sua velocidade, reduz o tempo da viagem em aproximadamente 3h em relação a barco/balsa.

Um grande problema com o qual nos deparamos durante a pesquisa sobre a constituição legal do município foi a falta de documentos oficiais (Leis e Decretos) nas instituições públicas do município (Prefeitura, Câmara de Vereadores, Biblioteca Municipal Jorge Gomes de Carvalho e Centro Cultural), que dessem legalidade jurídica e administrativa à sua formação, bem como do distrito Vila do Piriá, o que nos causou perplexidade, em virtude de não haver nenhum documento arquivado nas instituições supracitadas. Também procuramos pessoas indicadas pela população como prováveis possuidores de algum acervo que contasse a história de Curralinho, como a Professora Nancy Nunes (Curralinho); senhora Francy [75], funcionária do Centro Cultural (Curralinho); ex-vereadora Maria José Ferreira da Silva (Curralinho); senhor Maia (Vila do Piriá); senhor Antônio Milton Oliveira Bordalo (Vila do Piriá); senhora Vicentina Vieira Barros (Vila do Piriá), entre outros. Apesar desses contatos, quase nenhum material foi encontrado durante a busca realizada, com exceção de acervos fotográficos digitalizados disponibilizados pela Biblioteca Municipal Jorge Gomes de Carvalho e por Raimundo Luís Santana (Tião), morador de Curralinho.

Retornando a Belém, capital do Estado, recorremos às instituições de guarda de documentos públicos (Acervo Público e Bibliotecas Públicas)[76], objetivando fazer o levantamento de Leis e Decretos (Provincial, Federal, Estadual e Municipal) que informassem sobre a constituição legal do município de Curralinho/PA e do distrito.

Após quatro meses de intensa pesquisa documental, conseguimos vários documentos dos séculos XIX e XX, alguns dos quais foram fotografados, não sendo possível seu escaneamento dado ao fato de serem muito antigos e não estarem em bom estado de conservação; outros documentos foram digitalizados pelas instituições de guarda de documentos, reproduzidos e certificados por eles.

Algumas imagens documentais e fotográficas captadas durante a pesquisa compõem a tese. Nos documentos se buscou analisar apenas informações referentes ao município de Curralinho. Como os documentos, via de regra, tratam de assuntos relativos a vários municípios, retiramos deles os fragmentos que dizem

[75] Funcionária da Prefeitura Municipal, disponibilizou um acervo de fotos de vários eventos organizados pela administração municipal, como: aniversário da cidade, carnaval, festival do açaí, festival de verão e fotos antigas da cidade.

[76] Arquivo Público do Pará; Biblioteca Teixeira de Freitas (IBGE); Biblioteca Pública Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Biblioteca Deputado Newton Miranda, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará; Biblioteca Central da UFPA; Biblioteca Setorial da ETDUFPA e do Instituto de Educação da UFPA; Biblioteca Fran Paxeco, do Grêmio Literário e Recreativo Português; Arquivo da Imprensa Oficial do Estado do Pará; Biblioteca do Museu da UFPA.

respeito aos fatos históricos do município em questão. As imagens fotográficas utilizadas representam os fatos que ocorreram no município e as mudanças pelas quais o mesmo foi passando ao longo dos anos. Em outros casos o próprio documento foi utilizado como imagem-texto, ou seja, imagens que falam por si, em que não há necessidade de maiores esclarecimentos, “de todo modo, as imagens em si têm intrinsecamente um poder cultural e histórico, em especial pelo que representam nos contextos culturais local, regional e mundial [...]” (SIMONIAN, 2007, p. 21). Os demais documentos foram referenciados ou deles retirados fragmentos que compõem o corpo desta seção a partir dos documentos integrais.

O histórico de Curralinho está disponível em sítios, blogs, revistas, jornais e livros, além de históricos fotocopiados, disponíveis na Biblioteca Municipal na sede do município, formando uma espécie de apostila, contudo, sem o registro de quaisquer referências bibliográficas. Ao compararmos estes históricos[77] percebemos que algumas datas estavam equivocadas, outros não contêm datas importantes para o município, além da omissão de fatos históricos relevantes para o entendimento da criação de Curralinho.

Assim, procuramos organizar o histórico do município a partir das informações comuns existentes em todos os históricos analisados, cuidando sempre de conferir cada uma delas, além das análises realizadas nos documentos oficiais (Leis e Decretos) localizados durante a pesquisa documental, percorrendo alguns caminhos de investigação que nos fornecessem dados de um possível início do lugar que hoje denominamos de Curralinho, articulando, sempre que possível, com o nosso tema de pesquisa – a infância e as crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara.

Há indícios que o território de Curralinho possa ter nascido do sistema de sesmarias. Araújo (2002), Soares (2010), Vidal e Malcher (2009), fazem referência à distribuição de terras por meio de sesmaria que pode ter dado origem ao município. Soares (2010, p. 36) salienta que “[...] a primeira sesmaria foi doada em 1728 a Paulo Vaz Freire, no Rio Paracauari no lugar Curralinho”. Vidal e Malcher (2009, p. 100) discorrem sobre uma fazenda na localidade, doada a Luiz Gonçalves:

> 11- Luiz Gonçalves. Capitão de Infantaria. Fazenda Santa Barbera. Situada no lago Arari, com meia légua de frente, principiando dos marcos de Manoel Joaquim Pereira de Souza Feio, indo pelo lago acima à mão esquerda, até completar a meia légua, e com três léguas de fundo. Carta de data no livro 14, página 168. Carta de confirmação no livro 15, página 139.

[77] Um total de 23 (vinte e três) históricos do município de Curralinho foram analisados.

Araújo (2002, p. 97) destaca que um dos contemplados com a sesmaria no Marajó é o “11º Luiz Gonçalves, fazenda Santa Bárbara, hoje Curralinho, com as mesmas dimensões”.

Com base nessas informações podemos inferir que Curralinho tenha se originado a partir da doação de terras pelo sistema de sesmarias, que ocorreu no arquipélago do Marajó no século XVIII.

Há outras versões sobre a criação de Curralinho, sendo 3 (três) delas aqui registradas, por considerarmos relevantes na formação administrativa do município e também por possuírem indicativos literários que podem fornecer dados que possibilitem uma apreensão mais próxima dos fatos e também podem possibilitar a compreensão da cultura ribeirinha vivida até os dias de hoje, principalmente pelas crianças, pois é a partir da constituição e organização do lugar, da freguesia, da vila, da cidade e posteriormente do município que

> O sentido de infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes formas de ser criança, traços simbólicos carregados por toda a vida (LOPES; VASCONCELLOS, 2005, p. 28)

Assim, compreendemos que a infância não é estática, mas está em constante construção. Kramer (2011) destaca que a infância se constrói social e historicamente, tem suas particularidades, vivida num território de contrastes sociais, em que os atores constroem seu próprio processo de socialização, são competentes, portanto precisam ser considerados e respeitados.

Valendo-nos da ideia de que se faz necessário adentramos na constituição administrativa de Curralinho para alargarmos nossa análise sobre as práticas culturais das crianças nesse espaço, partimos para o aclaramento de outras versões sobre a criação do município.

A primeira versão encontra-se nos Anais da Biblioteca Nacional[78], v. 113, constante de documento que lhe fora enviado em 5 de maio de 1881, pela Secretaria da Câmara Municipal da Vila de São João Batista de Curralinho. O texto enviado, na parte que trata da história da Vila, diz que

[78] Entre 1880 e 1881 a Biblioteca Nacional enviou às Câmaras Municipais existentes no Brasil questionários com a finalidade de obter dados sobre seus territórios (história, população, topografia, agricultura e etc.) para a publicação do *Dicionário Geográfico do Brasil*. A versão a que tivemos acesso foi a reeditada pela Biblioteca Nacional em 1993.

> Esta Villa foi a **antiga fazenda da propriedade do Tenente Coronel João Antonio Lopes Pereira**, que offereceo para ser mudada a sede da antiga Villa de Oeiras, e a assembleia Provincial por sua Lei nº 479 de 6 de março de 1865, criou n'ella a freguesia de S. João Baptista e faz passar a sede da Villa de Oeiras para a nova freguesia que em 19 de fevereiro de 1867 abrio a sua primeira sessão (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1993, p. 365, grifo nosso).

É importante salientar que o próprio tenente coronel, dono da fazenda, é quem assina o documento que foi encaminhado à Biblioteca Nacional, apenas como "Antonio Lopes P.". Portanto, se autodeclara dono do local (fazenda) onde possivelmente teve início Curralinho (Anexo A).

Encontramos também no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - Indicador para 1902* (Anexo B), na seção destinada ao Estado do Pará, uma síntese dos históricos das cidades paraenses, onde Curralinho aparece com a seguinte descrição:

> Creada freguezia sob a invocação de S. João Baptista por lei provincial n. 469 de 9 de Março de 1865 e villa por lei n. 479 de 6 do mesmo mez e anno. Foi seu creador o tenente-coronel João Antonio Lopes Pereira. A villa acha-se collocada ao sudoeste da ilha do Marajó em uma bahia povoada de pequenas ilhas que lhe diminuem a extensão. O lugar onde se acha offerece vantagens para edificação por ser o solo livre de inundações. Comprehende a parochia de S. João Baptista de Curralinho. População 3789 habitantes (CURRALINHO 1902, p. 1357).

O Tenente Coronel João Antonio Lopes Pereira fazia parte da 2ª linha do Exército Brasileiro; designado para atuar na região foi Intendente, Presidente do Conselho Municipal, Presidente de Junta de Serviço Militar, além de criador de gado no município (CURRALINHO, 1921-1922, p. 3650-3651) (Anexo C).

Outra versão remete ao engenho/sítio Marauaru, que se localizava às proximidades do rio Canaticu, de propriedade do Major Pedro Furtado de Mendonça, da 2ª linha do Exército Brasileiro (CURRALINHO, 1921-1922, p. 3650-3651).

Sobre o engenho/sítio Marauaru, Noronha (2006) faz referência ao que chamou de "Engenho" em seus escritos do século XVIII, denominado **"**Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província (1768)". Pelas suas narrativas pode-se constatar a existência do engenho/sítio, no entanto, não temos fatos mais convincentes de que o "lugar"[79] tenha nascido daí. A referência na qual Noronha descreve o engenho está na citação a seguir:

[79] "Lugar" era a primeira denominação que recebia uma localidade, antes de se tornar Freguesia.

> Para continuar a viagem, se há de entrar com a enchente da maré pelo largo canal do Limoeiro, seguindo sempre o do meio por haverem muitos formados de várias ilhas. E passando o estreito ou seco a que os índios chamam Pajé na preamar, se vai com a vazante até a costa fronteira ao **engenho** do mestre de campo Pedro Furtado de Mendonça, denominado **Marauaru** e situado na costa que corre de nordeste a sudoeste da ilha de Marajó, junto à barra do rio Canaticu, que lhe é mui pouco inferior, distante catorze léguas da entrada do canal do Limoeiro (NORONHA, 2006, p. 27 - grifo nosso).

Portanto, o registro mostra que se fazia necessário, dependendo do movimento da maré, passar às proximidades do engenho Marauaru para seguir viagem nos rios da região. Porém, não podemos descartar a possibilidade de ser um lugar conhecido e de paradas de viajantes, haja vista que sendo o engenho de Pedro Furtado de Mendonça, homem influente, major da 2ª linha do Exército, agricultor, criador e produtor de leite, como apresentado no Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921-1922, provavelmente todas essas atividades a ele imputadas eram realizadas no próprio engenho.

Também encontramos em Baena [80] (2014), nos escritos que datam da primeira metade dos anos de 1800, uma citação sobre o sítio Marauaru, apontando para a existência, nessa região, de um engenho/sítio com este nome. Entretanto, o autor não faz nenhuma outra referência quanto à existência de um determinado número de pessoas residindo no sítio, e que pudessem começar um povoado, freguesia ou outra denominação que marcasse o início de uma paragem. Na passagem a seguir Baena (2014) enfatiza a existência do sítio, relatando que

> Os rios, cujas gargantas jazem no âmbito da ilha começando da parte superior do sítio de Marauaru na baía dos Bocas são os seguintes: Gurupá, Mutuaçá, Piriá, Canaticu, Pacujatá, Paracuúba, Muaná com o seu confluente Anabiju, Camotins, Atuá com o seu confluente Anajás, Tauá, Tucumanduba, Marajó-assú, Jaburuacá, Gurupatuba, Arari, Caracará, Camará, Paracauari, Araruna, Cambu, Juraú, Gaiapuaua, Ganhoão, Arapixi, Jururaparaná, Jurupucu, Cururu, Cajuna, Pururé, Hiapixá, Mapuá, Pixipixi, Macacos, Parauaú (BAENA, 2014, p. 272).

[80] Antônio Ladislau Monteiro Baena foi um "[...] ilustre cavaleiro da Ordem Militar de São Benedito de Aviz; moço fidalgo da Casa Imperial; sargento-mor da artilharia; antigo professor de aula militar da sobredita província e sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico do Brasil [...]. (Apresentação do livro Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, escrita pelo então Secretário Executivo de Cultura do Pará, Paulo Chaves Fernandes, para o relançamento do livro em 2004 pelo Senado Federal). O livro Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará foi reeditado em 2004 e 2014.

Assim, não descartamos a possibilidade de Curralinho ter nascido do crescimento populacional do engenho/sítio Marauaru, porém os acontecimentos históricos mostram apenas que, de fato, existiu um sítio que se tornou uma referência para os navegantes da região.

A terceira versão é a que se refere ao início da formação de Curralinho a partir de uma fazenda particular supostamente de propriedade do português João Batista[81], na qual seu proprietário mantinha relações comerciais com um grande número de pessoas que por ali passavam, conforme relata Ferreira (2003):

> As origens históricas do município de Curralinho estão calcadas nas antigas fazendas instaladas na zona fisiográfica do Marajó. Sua localização geográfica estratégica, às margens do Rio Pará, de intenso tráfego fluvial desde os tempos mais remotos, fez com que os donos da propriedade rural onde está assentado hoje a sede municipal desenvolvessem regular comércio com embarcações e pessoas que por ali transitavam.
> Firmou-se então uma parada comercial obrigatória para os regatões que subiam o rio, verificando-se a constituição de um povoado de relativa expressão (FERREIRA, 2003, p. 459).

O comércio, principalmente de gêneros alimentícios, se intensificou no local, possibilitando a abertura de diversas mercearias, tabernas e quitandas, o que pode ter levado um número significativo de pessoas a residirem na localidade. A localização às margens de um rio navegável de fácil acesso pode também ter contribuído para que em pouco tempo o local se tornasse parada obrigatória das embarcações e dos regatões[82] que usavam seus porões para trazerem mercadorias, as mais diversas, para serem vendidas aos comerciantes locais e à população em geral (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Em pouco tempo um núcleo populacional próspero estava formado.

O nome Curralinho pode ter origem da derivação de “curralzinho”, palavra utilizada pelos portugueses para indicar um terreno cercado com os direitos afiançados para a realização de ações produtivas (TAVARES, 2008). Com o passar do tempo, por síncope da letra “Z”, passou à atual forma, “curralinho”. Os gentílicos são chamados de curralinenses ou curralenses (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

---

[81] Durante a pesquisa encontramos apenas 1 (uma) referência ao Sr. João Batista na literatura consultada. Trata-se do “Levantamento da Oferta Turística de Curralinho”, realizado pela Companhia Paraense de Turismo (PARÁ, 2003), do Governo do Estado. No documento não aparece nenhuma referência bibliográfica que nos levasse à verificação desse fato.

[82] Embarcações que vendiam mercadorias diversas nos rios da Amazônia.

As várias versões sobre a formação de Curralinho têm uma razão de ser, buscar fundamentos históricos que nos possibilitassem apontar caminhos da sua origem, mas também de alguma forma nos abalizasse a situação da infância e da criança na evolução do seu desenvolvimento, visto que, "podemos estudá-las comparando suas experiências e vivências [...]" que "[...] são diferentes para cada lugar, e por isso temos que entendê-las em seu contexto sociocultural[83]" (COHN, 2005, p. 26).

No que se refere à pesquisa documental, Bellotto (1991) assevera que

> [...] documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, etc., enfim tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, técnicas, culturais ou artísticas pela atividade humana (BELLOTTO, 1991, p.14).

Na investigação realizada nas instituições de guarda de documentos não encontramos todas as informações citadas nos históricos levantados, sendo possível, porém, a localização de algumas Leis e Decretos que regulamentam a criação do município, obedecendo a uma sequência de fatos históricos que contam sobre a sua formação.

A Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará traz a Lei Provincial nº 479, de 6 de março de 1865, sancionada pelo Presidente da Província do Grão-Pará Dr. José Vieira Couto de Magalhães[84], que "Crea no lugar denominado Curralinho, pertencente ao município de Oeiras, uma nova freguezia, sendo seu orago S. João Baptista" (PARÁ, 1866, p.7). Portanto, por esta Lei Provincial, o lugar denominado Curralinho foi elevado à categoria de "Freguesia" e classificado como "Vila", onde se instala a sede do município em 12 de janeiro de 1867, antes abrigada no município de Oeiras, o qual fica reduzido à categoria de freguesia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015) (Anexo D).

Em 1868 o então Presidente da Província do Pará, José Bento da Cunha Figueiredo[85], sancionou a Lei Provincial nº 584, de 23 de outubro, a qual estabelece

---

[83] Cohn (2005), em seus estudos sobre Antropologia da Criança analisa que [...] fazer antropologia é entender um fenômeno em seu contexto social e cultural. É tentar entendê-lo em seus próprios termos [...] (COHN, 2005, p. 9).

[84] Conhecido também por Couto de Magalhães, mineiro de Diamantina, formado em Direito, foi político, militar, escritor e folclorista. Foi Presidente das Províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso.

[85] Presidente da Província do Pará no período de 1868-1869.

em seu artigo 10º que a Freguesia de Oeiras é restituída à categoria de Vila, desmembrando-se do município de Curralinho, que perde, assim, parte de seu território (Anexo E). Em 4 de julho de 1870 a Vila de Curralinho é elevada à categoria de município autônomo, ou seja, foi constituída a restauração do município e sua reinstalação nesta data.

Pela Lei Estadual nº 324, de 6 de julho de 1895 (Anexo F), sancionada pelo Governador Lauro Sodré[86], a qual "Divide o Estado civilmente em cidades, villas, povoações e declara a maneira de ser elevado qualquer lugar, á cathegoria de povoação, villa ou cidade" (PARÁ, 1985b, p. 323), Curralinho é elevada à categoria de cidade, conforme disposto no § 3º do Art. 8º:

> Art. 8º - Ficam consideradas:
> .....
> § 3º Cidade, as villas de Fáro, Vizeu, **Curralinho**, Abeté, Mocajuba, Marapanim, Muaná, Anajás, São Caetano de Odivellas e Baião (PARÁ, 1900, p. 324, grifo nosso).

Tendo em vista a não instalação da cidade de Curralinho na data prevista na citada Lei (15 de agosto de 1895), ficou designado por meio do Decreto nº 111, de 11 de setembro de 1895, o dia 15 de novembro do mesmo ano para a referida instalação (Anexo G).

O documento do IBGE *Divisão Administrativa em 1911* apresenta a divisão do Brasil (estados, municípios e distritos), onde Curralinho aparece como cidade, constituída de um único distrito, que é a sede; consta também um resumo histórico do município, com destaque para a data de sua criação - 6 de março de 1865:

[86] Primeiro governador do Estado do Pará.

Quadro 9 - Divisão Administrativa do estado do Pará em 1911.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA EM 1911 131

ESTADO DO PARA

MUNICIPIOS				DISTRICTOS		
Numero de ordem	Nomes	Categoria da séde	Resumo Historico	Numero de ordem	Nomes	Data da creação
18	Curralinho.....	Cidade	Villa creada por Lei prov. n. 479 de 6 de Março de 1865, que transferiu para o lugar *Curralinho* a séde do municipio de *Oeiras*. Installada em 12 de Janeiro de 1867. Cidade por Lei estad. n. 324, de 6 de Julho de 1895.	58	Curralinho.....	Lei prov. n. 479. de 6 de Março de 1865.

Fonte: (BRASIL, 1913).

A Lei Estadual nº 2.116, de 3 de novembro de 1922, extingue o município de Oeiras, sendo seu território incorporado ao município de Curralinho, aumentando consideravelmente sua extensão territorial (Anexo H).

Ainda em 1922, pela Lei Estadual nº 2.167, de 8 de novembro, o município de Curralinho é incorporado ao município de Breves, passando a constituir o 2º distrito deste (Anexo I).

Na Divisão Administrativa e Judiciária do Estado do Pará para 1921-1922, Curralinho é citado como um município da Comarca[87] de Muaná (Anexo J).

Em 1930, no livro *Collecção de Decretos e Portarias - 25 de outubro a 31 de dezembro*, consta o Decreto Estadual nº 6, de 4 de novembro de 1930, que “Annexa varios municipios do Estado e fixa os subsidios dos respectivos intendentes” (PARÁ, 1930, p. 24). Também disciplina no Art. 2º que o município de Melgaço será extinto e seu território incorporado aos municípios de Curralinho e Breves (Anexo K).

No mesmo livro *Collecção de Decretos e Portarias - 25 de outubro a 31 de dezembro* figura também o Decreto nº 78, de 27 de dezembro de 1930, que “Annexa varios municipios do Estado e fixa os subsídios dos respectivos prefeitos” (PARÁ, 1930, p. 148). No Art. 1º mantém o município de Curralinho, e no Art. 2º anexa a

[87] Refere-se à divisão judiciária do município.

este o município de Bagre, que passa a funcionar como subprefeitura (Anexo L).

No livro *Collecção de Decretos e Portarias - 3 de novembro a 31 de dezembro de 1931*, consta o Decreto Estadual nº 558, de 29 de dezembro de 1931 (Anexo M), que extingue a Prefeitura Municipal de Curralinho e anexa o seu território à Prefeitura Municipal de Breves (PARÁ, 1931, p. 105). Vale ressaltar que a extinção de municípios se dava quando a renda do município no exercício expirante não era suficiente para cobrir as suas despesas.

Em alguns históricos[88] encontramos referência ao Decreto Estadual nº 931, de 22 de março de 1933, o qual considera Curralinho e outros territórios como subprefeituras; e, embora tenhamos recorrido a várias instituições de guarda de documentos oficiais, não conseguimos encontrar este documento. Consideramos, entretanto, importante o registro, visto que outros municípios do Estado do Pará também citam o referido decreto na sua constituição.

A Divisão Administrativa do Brasil em 1933 (BRASIL, 1933, p. 80) confirma que o território de Curralinho, com todos os seus Distritos, permanece anexado à Prefeitura Municipal de Breves (Anexo N).

A *Collecção de Leis do Estado" de 1935*, publicada em 1936, contém a Lei Estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935 (PARÁ, 1936, p. 45), promulgada pelo Interventor Federal José Carneiro da Gama Malcher, a qual dispõe sobre eleições para os cargos de Prefeitos e Vereadores das Câmaras Municipais do Estado do Pará, determinando quais são os municípios que constituem o Estado do Pará, e restabelecendo Curralinho como tal (Anexo O).

O Anuário Estatístico do Brasil, publicado em 1938, do IBGE, traz a Divisão Territorial do Brasil de 31-XII-1937 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1938, p. 102). Neste documento Curralinho aparece como município, tendo 2 (dois) Distritos Judiciários e 1 (um) Distrito Administrativo, não aparecendo no Anuário o nome dos Distritos. O documento mostra a data de criação, subordinação judiciária, divisão distrital e a área do município (Anexo P).

O Decreto-Lei nº 2.972, de 31 de março de 1938 (PARÁ, 1938), que trata da Divisão Territorial do Estado do Pará, dando execução ao Decreto-Lei Nacional nº 311, de 2 de março do mesmo ano (p. 3-5 e folha 2 do anexo), confirma Curralinho como município do estado, com 2 (dois) distritos: Curralinho (cidade) e Piriá (vila) (Anexo Q).

[88] Históricos mencionados nas subseções: *2.2.1* e ***2.2.4.1.***

De acordo com Ferreira (2003), pelo Decreto-Lei Estadual nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, que fixa a Divisão Territorial do Estado do Pará, a vigorar no período de 1939 a 1943, Curralinho é citado como município constituído de 2 (dois) distritos: Sede e Piriá.

O Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, que trata da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado do Pará, para vigorar de 1944 a 1948 (PARÁ, 1944), cita Curralinho constituído como município, com seus limites definidos (Breves, São Sebastião da Boa Vista, Rio Pará e Baía das Bocas), e com 2 (dois) distritos - Curralinho (cidade) e Piriá (Vila), (p. 42 - Anexo R).

Pela Lei Estadual nº 62, de 30 de dezembro de 1947, Curralinho possui 2 (dois) distritos: Sede e Piriá, disposição mantida pela Lei Estadual nº 158, de 31 de dezembro de 1948. As leis não foram encontradas nas instituições de guarda desse tipo de documento, mas consideramos válidas em virtude de constarem no Ementário da Legislação Estadual 1947-1957, dispondo sobre alterações nas estruturas administrativas dos municípios paraenses (PARÁ, 1976).

Na Divisão Territorial do Brasil, na situação de 30-IX-1949, no quadro municipal e distrital, Curralinho consta como município, com dois distritos: Curralinho e Piriá (Anexo S).

A Divisão Territorial do Brasil, situação em 1º-VI-1950, no quadro municipal e distrital, novamente Curralinho aparece com 2 (dois) distritos: Curralinho e Piriá (Anexo T), permanecendo a mesma situação na Divisão Territorial do Brasil, quadro municipal e distrital em 31-XII-1953 (Anexo U) e de 1954 (Anexo V), Curralinho como município e os mesmos distritos.

Na Divisão Territorial do Brasil de 1955, Curralinho aparece formado por 3 (três) distritos: Curralinho, **Canaticu*** e Piriá. O mesmo documento informa que o distrito de Canaticu ainda não fora instalado, e embora apareça no citado documento como distrito, na análise dos documentos não encontramos sua instalação (Anexo W).

Na Divisão Territorial do Brasil, quadro municipal e distrital, situação em 31-XII-1968, publicado em 1971, o município de Curralinho aparece novamente com 2 (dois) distritos: Curralinho e Piriá (Anexo X), composição que permanece inalterada na Divisão Territorial do Brasil do ano de 1979 (Anexo Y).

Em 1990 o IBGE publicou a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, atendendo à Resolução da Presidência do IBGE - PR-51

de 31/07/1989-IBGE, que disciplina o tema, ficando a seguinte divisão da região do Marajó: a Mesorregião leva o próprio nome da região - Marajó, com 3 (três) Microrregiões (Portel, Furos de Breves e Arari). A Microrregião Portel abrange os municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. A Microrregião Furos de Breves compreende os municípios de Afuá, Anajás, Breves, **Curralinho** e São Sebastião da Boa Vista. Na Microrregião Arari estão agrupados os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure. O documento a seguir mostra a organização da Mesorregião em 1990. Portanto, Curralinho aparece na Divisão Regional do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990, p. 26) como um município que pertence à Mesorregião do Marajó e Microrregião Furos de Breves.

Quadro 10 - Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas - 1990.

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

EM MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

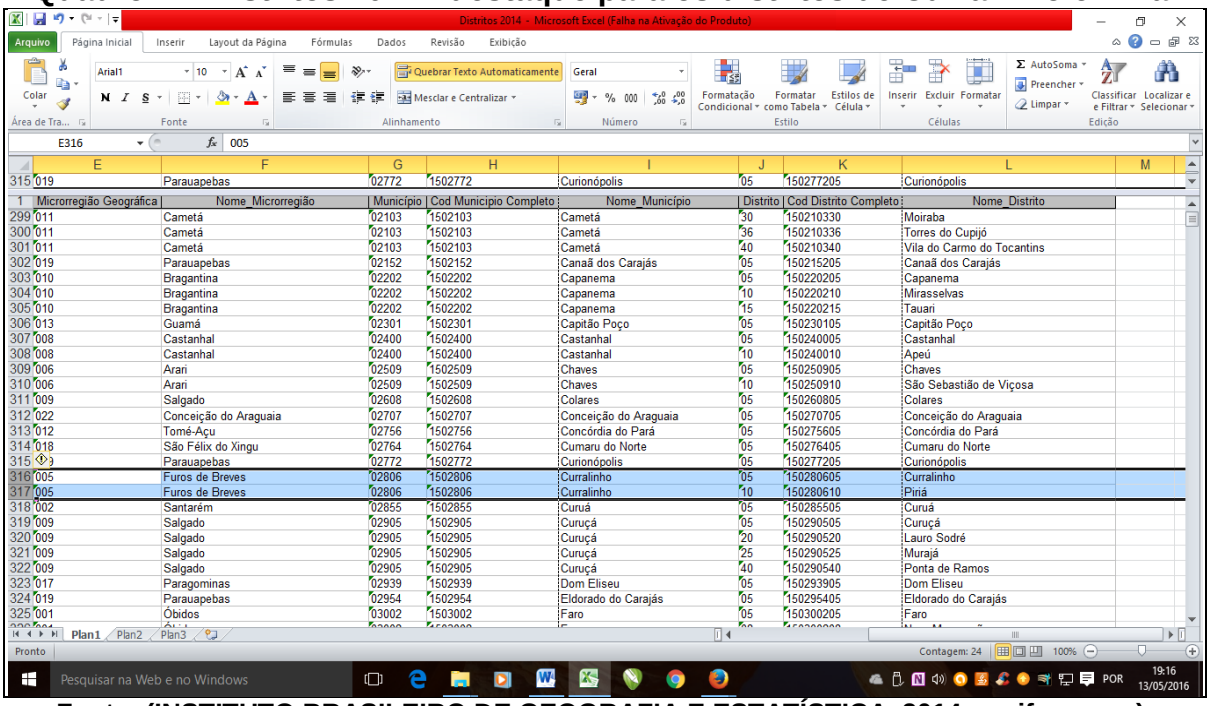
N O M E	CÓDIGOS				
	UF	Meso	Micro	Município	DV
PARÁ - PA	**15**				
Baixo Amazonas	**15**	**01**			
Óbidos	**15**	**01**	**001**		
Faro				0300	2
Juruti				0390	3
Óbidos				0510	6
Oriximiná				0530	4
Santarém	**15**	**01**	**002**		
Alenquer				0040	4
Monte Alegre				0480	2
Prainha				0600	5
Santarém				0680	7
Almeirim	**15**	**01**	**003**		
Almeirim				0050	3
Porto de Moz				0590	8
Marajó	**15**	**02**			
Portel	**15**	**02**	**004**		
Bagre				0110	5
Gurupá				0310	1
Melgaço				0450	5
Portel				0580	9
Furos de Breves	**15**	**02**	**005**		
Afuá				0030	5
Anajás				0070	1
Breves				0180	8
Curralinho				0280	6
São Sebastião da Boa Vista				0770	6
Arari	**15**	**02**	**006**		
Cachoeira do Arari				0200	4
Chaves				0250	9
Muaná				0490	1
Ponta de Pedras				0570	0
Salvaterra				0630	2
Santa Cruz do Arari				0640	1
Soure				0790	4
Metropolitana de Belém	**15**	**03**			
Belém	**15**	**03**	**007**		
Ananindeua				0080	0
Barcarena				0130	3
Belém				0140	2
Benevides				0150	1
Castanhal	**15**	**03**	**008**		
Bujaru				0190	7
Castanhal				0240	0
Inhangapi				0340	8
Santa Isabel do Pará				0650	0
Santo Antônio do Tauá				0700	3

26

Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990).

O IBGE disponibilizou em seu sítio, por meio do programa Microsoft Excel, a situação territorial dos municípios com seus respectivos distritos, no período de 1940 até 2014. No ano de 2014, Curralinho aparece com 2 (dois) distritos: Curralinho e Piriá. A captura de tela abaixo mostra a situação atual do município.

Quadro 11- Distritos 2014 - destaque para os distritos de Curralinho e Piriá.



	E	F	G	H	I	J	K	L	M
315	019	Parauapebas	02772	1502772	Curionópolis	05	150277205	Curionópolis	

1	Microrregião Geográfica	Nome_Microrregião	Município	Cod Municipio Completo	Nome_Município	Distrito	Cod Distrito Completo	Nome_Distrito
299	011	Cametá	02103	1502103	Cametá	30	150210330	Moiraba
300	011	Cametá	02103	1502103	Cametá	36	150210336	Torres do Cupijó
301	011	Cametá	02103	1502103	Cametá	40	150210340	Vila do Carmo do Tocantins
302	019	Parauapebas	02152	1502152	Canaã dos Carajás	05	150215205	Canaã dos Carajás
303	010	Bragantina	02202	1502202	Capanema	05	150220205	Capanema
304	010	Bragantina	02202	1502202	Capanema	10	150220210	Mirasselvas
305	010	Bragantina	02202	1502202	Capanema	15	150220215	Tauari
306	013	Guamá	02301	1502301	Capitão Poço	05	150230105	Capitão Poço
307	008	Castanhal	02400	1502400	Castanhal	05	150240005	Castanhal
308	008	Castanhal	02400	1502400	Castanhal	10	150240010	Apeú
309	006	Arari	02509	1502509	Chaves	05	150250905	Chaves
310	006	Arari	02509	1502509	Chaves	10	150250910	São Sebastião de Viçosa
311	009	Salgado	02608	1502608	Colares	05	150260805	Colares
312	022	Conceição do Araguaia	02707	1502707	Conceição do Araguaia	05	150270705	Conceição do Araguaia
313	012	Tomé-Açu	02756	1502756	Concórdia do Pará	05	150275605	Concórdia do Pará
314	018	São Félix do Xingu	02764	1502764	Cumaru do Norte	05	150276405	Cumaru do Norte
315	019	Parauapebas	02772	1502772	Curionópolis	05	150277205	Curionópolis
316	005	Furos de Breves	02806	1502806	Curralinho	05	150280605	Curralinho
317	005	Furos de Breves	02806	1502806	Curralinho	10	150280610	Piriá
318	002	Santarém	02855	1502855	Curuá	05	150285505	Curuá
319	009	Salgado	02905	1502905	Curuçá	05	150290505	Curuçá
320	009	Salgado	02905	1502905	Curuçá	20	150290520	Lauro Sodré
321	009	Salgado	02905	1502905	Curuçá	25	150290525	Murajá
322	009	Salgado	02905	1502905	Curuçá	40	150290540	Ponta de Ramos
323	017	Paragominas	02939	1502939	Dom Eliseu	05	150293905	Dom Eliseu
324	019	Parauapebas	02954	1502954	Eldorado do Carajás	05	150295405	Eldorado do Carajás
325	001	Óbidos	03002	1503002	Faro	05	150300205	Faro

Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014a, grifo nosso).

2.2.5 Aqui é assim! Aspectos da realidade de Curralinho

> Registro de campo (04/09/2015),
>
> *Aqui é assim!*
>
> *Aqui é assim!* É com esta frase que Marlon iniciasua narrativa acerca do seu dia a dia na Vila do Piriá – Curralinho/PA, nos contando que mora na Vila, na beira-mar, com seus avós, e estuda na escola Maria das Dores Sá. Diz ele: *"Aqui é assim, a gente faz as coisa divagá, come, depois vai pra aula, volta, brinca, toma banho no rio, brinca bola, come de novo, assiste televisão. Quando é dia da gente í pra igreja a gente vamo*". Indagado sobre o que gosta ou não de fazer no Pirá, diz: *"gosto de um bucado de coisa, mas de brincá gosto mais que estudá, as vez gosto mais de jogar bola do que í pro Maria das Dores, as vez é chato lá".*

A narrativa de Marlon mostra o dia a dia das crianças ribeirinhas que, segundo Oliveira (2015, p. 74) "[...] circulavam cotidianamente nas marés do rio, [...], traduzindo um cotidiano com práticas oriundas de vivências compartilhadas entre familiares e comunidade." Tais vivências respaldam nossas reflexões acerca dos aspectos da realidade de Curralinho, possibilitando a inserção no lócus de nossa investigação.

Um dos mais pobres dos 144 municípios do Pará, Curralinho ocupa a 135ª posição no ranking dos municípios com menor IDH (2010) do estado, sendo o 5.524º em relação aos 5.570 municípios brasileiros[89]. Com uma estrutura socioeconômica frágil, "[...] há uma necessidade de investimento de curto, médio e longo prazo, tendo em vista o baixo nível de implantação da rede de serviços básicos [...]" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012, p. 32).

Em 2012, com base nos dados de 2010, o IBGE publicou a situação dos municípios brasileiros em relação ao Produto Interno Bruto[90] (PIB) per capita. Curralinho foi considerado o município com o menor índice do Brasil, com cerca de R$ 2.269,82 (dois mil e duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) por pessoa ao ano, o que equivale a R$ 189,15 (cento e oitenta e nove reais e quinze centavos) ao mês. Só a título de comparação, o município que se destacou com o melhor desempenho[91] pelo IBGE (2012) possui um PIB 130 (centro e trinta) vezes maior que o de Curralinho.

Tal situação demonstra que a precariedade de investimentos nas áreas básicas como saúde, educação, saneamento, habitação e infraestrutura deixa a população ainda mais fragilizada. São questões que necessitam de soluções imediatas, pois delas dependem, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil, a melhoria da qualidade da água consumida pelos ribeirinhos, a diminuição de doenças[92] relacionadas à miséria, entre outros. O Relatório Analítico do Território do Marajó (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012) aponta que no município de Curralinho apenas 0,1% dos domicílios possui rede de esgoto, 21,2% dispõe de fossas e no restante 78,8% o esgotamento sanitário é feito a céu aberto ou

---

[89] No ranking nacional equipara-se aos municípios de Nova Esperança do Piriá (PA), Lagoa Grande do Maranhão (MA), Tapauá (AM) e Lagoa do Barro do Piauí (PI).

[90] É a soma de bens e serviços (em valores monetários), produzidos pelo país, estados ou municípios, durante um período determinado.

[91] São Francisco do Conde (BA).

[92] Segundo Nota Técnica nº 1/2011 da Fundação Oswaldo Cruz "[...] essas doenças se relacionam, em grande parte, com as chamadas "doenças tropicais", também conhecidas como "doenças negligenciadas", e atualmente referidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Panamericana da Saúde (OPAS) como "doenças infecciosas relacionadas à pobreza", ou simplesmente "doenças infecciosas da pobreza", tais como **malária**, **doença de Chagas**, **leptospirose**, **hanseníase**, **tuberculose**, **leishmaniose**, **dengue**, **febre reumática**, **esquistossomose** e diversas outras **parasitoses intestinais (helmintoses, amebíases e giardíases)**. Também envolvem **doenças relativas à subnutrição e anemias carenciais**, causadas por déficit alimentar (baixa ingestão de alimentos ricos em ferro, necessário para a produção de hemácias, como carne, fígado, ovos, verduras, legumes e vegetais) ou por perdas de sangue (decorrentes de verminoses, de hemorragias ou de alcoolismo). Verminoses e outras infecções retroalimentam anemias carenciais e vice-versa [...]" (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011, p. 2, grifo nosso).

diretamente nos rios.

A falta de oportunidades de emprego é outro grande problema no município, onde o maior empregador é a prefeitura, com poucas opções para os moradores que possuem baixa qualificação profissional, além da inexistência de indústrias de médio e grande porte, restando em muitos casos somente a dependência dos programas sociais e a lavoura de subsistência para as comunidades rurais, que ainda resistem à venda de suas pequenas propriedades (SOUZA, 2015).

Esses aspectos da realidade de Curralinho refletem as condições de desenvolvimento do município nas áreas básicas e que ainda está distante de atingir patamares regulares, no que diz respeito ao acesso e à qualidade dos recursos disponíveis para atenção à população.

A análise aqui exposta sobre a Região da Amazônia brasileira e marajoara, estado do Pará, município de Curralinho, teve a finalidade de compreensão da realidade sociopolítica amazônica, com foco para o lócus da pesquisa - distrito de Vila do Piriá, pertencente a este município.

2.2.6 O distrito Vila do Piriá - Curralinho/PA: as crianças na sua história

O estudo que apresentamos da infância na Amazônia, com destaque para as culturas infantis das crianças ribeirinhas, encontrou na Vila do Piriá condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Da população de 9.869 habitantes, 3.757 são crianças, na faixa etária de 0 a 11 anos, com um percentual que chega a 38,06% da população que vive na Vila. Nesta investigação trabalhamos com crianças entre 5 e 11 anos, por considerar que esta faixa etária é maioria na Vila, com cerca de 1.839 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010e), chegando a um percentual de 18,63% dos moradores. Ressalte-se ainda que a Vila do Piriá é a maior comunidade ribeirinha da região, com o segundo maior colégio eleitoral, ficando atrás apenas do distrito Sede - Curralinho. As instituições educativas, posto de saúde e o comércio atendem as demais comunidades do entorno; portanto, tais fatos nos fizeram perceber que era possível a realização da pesquisa de campo num lugar com tantos movimentos e crianças no seio da Amazônia Marajoara, além do domínio que elas apresentaram no desenvolvimento da oralidade e expressões corporais que facilitaram a coleta de dados da pesquisa de campo. A unidade doméstica também marcou esse texto de tese nos indicando

caminhos que clarearam ainda mais nossa análise sobre o objeto de estudo – sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá.

Pela Amazônia, cortando rios e canais, olhando a exuberância da floresta, percebendo o movimento das águas que balançavam com a passagem das embarcações; das comunidades, escolas, cemitérios e igrejas pelas quais passamos no subir e descer dos rios; convivendo com pessoas que contavam suas histórias de vida, falavam de suas culturas, do seu jeito amazônida de ser, de como a água e a floresta regiam suas vidas. Foi com este olhar, de quem conhece e ao mesmo tempo desconhece este universo, que percorremos muitas milhas, rasgando a Amazônia, para só então enxergar o lócus de nossa investigação.

Situada às margens do rio Piriá, a Vila leva o nome do rio, um dos mais importantes da região. Estudos mostram que na desembocadura do Piriá ilhas e aglomerados foram se formando, se constituindo em solos de várzea[93], como nos referendamos estudos de Huber (1943):

> Suponho que, em época não muito remota, quando a terra estava mais baixa que atualmente, corria através da região dos Breves uma larga corrente do rio principal para o estuário do Pará. Essa região, porém, sujeita à ação da maré, naturalmente havia de ser uma daquelas em que, especialmente em consequência do crescimento de mangues e outras vegetações de pântanos, a água, ficando estagnada na prea-mar, rapidamente depositaria sedimento, do qual resultariam a formação e o desenvolvimento de ilhas e várzeas, e o estreitamento e aprofundamento de canais mais ou menos bem definidos, que nunca foram explorados (HARTT apud HUBER, 1943, p. 140).
>
> Mas êste processo de formação de ilhas e estreitamento de canais ainda não está terminado com efeito, a prova mais irrefutável para a origem recente das ilhas que compõem a região dos furos, é sem dúvida o fato, que ainda hoje podem-se observar todos os estados sucessivos da sua formação, em exemplos quase teòricamente justapostos. Ilhas em vias de formação encontram-se principalmente nos trechos mais largos, nos cruzamentos e na saída dos furos pelo lado do estuário do Pará, como também nas embocaduras de diversos rios e furos ao S de Marajó (Mutuacá, Piriá, Guajará, etc.) (HUBER, 1943, p. 140).

Portanto, a formação do espaço que hoje conhecemos como Vila do Piriá pode ter origem na sedimentação dessa área.

No decorrer de nossa pesquisa tivemos acesso a poucos registros[94] *in loco* sobre a formação da Vila do Piriá, fazendo-se necessário, então, realizar uma

[93] As várzeas são, portanto, áreas às margens do rio, periodicamente alagadas.

[94] Encontramos referência sucinta apenas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) do Centro de Educação Infantil Canto do Saber e da EMEF Maria das Dores Sá.

investigação documental, recorrendo a documentos oficiais, jornais e fotografias. Também nos valemos das narrativas orais dos moradores mais antigos da comunidade.

Por volta da primeira metade do século XIX, Piriá já aparece na condição de lugar nos escritos dos levantamentos feitos por Baena (2014) sobre a Província do Pará. No livro “Ensaio corográfico sobre a Província do Pará”, publicado pela primeira vez em 1839, refere-se a Piriá como “lugar situado sobre plano pouco elevado na margem direita do rio Piriá dez léguas acima da sua foz”. O lugar “é muito pouco populoso: apenas ali vive o número de 53 indianos e mamelucos, os quais pescam e cultivam maniva[95] quanto basta para sua sustentação” (BAENA, 2014, p. 247-248).

O autor não faz menção ao contingente de crianças e mulheres vivendo no lugar Piriá naquele período. Em sua obra Baena faz uma única citação quanto à presença de crianças no arquipélago, na Vila de Melgaço, levando-nos a inferir que provavelmente a situação era idêntica em todos os Marajós, ao afirmar que

> A maior pare dos moradores vive pelos matos daqueles torrões alagadiços, raras vezes buscam a vila. Alguns chefes de família têm tido tal aderência à sua palhoça que só levaram as suas **crianças** ao batismal lavacro depois destes vingarem oito ou mais anos de idade (BAENA, 2014, p. 236, grifo nosso).

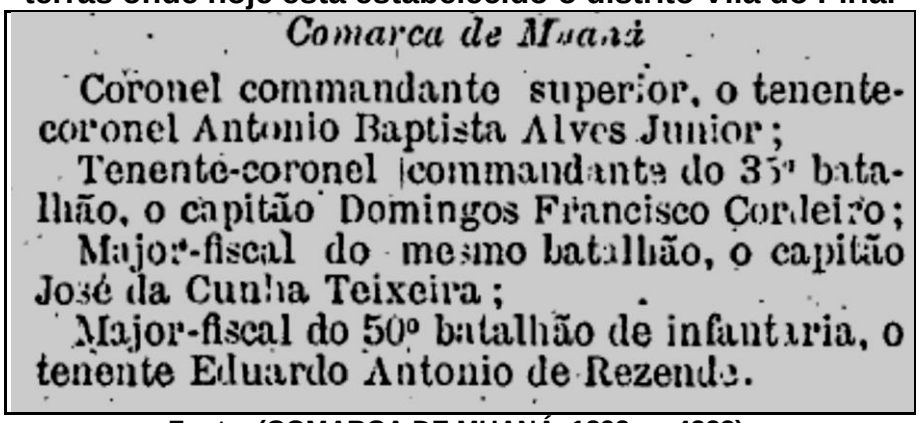
Assim, com base no que nos referenda o autor, o apego à terra, à casa, a seus bens, também era e continua sendo uma realidade dessa população que prefere o sossego do interior à movimentação dos centros mais urbanizados, afastando-se de lugares com muita agitação e circulação de pessoas. Ademais, se a dificuldade de deslocamento no espaço amazônico ainda hoje é um problema, em virtude da escassez de modais de transporte regulares, certamente que no século XIX a problemática era ainda maior. Nos anúncios de jornais[96] analisados podemos observar que as viagens dos navios que saíam da capital para os interiores ocorriam apenas uma vez por mês, o que pode ter contribuído para que as populações que viviam em lugares mais distantes se deslocassem para as cidades. Essa realidade afetava a vida das crianças que eram tardiamente batizadas; quanto mais embrenhada na mata fosse sua moradia, menos chance a criança tinha de

[95] O mesmo que mandioca.
[96] O Liberal do Pará (1877) e A República (1893).

frequentar uma escola; o atendimento de saúde se restringia às parteiras (no nascimento) e às benzedeiras/rezadeiras (no decorrer da infância).

A Vila do Piriá que conhecemos atualmente pode ter começado a se estruturar administrativamente nas terras pertencentes ao senhor Domingos Francisco Cerdeira, que chegou à região quando foi nomeado pelo Ministério da Justiça para a Guarda Nacional, por decreto de 30 de setembro de 1892, publicado em 11 de outubro de 1892 no Diário Oficial[97], para atuar na Comarca de Muaná, no estado do Pará, no Posto de Tenente-Coronel, comandante do 35º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Ressalte-se que o nome do Tenente-Coronel veio grafado erroneamente[98], o que foi retificado no Diário Oficial[99] de 22 de novembro do mesmo ano. Os fragmentos dos documentos a seguir mostram a nomeação de Domingos Francisco Cerdeira para trabalhar na região.

Imagem 4 - Nomeação de Domingos Francisco Cerdeira, provável dono das terras onde hoje está estabelecido o distrito Vila do Piriá.



Comarca de Muaná

Coronel commandante superior, o tenente-coronel Antonio Baptista Alves Junior;

Tenente-coronel commandante do 35º batalhão, o capitão Domingos Francisco Cordeiro;

Major-fiscal do mesmo batalhão, o capitão José da Cunha Teixeira;

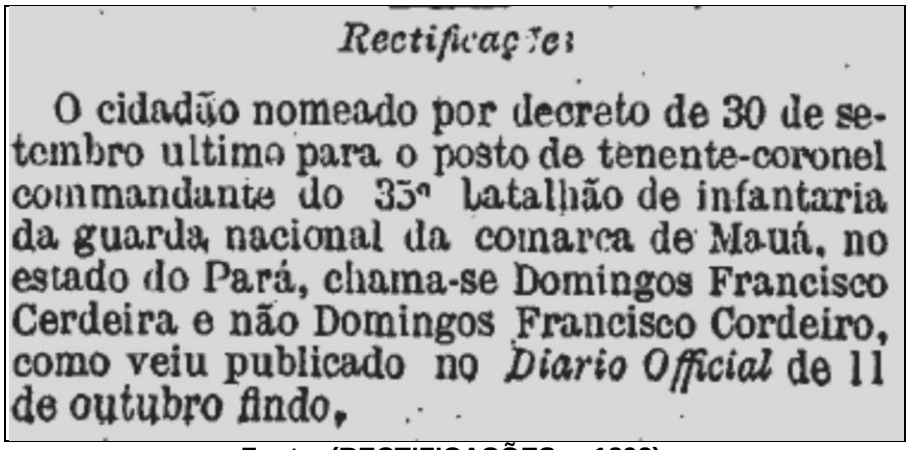
Major-fiscal do 50º batalhão de infantaria, o tenente Eduardo Antonio de Rezende.

Fonte: (COMARCA DE MUANÁ, 1892, p. 4333).

[97] Diario Official, Anno XXXI - 4.º da Republica - n. 277, terça-feira, 11 de outubro de 1892, p. 4333.

[98] O nome grafado no Diário Oficial foi Francisco Domingos **Cordeiro**, quando o correto seria Francisco Domingos **Cerdeira.**

[99] Diario Official, Anno XXXI - 4.º da Republica - n. 316, terça-feira, 22 de novembro de 1892, primeira página.



Rectificação:

O cidadão nomeado por decreto de 30 de setembro ultimo para o posto de tenente-coronel commandante do 35º batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Mauá, no estado do Pará, chama-se Domingos Francisco Cerdeira e não Domingos Francisco Cordeiro, como veiu publicado no *Diario Official* de 11 de outubro findo.

Fonte: (RECTIFICAÇÕES..., 1892).

Chamado de Coronel Domingos Cerdeira, tornou-se Intendente e Presidente do Conselho do Município de Curralinho, conforme descrito no Annuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brazil e Indicador para 1910[100] (CURRALINHO, 1910, p. 50) (Anexo Z). Sua posição política na região lhe possibilitou adquirir terras e propriedades na cidade e também em áreas que ficavam ao longo dos rios e igarapés. Considerado um grande comerciante, possuía vários empreendimentos comerciais, principalmente na área de extrativismo de madeiras de lei. Sua condição contribuiu para que adquirisse muitas terras em Curralinho, inclusive às margens do rio Piriá (CURRALINHO, 2015), o que lhe possibilitava a exploração da madeira e a venda de mercadorias diversas para as famílias que residiam às margens dos rios da Amazônia, vindo a construir naquela localidade um sítio, segundo informações dos moradores antigos da comunidade. Para trabalhar na exploração da madeira foram recrutados trabalhadores, que posteriormente trouxeram suas famílias, quando então foram construídas as primeiras casas, que depois se tornaria a Vila do Piriá.

Em nosso registro de campo algumas observações feitas pelo Professor Ely Chaves sobre a formação da Vila merecem destaque:

> Registro de campo (04/09/2015).
>
> Trechos da história da Vila do Piriá.
>
> Em frente à EMEF Maria das Dores Sá assistíamos ao ensaio geral para o desfile de 7 de Setembro, que nos chamou a atenção pelo envolvimento da comunidade escolar e extra escolar, colaborando na

[100] Obra de estatística e de consulta, fundada em 1842 por Eduardo Von Laemmert, com o título de Almanak Laemmert.

organização, na produção das vestimentas dos alunos e também participando como integrantes da banda marcial da escola e auxiliando no desfile do CMEI Canto do Saber.

O tema do desfile do ano de 2015 está voltado para o resgate da cultura popular da Vila, com os vários pelotões que irão compor o desfile exaltando o folclore, as danças e o boi-bumbá. Alunos de outras comunidades que estudam em escolas de estruturas menores se juntam à Escola Maria das Dores e fazem um desfile coletivo.

Organizando nossas observações no diário de campo, fomos interpeladas pelo professor Ely Chaves que disse querer contar sobre a Vila e ajudar na pesquisa; que sempre ouvia dos avós e de seus pais as histórias do Piriá. Para não perder nenhuma parte da narrativa, pedimos licença para gravar nossa conversa, o que foi aceito pelo professor. Então começou: *"Piriá tem mais de 100 anos, a população era bem pequena. A comunidade começou com o sítio do senhor Domingos Cerdeira, militar, que tinha muitas terras em Curralinho, ele era muito importante aqui, tinha dinheiro e poder, era também muito temido. Dizem que tinha muitas mulheres, filhos fora do casamento e muitos afilhados, por onde passava sempre tinha alguém que oferecia os filhos para serem batizados por ele, todo mundo queria que as crianças tivessem um amparo de alguém com dinheiro. Com a chegada de outros militares para guardar a região, inclusive muitos portugueses, seu Domingos Cerdeira vendeu as terras do Piriá para um português que veio fugido da guerra, chamado Francisco Maria Bordallo, que logo construiu uma casa muito grande no local e um comércio. Como era costume em Portugal se colocar nomes nas casas, na casa do senhor Bordallo havia o nome de RECREIO, por isso a Vila foi crescendo e ficou conhecida até os dias de hoje como Vila Receio do Piriá. A Vila terminava no cemitério que tinha o nome de Ribeira, no entanto há 14 anos o cemitério foi desativado e em cima dele foi edificada a Escola Maria das Dores Sá. Nos anos de 1960 os americanos compraram parte das terras do senhor Bordallo e trouxeram uma grande madeireira para o local, chamada de Madeireira Piriá S.A. – MAPISA. A madeireira passou a servir também para o contrabando de ouro que vinha de vários locais da região, Macapá principalmente. Em pleno regime militar, os americanos implantaram um império em Piriá, vinham com suas famílias e os administradores, todos americanos; somente os trabalhadores da parte braçal eram da região. A madeira mandada para as Américas ia uma parte beneficiada e a outra em toras. Algumas madeiras em tora, como mogno, têm buracos no meio e era nesse local que o contrabando era colocado, depois era fechado com uma espécie de tampão feito também de madeira, então ninguém desconfiava que no meio da madeira em tora havia algo de ilegal dentro. Porém, um dia os trabalhadores, ao colocarem as toras no navio que ia para fora, deixaram uma delas bater num cabo de aço com muita força e o tampão caiu, expondo para todos o ouro bruto que estava dentro da tora. Foi quando a comunidade descobriu o contrabando de ouro feito pela empresa, e isso gerou problemas entre trabalhadores, administradores e os donos da serraria. As serrarias eram de grande porte com uma tecnologia bem adiantada, com maquinários modernos, estufa para secagem da madeira, mogno e maçaranduba eram as mais beneficiadas. A madeira ia toda cortada, embalada e conferida para as Américas. Na vila havia um porto para receber dois*

> *navios grandes de carga, dois aviões pequenos, enfermaria, seção de cinema todos os domingos para os moradores que habitavam a vila da empresa e um cartório".*

Para discutir os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá se fez necessário voltarmos no tempo para entendermos como as crianças foram socioculturalmente se construindo nesse espaço.

No relato do professor Ely Chaves observamos que o poder econômico se constitui no eixo fundamental de dominação, por conseguinte, a dominação é a principal condição da exploração, compondo as armas do capitalismo (QUIJANO, 2005), conforme se depreende do trecho destacado abaixo:

> Senhor Domingos Cerdeira, militar, que tinha muitas terras em Curralinho, ele era muito importante aqui, tinha dinheiro e poder, era também muito temido. Dizem que tinha muitas mulheres, filhos fora do casamento e muitos afilhados, por onde passava sempre tinha alguém que oferecia os filhos para serem batizados por ele, todo mundo queria que as crianças tivessem um amparo de alguém com dinheiro.

Na constituição da sociedade marajoara o sistema de apadrinhamento de crianças por meio do ritual do batismo[101] era uma constante. Desde o período Colonial o apadrinhamento se constituiu numa forma de expansão da família. Soares (2010) nos esclarece que para apadrinhar uma criança alguns fatores eram levados em consideração, dos quais destacamos: quem era e a que família pertencia, que função/cargo ocupava, a que atividade econômica estava ligado, o que determinava o patrimônio do sujeito.

Xavier[102] (2010, p. 211) identifica em seus estudos que os padrinhos eram "[...] capitães, tenentes, sargentos, alferes, vereadores, e vários outros sujeitos que ocupavam postos militares e cargos político-administrativos". Também se destacam

[101] Para Soares (2010, p. 86), "o batismo era um ritual que engendrava relações, à medida que, exigia a participação de mais envolvidos do que apenas o "inocente", o pai, a mãe e o ministrante do sacramento. Daí advém a existência do compadrio. A exigência da presença de um padrinho e uma madrinha no batizado, como testemunhas e responsáveis, enquanto "pais espirituais" dos "inocentes" era também uma determinação a ser cumprida".

[102] O autor analisa em seus estudos as dinâmicas das relações sócio-culturais dos indígenas no período oitocentista no Ceará. Uma das questões analisadas por Xavier (2010) diz respeito ao apadrinhamento proporcionado pelo batismo, em que as autoridades locais aparecem nos registros paroquiais apadrinhando os filhos dos senhores abastados ou pessoas desfavorecidas economicamente, o que não significava vínculo com estas pessoas, mas era uma forma de garantir ganhos políticos e também de neutralizar o potencial de conflitos advindo dos problemas gerados pela desigualdade social.

os proprietários de grandes áreas de terras que tinham fazendas e sítios e que a partir de relações que marcavam o poder político e econômico apadrinhavam crianças, que eram oferecidas pelos pais (sistema compadrio) como forma de garantir que tivessem algum tipo de benefício no futuro. Esse grupo identificado por Xavier é semelhante ao que aparece nos estudos de Soares (2010). Podemos confirmar, nesses termos, que o apadrinhamento era uma prática usual no Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Soares (2010) também destaca que comerciantes e negociantes formavam outro grupo que compunham a elite, e que por serem do ramo do comércio mantinham contatos com quase toda a população local, pois "[...] a atividade comercial dava visibilidade a estes sujeitos e os colocava na condição de *padrinhos almejados* por muitos das vilas" (SOARES, 2010, p. 27).

Em outro fragmento de nosso registro de campo, abaixo transcrito, resgatamos um depoimento sobre a vida pessoal do Coronel Bordallo, e que está diretamente relacionado ao poder econômico e político que exercia na região:

> Registro de campo (28/04/2016).
>
> *Era rico por demais, ôme poderoso*.
>
> Um dos moradores mais antigos da Vila do Piriá, o senhor Antônio Milton Oliveira Bordallo, 74 anos, neto do Coronel Bordallo, conta que tem na sua memória lembranças do que ouvia de seus pais e outras pessoas sobre os feitos do Coronel na região. Era militar e exerceu vários cargos políticos no município, o que pode ter ajudado, segundo seu Milton, a adquirir muitos bens, principalmente terras. Sua condição financeira possibilitava ter variadas atividades, um número expressivo de trabalhadores para cada ramo de trabalho (comércio, fazendas, agricultura). O senhor Milton confirma o que outros moradores comentavam, que o Coronel era uma pessoa enérgica e controlava todo o seu patrimônio: *"Era rico por demais, ôme poderoso, tinha muita mulhé, onde chegava arranjava uma; também teve um bucado de muleque, só aqui no Piriá ele teve três amante (dona Antônia, dona Beatriz e a dona Tomázia), fora nos zoutros sítio, o pessoal fala que tinha filho dele que só por aí. Onde ele chegava era muleque pedindo bença, tudinho afilhardo dele, só que ele nem sabia quem era afilhardo ou não, passava a mão na cabeça e dizia: "Deus abençoe, Deus abençoe, Deus abençoe". Diz o povo que no meio dos afilhardo tinha filho dele também".*

O discurso do senhor Milton Bordallo abre caminhos para uma análise mais eloquente sobre a questão do apadrinhamento nesse espaço geográfico. Deste

modo, podemos inferir, a partir dos depoimentos da unidade doméstica[103], que pela sua influência política na região e por ser possuidor de muitos bens o Coronel Domingos Cerdeira Bordallo desfrutava de um grande prestígio entre todos os níveis sociais da população, o que pode ter contribuído para que pessoas, abastadas ou não, o quisessem como padrinho de seus filhos e compadre, visando à formação de arranjos políticos e econômicos. A esse respeito Xavier (2010) analisa que os apadrinhamentos realizados com pessoas desfavorecidas eram importantes e que os batizados estavam cercados de interesses com a finalidade de firmar alianças que favorecessem a classe oligárquica.

Nessa perspectiva, Soares (2010) analisa a questão do apadrinhamento como ampliação dos laços familiares, uma vez que estabelecida tal relação "[...] significava ter com quem contar, mesmo que não fosse economicamente ou politicamente, mas simplesmente como aliado e parente [...]" (SOARES, 2010, p. 11), pois essa era a ideia inicial ao se pensar em alguém para apadrinhar seus rebentos. Segundo a autora,

> [...] o apadrinhamento [...] torna-se fato visível, na relação de lealdade política e no encadeamento de compromissos que garantem cargos públicos, votos, alianças partidárias e toda sorte de conchavos, os quais se configuram numa práxis bastante característica desse tipo de relação, pois tais composições entre padrinhos e afilhados constituem uma intrincada rede de dívidas e obrigações (SOARES, 2010, p. 79).

O apadrinhamento de crianças foi uma das formas que as famílias encontraram para promover a aproximação e estreitar os laços com as elites políticas que formavam o poder vigente (XAVIER, 2010). Em Curralinho, especificamente na Vila do Piriá, deve ter ocorrido o mesmo sistema de apadrinhamento, semelhante ao que aconteceu em outros lugares do Brasil e do Pará, incluindo os dos Marajós, como mostram os estudos de Soares (2010).

No Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil (CURRALINHO, 1927, p. 751-752) (Anexo AA), na seção destinada aos estados e seus respectivos municípios, encontramos no estado do Pará o histórico de Curralinho, o qual mostra as várias funções públicas e particulares que o Tenente-Coronel Bordallo desempenhava no município, com grande influência na política local. Foi Intendente, Presidente do

[103] Nas falas do professor Ely Chaves e do senhor Antônio Milton Bordallo há referências a respeito de apadrinhamento de crianças pelas autoridades municipais que possuíam terras no Piriá.

Conselho Municipal, extrativista e comerciante de madeira (serraria) e borracha, agricultor, criador e capitalista[104].

Informações dos moradores mais antigos e do PPP da EMEF Maria das Dores Sá dão conta de que o Coronel Francisco Maria Bordallo chegou ao Piriá para trabalhar com o Coronel Domingos Francisco Cerdeira, casando-se, em pouco tempo, com a filha deste, de nome Laurinda Cerdeira, que após o casamento passou a se chamar Laurinda Cerdeira Bordallo. Com o falecimento do sogro, o Coronel Bordallo assume a responsabilidade de gerir todos os negócios da família, passando então os empreendimentos a se chamarem “Cerdeira Bordallo” (CURRALINHO, 2015).

Há relatos[105] de que o Coronel Bordallo, posteriormente, amasiou-se com outras três mulheres: Antônia Borges, Tomázia Cerdeira e Beatriz Gonçalves, e com todas teve filhos, gerando uma prole considerável.

Um fato curioso em relação ao nome da Vila é que ela é também conhecida como “Vila Recreio do Piriá”, conforme se observa nos relatos do professor Ely Chaves e no PPP da EMEF Maria das Dores Sá, referendando que “o nome Recreio se originou do comércio do senhor Domingos Cerdeira enquanto que o restante do nome se originou das 60 casas construídas pelo Coronel Bordallo, o qual deu o título de RECREIO DO PIRIÁ” (CURRALINHO, 2015, p. 10).

O registro fotográfico[106] a seguir mostra a formação da Vila do Piriá, provavelmente nos anos de 1930. Eram casas de madeira, padronizadas, às margens do rio Piriá, construídas para atender aos trabalhadores e suas famílias, com uma ponte de madeira sobre o rio fazendo a ligação entre as casas e o comércio local.

[104] Pessoa que tem muito dinheiro ou que vive de rendimentos de seus empreendimentos.
[105] Relatos feitos pelo senhor Antônio Milton Oliveira Bordallo e pela senhora Vicentina Vieira Barros, moradores antigos da Vila do Piriá.
[106] Não foi possível precisar o ano do registro fotográfico; há uma suposição de data, 1930, feita pelo dono do acervo, senhor Boanerges Nunes Lobato.

Imagem 5 - Vila do Piriá na primeira metade do século XX.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Boanerges Nunes Lobato, [1930].

Nota: Vila do Piriá, fotografia feita provavelmente por um integrante da comitiva do então Governador Magalhães Barata, que passava na região (ano provável 1930).

O limite ou término da Vila era o cemitério da localidade, denominado de cemitério da Ribeira. Após o cemitério, apenas a “casa das mulheres”, bordel que abrigava mulheres oriundas de vários lugares da região, e que atendiam a clientela masculina que trabalhava nas serrarias.

Em decorrência das atividades do comércio madeireiro, em ascensão na Amazônia nas décadas de 1960 a 1980, a Vila do Piriá também viu suas terras invadidas por grupos nacionais e estrangeiros que chegavam para a exploração da madeira da região, segundo discorre Conceição (2011):

> [...] as relações estabelecidas nesta região [...] são pautadas nas relações de exploração da madeira, que desenvolve um processo de mudança significativa na forma de (re)produção da vida do povo marajoara, desarticulando uma estrutura social que foi construída tradicionalmente, baseada em atividades comunal e artesanal.
> Com a ausência de uma fiscalização ambiental e florestal efetiva, o número de madeireiras que se implantavam em condições irregulares na região cresceu rapidamente, atraídas pela garantia de grandes lucros, subsidiados pela abundância da matéria, ausência de fiscalização e, principalmente mão de obra abundante e barata (CONCEIÇÃO, 2011).

Percebe-se que a vida da população local sofre uma mudança drástica, passando da condição de pequenos agricultores/pescadores/artesãos para explorados a serviço de um sistema que chegou à região de maneira impiedosa por

meio da implantação de grandes empresas, com toda a infraestrutura para a exploração, beneficiamento e exportação de madeiras. Adotavam o discurso do desenvolvimento, do progresso para a região, de benefícios (empregos) para a comunidade, muito comum até os dias de hoje. É o discurso da prosperidade, de que tudo vai ficar melhor com a chegada das empresas. Sobre essa questão o IPEA/Relatório Territorial do Marajó (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015, p. 25) considera “[...] que o auge da extração madeireira [...] não representou uma melhor condição de vida para a população marajoara, tampouco uma redistribuição mais equitativa de renda [...]”.

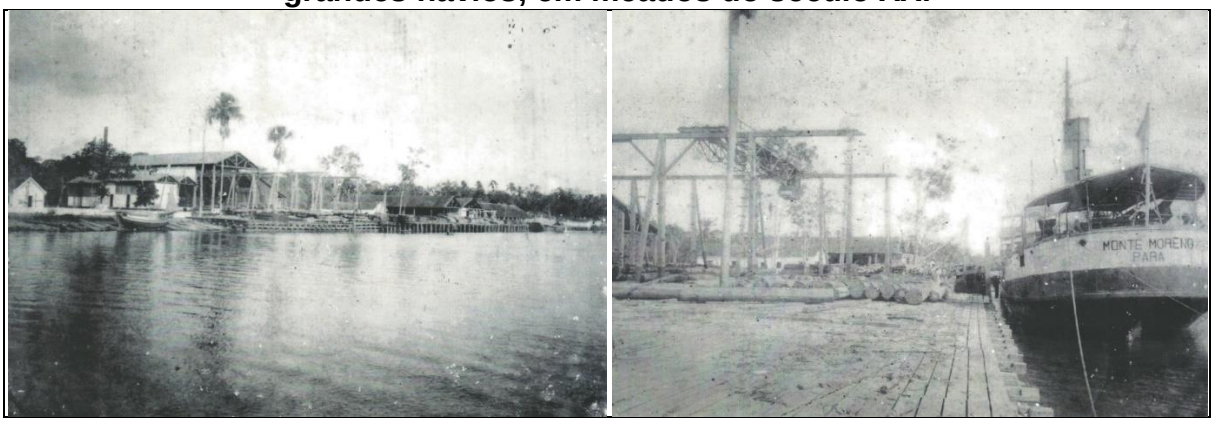
As empresas organizavam a vida da comunidade da maneira que lhes fosse mais conveniente, buscando sempre aumentar a produtividade, e, consequentemente, o lucro. Inicialmente os trabalhadores recrutados residiam ao longo das margens do rio, o que demandava um certo tempo de deslocamento até o local de trabalho, sendo muito comuns os atrasos provocados pela chuva abundante, ou até mesmo faltas em decorrência da necessidade de cuidados para com seus familiares. As serrarias funcionavam 24 horas por dia, em sistema de rodízios, por turnos de trabalho. Os atrasos e eventuais faltas dos trabalhadores impactavam diretamente na produtividade, o que levou as empresas a construírem vilas de casas dentro do próprio complexo industrial, as quais eram cedidas aos empregados, que ficavam autorizados a trazer suas famílias e aí residirem enquanto perdurasse seu vínculo empregatício.

Como a Vila fica muito distante do distrito sede - Curralinho - e de outros centros urbanos, os donos das empresas criavam na comunidade uma infraestrutura para atender a população, com escola, igreja, pequenos comércios, campo de futebol, enfermaria, espaço para a realização de eventos como reuniões, confraternizações e exibição de filmes, além de separar uma área para servir de cemitério. As empresas madeireiras instalaram na Vila do Piriá serrarias que atendiam a um determinado tipo de beneficiamento (tacos, dormentes, tábuas corridas) o que determinava seu tamanho (média e grande). Navios de médio e grande porte transportavam a madeira, uma parte beneficiada e outra em tora bruta, para a Europa, Estados Unidos e Ásia.

As imagens a seguir demonstram a grandiosidade das empresas madeireiras instaladas na Vila do Piriá na segunda metade do século XX, como também nos fornecem subsídios para analisarmos o volume dos investimentos nacionais e

internacionais empregados na exploração dos recursos naturais da Amazônia, provocando o deslumbramento da população local, pouco acostumada a tantos movimentos de pessoas, navios e tecnologias na região, além de mostrar o processo de exploração capitalista a que estavam submetidos os amazônidas.

Imagem 6 - Serrarias às margens do rio Piriá e embarque de madeira em grandes navios, em meados do século XX.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Boanerges Nunes Lobato, [1950].

O relato a seguir nos esclarece sobre o funcionamento das empresas madeireiras ao longo do rio Piriá:

> Registro de campo (28/04/2016).
>
> E a Vila funcionava assim...
>
> Dentre os muitos trabalhadores das serrarias que ainda moram na Vila do Piriá e viveram o auge da exploração da madeira na região estava o senhor Antônio Milton Oliveira Bordallo, que foi operário e braçal nas madeireiras nos anos de 1960-1980, com registro na carteira de trabalho, destacando-se os das empresas Firma Individual Francisco Maria Bordallo, Madeiras Gerais S/A e Pará Madeiras Ltda.
> Seu Antônio Milton nos diz que junto com os equipamentos para a implantação das serrarias, as grandes madeireiras traziam todo o pessoal chamado de “diretoria” (diretores, supervisores, engenheiros), restando para a população local apenas os empregos de trabalhador braçal. Esse tipo de trabalho era muito pesado, consistia em trabalhar com a madeira bruta usando os equipamentos, mas também usando sua força física. Esses trabalhadores tinham poucas perspectivas de ascensão, como podemos observar no registro da Carteira Profissional do senhor Antônio Milton, confirmando assim a presença das empresas madeireiras na Vila e o cargo oferecido aos moradores locais (braçal/operário).
> Seu Antônio resgata de sua memória que a Vila, nesse período, era muito rica, tinha tudo, desde cinema até escola para as crianças, casa para morar, uma cantina bem sortida que servia aos

> trabalhadores: *“a gente comprava tudo lá e pagava quando recebia, as vez já era descontado no pagamento o que a gente devia lá”*. O pagamento era feito em espécie a cada trabalhador, *“a gente recebia em dinheiro vivo, as vez pagava a cantina e quase não tinha sobra pra gente, aí tinha que abri conta na cantina. Tinha nego que gostava de bebê uns goró aí que não recebia nada”.* Havia enfermaria equipada, *“quando algum se batesse era logo levado pra lá, se fosse grave, os gringo mandava pra Belém num aviãozinho que tinha lá”.* Aos domingos, quem não tivesse de escala “*podia jogá bola, i pescá fazer o que quisesse*”. Seu Antônio também fala das cobranças*: “agora tinha hora pra tudo, pegá no batente, tinha que chegá no horário, se não pegava divertência, com três era mandado imbora, todo dia o chefe, o capataz, dizia o que tinha que fazê de produção, e tinha que fazê se não, divertência”.* Comenta também ele que *“a gente tinha tudo lá, mas tinha que fazê como os gringo mandavam”.*
> Na serraria trabalhavam só homens, as mulheres ficavam em casa cuidando dos filhos, alguns já maiores, ajudavam nos trabalhos “menores”: *“aqueles graudinho fazia uma coisinha ou outra por lá, separava a madeira pronta, via se tinha defeito, contava, dava recado, quem estudava de tarde ia de manhã, e quem estudava de manhã ia de tarde”.*

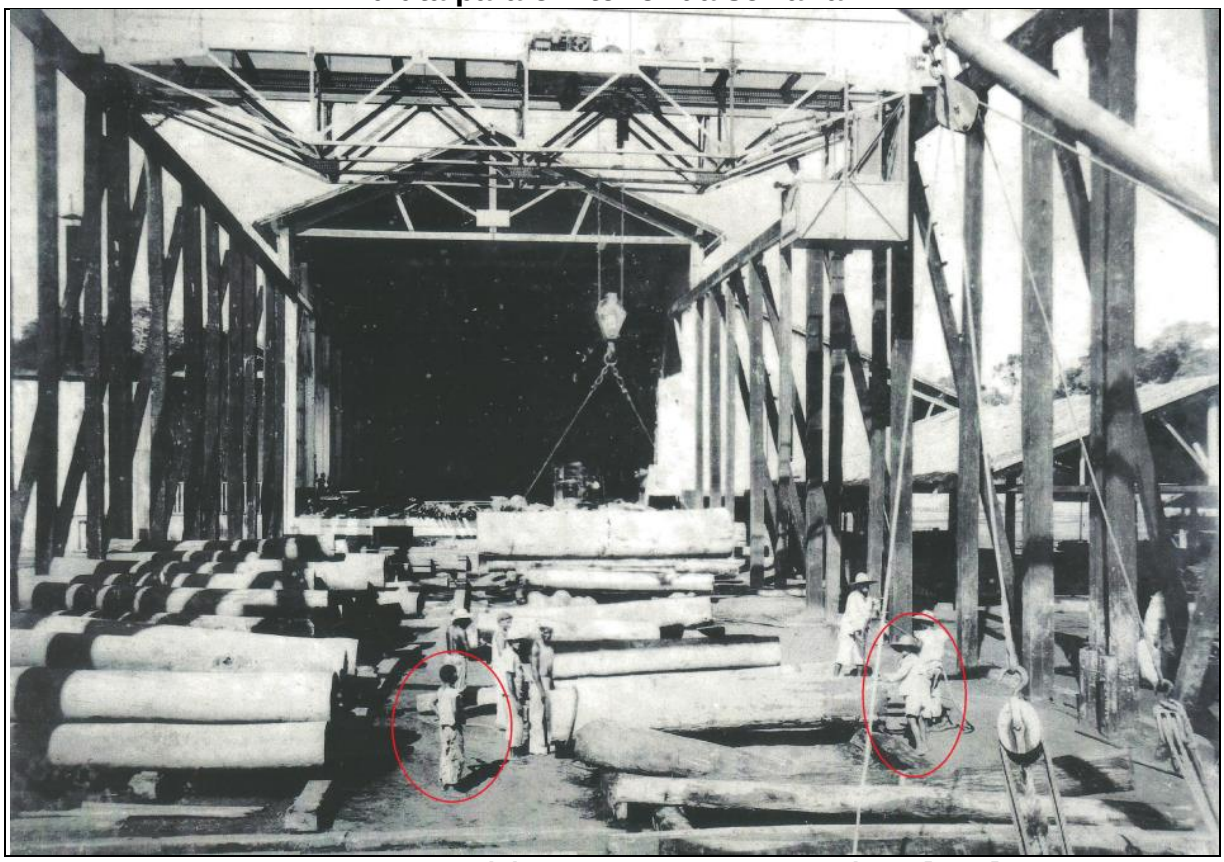
Nesse relato, a unidade doméstica nos mostra toda a estrutura de funcionamento das empresas na Vila do Piriá, o processo de exploração da mão de obra local e as manipulações do capitalismo para garantir o seu domínio sobre essa população e a sua força de trabalho, mediante uma forma escusa de “oferecer” benefícios, que na verdade são direitos sociais dos trabalhadores.

Souza (2015, p. 90) ressalta que desde meados dos anos de 1900 a indústria madeireira já se fazia presente na região “[...] com a exploração e beneficiamento da madeira para produzir tábuas, esteios, vigas, prancha, perna-mancas, estacas, entre outros produtos”.

Outra unidade doméstica ouvida foi o Sr. Boanerges Nunes Lobato, 75 anos, diz ter residido na Vila do Piriá nos anos de 1950-1959, onde trabalhou em uma dessas serrarias realizando tarefas de “ajudante”, recebendo Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) por dia. Ele relata que nas serrarias de pequeno porte havia cerca de 12 (doze) funcionários e entre 2 a 3 meninos ajudantes, e na serraria maior, na qual trabalhavam entre 60 (sessenta) e 70 (setenta) homens, havia por volta de 5 a 8 meninos ajudantes. Seu Boanerges informa ainda que *“*os meninos tinham que estudar para poder trabalhar nas serrarias, mas às vezes tinham que retornar após a escola para acabarem as tarefas, principalmente quando tinha navio esperando a carga de madeira pra levar pra fora” (REGISTRO DE CAMPO, 10/11/2015).

Esse recorte histórico da constituição da vila do Piriá se fez necessário para compreendermos as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que se estabeleceram na região a partir das indústrias madeireiras e como as crianças se assentam nesse contexto. No acervo fotográfico a seguir, provavelmente dos anos de 1950, temos imagem de uma das serrarias em que crianças (destacadas nos círculos) aparecem no meio dos adultos desenvolvendo alguma atividade entre as toras de madeira, confirmando o que nos disseram o senhor Antônio Milton Oliveira Bordallo e o senhor Boanerges Nunes Lobato, ao informarem que nas serrarias havia crianças a partir de nove anos que trabalhavam como “ajudantes” nos setores de contagem e embalagem de madeira, separação da peças que saíam com defeito, carregamento do material beneficiado, além de realizarem diversas tarefas na rotina das empresas.

Imagem 7- Crianças trabalhando na ponte rolante que carregava a madeira bruta para o interior da serraria.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Boanerges Nunes Lobato, [1950].

A presença de crianças trabalhadoras nessas empresas parte da concepção burguesa de trabalho, “[...] em que só é visto e valorizado como tal se serve para a

acumulação de capital" (ARENHART, 2007, p. 134). Mesmo sendo produtivo o trabalho das crianças, o sistema capitalista se incumbe de desclassificá-lo como um subterfúgio para se destacar na relação capital versus trabalho (ARENHART, 2007).

Analisando os discursos da unidade doméstica, podemos inferir que nas serrarias da Vila do Piriá as crianças eram submetidas a um processo de exploração diária da sua força de trabalho, embora fossem considerados "ajudantes" pela sua condição de criança não eram poupados de produzirem para o mercado capitalista. Arenhart (2007) considera que trabalhar não chega a ser um problema quando se pensa a infância, mas se torna quando explora e os aliena da condição de sujeitos e de crianças.

Corsaro (2011), referindo-se a esse aspecto da exploração do trabalho infantil relaciona-o diretamente à pobreza, ressaltando ainda que a maior parte dos trabalhos realizados pelas crianças é ilícito, o que as torna vulneráveis à exploração das condições de trabalho, horas, salários, normas de segurança, entre outros.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgados durante a IV Conferência Mundial sobre Erradicação Sustentável do Trabalho Infantil, realizada em novembro de 2017 na cidade de Buenos Aires, revelam que:

> - No mundo, existem 152 milhões de crianças vítimas de trabalho infantil; quase metade, 73 milhões, estão em situação de trabalho infantil perigoso.
> - Dos **152 milhões** de crianças em situação de trabalho infantil, 88 milhões são meninos e 64 milhões são meninas.
> - Quase metade dos **73 milhões de crianças que são vítimas de trabalho infantil perigoso** têm entre 5 e 11 anos de idade; 16 milhões são entre 12 e 14 anos; e 37 milhões, entre 15 e 17 anos.
> - A prevalência de **trabalho infantil perigoso** é maior em crianças entre 15 e 17 anos de idade. No entanto, um quarto das crianças empregadas em trabalho infantil perigoso (19 milhões) **são menores de 12 anos de idade.**
> - Os meninos representam 58% do total de ambos os sexos em situação de trabalho infantil e 62% do total de ambos os sexos que realizam trabalho perigoso. Observa-se que os meninos estão mais em risco do que as meninas de serem envolvidas no trabalho infantil, mas isso pode ser devido ao fato de que o trabalho das meninas nem sempre é declarado, especialmente no caso do trabalho infantil doméstico.
> - O **trabalho infantil centra-se primeiro na agricultura (71%), que inclui pesca, silvicultura, pecuária e aquicultura, e inclui agricultura de subsistência e comercial**; 17% das crianças no trabalho infantil trabalham no setor de serviços; e 12% no setor industrial, em particular a mineração.
> - Em **termos absolutos**, quase metade do trabalho infantil (72 milhões) está concentrada em África; 62 milhões na Ásia e no Pacífico; **10,7 milhões nas Américas**; 1,1 milhão nos Estados árabes; e 5,5 milhões na Europa e Ásia Central.
> - Em **termos de prevalência**, 1 em cada 5 crianças na África (19,6%) está em situação de trabalho infantil, enquanto em outras regiões a prevalência varia de 3% a 7%: 2,9% nos Estados árabes (1 em 35 crianças); 4,1% na Europa e Ásia Central (1 em 25); **5,3% nas Américas (1 em 19);** e 7,4% na

> região Ásia-Pacífico (1 em 14) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2017, grifo nosso).

Analisando os dados da OIT (2017) observamos que a realidade da exploração da força de trabalho da criança pouco foi alterada, persistindo ainda no século XXI.

O declínio da exploração da madeira na região em virtude das políticas ambientais associadas à falta de políticas públicas deixou um rastro de devastação que atingiu a população ribeirinha. O inchaço populacional da comunidade, a destruição da mata com consequências devastadoras para as famílias, a diminuição da caça e do peixe, a contaminação dos rios e a falta de saneamento básico foi tudo o que restou. Para Conceição (2011) “A falência das madeireiras e todas as formas de relação desenvolvidas por este setor representaram [...] o agravamento das condições de vulnerabilidade das famílias”. As crianças sofrem com os graves problemas de desnutrição, mortalidade infantil e com as doenças infecciosas da pobreza (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011).

Foi nesse contexto de exploração dos recursos naturais da Amazônia que a Vila do Piriá se desenvolveu, com o fluxo populacional crescendo consideravelmente após a implantação das serrarias, tornando-se uma referência na região. Dona Vicentina Vieira Barros, 87 anos, moradora da Vila, nos relatou que “era um movimento só”, “muita gente vinha fazê sua feira aqui” (REGISTRO DE CAMPO, 25/8/2015) lembrou ela, citando uma que tinha o nome de “Mucura”, e outra, denominada “Engenho Grande”, que era a maior serraria da região do Piriá. Informou ainda sobre a existência de várias serrarias menores ao longo do rio Piriá.

Dona Vicentina também salientou que, em decorrência da chegada de muitos homens, em pouco tempo se criou a “casa das mulheres”[107], espécie de prostíbulo que ficava logo após o cemitério, que por sua localização indicava o final da Vila. Logo, o bordel ficava fora da Vila, e “tinha mulhé pra tudo gosto”, “e de tudo quanto era lugá”, no dizer de dona Vicentina. A narrativa continua e mostra um lado pouco conhecido da Vila do Piriá na segunda metade do século XX que diz respeito a um cotidiano que marca a vida ou morte de mulheres e crianças deste território. No Pará, o processo de migração de mulheres dentro da Amazônia tem início muito antes desse período, no final do século XIX e início do século XX, com o ciclo da

[107] D. Vicentina afirmou que o local onde é a sua casa hoje (terceira casa após o prédio da EMEF Maria das Dores Sá) era onde funcionava o bordel.

borracha, um dos mais fortes períodos de migração de mulheres para as áreas onde havia grande contingente de homens trabalhando na exploração do látex. Em meados do século XX a exploração mineral em áreas de garimpos, principalmente os clandestinos, também provocou grande movimentação delas na região e até hoje onde espoca um garimpo a presença de mulheres advém, na maioria das vezes, por conta do trabalho dos homens (OLIVEIRA, 2010).

A história da Amazônia tem sido de exploração de sua população (GONÇALVES, 2012), consequentemente o tratamento dado às mulheres se acentua neste contexto de opressão, à medida que as políticas de investimentos e socioeconômicas, os programas de desenvolvimentos para a região, foram canalizados para o agronegócio e mineração, no qual a mão de obra selecionada era exclusivamente masculina (JEPIARA; FIGUEIREDO; HAZEU, 2008). Assim, observa-se que a mulher é colocada em segundo plano, sua presença e sua sobrevivência nas frentes de trabalho são decorrentes, na Amazônia, do trabalho do homem, o que nos leva a deduzir que

> [...] nesta lógica, as mulheres migraram para dentro da Amazônia atrás dos homens pioneiros, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores de construção, marinheiros e caminhoneiros para ocupar os serviços por eles desejados: trabalhadoras domésticas, prostitutas e/ou para um eventual casamento, muitas vezes através de aliciadores e traficantes. Este dinamismo fragilizou a posição da mulher na Amazônia e produziu uma cultura permissiva à exploração sexual (JEPIARA; FIGUEIREDO; HAZEU, 2008, p.4).

Deste modo, na Vila do Piriá a migração de mulheres também se dá de maneira intensa nos tempos em que as serrarias tinham atividades constantes e funcionavam dia e noite. Nesse período a energia elétrica que abastecia a Vila era gerada por caldeiras, as quais funcionavam ininterruptamente, com os trabalhadores agrupados em turnos na produção. Dona Vicentina nos diz que o fato de os homens trabalharem por turno, fazia com que a “casa das mulheres” funcionasse o tempo todo, sendo que no horário noturno e nos finais de semana era mais frequentada. A situação das mulheres e crianças que viviam ou que dependiam do prostíbulo para sobreviverem era no mínimo desalentadora, como podemos observar nesse fragmento retirado do nosso registro de campo.

> Registro de campo (25/08/2015).
>
> A “casa das mulheres”.
>
> Em nossa conversa com dona Vicentina, ela comenta que o fluxo de mulheres oriunda de várias comunidades era grande na “casa das mulheres”, que funcionava todos os dias e em todos os horários, mas que nos finais de semana o número aumentava, pois muitos homens estavam de folga e iam se divertir com elas. Havia as mulheres que moravam na casa e aquelas que ficavam só durante os finais de semana; eram muitas mulheres morando juntas, o que tornava os atritos inevitáveis. O que nos chama a atenção na narrativa de dona Vicentina é o fato de *“muita dessa mulherada ficá prenha e ninguém sabê quem era o pai, porque ficava com muito home”*. Aborto provocado era uma prática comum na casa, como também mulheres ficarem muito doentes e até irem a óbito em consequência dessas violências a que estavam submetidas. Não havia recursos médicos para todos, eram destinados apenas aos empregados das serrarias e suas famílias, e quando as mulheres adoeciam eram logo mandadas de volta para seus lugares de origem. Era muito comum o uso de ervas fortes para provocar o aborto, mas quando a gestação prosseguia as grávidas deixavam a “casa das mulheres” para parirem em outro lugar. Ao nascerem as crianças eram entregues a parentes, comadres ou mesmo desconhecidos, para que as mães pudessem retornar a suas atividades na Vila. Havia também mulheres que chegavam com filhos pequenos, e nesse caso tinham que ficar numa casa separada, pois a dona do prostíbulo combatia a presença de crianças pequenas por lá na hora do serviço, a não ser que fossem já “mocinhas”, salienta nossa interlocutora. Algumas deixavam seus filhos com parentes e iam visitá-los uma vez por mês, levando o rancho comprado com os recursos advindos da prostituição. É certo que muitas crianças e mulheres novas morreram naquele lugar, diz dona Vicentina, vítimas de abortos, doenças de crianças - sarampo, catapora, diarreia, tosse de guariba (coqueluche), impaludismo (malária) - e outras, sobre as quais ela não soube nos explicar. Perguntada sobre se as crianças que moravam na Vila estudavam e tinham acompanhamento de saúde, ela resume dizendo que *“o estudo aqui era pouco e nem toda gente podia i pra escola”*, referindo-se apenas às primeiras séries primárias e que as dificuldades de viver numa região de difícil acesso não garantiam a inserção de todos na escola. Em relação à saúde *“a gente se virava com os mato que pegava aí fora”,* fazendo referência às ervas da floresta, o que nos leva à constatação de que o acesso à educação e saúde é um problema de décadas na região.

Essa situação descrita por dona Vicentina nos traz a memória todo o percurso da criança ribeirinha, numa realidade com poucas chances de sobrevivência em virtude dos escassos recursos a que tinham acesso na área da saúde, além de estarem vulneráveis a outras mazelas sociais, como a falta de moradia e de alimentação, por exemplo.

Durante a pesquisa de campo conhecemos a senhora Edvirgens de Moraes, 98 anos, chamada na comunidade de dona Das Virgens. Parteira conhecida em toda a região do Piriá, nasceu no Turé e se criou na Boca do Piriá, exerceu o “dom” por setenta anos, teve seis filhos, dos quais duas herdaram o “dom” de serem parteiras, função exercida particularmente por mulheres (ALBUQUERQUE; FARO, 2012). No fragmento abaixo retomamos em nossos escritos as histórias de Das Virgens sobre como assistia as crianças e as mulheres nessa região:

> Registro de campo (24/04/2017).
>
> *Eu não parava de pegá criança, tinha noite que eu pegava até três pirralho*.
>
> Ela diz que na sua época não havia hospital, as mulheres pariam na casa, e a quantidade de crianças que eram recebidas por ela era grande, nascidas diariamente nas ribeiras dos rios e igarapés, sítios, povoados e vilas. Das Virgens narra que os dias de mais trabalho era quando estava se aproximando a lua cheia, pois, segundo ela, mexe muito com a criança: *“eu não parava de pegá criança, tinha noite que eu pegava até três pirralho”*. Passava até um mês sem ir na sua casa, passando de uma comunidade a outra assistindo mulheres em trabalho de parto. Havia mulheres que o parto era bem rápido, já outras levava até dias de sofrimento.
> Conta ainda que com um bom “papo” ia conduzindo o parto até o nenê coroar e finalmente nascer. Às vezes era necessário dar chá forte para que o parto fosse mais rápido. Das Virgens também relata que quando havia sangramento fora do normal (hemorragia) além do chá a reza ajudava bastante; a expulsão da placenta exigia uma reza poderosa e especifica (ela não quis detalhar) para aquele momento. Foram tantas crianças que trouxe ao mundo que perdeu a conta do número de atendimentos, mas ressaltou que existiam famílias de oito a dez filhos que foram assistidos por ela, uma fileira, as vezes tinha casa que era uma criança por ano.

As parteiras sempre tiveram um papel importante na Amazônia; a falta de médicos e as dificuldades geográficas da região fizeram delas figuras de destaque na comunidade. Além de parteiras eram benzedeiras e curandeiras, conhecedoras e fazedoras de remédios naturais para todos os males. O papel social das parteiras no contexto amazônico foi o de contribuir para que as crianças viessem ao mundo com saúde e a mãe fosse assistida desde as primeiras dores do parto até o nascimento do rebento, pois “[...] seu amplo arsenal de saberes envolve o conhecimento das plantas curativas, da mata, do ritmo das águas, dos ciclos da lua e da natureza (ALBUQUERQUE; FARO, 2012, p. 69), dando a elas um status que poucos habitantes do lugar têm, embora tais saberes nem sempre deram conta de resolver

todas as situações complicadas surgidas na hora de as crianças nascerem ou mesmo durante o processo de gestação. A falta de assistência adequada ceifou a vida de muitos pequenos amazônidas, bem como de suas mães.

Fazendo um paralelo entre o que nos informou dona Das Virgens quanto à quantidade de crianças que ajudou a nascer e a taxa de crescimento populacional anual da região, podemos analisar o que nos informam Damasceno, Maciel e Santos (2015, p. 78) ao indicarem que em todas as regiões do Brasil houve uma redução da taxa de crescimento anual da população nas últimas décadas, passando de 1,64% em 1991 para 1,17% em 2010. Na região norte, apesar de ter havido uma redução de 2,86% em 1991 para 2,09% em 2010, "[...] esta região tem a maior taxa de crescimento populacional em relação às demais regiões brasileiras. Em paralelo à taxa nacional, o dado regional é superior em aproximadamente 79%". Os dados apontam que nesta parte do Brasil o crescimento populacional ainda é intenso, impactando nas condições de vida da população, visto que um crescimento sem os devidos cuidados de investimentos em políticas públicas que possibilite a ampliação dos serviços públicos de atendimento à população provoca problemas sociais de dimensões e tempos variados (DAMASCENO; MACIEL; SANTOS, 2015).

Paralelo à vida movimentada de seus moradores, Piriá também ia se formando jurídica e administrativamente como um território que se desenvolvia e que necessitava de um respaldo legal para servir ao sistema capitalista.

2.2.6.1 A constituição jurídico-administrativa do distrito Vila do Piriá

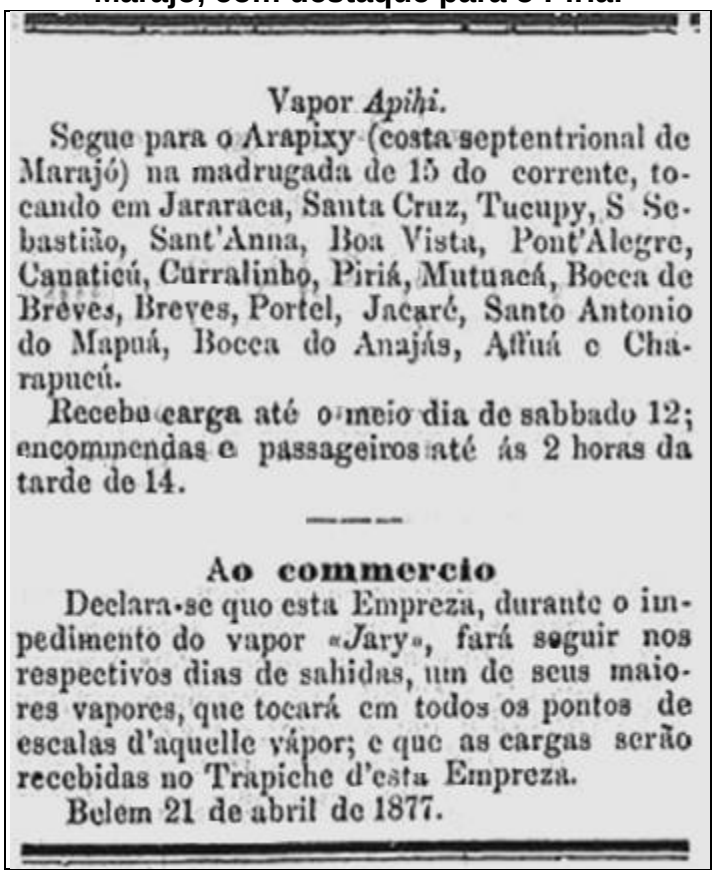
A partir de pesquisa documental procuramos traçar uma linha do tempo da constituição jurídico-administrativa da Vila do Piriá, estabelecendo de forma cronológica os caminhos percorridos até o momento atual.

Quanto à constituição do distrito, encontramos no Jornal *O Liberal do Pará* (1877) um anúncio do vapor Apihi com destino a Arapixi, na costa do arquipélago do Marajó, fazendo paragens em várias localidades, entre elas Curralinho e Piriá, conforme nos mostra o fragmento do jornal abaixo (VAPOR APIHI 1877, 1869-1889). Encontramos ainda outros anúncios em jornais da época sobre embarcações, como o vapor Guajará[108] e a lancha Siqueira Mendes[109] (Anexo BB), saindo da

[108] Anúncio na seção Avisos Marítimos do Jornal O Liberal do Pará (1877).
[109] Destaque no Jornal A República (1893).

capital do estado – Belém - com pontos de paragens definidos, dentre os quais o Piriá. É certo que a paragem de embarcação de médio ou grande porte em uma localidade nos rios da Amazônia só ocorre em locais onde há um relativo movimento de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, amparado por um trapiche ou um pequeno porto. Deste modo, podemos inferir que o local que hoje conhecemos como Vila do Piriá já existia no século XIX, abrigando um contingente populacional considerável, criando a necessidade de um veículo de transporte adequado para o deslocamento de pessoas e carregamento de mercadorias.

Imagem 8- Propaganda do Vapor Apihi mostrando o percurso de viagem ao Marajó, com destaque para o Piriá.



Vapor *Apihi*.

Segue para o Arapixy (costa septentrional de Marajó) na madrugada de 15 do corrente, tocando em Jararaca, Santa Cruz, Tucupy, S Sebastião, Sant'Anna, Boa Vista, Pont'Alegre, Canaticú, Curralinho, Piriá, Mutuacá, Bocca de Breves, Breves, Portel, Jacaré, Santo Antonio do Mapuá, Bocca do Anajás, Aftuá e Charapucú.

Recebe carga até o meio dia de sabbado 12; encommendas e passageiros até ás 2 horas da tarde de 14.

Ao commercio

Declara-se que esta Empreza, durante o impedimento do vapor «Jary», fará seguir nos respectivos dias de sahidas, um de seus maiores vapores, que tocará em todos os pontos de escalas d'aquelle vápor; e que as cargas serão recebidas no Trapiche d'esta Empreza.

Belem 21 de abril de 1877.

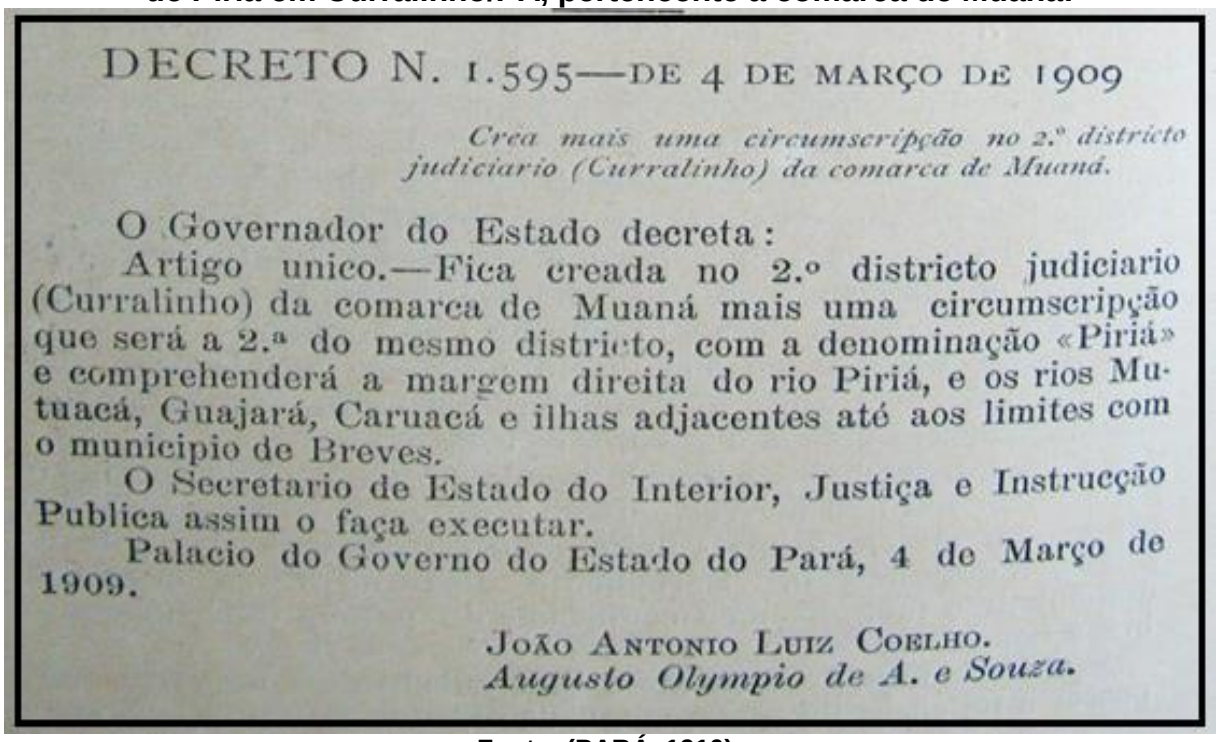
Fonte: (VAPOR APIHI 1877, 1869-1889, p. 3).

A movimentação na região e a necessidade de veículos potentes e mais rápidos nos rios no final do século XIX se dá por conta de uma migração intensa em virtude da exploração e comércio da borracha. O ciclo da borracha (1879-1922) foi o período de maior movimento migratório de indivíduos e famílias inteiras para a região, em busca de novas oportunidades de trabalho e de melhores condições de sobrevivência na Amazônia.

A *Collecção das Leis Estaduaes do Pará dos Annos de 1891 a 1900 Precedida da Constituição Política do Estado* traz a Lei Estadual nº 266, de 6 de junho de 1895 (PARÁ, 1895a) (Anexo CC), que “Auctorisa o Governador do Estado a contractar uma linha de navegação para os rios Canaticú, Piriá e Mutuacá” (PARÁ, 1895a p. 274), determinando em seu artigo 3º que o ponto final da linha no rio Piriá é a localidade de Coqueirinho. Percebe-se que, nesse momento, há um empenho por parte do governo do Estado, juntamente com a iniciativa privada, em prover a região de alternativas eficientes de transporte de pessoas e cargas, a fim de atender à demanda existente, estabelecendo uma regularidade nas viagens, de duas vezes ao mês, demonstrando assim a importância que Piriá começa a ter no cenário regional.

Em 31 de março de 1900, o então Governador José Paes de Carvalho (1897-1901) sanciona a Lei nº 709 (Anexo DD) que propõe a junção das linhas de Mazagão, Baquiá-Preto, Canaticú e Piriá em uma só, que deverá ser “servida por vapores que ofereçam melhores acomodações para passageiros e maior espaço para as cargas, [...], mantidas duas viagens redondas por mez [...]” (PARÁ, 1900, p.820). Portanto, Piriá já passa a ser visto como paragem que vai se formando e necessitando de infraestrutura, como transporte e abastecimento de mercadorias diversas, o que pode ter contribuído para que ele fosse elevado oficialmente à categoria de distrito judiciário. Na pesquisa documental encontramos no Arquivo Público do Pará um compêndio do Governo do Pará denominado *Actos e Decisões de 1909*, publicado pela Imprensa Oficial do Estado em 1910. Neste documento encontra-se o Decreto Estadual nº 1.595, de 4 de março de 1909, que considera Piriá um distrito judiciário, conforme descrito no artigo único do Decreto, foi autorizado pelo então Governador do Estado, João Antonio Luiz Coelho (1909-1913). Pela sua importância jurídica e histórica para o município de Curralinho e para a Vila do Piriá o documento consta nesta seção na sua íntegra.

Imagem 9 - Decreto Estadual nº 1.595, de 4 de março de 1909 - Cria o Distrito de Piriá em Curralinho/PA, pertencente à comarca de Muaná.



DECRETO N. 1.595—DE 4 DE MARÇO DE 1909

Crea mais uma circumscripção no 2.º districto judiciario (Curralinho) da comarca de Muaná.

O Governador do Estado decreta:

Artigo unico.—Fica creada no 2.º districto judiciario (Curralinho) da comarca de Muaná mais uma circumscripção que será a 2.ª do mesmo districto, com a denominação «Piriá» e comprehenderá a margem direita do rio Piriá, e os rios Mutuacá, Guajará, Caruacá e ilhas adjacentes até aos limites com o municipio de Breves.

O Secretario de Estado do Interior, Justiça e Instrucção Publica assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 4 de Março de 1909.

JOÃO ANTONIO LUIZ COELHO.
Augusto Olympio de A. e Souza.

Fonte: (PARÁ, 1910).

Embora desde os meados do século XIX Piriá apareça em anúncios de jornais, em escritos dos aventureiros que se lançavam a conhecer a Amazônia e em documentos oficias consultados, podemos considerar o documento acima (Decreto nº 1.595 de 4/3/1909), como a Certidão de Nascimento jurídica do distrito Vila do Piriá, que completou 108 anos de criação em 2017.

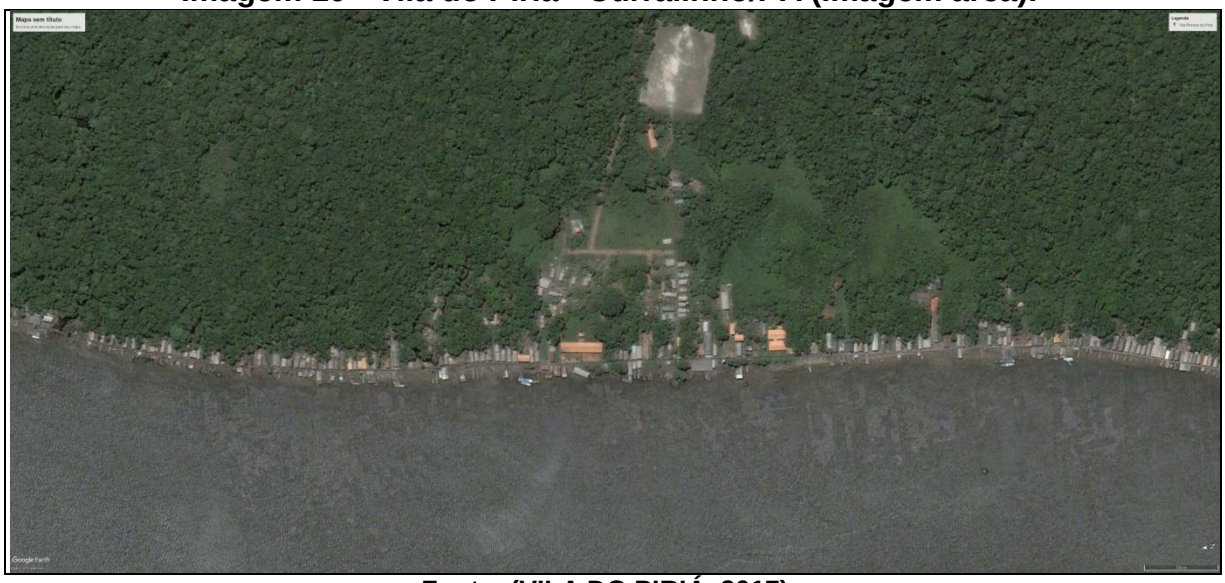
O Decreto Nº 1.595/1909 e os estudos de Baena (2014) confirmam que a Vila do Piriá se localizava à margem direita do rio Piriá, porém, com a implantação das empresas de beneficiamento de madeiras ao lado esquerdo do rio, em meados do século XX, comprovada pelas ruínas das serrarias que ainda existe no local, o conglomerado populacional foi se estruturando naquele local e hoje sua estrutura está toda do lado esquerdo do rio Piriá.

Vila do Piriá possui uma população aproximada de 10.000 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b), sendo o segundo maior colégio eleitoral do município, ficando atrás apenas do Distrito Sede - Curralinho. Tem uma estrutura administrativa básica: escolas, posto de saúde, comércio (alimentos, roupas, calçados, farmácia, açougue, padarias, entre outros).

Cardozo[110] (2016, p. 70) define a Vila do Piriá como “[...] uma comunidade (distrito) bastante populosa, com extensa ocupação territorial contígua e proliferação de estabelecimentos [...]”.

Em 2017, por meio de computação gráfica, fizemos uma estimativa do tamanho da frente da Vila, levando em consideração apenas a primeira e a última unidade domiciliar do eixo conglomerado do distrito, observada via satélite a partir do programa Google Earth Pro/Provedor Digital Globe, onde constatamos que a Vila do Piriá possui cerca de 2,86 Km de frente, conforme mostram as imagens a seguir.

Imagem 10 - Vila do Piriá - Curralinho/PA (Imagem área).



Fonte: (VILA DO PIRIÁ, 2017).

[110] O estudo de Cardozo (2016, p. 13) parte de uma “[...] descrição etnográfica sobre os agenciamentos em torno dos casos denunciados como abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Marajó/PA”. A investigação parte da “[...]reflexão sobre políticas de atenção à infância e à adolescência se refere às chamadas redes de proteção, que, como categoria nativa, reúnem diferentes sujeitos, instituições, saberes e personagens públicos”. A pesquisa abrange várias comunidades do município de Curralinho, inclusive o distrito Vila do Piriá, lócus desta investigação.

Imagem 11 - Vila do Piriá - Curralinho/PA.

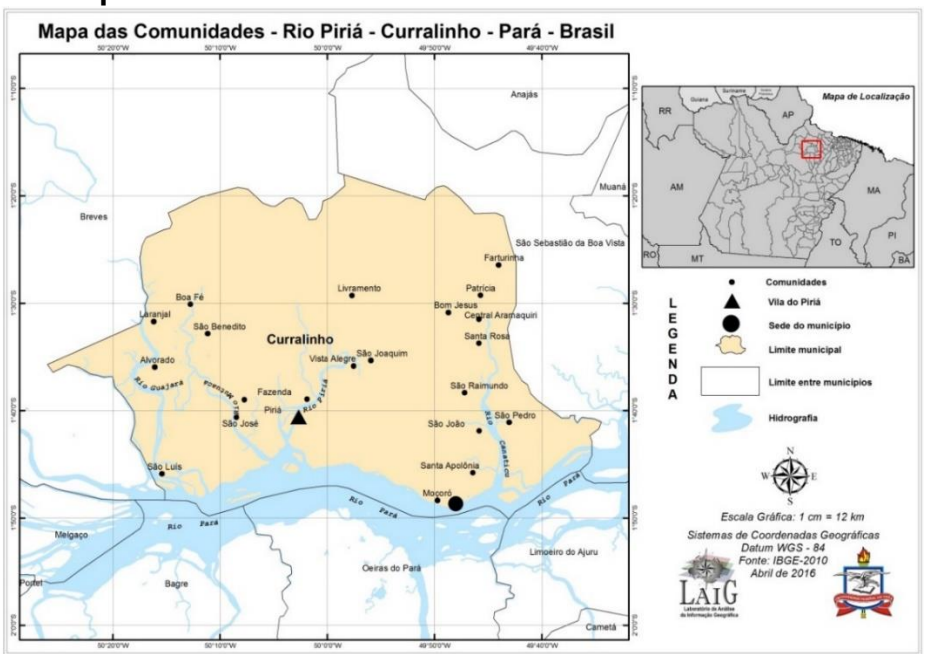


Fonte: Arquivo pessoal da autora, 24/04/2017.

A viagem da Vila do Piriá à sede do município é feita de barco, lancha, rabudo ou rabeta, e leva em torno de 4 horas. Além da via fluvial existe ainda a possibilidade de acesso via terrestre, pela Transpiriá, que liga o distrito sede - Curralinho - ao distrito de Vila do Piriá, com cerca de 40 km de extensão, ainda inacabada, a qual fica intrafegável no período do inverno, normalmente muito rigoroso na região.

O mapa a seguir situa a Vila do Piriá no cenário paraense.

Mapa 6 - Comunidades - Rio Piriá - Curralinho – Pará.



Fonte: Elaborado por LAIG/FGC/UFPA, com dados extraídos de IBGE (2010c).

Na Divisão Administrativa do Brasil de 1º de março de 1933, Curralinho aparece como pertencente ao município de Breves, portanto, Vila do Piriá também pertence, nesse momento, ao município de Breves e configura-se como um distrito, conforme consta no documento a seguir, do Departamento Nacional de Estatística.

Quadro 12- Indice alphabetico dos districtos do Brasil, em 1º de Janeiro de 1933.

SECÇÃO DE ESTATISTICA POLITICA E ADMINISTRATIVA 137

Indice alphabetico dos districtos do Brasil, em 1º de Janeiro de 1933

DISTRICTOS	MUNICIPIOS	ESTADOS
	P	
Piracicaba	Piracicaba	São Paulo
Piracuruca	Piracuruca	Piauhy
Piraguara	Piranga	Minas Geraes
Pirahy	Pirahy	Paraná
Pirahy	Pirahy	Rio de Janeiro
Pirajá (suburbano)	Salvador	Bahia
Piraju'	Piraju'	São Paulo
Pirajuhy	Pirajuhy	São Paulo
Pirajuhya	Jaguaripe	Bahia
Piramboia	Bofete	São Paulo
Piranga	Piranga	Minas Geraes
Piranguinho	Brazopolis	Minas Geraes
Pirangussá	Itajubá	Minas Geraes
Pirangy	Jaboticabal	São Paulo
Piranhas	Piranhas	Alagôas
Pirapanema	Muriahé	Minas Geraes
Pirapora	Parnahyba	São Paulo
Pirapora	Pirapora	Minas Geraes
Piraquara	Piraquara	Paraná
Pirassununga	Pirassununga	São Paulo
Piratininga	Piratininga	São Paulo
Piratiny	Piratiny	Rio Grande do Sul
Piraúba	Pomba	Minas Geraes
Piraúna	Itacaré	Bahia
Pires do Rio	Pires do Rio	Goyaz
Piriá	Breves	Pará
Pirpirituba	Guarabira	Parahyba do Norte
Pitanga	Guarapuava	Paraná
Pitangueiras	Pitangueiras	São Paulo
Pitanguy	Pitanguy	Minas Geraes
Pitimbú'	João Pessôa	Parahyba do Norte

Fonte: (BRASIL, 1933, grifo nosso).

A Fundação Brasileira de Geografia e Estatística publicou em 2002 o documento denominado Divisão Territorial Brasileira, com o objetivo de “reunir informações referentes à divisão territorial do Brasil que se encontravam dispersas

em várias publicações", no qual foram "[...] tratados os recortes territoriais legais [...] e alguns dos estabelecidos pelo IBGE para realização de sua missão institucional que ganharam amplo uso pela sociedade" (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEADATA, 2016). Este documento definiu o que são as nomenclaturas que usamos para dar nome aos lugares. Assim, recorremos à Divisão Territorial do Brasil para compreendermos a definição do que seja um distrito e uma vila:

> **Distritos**
> Os distritos são unidades administrativas municipais criadas por lei municipal; podem também ser criados pela mesma lei estadual que criou o município. Todo município possui, no mínimo, um distrito que é denominado distrito sede e que abriga a cidade. Outros distritos, identificados como segundo distrito, terceiro distrito, etc., podem também existir; estes recebem o nome da vila que lhes serve de sede [...].
>
> **Vila**
> É a sede do distrito que não abriga a cidade. É a vila que empresta seu nome ao distrito. É delimitada pelo perímetro urbano definido, por lei municipal, como a área urbana do distrito que não a sede do município (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEADATA, 2016).

Portanto, Vila do Piriá é considerado o 2º distrito do município de Curralinho.

Em 1938, no documento Divisão Territorial do Estado, consta o Decreto-Lei nº 2.972, de 31 de março, que dá execução ao Decreto-Lei Nacional nª 311, de 2 de março do mesmo ano, estabelecendo em seus anexos que Piriá é uma vila pertencente ao município de Curralinho. A partir de 1938, até 2014, nas Divisões Territoriais do Brasil e do Estado do Pará, Vila do Piriá aparece como distrito do município de Curralinho.

2.2.6.2 O que restou pra nós foi isso! As consequências da exploração ambiental na região para a comunidade ribeirinha de Vila do Piriá

> Registro de campo (23/08/2015).
>
> A comunidade ontem e hoje.
>
> Nossa intenção nesse dia foi trabalhar uma estratégia para estimular os velhos e as crianças a contarem o que sabiam sobre a história do Piriá. Buscamos, a partir de conversas informais, informações sobre os locais e histórias já mapeados por nós, como algumas pessoas, prédios e cemitério abandonados, as serrarias. A partir daí fomos construindo uma história da Vila, mesmo que esta apresente ainda algumas lacunas históricas.
> *"O que restou pra nós foi isso!",* uma frase corriqueira que ouvimos do início ao fim de nossa atividade, traduz o sentimento de que outrora a Vila desfrutava de intenso comércio, que ficou apenas na

> memória dos velhos e nos pilares de concreto que marcam o local onde foram erigidas as serrarias. Ouvimos que a Vila tinha um movimento grande de pessoas, era paragem para a maioria dos navios e barcos que vinham de vários locais da região. O comércio era de todo o tipo, os regatões se acumulavam nos trapiches, vendiam de tudo (roupas, panelas, alimentos, bebidas, redes, entre outros). A escola tinha alunos de todas as vilas da redondeza, meninos (crianças e jovens) que vinham remando por horas para chegar até à sala de aula. Com a implantação das serrarias ocorreu um imediato aumento populacional, com a consequente necessidade de construção de uma escola maior, a expansão do comércio e a presença de um sistema capitalista que marcará a história da Vila do Piriá para sempre.
>
> Por outro lado, com a mesma estratégia, procuramos saber das crianças o que elas sabiam sobre a história do Piriá. Pouco se referiram a pessoas, às serrarias ou mesmo à escola abandonada e o antigo cemitério, mas falaram de uma Vila do Piriá que não é rica e que apresenta diversos problemas sociais, como nos diz Ruan sobre o Piriá de hoje: *"falta só médico, merenda, prefessor, remédio e um bucado de coisa".* Analisando a fala dos adultos e das crianças, podemos afirmar que levam à mesma conclusão, a de que hoje a Vila do Piriá padece as consequências da exploração de seus recursos naturais e de sua população, além da falta de políticas públicas tão necessárias para o atendimento dessa gente, sobretudo crianças e velhos.

O auge da exploração madeireira nos Marajós se dá no período de 1970 a 2000, começando a declinar a partir de então, por conta das novas políticas ambientais e o fechamento de empresas ilegais (CONCEIÇÃO, 2011). Já no final dos anos de 1980 era possível ver na Vila do Piriá os efeitos socioeconômicos da decadência das madeireiras, somada aos poucos investimentos em políticas públicas para o atendimento da população. As portas se fecharam, os maquinários foram abandonados, os reflexos foram quase que imediato para a população, com o desemprego se transformando em um dos maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores que ficaram sem saber o que fazer.

Em 1989, em visita à vila do Piriá o Sr. Boanerges Nunes Lobato, ex-morador da Vila nos anos de 1950, registrou no lugar uma grande quantidade de maquinários abandonados pelas empresas madeireiras, maquinários de pequeno, médio e grande portes: máquina a vapor de alta velocidade, engenho menor, engenho maior, roldana do guincho, fornalha, base do engenho maior, entre outros. As imagens a seguir dão conta da quantidade de maquinário jogado nos terrenos às margens do rio.

Imagem 12 - Maquinários abandonados nas ruínas das antigas serrarias nos terrenos às margens do rio Piriá.



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Boanerges Nunes Lobato (1989).

Os maquinários ficaram abandonados durante anos, jogados nos terrenos da comunidade, fazendo parte do cenário. Segundo relatos dos moradores, em meados dos anos 1990 algumas pessoas, que se diziam representantes dos antigos proprietários das serrarias, desmontaram os maquinários, colocaram numa balsa e levaram para locais não divulgados. Dizem que foram vendidos como ferro velho. É certo que nada ficou na comunidade, exceto os pilares de concreto que sustentavam os maquinários quando estavam ainda em funcionamento. Recorremos, então, ao registro de campo e retomamos o momento em que fomos conhecer *in loco* os resquícios das construções que sustentavam o maquinário das serrarias, e que hoje estão situados nos quintais dos moradores que residem na beira-mar.

> Registro de campo (25/08/2015).
>
> As construções de ontem refletindo nas construções de hoje.
>
> Retornando de uma atividade com as crianças, encontramos Márcia, que vem numa pressa só e diz: *"ei mana, vumbora ali na casa da vizinha, na dona Eunice, lá tem muita viga de concreto onde ficava as serraria"*. A casa de dona Eunice, uma senhora de mais ou menos 80 anos, ficava na área onde funcionou uma das maiores serrarias da Vila, entre o cemitério da Ribeira - onde está hoje a Escola Maria das Dores Sá - e a única rua aterrada, que é a continuação da Transpiriá. Dona Eunice nos recebeu com gentileza e rapidamente começou a nos relatar que reside há muitos anos na Vila do Piriá, onde casou-se e teve filhos; comenta ela que Piriá mudou muito nos

últimos tempos, agora tinha muita casa, muita gente e muito moleque (referindo-se às crianças).

Continuou dizendo que antigamente na Vila só tinhas as serrarias, a casa do proprietário, dos trabalhadores e *"uma casa pra li de mulhé",* não entrando em detalhes; confirmou ainda que grande parte da população estava ligada ao trabalho de exploração e beneficiamento da madeira. Ela nos mostrou várias armações de concreto no seu quintal, onde, segundo ela, ficavam as máquinas maiores, as colunas de concreto que davam suporte ao maquinário pesado que beneficiava madeira na localidade. Dona Eunice nos aponta vários terrenos no entorno que também possuíam armações de concreto; o local estava com mato alto, impossibilitando o registro fotográfico de toda a área. Márcia, que nos acompanhava, mostrou seu terreno, que ficava ao lado, onde existem vários desses pilares, inclusive um que fica na porta de sua cozinha. Nessa área foi possível observar crianças brincando nos pilares, pulando e passando de um para outro; ao depararem conosco engrossaram logo o cortejo, que visitou outras casas; curiosas para saber o que se passava, ouviam atentamente o que os adultos diziam sobre a história das serrarias na Vila do Piriá.

Roberta (9 anos) e Danielle (8 anos), que faziam parte do grupo que nos acompanhava, começaram a rir ao ouvirem dona Eunice e Márcia conversando. Perguntamos por que estavam rindo e Roberta responde: *"num sabia pra que era isso aqui*", apontando para as colunas de concreto.

Dona Eunice, olhando para as meninas, afirma: *"Olha, minha filha, Piriá já foi muito rica com isso de serraria, não tem muita coisa hoje".*

Conclui, narrando de uma maneira muito triste, que quando as serrarias acabaram tudo ficou jogado nos terrenos, aquele amontoado de ferro, era muita máquina pelos quintais. Alguns anos depois do abandono chegou à Vila um grupo de homens numa balsa se dizendo donos dos maquinários, filhos do antigo proprietário; passaram dias retirando as máquinas deixadas que ainda estavam presas às colunas de concreto e levaram tudo na balsa. Dona Eunice comenta que ouviu deles *"seria tudo vendido para o ferro velho"*, ficando apenas as pilastras no meio do mato.

Diz ainda que *"os meninos de hoje nem sabem o que foi Piriá um dia"*, ressaltando a importância de falar disso na escola, mostrando como era antes e como é agora.

Márcia nos levou para o seu comércio que fica à margem do rio Piriá, exatamente no local onde era o antigo trapiche da serraria grande. Quando a maré está baixa ainda é possível ver toras de madeiras que, segundo alguns moradores, faziam parte do trapiche original.

As imagens a seguir mostram o que restou das serrarias na vila do Piriá.

Imagem 13 - Pilares de concreto que sustentavam as máquinas beneficiadoras de madeira na Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015-2016).

Mesmo com o encerramento da atividade das serrarias, grande parte da população que já residia na localidade ali permaneceu. Antigos funcionários relataram que as casas funcionais foram vendidas para os próprios trabalhadores, outras ficaram nos acordos demissionários e ainda algumas foram ocupadas por terceiros. A Vila cresceu em tamanho e problemas sociais. Com uma população quase toda desempregada, as alternativas foram o extrativismo vegetal (madeira e sementes oleaginosas) e a cultura de subsistência.

Embora seja um distrito, Vila do Piriá não desfruta de uma estrutura administrativa condizente com esta condição, não possuindo sequer uma subprefeitura ou um órgão local que dê voz aos seus habitantes. Em conversa com o Prefeito Leo Arruda, em outubro de 2015[111], o mesmo salientou: *"*Reconheço a necessidade que o distrito tem de uma subprefeitura, mas a sua implantação depende de recursos financeiros e de pessoal e que na atual situação econômica do país e do município isto se torna difícil*"* (REGISTRO DE CAMPO, 05/10/2015).

2.2.6.3 A escola era um patrimônio para a comunidade: Escola Estadual Reunida Américo Oliveira

A região do rio Piriá teve escola desde o século XIX, porém, nos documentos analisados não encontramos registro do local de funcionamento desta instituição, apenas a indicação de que havia uma escola elementar no rio Piriá. Moraes (2013) faz uma análise da História da Educação Rural no Pará no período da Primeira República (1889-1897)[112], tendo como base o *Relatório de Instrução Pública de 1890*, elaborado por José Veríssimo, diretor de instrução pública, sobre o número de escolas no Pará, aparecendo o rio Piriá com 01 (uma) escola elementar[113]. Nessa continuidade Moraes (2013) ainda afiança que

> Com o decreto do Regulamento 149, de 7 de maio de 1890 as escolas provisórias[114] passam a ter denominação de elementar, podem ser cursadas em três anos e serem regidas por professores que somente tivessem o

[111] Conversa durante viagem de barco de Belém para Curralinho.

[112] Moraes (2013) em seus estudos sobre a História da Educação Rural no Pará, entre 1889-1897 buscou conhecer "[...] a partir da pesquisa histórica, como se deu a educação do Pará na Primeira República, tendo como foco os governos provisórios de Justo Chermont e Huert Bacelar e o governo constitucional de Lauro Sodré". O objetivo da investigação "[...] foi entender como a educação para homens e mulheres do interior do Pará foi pensada e operacionalizada no plano governamental (MORAES, 2013, p. 8).

[113] A partir do Regulamento Geral, Moraes (2015) ressalta que o capítulo X, que trata *Do Ensino Primário*, dividia este nível de ensino em: escolas populares e escolas elementares, assim descrita no Regulamento, capítulo XI, intitulado "Da creação das escholas e nomeação dos professores", que destaca os critérios para a criação de escolas primárias, a saber: art. 97 "As cidades, Villas e freguesias cuja a população escholar for superior a oitenta creanças de ambos os sexos terão pelo menos uma eschola popular para cada sexo"; art. 98 "Fóra d'essas localidades, serão creadas escholas elementares, ouvidos os conselhos escholares municipaes e o conselho superior" (Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará, 1890 apud MORAES, 2015, p. 174)

[114] Moraes (2013, p. 80), analisando o Relatório de Instrução Pública de 1890 de José Veríssimo, assegura que "[...] as escolas provisórias eram apenas "curral eleitoral", pois quem tinha um padrinho político poderia fundar sua própria escola, sem precisar ter regulamentação ou programa educacional".

> exame de suficiência[115]. Com o exame de suficiência e o aumento do salário do professor se tenta dar às antigas escolas provisórias, agora elementares "feições" republicanas e atender as populações dos lugares mais distantes do interior [...] (MORAES, 2013, p. 80).

Os adultos, hoje com a idade entre 71 e 88 anos, que estudaram nessas escolas a partir dos anos de 1950, relataram como era o cotidiano na escola. Dentre as falas que traduzem as atividades na sala de aula, está a do Sr. Manoel, 72 anos, que diz: "lá a gente estudava a tabuada, tinha parmatória, o bê-a-bá", "lá ninguém brincava" (REGISTRO DE CAMPO, 06/11/2015).

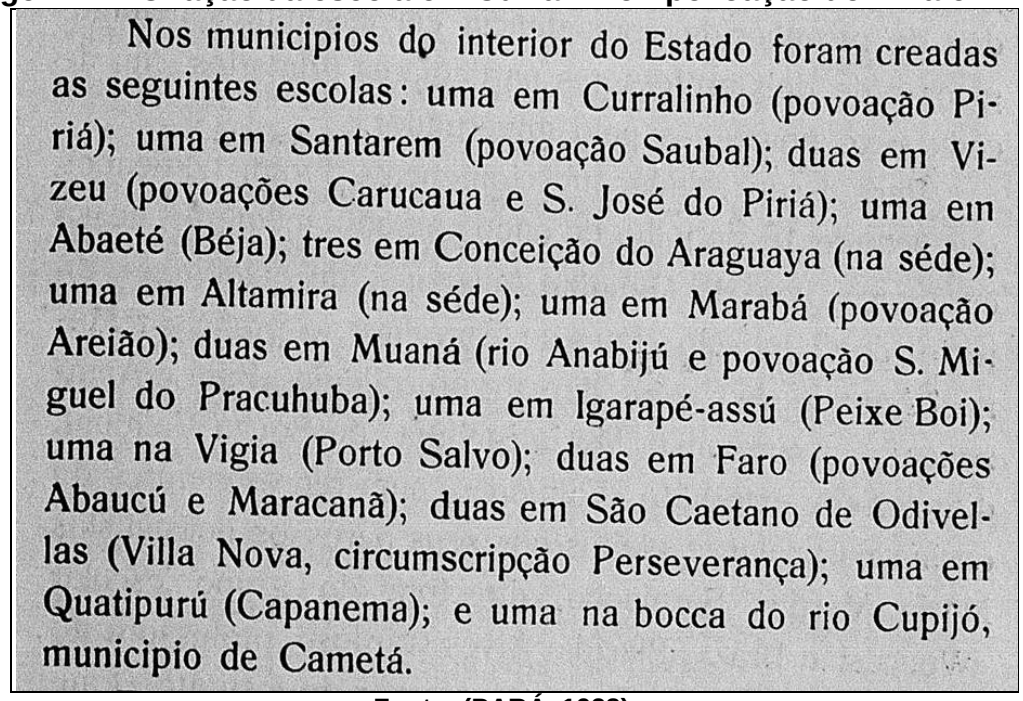
No jornal Folha do Norte[116] (1897, p. 2) encontramos uma referência sobre a exoneração de um professor da Escola Elementar do rio Piriá: "José Francisco Cerdeira foi exonerado, a pedido, do cargo do professor interino da escola elementar do rio Piriá, município de Curralinho". Assim sendo, constatamos a existência de uma escola elementar nessa região.

Na mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene da 2ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de Setembro de 1928 (p. 77), o governador do Estado, Ex. Sr. Dionysio Ausier Bentes, faz saber que no período de fevereiro de 1925 a julho de 1928 houve a criação e restabelecimento de grupos, escolas agremiadas e isoladas (diurnas e noturnas) em várias partes do território paraense, dentre elas a criação de uma escola em Curralinho (povoação Piriá), conforme fragmento do documento a seguir.

[115] Também denominado de certificado de capacidade para o ensino elementar, se caracterizava pela arguição de diversos conteúdos que faziam parte do programa do ensino primário (MORAES, 2013).

[116] Edição de 6 de junho de 1897, Anno 2.º, Num. 522.

Imagem 14 - Criação da escola em Curralinho - povoação do Piriá em 1928.



Nos municipios do interior do Estado foram creadas as seguintes escolas: uma em Curralinho (povoação Piriá); uma em Santarem (povoação Saubal); duas em Vizeu (povoações Carucaua e S. José do Piriá); uma em Abaeté (Béja); tres em Conceição do Araguaya (na séde); uma em Altamira (na séde); uma em Marabá (povoação Areião); duas em Muaná (rio Anabijú e povoação S. Miguel do Pracuhuba); uma em Igarapé-assú (Peixe Boi); uma na Vigia (Porto Salvo); duas em Faro (povoações Abaucú e Maracanã); duas em São Caetano de Odivellas (Villa Nova, circumscripção Perseverança); uma em Quatipurú (Capanema); e uma na bocca do rio Cupijó, municipio de Cametá.

Fonte: (PARÁ, 1928).

A escola criada em Piriá, conforme relatos dos mais antigos moradores, se chamava Escola Mista da Vila Recreio do Piriá; posteriormente passou a ser chamada Grupo Escolar da Vila do Piriá, com instalações em madeira e espaço físico pequeno, segundo esclarecimentos prestados pelos senhores Milton de Oliveira Bordallo[117] e Ely Trindade Chaves[118].

Com o crescente desenvolvimento da Vila, a partir dos anos de 1950 se fez necessária a construção de uma escola maior e mais estruturada que atendesse à grande demanda das crianças da localidade; é nesse contexto que surge a Escola Estadual Reunida Américo Oliveira.

O senhor Maia, 76 anos, antigo morador da Vila, ex-vereador do município nos anos de 1970, residente ao lado do prédio abandonado onde funcionou a escola, nos narrou que a construção de uma escola na Vila do Piriá foi resultado da articulação política do então vereador da região Américo Batista de Oliveira que, em meados de 1950, protocolou um pedido na Câmara Municipal de Curralinho para que a Prefeitura construísse uma escola na Vila do Piriá; como era político da localidade e autor da proposta, sugeriu no pedido que a escola fosse batizada com o seu nome. No mesmo ano teve início então a construção da Escola Reunida

[117] Estudou na escola Américo Oliveira nos anos de 1960.
[118] Morador, ex-cartorário, professor e ex-diretor da Escola Estadual Reunida Américo Oliveira.

Américo Oliveira, prédio com 4 (quatro) salas de aula em alvenaria na margem do rio Piriá. Entretanto, a prefeitura, alegando falta de recursos financeiros, não conseguiu concluir o prédio. O prefeito da época, senhor Sandoval Cerdeira Bordallo, solicitou ao governador do Estado que concluísse a construção, sendo o pedido atendido com a condição de que a escola ficasse sob a administração do Estado.

Seu Maia nos contou, com muito pesar, a desativação da escola. No trecho transcrito do registro de campo a narrativa desse interlocutor foca na seguinte questão: Cadê as políticas públicas para a localidade?

> Registro de campo (23/08/2015).
>
> Escola Reunida Américo Oliveira.
>
> Andando pela comunidade, fazendo registros fotográficos, nossa atenção é despertada por um prédio abandonado, em ruínas. Ao nos aproximarmos do prédio para uma melhor averiguação, dois moradores vieram até nós e nos perguntaram por que estávamos ali tirando retratos, se éramos do governo, se íamos mandar consertar a escola. Falamos que não, e que nosso interesse estava em saber sobre a história da Vila do Piriá e daquela escola. Então, um deles, conhecido como "seu Maia" nos contou, com os olhos lacrimejando, o que tinha sido aquela instituição educativa no passado: "*a escola era um patrimônio para a comunidade, era a única escola dessa redondeza, a maioria dos velho de hoje estudava no Américo Oliveira. Vinha muita gente, isso aqui* (apontando para a frente, na margem do rio Piriá) *ficava cheio de barco, tinha muito menino, assim criança, né. Acho que um prefeito queria fazer o seu nome na localidade, então mandou construí uma outra escola de madeira, onde era o cemitério, e deixou de vez a escola apodrecê"*. Seu Maia disse também que há muito tempo tinha sido vereador, na época dos coronéis, e que fazer política era muito diferente de hoje: *"o político colocava dinheiro no bolso sim, vi muito disso, mas ajudava muito a população, hoje os políticos só querem para o seu bolso".* Falou também sobre a situação da Vila: *"o posto não tem remédio, a escola quase não tem aula porque não tem merenda e nem óleo para os barco pegá os aluno. E olha que a gente tem dois vereador, eleito pelo Piriá; o que é isso? Cadê o trabalho do prefeito junto com os vereador, cadê o dinheiro da merenda, do remédio, eu sei que vem, mas cadê?".* Seu Maia destacou ainda que Piriá é o maior colégio eleitoral da região, perdendo em número de eleitores apenas para a sede do município.

No discurso de seu Maia percebe-se uma certa nostalgia em falar de um patrimônio que em outros tempos foi um símbolo de desenvolvimento da localidade, pois só as comunidades maiores tinham escolas. Mostra a importância que essa instituição teve para a historiografia escolar da Vila do Piriá, visto que várias gerações estudaram nela; foram crianças que de alguma forma escreveram e ainda

escrevem a história deste lugar.

A Escola Reunida Américo Oliveira não é apenas um patrimônio físico, mas um patrimônio cultural dessa comunidade, retratado na forma como guardam em suas memórias aquilo que viverem na infância. Apoiado nessa ideia, seu Antônio Milton Bordallo disse que

> arguma coisa precisava sê feita pela escola que tá abandonada, o estudo lá era bom, me lembro como se fosse hoje a mulecada indo pra aula, as vez tinha parmatória, mas era bom, a gente aprendia, o estudo hoje é muito rúim, os aluno num aprende nada.

Quando seu Maia e outros moradores questionam sobre as ações do governo na comunidade, na verdade eles estão exigindo uma vida mais digna, que tenham seus direitos a uma vida feliz e respeitada na sua condição de cidadãos (ARROYO, 2012). A gestão das políticas públicas para a Vila ainda é tratada com descaso pelo poder estadual e municipal.

Na fotografia a seguir, cedida pelo senhor Raimundo Luís Santana da Silva (Tião), temos a imagem da escola (circulada, à direita), parecendo ser a única edificação de alvenaria da imagem; as demais são de madeira, do tipo palafitas. A Vila contava com poucas moradias e a imensidão da floresta é destaque ao fundo.

Imagem 15- Vila do Piriá, vista a partir do rio Piriá, com destaque para a Escola Estadual Reunida Américo Oliveira.



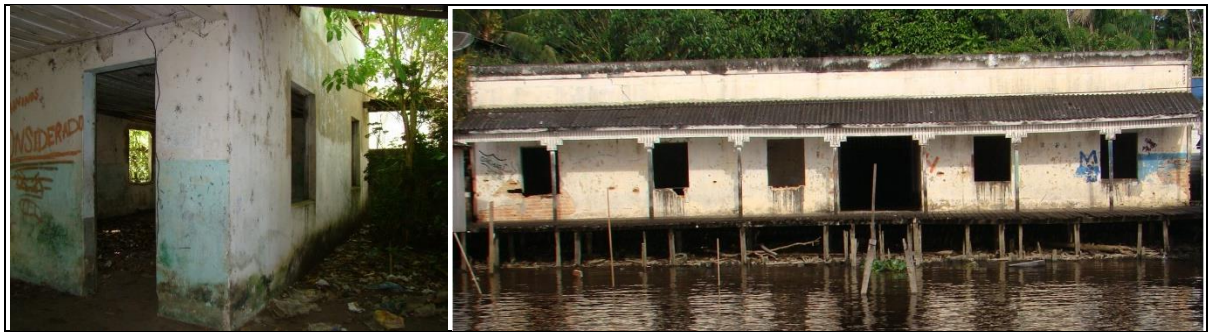
Fonte: Acervo pessoal de Raimundo Luis Santana da Silva (Tião) [19--].

Até hoje não se sabe, de fato, por que a escola foi desativada e o prédio abandonado pelo poder público. Alguns consideram que pode ter sido por *"questões políticas partidárias"*, limitando-se a informar apenas isso, sem fornecer mais explicações para a desativação da instituição. Na comunidade percebemos uma comoção popular com o que denominam de *"descaso do poder público com o patrimônio local"*.

A escola teve vários diretores, tendo permanecido durante mais tempo como diretor e coordenador pedagógico, por cerca de 20 (vinte) anos, o professor Ely Trindade Chaves. Enfim, no dia 31 de março de 2010 a escola foi desativada.

Completamente abandonado, o prédio corre sério risco de desabamento, em virtude do movimento das marés. As imagens que seguem mostram a situação em que se encontra a edificação.

Imagem 16- Prédio em ruínas da Escola Estadual Reunida Américo Oliveira – Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2015/2016.

O professor Ely Chaves, ex-diretor, nos contou que durante sua gestão a escola funcionava com turmas da 1ª à 4ª séries primária (hoje Ensino Fundamental, anos iniciais), recebia alunos da Vila do Piriá e lugares adjacentes, nos períodos da manhã e tarde, mas com o aumento da demanda os turnos passaram a ser manhã, intermediário e tarde. Matriculando entre 400 e 450 alunos anualmente, a escola funcionou por 59 (cinquenta e nove) anos, de 1951 a 2010. Com a construção de uma nova escola na Vila, inaugurada em 2001, EMEF Maria das Dores Sá, a demanda da Escola Américo Oliveira foi diminuindo, ao ponto de ser fechada e seu prédio totalmente abandonado.

A Vila do Piriá possuía outras instituições educativas, que atuavam nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais). O Ensino Médio na Vila funcionava como um anexo da EMEFM Prado Lopes, situada na sede

do município.

2.2.6.4 Aqui tenho amigo! EMEF Maria das Dores Sá

> Registro de campo (23/08/2015).
>
> EMEF Maria das Dores Sá.
>
> Durante nossas observações na EMEF Maria das Dores, em conversas com funcionários e alunos nos foi dito que a instituição recebe alunos da Vila, das comunidades do entorno e das que se localizam ao longo do rio Piriá. É comum os alunos se agruparem por localidade - rio Tamaiuiú, Ilha das Pedras, Ilha Barbosa, Ilha da Itaboca, por exemplo - na entrada e saída, na hora do recreio e nos intervalos das aulas. Os grupos interagem uns com os outros por meio das brincadeiras, troca de alimentos (merenda), nas conversas no trapiche à espera do barco-escola ou mesmo na ajuda nas atividades escolares (trabalhos e empréstimos de materiais, como papel almaço, lápis de cor, cola, etc.). A relação se mostra também pelo cuidado ou preocupação com o outro em saber onde está na hora que o barco vai sair, se lanchou ou não, se foi bem ou não na prova. Embora as relações sejam amigáveis, os conflitos são inevitáveis, como xingamentos por motivos banais, empurrões na entrada ou saída dos barcos e da escola. Porém isso não afeta a convivência das crianças e jovens; passados os conflitos tudo volta ao normal.
> Percebemos que a amizade é algo preservado entre eles, e para entendermos como as relações se estabelecem fomos até um grupo da comunidade Ilha Barbosa que estava na frente da escola à espera dos demais alunos para retornarem para suas casas. Aproveitamos o tempo para conversarmos com eles: disseram que todos moravam próximos e que eram parentes (irmãos e primos) *"Lá na Barbosa tudo mundo quase é parente" (Bela, 11 anos),* o que talvez justifique o cuidado de uns para com os outros. Dizem também que a escola propicia ter muitos amigos, como nos relata Zé Antonio, 14 anos: *"aqui todos nós somo amigo* (mostrando o grupo que estava ao nosso redor)*, na escola também, aqui tenho amigo; se precisá posso ficá lá na casa deles, as vez não tem merenda, a gente come lá com eles, então só amigo pode fazer isso, né".*

Nesses relatos extraordinários podemos conferir como as crianças constroem suas relações com os seus grupos de pares: "[...] elas nos transportam para mais perto de suas condições e circunstâncias de vida, mostrando o mundo no seio do qual não são protegidos e o qual têm como base para a construção de suas significações" (ARENHART, 2016, p. 171). Deste modo, a interação e a afetividade existentes entre as crianças são fatores que advém dessas significações e fortalecem os laços entre os membros do grupo.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria das Dores Sá (EMEF Maria das Dores Sá) é o espaço onde as crianças das diversas ilhas se encontram. A solidariedade, a ajuda, o cuidado e a amizade repercutem no contexto escolar, assim, a escola se torna um espaço por excelência em que as crianças constroem várias rotinas de ação que dão alicerce para suas culturas de pares (ARENHART, 2016).

Fundada em 2001, na Vila do Piriá, seu nome é uma homenagem à professora e diretora que prestou à comunidade relevantes serviços na área educacional (CURRALINHO, 2015). Inicialmente funcionava em prédios alugados pela prefeitura de Curralinho, em três turnos (manhã, tarde e noite), oferecendo apenas turmas de 1ª à 5ª séries do Ensino Fundamental.

Em 2002 a escola recebeu da prefeitura um prédio novo construído em madeira, edificado no local onde antes era o cemitério da Vila – o Cemitério da Ribeira. Com 6 (seis) salas de aula e uma infraestrutura melhorada para atender um grupo maior de alunos, o que possibilitou a inserção de estudantes advindos das escolas multisseriadas da região, passou a abrigar alunos do Ensino Fundamental (1ª à 8ª séries). O aumento da demanda fez com que a escola passasse a funcionar em 4 (quatro) turnos: manhã, intermediário, tarde e noite (EJA).

Em 2011, por meio da Resolução nº 134[119], de 17/3/2011 (PARÁ, 2011), o Conselho Estadual de Educação (CEE) autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental do 1º ao 9º anos e Ensino Fundamental modalidade Educação de Jovens e Adultos 1ª e 2ª etapas, possibilitando ainda à escola a emissão de documentação dos alunos e a construção do PPP, norteando assim as suas ações.

[119] Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 18/4/2011, Secretaria de Estado de Educação, ementa de Resolução/CEE, número de publicação: 223045 - Ementa de Resoluções, Resolução nº 072, de 10/03/2011.

Imagem 17- EMEF Maria das Dores Sá, edificada no mesmo terreno do Cemitério da Ribeira.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

A EMEF Maria das Dores Sá atende alunos da Vila do Piriá e das comunidades de Ilha das Pedras, Ilha São Pedro, Ilha Barbosa, rio Tamaiuiú e Ilha da Itaboca, tendo matriculado em 2016 o total de 835 alunos no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e 89 alunos na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola cede seu espaço para os alunos do Ensino Médio (aproximadamente 150 matriculados em 2016), vindos também de outras comunidades próximas, como rio Acará, Ilha das Araras, rio Turé, Piriá Mirim e rio Crajuru.

O Ensino Médio da Vila do Piriá, que funcionava de forma modular durante o ano letivo, teve início em 2010, como extensão da EMEFM Prado Lopes, localizada no distrito sede - Curralinho - e que é responsável por toda a organização e documentação dos alunos na Vila do Piriá, ficando a EMEF Maria das Dores Sá com a responsabilidade de disponibilizar o espaço físico para o funcionamento das aulas.

Apesar de ter um número considerável de alunos matriculados, a EMEF Maria das Dores Sá enfrentou dificuldades no ano de 2015 para cumprir o calendário de dias letivos, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, ocorrendo apenas cerca de 150 dias letivos. Segundo informações prestadas pelos pais e alunos, os motivos alegados são: falta de combustível para os barcos, o que impossibilita a chegada dos alunos das outras comunidades à escola; falta de merenda escolar; dispensa de professores temporários contratados pela Prefeitura, deixando algumas turmas sem aulas.

Outra questão que tem preocupado a comunidade escolar é o espaço físico que não acomoda a demanda. A escola precisou alugar uma casa para atender os alunos do Ensino Médio e outra atrás da escola para atender os alunos do Ensino Fundamental, anos finais. No entanto, as casas eram de madeira e não possuíam estrutura adequada para servirem como espaço escolar, apresentando diversos problemas: calor muito intenso no período da tarde; pouca ventilação; iluminação deficitária; ambiente insalubre para as crianças e professores, causando, segundo depoimento da comunidade escolar, dificuldades de concentração, desconforto, estresse, irritação na garganta, impossibilidade de realização de atividades coletivas, entre outros.

Imagem 18 - Prédios alugados para os alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Em 2013 a prefeitura iniciou a construção de uma nova escola e uma nova creche na parte de trás da Vila, porém as obras estavam paradas, sem previsão de conclusão, o que obriga a EMEF Maria das Dores Sá a continuar oferecendo o turno intermediário, o horário mais sacrificado para os professores e alunos (11h às 15h); também por falta de espaço na escola as crianças e jovens continuaram estudando em locais insalubres.

Além da EMEF Maria das Dores Sá existe uma UMEF denominada Canto do Saber destinado a crianças da primeira etapa da educação básica.

2.2.6.5 Eu vou contá: CMEI Canto do Saber

> Registro de campo (04/09/2015).
>
> O processo criativo na Educação Infantil.
>
> Ao término das atividades do turno da tarde do CMEI Canto do Saber, um grupo de cinco crianças (duas meninas e três meninos) esperavam pelos seus responsáveis, sentadas na ponte que dá acesso à creche. Ficamos um pouco afastadas fotografando seus movimentos, e à medida que fotografávamos, parávamos para verificar a imagem no visor da câmera; rápido elas perceberam nossa ação e correram para olhar as fotografias também. Uma das crianças diz: *"parece uma TV";* gravamos o que falavam e mostramos a elas, e percebemos que gostaram mais do vídeo que das fotografias. Então resolvemos gravar a conversa, com o consentimento delas. *"Posso fala?"*, perguntou Isis, 5 anos. Ao respondermos que sim, ela continuou: *"eu vou contá uma história. Era uma vez um bicho que passeava no mato. Ele foi pa sua casa, encontou um bicho que era sua mãe, sua mãe disse: - quando você saí, se você não pedi pa sua mãe, sua mãe vai te bigá, ponto"*. As outras crianças não quiseram contar histórias, mas concordavam com a cabeça com que Isis dizia, logo os pais chegaram e as crianças foram saindo tomando rumos diferentes.

"Eu vou contá" e "Era uma vez" nos remetem a uma forma muito particular de as crianças da Educação Infantil iniciarem suas narrativas orais, que geralmente são breves, com frases e palavras repetidas, textos simples, sem tanta elaboração argumentativa, mas que não deixam de ter sentido, enredo, personagens e cenário que nos apontam caminhos para compreendermos como as crianças apreendem o mundo. Partindo desta ideia - apreensão de saberes - é que trazemos para essa discussão a Unidade de Educação Infantil da Vila do Piriá como contribuição para a formação integral da criança deste espaço geográfico, buscando refazer o percurso de sua criação até a implantação do CMEI Canto do Saber.

A começar da narrativa oral de Isis sobre um bicho que passeava no mato, que encontrou a sua mãe e que também era um bicho, óbvio para nós adultos, mas necessária essa marcação da identidade para a criança. A mãe então avisa para o filho que este não pode sair (de perto dela, de casa ou de qualquer outro lugar) sem avisá-la.

Conforme informações contidas do PPP do CMEI Canto do Saber (CURRALINHO, 2015), os primeiros movimentos em relação ao trato com crianças na Vila do Piriá, de forma institucionalizada, datam dos anos de 1980, através de

uma parceria entre uma instituição local - “Jardim Infantil São Miguel e São Tiago” - e a LBA, órgão federal de assistência social, por meio da celebração de um convênio para matrícula das crianças da comunidade,

> [...] através da iniciativa do Sr. Luiz, um Italiano que trabalhava no então denominado Jardim Infantil “São Miguel” e “São Tiago”, uma instituição que desenvolvia trabalhos assistencialistas com a colaboração de uma entidade intitulada LBA, a qual fornecia alimentação e material de higiene para as crianças, além de manter a remuneração das monitoras. Segundos esses relatos, a LBA desfez o convênio com o casulo devido o mesmo não ter recebido as devidas prestações de contas que eram exigidas (CURRALINHO, 2015-2017).

O convênio firmado com a LBA, denominado de Projeto Casulo, foi considerado o primeiro programa nacional de massa implantado em todo o Brasil em 1977 (ROSEMBERG, 2011). Assim, todas as instituições que recebiam esse apoio eram chamadas de Casulo, caso do Jardim Infantil São Miguel e São Tiago em Vila do Piriá. Neste sentido, Rosemberg (2012b) destaca que

> A opção brasileira nos anos 1970 por expandir a educação infantil por meio de um modelo não-formal apoiado nos baixos salários de professoras leigas, [...], diferenciou o padrão de oferta do atendimento, não só quanto ao desenvolvimento regional mas, também, aos segmentos raciais. Esses programas a baixo investimento do Estado atingiram principalmente as crianças negras, pobres, principais usuárias de creches públicas e conveniadas [...] (ROSEMBERG, 2012b, p. 18).

Destaca ainda a autora que o programa foi criado com “[...] objetivos de assistência e desenvolvimento integral da criança, que ampliaram a perspectiva exclusiva de preparação para a escolaridade obrigatória” (ROSEMBERG, 2011, p. 151). A realidade analisada por Rosemberg mostra a estratégia do governo em ampliar o atendimento às crianças de 0 a 6 anos por meio de políticas educacionais compensatórias, marcadas por um atendimento de pouca qualidade a custos irrisórios para um contingente altíssimo de crianças que se encontravam fora da escola, desenvolvendo um trabalho basicamente assistencialista: fornecimento de alimentação e cuidados de higiene.

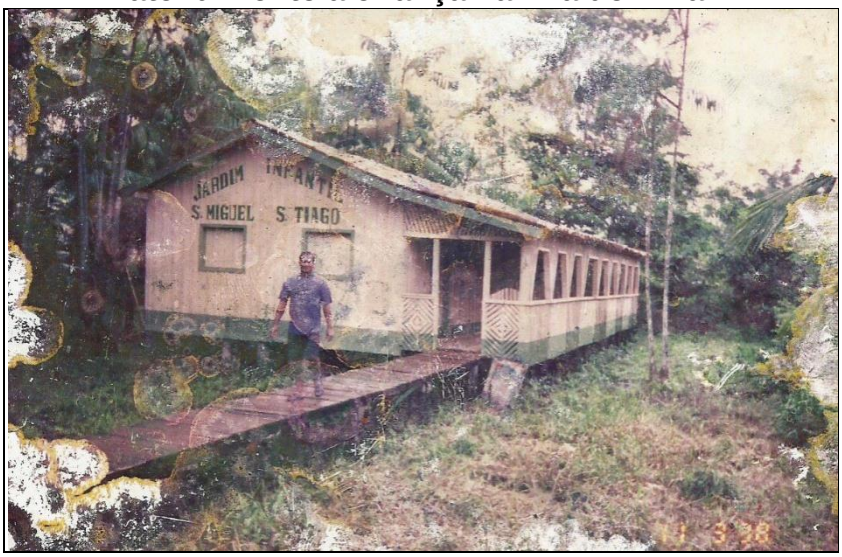
A ideia dos militares, então no poder, era de que as crianças fossem atendidas por meio de programas que gastassem o mínimo de recursos financeiros e que o padrão de qualidade dos serviços prestados não fosse “sofisticado”, bastando apenas dar conta da realidade brasileira, ou seja, “[...] tratava-se de evitar

que os pobres morressem de fome, ou que vivessem em promiscuidade, assim como seu ingresso na vida marginal [...] (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 11).

É nesse formato de políticas públicas para a infância que tal projeto chega à Amazônia Marajoara. No Jardim Infantil São Miguel e São Tiago o repasse da LBA cobria apenas as despesas com alimentação, material de higiene básica e o pagamento das monitoras - líderes pastorais que, em substituição aos professores, cuidavam das crianças. Como forma de diminuir ainda mais os custos, a comunidade era convocada a cooperar na manutenção da unidade com o seu trabalho. Conceição (2017, p. 10) alude que "[...] a LBA desempenhou papel marcante junto às esferas locais [...]" na medida em que "[...] incentivava a instalação de creches em espaços físicos simples, com infraestrutura precária e a contratação de profissionais sem qualificação".

A imagem a seguir mostra o local, que já não existe mais, onde funcionava o Projeto Casulo na Vila do Piriá.

Imagem 19 - Jardim Infantil S. Miguel e S. Tiago, primeira Unidade de atendimento à criança na Vila do Piriá.



Fonte: (CURRALINHO, 2015-2017).

Conforme consta no PPP, o convênio foi encerrado por falta de prestação de contas, e com a extinção da LBA (ROSEMBERG, 2011) (janeiro de 1995) qualquer tentativa de ressuscitar a parceria foi definitivamente sepultada. A entidade passou a receber auxílio da Pastoral da Criança da Igreja Católica, que se responsabilizava exclusivamente pela questão alimentar. A partir do ano de 1996 a Prefeitura Municipal de Curralinho entra na parceria, assumindo a contratação e pagamento de

monitores para atuarem no processo educativo, enquanto que a Pastoral da Criança continua com a doação dos alimentos.

Em 2000 a instituição recebeu uma coordenadora pedagógica, dando início ao processo de organização da Educação Infantil na localidade. Em 2002 a Prefeitura Municipal promoveu concurso público para a área educacional, com vagas disponíveis para a Vila do Piriá. Com a inserção de novos servidores na rede municipal de ensino, o Casulo tornou-se uma unidade de Educação Infantil, funcionando como anexo do Centro de Educação Infantil Criança Feliz, localizado no distrito Sede - Curralinho.

O PPP do CMEI Canto do Saber relata ainda que a demanda por vaga na unidade de Educação Infantil aumentou consideravelmente, provocando em 2003 uma mobilização dos educadores e comunidade com a finalidade de construir um espaço adequado às necessidades das crianças, culminando em 2004 com a inauguração do CMEI Canto do Saber.

O centro atende crianças de 3 a 5 anos, funcionando nos turnos da manhã e tarde. As crianças da manhã são de outras comunidades [120] (ilha Barbosa, rio Tamaiuiú, rio Carvalho, Furo dos Tucanos, ilha do Uruá,) e chegam em barcos alugados pela Prefeitura Municipal de Curralinho[121].

A regularização da unidade encontra-se em tramitação no Conselho Municipal de Educação (CME), segundo informações da gestora do CMEI Canto do Saber, Arinéia de A. Conceição (2013-2016).

[120] O barco vai apanhando crianças ao longo dos rios, da ilha Barbosa até a ilha do Uruá.

[121] Segundo informação da Direção do CMEI Canto do Saber, a unidade possui apenas 01 (um) barqueiro, o senhor Antônio João Miranda, que há pelo menos 6 (seis) anos faz o transporte escolar das crianças. Toda contratação de barqueiro é feita diretamente pela Prefeitura, sendo necessário que ele seja habilitado pela Marinha.

Imagem 20 - CMEI Canto do Saber - Vila do Piriá/Curralinho – PA.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Embora o Centro seja uma referência na Vila, com um número considerável de crianças matriculadas em 2016 (139 matriculados), percebe-se ainda a existência de problemas básicos interferindo no funcionamento da instituição. A falta constante de alimentação nas escolas e de combustível (óleo diesel) para a realização do transporte escolar, além da reforma do prédio da instituição em período letivo, foram determinantes para que se chegasse em 2015 a somente 140 dias de trabalho efetivo na unidade.

2.2.6.6 [...] quando não tem óleo para os barco e quando não tem merenda na escola, não gosto nem de falá: a alimentação e o transporte escolar

Acordar com o canto do galo, antes dos primeiros raios do sol, peregrinar até a margem do rio, entrar num barco sem conforto algum, em meio à chuva comum na Amazônia para ir à escola. Esse é o dia a dia de grande parte das crianças ribeirinhas. Dependendo do período do ano, é possível que o embarque e o desembarque aconteçam com a água grande, quando a maresia é maior ainda e o balanço das embarcações faz com que o acesso nem sempre seja fácil e rápido. Também pode ocorrer no meio da lama, em virtude das mudanças advindas das variações entre o verão e o inverno amazônicos e das correntezas, que podem causar mudanças nas margens dos rios.

Associadas a essa realidade cotidiana das crianças da Vila do Piriá há outras dificuldades, que não estão atreladas necessariamente às questões naturais, mas ao descaso do poder público com as crianças desse território, como podemos constatar nos retalhos do registro de campo a seguir:

> Registro de campo (04/09/2015).
>
> E quando falta o que é de direito...
>
> Observando os alunos durante o ensaio geral da EMEF Maria das Dores Sá para o desfile de 7 de Setembro, com o sol escaldante e o calor quase que insuportável, resolvemos procurar um local para nos proteger. Como todos os lugares estavam lotados, a opção que nos restou foi nos abrigarmos no hall de entrada da escola, onde já havia um número expressivo de meninas e meninos também se protegendo do sol. Em um dado momento, alguns integrantes de um grupo de crianças e adolescentes que estavam participando do ensaio vieram solicitar que os fotografasse. Já com a câmera fotográfica nas mãos, iniciamos um breve diálogo para saber um pouco mais sobre eles enquanto ajustávamos o equipamento. Dissemos a eles que iríamos gravar a conversa, pois não era possível anotar nada com aquele movimento todo no local. Eles riram e alguns demonstraram uma certa ansiedade em se mostrar para a câmera. Ao perguntarmos se eram da Vila, eles nos informaram que moravam em outras comunidades, como a ilha do Macaco e ilha Nossa Senhora das Graças. A idade do grupo variava entre 7 e 16 anos. Falaram que vinham para a Vila porque estudavam na Maria das Dores, e uma das meninas, aparentando ter entre 14 e 16 anos reclama: *"só que as vez é ruim quando o barco não vai pegá a gente*". Ao indagarmos o porquê, ela responde: *"não tem óleo, aí os barqueiro não tem como í pegá nós"*. Outra menina, de aproximadamente 12 anos, relata, com os olhos lacrimejantes: *"gosto da escola, mas não gosto de duas coisa: quando não tem óleo pros barcos, aí a gente não vem pra aula e quando não tem merenda na escola, não gosto nem de falá"*. No decorrer da conversa conseguimos saber que eles estudavam no horário intermediário, no entanto, quando precisavam fazer trabalhos escolares, vinham no barco com os alunos do turno da manhã e ficavam para a aula que iniciava às 11h. De repente um menino diz: *"e a foto, professora?",* ao que respondemos: *"é agora"*. Eles então fazem várias poses, individuais e coletivas, as quais nós registramos. Essa conversa dura cerca de 5 minutos e é encerrada quando todos saem correndo para o ensaio.

A fala dos alunos demonstra, de certa forma, que a escola é um espaço no qual gostam de estar, porém, a estrutura mínima necessária para a permanência com sucesso das crianças na escola ainda não é uma realidade na Amazônia Marajoara, sobretudo na Vila do Piriá.

Como mencionamos anteriormente, há variados tipos de violência aos quais a população, sobretudo as crianças, está submetida e que se disfarçam como rotinas da administração pública. A demora na aquisição da merenda escolar por meio de licitação pública, por exemplo, foi uma situação corriqueira observada durante a pesquisa de campo. Quando questionamos na EMEF e no CMEI sobre a falta da merenda nos dias em que lá estivemos, a resposta dos gestores e coordenadores era sempre *"*ainda tão fazendo licitação" ou "ainda não chegou, vão mandar" (REGISTRO DE CAMPO, 20/04/2016), embora já estivéssemos quase no final do mês de abril.

Gonçalves (2013, p. 60), em seus estudos sobre a gestão de políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes no Pará, destaca que "a merenda escolar representa um grande atrativo para a frequência escolar nas escolas públicas, sendo considerada uma atividade integrada". Referenda ainda a autora que a merenda tem uma dimensão social, pois alcança os alunos em condições socioeconômicas inferiores, sendo o seu maior público crianças e adolescentes que, em muitos casos, só dispõem dessa única refeição no dia.

O serviço de transporte escolar oferecido aos alunos que estudam na Vila do Piriá é feito por barcos alugados dos moradores da região, num total de 17 (dezessete) barcos no ano de 2015. Há apenas 1 (uma) lancha-escolar pertencente à prefeitura (parceria com o governo federal), sendo este o único veículo que possui os equipamentos necessários para a segurança dos alunos (boia, colete salva-vidas, rádio transmissor, luz de longo alcance, entre outros), conforme informado por um dos barqueiros (REGISTRO DE CAMPO, 26/8/1015).

Observamos que os barcos utilizados no transporte escolar não possuem condições de segurança mínima para os alunos, pois são desprovidos dos equipamentos de segurança e de assentos para todos. Muitas crianças viajam sentadas no chão das embarcações, às vezes duas crianças ocupam o mesmo assento simultaneamente, outras ainda viajam em pé na proa das embarcações, condições que são proibidas pela Marinha, órgão responsável pelos cursos de capacitação dos barqueiros.

Segundo a Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 45, de 20 de novembro de 2013, "Para usar lanchas ou barcos escolares que integram o programa Caminho da Escola, prefeitos e governadores devem obter

concessão ou permissão da autoridade marítima” (BRASIL, 2013b), que verifica se há condições de segurança para os alunos, antes de liberar a concessão. Segundo informações do coordenador do transporte escolar da EMEF Maria das Dores Sá do ano de 2015, todos os barqueiros fizeram o curso da Marinha para realizarem o transporte escolar na região.

Quando perguntados sobre as condições dos transportes, as crianças demonstram certa insatisfação. Os alunos que residem nas comunidades mais distantes da Vila acordam por volta das 4h da manhã, para apanharem a embarcação às 5h, chegando à escola por volta das 7h30. Durante o tempo que passam nas embarcações estão sujeitos às variações climáticas, subida e descida das marés, balanço das embarcações e barulhos dos motores, contribuindo para que os alunos cheguem à escola com sono, indispostas para as aulas. Em conversa com um grupo de 6 (seis) alunos, na faixa etária de 7 a 16 anos, ainda no trapiche em frete à EMEFM Maria das Dores Sá, moradores da Ilha São Pedro (também chamada de ilha do Macaco) e da Ilha Itaboca, eles relataram o quanto é difícil morar distante da escola, afirmando que é comum passarem de 3 a 4 dias sem aula, pois o barco não passa para buscá-los, além de algumas vezes terem que sair mais cedo da escola, por falta de merenda escolar. A fala de um aluno[122] sintetiza o que sentem quando não são garantidos os seus direitos básicos à educação e à alimentação escolar: “a gente gosta da escola, mas quando não tem óleo para os barco e merenda na escola, não gosto nem de falá” (DIÁRIO DE CAMPO, 04/9/2015).

As imagens a seguir mostram como os alunos são transportados nas embarcações, de suas comunidades até os trapiches das escolas.

[122] O aluno não quis se identificar.

Imagem 21 - Alunos nos transportes escolares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

O transporte escolar nas áreas rurais e ribeirinhas é necessário para que os alunos cheguem aos espaços escolares, no entanto, nem sempre esse direito é garantido. Durante o ano de 2015, na EMEF Maria das Dores Sá os alunos tiveram aproximadamente 150 dias de aulas efetivas, por falta de combustível para as embarcações e falta de merenda escolar, contrariando o disposto na legislação educacional correspondente. A LDB, Lei 9394/1996, em seu art. 24, inciso I, referenda que “a carga horária mínima anual será de **oitocentas horas**, distribuídas por um mínimo de **duzentos dias** de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Em função da distância entre a escola e suas residências, muitos alunos passam mais tempo viajando do que na própria escola; o quadro que se agrava quando não há alimentação escolar, uma vez que os alunos são liberados entre 9h e 9h30min para retornarem para suas casas. Entretanto, alguns deles ficam na porta da escola ou no trapiche, aguardando o retorno do barco, que a essa hora já saiu para apanhar os alunos do turno intermediário. Mesmo sendo liberados mais cedo, ficam

impossibilitados de retornarem a suas casas, e ficam com fome aguardando o barco chegar, para só então retornarem para suas comunidades. A esse respeito a LDB, Lei nº 9.394/1996, considera, no Art. 4º, inciso VIII[123] que o Estado tem o dever de garantir o "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (BRASIL, 1996).

2.2.6.7 O Bolsa Família é uma ajuda pra gente: sobre o Programa Bolsa Família (PBF) na comunidade de Vila do Piriá

> Registro de campo (28/04/2016).
>
> Transferência de renda para as famílias em situação de pobreza.
>
> Há cerca de duas semanas havíamos solicitado informações à EMEF Maria das Dores Sá e ao CMEI Canto do Saber sobre o número de alunos que recebiam o benefício do Bolsa Família, programa do governo federal que beneficia famílias pobres e extremamente pobres. Primeiramente nos deslocamos ao CMEI, e ao adentramos a unidade para pegarmos os dados encontramos mães de alunos solicitando informações e realizando cadastro com a gestora. Ficamos esperando sermos atendidos, observando as orientações passadas à comunidade, bem como as dúvidas das mães sobre o repasse e o valor deste por criança. À medida que as mães iam saindo perguntávamos a elas sobre o programa, se recebiam, quantos filhos tinham cadastrados, o que faziam com o recurso e a importância dos recursos para o orçamento da família.
> Conversamos com três mães (Antônia, 22 anos; Maria do Carmo, 38 anos e Nazaré, 32 anos) que aguardavam as crianças serem liberadas de suas atividades, e que nos disseram que já recebiam o bolsa família. Maria do Carmo, que recebe por três crianças, diz: *"Ah, mana, se não fosse o bolsa família, nem sei, o bolsa família é uma ajuda pra gente. Eu compro as coisinha deles e pro resto". "Que resto?",* perguntamos. *"O resto dos filho, tem mais lá em casa"* (fala, rindo). Antônia comenta que tem cinco filhos que recebem o bolsa família, dois na creche e três no Maria das Dores: *"É mermo uma ajuda, a gente não tem emprego aqui, quando o açaí acaba o negoço fica preto, aí tu já pensô se num tivesse a bolsa?".* Nazaré se mostra mais reflexiva diante do programa, considerando que ele é importante para ajudar no orçamento familiar, uma vez que o emprego está escasso na Vila, a caça e a pesca também quase não tem mais. Disse ainda que muita gente ganha o bolsa sem precisar, "*tem gente que recebe o bolsa que trabalha e nem podia recebê, aí outra gente qui precisa fica no prejó"*. Ela sugere que o valor pago deveria ser de acordo com as necessidades de cada família e que podia ter também uma maneira de capacitar as pessoas para quando deixassem de receber o benefício tivessem como se manter. Diz

[123] Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 (BRASIL, 2013).

> ainda que *“outra coisa que acho é que a prefeitura devia fazê alguma coisa de curso pra gente, assim, padaria, manicure, a fazê hortinha, sei lá, um monte disso, porque a bolsa não é pra toda vida, e depois?”.* As mães continuaram falando sobre o programa, mas não quiseram dizer o valor total que recebiam, afirmando apenas que era pouco, mas que servia muito. Logo que as crianças saíram, elas se despediram e foram embora.

O Programa Bolsa Família (PBF) objetiva o alívio das necessidades básicas imediatas, transferindo renda para as famílias que se enquadram nas normas do programa. Embora tenha sofrido críticas quanto a sua finalidade, execução e fiscalização, obteve resultados significativos em todo o território nacional desde as primeiras avaliações. As famílias contempladas consideram o programa um reforço no orçamento familiar e um meio de garantir uma melhor qualidade de vida.

Analisando o programa, a partir de estudos dos relatórios do governo federal e dos municípios contemplados, além de outros indicadores e fontes documentais, Campello (2013) e Paiva, Falcão e Bartholo (2013), afirmam que o legado desse programa, considerado o maior em termos de transferência de renda às populações pobres e miseráveis do país, foi a redução da desnutrição e da segurança alimentar e nutricional, da desnutrição infantil, diminuição da mortalidade infantil, redução das taxas de crianças fora da escola e queda na desigualdade de rendimentos.

Os resultados das análises feitas pelos autores acima mencionados e a realidade da Vila do Piriá a partir dos discursos das mães que recebiam o benefício na comunidade nos levaram a refletir sobre o papel das políticas públicas no combate à pobreza na Amazônia. Por meio dos relatórios[124] e dos indicadores sociais consultados durante a investigação “[...] verifica-se, no atual momento, [...] que dois fatores fundamentais da queda da pobreza apresentam limitações ou problemas bem significativos: o mercado de trabalho e o gasto social, notadamente o assistencial [...]” (SOARES et al., 2016). O que significa dizer que esses fatores impactaram a vida das populações ribeirinhas, com a taxa de desemprego chegando a 12,4% no trimestre encerrado em setembro de 2017, atingindo cerca de 13 milhões de pessoas (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2017) e com a redução de

[124] Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Marajó (2013), Sistema de Informações de Indicadores Sociais, IPEA – Relatório Territorial do Marajó (2015), Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais (abril/2016), Relatório Analítico do Território do Marajó (2012), Relatório de Fiscalização (nº 00190.025725/2014-24) – Controladoria-Geral da União, IPS Amazônia (2014), Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2014), IDHM (2010) e IDEB (2013) dos municípios dos Marajós.

verbas para os programas sociais em 96% nos últimos quatro anos (SIMÃO; PUPO, 2017), dos quais o bolsa família é um deles. O reflexo tem sido os cortes em massa, dificuldades nos repasses dos recursos e suspensão de novas inscrições, provocando a diminuição na qualidade de vida, principalmente das crianças que necessitam, sobretudo, de uma alimentação adequada ao seu desenvolvimento.

Conforme levantamento realizado pelas duas instituições de ensino - CMEI Canto do Saber e EMEF Maria das Dores Sá - durante o período das matrículas de 2016, foram contemplados 548 (quinhentos e quarenta e oito) alunos pelo PBF, sendo 91 (noventa e um) alunos da Educação Infantil e 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais).

Os quadros demonstrativos a seguir detalham os beneficiados com o PBF nas duas unidades educativas.

Quadro 13 - Demonstrativo de alunos beneficiados com o Programa Bolsa Família do CMEI Canto do Saber, em Vila do Piriá - Curralinho/PA (2016).

Idade	Sexo	Quantidade
Crianças de 3 anos	Meninas	07
	Meninos	11
Crianças de 4 anos	Meninas	22
	Meninos	19
Crianças de 5 anos	Meninas	22
	Meninos	10
Total		**91**

Fonte: Relatório fornecido pelo CMEI Canto do saber.

Quadro 14 - Demonstrativo de alunos beneficiados com o Programa Bolsa Família na EMEF Maria das Dores Sá, em Vila do Piriá (2016).

Idade	Sexo	Quantidade
Alunos com 6 anos	Meninos	05
	Meninas	06
Alunos com 7 anos	Meninos	19
	Meninas	25
Alunos com 8 anos	Meninos	26
	Meninas	15
Alunos com 9 anos	Meninos	28
	Meninas	20
Alunos com 10 anos	Meninos	30
	Meninas	23
Alunos com 11 anos	Meninos	22
	Meninas	25
Alunos com 12 anos	Meninos	24
	Meninas	23
Alunos com 13 anos	Meninos	24
	Meninas	26
Alunos com 14 anos	Meninos	27
	Meninas	25
Alunos com 15 anos	Meninos	16
	Meninas	18
Alunos com 16 anos	Meninos	21
	Meninas	09
Total		**457**

Fonte: Relatório fornecido pela EMEF Maria das Dores Sá.

O Relatório de Informações Bolsa Família e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o município de Curralinho/PA assevera que o Programa é destinado às famílias brasileiras de baixa renda, que recebem até meio salário mínimo por pessoa. É por meio dessas informações que as famílias são selecionadas para receberem tal benefício.

Em relação ao município de Curralinho/PA, o Relatório traz dados do ano de 2015 até março de 2016, salientando que até dezembro de 2015 o município havia inscrito no Cadastrado Único um total de 5.811 famílias. O Relatório destaca que

> O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de março de 2016, **4.608 famílias**, representando uma cobertura de 128,5 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R$ 207,29 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 955.199,00 no mês.

> Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2015, atingiu o percentual de 83,2%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 5.677 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 6.823. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 81,7%, resultando em 1.306 jovens acompanhados de um total de 1.598.
> Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2015, atingiu 76,2 %, percentual equivale a 3.138 famílias de um total de 4.120 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (BRASIL, 016, grifo nosso).

Levando em consideração que o PBF se constitui no mais importante programa social destinado à população de baixa renda da região, que a população de Curralinho é de 28.549 habitantes e de Vila do Piriá de 9.869 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b) e que o mapa de incidência da pobreza dos municípios do Pará (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003) aponta que Curralinho possui 62,3% da população em condição de pobreza, observamos que mesmo com o avanço das políticas públicas de transferência de renda para 5.811 famílias descritas no Relatório de Informações Bolsa Família e Cadastro Único, o Programa, por si só, se mostra insuficiente para erradicar a pobreza no município e consequentemente em Vila do Piriá.

2.2.6.8 Aqui só tem puliça quando tem festa: o sistema de segurança pública na Vila do Piriá

A segurança pública de Curralinho enfrenta dificuldades estruturais de diversas ordens dentre as quais destacamos a de pessoal, a física e a financeira (repasse de recursos), ressaltando que essa é uma realidade de todos os municípios que compõem a Mesorregião do Marajó.

O reflexo é sentido diretamente nas ilhas, vilas e povoados do município. O distrito Vila do Piriá, como o segundo distrito de Curralinho, mesmo com uma população aproximada de 10.000 habitantes, não possui um efetivo policial permanente[125], destacado para o local. Durante a pesquisa de campo (junho/2015 a dezembro 2016) não observamos a presença de nenhum contingente policial efetivo na comunidade; os policiais só se fazem presentes durante a realização de eventos,

[125] Solicitamos à Secretaria Estadual de Segurança Pública, em maio de 2016, através de e-mail, informações sobre o contingente policial, no entanto, até o fechamento deste trabalho não obtivemos nenhuma resposta daquele órgão.

como festas e festivais, dias cívicos com comemorações (7 de Setembro e eleições municipal, estadual e federal) e em episódios de violência na comunidade, quando foram acionados e estiveram por algumas horas no local. "*Aqui só tem polícia quando tem festa"* foi à frase mais falada quando os interlocutores se referiram à questão da segurança (REGISTRO DE CAMPO, 28/04/2016).

Na Vila encontramos uma casa que, segundo os moradores, serve de delegacia, localizada na rua principal - Beira-mar - mas que permanece sempre fechada, assim como o imóvel apontado como sendo uma casa que abriga os policiais militares quando estão em diligência nos eventos cívicos e ou festivos na Vila.

Imagem 22- Casa que serve de delegacia e casa que abriga o contingente policial na Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

O município apresenta um quadro de violência bastante significativo, associado ao consumo de bebida alcoólica em eventos públicos, o que geralmente provoca desavenças entre pessoas ou grupos, desentendimentos domésticos ou familiares, abuso contra mulheres e crianças nas diversas localidades do município. Sobre a situação de violência em Curralinho, Cardozo (2016) adverte que

> Os conflitos no município se ampliavam nos fins de semana, feriados e ocasiões festivas, quando o consumo de bebida alcoólica e a concentração de pessoas em determinados locais públicos aumentavam. Brigas entre inimigos habituais, desentendimentos ocasionais, brigas entre mulheres, troca de agressões entre casais e mesmo brigas potencialmente letais (como através do uso de terçados ou de garrafas de vidro) ocorriam com certa frequência nas festas, exigindo a intervenção dos seguranças particulares e, no limite, da polícia militar. As situações que demandavam intervenção policial *"no interior"* envolviam novas complexidades, como a provisão para o deslocamento fluvial (dia e noite), as longas horas de viagem, a localização exata das casas ou povoados, as dificuldades para captura dos suspeitos quando estes se embrenhavam mata adentro (CARDOZO, 2016, p. 94).

Esse quadro de violência se apresentava também na Vila do Piriá, com a ocorrência constante de brigas, ferimentos com armas brancas, além de abuso contra crianças e adolescentes, conforme levantamento feito por Cardozo (2016) e relatos das próprias crianças, moradoras da Vila, no discurso a seguir: “a gente já ovimo falá de um home que tem aí pra cima que pega criança, ele faz saliença, mata e disque tira até assim o coração” (REGISTRO DE CAMPO, 06/10/2016)[126]. Buscando solucionar essas situações, Cardozo (2016) destaca que a alternativa encontrada pelo poder público municipal foi a contratação de agentes de segurança que, segundo ela, são indivíduos

> [...] remunerados pela prefeitura municipal, eles atuam acompanhando a rotina das vilas, fiscalizando as práticas locais e recebendo denúncias e queixas de moradores a respeito de conflitos domésticos, com a vizinhança ou ocorrência de crimes. Cabe-lhes, assim, mediar as partes envolvidas e reportar às autoridades policiais em Curralinho os eventos conflituosos que requerem intervenção formal [...] (CARDOZO, 2016, p. 94).

Embora se questionasse a presença dos agentes de segurança nas vilas com maior número de famílias, residências e comércios, eles passaram a ter um papel de destaque nas comunidades, uma vez que o poder público é insuficiente para atender às demandas da grande extensão fluvial de Curralinho, com rios e seus afluentes, furos e igarapés. Cardozo (2016) destaca o trabalho desenvolvido pelo agente de segurança na Vila do Piriá, dizendo que

> Na Vila do Piriá, uma localidade ao longo do rio de mesmo nome (Rio Piriá) com alta concentração de pessoas, de residências e de serviços, sargento André, com longa experiência de atuação na cidade de Curralinho, foi escolhido pela então nova gestão municipal para ser o responsável por questões referentes à segurança pública naquela comunidade (CARDOZO, 2016, p. 209).

Cardozo (2016) ressalta ainda que, durante sua pesquisa desenvolvida na região, acompanhou algumas ações do agente de segurança designado para o Piriá, ações estas que de certa forma têm mitigado os conflitos na comunidade, conforme narrou:

> Nesse caso, pude acompanhar atividades dos agentes de segurança que atuavam na Vila do Piriá, que fora conhecida até então por índices crescentes de violência, identificados com um processo de urbanização do

[126] As identidades dos interlocutores nesta subseção foram preservadas, a fim de se evitar possíveis represálias.

> povoado. Com a alocação de um policial militar aposentado para aquela função, era opinião geral que os conflitos vinham sendo amenizados significativamente (CARDOZO, 2016, p. 94).

Os problemas decorrentes da falta de segurança na Vila do Piriá podem ter sido atenuados com a presença de um agente de segurança naquele momento, mas isso não é suficiente para equacionar as dificuldades estruturais enfrentadas pelo sistema de segurança pública do município, reflexo de políticas inadequadas desenvolvidas pelos governos estadual e federal. A contratação de pessoas não habilitadas para lidar com questões delicadas como abuso sexual, por exemplo, em que se requer a realização de perícias, cuidados com as informações e trato cordial e responsável com as vítimas, quase sempre acarreta enorme prejuízo às investigações, criando situações em que “[...] não era raro que as famílias e as vítimas se sentissem constrangidas com a forma de abordagem e de registro quando chegavam à delegacia” (CARDOZO, 2016, p. 94).

A história da Vila é também uma história de violência contra as crianças como podemos observar na exploração do trabalho infantil nas serrarias, na violência sexual intrafamiliar, estupro de crianças e jovens por pessoas próximas (vizinhos, amigos), casamento de meninas com homens bem mais velhos, alienação parental, prostituição e tráfico de menores para o mercado de exploração sexual (CARDOZO, 2016). Essa é a realidade que precisa ser enfrentada pelo poder público e pela sociedade, é uma luta de todos em prol da criança amazônida.

As políticas públicas de atendimento à criança na Amazônia apresentam-se deficitárias em todas as áreas; os serviços básicos nas comunidades mais afastadas são quase inexistentes; a saúde é o serviço mais demandado pela população, entretanto os investimentos em pessoal, materiais e medicação têm se restringido consideravelmente, destinando-se somente à sede do município e a alguns povoados recursos insuficientes para um atendimento eficaz. Apesar de ser o segundo distrito do município, Piriá não garante a seus moradores um atendimento de saúde digno.

2.2.6.9 Não tem nada lá: serviços de saúde na Vila do Piriá

O atendimento de saúde na Vila do Piriá é feito no Posto Saúde da Família (PSF), que atende também as comunidades do entorno - rio Mucutá, Santa Rosa,

Vila Maria, rio Piriá Boto, Ilha Barbosa, Vila Povoação, Camauá, Crajurú, Pedrinhas, rio Ajurú, rio Murumuru, rio Tamaiuiú, rio Uruá e Cuera. O espaço físico é composto por 2 (duas) salas para atendimento individual, 1 (uma) sala de curativos, 1 (uma) sala de exames laboratoriais, 1 (uma) cozinha e 2 (dois) banheiros. Há cerca de dois anos foi iniciada a ampliação do posto, porém até o término da pesquisa de campo os serviços continuavam parados. A imagem a seguir mostra o PSF da Vila do Piriá.

Imagem 23- Posto Saúde da Família da Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016/2017).

O PSF não dispõe de médicos, odontólogos, enfermeiros ou qualquer outro profissional de nível superior, sendo o atendimento à população realizado por 2 (duas) auxiliares de enfermagem e 2 (dois) técnicos de laboratório; além desses profissionais o posto conta com 2 (duas) auxiliares de serviços gerais. Funciona das 7h às 18h, apenas com atendimento básico de curativos, partos normais sem complexidade, verificação de pressão arterial e temperatura, e atendimento emergencial, sendo os casos mais complexos encaminhados à sede do município, assim como os exames de pré-natal e a vacinação de crianças. Durante a pesquisa de campo, observamos apenas a execução dos serviços de verificação de pressão arterial, temperatura das crianças em estado febril, exame para detecção de malária e acompanhamento dos partos naturais, todos realizados pelos auxiliares de enfermagem. Por falta de material adequado - segundo informações dos funcionários do PSF e dos usuários que buscavam atendimento - os demais serviços deixam de ser oferecidos à população.

Nesse sentido, Cardozo (2016) afiança que:

> Nas comunidades e vilas ao longo dos rios, as ausências no campo da saúde eram mais agudas. Em um dos maiores povoados, a Vila do Piriá, sempre me deparei com o centro de saúde – uma construção bastante precária – fechado; o agente de saúde alegava que não dispunha de meios para realizar seu trabalho, tampouco de estrutura adequada [...] (CARDOZO, 2016, p. 80).

Embora os livros de registros de atendimento ao público nos apontem que a população procura o posto para atendimentos emergenciais, especialmente para as crianças, esta unidade de saúde não dispõe de materiais básicos para atendimento à população (remédios, material para exames laboratoriais, para pequenas suturas e curativos, entre outros).

No livro de registro de controle de pacientes[127] do PSF, a quando de verificação *in loco*, pudemos constatar que as doenças mais recorrentes são vômitos, diarreias, tosse, suspeita de pneumonia, febre, gripe, asma e coceiras. Constam ainda atendimentos a vítimas de picadas de cobra, acidentes de barco, queimadura e quebradeira[128], com maior incidência em crianças de até 10 anos.

De acordo com anotações no livro de registros de nascimento do PSF de Vila do Piriá, no período compreendido entre 4/8/2011 e 24/8/2015 (data da consulta), 73 (setenta e três)[129] mulheres deram à luz por meio de parto natural no PSF, a maioria delas (56,16%) com idade inferior a 18 anos, consideradas mães adolescentes; apenas 1 (uma) havia chegado ao 3º ano do Ensino Médio, as demais não haviam concluído o Ensino Fundamental.

Os registros são esparsos, com muitas lacunas e até mesmo sumiço de livros, restando documentados os seguintes períodos: 4/8/2011 a 25/8/2012; 11/8/2014 a 5/12/2014; 23/2/2015 a 24/8/2015. Referente ao ano de 2013 encontramos apenas 4 (quatro) registros em papéis avulsos.

A falta de médicos ou de um serviço de saúde que atenda às reais necessidades das mulheres grávidas, principalmente da zona rural, faz com que se destaque a figura das parteiras da comunidade, que, segundo Ferreira e Freitas (2011) são figuras presentes nas áreas mais distantes e,

---

[127] Há registros a partir de agosto de 2014, sendo que existem lacunas nos registros que não foram descritos pelos agentes de saúde, ficando os livros incompletos. Os trabalhadores da saúde não souberam informar sobre os registros anteriores nem sobre as lacunas existentes nos registros atuais.

[128] Quando ocorre a quebra dos ossos do corpo, como braço e perna.

[129] Não estão incluídas as mulheres encaminhadas para darem à luz na sede do município.

> Atualmente, percebemos que o trabalho de parteiras na sede do município de Curralinho é uma prática pouco comum, ocorrendo em maior frequência nas vilas e lugarejos. Isso talvez se justifique pelo difícil acesso aos serviços de saúde no espaço rural, pois para chegar a eles há uma série de empecilhos, entre os quais o transporte precário, a subida e descida das marés e as condições climáticas.
> As parteiras de Curralinho, de um modo geral, são mulheres com mais de quarenta anos, e normalmente são mães de muitos filhos, que aprenderam o ofício com suas avós ou mães (FERREIRA; FREITAS, 2011, p. 135).

Além do PSF, existem 5 (cinco) ACS que fazem atendimento na comunidade, tendo como base de apoio ao seu trabalho o PSF; porém, a coordenação dos trabalhos dos ACS é feita pela Secretaria Municipal de Saúde, sediada em Curralinho; os dados colhidos na região pelos ACS são enviados diretamente à Secretaria.

Em 2014 a Marinha do Brasil divulgou os resultados dos atendimentos feitos em várias comunidades na Amazônia, dentre elas Vila do Piriá, por meio do Programa de Assistência Hospitalar às Comunidades Ribeirinhas na Amazônia. Este documento mostrou as patologias encontradas que acometem as crianças na região: cárie dentária, déficit nutricional, parasitoses intestinais, anemia ferropriva, IVAS, dermatofitoses e diarréia infecciosa. Entre os adultos as patologias observadas foram: cárie dentária, cefaleias, mal-estar e fadiga, epigastralgia não-especificada, lombalgias, dermatofitoses, parasitoses intestinais, artralgias e mialgias, dor em baixo ventre e dismenorreia (BRASIL, 2016).

A falta de médicos e enfermeiros agrava a situação de atendimento às populações das muitas comunidades existentes na região do rio Piriá, deixando sem assistência as mulheres grávidas, que não fazem o acompanhamento pré-natal necessário, e também não recebem adequada assistência na hora do parto. As crianças não recebem assistência apropriada nos primeiros anos de vida, o que pode ter consequências irreversíveis para o desenvolvimento delas.

2.2.6.10 É aqui que moramos: a casa dos professores

Vila do Piriá possui uma casa de madeira destinada à moradia dos professores que residem em outras localidades e trabalham nas instituições educativas locais e nas comunidades ao longo do rio Piriá. A casa é grande, mas encontra-se em estado de deterioração acentuado, com sua estrutura física comprometida, necessitando de reparos urgentes.

Imagem 24- Casa dos professores da Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

A casa é a residência de educadores (professores, coordenadores e gestores) que trabalham na região do Piriá, nas vilas, ilhas e comunidades do entorno. Os educadores, que desenvolvem suas atividades com crianças e adolescentes nas escolas do município, grande parte deles com os alunos do Ensino Fundamental, nos informaram que a casa estava com os sanitários em péssimas condições de uso, as instalações elétricas comprometidas, com risco de acidentes e a madeira das paredes estava soltando. Um dos educadores[130] nos disse que

> É aqui que moramos, nessa casa sem o mínimo de estrutura, está para cair em cima da gente. Desde que vim para o Piriá peço à SEMED que arrume esse lugar, que fique um lugar mais digno para nós, mas até agora nada foi feito. É difícil trabalhar o dia inteiro e quando você volta para a tua morada encontra isso! Que ânimo você tem para fazer o planejamento das crianças, pensar numa atividade diferenciada para elas ou mesmo dormir bem para enfrentar um dia de sala de aula? Ganhamos tão pouco, não temos condições de pagar aluguel, passar por isso é complicado.

A fala do educador mostra sua indignação diante do descaso com o bem-estar dos profissionais da educação. Educadores que vivenciam diariamente situações as mais adversas e ainda passam por situações desconcertantes de morarem em espaços com uma infraestrutura comprometida.

2.2.6.11 Eu sou crente, eu sou católico: a devoção em Vila do Piriá

Na vila do Piriá a religião predominante é o cristianismo[131], que conta com 7 (sete) diferentes denominações, distribuídas em 9 (nove) templos: Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Cristã Evangélica, Igreja Pentecostal Deus é Amor (sede e

[130] O educador solicitou para não ser identificado.
[131] Religião baseada nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, que o considera como o Messias, o Cristo.

congregação Pentecostal Fonte de Fé El-Shaday), Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira (sede e congregação) e Igreja Católica Nossa Senhora de Nazaré. As imagens a seguir mostram os templos das variadas denominações existentes na Vila.

Imagem 25- Igrejas cristãs da Vila do Piriá.





Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

1- Igreja Adventista do Sétimo Dia; 2- Igreja Cristã Evangélica; 3- Igreja Pentecostal Deus é Amor; 4- Congregação Pentecostal Fonte de Fé El-Shaday, da Igreja Pentecostal Deus é Amor; 5- Igreja Evangélica Assembleia de Deus; 6- Igreja do Evangelho Quadrangular; 7- Igreja Assembleia de Deus - Ministério de Madureira; 8- Congregação Assembleia de Deus - Ministério de Madureira; 9- Igreja Católica de Nossa Senhora de Nazaré (em construção).

Os dados do IBGE (2017) chamam a atenção para a pluralidade dos grupos religiosos que se intensifica pela presença significativa dos evangélicos, especialmente os pentecostais. Essa constatação se assemelha aos dados de nossa pesquisa de campo, em que 92% das crianças interlocutoras se autodeclararam crentes (protestantes/evangélicos).

O Censo Demográfico de 2010[132] mostra o crescimento da diversidade de grupos religiosos no Brasil, a diminuição da proporção de católicos continuou a cair, como observado nos anos de 1980 e 1990, apesar de continuar sendo maioria no país. Em comparação, estabilizou-se o crescimento de parte da população que se declarou evangélica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b).

A comunidade católica de Vila do Piriá é devota de N. Sra. de Nazaré, inclusive com um templo (em construção) batizado com o nome da Santa. Baena (2014, p. 248), no entanto, afirma que, na primeira metade do século XIX, o orago da Igreja era São José.

No Piriá as religiões de matriz africana foram observadas durante a pesquisa de campo, como candomblé e umbanda, porém pouco se falava delas e quando falavam os praticantes eram citados como *"aqueles macumbeiros" ou "esse povo que gosta de batê tambô"*, demonstrando uma dificuldade da comunidade em se relacionar com as pessoas que cultuavam aquelas religiões. Em uma ocasião presenciamos duas meninas entre 10 e 12 anos discutindo na ponte quando retornavam da escola, por um motivo que não conhecemos. O que nos chamou a atenção foi o fato de uma dizer a outra: "pió tu, que é macumbeira, tu e tua mãe". A menina que foi xingada saiu correndo pela ponte, sem nem olhar para trás.

Mesmo de maneira quase que secreta, pois as pessoas que cultuam as religiões de matriz africana não se sentem à vontade para falar abertamente das questões que envolvem sua religiosidade, identificamos famílias que vivenciam essa religião.

Pantoja e Costa (2013, p. 264) asseveram que a intolerância das religiões predominantes em relação a outras crenças, sejam cristãs ou não, gera uma "[...] demonização e tentativa de expurgo do universo de crenças [...], o que não deixa de ser um processo de incorporação da religião do outro, no entanto, com sentido negativo".

Os cultos de procedência indígena, como pajelança(s), também foram identificados, embora com muito menos frequência que a de matriz africana. É a partir dessa linha cultural que emerge a figura do(a) "feiticeiro(a)" ou "pajé" como representativa na Vila (PANTOJA, 2011). No entanto, a população, especialmente

[132] Ver: *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b).

as crianças, consideram essas pessoas ora do bem, ora do mal, como sintetizado na fala de uma menina de 9 anos[133]: *"*a mamãe disse que tem muita feticera aqui, que num é pra comê nada do que ela dê, nem bombom, nem comida, nadinha. As vez a mamãe pega remédio lá com a dona..., mas a gente fala cum ela, eu acho ela boa" (REGISTRO DE CAMPO, 20/09/2015).

Complementando essa informação, Dona Eunice, 80 anos, afirma que "existe muita feiticeira aqui, é mulhé, ela é do mal e as vez não, é tudu escundido, só mermo uns que sabe. Mas tombém ela que faz parto e benze quando tá com quebranto a criança" (REGISTRO DE CAMPO, 05/11/2015). Geralmente desenvolvem atividades de parteiras, benzedeiras, fazedoras de remédios naturais e puxadeiras[134]. Sobre esse aspecto Albuquerque e Faro (2012, p. 59) definem tal atividade como "um conjunto de práticas e crenças xamanísticas que tem em suas expressões culturais diversos elementos da religiosidade indígena, africana e católica, mesclados em graus variáveis".

Uma das benzedeiras mais citadas nas falas dos adultos e das crianças foi dona Maria Garapé, o que nos levou a procurá-la por diversas vezes, sem, no entanto, encontrá-la. Ela sempre estava fora da vila, em casa de parentes, no sítio, ou em ligares que não souberam nos informar.

Nessa continuidade, Pantoja[135] (2011) admite, a partir dos levantamentos realizados na região, que

> [...] a Mesorregião do Marajó, assim como grande parte da Amazônia Brasileira, foi/é tradicionalmente conhecida como católica, apesar da grande presença de religiões de matriz africana, cultos de natureza indígena, como a pajelança, e, mais recentemente, a proliferação do protestantismo de vertente pentecostal [...] (PANTOJA, 2011b, p. 11).

Embora esteja perdendo fiéis para outras religiões, o catolicismo ainda é presença majoritária na região.

---

[133] Os nomes foram omitidos, para que a criança e sua família não sofram qualquer tipo de represália.

[134] Que puxam (que fazem massagens) na barriga de mulheres grávidas.

[135] A autora analisa em seus estudos as relações que se estabelecem entre católicos e evangélicos e evangélicos e evangélicos na Mesorregião do Marajó. Considera que a presença evangélica se dá desde o início do século XX, mas sua expansão aconteceu a partir dos anos de 1990 na região. A Mesorregião tem tradição católica e a Igreja Católica se manteve quase que absoluta por muitas décadas nos Marajós, e neste novo tempo de expansão de novas religiões busca estratégias para melhor atender seus fiéis (PANTOJA, 2011b), evitando assim a diminuição de seu rebanho.

2.2.6.12 Aqui a pessoa morre duas vez, de morte morrida e afogado: o cemitério da Ribeira

> Registro de campo (04/09/2015).
>
> O cemitério centenário.
>
> No trapiche da creche estávamos observando as crianças chegando nos barcos para a aula; aproximamo-nos de um grupo de três crianças que ainda não conhecíamos e que falavam de assombração que aparece no antigo cemitério da Vila, onde hoje está edificada a Escola de Ensino Fundamental. Ficamos ouvindo a certa distância, quando um deles diz, olhando em nossa direção: *"é verdade, tem uma mulhé de branco que sai aí do cemitério de noite, quando ela passa nós fica repiado"*. Apenas nos aproximamos e continuamos a ouvi-los: *"é sim, já vi um bucado de vez também"*, dizia outro menino. Escutando as crianças, seu Maia chega e entra na conversa: "*esse cemitério tem história, ele existe desde 1903, tem pra mais de 98 gente enterrada, os donos da Vila, Antônio Bordallo, Domingos Bordallo, família Cerdeira. Do outro lado do rio tem o cemitério de Nazaré, que não funciona, porque no tempo de água grande e chuva o local fica cheio".* As crianças, ouvindo seu Maia, riram quando ele se referiu ao que ocorre com os cemitérios da região, que ao longo dos anos vão sendo invadidos pelas águas dos rios da Amazônia. Então um dos meninos diz: *"Aqui a pessoa morre duas vez, de morte morrida e afogado"*. Como consequência dos alagamentos os cemitérios vão sendo desativados e passam a ocupar novos territórios. Seu Maia sai para falar com outra pessoa que o esperava. As crianças, a partir das informações de seu Maia, tecem outros comentários: *"eu que num quero ficá aí interrado", "égua, a água vem e te mata de novo, já pensô!";* e eles continuam rindo. Perguntamos se havia algum parente deles enterrado naquele cemitério e eles respondem que não. *"E a mulher que aparece lá?",* instigamos. Um deles responde: *"só aparece quando chove muito e quando é lua";* e o outro complementa: *"mas não é todo mundo que vê".* Eles saem correndo em direção à EMEF Maria das Dores Sá, e apenas um entra na creche.

Os cemitérios nos remontam a um misto de realidade e de imaginário, sobretudo se for um lugar com mais de cem anos, desativado, localizado às margens dos rios da Amazônia e ainda ter uma escola assentada em seu terreno. Esse cemitério existe e está localizado na vila do Piriá – é o cemitério da Ribeira. É um espaço que marca a história, a vida das pessoas, e resgata por meio das memórias de homens e mulheres, velhos de hoje, o processo de expansão da Vila.

Na Amazônia o movimento das águas dita as regras das construções, o seu avanço provoca a derrubada de casas, trapiches, pontes e a destruição de cemitérios. À medida que as águas avançam se faz necessário abandonar o seu

lugar e se mudar para outro mais alto, como aconteceu com o cemitério da Ribeira que, abandonado, dá luz à imaginação das crianças, como vimos nos registros de campo em que do cemitério da Ribeira aparecem figuras que têm corpo, tempo para aparecer, mas só alguns privilegiados podem ver. Realmente precisa ser muito especial um lugar desses para conter um místico de tanta beleza e mistério.

Cemitério[136] é uma palavra de origem latina que significa “lugar onde se dorme”. Com o advento do cristianismo, que traz a mensagem da ressurreição, uma nova ideia de como vencer a tão temida morte e guardar a memória dos que já morreram aparece com as construções dos cemitérios, um espaço de luta contra a morte. Para os cristãos, é certo que todos morrerão, mas ressuscitarão ao lado de Cristo, vencendo a morte. É também nesse “campo santo” que ficam depositadas as memórias dos que se foram, guardadas nas catacumbas, nas sepulturas ornamentadas, nas imagens dos anjos e santos utilizadas como adorno, nas lápides com mensagens diversas; tudo isso se constitui as memórias das pessoas cultuadas nos cemitérios (BELLOMO, 2008).

Os antigos contam que no cemitério da Ribeira descansam os primeiros desbravadores e as famílias que tinham a posse de grandes áreas de terras na região, além de pessoas que viveram toda a sua vida naquele espaço. O cemitério, para os ribeirinhos é um lugar santo, de respeito, pois os mortos merecem ser reverenciados. O legado de cada um é enfatizado pelos descendentes e pelos membros da comunidade, que apontaram as famílias Bordallo e Cerdeira como aquelas que têm o maior número de membros sepultados no Ribeira.

Bellomo (2008, p. 13) destaca que “os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes sociais [...]” podem nos fornecer indicações sobre a população local (origem e famílias); as análises dos escritos nos túmulos coletivos, onde estão sepultadas pessoas de várias gerações, nos mostram as relações familiares da endogamia[137] e exogamia[138].

Outra função dos cemitérios é preservar a memória familiar e da comunidade, conforme considerações do autor supracitado:

---

[136] Para compreensão da importância do cemitério da Ribeira para a nossa investigação, recorremos aos estudos do Grupo de Pesquisa Cemiterial coordenado pelo Prof. Harry Rodrigues Bellomo, da PUC-RS, do qual fazem parte acadêmicos e pesquisadores do curso de História. A produção intelectual do Grupo deu origem à obra “Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia” (2008) e reúne diversos trabalhos sobre o tema com diferentes focos.

[137] Casamento com pessoas do mesmo grupo familiar.

[138] Casamento com pessoas fora do grupo familiar.

> Levando em conta que a memória coletiva é fundamental para a formação da identidade e da coesão da família ou da comunidade, a análise das inscrições, fotos, datas, títulos (doutor, comendador, etc.) e dados pessoais e profissionais, nos leva a conhecer a atuação das várias gerações e processo histórico local (BELLOMO, 2008, p. 14).

Neste sentido, podemos considerar que o cemitério da Ribeira é um espaço que, mesmo estando desativado, é sempre ressuscitado pelos moradores; há sempre alguém que conte sobre aqueles que estão ali enterrados.

Outro ponto a ser destacado nos cemitérios é a expressão da religiosidade local. Os símbolos expostos nas sepulturas (anjos, santos, crucifixos, bíblias, entre outros) nos mostram a visão cristã e a devoção mais comum da comunidade (BELLOMO, 2008). No cemitério da Ribeira ainda podemos observar uma sepultura "guardada" por uma escultura de anjo, o que exemplifica a questão da religiosidade local.

Imagem 26- Escultura de anjo sobre uma sepultura no cemitério da Ribeira.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

A partir das datas de nascimento e morte constantes nas lápides dos túmulos é possível fazer uma análise da média de vida dos vários grupos locais (homens, mulheres, crianças, pobres, ricos). Outro ponto importante de análise a partir dos cemitérios é que eles podem nos dar indicativos da evolução econômica das comunidades nas suas diversas fases. Sepulturas suntuosas indicam uma fase próspera de crescimento econômico; sepulturas modestas, simples, indicam uma fase de recessão econômica, de pouco dinheiro circulando no local (BELLOMO, 2008).

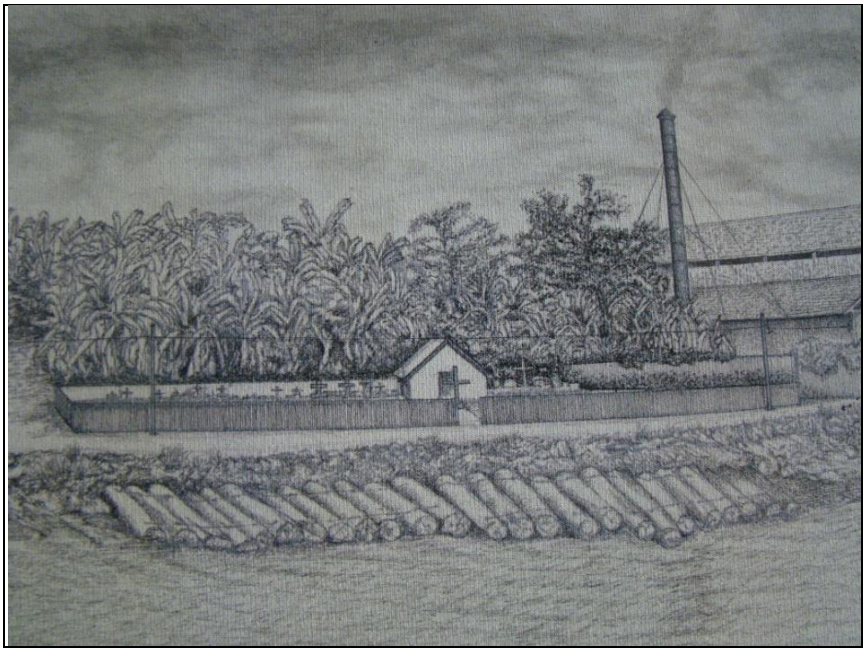
Nessa lógica, depoimentos e fotografias revelam fases econômicas importantes na vila, período da exploração e beneficiamento da madeira, quando

Piriá contava com serrarias de médio e grande portes. Em virtude de sua desativação, não foi possível verificarmos na sua totalidade no cemitério o reflexo dos períodos econômicos experimentados pela Vila do Piriá. No entanto, os poucos túmulos que restaram associados às memórias dos velhos nos deram uma dimensão de que Piriá já teve um tempo próspero economicamente.

O cemitério da Ribeira foi fechado para novos sepultamentos em virtude dos constantes alagamentos, já que se localizava às margens do rio.

Na produção artística *Vila Recreio do Piriá*[139], de autoria do senhor Boanerges Nunes Lobato[140], 75 anos, o artista recria, a partir de fotos antigas e de sua memória da infância, a frente da Vila, localizando o cemitério ao lado da serraria, indicativo do lugar onde terminava a vila.

Imagem 27 - Cemitério da Ribeira - Parte da obra "Vila Recreio do Piriá" (2011).



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015) Nota: Extraída da tela.

[139] Desenho medindo 2,20 X 0,60 - Técnica: Nanquim sobre tela. Em destaque parte da obra que indica a localização do cemitério da Ribeira.

[140] Tem como uma de suas atividades a produção artística. Nasceu nas cabeceiras do rio Piriá, morou na Vila do Piriá (1950-1959), trabalhou quando criança nas Serrarias Bordallo, recebendo cinco cruzeiros por dia.

Imagem 28- Capela do cemitério da Ribeira (em destaque).



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Boanerges Nunes Lobato [1950].

Ex-cartorário, o senhor Ely Chaves afirma que existem 99 (noventa e nove) registros de pessoas que foram sepultadas neste cemitério. O senhor Antônio Milton Oliveira Bordallo confirma que 18 (dezoito) pessoas de sua família foram sepultadas no Ribeira.

Dentre as pessoas sepultadas há registro de homens, mulheres, jovens e crianças, das mais diversas faixas etárias. Bellomo (2008) destaca que a morte de crianças causa mais comoção do que de outras pessoas, pois "[...] as crianças, no entanto, estão começando sua vivência. A morte infantil é, portanto, a mais lastimada, a mais chocante, a que mais nos afeta emocionalmente" (BELLOMO, 2008, p. 82). Como os documentos do cartório estão à disposição da justiça, não podem ser consultados, inviabilizando a análise dos dados sobre as crianças enterradas no local. Segundo o ex-cartorário, há muitas crianças da Vila e das comunidades do entorno sepultadas no Ribeira.

No final de 1999 a prefeitura de Curralinho autorizou a construção de uma escola no mesmo terreno do cemitério. Com a inauguração da escola em 2001 o cemitério foi destruído e desativado definitivamente. Contam os moradores que "catacumbas/sepulturas foram arrancadas", "ossos foram jogados no rio", "não houve respeito com os mortos" (REGISTRO DE CAMPO, 28/04/2016). Hoje ainda podemos ver algumas catacumbas no entorno da escola, como nos mostra a imagem a seguir.

Imagem 29- Local do Cemitério da Ribeira, onde hoje está edificada a EMEF Maria das Dores Sá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

O cemitério da Ribeira é um local que mexe com a imaginação da população, sobretudo das crianças; é desse lugar que saem histórias de assombração e histórias engraçadas também. As narrativas das crianças dão conta de que nas noites de lua cheia ou nas noites chuvosas aparecem mulheres vestidas de branco que saem voando do cemitério em meio a uma ventania e um zunido assombroso. Os relatos que iniciam esta subseção nos mostram o quanto as crianças da Vila mantêm na memória as histórias que um dia ouviram.

> Transcrição de áudio (09/11/2015).
>
> As histórias das crianças sobre o cemitério.
>
> Bia: Sabe, quando tavam fazendo a escola, as almas gritavam que só, de noite; a titia diz que como ouvia grito, muito grito.
>
> Roberta: Numa noite quando chovia muito, eu vim comprá açaí que a mamãe mandô, eu vi uma mulhé saí daí do cemitério, qué dizê daí da escola, voando, toda de branco, deu um vento muito forte e ela deu um apito igual o da matinta.
>
> Aline: É sim, não é só uma não, eu já vi três saindo no dia que tava a lua cheia. Eu passei primeiro na frente da escola, fui buscar um negócio ali, quando voltei senti um calafrio, aí que eu olho... as três mulhé de branco saindo aí de cemitério, elas tavam voando rapidola.
>
> Alessandra: Também tem um home todo de preto que sai daí, mas eu nunca vi, foi um menino dali de baixo que viu.

> Roberta: Égua, um dia a gente veio muito de noite lá de baixo no barco e descemo bem aqui na frente da escola, pra gente í pra casa, eu tava muito apertada, queria fazê xixi, daí eu olhei que não vinha ninguém e fui fazê bem aqui no cantinho, quando passou só aquele vulto, saí correndo, cheguei em casa toda mijada e ainda peguei outra “mijada” da mamãe.
>
> Obs: Os fragmentos descritos fazem parte de um vídeo realizado com quatro meninas próximo a EMEF Maria das Dores Sá, quando assistíamos aos meninos jogando futebol numa área em frente da escola. Quando a bola foi chutada para dentro de um matagal às proximidades, os jogadores começaram a procurar, amassando o mato ao redor, permitindo que avistássemos uma sepultura abandonada, o que muito chamou nossa atenção. Então, para termos certeza, perguntamos para as meninas se eram sepulturas, ao que responderam em coro que sim. Esse episódio levou a vários relatos sobre o antigo cemitério.

As histórias relatadas pelas crianças traduzem suas vivências numa cultura em que situações misteriosas ou sobrenaturais são passadas de geração para geração há séculos, tendo como cenário toda a mística amazônica. Vygotsky (2010, p. 690), referindo-se à maneira como as crianças significam as questões emblemáticas, certifica que “[...] a criança determina com as palavras os mesmos objetos que nós, só que ela os generaliza de forma diferente da nossa, “de maneira mais concreta, mais visual, mais factual [...]” *ela concebe, imagina a realidade circundante e seu meio ambiente de modo distinto* [...].

O cemitério da Ribeira não se resume apenas a um lugar que inspira sentimentos tristes, fúnebres, mas representa uma fonte histórica rica em fatos, detalhes que contam de uma sociedade, de uma cultura e de um espaço geográfico.

Os registros de óbito das pessoas sepultadas no Ribeira eram feitos no Cartório de Registro Civil da Vila do Piriá, posteriormente fechado.

2.2.6.13 E fecharam o cartório: Cartório Extrajudicial do Único Ofício do Piriá, Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito

> Registro de campo (28/04/2016).
>
> Sobre a importância do cartório para a Vila do Piriá e o transtorno causado pelo seu fechamento.
>
> Encontramos o professor Ely Chaves a caminho da escola e combinamos um horário para que ele nos falasse sobre o cartório que administrou por mais de três décadas. O professor nos diz que

> iria ministrar dois horários de aula e que no retorno conversaria conosco. Dissemos que o aguardaríamos no espaço da creche, onde aconteceu nossa conversa. Professor Ely nos conta que o cartório, conhecido como "Cartório Chaves", funcionou por mais de 100 anos na Vila do Piriá e que a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará nunca construiu um cartório nos padrões que ela exige, pois é responsabilidade dela fazer o prédio. Em março de 2013, após uma fiscalização de rotina, a Desembargadora Corregedora considerou perigoso os documentos ficarem arquivados numa casa de madeira em cima de um rio, pois poderia haver um acidente e os livros de registros e outros assentos serem danificados ou mesmo perdidos numa enchente, por exemplo. Também alegou outras questões de ordem pessoal para a desativação do cartório na Vila. Assim*, "fecharam o cartório"* e tudo passou a ser feito na sede do município, em Curralinho. Segundo o professor Ely, ninguém foi consultado, os moradores não foram chamados e nem ouvidos, o que fizeram *"foi colocar um processo em cima de mim. Aqui era feito escritura de terras, certidão de óbito, casamento e de nascimento, todo dia quase eu tirava certidão de nascimento. Depois do fechamento do cartório na vila, ficou difícil as pessoas irem até Curralinho tirar só uma certidão, a despesa é grande demais. Acabam esperando uma oportunidade para fazerem isso*. Argumenta também que alegaram que os documentos ficavam armazenados em condições impróprias, no entanto, até aquele momento, quase dois anos depois grande parte dos documentos ainda estava na mesma casa, em cima do rio: *"nunca vieram buscar os livros e os registros, está tudo empacotada aí".*

O Cartório Extrajudicial do Único Ofício do Piriá, Registro Civil, Nascimento. Casamento e Óbito foi implantado na Vila do Piriá em 12 de maio de 1909, logo após a publicação do Decreto nº 1.595, de 4 de março de 1909, que cria mais uma circunscrição no 2º distrito judiciário (Curralinho) da comarca de Muaná, com a denominação de Piriá. Com a implantação do cartório a movimentação passa a ser ainda maior na região do Piriá.

O Cartório, segundo o ex-cartorário Ely Trindade Chaves, foi trazido para a Vila pelo Coronel Francisco Maria Bordallo, tendo como primeiro oficial o senhor Manoel dos Santos Silva; o segundo oficial foi o senhor José Vieira de Assis; o terceiro foi Orígenes Borges Bordallo[141]; o quarto oficial foi o senhor José Cerdeira Chaves; e o último foi o senhor Ely trindade Chaves, que ficou por trinta e três anos à frente do cartório, juntamente com sua esposa Maria do Perpétuo Socorro Diniz Chaves.

A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/BR) destaca que as principais funções de um cartório são "garantir autenticidade, segurança e

[141] Segundo informações de dona Vicentina e do prof. Ely era filho bastardo do Coronel Francisco Maria Bordallo.

eficácia dos atos jurídicos", e que "do nascimento à morte, a vida de um cidadão pode ser mapeada por meio de certidões. Estes documentos garantem o exercício da cidadania [...]" (ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL, 2017) e se constituem importantes instrumentos para a salvaguarda de um patrimônio.

Os documentos tirados no cartório do Piriá, as certidões, garantiam que a população exercesse a sua cidadania. Em consonância com este pensamento, a Pastoral da Criança incentiva o registro de crianças logo após o nascimento, pois a instituição considera que este documento é o primeiro passo para que a cidadania seja exercida pelo sujeito-criança, uma vez que "[...] ela comprova sua existência, seu local e data de nascimento, o nome dos seus pais e avós" (PASTORAL DA CRIANÇA, 2017). Ressalta ainda que:

> A falta do registro de nascimento é uma violação a um direito fundamental de todas as pessoas: o direito a um nome. Além disso, não ter registro de nascimento causa às crianças dificuldades de acesso a serviços sociais básicos (PASTORAL DA CRIANÇA, 2017).

O Cartório de Vila do Piriá funcionou no período de 1909 a 2013, quando, por meio do Protocolo nº 2013.001031600, a Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, solicita ao Tribunal de Justiça do Pará (TJ/PA) a Designação da Oficial Interina do Cartório da Sede da Comarca, Margareth Brito de Paula, para responder pelo expediente do Cartório do Registro Civil da Vila do Piriá, Comarca de Curralinho, em virtude de problemas identificados quando da realização dos trabalhos correcionais realizados no período de 26 a 27 de março de 2013. A situação do Cartório foi encaminhada à Presidência do TJ/PA e publicada no Diário da Justiça (Edição nº 5298/2013 - Quinta-Feira, 4 de Julho de 2013). Na alegação sobre a situação do Cartório da Vila de Piriá a Corregedora

> Informa que a Serventia Extrajudicial em questão localiza-se nas margens do Rio Piriá, em precárias instalações e sobre o leito do rio, não oferecendo nenhuma condição de abrigar tal serviço, apresentado, inclusive, os livros deteriorados e com risco de perda total. O Cartório tinha como Oficial Interino José Cerdeira Chaves, nomeado através de Decreto Governamental datado de 04/03/1963, com o seu falecimento em 01/07/2003, assumiu em 20/03/1980 seu filho, Escrevente Juramentado Ely Trindade Chaves, através da Portaria nº 009/80, da lavra do Juiz da Comarca de Breves, que na época, detinha jurisdição sobre o Município de Curralinho que era Termo Judiciário.

> Esclarece que referido Escrevente, sem ato administrativo capaz, permanece como oficial interino até a presente data e, ainda, é professor da rede municipal de ensino, não podendo, em consequência, sequer ser nomeado para o serviço, tendo em vista a impossibilidade de acumulação dos serviços notariais com o público, nos termos do art. 25 da Lei nº. 8.935, de 18/11/1994.
> Diante dessa situação de risco, os livros foram transportados pela equipe de correição para o Fórum da Comarca e, ante a irregular atuação do Escrevente, sugere, nos termos do art., §2º da Resolução nº. 80 do CNJ e art. 5º da Portaria conjunta do TJE/PA nº. 002/2013-GP, de 08/03/2013, a designação da oficial Interina do Cartório da Sede da Comarca, Margareth Brito de Paula, para responder pelo Cartório de Registro Civil da Vila do Piriá, até a regularização daquela Serventia (PARÁ, 2013, p. 5).

Diante da situação precária de guarda dos documentos e da acumulação dos serviços do Cartório com o de professor da rede pública de ensino por parte do Escrevente, o cartório da Vila do Piriá foi transferido para o Fórum da Comarca, localizado no Distrito Sede - Curralinho, obedecendo à decisão do TJ/PA:

> Pelo exposto, acato a manifestação da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, designando a interinidade da Serventia Extrajudicial de Registro Civil da Vila do Piriá, Comarca de Curralinho, para a Oficial Interina do Cartório sede da Comarca, MARGARETH BRITO DE PAULA, ao mesmo tempo em que, convalido os atos praticados no período de 01/07/2003 a 21/05/2013, devendo, ainda, o acervo a ser recolhido permanecer naquela Unidade, bem como, sejam realizados serviços itinerantes na Comunidade, até a realização do concurso público. Determino, ainda, que diante desse quadro, a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, analise a promova a realização de estudos objetivando a reorganização dos serviços extrajudiciais do Estado do Pará (PARÁ, 2013, p. 5).

Embora no despacho haja um encaminhamento sobre a prestação de serviços itinerantes à comunidade, poucas vezes Vila do Piriá recebeu ações para o atendimento da população concernente a registros e expedição de documentos. Em função disso, qualquer documento como certidões de nascimento, casamento e óbito, segunda via de documentos e títulos, entre outros, só podem ser registrados no distrito Sede - Curralinho, o que tem provocado transtornos para a população.

A dificuldade de acesso para se chegar até o centro urbano da cidade requer um esforço grande - realizar uma viagem com duração de aproximadamente 4h para subir o rio e 4h para descer, além de ter que dispor de recursos financeiros para arcar com as despesas da viagem (passagens e alimentação) tem sido empreitada difícil para a comunidade, o que pode estar contribuindo para que muitas crianças ainda não possuam certidão de nascimento, principalmente as que nascem na Vila e nas outras comunidades ao longo do rio Piriá e adjacências.

Em relação aos motivos pelos quais as atividades do Cartório foram encerradas na vila do Piriá, o ex-cartorário senhor Ely Trindade Chaves rebate as acusações da Corregedoria das Comarcas do Interior, afirmando que em virtude de questões relativas ao desenvolvimento das atividades não compreendidas pela Corregedoria, ele mesmo tomou a iniciativa de entregar a titularidade juntamente com sua esposa Maria do Perpétuo Socorro Diniz Chaves, frente ao 2º Ofício -Vila do Piriá (Anexo EE).

Ainda há esperança por parte da população de que o cartório volte a funcionar na Vila, porém existe um outro obstáculo para o seu retorno. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) tornou obrigatório concurso público para o ingresso na atividade notarial, proibindo a prática da hereditariedade. A esse respeito diz a CF/1988 no parágrafo 3º, do artigo 236: “o ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses” (BRASIL, 1988). Em 2015 o TJ/PA abriu Edital para a realização de concurso público para o preenchimento da vaga de Vila do Piriá, no entanto, o Cartório ainda não está funcionando na comunidade, causando transtorno àqueles que necessitam de seus serviços.

Imagem 30 - Local onde funcionou o Cartório de Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

Apesar de todos os problemas enfrentados pela Vila do Piriá, como a falta de uma unidade de segurança pública, a precariedade do serviço de saúde e o fechamento do cartório, dentre outras questões importantes para a comunidade, as crianças acreditam que um dia haverá muita coisa nesse espaço geográfico.

2.2.6.14 Piriá ainda vai tê muita coisa: novas construções na Vila do Piriá

> Registro de campo (28/04/2016).
>
> E a Vila continua....
>
> Estávamos observando e fotografando as obras que ainda não estavam acabadas na Vila, quando algumas crianças (Eliezer, Joabe e Priscila), que brincavam na quadra próximo de onde estávamos, chegam bem coladinhos para ver as fotografias ainda na máquina. Ao verem as fotos, elas informam que há mais prédios que ainda faltava terminar e que ainda não havíamos fotografado. Na caminhada para olharmos os outros prédios aproveitamos para saber deles o que estavam achando dos novos empreendimentos da Prefeitura. Inicialmente eles ficaram tímidos, sem querer dizer algo, mas insistimos, perguntando de outra maneira: *"como será que vai ficar a escola e a creche?"* Joabe então faz seu comentário: *"acho que vai ficá legal"*. Priscila, sua irmã fala que *"a creche tá quase pronta"*, sendo retrucada por Joabe: *"quase é nada, falta é muito"*, ao que ela nada mais responde. Pergunto, então, a Eliezer: *"e o ginásio?"* Ele olha, dá um sorriso meio sem graça e diz: "*aqui no Piriá ainda vai tê muita coisa, quanto tudo ficá pronto vai dá muita gente aqui, acho que vai sê bom".*

A perspectiva das crianças em relação às novas estruturas físicas para o distrito é a mesma que a da maioria da população. Os benefícios que podem trazer, como ampliação de vagas nas escolas, melhoria da qualidade da água, espaços de lazer e uma alternativa de deslocamento mais rápido para a população, levantam a esperança de dias melhores.

Na parte de trás da Vila encontramos algumas obras em andamento, edificações que estavam sendo construídas por empresas contratadas pela Prefeitura. Os trabalhos, no entanto, aparentavam se desenvolver de maneira muito lenta, com poucos trabalhadores atuando nas obras. As mais adiantadas eram a quadra de esportes e a caixa d'água. Os demais empreendimentos, como a creche, o ginásio e uma escola de Ensino Fundamental[142] ainda necessitavam de muitos investimentos para sua conclusão.

A construção da escola e da creche é uma necessidade em virtude da grande demanda de crianças e adolescentes que precisam ser atendidos por essas instituições.

Em relação à Estrada Transpiriá, que faz a ligação entre o distrito sede e o distrito de Vila do Piriá, foi iniciada em meados de 2015 a abertura da estrada e a

[142] Na escola de Ensino Fundamental foi executada apenas parte da fundação.

colocação de tubos para a drenagem da água; no entanto, os trabalhos estão parados desde o final de 2015, deixando-a intrafegável para veículos automotores, principalmente no período do inverno.

Imagem 31- Obras inacabadas na Vila do Piriá.



Quadra de Esportes.



Caixa d'água.



Creche.



Ginásio de Esporte



Estrada Transpirirá (2015).



Estrada Transpiriá (2016).

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

Grande parte das obras ainda está por acabar, apesar dos recursos financeiros, materiais e pessoal empregados, correndo o risco de se perder tudo o

que foi feito, em virtude da deterioração dos materiais. É certo que a população é a que mais sofre com a falta de zelo e responsabilidade com o dinheiro público. Assim, se ***Piriá ainda vai tê muita coisa*** dependerá da luta dos piriaenses por seus direitos: à escola, à saúde, à água potável, a trafegar com segurança na Transpiriá, a lazer, a uma vida feliz.

PARTE II:

O contexto sociocultural das crianças ribeirinhas

3 *CADÊ TU? POR QUE TÁ TODO MUNDO ESCONDIDO?* AS PRÁTICAS CULTURAIS DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DA VILA DO PIRIÁ

3.1 As crianças e suas culturas infantis

Os enunciados desta seção principiam nosso percurso investigativo para analisar o que falam as crianças da Vila do Piriá acerca de suas práticas culturais e educacionais. As questões iniciais mostram a profundidade e a responsabilidade de uma pesquisa *com* e *sobre* crianças, por meio de uma abordagem qualitativa focada em um estudo etnográfico; no nosso caso, uma pesquisa etnográfica com crianças ribeirinhas.

Afinal o que sabemos sobre as crianças da Amazônia? Que conhecimento temos sobre as crianças ribeirinhas? O que sabemos dos seus modos de vida? O que pensam e sentem? Que informações temos de suas culturas? O que entendemos de suas práticas culturais? Demartini (2002, p. 21) afirma que quase nada sabemos sobre elas "[...] porque pouco se ouve e pouco se pergunta às crianças e, ainda assim, quando isto acontece, a "fala" apresenta-se solta no texto, intacta, à margem das interpretações e análises dos pesquisadores".

Assim, compreendemos que a infância ribeirinha se constrói na dinâmica sociocultural e o pesquisador necessita estar atento a tudo o que envolve as crianças e as relações que elas estabelecem com as pessoas e as coisas do lugar para poder aprendê-las (SOUSA, 2014).

A partir desta ideia trazemos à reflexão de que forma se constitui a infância na Amazônia Marajoara, tendo como suporte desta meditação as culturas infantis das crianças, vividas

> [...] cotidianamente de acordo com o meio que os cerca, pelo conjunto cultural, natural e mitológico, pelo respeito ao sobrenatural, pela constituição geográfica de rio e de terra limitada pelas águas [...] pela idealização e a realidade de seus sujeitos concretos viventes no mundo insular (POJO; VILHENA, 2013, p. 142).

A esse respeito, Loureiro (2000b) assegura que o homem amazônida possui uma relação profunda com a natureza, que emoldurou poeticamente as vivências destes indivíduos, radicados às margens dos rios.

Apoiados nos Estudos Sociais da Infância, nos instrumentos etnográficos, na observação participante, nas conversas informais e na própria convivência com as crianças na Vila do Piriá, buscamos compreender que lugar as crianças têm nesta cultura, as características relevantes da infância ribeirinha, as práticas culturais desenvolvidas por elas, baseadas em suas vivências com a natureza, com o corpo, com os sentimentos e com a cultura local.

De forma mais detalhada, procuramos sentir, ouvir e ver como as crianças desenvolvem ações sobre a cultura material e imaterial, como significam as coisas, objetos, palavras e como criam simbologias que estão inseridas nos seus mundos sociais e culturais (REIS, 2018), estando esse movimento ligado à formação de sua identidade.

As culturas infantis, neste estudo, estão intimamente ligadas ao cotidiano das crianças. Na narrativa que segue podemos observar a infância vivenciada pelas crianças que brincam de pira num espaço em plena floresta amazônica, expressando, cada uma à sua maneira, mediante as ações que compõem as práticas culturais infantis, suas experiências, por meio das quais apreendem o mundo (SOUSA, 2014), e que as torna um ser singular. Observemos o episódio em que as crianças de formas inventivas e variadas mostram suas relações com seus pares e com o espaço (ARENHART, 2016; LOPES, 2009):

> Registro de campo (03/09/2015).
>
> O brincar como prática cultural.
>
> Caminhávamos pela única estrada de chão da Vila, a Transpiriá, quando perto da quadra encontramos um grupo de 8 (oito) crianças brincando de pira, ou melhor, pira se esconde-cola (nos pareceu ser a junção de duas variações de pira, a se esconde[143] e cola[144]); algumas já dentro da mata de

[143] Também conhecida como pique esconde, pega-pega ou pegador, é uma das muitas variações da brincadeira de pira. A pira se esconde se caracteriza por ser uma brincadeira em que uma criança é escolhida para ser a “mãe” ou o “pegador”, ela esconde o rosto e inicia uma contagem que varia de 30 a 100, enquanto os demais se escondem. Após a contagem, a “mãe” tem que encontrar todos para sair vencedor. Sempre que encontrar alguém tem que sair correndo para bater no pique (ponto ou local escolhido pelo grupo onde quem tocar primeiro está salvo), dizendo “peguei” ou “achei” ou “toquei” (diz o nome da pessoa localizada e o local onde ela está: *“achei Alê debaixo da ponte*). Caso a criança que foi localizada pela “mãe” chegue ao ponto primeiro, ela ganha. A “mãe” continua a procurar os demais que ainda estão escondidos (FRIEDMANN, 2004; ANDRADE, 2013).

[144] Chamado também de pique cola é outra variação da brincadeira de pira. Inicia quando uma criança é escolhida para ser a ‘mãe” ou o “pegador”, que tem que correr atrás dos demais, caso consiga pegar ou tocar um dos participantes, a criança tocada fica parado no local, como se estivesse colada. Se outra criança tocar nela, então fica descolada e volta à brincadeira. Quando a criança é colada três vezes, ou quantas forem determinadas pelo grupo, passa a ser a “mãe” (FRIEDMANN, 2004; ANDRADE, 2013).

> igapó, só se ouvia a voz e a respiração acelerada. O local era propício à brincadeira, mata fechada, o que facilitava a embrenhação na floresta. Um pouco afastados do grupo, ficávamos apenas observando a movimentação. No primeiro momento, 5 (cinco) crianças se juntaram, e percebemos então que estavam organizando as regras do jogo. Uma delas (Aline) se afasta, ficando de costas para os demais, e agarra-se, de olhos fechados, numa árvore, iniciando em voz alta uma contagem que foi decidida pelo grupo que seria de 1 a 100, no entanto, à medida que os números eram falados em voz alta por Aline, notamos uma aceleração na voz e os números eram ditos rapidamente, até o número 30 seguia normal, depois eram pulados, de 30 passava para 38, 42, 54... até chegar em 100. O restante do grupo correu para dentro da mata. Aproximamo-nos do local e vimos crianças subindo em árvores, em troncos de madeira, escondidas atrás das folhagens, correndo com espantosa habilidade numa mata de difícil acesso. Ao terminar a contagem Aline sai correndo para dentro da mata, buscando pegar ou colar alguém. De repente, sem poder identificar quem falava, pois só escutávamos sussurros, risadas, gritos e assovios, como se fossem gorjeio de um bando de pássaros, ouvimos:
> - Corre, corre, te esconde! Lá vem ela - a mãe, a que pega!
> - Fala baixo. Ei, Alê, cadê todo mundo?
> - Tá escondido, huhu, cadê tu, Roberta, Arlan? (voz muito baixa)
> - Cadê tu, Alessandra?
> Aline então diz, pulando em cima do colega:
> - Há, há,há, te peguei Arlan! Tu tá colado! Não adianta, vou pegar todo mundo.
> Arlan, colado, não pode sair do lugar, no entanto, seus pares, cercando a área próxima, porém todos tentando ficar invisíveis para a "mãe" não vê-los, tentam tocá-lo, mas Aline não permite, fazendo menção que irá correr atrás deles para colá-los ou então correr para o pique e dizer em voz alta que achou alguém em determinado local. Enquanto Aline tenta pegar os demais, Ruan toca em Arlan, que volta a ficar descolado e pode se esconder e correr novamente. Todos correm para o interior da mata, Aline se vê sozinha, se referindo talvez a Arlan ou Ruan, diz:
> - Oooooi, cadê tu, porque tá todo mundo escondido? Cês num querem brincá mais? Tô indoooo.
> A ideia de Aline, nos pareceu, com aquele ato meio despretensioso de ir embora, seria enganar os outros participantes, e à medida que as crianças fossem saindo da mata, ela então correria para colar quem aparecesse. Naquele momento a pergunta de Aline reverbera na mata e na nossa mente, e nos leva a reformularmos a pergunta, a partir do nosso referencial epistemológico de pesquisadora inserida numa dada realidade - a Amazônia Marajoara: "Cadê as crianças deste espaço? O que elas têm a nos contar?" Naquele instante percebemos que como atores sociais tinham muito a dizer sobre o mundo na qual estavam inseridas.
> [...].

Lopes (2009) e Lopes, Costa e Amorim (2016) afiançam que as crianças ocupam e representam os espaços de maneira muito particular e o exercício do brincar é uma das formas de explorar esses espaços, possibilitando a descoberta do mundo, a estruturação do saber, o trabalho em grupo, o estímulo à imaginação, o respeita aos outros e a auto-realização (ANDRADE, 2013). Assim, concordamos com Lopes (2009) que o espaço da criança é um espaço geográfico e nele as crianças anseiam viver como crianças que brincam, que se encontram, que (re)vivem experiências, que imaginam e inventam novas experiências e que

exploram e vivem o corpo (ARENHART, 2016).

Para desenvolver uma análise mais detalhada sobre a infância, as crianças ribeirinhas e as culturas infantis foi necessário recorrermos aos dados de nossa pesquisa de campo realizada nos anos de 2015 e 2016, cujos levantamentos mostram que “[...] as crianças, ao seu modo, são produtoras de culturas infantis, e é no espaço de suas manifestações culturais que se torna visível a identidade da infância e a diversidade das crianças em relação aos adultos” (CAPELA; MATIELLO JÚNIOR, 2012, p. 128). Nesse contexto, o desafio foi nos permitir olhar as crianças sob o prisma em que elas são sujeitos sociais que, em contato direito com a natureza, ampliam e exercitam uma prática social extraordinária, desenvolvida segundo um conjunto de elementos justapostos e conglomerados, com destaque para as culturas, valores, costumes e crenças (GONÇALVES; ABREU; OLIVEIRA, 2013).

Consideramos que os aspectos que compõem a infância e as crianças ribeirinhas - a relação que estabelecem com seus pares e os adultos, as histórias fantásticas e os *causos* que contam, a crença, a maneira de se vestir, de comunicar, de brincar, de trabalhar, de aprender - são importantes para a compreensão da identidade desses sujeitos (SOUSA, 2014) e suas culturas infantis, visto que “[...] as crianças, por terem uma enorme plasticidade da renovação das formas e dos conteúdos, poderão propor e sugerir outros modos de ver o mundo que não aqueles cristalizados nas culturas dominantes” (SARMENTO, 2017a, p. 6).

Na infância existem aprendizados que fazem parte do universo das crianças, compondo as culturas infantis, sendo o brincar um dos mais pertinentes. Entretanto, ele não é a única demonstração desta, existem outros aprendizados ou práticas que formam o mosaico da infância. Em nossa pesquisa emergiram alguns desses aprendizados que foram organizadas em categorias de análise, cada categoria englobando uma série de práticas que não estão separadas umas das outras, mas entrelaçadas, o que possibilita a produção da cultura infantil.

É preciso dizer que não tivemos a ousadia de considerar, nessa pesquisa, todas as práticas culturais das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá até seu esgotamento, sob todas as dimensões possíveis e imagináveis que porventura ocorram naquele espaço geográfico, mas analisar aquelas que emergiram ao longo dos meses que ali estivemos realizando a pesquisa de campo.

Deste modo, organizamos esta seção a partir de uma discussão mais específica acerca das culturas infantis, com destaque para as práticas culturais que se constituem nas ações das crianças, presentes nas categorias de análise que emergiram ao longo de nossa investigação, apoiadas na análise do discurso, que visa à compreensão de como esses elementos simbólicos produzem sentidos e como estão imbuídos de significância para e pelas crianças (ORLANDI, 2015). Consideramos também neste estudo a necessidade de ouvirmos a unidade doméstica como forma de ampliação das análises das práticas culturais infantis. Para nos embrenharmos no universo da infância amazônica ribeirinha, especialmente das práticas culturais, nos apropriamos de fragmentos de um poema de Antonio Juraci Siqueira, poeta paraense, que diz: “E só então entenderás que nossas histórias não têm ponto final, têm reticências de onde poderás partir em novas e eternas viagens [...]. E então? Esta viagem está apenas começando... Vambora?”[145]

3.2 As práticas culturais infantis presentes na natureza, corpo, afetividade e vivências culturais

Nos discursos analisados nas fontes etnográficas (desenhos, bilhetes, fotografias, filmagens, registro de campo e conversas informais), além da observação participante, emergiram nessa etnografia com crianças ribeirinhas as seguintes categorias: natureza; corpo; afetividade; e vivências culturais.

Tais categorias estão intrinsecamente relacionadas às vivências das crianças possibilitando experiências diversas; desta maneira “[...] a infância é caracterizada pela captura do mundo pela experiência e pela narração do mundo através de práticas [...]” (SOUSA, 2014, p. 50).

Trazemos à baila o termo *práticas culturais infantis* no plural, pois são muitas práticas que advém das mais diversas culturas infantis, que por sua vez se constroem nos universos de tantas infâncias (CANAVIEIRA; CALDERON, 2011). Adotamos o termo no plural por considerar que existem práticas diversificadas que se constroem no cotidiano das crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara, que compõem a dinâmica de seus afazeres.

[145] Epígrafe do livro Apanhadores de Histórias: contadores de sonhos (COZZI; SANTOS, 2012).

A Vila do Piriá se estabelece como um espaço geográfico único, o “[...] *locus* de co-existência do diverso, natureza e cultura ao mesmo tempo, lugar dessa contiguidade característica que é o espaço nosso de cada dia [...]” (GONÇALVES, 2016, p. 233). Foi neste espaço com tantos lugares (TUAN, 2012) que observamos que as práticas culturais das crianças se realizavam; as ações diárias eram suas próprias práticas. Deste modo, Piriá passou a ser compreendido, neste estudo, como o espaço de muitos lugares, que se abre e revela a multiplicidade de sentidos e significados que os habitantes desta comunidade, sobretudo as crianças, dão a cada coisa, ato e pensamento (PÉREZ, 2003).

As imagens que seguem mostram as práticas culturais sendo desenvolvidas através das ações das crianças em cada lugar:

Imagem 32 - Crianças no exercício de suas práticas culturais na Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015/2016/2017).

Lopes e Vasconcellos (2005) asseveram que as crianças apoderam-se dos espaços e lugares, dão um novo sentido, reorganizam e apossam-se de outros, criando suas territorialidades. Portanto, são nos espaços e lugares que as práticas culturais se desenvolvem “[...] e se constitui num processo de acumulação contínua, que se revela nos acontecimentos da vida cotidiana” (ALVES, 2007, p. 165).

As categorias aqui suscitadas correspondem ao conjunto de ações realizadas pelas crianças todos os dias, de modo sucessivo e contínuo no Piriá. Não há o

término de uma categoria para o começo de outra, elas estão permanentemente juntas, o que dá o tom da existência naquele espaço geográfico.

Corsaro (2002, 2011) e Pereira (2011) consideram que as crianças, como atores sociais, tomam para si os elementos do mundo social dando a eles novos sentidos e significados, contribuindo mútua e ativamente para a produção e mudança social e cultural do mundo adulto. Destaca ainda que as crianças não são passivas diante das culturas que estão a sua volta, mas estão sempre ávidas a ressignificá-las.

Neste sentido, Corsaro (2002, 2011) propõe a substituição do termo socialização por *reprodução interpretativa. Interpretativa* no sentido de que as crianças criam e interagem por intermédio de suas culturas de pares através das informações colhidas do mundo adulto, de maneira a compreender seus interesses comuns *Reprodução* significando que as crianças não apenas incutem a cultura, mas colaboram ativamente para produção e mudança cultural (CORSARO, 2002; PEREIRA, 2011).

Assim, as práticas culturais das crianças ribeirinhas estão atreladas aos elementos dos quais elas foram se apropriando do ambiente social, como tomar banho no rio, andar de canoa, pescar, tomar a bênção. Entretanto, na Amazônia também as práticas têm se modificado, ou seja, as crianças mantêm o exercício da prática, mas a sua maneira, criando novos ou dando outros sentidos a elas, o que pode provocar mudanças no mundo adulto, tanto social como cultural. Características também observadas por Fernandes (1979) ao estudar As Trocinhas de Bom Retiro.

Sarmento (2002, 2009, 2010b, 2014, 2017a, 2017b,) deixa claro que as culturas da infância se constituem em um elemento que diferencia da categoria geracional, pois “[...] refere-se à existência de culturas próprias, formas de estar, pensar e sentir específicas da infância, necessariamente distintas das dos adultos, embora, também, interdependentes destas” (PEREIRA, 2011, p. 33). Nesses termos consideramos que as culturas da infância ribeirinha, ainda que tenham suas bases na cultura dos adultos, possuem elementos que formam a sua própria cultura, merecendo destaque a relação que estabelecem com a natureza, uma vez que grande parte de suas práticas tem algum vínculo com a água ou a floresta.

Desse modo, buscaremos apresentar as práticas culturais das crianças da Vila do Piriá a partir de seus discursos, analisados por meio das fontes etnográficas.

3.2.1 Vivenciar a natureza: o meio ambiente, os espaços geográficos e o tempo na Vila do Piriá

A categoria que inicia nosso percurso de análise e que marca as práticas culturais das crianças ribeirinhas está relacionada à vivência com a natureza, presentes as relações que estabelecem com o meio ambiente, o espaço geográfico e o tempo na Vila do Piriá.

Para Vygotsky (2010), vivência diz respeito àquilo que se viveu ou dos saberes que se adquiriu ao longo do processo de viver ou vivenciar uma circunstância ou de desempenhar alguma coisa. Observou que o meio influencia no desenvolvimento psicológico e da personalidade consciente da criança, através da vivência, ou seja, "[...] a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na criança [...] (VYGOTSKY, 2010, p. 683).

As crianças ribeirinhas possuem um sistema de relações compostas de numerosos elementos interligados com a natureza (GONÇALVES; ABREU; OLIVEIRA, 2013), perpetuadas pelas vivências, seja no meio ambiente, no espaço geográfico onde reside a comunidade e em seu entorno e ainda na sintonia com o tempo que é marcado por uma dinâmica própria em que o movimento das marés, o pôr-do-sol, a chuva, o luar... ditam a vida nesse pedaço do Brasil. Lopes (2009) considera que o espaço geográfico é por onde transitamos, portanto, vivenciamos experiências, o que nos possibilita estabelecer nossos lugares e nesses a afetividade, entendida como o contíguo dos sentimentos comuns aos homens (AMARAL, 2007).

Para Tuan (2012) a relação homem-natureza pode se constituir em um elo afetivo entre a pessoa e o lugar – é a topofilia – e nessa relação, continua o autor, o que de fato importa para a criança no lugar são alguns objetos e as sensações físicas, como observado no fragmento do diálogo a seguir, extraído de um vídeo gravado durante uma roda de conversa com as crianças sobre o que gostavam ou não de fazer na Vila:

> Transcrição de vídeo (03/09/2015).
>
> Eu gosto ou não de...
>
> [...]
> Pesquisadora: O que vocês gostam de fazer aqui na Vila e o que vocês não gostam?
> Pedro: O que a gente não gosta não tem, a gente gosta de tudo aqui, aqui é bom. Mas o que eu gosto muito mermo é de andá de barco.
> Ruan: Eu gosto de casco.
> Pedro: O casco é pouco pesado, a gente pode tombá pra qualquer lado, ele não afunda.
> Ruan: É de madeira e não tem motô, leva ele só remando.
> Pedro: A gente pesca nele lá fora, né! A gente faz a nossa vara de pesca né, coloca uma linha fininha, a isca, e pesca uma piramutaba assim (mostrando o tamanho do peixe com a mão), depois cai n'água. Aí, esse peixe que a gente pega nós come.
> Ruan: Égua, é isso mermo, é bacana por isso. A gente anda de barco, pesca, brinca, toma banho e ainda come o peixe.
> [...]

O diálogo nos revela uma dinâmica própria das crianças, ladeada por uma capacidade de produção cultural variada que se traduz nas ações cotidianas, como banhar-se no rio, pilotar pequenas embarcações, pescar, ficar ao ar livre brincando, produzindo utensílios ou mesmo preparando o seu próprio alimento, resultado da prática de pescar, e degustá-lo com seus pares. Observamos que existia uma movimentação constante das crianças, ora iam pescar, ora banhar-se no rio, ora remar, ora iam à escola, ora construíam artefatos de trabalho e de diversão, enfim, muitos movimentos que estimulavam as sensações físicas, gerando conhecimentos, vivências significativas, surpresas, expectativas e partilhas.

Oliveira (2015), referindo-se a Loureiro, destaca que a relação que o povo amazônico estabelece com a natureza se manifesta no cotidiano da cultura do ribeirinho, expressa nos seres encantados, nas produções de coisas utilitárias, nas práticas de sustento e comercialização de seus produtos e seus costumes.

Assim, observemos como as crianças vivenciam a natureza no Piriá nas relações que estabelecem com o meio ambiente, com o espaço geográfico e o tempo.

3.2.1.1 Meio ambiente: a vivência plena das crianças ribeirinhas

O meio ambiente na comunidade ribeirinha da Vila do Piriá é vivido pelas crianças a partir de uma relação direta com as pessoas, a natureza e as coisas do lugar. Tudo tem importância, da gente aos bichos, das plantas às árvores de grande

porte, dos pequenos rios à desembocadura do Amazonas, dos artefatos mais simples como uma peconha a canoas e barcos construídos pelos mestres da Vila, que passam o ofício de geração a geração. Cohn (2005)[146] e Friedmann (2013)[147] admitem que a cultura está posta na simbologia e nas relações sociais que a acomodam e lhe dão sentido, logo, as relações que as crianças estabelecem com as pessoas, a natureza e as coisas do lugar formam "[...] um sistema simbólico acionado pelos atores sociais a cada momento para dar sentido a suas experiências" (COHN, 2005, p. 19).

Tais simbologias estão presentes no contexto cultural da Vila, o que consideramos importante para entendermos as analogias que as crianças constituem com o meio ambiente, criando um sentimento de pertencimento do espaço e seus lugares. As crianças mostram como o meio ambiente está repleto de símbolos, que se desenvolvem através de um mesmo sistema simbólico e possibilitam a elas viverem em sociedade, compartilhando sentidos.

Silva (2007, p. 52) afiança que no mundo ribeirinho "[...] o simbólico assume uma função mediadora nas diversas práticas que utilizam para apreensão do real", o que significa que toda a ação do homem, especialmente das crianças, é intermediada por um projeto cultural que organiza a experiência prática para além da lógica utilitária.

Para Sarmento (2011) o desenho infantil coloca-se entre as mais importantes configurações de expressão simbólica das crianças. Nessa continuidade, os desenhos a seguir mostram a sua realidade imediata, que se faz presente no meio ambiente, sem diminuí-la ou desprezá-la; nada está isolado na sua existencialidade, mas está junto num sistema de correspondência e assimilação (ELIADE, 1991). Deste modo, a casa, as pessoas, a floresta, os animais, os rios, a constelação, formam esse sistema simbólico que permitirá que a cultura continue a existir (COHN, 2005).

---

[146] Desenvolveu pesquisas na área da Antropologia da Criança, nas quais "[...] além de mapear as várias abordagens antropológicas sobre o assunto, debate o papel da antropologia nesse campo de estudos, apontando limites e as contribuições que tem a oferecer" (COHN, 2005, contracapa).

[147] Pesquisadora na área da infância, do brincar e de implementações de espaços lúdicos, Friedmann (2004, 2013) analisa os diversos territórios infantis, trazendo contribuições "[...] sobre as manifestações multiculturais de crianças e grupos infantis de diferentes idades, contextos socioeconômicos e culturais" (FRIEDMANN, 2013, contracapa).

Figura 1- Simbologias da realidade imediata das crianças ribeirinhas.



Fonte: Registro de campo (2015) - desenhos de Roberta, Tainara, Adriane e Raiane.

Eliade (1991) considera que a função do sistema simbólico é mostrar uma realidade e, neste sentido, as produções das crianças apontaram que o meio ambiente no qual estavam imersas possuía uma série de conexões relacionadas às vivências nas dimensões que abrangiam a vida cotidiana delas. Essas conexões dizem respeito à natureza (floresta, animais, rios), ao espaço geográfico, às pessoas, à afetividade, à galáxia e aos objetos. Nessa continuação, diz Sarmento (2011):

> [...] de uma forma mais geral, a criança, mesmo quando procura a semelhança dos seus desenhos com flores, nuvens, objectos, animais, pessoas e etc., inventa formas imaginárias e incorpora elementos

> fantasistas com sentidos e objectivos muito diversos dessa presumida intencionalidade realista (SARMENTO, 2011, p. 39).

Isso mostra, segundo Sarmento (2011, p. 29), que as representações encontradas nos desenhos das crianças não foram feitas aleatoriamente, mas cada uma "[...] *comunica,* e fá-lo dado que as imagens são evocativas e referenciais de modo distinto e para além do que a linguagem verbal pode fazer". É certo que quando analisamos os desenhos das crianças podemos verificar que eles expressam não somente uma realidade exterior, mas a eles as crianças atribuem significados que estão relacionados às suas vivências e as suas culturas.

Para Sarmento (2011) as representações contidas nos desenhos dos ribeirinhos são artefatos sociais e culturais da geração infantil, ou seja, são testemunhos particulares de uma cultura que se apresenta na materialidade dos elementos em que se comunica, presentes no meio ambiente e "[...] nas condições culturais e sociais de inserção das crianças em cada contexto concreto" (SARMENTO, 2011, p. 36).

3.2.1.2 Os espaços geográficos: as crianças e seus lugares

Os espaços geográficos são constituídos de muitos lugares (LOPES, 2009) nos quais as vivências se dão (VYGOTSKY, 2010). As crianças vivem na sua totalidade os espaços geográficos, os quais

> [...] estão presentes nas paisagens, deixando suas marcas, e constroem/destroem suas formas, estabelecem lugares e territórios, vivem seus afetos, seus desejos, poderes, autorias e heteronomias. Inventam-nos, arquitetam e des-arquitetam, aceitam-nos, negam-nos, seja no campo da percepção ou da representação [...] (LOPES, 2009, p. 128).

Ao transitarem por espaços geográficos, as crianças, de maneira muito própria, estabelecem seus lugares: "basta olhar os "mapas", os desenhos do mundo, dos lugares, dos locais feitos pelas crianças, são as totalidades que buscam representar, são "grafias" das "geos" que ocupam e vivem" (LOPES, 2009, p. 129).

Kevin Lynch (1918-1984) foi dos primeiros estudiosos a trabalhar com mapas como metodologia de investigação das relações entre o meio e o comportamento humano, em sua obra The image of the city (1960). Chamou de mapas mentais as cartografias que tem forma de representação da paisagem e da realidade a partir da

vivência de cada pessoa (MICRUTE; KASHIWAGI, 2017).

Archela, Gratão e Trostdorf (2004), baseados em estudos mais recentes do geógrafo humanista Yi-Fu Tuan, da cartógrafa americana Bárbara Petchenik e do psicólogo suíço Jean Piaget, que abalizam os novos trabalhos sobre este tema, consideram que

> Mapas mentais são imagens espaciais que as pessoas têm de lugares conhecidos, direta ou indiretamente. As representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido no cotidiano, como por exemplo, os lugares construídos do presente ou do passado; de localidades espaciais distantes, ou ainda, formadas a partir de acontecimentos sociais, culturais, históricos e econômicos divulgados nos meios de comunicação (ARCHELA; GRATÃO; TROSTDORF, 2004, p. 127).

Num estudo etnográfico como o nosso, em que as crianças "[...] percebem, inventam e significam o mundo [...]" (FIANS, 2015, p. 22), o desafio foi irmos para além dessas análises e trazermos para essa discussão a criança como protagonista na produção de uma cartografia "[...] que contemplem suas lógicas ao viabilizar a produção de representações de suas vivências nos lugares, através dos mapas vivenciais" (LOPES; COSTA; AMORIM, 2016, p. 237).

Deste modo, os estudos da Geografia da Infância baseada na teoria histórico-cultural, que tem como um dos representantes Vygotsky, em diálogo com a Sociologia da Infância (LOPES, Jader, 2012; LOPES; COSTA; AMORIM, 2016) contribuiu para pensarmos o desenvolvimento humano, que é imprescindível, pois ele está no plano das possibilidades de gerar algo novo e escrever uma história tendo como parâmetro esse novo. Vygotsky, ao trazer em seus estudos o conceito de vivência, não está dizendo que as vivências das crianças são meras reproduções do que elas vivem; não podemos negar que existe, sim, reprodução, mas não é apenas reprodução, nunca! É nas vivências que elas expressam sua imaginação, criam com sua própria imaginação (PRESTES, 2014), percebem o espaço vivido, observam o ambiente (MICRUTE; KASHIWAGI, 2017), visto que cada uma tem sua percepção própria do mundo e dos lugares a partir do seu cotidiano.

Adotamos, neste estudo, o conceito de mapas vivenciais segundo os preceitos de Lopes (2012, 2016), com base em Vygotsky, segundo o qual

> Os mapas vivenciais se caracterizam por movimentos de representações cartográficas que tragam não só os elementos do mundo adulto [...] mas também as referências das próprias crianças, as suas lógicas próprias

> presentes nos diferentes momentos de seu desenvolvimento, constitui-se em promover ofertas geo-cartográficas que possam se encontrar, daí uma cartografia com crianças, reafirmando as singularidades constitutivas do humano (LOPES, Jader, 2012, p. 224).

Em nossa pesquisa de campo os mapas vivenciais foram feitos por algumas das próprias crianças em vários momentos e nos ajudaram a nortear nosso percurso investigativo, muito embora focássemos mais no processo interativo junto às crianças do que na análise do tema da nossa pesquisa por meio dos mapas. Ainda que esta fonte etnográfica não tenha sido eleita com este nome, ela apareceu nos desenhos que os interlocutores realizaram nas atividades espontâneas e direcionadas. Apesar de não ter sido a mais extraordinária fonte da investigação, ela nos deu valorosos caminhos de como proceder e avançar na pesquisa, principalmente no que tange à representação espacial e outras representações existentes na Vila (LOPES; COSTA; AMORIM, 2016; SOUSA, 2014).

Por meio dos mapas vivenciais as crianças do Piriá representaram a sua vivência numa comunidade ribeirinha: o banho de rio, a rabeta correndo, a ponte - símbolo de maior circulação de pessoas diariamente na Vila, margeando a comunidade de uma ponta a outra, e por meio da qual a população tem acesso às casas, comércio, escola, creche, posto de saúde, trapiche e ao rio; é lugar de passeio, conversa, encontro - cada criança consegue retratar nos mapas a posição da sua casa e o que consideram importante em suas vivências. Ao analisarmos os mapas vivenciais concordamos com Francischini e Campos (2008), os quais referendam que os mapas “[...] são possibilidades que as crianças têm de produzir discursos sobre si mesmas, sobre o(s) outro(s) e sobre os eventos, revelando, assim, sua maneira própria de ver e de pensar a realidade” (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2008, p.111).

Lopes (2009) pondera ainda que os mapas trazem movimentos, detalhes ficam expressos, alguns nem percebidos pelos adultos, mas as crianças imprimem às cartografias aquilo que vivenciam a partir do universo em que estão imersas. Ao traduzirem no papel os mapas vivenciais da Vila do Piriá, as crianças mostraram a compreensão de uma prática espacial de lugar-território que, segundo Tuan (2012), é o que dotamos de valor afetivo. Neste contexto, as crianças, ao se referirem ao Piriá o consideram como um espaço que lhes propicia o alimento, a integração familiar, a brincadeira, a instrução e a religiosidade, como nos relataram os

interlocutores Gabriel e Aline.

> Registro de campo (04/09/2015).
>
> E a Vila é assim.
>
> É lindo, bonito. Tem o rio bem aí na frente. Tem bicho, onça, macaco, jacaré e um bucado de bicho. A gente vamo ali pra mata, ali pra trás, a gente vamo lá pro Panema, lá pro Garapé-açú, lá pro porto. A gente vamo pro sítio também, com o pai, vó, vô, tio; é bacana (Gabriel).
>
> Aqui é legal, dá pra gente brincá, brincá, brincá de casinha, pira, bola, pular no rio. Depois a gente vai pra escola, depois pra nossa igreja e faz de novo tudo (Aline).

Temos claro em nossa análise que os mapas vivenciais, mais do que espaços, revelam o cotidiano das crianças, da vida doméstica e da Vila do Piriá, naquilo que é comum à população. Estão presentes nos mapas as brincadeiras, os barcos, os lugares preferidos, a quase ausência de floresta, o rio com poucos ou nenhum peixe, o tamanho da Vila - representado sempre pela enorme ponte e um amontoado de palafitas[148]. Esta presença nos encaminhou para a pesquisa sobre a situação socioeconômica da região amazônica brasileira, afunilando para a paraense, chegando ao Marajó, município de Curralinho, até a Vila do Piriá.

Sentadas na ponte e nos trapiches à beira do rio, era uma das atividades que as crianças ribeirinhas mais gostavam de executar. Por meio dos mapas vivencias, de uma forma que só elas sabem expressar e atentas aos pormenores, nos mostraram a Vila vista pelos seus olhos, como apresentada nos três mapas abaixo.

[148] Oliveira (2015, p. 93) definiu como “tipo de moradia muito comum em regiões ribeirinhas da Amazônia, feita de madeira e que fica suspensa devido às enchentes sazonais dos rios”. Coelho, Santos e Silva (2015, p. 55) conceituam como “casas elevadas bem acima do solo, para escapar da umidade e proteger dos insetos e animais peçonhentos. Erguem-se as casas em altas palafitas, que exigem assoalho durável e firme.”

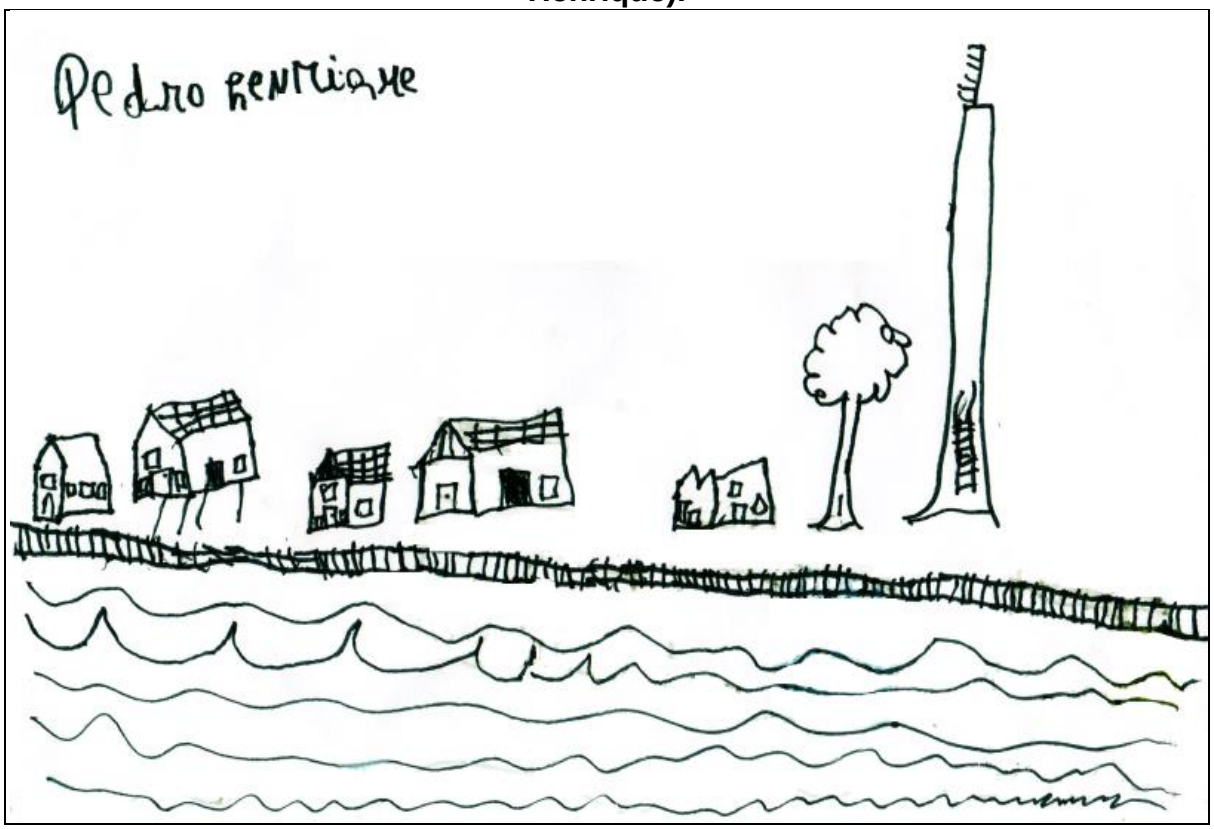
Figura 2 - Mapas vivenciais da Vila do Piriá feitos pelas crianças (Isabele).



Fonte: Coleta de dados (2016) - Mapa Vivencial - desenho de Isabele Trindade.

Nota: Isabele Trindade (11 anos): afirma que isso é o Piriá, destaca o rio com a maré alta (azul) e na vazante (marrom), as crianças brincando no rio nos dois momentos. A “minha casa tá qui, eu moro aqui” (onde está escrito “minha casa”); a escola e o comércio também estão presentes; a ponte que percorre toda a Vila aparece no mapa como algo importante: “aqui é a ponte, quase tudo nós faz aqui, tem que passá aqui”; “a gente passia, faz um monte de coisa na ponte”.

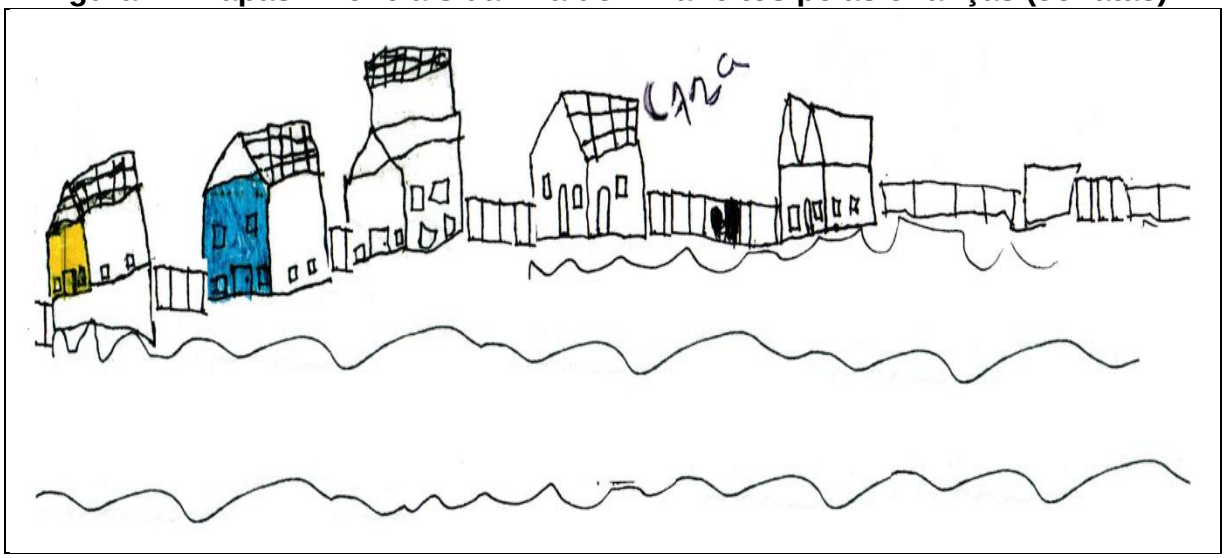
Figura 3 - Mapas vivenciais da Vila do Piriá feitos pelas crianças (Pedro Henrique).



Fonte: Coleta de dados (2016) - Mapa Vivencial - desenho de Pedro Henrique.

Nota: Pedro Henrique (8 anos): *"O Piriá tem muita gente, olha só de casa aí!"*, apresenta um espaço com muita gente morando, destacando a ponte que atravessa a Vila e separa o rio das casas; o rio, sem peixes, indicando a escassez de alimentos: *"antes a gente pescava camarão e peixe aqui na berinha, agora..."*. Também demonstrou preocupação com a derrubada da mata: *"cada vez a mata tá mais longe, os pessoal vão cortando, fazendo roça, vendendo madera, vai acabando, antes aqui tinha muita caça, mas com pouca mata a caça some".*

Figura 4 - Mapas vivenciais da Vila do Piriá feitos pelas crianças (Jonatas).



Fonte: Coleta de dados (2016) - Mapa Vivencial - desenho de Jonatas.

Nota: Jonatas (8 anos): A Vila é apresentada como um espaço “bem grande que tem casa, um bucado de igreja, a minha é essa do lado de casa”. A ponte “é o caminho da escola, pra gente brincá, mas tem muito cocô de cachorro”. O rio é legal, “dá pra gente tomá banho, pulá”. Diz que “tem muita mata e açaí”, “mas tem lugá que derrubaram muito”.

Lopes (2009) afirma que este exercício realizado pelas crianças se constitui numa prática espacial, por conseguinte, é uma prática de lugar-território, visto que elas apreendem a relação entre as dimensões de um desenho e o objeto por ele representado. Os mapas vivenciais são uma forma que as crianças têm de apreender os espaços nas relações que firmam com os seus pares, com os adultos e de um modo geral com a sociedade e o meio do qual fazem parte, como nos mostram os mapas feitos pelas crianças do Piriá.

Deste modo, as crianças em seus espaços, elegem seus lugares, que segundo Bonomo (2009, p. 215), é onde “[...] vínculos são criados, afetividades são despertadas”, as crianças “[...] brincam, aprendem, fazem “coisas de criança [...]” e nesse contexto o tempo marca as vivências das crianças ribeirinhas.

3.2.1.3 O tempo nas vivências das crianças: entre rios e matas

O poeta Manoel de Barros (2010, p. 133) celebra o tempo versejando sobre ele, associando a palavra e o significado *tempo* ao termo *quando,* no sentido de expressar a circunstância em que “[...] a gente era o que quisesse ser só usando esse advérbio”. Ele nos diz:

> **Tempo**
> [...]
> Tem hora que eu sou *quando* uma árvore e podia apreciar melhor os passarinhos. Ou: tem hora que eu sou *quando* uma pedra. E sendo uma pedra eu posso conviver com os lagartos e os musgos. Assim: tem hora eu sou *quando* um rio. E as garças me beijam e me abençoam [...].
> [...]
>
> Quem é quando criança a natureza nos mistura com as suas árvores, com as suas águas, com o olho azul do céu [...] (BARROS, 2010, p. 133).

A partir do olhar de quem só teve infância, como era seu costume dizer, o poeta Manoel de Barros pensa o tempo sobre a dinâmica do *quando* ser e estar no mundo. Neste sentido, o tempo jamais terá um formato cronológico, mas forjado, apreciador da natureza, da cultura local, das pessoas, e manterá com elas relações de amizade e respeito.

De outra forma, não sem poética, o tempo na região amazônica está ligado ao conhecimento da natureza, neste estudo, pelo movimento das águas, que é o relógio que marca não apenas as horas, mas também as semanas, os meses e os anos, assim como a escassez e a abundância, a alegria e a tristeza (PACHECO, 2009). Desta maneira, o tempo é percebido pelas crianças como fazendo parte do seu cotidiano, ou melhor, a vida cotidiana é a própria vida do indivíduo (HELLER, 2014), as ações diárias têm estreita relação com o viver entre rios e matas.

Almeida e Valente (2017) consideram que para o ribeirinho o tempo está associado aos meios de subsistência, ao deslocamento nos rios e várzea, ao clima, enfim, norteando as ações diárias dos povos das águas. O tempo direciona a pesca, a caça, o plantio, o subir ou descer dos rios, colocar ou retirar redes e matapis, e também as brincadeiras sazonais das crianças (POJO; ELIAS; VILHENA, 2014).

Trechos do nosso registro de campo ilustram quão próximo está a natureza das vivências das crianças, regida pelo tempo. O primeiro episódio trata do tempo da maré:

> Registro de campo (07/10/2016).
>
> *A gente só vai na hora que a maré tivé cheia.*
>
> Conversando informalmente com algumas crianças que encontrei a caminho da escola, numa sexta-feira, perguntei o que elas faziam no sábado. Uma delas me respondeu: a gente sempre vai pro sítio!". "E onde fica o sítio?, indaguei. Outra informou: vai por ali (apontando o curso do rio Piriá), depois pega bem lá na frente um riozinho, um igarapé, mas a gente só vai na hora que a maré tivé cheia, quando tá baixa num dá pra passá na rabeta, fica só lama e muito galho, só dá no casco porque a gente mermo vai remando.

O segundo episódio diz respeito ao clima da região, que está ligado às condições climáticas, ao sol e à chuva:

> Registro de campo (05/10/2016).
>
> *Vai chuvê, a senhora num tá vendo?*
>
> Hoje, durante as atividades com as crianças, no período da tarde, na ponte, em frente ao alojamento onde residimos, percebi que pouco depois que começamos os trabalhos uma inquietação tomou conta delas. Olhavam para cima, para os lados, e repetiam: *"vamo logo, vamo logo que já vem"*; os trabalhos foram acelerados e entregues rapidamente. Nessa altura, já preocupada, perguntei o que estava acontecendo. Joabe diz: *"vai chuvê, a senhora num tá vendo?"*. Eliezer completa: *"E não é pouco, não! É um pau d'água daquele"*. Estranhei, pois o sol estava lindo, brilhando. Não mais do que 20 minutos depois parecia que o céu ia desabar, de tanta água. Ficamos a imaginar como as crianças sabiam que ia chover? Como sabiam que ia chover tanto assim? A tarde estava tão ensolarada que uma chuva naquele momento era impensável. A chuva varou a noite.
>
> Registro de campo (06/10/2016).
>
> Como vocês sabiam que ia chover ontem?
>
> O dia amanheceu limpo, nem parecia que havia chovido quase a noite toda, o sol começa a aparecer discretamente. Enquanto tomávamos café já podíamos ouvir os falatórios das crianças na ponte. Rapidamente descemos e encontramos Eliezer, Paulo e Elequias; logo entramos no assunto da chuva do dia anterior. *"Meninos, que chuva caiu ontem!"* Eliezer então diz: *"eu falei pra senhora que ia caí um pau d'água!"*. *"É verdade, mas como vocês sabiam que ia chover tanto assim?"* Paulo, de forma despretensiosa, fala: *"nós sabe, ora"*. Em seguida, Elequias faz o comentário que responde nossa indagação: *"quando a gente olha naquele rumo ali* (apontando para o horizonte) *e vê que tá escuro, pode contá que vai chuvê, mermo que teja sol aqui na Vila"*.

Nesse sentido, Cristo (2007, p. 67) assevera que o modo de vida das populações ribeirinhas está atrelado aos ciclos naturais "[...] pois o fenômeno das enchentes e vazantes, determinadas também pelas fases da lua, regula parte do cotidiano dos mesmos, de modo que o trabalho obedece ao ciclo sazonal".

Percebe-se que o tempo nesse espaço geográfico não é o mesmo discutido por Hall (2006)[149], quando fala de um tempo global, que sofre alterações constantes em suas bases, em que o mundo vai encolhendo e perdendo a graça. Na Amazônia o tempo é menos impetuoso, consentindo aos ribeirinhos uma vida mais perto da natureza e sem os problemas urbanos comuns das grandes cidades (trânsito,

[149] Hall (2014, p. 69), referindo-se à discussão de espaço-tempo e identidade comunica que o impacto da globalização sobre as identidades nacionais tem como característica "[...] a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas [...]", não importa onde os eventos ocorram, eles irão atingir as pessoas mesmo que elas estejam em lugares distantes.

barulho, estresse...). Não estamos afirmando com isso que os ribeirinhos desfrutem de uma vida sem nenhuma dificuldade, mas os problemas enfrentados por eles são de outra ordem, como a necessidade de garantir seus direitos sociais, por exemplo.

Neste sentido ponderamos que o tempo “neste lugar próprio flutua como que um perfume secreto, que fala do tempo perdido, do tempo que jamais voltará, que fala também de um outro tempo que ainda virá, um dia, quem sabe” (CERTEAU; GIARD, 2013, p. 204). Isso engloba uma diversidade de modos de pensar, sentir e conceber o tempo (ALMEIDA; VALENTE, 2017) como algo que está presente e faz parte da dinâmica da vida das pessoas, e as crianças não estão fora deste contexto.

Sarmento (2014) nos remete ao tempo da criança, um tempo construído por ela, que se constitui num

> [...] tempo recursivo, continuamente reinvestido de novas possibilidades, um tempo sem medida, capaz de ser sempre reiniciado e repetido. A criança constrói os seus fluxos de (inter) acção numa cadeia potencialmente infinita, na qual articula continuamente práticas ritualizadas (“agora diz tu, agora sou eu”), propostas de continuidade (“e depois...e depois”) ou rupturas que se fazem e são logo suturadas (“pronto, não brinco mais contigo”). Nesses fluxos estruturam-se e reestruturam-se as rotinas de acção, estabelecem-se os protocolos de comunicação, reforçam-se as regras ritualizadas das brincadeiras e jogos, adquire-se a competência da interacção: trocam-se os pequenos segredos, descodificam-se os sinais cifrados da vida em grupo, estabelecem-se os pactos. E reinventa-se um tempo habitado à medida dessas rotinas e dessas necessidades da interacção, um tempo continuado onde é possível encontrar o nexo entre ao passado da brincadeira que se repete e o futuro da descoberta que se incorpora de novo (SARMENTO, 2014, p. 17).

Para Sarmento (2014) o tempo pode ser disposto de muitas maneiras, como visto nas vivências das crianças ribeirinhas, gerando intimidade com a natureza, produzindo um modo de vida singular que se mostra na habilidade das crianças nos rios, com a canoa, no subir e descer rapidamente das árvores, sobretudo do açaizeiro, de colocar o matapi na água, de cortar madeira, fazer roça, enfim, suas atitudes não supõem desafios à natureza, mas a integração a ela (POJO; ELIAS; VILHENA, 2014).

A interação com a natureza, num tempo que agita a vida das crianças, propicia movimentos corporais que dizem muito da identidade dos sujeitos dessa parte do Brasil.

3.3 A formação identitária ribeirinha-marajoara das crianças da Vila do Piriá por meio do corpo

Hall (2006), Silva (2014) e Woodward (2014) consideram que a identidade cultural nasce e se desenvolve na relação que os sujeitos estabelecem com o outro, deste modo a denominam de relacional. É também marcada pela diferença "[...] só afirmamos quem somos, a que grupo pertencemos (nação, região, sexo), quando existe um não nós e um outro que não faz parte dos nossos" (SANTOS, 2011, p. 145), significando dizer que só existe sentido em assegurar à população oriunda das ribeiras dos rios da Amazônia que são ribeirinhos, frente a um não ribeirinho, do contrário essa afirmativa não teria sentido. Assim, identidade e diferença são inseparáveis, "[...] estão em uma relação de estreita dependência [...]" (SILVA, 2014, p. 74); sem a diferença não existe identidade (SILVA, 2014; WOODWARD, 2014).

Neste sentido, Woodward (2014) salienta que o corpo se constitui uma das áreas envolvidas no estabelecimento dos limites que deliberam quem somos, dando base para a formação da identidade. Do ponto de vista sociocultural, as identidades, sejam de que natureza forem, são construídas.

Santos (2011, p. 144) destaca que a identidade cultural seria uma espécie de "sentimento de pertencimento", em que este sentimento, na maioria das vezes, significa o não pertencer a outra forma de identidade cultural.

Incontestavelmente, a identidade cultural de um povo é, em muitos aspectos, a fonte de significados e experiências, conforme afirma Castells (1999) ao discorrer que no interior da cultura de um mesmo povo podem existir juntas ou simultaneamente mais de uma identidade que se conciliam e divergem entre si. Deste modo, se há várias identidades, então se faz necessário que falemos "[...] mais em *significados* e experiências de um povo – no plural -, e menos em significado – no singular (SANTOS, 2011, p. 144).

São as fontes de significados e experiências, em grande parte, que formam a identidade ribeirinha-marajoara das crianças da Vila do Piriá. Suas vidas estão imbuídas pelo cheiro da floresta, pelo colorido da natureza, pelas expressões ditas que traduzem a sua maneira de ver e dizer do mundo, pela correnteza forte dos rios e pela abundância da água que entranha na pele que fica tuíra, numa relação com as águas barrentas dos rios da Amazônia, em que a pele molhada seca pela ação direta dos raios solares e cria uma camada de pó que, ao ser arranhado, dá a

impressão de que o barro penetrou no seu corpo. Essa sensação entrelaça a vida do homem ribeirinho à natureza. Nas conversas informais captamos como as crianças respondem ao serem perguntadas ou questionadas sobre o porquê da pele estar com aquela camada parecendo pó:

> isso é da água do rio, a gente toma banho lá e fica assim, mas não é sujo não!"; "é daí do barro que tem no rio, aí a pele fica assim [mostrando a pele tuíra], aí nosso corpo fica tudinho assim, mas olha o cheiro, é igual de terra quando chove, igual do barro, mas tem que fica, a gente toma banho aí (REGISTRO DE CAMPO, 07/10/2015).

Portanto, o corpo é o elemento que puxa para dentro, é um dos caminhos de assimilação da cultura de uma sociedade.

É verdade que as fontes de significados e experiências formam a identidade ribeirinha-marajoara, é verdade também que esta mantém uma profunda relação com a natureza. No entanto, como se dá a formação dessa identidade por meio do corpo é algo de que ainda precisamos nos apropriar.

Embora estudos[150] nos mostrem que os povos amazônidas, especialmente as crianças, usam o corpo nas suas atividades cotidianas e por meio dele as práticas culturas infantis se revelam, há ainda um caminho a percorrer no sentido de esclarecermos, nesse contexto, como o corpo se relaciona nas dimensões da vida humana (social, política, econômica, cultural, religiosa e educativa) na formação dessa identidade.

Neste sentido, Carvalho (2010, p. 35) assegura que "a capacidade que o ser humano tem de mimetizar-se, sentindo e experimentando com seu corpo, possibilita a vivência plena dos acontecimentos relacionados ao meio em que vive. No entanto, para que pudessem desenvolver maneiras de realizá-los se fez necessário o desenvolvimento de técnicas corporais que foram "[...] diferenciando-se em sua forma nas mais variadas sociedades [...] (ALVES, 2003, p.37). Nesse contexto o homem criou condições que favorecessem suas atividades, técnicas e instrumentos capazes de modificar a natureza, fazendo brotar uma cultura.

Com a finalidade de alargarmos essa discussão e compreendermos a utilização do termo *técnica* e *técnica corporal* em nossa análise, recorremos a sua acepção em vários autores. Nossa intenção foi trazer ideias que comunguem com o

[150] Carvalho (2010, 2013), Carvalho et al. (2003), Lopes (2012), Pojo e Vilhena (2013), Pojo, Elias e Vilhena (2014), Sousa (2014), Teixeira (2009, 2013).

nosso referencial teórico-metodológico e, na medida do possível, dialogar ante as questões que emergiram no estudo.

Chauí (2001, p. 317) certifica que é um termo grego - *techne* - significando "[...] o que é ordenado ou toda espécie de atividade humana submetida a regras"; em sentido amplo, é o mesmo que habilidade, agilidade, e restritamente quer dizer instrumento, ofício, ciência. Vargas (2007) sintetiza a ideia de Chauí definindo técnica como

> [...] um saber prático obtido por experiência e realizado por habilidade, referindo-se a toda a atividade humana realizada de acordo com as regras que ordenam a experiência, exigindo uma grande capacidade de observação, memória e senso de oportunidade (VARGAS, 2007, p. 67).

Sendo assim, de acordo com as ideias de Chauí (2001) e Vargas (2007), a técnica requer conhecimento prático e habilidade para a execução, pelo homem, de várias ações, as quais que estão sujeitas a regras.

Alves (2003, p. 38), fundamentada em Karl Mannheim, localiza o termo *técnicas sociais*, as quais "[...] possuem uma única razão de ser, que é a de influenciar o comportamento humano sob a forma que a sociedade considerar adequada". Desta maneira, ela tem regras, influencia a conduta do homem; a sociedade é condicionada e educada a se ajustar aos padrões dominantes da vida social, como bem nos esclarece a autora.

As técnicas sociais estão em todas as esferas (da política, da educação, da comunicação, entre outras), na vida militar e civil, no trabalho, entre e por todos os lados da sociedade. No entanto, a educação não é a única técnica social, mas tem sido destinada com mais veemência à concepção do tipo de homem ajustável ao modelo dominante.

Alves (2003) nos diz ainda que as concepções de Mannheim, publicadas em 1940, na Inglaterra, dão continuidade às ideias de Marcel Mauss, apresentadas m 1920 com a divulgação de *As técnicas do corpo.* Para Mauss (2017, p. 421), as técnicas corporais[151] dizem respeito às "[...] maneiras como os homens, e de

[151] Mauss (2017), antropólogo e etnólogo francês, publicou na primeira metade dos anos de 1920 do século passado as técnicas do corpo ou técnicas corporais. O autor trabalha na perspectiva do corpo como objeto de reflexão da crítica social e cultural. Enumera quatro princípios de classificação das técnicas corporais: "divisão das técnicas entre os sexos; variação de acordo com as idades; em relação ao rendimento e a transmissão da forma das técnicas, levando em consideração as tradições que os impõem". Apresenta ainda uma classifica segundo a "enumeração biográfica das técnicas do corpo em função do acompanhamento do trajeto de um

sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo". Considera o corpo "[...] o primeiro e o mais natural instrumento do homem [...]" podendo ser também "[...] o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo" (MAUSS, 2017, p. 428).

O autor definiu técnica como "um ato *tradicional eficaz*" (MAUSS, 2017, p. 427), significando que as técnicas corporais são peculiaridades de cada sociedade propagada por meio da educação, da imitação e da tradição, sendo que a tradição é responsável pela continuidade da técnica, bem como de sua transmissão, que se dá preponderantemente por meio da oralidade. Ele assegura ainda que o uso que fazemos do corpo nas atividades diárias se constitui em um uso cultural, ligado diretamente ao grupo do qual fazemos parte.

Outra contribuição importante para esse estudo é o de Rodrigues (2006, p. 50) para quem o corpo é um patrimônio "[...] o mais natural, o mais concreto, o primeiro e o mais normal [...] que o homem possui". Considera ainda o corpo como parte do comportamento social humano, um fato social na sua totalidade, ou seja, cada parte constitui porção do todo, dependendo da totalidade para extrair o seu sentido. Nessa lógica, as técnicas corporais são também sociais, à medida que, no corpo, são inseparáveis as dimensões orgânica e social do homem.

Alves (2003), a partir da análise dos estudos de Karl Mannheim, Marcel Mauss e José Carlos Rodrigues, dentre outros, nos esclarece acerca das técnicas corporais cotidianas, afirmando que

> É possível dizer que os seres humanos experimentam e experienciam em seus movimentos cotidianos técnicas corporais que são próprias de sua cultura. Essas técnicas tornam-se práticas vividas com o corpo e guardadas no corpo; ou seja, são os corpos culturais. Infinitas são as técnicas que se tornam práticas culturais provadas e inventadas com o corpo, construídas por determinados povos ou nações [...] (ALVES, 2003, p. 41).

Entendem-se, portanto, as técnicas corporais, como sendo a forma como os sujeitos utilizam os seus corpos no contexto social, ou melhor, como utilizam nas suas ações de rezar/orar, falar, nadar, correr, apanhar frutos, pescar, abraçar e

---

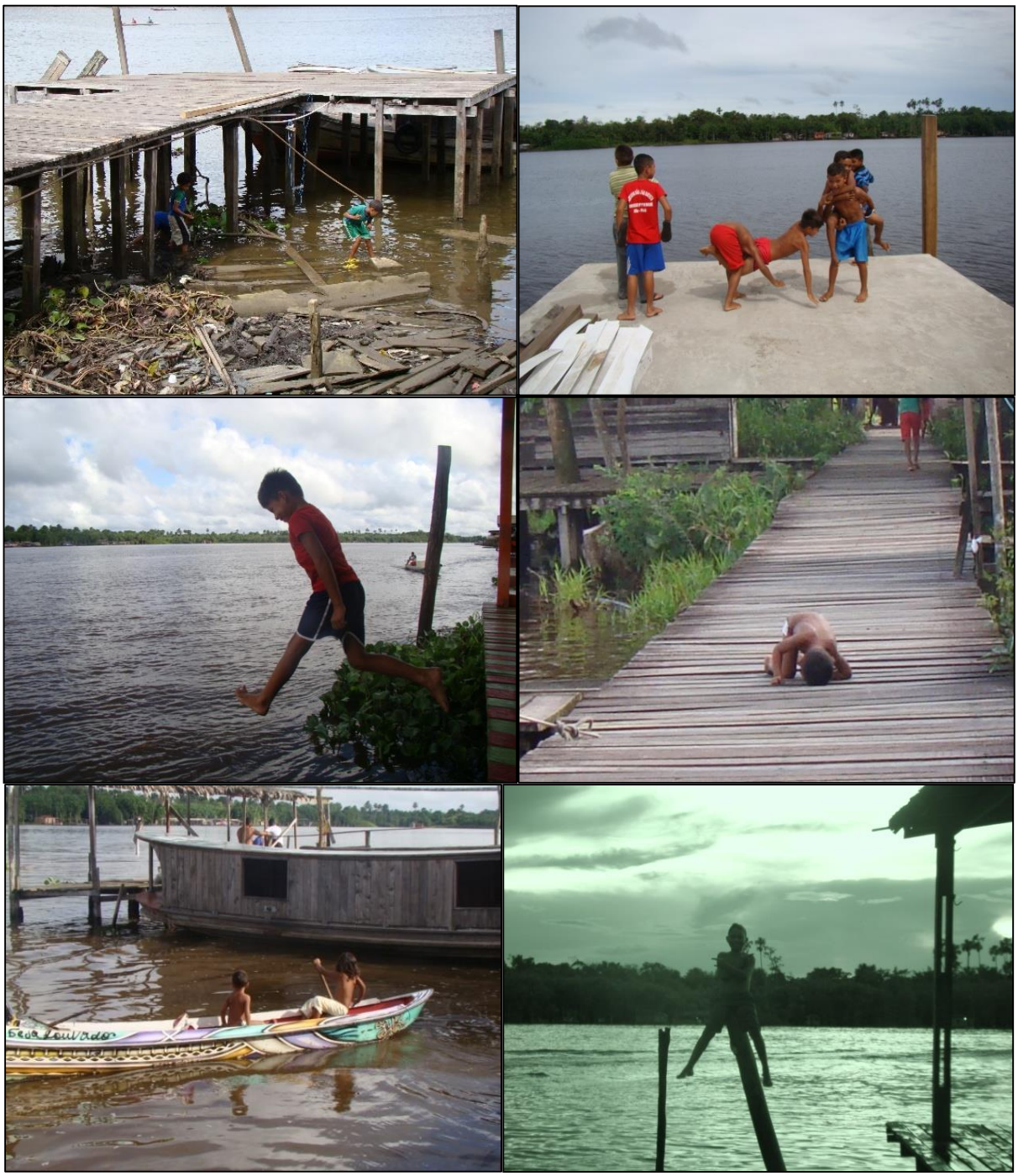
indivíduo no decorrer da sua vida, observando, por exemplo: (1) técnicas do nascimento e da obstetrícia: formas de parto e reconhecimento da criança; (2) técnicas da infância: modos de carregar o bebê, de mamar e desmamar; (3) técnicas da adolescência: contextos de iniciação dos jovens; (4) técnicas da idade adulta: modos de dormir e de repouso; técnicas de atividade e movimento: dança, corrida, salto, escalada, descida, nado; técnicas de cuidados do corpo: esfregar, lavar, ensaboar; técnicas de consumo: modos de comer e beber; técnicas da reprodução: posições sexuais; e técnicas de medicação" (MAUSS, 2017; A ENCICLOPÉDIA, 2017).

dançar, por exemplo. Esses movimentos não são casuais, eles caracterizam uma sociedade, nesse caso, uma sociedade ribeirinha, envolvendo na esfera do corpo um indicador que pode estabelecer distinção entre as pessoas que constituem ou não determinada sociedade. Deste modo, dizemos que “[...] as técnicas corporais são tradicionalmente adquiridas e depois de eficazmente incorporadas marcam determinado uso social, que pode e/ou deve cumprir os papéis sociais impostos” (SILVA; ALMEIDA, 2014, p. S201).

Associamos a esse estudo a visão de Santos (2003, p. 9) sobre o poder local e o poder nacional, amparado nas ideias do poeta português Miguel Torga sobre “universal” e “local”, ao dizer que “o universal é o local sem paredes”, substituindo o termo “universal” por “global” e afirmando ficar ainda mais perfeito a ideia de que “[...] o global é o local sem paredes neste momento e, portanto, é muito importante que se considere que o local deixou de ser exclusivamente local”. Nesse sentido, transpomos a ideia de Santos para esse contexto e consideramos que os pequenos ribeirinhos trazem para o corpo os conhecimentos da vida cotidiana, traduzidos nas técnicas que se tornam práticas culturais aprovadas e inventadas com o corpo, como nos referenda Alves (2003), deixando de ser local e se tornando global.

Nessa continuação Rodrigues (2006), referindo-se à atividade corporal como andar, pular, lavar, nos assegura que ela é a expressão no corpo da estrutura social, além do que existe uma estrutura biológica que faz com que o homem veja, ouça, cheire, sinta e pense, porém “[...] a cultura fornece o rosto de suas visões, sentimentos e pensamentos, criando novos cheiros, sons e visões, constituindo novos universos e novos corpos” (RODRIGUES, 2006, p. 113). Os sentidos das reflexões do autor podem ser observados nas imagens a seguir, confirmando o pensamento de Alves (2003) - as técnicas se transformam em práticas culturais e o corpo na sua totalidade se encarrega de legitimá-las.

Imagem 33 - O corpo nas vivências das práticas culturais das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015/2016/2017).

Observando as imagens das crianças no seu dia a dia e o que vivenciamos durante a pesquisa de campo afiançamos que “[...] ao descrever seu corpo, as crianças enfatizam suas próprias ações e suas interações com os outros, ao invés de simplesmente falar sobre seus corpos como entidades isoladas” (STROPASOLAS, 2012, p. 176). A descrição a que o autor se refere está para além da descrição física, envolvendo relações sociais e técnicas corporais. Referenda

ainda ele que estamos mergulhados em um mundo onde as vivências e os significados que constituímos têm uma dimensão corporal significativa.

As ações desenvolvidas cotidianamente requerem técnicas corporais que, conforme Mauss (2017), são os modos de uso dos corpos. Nessa lógica, consideramos que as técnicas corporais cotidianas das crianças do Piriá compõem o conjunto de todos os movimentos vividos por elas no seu dia a dia.

Mauss (2017) se preocupou em apreender sobre as culturas de muitos lugares, concluindo que elas são semelhantes em relação ao uso do corpo (comer e dormir, por exemplo), porém cada um faz segundo a lógica de sua cultura. Os povos da Amazônia apresentam diferenças culturais, e consequentemente as técnicas corporais acompanham essa dinâmica, pelo que trazemos aqui aquelas que estão diretamente relacionadas às vivências das crianças ribeirinhas do Piriá, sem, no entanto, seguirmos linearmente a enumeração biográfica proposta por Mauss.

Destacamos que a proposta de Mauss (2017) associada aos demais autores aqui mencionados foi uma opção em nossa análise em virtude de esta atender aos modos como as crianças da Vila do Piriá elaboram suas técnicas corporais advindas de suas práticas culturais, o que contribui para a formação da identidade das crianças ribeirinhas. Além das técnicas apresentadas por Mauss outras surgiram em nossa investigação, as quais serão também abordadas.

Técnicas do sono e do repouso: Mauss (2017) e Rodrigues (2006) combinam aspectos dessas técnicas ao afirmarem que as culturas indicam as posições que devem ser adotadas para dormir e descansar. Rodrigues (2006) diz que dormir e repousar, por exemplo, apesar de serem ações de cunho universal, as sociedades possuem formas e posições para fazê-lo, conforme suas culturas.

Há sociedades em que, para dormir, as pessoas nada possuem, a não ser o chão para colocarem o corpo; outras se valem de instrumentos (esteiras, camas, bancos, redes, apoio na nuca); há culturas em que as crianças dormem no colo, em berços, amarradas em suas mães; outras há, ainda, em que elas dormem agachadas, em pé, em redes, bancos e cadeiras. Para repousar existem muitas maneiras: sentar-se em cadeiras, agachar-se sobre as pontas dos pés, entre outras, cabendo a cada sociedade determinar como isso se procede. Rodrigues (2006, p. 90) diz que são técnicas apreendidas e “[...] em cada uma dessas técnicas está presente uma confluência de forças sociais [...] na qual a base física do corpo (matéria) as forças se aplicam”.

Os modos de dormir e de repousar no Piriá se atrelam ao descanso nas redes que ficam praticamente durante todo o tempo penduradas nas salas, varandas e áreas diversas das casas, nos trapiches, amarradas nas árvores ou estiradas dentro das embarcações quando estas trafegam nos rios ou mesmo ficam paradas, atracadas nos portos. A rede é um elemento cultural tão presente na Vila do Piriá que em todas as casas que visitamos durante o período em que lá estivemos, havia redes amarradas em quase todos os compartimentos, inclusive nas cozinhas. Em muitas casas nem cama se usa, apenas redes.

Em nossas conversas informais com as crianças, sempre que mencionavam os hábitos da casa, a rede foi o lugar por excelência de dormir e descansar.

Mauss (2017, p. 435), referindo-se à maneira de dormir de determinados povos, diz que a rede é “[...] a maneira de dormir suspenso”, caso de grande parte das populações amazônicas, cultura herdada dos povos indígenas. O ribeirinho tem por hábito tirar uma sesta após o almoço deitado na rede. Na Vila, nesse intervalo, o comércio fecha e nada funcionava, dos mais velhos às crianças, todos se recolhem para um cochilo.

Observamos que para as crianças as técnicas do sono e repouso estão ligadas a práticas corporais lúdicas[152]. Quando estão se preparando para dormir, as crianças se balançam, se enrolam, se encolhem, se esticam, parte do corpo ora fica dentro e ora fora da rede, jogam o cobertor/lençol em cima do corpo, tiram e jogam novamente, até que o sono chegue.

Rodrigues (2006) afirma que as posições adequadas para descansar variam entre os povos. Sendo a rede um instrumento que serve também ao descanso, as crianças têm várias posturas corporais que são aprendidas. Na rede a técnica de movimentação do corpo propicia o embalo (lento, médio, forte e muito forte), aproveitado durante horas a fio pelas crianças, sozinhas ou acompanhadas.

Outro modo de descanso na rede é o giro, quando o corpo fica enrolado dentro da rede como se fosse um bombom embrulhado (balinha); às vezes só o rosto fica de fora. É uma forma de se proteger do frio e dos mosquitos.

A escalada nos punhos da rede também foi observada, quando as crianças entram na rede e sobem nos punhos, como se estivessem subindo numa árvore;

[152] Alves (2003) afirma que a proposição de Mauss (2017) está relacionada às brincadeiras das crianças que envolvem as técnicas de rastejar, pisar, andar, dançar, correr, saltar, escalar, descer, nadar, entre outras.

ficam penduradas, contemplando o rio, a rua; não dormem, apenas ficam quietas observando a passagem do tempo.

Sobre as técnicas corporais que envolvem o jeito de dormir e descansar das crianças, Pojo e Vilhena (2013) consideram que uma das características das culturas infantis é a inventividade, muito presente na cultura ribeirinha, pois "[...] a utilização do corpo como sistema de expressão não tem limites (RODRIGUES, 2006, p. 90).

Técnicas de falar e se movimentar ao mesmo tempo*:* estão relacionadas à fala, que é sempre acompanhada por movimentos corporais. Estas técnicas foram identificadas e nomeadas por nós a partir de nossas observações na Vila. Nas narrativas a gesticulação das mãos, o balançar da cabeça, o remexer de partes do corpo e a expressão facial funcionam como complementos da fala, demonstrando uma necessidade que as crianças têm do uso do corpo como reforço, para dar mais ênfase ao que estão a dizer. Para Benjamim (2013, p. 18) "a linguagem gestual vai muito mais longe aqui do que em qualquer outro lugar [...]".

Assim, com a finalidade de explicitar com mais detalhes a maneira com que as crianças traduzem no corpo as palavras/expressões que usualmente utilizam na Vila, elaboramos um quadro com a descrição daquelas que mais ouvimos durante o tempo que ali passamos. Utilizamos imagens das crianças fotografadas durante a pesquisa, captadas nos momentos em que elas mostram por meio das técnicas corporais as palavras/expressões mais corriqueiras, sem se darem conta de que, além da voz, o corpo também fala.

Nos casos em que não foi possível o registro fotográfico, utilizamos desenhos a traços criados com base nos registros que tínhamos das técnicas corporais das crianças. Amanda Gil[153], apoiada na obra de Wosien (2004), buscou subsídios para representar por meio de desenhos a traço[154] as técnicas corporais cotidianas que fazem parte da dinâmica da vida das crianças do Piriá, demonstrando o quanto é natural para elas o exercício de falar e de se movimentar ao mesmo tempo.

[153] Professora, artista plástica, desenhista e engenheira civil paraense, a partir de várias técnicas (pinturas, colagem, bordados, desenhos autorais e desenhos baseados em outros artistas), criou um estilo próprio de desenhos de mulheres que se destacam nas lutas sociais, estilo esse próximo de caricaturas e desenhos a traços.

[154] Wosien (2004) em sua obra "Dança: símbolos em movimento" busca mostrar coreografias de dança relativas às diferentes tradições místicas e religiosas, utilizando-se de representação gráfica e desenhos a traço para elaborar as instruções das danças. O desenho a traço original é qualquer arte criada em linhas, de uma só cor, geralmente o preto; no entanto, variações acrescentando cores, pés, mãos e vestimentas foram sendo criadas por artistas numa versão contemporânea, dando mais graça a ele.

Quanto ao significado e à descrição dos movimentos, procuramos descrevê-los a partir dos próprios movimentos das crianças, da unidade doméstica e de nossa observação no dia a dia da comunidade. Utilizamos ainda o levantamento sobre os aspectos da oralidade popular feito por Sobral (2014) e que deu origem à coletânea dos volumes do Dicionário Papachibé, no qual está registrada a fala, com seus significados, que se ouvia e ainda se ouve na capital paraense e nas cidades do interior do Estado.

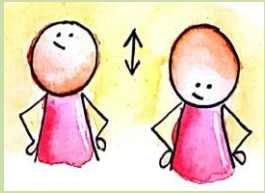
O quadro a seguir apresenta algumas dessas palavras/expressões ouvidas durante a coleta de dados:

Quadro 15 - Palavras/expressões: a representatividade no corpo.

Palavra ou expressão	Significado dado pelas crianças	Significado dado pela unidade doméstica e dicionários	Técnica corporal cotidiana	Descrição do movimento
Agorinha	- Nesse instantinho. - Já, já. - Nesse minutinho.	-Neste momento. - Agora mesmo.		Em pé, com os braços para cima e os dedos polegar e indicador levantados, este último apontando para baixo identificando que a situação aconteceu nesse instante.
A gente	- Todo mundo. - É nós aqui. - É ele, ela, aquele, aquela e eu.	- Todos juntos - Nós		Pode ser em pé ou sentado, elevar as mãos por sobre a cabeça, as mãos vão abaixando na lateral.

Bora logo	- Ir rápido. - Quando a mãe chama a gente pra fazê alguma coisa correndo.	- Ordem a ser seguida de quem está com muita pressa (SOBRAL, 2014).		Geralmente quem usa a expressão está à frente, chamando alguém, e com uma das mãos indica a direção, mostra o caminho ou sentido que a pessoa deve seguir imediatamente.
Das bandas de lá	- Mora longe de ti. - Quando vive do lado de lá do rio.	- De outro lugar. - Do outro lado.		Comumente com o braço alongado, o corpo virado na lateral, aponta com o dedo indicador a direção da outra margem do rio ou a direção onde a pessoa mora.
De mal a morte	- Nunca mais fala com a pessoa. - Pode morrê, mais num fala com a aquela que tu tá com raiva dela.	- Ficar sem falar - Fim de papo - Cortar relações.		Em pé, usando os dedos das mãos, une os indicadores, e o adversário bate com o indicador, separando as mãos do outro.
Embuchada ou prenha	- Mulhé barriguda.	- Grávida - Gestante		De lado, usando uma das mãos em forma de concha, passa acima da barriga como se mostrasse uma grávida em estágio avançado.

É-gu-á	- Quando não qué dá certo as coisa.	- Dito com mais ênfase e pausadamente, é diferente de égua, quer dizer pôxa vida! Caramba! (ARTE PAPA XIBÉ, 2018).		O corpo balança de um lado para o outro, à medida que se pronuncia pausadamente E-gu-á.
Égua	- A “égua” tá em tudo. Se tá bom diz “égua”, se tá ruim diz égua. - A gente diz mais “égua” quando tá com raiva.	- Expressão de admiração, insatisfação, raiva, alegria, espanto, tristeza (ARTE PAPA XIBÉ, 2018).		O corpo todo se manifesta, principalmente as mãos balançam, como se estivesse se abanando, os pés pisam rápido.
Levou uma mijada	- Ouve esculhambação. - Quando uma pessoa briga com a gente.	- Foi chamado a atenção, levou um esporro, um sermão, uma bronca (ARTE PAPA XIBÉ, 2018).		Com as duas mãos a altura do tronco pula e estala os dedos.
Mano/mana	- Quando é amigo, irmão de verdade é mano.	- Expressão de tratamento que está no cotidiano do paraense, é o mesmo que amigo, parceiro, irmão.		Ao pronunciar a palavra a criança coloca a mão no ombro do mano ou mana, no que é correspondido pelo outro e caminham por alguns metros abraçados. Muito parecido com a expressão “parente”.

Matapi	- Aquela coisa de arumã, pode ser de miriti, de pegá camarão. - Armação de arumã que pega camarão.	- Armadilha artesanal feita de talas de palmeira, utilizada para a pesca do camarão de água doce.		As mãos ficam a altura do tronco, se posicionam de forma cilíndrica, parecendo um matapi na vertical.
Tô na broca	- Varado de fome. - Quando a fome é grande, chega dá uma dor na boca do estômago. - Quando é fomona.	- Com muita fome. - Morto de fome, a fim de comer alguma coisa (SOBRAL, 2014).		Junta as mãos, uma sobre a outra, coloca sobre o abdome e aperta.
Não-que-não	- Se alguém perguntá se vou jogá bola, eu digo não-que-não, que vou.	- Sim - Afirmação de alguma coisa.		A cabeça balança para cima e para baixo.

Não tê falei!	- A gente diz não vai, mas a pessoa qué í, daí dá errado pra lá. Ela então volta com cara de besta, aí a gente diz “não tê falei pra tu não í”.	- Eu avisei das consequências.		Os braços se abrem e ao se aproximar da pessoa avisada levanta o braço direito e com o indicador apontando para o rosto balança a mão para cima e para baixo.
Nem fale, até!	- Se alguém perguntá assim, se eu gosto muito de açaí, como eu gosto, aí eu digo isso.	- Para confirmar o que o outro está afirmando ou perguntando.		Abre os braços e leva a perna direita a frente.
Pai-d’égua	**- Uma coisa boa, legal, que aconteceu.**	**- A**lgo excelente, ótimo, muito bom (ARTE PAPA XIBÉ, 2018).		Expressão facial alegre, sorridente, mostra o sinal de positivo podendo ser com as duas ou uma das mãos.

Parente	- As vez é nosso amigo, as vez é tio, primo, parente mermo. - É todo mundo aqui, porque todo mundo chama de parente pro outro.	- Amigo - Membro da família - Forma de tratamento (SOBRAL, 2014).		Mãos pousam em cima do ombro do companheiro; é usado com mais frequência para pessoas do sexo masculino.
Pitiú	- É do peixe quando a gente come, aquele chero fica na mão. - Tem no peixe, camarão, as vez na galinha, é o cheiro que fica a modo grudado na mão.	- Cheiro característico de peixe; cheiro de maré, de maresia (ARTE PAPA XIBÉ, 2018).		Franzir o rosto e colocar a mão na barriga como se fosse vomitar.
Pixé	- É quando fede. - Coisa podre. - Cheiro ruim.	- Mau-cheiro - Catinga.		Anda ligeiro colocando a mão no nariz evitando sentir o mau-cheiro.
Por demais	- É assim muito, muito, muiiiito. - É quando derrama.	- Muito - Em grande quantidade.		Os braços dobrados, as pontas dos dedos abrem e fecham.

Porrudão	- Uma coisa muito grande. - Grande, maió que o meu braço.	- Enorme, avantajado, grandalhão (SOBRAL, 2014).		Os braços formam um círculo diante do centro do corpo, ou abaixo ou na altura média com distanciamento do corpo.
Quero vê minha mãe mortinha	- A gente diz uma coisa e eles não acredita, aí a gente diz isso.	- É usado tipo assim uma jura (SOBRAL, 2014).		O corpo fica deitado no chão como se estivesse morto, inclusive com as mãos sobre o peito.
Te enxerga	- Para de graça. - Apara com a saliença.	- Te dá ao respeito (SOBRAL, 2014).		Cabeça virada para o lado, franze o rosto.

Té doidé?	- Um negóço que tu não fez e alguém diz que tu fez. - Uma coisa que nós não entende como aconteceu.	- Diz-se de algo muito absurdo. O mesmo que “fala sério!” (ARTE PAPA XIBÉ, 2018).		O corpo inteiro se requebra como se fosse uma cobra em movimento.
Tô até o talo	- Tô cheiona. - Comi muito, tudinho. - Minha barriga não aguenta (não dá) mais nada.	- Completamente cheio, satisfeito. - Bem alimentado, não cabe mais nada.		Com a mão na altura da cintura ou quadris estufa a barriga, mostrando o quanto está volumosa, cheia.
Tô mordido(a)	- Tô com raiva. - Muito invocado. - Tô por conta, nem fala comigo.	- Estou aborrecido - Estou chateado		A expressão facial é de quem está bravo. Com a mão na altura da cintura encolhe a barriga e estufa o peito.

Tua cara nem treme	- Te manca, mentiroso. - Não tem vergonha na tua cara? - Mentiroso - Potoqueiro - Só lorota - Só potoca.	- Repreensão a quem está mentindo (SOBRAL, 2014).		Os olhos devem estar fechados e uma leve mexida no queixo faz parecer o rosto tremer.
Tu já vem, né mano!	- Quando a gente vai divagazinho fazê de novo o que não é pra fazê. - A gente gosta duma coisa e a mamãe não, ela manda pará, daí passa um pedaço a gente começa di novo, aí ela diz “tu já vem, né mano!	- Advertência, repreensão.		Cabeça virada para o lado, entorta a boca e cruza os braços.
Tuíra	- A água é cheia de barro, quando a gente toma banho o barro pega na nossa pele e fica assim parece sujo. - É quando arranha e fica pirento.	- Espécie de pó que gruda na pele em virtude da água barrenta dos rios.		A pele é arranhada com as unhas.

Fonte: Pesquisa de campo (2015/2016).

Técnicas dos movimentos do corpo inteiro: as ações diárias de subir em árvores, remar, nadar, plantar ou fazer roça, cortar madeira, caçar e pescar requerem técnicas que movimentam os corpos das crianças por completo, exigindo ainda movimento de força, como puxar, empurrar e levantar. Subir numa palmeira de açaí nativa que alcança entre 9 e 12 metros de altura e tem em média 14 cm de diâmetro, caule liso e roliço, usando apenas o corpo, no máximo uma peconha nos pés, é desafiador, mas a habilidade com que fazem isso é impressionante, pois demanda técnicas corporais que mexem com todo o corpo, precisando imprimir força nas mãos e pés para subida e descida, equilíbrio do corpo, deslocamento da cabeça para os lados e abdome sempre comprimido.

Remar para ir pescar, colocar matapi, se dirigir a casas de parentes, em pequenas embarcações, os casquinhos, é outra ação que exige muita técnica. Grande parte dos barcos da Vila dispõe de motor, mas normalmente as crianças entre 9 e 11 anos, talvez por precaução, não são autorizadas pelos adultos a usarem os barcos com este equipamento, restando a elas a opção das canoas a remo, o que exige fortes movimentos dos braços para um lado e outro, força e equilíbrio no corpo todo.

A prática de remar exige técnica corporal que, segundo Mauss (2017), é a maneira como as pessoas utilizam o corpo para realizarem ações que vão das mais simples às complexas. A narrativa a seguir, de duas crianças (Rayka, 10 anos e Isis, 5 anos), traduz a prática cultural de remar em pequenas embarcações nos rios da Amazônia, prática comum na Vila e que vem sendo passada de geração para geração:

> Transcrição de vídeo (23/01/2016).
>
> É assim que se rema.
>
> *Rayka: Pra remá, a gente pega o remo e vai remando.*
> *Isis: Depois vai pro lado.*
> *Rayka: Depois quando a gente fô muito acelerado a gente para um pouco e vai remando lento.*
> *Kaline: Uma vez pra cá, uma vez pra cá* (indicando alternadamente o lado direito e o lado esquerdo).
> *Isis: Uma vez pra cá, uma vez pra cá* (indicando alternadamente o lado direito e o lado esquerdo).
> *Rayka: Uma vez pra cá, uma vez pra cá* (indicando alternadamente o lado direito e o lado esquerdo).

Portanto, as crianças ribeirinhas da Vila do Piriá utilizam o corpo como forma de estabelecer relações com a natureza, com o espaço e com a sua gente,

construindo, assim, sua identidade.

A ação de nadar exige certa destreza das crianças; elas nadam distâncias consideráveis, movimentando de forma sincronizada pernas, braços e cabeça, com o tronco girando levemente a cada braçada. É necessário dominar algumas técnicas para se nadar em rios; a correnteza forte, o vai e vem de embarcações, a enchente e vazante são situações com as quais as crianças convivem diariamente, aprendendo a dominá-las.

Plantar ou fazer roça e cortar madeira na mata são ações cotidianas dos ribeirinhos, das quais as crianças participam como *ajudantes*, geralmente se deslocando na companhia dos adultos para pequenas tarefas no início, as quais vão aumentando, à medida que atingem a adolescência e a fase adulta. Há necessidade de força e mobilidade para que as técnicas sejam executadas. Então, para fazer a roça as crianças mantêm uma postura corporal curvada ou ajoelhada por longos períodos, seja para plantar, colher ou mesmo cuidar da capina. O corte da madeira na mata ainda é mais difícil, pois se precisa de técnicas para entrar e sair da mata, pular entre os troncos caídos, cortar as pequenas árvores abrindo caminho até chegar às de grande porte que serão derrubadas. A derrubada é feita geralmente com motosserra, mas também pode ser feita com serra manual e facões, o que requer ainda mais força e habilidade.

A caça e a pesca são atividades de subsistência. Deste modo, elas acontecem de forma artesanal, principalmente pelas mulheres e crianças, que munidas de varas feitas de galhos de árvores se lançam nas beiras e braços de rios em canoas ou casquinhos à espera do peixe do dia; pequenas redes de pesca são usadas para complementar a ação de juntar uma quantidade maior de peixes. O camarão de água doce é pescado com o uso do matapi, confeccionado pelos próprios moradores da Vila; colocado na água quando a maré está seca e amarrado a varas fincadas nas margens do rio, é retirado com a maré alta para que sejam colhidos os camarões. Todas essas práticas que as crianças fazem no Piriá são técnicas do corpo, segundo Mauss (2017).

Imagem 34 - Crianças e suas técnicas dos movimentos do corpo inteiro.



1 2 3

Fonte: Imagens 1 e 3 pertencem ao arquivo pessoal da autora, imagem 2 cedida pela Biblioteca Municipal Jorge Gomes de Carvalho (Curralinho).

Técnicas dos cuidados do corpo: para as crianças ribeirinhas o mais representativo no cuidado com o corpo é o banho no rio, é nele que as crianças vivenciam o cuidado corporal, é o lugar do esfregar, lavar, ensaboar as partes do corpo. O fato de a água do rio ser barrenta não se torna impedimento para que a higiene ocorra. Independente de quantas vezes se toma banho durante o dia, o material de asseio, como sabonete e shampoo, é usado apenas em um dos banhos, geralmente naquele que antecede a escola ou a igreja.

Técnicas de alimentação: relacionadas com os modos de comer, com um significado especial no que se refere ao alimento presente todos os dias na mesa do amazônida ribeirinho - o açaí. É consumido diariamente, no almoço e jantar, associado à refeição normal do dia a dia, e sem o qual a refeição não está completa. Adultos e crianças preparam o prato com feijão, arroz, farinha, peixe ou carne (que pode ser de caça) ou camarão... e uma tigela de açaí ao lado, misturado com farinha de mandioca. A técnica consiste em ingerir alternadamente uma colherada da refeição do prato e outra da mistura com o açaí.

Desde muito cedo, antes mesmo de completar o primeiro ano de vida, as crianças já começam a consumir o produto, não sendo raro encontrarmos crianças tomando açaí na mamadeira, como se fosse um mingau. Grande parte das crianças depende desse alimento, mas nem sempre há em quantidade suficiente para suprir suas necessidades alimentares. A grande divulgação ocorrida recentemente e a entressafra do produto, no período do inverno amazônico, vêm criando algumas dificuldades para a população, conforme esclarece Souza (2015):

> O açaí é um componente básico da alimentação das comunidades marajoaras mas, ultimamente este produto tem sido exportado para diversas partes do país, e isso tem encarecido o produto, sobretudo no

> período da entressafra, quando fica mais escasso e, consequentemente, o preço fica mais elevado. Desta maneira, já não é tão comum ver o açaí na mesa da população marajoara, especialmente, daquelas que vivem nas cidades, porém no meio rural, às vezes, é o único alimento da família pobre (SOUZA, 2015, p. 95).

O açaí já está enraizado de tal forma na cultura alimentar da população piriaense que mesmo no período da entressafra consome o produto adicionando mais água do que o habitual, para não ficar sem comer o manjar da Amazônia.

Deste modo, podemos inferir que as técnicas corporais se tornam práticas culturais (ALVES, 2003), possibilitando a formação da identidade dos sujeitos-crianças ribeirinho-marajoara da Vila do Piriá.

Quando nos referimos ao corpo, estamos falando de um corpo na sua totalidade, integral, portanto, de um sujeito que pensa, que tem sentimentos, emoções, que influencia e é influenciado pelo meio social, logo, de um ser que se revela através da afetividade.

3.4 A afetividade que envolve as crianças ribeirinhas

A afetividade refere-se ao “[...] conjunto de todos os nossos sentimentos, emoções, humores, paixões, sejam eles “positivos” ou “negativos” (AMARAL, 2007, p. 2). Portanto, em nosso estudo a afetividade emerge no contexto das relações sociais que as crianças estabelecem com a comunidade, com seus pares e com o meio em que estão inseridas.

Henri Wallon, filósofo, psicólogo e médico de origem francesa, ao estudar a criança, estabeleceu três domínios que possibilitam o seu desenvolvimento: afetivo, cognitivo e motor, que convivem e operam de maneira integrada (ANDRADE, 2013). Lev Vygotsky, psicólogo russo, por sua vez, destacou que os processos afetivos e cognitivos das crianças estão assentados no seu ambiente social e cultural.

A afetividade envolve emoção, sentimento e paixão, manifestações que ocorrem durante toda a existência do homem e de alguma forma diferem entre si (GALVÃO, 2002).

Para Wallon (1959) o desenvolvimento da afetividade depende de dois fatores: o orgânico e o social. Neste sentido, Almeida (2008, p. 347) afirma que entre tais fatores “[...] existe uma relação estreita tanto que as condições medíocres de um podem ser superadas pelas condições mais favoráveis do outro”. Inicialmente

assentada sobre o fator orgânico a afetividade logo passa a ser bastante influenciada pela atuação do meio social. Nestes termos Wallon (1959) defende uma evolução progressiva da afetividade, nas quais as expressões vão se afastando da base orgânica, ficando cada vez mais próxima ao social.

Dantas (1992) e Gratiot-Alfandéry (2010), estudiosos da obra de Wallon, afirmam que ele se dedicou de forma mais aprofundada aos estudos de um tipo especial de manifestação afetiva, as emoções. Isso se deve ao fato de que as emoções são as primeiras manifestações afetivas que se constituem na criança. Destaca a autora que na psicogenética deste teórico a dimensão afetiva tem destaque tanto na extensão da construção da pessoa quanto do conhecimento.

Oliveira (1992), referindo-se à obra de Vygotsky, especialmente as dimensões afetivas e cognitivas [155] do funcionamento psicológico, esclarece que, embora, tenham sido tratadas historicamente pela Psicologia, de maneiras separadas, não há como compreendê-las de forma isolada. Segundo a autora, Vygotsky considera dois pressupostos complementares e de caráter geral em sua teoria:

> **Primeiramente**, uma *perspectiva declaradamente monista*, que se opõe a qualquer cisão das dimensões humanas como corpo/alma, mente/alma, material/não-material e até, mais especificamente, pensamento/linguagem. Em **segundo lugar**, uma *abordagem holística*, sistêmica, que se opõe ao atomismo, ao estudo dos elementos isolados do todo, propondo a busca de unidades de análise que mantenham as propriedades da totalidade. Tanto o monismo como a abordagem globalizante buscam a **pessoa como um todo** e, portanto, por definição, não **separam afetivo e cognitivo como dimensões isoláveis** (OLIVEIRA, 1992, p. 76, grifo nosso).

Oliveira (1992) analisando a obra de Vygotsky apura que ele tece críticas à psicologia tradicional, afirmando que um dos seus principais defeitos é a separação entre esses aspectos, deixando de considerar o homem na sua totalidade. Para ele, a separação do afetivo e cognitivo causa um pensamento dissociado incapaz de transformar algo na vida ou no comportamento de alguém.

Com base nas ideias defendidas por Wallon e Vygotsky, observamos alguns aspectos da afetividade entre as crianças, externados principalmente a partir de dois sentimentos: o de raiva, gerado pela violência que atinge a todos na comunidade, e o de amizade, fruto da relação de cuidado, desvelo e cumplicidade entre as

[155] Oliveira (1992, p. 76), sobre essa expressão, diz que Vygotsky jamais usou esse termo “[...] os termos utilizados por Vygotsky para designar processos que denominamos cognitivos são "funções mentais" e "consciência". "Vygotsky usou o termo 'função mental' para referir-se a processos como pensamento, memória, percepção e atenção”.

crianças.

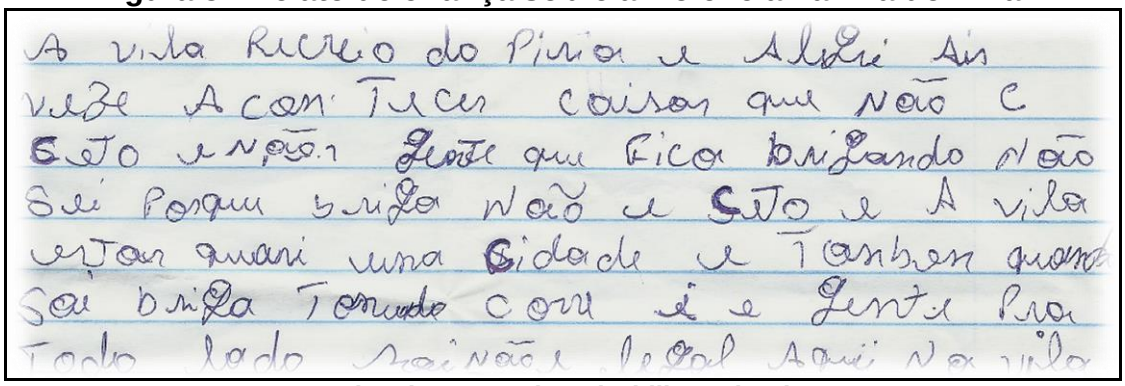
O sentimento de raiva é produto da violência que tem atingido a população amazônica, especialmente a ribeirinha, ao longo dos anos. Estudos[156] mostram o aumento da violência na região: prostituição e tráfico de mulheres e crianças, violência sexual praticada por pessoas próximas (parentes e vizinhos) contra crianças e adolescentes, comércio e consumo de drogas e ataques de *piratas* nos rios da Amazônia são os eventos que mais aparecem nos estudos. Sobre os *piratas*, Cardozo (2016) nos revela quem são e o nível de violência com que atacam as pessoas:

> [...] são homens que viajam em barcos, fortemente armados, e que realizam saques a navios e barcos nos trajetos ao longo dos rios da região. E mesmo estabelecimentos comerciais e residências em povoados ribeirinhos podem ser alvos de piratas em busca de economias ou de recebimentos de moradores. Há relatos de situações de extrema violência e abuso cometidos pelos piratas, como tortura, estupros, sequestro e homicídios (CARDOZO, 2016, p. 95).

No Piriá, conforme observa Cardozo (2016), a violência se tornou uma constante, e se manifesta nas brigas e confusões que ocorrem, com uso de armas brancas ou com a utilização de artefatos como pernamancas, porretes ou estilhaços de garrafas de vidro. As brigas são geradas por rixas que explodem nas festas em que a bebida alcoólica e o consumo de outras drogas são os ingredientes que impulsionam os sujeitos a resolverem suas pendências, que segundo as falas dos interlocutores (crianças e adultos), estão relacionadas a ciúmes entre os parceiros conjugais, dívidas e empréstimos não honrados e situações que geram comoção social (como estupro e agressão a mulheres). A indignação sobre os episódios de violência é marcante nos textos das crianças, como se pode observar a seguir:

[156] (CARDOZO; 2016; ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA; 2014; MORRA, 2017).

Figura 5 - Relato de criança sobre a violência na Vila do Piriá.



Fonte: Pesquisa de campo (2015) - bilhete de Alana, 11 anos.

Arenhart (2007) considera de extrema importância termos um olhar cuidadoso para as produções das crianças. Passeggi (2014) assegura que a análise desses pequenos textos exige uma base teórica para as questões que estão aí colocadas, como forma de dar sustentação à importância das palavras das crianças. Nesse sentido, buscamos em Vygotsky (2003, 2010) apoio para compreender que o meio, a situação, influenciam as crianças de alguma maneira, direcionando o seu desenvolvimento. Sobre a questão específica da violência, Kramer (2011, p. 104) assevera que as crianças "[...] aprendem com os adultos a aniquilação dos direitos, o medo, a agressão", então, o que as crianças revelam em suas produções é um estado de mal-estar ante a violência que testemunham.

Embora Vygotsky (2003, 2010) considere que no processo de desenvolvimento as crianças se modificam tornando-se outras e a própria atitude do meio se transforma em relação a elas, suas percepções das situações vivenciadas, no caso da violência, eclodem no sentimento de raiva. A conclusão de Alana, de que só as brigas são ruins na Vila, não significa dizer que tudo o mais seja perfeito, mas as brigas são ofensivas, possuem uma carga de negatividade tão grande que as demais coisas ou situações ficam pequenas diante desse cenário lastimável.

Não somente os textos escritos traduzem os sentimentos das crianças, os desenhos também mostram como a afetividade se manifesta através da raiva. Durante as atividades direcionadas, após as discussões sobre temas trazidos por eles, dos quais a violência foi um, disponibilizamos materiais para que criassem ou escrevessem sobre o assunto em pauta. Observamos pouco interesse do grupo, com todos querendo ir embora; os que resolveram produzir, o fizeram usando cores e o material mais básico que podiam, embora houvesse disponíveis caneta hidrocor, lápis de cera, lápis de cor e tinta à base d'água.

Compreendemos naquele momento que o grupo não se sentia à vontade para manifestar suas percepções acerca de um tema que, apesar de recorrente, não era fácil de ser tratado. Os desenhos com poucas cores mostraram que as pessoas que se envolvem na ação violenta passam a ser vistas como o “homem”, o “bandido”, o “cara”; deixá-los menos visíveis socialmente foi não só uma forma de protesto, mas também uma estratégia de combate à violência, na medida em que se refletem apenas os fatos, não se colocando em evidência os acusados.

Figura 6- Desenhos das crianças sobre a violência na Vila do Piriá.



Fonte: Coleta de dados (2016) - desenho de Marlon (10 anos) e Aline (9 anos).

Durante a atividade, as conversas no grupo sobre as brigas, as pessoas envolvidas e as consequências das atitudes vão mexendo com a afetividade, o que aparece tanto no relato como nos desenhos, traduzindo a insatisfação das crianças com a onda de violência na comunidade.

A respeito da violência na região e na Vila as crianças nos disseram:

> Transcrição de vídeo (2016).
>
> Violência na Vila.
>
> [...]
> Menin@ A[157]: Não gosto de festa quando tem briga.
> Menin@ B: Uma mulhé deu na cara duma aí na festa da quadra, parece que furô de faca. Tem outro que levou um corte um dia desse grandão aqui no braço.
> Pesquisadora: Mas o que se sucedeu?
> Menin@ B: Rapá, é muita coisa, a mulhé tava com raiva da outra, não sei

[157] Os nomes das crianças são fictícios, foram omitidos intencionalmente para não comprometê-los diante da situação apresentada.

> por que, é cana, é birra, as vez roba também.
> Menin@ C: tem muito ladrão aqui agora, tem vez que roba o barco, comércio na bera do rio.
> Menin@ A: Tem que tê puliça aqui, a gente não tem nenhuma aqui. Não tem segurança. Só o Benone de fraco, o homem botô ele pra corrê!
> Menin@ B: Quando tinha puliça aqui, não tinha briga assim desse jeito e nem robo.
> [...].

Cardozo (2016), referindo-se ao sistema de segurança pública do estado em Curralinho, reconhece suas deficiências de atendimento à população, principalmente aos que residem fora da sede, ou seja, distrito, vilarejos, comunidades, sítios. Como não há policiamento para inibir as ações irregulares, os crimes só aumentam na região.

Outro episódio de violência que gerou o sentimento de raiva foi a de uma suspeita de tentativa de abuso sexual contra uma menina. A narrativa foi feita por um grupo de cinco meninos que discutiam no trapiche da creche sobre um episódio recente de discussão e luta física entre dois homens, o pai da menina e o acusado. A interação com os meninos nos permitiu ouvi-los, registrar, e de certa forma conduzir a discussão, que já estava calorosa. Exaltados, os meninos se referiam ao acusado como *"aquele cara";* o sentimento de aversão das crianças pelo homem suspeito faz com que elas nem nome lhe deem. A indignação era tanta que tivemos que trazer outros assuntos, naquele momento, para que os ânimos fossem abrandados. Sobre o episódio, contam as crianças:

> Registro de campo (06/10/2016).
>
> A menina bulida.
>
> [...]
> Menin@ A: Tu já viu a cara do "cara"?
> Menin@ B: Tem um homem lá de baixo que deu com a pernamanca na boca do "cara", ficou inchadão.
> Pesquisadora: O que houve?
> Menin@ C: Porque o "cara" engasgou a filha dele de 11 anos. Daí a menina falou pro pai dela, ele foi lá e meteu a pernamanca nele.
> Menin@ A: Tava todo mundo falando que ele tava era bulindo com a menina, passando a mão na coisa dela.
> Minin@ C: Eu acho que é mermo verdade porque já foi até pra Curralinho. Bem feito, quem mandô fazê isso com a menina!
> Menin@ C: Mas tem gente que diz que é mentira e tem gente que diz que é verdade, eu num sei, mas isso é errado.
> Menin@ B: É sim, é errado.
> Menin@ C: Ali pra cima do rio tem disso, e pega menino também, já ouvi dizê, por isso que a mamãe num deixa a gente saí pra longe, só se ela fô.
> Menin@ A: Se eu fosse puliça, eu pegava o "cara" e quebrava ele também (a criança dava socos na mão).

> Menin@ B: Eu também (fazia o mesmo gesto de dar socos na mão, como a outra criança), isso que ele fez é errado.
> [...].

O sentimento de raiva que tais episódios geravam nas crianças deixa claro que a violência afeta a vida delas, se manifesta de muitas formas e está longe de ser vencida; a simples presença da segurança pública certamente contribui para o controle da violência, mas não resolve os problemas da comunidade. Deste modo, se faz necessário que o poder público invista em políticas de combate à violência e apoio jurídico e psicológico às vítimas.

Outro sentimento que está contido na afetividade que envolve as crianças e que diz respeito a "[...] um relacionamento interpessoal que privilegia o companheirismo para sua continuidade e qualidade: a amizade" (SOUZA; SILVEIRA; ROCHA, 2013, p. 84). Ela é responsável pela interação entre os pares, oferecendo oportunidades de encontros espontâneo e livres. Deparar com amigo(a) ou fazer amigos(as) pode ser uma maneira de criação de laços afetivos e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações comuns adentrando as culturas de pares (FERREIRA, 2004; CORSARO, 2011), ressaltando que é a natureza social que determina os pares, ou seja, pode ser vizinho, parceiro da pescaria, da escola, da igreja, entre outros. Sobre a amizade ou as redes de amizade "[...] podem ser vistas como importantes contributos para o processo de reprodução cultural dentro do grupo, porque é com outras crianças que se brinca, conversa, trocam ideias, se constrói e se expande a sua cultura" (FERREIRA, 2004, p. 194).

No Piriá as crianças estão quase sempre juntas, na beira do rio, indo ou retornando da escola e da igreja, nos trapiches, ou mesmo quando vão a mercearias, farmácias, açougue, mercadinhos, e até mesmo quando necessitam de colaboração não precisam ir longe, há alguém próximo que pode auxiliar. É interessante observarmos que a ajuda é uma das características basilares da amizade (SOUZA; SILVEIRA; ROCHA, 2013). A esse respeito Wallon (1980, p. 178) afiança que "[...] o grupo é o veículo ou o iniciador de práticas sociais", imprescindível para a aprendizagem social e para o desenvolvimento da personalidade e de que maneira pode tomar consciência dela.

Nessa rotina podem surgir os conflitos, de natureza internamente social, são originados por diferentes causas. No caso da Vila do Piriá, geralmente resultam de ações cotidianas como empurrões durante as brincadeiras, na aglomeração na

saída da escola, ou por algum tipo de zombaria de uma ou mais pessoas. Os conflitos acontecem, mas são resolvidos pelo próprio grupo ou entre as partes, como podemos observar no fragmento de registro de campo a seguir:

> Registro de campo (09/10/2015).
>
> *Três contra um, num dá!*
>
> [...]
> As crianças nadavam no rio, próximo à mercearia do seu Bururu, quando percebemos uma discussão calorosa entre elas. Três meninas (não tinha tido contato ainda com elas na Vila) encarnando com Willian, tirando sarro do menino e ele tentando fazer o mesmo. Quisemos entender o que se passava e elas foram logo dizendo: "*Uh! Esse bunito aí acha que é mais rápido que a gente aí no rio".* E ele, querendo se explicar: "*Fui mermo, só que três contra um num dá, mas quero vê se fô pofiá uma de cada vez, aí eu ganho"*. As meninas retrucam: *"Tu num é de nada (risos)"*. Aborrecido, talvez por alguns amigos estarem observando e rindo também, Willian parte para cima das meninas com intuito, talvez, de atingi-las, mas para de repente e, voltando-se para os outros, diz: *"Melhó i imbora"*. Os amigos que presenciavam a cena já estavam prontos para segurá-lo, mas, como resolveu ir embora, seguiram juntos apoiando-se no seu ombro e conversando, como se tentassem acalmá-lo. Ficou apenas um deles, que se dirigiu às meninas e disse: *"É-gu-á, para de cutucá!* As meninas riram e foram embora na ponte, conversando.

Mesmo quando ocorrem conflitos, as crianças, de maneira inesperada, buscam soluções para resolvê-los. Interagir e negociar podem ser caminhos para a superação das dificuldades. As imagens a seguir mostram as crianças em suas vivências afetivas na Vila.

Imagem 35- Meninos e meninas, vivências afetivas.



Fonte: Pesquisa de campo (2015/2017).

Arenhart (2007) nos diz que a liberdade é um dos aspectos da vida das crianças mais valorizados por elas e que para ser exercida de maneira plena é necessário que as crianças tenham amplitude de espaço e se sintam à vontade nele, ou seja, se sintam seguras no espaço. Esses elementos possibilitam as vivências afetivas das crianças que se traduzem nas amizades que corroboram para o exercício da ludicidade, cooperação, solidariedade e para a afirmação da cultura de pares.

3.5 As vivências culturais presentes na família, escola, religiosidade, trabalho, no brincar e nas narrativas fantásticas

As crianças ribeirinhas possuem um jeito muito próprio de externar suas ideias, encontrando na oralidade sua melhor forma de expressão. Falar de suas vivências seduz o ouvinte, contando histórias, *causos* novos e antigos, com muita emoção, o que se traduz numa fala elaborada com um linguajar próprio do lugar e gesticulações que dão ênfase e ajudam o outro a entender o que estão a dizer. Couto (2017) afiança que a "[...] oralidade não é a ausência do saber da escrita, a oralidade é um outro saber, uma outra maneira de olhar o mundo", que perpetua a cultura de uma sociedade.

É pela linguagem oral que elas contam de si, da sua cultura, do seu universo, como nos diz uma de nossas interlocutoras, Rayka: *"*Eu gosto de contá história, é legal, porque depois a gente pode contá pra umas pessoa que quer saber mais daqui, como é que a gente pega camarão, essas coisa a gente fala tudinho" (REGISTRO DE CAMPO, 23/01/2016). Portanto, "[...] a linguagem falada é, assim, a esfera da manifestação livre e primordial da criatura [...]" (BENJAMIN, 2011, p. 219), ou seja, do sujeito-criança. Também Certeau observa que "a linguagem produzida por uma categoria social **[Infância]** dispõe do poder de estender suas conquistas às vastas regiões do seu meio ambiente [...]" (CERTEAU, 2014, p. 89, grifo nosso), constituindo-se a linguagem em um instrumento de luta capaz de dar novo significado à vida dos atores-crianças da Amazônia.

A oralidade dá o tom da vida cotidiana para o ribeirinho, fluindo naturalmente na voz gritante, rouca, aguda e amena dos pequenos, não "[...] como um reino de palavras, mas como algo que se dissolve nos seus sons e nas suas vozes" (BENJAMIN, 2011, p. 220).

As crianças dominam saberes que estão atrelados às vivências que norteiam suas práticas sociais e culturais. A desenvoltura com que fazem isso fica clara na narrativa de Paulo, 8 anos, sobre a prática de fabricação do matapi, que envolve conhecimentos trazidos pelos adultos (pais, avós, tios...) e são ressignificados por elas. A oralidade é uma das formas de preservação dessa cultura, além de possibilitar às crianças que acrescentem novos elementos a essas práticas.

> Registro de campo (05/11/2015).
>
> *Pra fazê o matapi é assim...*
>
> Matapi serve pra pegá camarão. Pra fazê o matapi é assim, a gente aprendeu com o pessoal aí. Corta o arumã, tira toda a folha e deixa secá no sol aquela casca dele, depois quando tiver seco corta os pedaços, as talas, pega o cipó e amarra pedaço por pedaço, vai formando um negócio parece uma casinha, depois faz as portinhas para colocá a isca. Pra pegá o camarão, nós coloca o matapi dentro d'água e amarra com o fio num toco pra maré não levá. Pra vim o camarão nós coloca cuí de farinha dentro ou se tivé ração coloca dentro de um saco, fura e deixa o camarão senti o cheiro, aí ele vem comê, quando ele entrá no matapi, ele não sabe mais saí, fica preso, de manhã é só puxá o matapi e tirá o camarão que ficou preso.

A pesca do camarão de água doce por meio da utilização do matapi pelas crianças é uma prática cultural secular, herdada dos índios que viviam na região do Marajó, sendo uma atividade frequente no cotidiano delas. Conforme narrado pelas crianças, é feito de material extraído da natureza, fibra vegetal (tala de arumã) e tem formato cilíndrico (imagem 36), medindo cerca de 50 cm de comprimento e 25 cm de diâmetro, com um funil nas suas extremidades que facilita a entrada do camarão ao mesmo tempo em que dificulta sua saída; a isca é feita de farinha de mandioca, base alimentar dos ribeirinhos, portanto, fácil de encontrar.

Observamos que quando se aproximava o horário de tirar o matapi da água as crianças iam em grupos, e se ajudando conseguiam retirar o camarão pescado, o qual servia para o consumo das próprias crianças e suas famílias.

O matapi é uma espécie de armadilha, colocado ao longo do rio Piriá, geralmente às suas margens. A confecção do artefato é uma prática passada de geração para geração, sendo colocado na baixa-mar e retirado na preamar pelas crianças. O processo de confecção do matapi é apreendido em todas as suas fases por elas, desde a extração das talas do arumã, amarração e a colocação do funil, passando pela noção matemática para saber medir a distância entre as talas e o tamanho do instrumento, o que contribuía para que o camarão que entrasse na armadilha tivesse o tamanho adequado para o consumo, não pescando o camarão miúdo.

Imagem 36 - Crianças indo colocar matapi no rio Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

Essa prática cultural de fabricação e utilização do matapi na pesca do camarão requer saberes que estão atrelados às vivências das crianças na Vila do Piriá e se perpetuam à medida que as novas gerações continuam o processo de transmissão dessa cultura.

Observamos, ainda, que o olhar também se constitui em uma linguagem específica das crianças ribeirinhas. Através do olhar, muito particular, elas expressam confiança, desconfiança, alegria, tristeza, decepção, carinho, aceitação ou reprovação diante das várias situações do dia a dia. Embora “as pessoas que estão encurraladas no recinto deste país perderam o olhar para o contorno da pessoa humana [...]” (BENJAMIN, 2012b, p. 22), a criança ribeirinha da Amazônia Marajoara possui a leveza e a inteligência no olhar, para perceber o outro e no outro a beleza da amizade e do respeito as suas particularidades.

A imagem a seguir retrata uma cena cotidiana na Vila do Piriá, onde se pode observar que além da linguagem oral, a linguagem corporal e o olhar saltam na vida dessas crianças.

Imagem 37- As crianças no seu cotidiano na Vila do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Um olhar meio que sem graça, cabisbaixo, arregalado, maroto, brilhante, surpreso e lacrimejante das crianças ribeirinhas marca sua identidade e sua personalidade, como se estivessem expressando por meio de palavras um tanto de sua história.

Nada passa despercebido aos olhares das crianças, desde uma simples jacinta posando numa tora de madeira até uma movimentação política (eleição) na Vila do Piriá, tudo está na mira dos meninos e meninas deste território. Eles reúnem com seus pares em qualquer lugar (beira do rio, porta das casas, na ponte, na frente da escola e da creche, na igreja, na quadra), enfim, nos mais diversos lugares, e por meio de suas linguagens questionam, opinam, dão vazão a suas emoções, “[...] coloca em pauta os problemas do seu dia a dia, mesmo os mais difíceis de serem

solucionados, buscando alternativas para a sua resolução" (ANDRADE, 2013, p. 19), como salienta Benjamin (1984) ao considerar que " Todo aquele que questionar sua vida com a exigência mais elevada encontrará seus próprios mandamentos. Libertará o futuro de sua forma desfigurada, reconhecendo-a no presente" (BENJAMIN, 1984, p. 41).

Compreendemos assim, que as crianças da Vila do Piriá são sujeitos do presente, dispostos e motivados a dar um novo sentido ao seu dia a dia.

3.5.1 Família: eu sei que ela vai tá lá em casa quando eu chegá!

> [...] no desenho que fiz tem amigo (crianças), tem a natureza (flores) e a família (casas, apontando para os desenhos), tudo é importante, mais melhor é os parente, a família né, a gente viaja, vai pra escola, vai pra Curralinho, as vez até briga, mas eu sei que ela vai tá lá em casa quando eu chegá, é por isso que desenhei assim (REGISTRO DE CAMPO, 06/10/2015, SARA, 10 anos).

A frase que comunica essa subseção foi colhida no momento em que as crianças, durante uma atividade direcionada numa roda de conversa, puderam contar como era o cotidiano delas, podendo dizer tudo o que lembrassem. Em seguida foi disponibilizado material para que construíssem desenhos relacionados à temática discutida no grupo, ficando combinado que no final retornaríamos à roda de conversa e cada uma comentaria sua produção, e assim foi feito. Dentre os relatos, o de Sara, 10 anos, nos chamou a atenção, pois, ao comentar o seu desenho – com crianças, flores e casas - faz associação do símbolo *"casa"* à família.

Sarmento (2011), a respeito do desenho infantil, comunica que ele se insere entre as formas mais extraordinários de expressão simbólica das crianças. O desenho antecede a comunicação escrita e a oral, além do que ele não é só a reprodução de uma dada realidade que está ao seu redor, mas se configura como uma forma muito particular de apreensão do mundo.

Outro ponto importante observado está relacionado à representação da *casa*, que surge em grande parte dos desenhos feitos pelas crianças, e nos sentidos que atribuem a ela. Nossa análise não tem a intenção de mostrar as dimensões espaciais do local onde vivem as crianças ribeirinhas, mas as dimensões simbólicas que esses sujeitos dão a este lugar (SOUSA, 2014), em que *a casa* deixa de ser apenas uma estrutura física e se afirma como um lugar de afetividade. Nesse

sentido, Sousa (2014, p. 109) afirma que “[...] o lugar é sempre identitário, relacional e histórico [...] e está permeado de valores familiares imbricados entre si [...]”.

Wanderley (2009) usa o termo “lugar da vida” para determinar não onde se reside, “[...] mas no qual e do qual se constroem sentidos e significados que norteiam as identidades sociais e os atores que nele habitam” (SOUSA, 2014, p. 109). A ideia de *casa* conversa com a ideia de família, como podemos constatar nos relatos a seguir: “eu moro dentro da casa com todo mundo” (Michelle, 10 anos); “a casa é importante pra mim, a família tá lá” (Fernanda, 8 anos); “tem gente que não tem uma casa como a gente, não tem comida nem água; aqui a gente tem uma casa, a família, dá pra brincá lá” (Graziela, 11 anos); “a casa é onde a gente mora com toda a nossa gente, num é grande, mas cabe todo mundo lá” (Tailana, 11 anos). A análise dessas falas nos levam a considerar que *a casa* possui um domínio formado por bens materiais e imateriais, é a fixação de pertencimento ao local (WIGGERS, 2013)[158].

O termo *a casa* é usado pelas crianças ribeirinhas para identificar o lugar em que a família está presente; *a casa* tem sentido de família, não é apenas o lugar da estadia, mas “[...] as casas conjugam família conjugal, família extensa, gerações diferentes, parentela” (WIGGERS, 2013, p. 160); é também o lugar do aconchego.

Os relatos trouxeram à tona os sentimentos mais puros das crianças, expressos na solidariedade, ajuda, carinho, visitas, parcerias, brincadeiras, possibilitando a formação de um tipo distinto de crianças, as crianças “daqui” (WIGGERS, 2013), da Vila do Piriá.

Sarmento (2011), a respeito do desenho infantil, comunica que ele se insere entre as formas mais extraordinários de expressão simbólica das crianças. O desenho antecede a comunicação escrita e a oral, além do que ele não é só a reprodução de uma dada realidade que está ao seu redor, mas configura-se numa forma muito particular de apreensão do mundo.

Nos desenhos aparecem, de modo geral, casas, árvores, flores, animais, sol, rio, objetos e crianças. Entretanto, nos chamou a atenção o fato de em todos os desenhos o símbolo da casa estar presente, às vezes no cantinho do papel, outras como destaque e ainda misturado a outros elementos que ficam quase

[158] Raquel Wiggers (2013) apresenta um interessante estudo sobre a construção da pessoa, definido a partir do sentido que ela dá a *casa* enquanto espaço de convivência em uma localidade ao Sul do Brasil, considerando que “[...] a casa é a unidade social primária no que diz respeito à formulação do pertencimento e da identidade dos sujeitos [...] (WIGGERS, 2013, p. 169).

imperceptíveis, mas de qualquer maneira ela está lá – *a casa*.

O destaque dado por Sara para a importância da família naquela comunidade indicou um caminho a ser percorrido durante nossa investigação no Piriá, levando-nos a atentarmos para as vivências culturais presentes nas relações familiares que as crianças estabeleciam com os demais membros (adultos, jovens e demais crianças), integrantes de suas vivências socioculturais.

Para as crianças a casa simboliza um ponto de referência de divisão e organização do espaço na Vila do Piriá (SOUSA, 2014), espaço no qual se projetam os lugares exteriores.

Figura 7- A casa: lugar da família.



Fonte: Pesquisa de campo (2015) - desenhos de Sara, Émile, Michelle, Tailana, Alesandra e Alana.

A casa é habitada por pessoas ligadas entre si por laços de parentesco. Na comunidade do Piriá é comum o agrupamento de pessoas no mesmo espaço familiar; geralmente os filhos vão constituindo as suas famílias e continuam morando na mesma casa, ou constroem suas casas no mesmo terreno, ou ainda em lugares próximos, de maneira que avós, pais, irmãos, tios, sobrinhos e primos formam um

elo que perdura por muitas gerações, os núcleos familiares[159]. Além de residirem na mesma casa ou próximo, as pessoas que compõem os núcleos familiares labutam na roça, se são homens, ou são incumbidas das tarefas domésticas, se são mulheres (SOUZA, 2014).

Fechine (2007)[160] considera que as comunidades ribeirinhas se formam em função das relações sociais que são estabelecidas por uma necessidade recíproca de apoio, presentes principalmente nas relações de parentesco.

Outro aspecto importante neste contexto é a transposição da relação familiar para com os membros da comunidade em geral. Na Vila do Piriá mesmo quem não seja membro natural da família, mas é conhecido, mora na redondeza ou tem amizade com as pessoas, se torna, de alguma maneira, um "*membro*" que tem determinados privilégios no núcleo, como entrar na casa livremente, sentar à mesa e se alimentar com os demais membros, poder ser abençoado pelos mais velhos e chamá-los de pai/mãe, avô/avó/, tio/tia, padrinho/madrinha.

Expressões corriqueiras nas vivências culturais da comunidade - *"*entra aí, parente!"; "vamo entrando e sentando na mesa, mano, a casa é nossa, viu?"; "ei, gente, vamo chegando, amigo!"; "meu filho, entra, come, deita um pouco!" – nos levam à constatação de que essas relações extrapolam a esfera familiar e se estabelecem, em certa medida, com os demais membros da Vila. Neste sentido concordamos com Araújo (2002, p. 37), que baseada em Raymond Williams nos referenda que "neste caso, há cultura onde há vida. Ela é ordinária. Todos nós a experimentamos. Ela está inscrita na vida cotidiana".

A expressão "minha família é muito grande", ouvida mais de uma dezena de vezes durante o trabalho de campo, dita tanto pela unidade doméstica como pelas crianças, está relacionada ao número de pessoas que compõem, há várias gerações, uma determinada família, e o cuidado que estabelecem uns com os outros. No caso da Vila do Piriá, como em grande parte das comunidades amazônicas, o termo *família* agrega toda uma parentela (avós, pais, mães, filhos,

[159] Para Coelho, Santos e Silva (2015), na Amazônia, núcleos familiares são compreendidos como "organizações familiares que se concentram em uma mesma residência ou em uma mesma área com casas próximas umas das outras" (COELHO; SANTOS; SILVA, 2015, p. 78).

[160] Fechine (2007), em estudo sobre o cotidiano da mulher ribeirinha do Rio Madeira, analisa "[...] o trabalho desenvolvido pelas mulheres, tanto os executados no âmbito doméstico, o reprodutivo, bem como aqueles no espaço de produção. Descreve as condições de vida e de como são desenvolvidos os trabalhos no dia a dia, os papéis atribuídos a cada membro do grupo doméstico e a importância dessas atividades para a subsistência e manutenção das famílias" (FECHINE, 2007, p. ix).

irmãos, primos e sobrinhos). Neste sentido, Symansky (2007, p. 85) esclarece que para a formação de uma família é necessário que seus membros convivam “[...] assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto”.

Os membros participam um da vida do outro, sendo bastante frequente a troca de alimentos e de favores entre eles. Em qualquer casa que um membro chegue é convidado logo a entrar, sentar, tomar café e comer o que estiver sendo servido naquele momento. Há um convívio diário das crianças com todos da família, mas com os da mesma faixa etária se faz por meio de ações coletivas; as crianças se reúnem para brincar, ir à escola, à igreja, pescar; se alimentam prioritariamente nas suas casas, mas se algo for oferecido ou servido nas casas dos parentes eles consomem juntamente com os seus pares, principalmente o açaí. Essa forma como os ribeirinhos constituem o sistema familiar e manifestam o sentimento de família é algo que, segundo Mariotti (2016), vai se alterando e se ressignificando ao longo dos anos, refletindo a história e a cultura de cada sociedade[161].

Uma constatação importante é que os adultos insistem com as crianças para que continuem a considerar as gerações anteriores como parentes, portanto, pertencentes a sua família, não importando se é primo de 1º, 2º ou 3º graus, ele será sempre primo de toda a família.

Uma das formas de garantir a continuidade do sistema familiar e também uma demonstração do sentimento de família (MARIOTTI, 2016; SZYMANSKI, 2007) está relacionada à ação de “tomar a bênção” ou “pedir a bênção”. Pires (2007) considera esse ato como uma prática religiosa, difundida por várias culturas, e observada, se não por todas, mas por grande parte das religiões.

A prática de tomar a bênção, na Amazônia, se manifesta desde a chegada da Companhia de Jesus na região, no século XVI, onde as crianças indígenas e mamelucas eram ensinadas, por meio da catequese (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2000), a valorizar a cultura eurocêntrica em detrimento do silenciamento e ou invisibilização da cultura dessas populações (GOMES; LIMA; OLIVEIRA, 2015). Portanto, as crianças eram ensinadas que tomar a bênção dos padres e das

[161] A autora busca subsídios para sua afirmação a partir da obra de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família*, que apresenta a concepção de infância e de família como categorias construídas historicamente (MARIOTTI, 2016).

autoridades, especialmente as portuguesas, se constituía em um ato sagrado, de respeito e de obediência.

Rodrigues (2017) nos esclarece que ‘bença’ é uma alteração popular do substantivo ‘bênção’, salientando ainda que é uma “palavra do século XII que significa “ato ou efeito de abençoar”; oriunda do latim *benedictionis*, “bênção” equivale a “bendição” – isso mesmo, o oposto de “maldição” – e ganhou na linguagem informal brasileira do século XIX essa “forma apocopada e desnasalizada”, como diz o Hoauiss: “bença”.

Hall (2016) considera que aqueles que tomam parte de uma cultura proporcionam sentidos a indivíduos, objetos e acontecimentos pela maneira como os empregamos ou agregamos em nossas práticas cotidianas. Assim, na Amazônia paraense, tomar a bênção[162] independe da religião do sujeito, é um costume tão forte que consideramos ser essa uma prática cultural, um modo que se atrela não só à religiosidade, mas à tradição das populações desse território.

Para Mariotti (2016, p. 270) há no contexto familiar repetição de padrões que “[...] perpetuam os modos de agir aprendidos anteriormente, passando de geração em geração: são interpretações, teorias, significados e modos de agir aprendidos e transmitidos como herança [...]. Deste modo, a ação de tomar a bênção no Piriá se estabelece como um modelo que foi passado às gerações seguintes, que para os ribeirinhos é um ato de respeito, obediência e temor aos mais velhos. Os fragmentos do registro de campo a seguir nos mostram as crianças e os adultos em seus afazeres, nas suas atividades cotidianas, expressando os seus modos de ver e pensar o mundo por meio de suas práticas culturais, no caso, a prática de tomar a bênção.

> Registro de campo (05/10/2015).
>
> - *“Bença do vô! Deus te cuide”.*
>
> Ao acompanharmos o movimento de chegada e saída de pequenas embarcações (rabeta, rabudo, casquinho e lancha) no trapiche em frente à igreja Assembleia de Deus e no trapiche Marcella, constatamos que membros de algumas famílias residentes nas comunidades da região e ao longo do rio Piriá se deslocavam até a Vila para comprar de gêneros alimentícios, combustível, instrumentos para pesca, caça, agricultura, construções de embarcações, além de peças para manutenção de motores, entre outros. Observamos três adultos (dois homens, entre 50 e 60 anos, e

[162] Conforme ouvimos na comunidade, é mais corrente o uso da expressão “toma a bença!” do que “pede a bença!”, dita pela unidade doméstica, pelo que optamos pelo uso da primeira nesta escrita.

> uma mulher que aparentava ter entre 30 e 40 anos) nos seus movimentos pela Vila. Após realizarem as compras em pelo menos três estabelecimentos comerciais, conversarem na ponte com pessoas de ambos os sexos, jovens, adultos e idosos, cumprimentarem outras, a visita rápida na casa de parentes era como que uma obrigação, principalmente se lá estavam os pais e avós. Ouvimos um dos senhores que observávamos dizer ao amigo que encontrara em frente do comércio do seu Bururu, quando este o convidou para ir até sua casa: *"agora num dá, tenho que i lá nos velho tomá a bença, vê como tão, antes de í imbora".*
> O outro senhor, que havia entrado numa casa bem próxima do trapiche Marcella, sai de lá na companhia de três senhoras, duas delas com crianças ainda de colo e a outra com três crianças entre 2 a 4 anos, e seguem em direção ao trapiche, conversando entre si. No momento de embarcar percebemos a relação de parentesco: pai, filhas e netos. Ao se despedirem, as três senhoras se apressam em tomar a bênção do pai: *"bença pai"*; ele responde: *"Deus te dê saúde".* Para a terceira filha ele diz: *"Deus te proteja"*. Em relação às crianças menores, o próprio adulto pegava na mão do bebê e dizia: *"bença do vô"*, então levava a sua mão até os lábios da criança, num gesto de beijar a mão, e ele mesmo respondia *"Deus te bençoe"*. Segue com o mesmo rito, dizendo para cada neto *"bença do vô"* e respondendo ao mesmo tempo *"Deus te faça feliz"*, *"Deus te dê saúde"*, *"Deus te cuide"*. Curiosamente, ao abençoar uma menina o avô diz: *"Deus te dê juízo".*
> A senhora que acompanhamos por alguns momentos fez suas compras, foi ao Posto de Saúde, depois à farmácia e posteriormente se dirigiu ao rabudo que havia ficado amarrado no trapiche Marcella, onde deixou suas compras sob a guarda de um menino de aproximadamente 12 anos, ordenando: *"fica aí, repara tudo, que vou na Maria e depois a gente para na Raimunda. Não demoro, quando voltá a gente vai logo."*. Um pouco mais à frente entra na casa da Maria, moradora que já conhecíamos, falando: *"ei mana, já tô indo"*. Maria questiona: *"mas já? Tu nem vai comê?"* A resposta é rápida: *"não, ainda vô passá na Raimunda, lá na frente".* Maria e duas meninas, de idade entre seis e oito anos, vão andando com ela até o trapiche. Ao se despedirem percebemos que eram irmãs. Maria, se dirigindo às meninas, diz: *"toma bença da tia de vocês"*; as crianças obedecem: *"bença, tia!"*. Ela responde *"Deus dê saúde e juízo"*, e o rabudo corre para a casa da Raimunda.
> Ficamos por mais algum tempo observando outras famílias se despedindo, praticamente da mesma forma. Percebemos, então, que tomar a bênção tem uma importância tão grande para as famílias que ninguém se desloca para outro lugar sem antes receber a bênção dos mais velhos. Destacamos ainda que a expressão usada para abençoar as crianças do sexo feminino - "Deus te dê juízo" - não foi observada em nenhum momento para abençoar os meninos.

Em outro episódio assistimos a mãe reivindicando ao filho o "tomar a benção", a ação exige receber algo, a benção, portanto, alguém impetra uma graça divina sobre a pessoa.

> Registro de campo (05/11/2015).
>
> *"vem cá, vai tomá a bença da tua vó [...]".*
>
> Já eram quase 11h, as crianças indo para a EMEF Maria das Dores Sá, no horário do intermediário. Os grupos vão se formando na ponte, vão saindo das casas e se encontram pelo caminho. Estávamos no andar superior de nossa morada na Vila, observando da sacada os grupos passando naquele sol escaldante do Marajó, quando ouvimos: *"Ei, tu num tem mãe, pai, vô, vó,*

> *não, moleque?"*. Todos os que estavam ali por perto se voltam para saber o que estava acontecendo. A senhora continua: *"é contigo aí, fulan@!*[163]*"*. Ao que o menino pergunta: *"o que foi que eu fiz, mãe?"*. Ela responde: *"tu sai, vai embora pra escola, não fala nada, não toma bença de ninguém, tá solto no mundo é?"*. Ela reclama para as pessoas que estavam próximas a ela, dizendo que fulan@ sai de cassa sem falar direito com sua avó, que está passando alguns dias na sua casa, Então, voltando-se para a criança, ela ordena: *"vem cá, vai tomá a bença da tua vó, tu me respeita, moleque!"*. Quando a criança se aproxima, a mãe a ameaça com as mãos, por não ter cumprido a obrigação de tomar a bênção dos mais velhos.

Deixar de tomar a bênção, por qualquer motivo, significa não querer ser abençoado, configurando um ato de rebeldia, uma verdadeira afronta aos mais velhos.

Grande parte da população (crianças e adultos) da Vila frequenta alguma igreja cristã, assimilando os preceitos bíblicos que formam a base doutrinária dessas denominações, o que pode ter contribuído para o fortalecimento de alguns dogmas. A esse respeito, Pires (2007) destaca que os preceitos em discussão apresentam um contíguo de práticas e representações que está integrado ao cotidiano, constituindo uma totalidade que se transforma constantemente, não existindo necessariamente em razão de uma única designação religiosa.

A "cultura bíblica"[164] estabelece que honrar pai e mãe é um mandamento de Cristo, e não pode ser desprezado. Expresso no Novo Testamento, o ensinamento ordena aos filhos que "obedeçam a seus pais no Senhor, pois isso é justo. Honra teu pai e tua mãe - este é o primeiro mandamento com promessa - para que tudo te corra bem e tenhas longa vida sobre a terra" (Ef, 6:1-3). Para os ribeirinhos, os ensinamentos dispostos no livro sagrado têm um peso significativo na formação disciplinar das crianças, importando dizer que não tomar a bênção pode ser considerado um ato de insubordinação, exigindo dos adultos a correção necessária.

Quando os parentes mais distantes chegam para fazer visitas a recém-nascidos, a pessoas doentes, participar de um velório de algum membro da família ou mesmo apenas para rever a parentela, os pais, avós e tios, na sua maioria, insistem com as crianças para que tomem a bênção dos parentes. As crianças, quase sempre envergonhadas por não conhecerem alguns deles ou por não se sentirem à vontade, são levadas pelos adultos, que as orientam, dizendo: "toma a bença, mininu!". As crianças, num ato de obediência, estendem seus pequenos

[163] Os nomes reais dos personagens foram omitidos propositalmente, para não causar constrangimentos aos envolvidos.
[164] Termo emprestado da obra de Pires (2007).

braços e, trazendo a mão da pessoa até seus lábios, dizem: “bença tio/tia”, “bença vó/vô”, “bença prima/primo”, “bença madinha/padinho”.

Nas vivências culturais presentes nas famílias, a figura da mulher aparece como a responsável por quase todas as atividades que dizem respeito aos cuidados com as crianças. Embora essa pesquisa não tenha a intenção de trabalhar questões de gênero, não podemos ignorar a realidade de uma comunidade ribeirinha em que as mulheres são as responsáveis por praticamente toda a criação das crianças, incluídos aí os cuidados com a higiene, alimentação, proteção, saúde e educação, além de conduzi-las no caminho da fé, recorrendo para tal a uma religião/igreja.

Para compreensão de qual tem sido, de fato, a responsabilidade das mulheres no trato com as crianças da Vila do Piriá, foi necessária uma análise, mesmo que breve, sobre diferentes definições de família, pois é nesta que vamos encontrar a mulher desempenhado os seus principais papéis, determinados histórica e socialmente.

Nesse sentido, os estudos de Borsa e Feil (2008, p. 1) fazem a uma revisão teórica sobre o conceito de família a partir do olhar de alguns autores que se lançam nesse desafio, buscando estabelecer “[...] uma relação destes conceitos com os papéis atribuídos à mulher no âmbito familiar.”

As autoras apontam que o modelo de família nuclear tem sido privilegiado nas culturas ocidentais ao longo dos anos, fixando a ideia que construímos, de acordo com a história, a respeito do grupo familiar, sobre o qual afirmam que pode ser definido como um grupo de pessoas que estão ligadas pelo casamento ou filiação, ou conjunto de pessoas que vivem na mesma casa, especialmente pai, mãe e filhos (MARIOTTI, 2016).

O conceito de família ainda não atingiu uma conformidade, muito menos uma definição única, apesar de estudos mostrarem a tentativa de se estabelecer tal definição. Assim, Borsa e Feil (2008) fazem um breve apanhado de seis autores sobre o termo família:

> Conforme a conceituação clássica proposta por Lévi-Strauss (1972), o termo família é usado para definir um grupo social originado no casamento, constituído por marido, esposa e pelos filhos provenientes de sua união, com membros devidamente unidos por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas e outras, com uma variedade de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito e medo. Para Lévi-Strauss, a família se configura a partir de três tipos de relações: aliança entre o casal (casamento ou legalização conjugal), filiação e consanguinidade. Estas

> relações dão a ideia de que o conceito de família está diretamente relacionado ao conceito de parentesco.
>
> A família segundo Minuchin (1982), autor da teoria sistêmica, é uma unidade social que enfrenta uma série de tarefas, funcionando como matriz do desenvolvimento psicossocial de seus membros. Para Roudinesco (2003), a família pode ser considerada duplamente universal, uma vez que associa um fato de cultura, construído pela sociedade, a um fato da natureza, inscrito nas leis da reprodução biológica.
>
> O autor de diversos estudos sobre família, Osório (2002), opta por um conceito operatório, onde a família representa uma unidade grupal na qual se desenvolvem três tipos de relações pessoais, tal qual proposto por Lévi-Strauss – aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos) e que, a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais (p.15).
>
> De acordo com uma definição clássica oriunda do substrato biológico ligado à sexualidade e à procriação proposta por Jelin (1995), a família é definida como instituição social que regula, canaliza e confere significado social e cultural a estas duas necessidades. Inclui, também, a convivência e sustento cotidiano, a economia compartilhada, a domesticidade coletiva, a sexualidade legítima e a procriação. Segundo Strey (2007), existe, ainda hoje, uma discussão generalizada sobre o que seja família e não uma maneira única de considerá-la. A autora opta por considerar que a família seja o resultado de uma associação entre pessoas, com a finalidade de construírem a sua vida privada, não em oposição à vida pública, mas em complemento a ela (p.18) (BORSA; FEIL, 2008, p. 2).

As autoras consideram que o padrão de família que mais se estabeleceu foi o da família nuclear, o constituído por marido, esposa e filhos. Nesse contexto a mulher desempenha um papel que marca sua identidade – o da maternidade – que foi direcionada pelos interesses políticos e sociais (MARIOTTI, 2016). A maternidade foi imputada como sendo o melhor papel que a mulher poderia desempenhar na sociedade, "[...] o caminho da plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncia e sacrifícios prazerosos [...]" (BORSA; FEIL, 2008, p. 4). A mulher é biologicamente pré-determinada a formar e sustentar o filho no próprio organismo, sua criação, desde os tempos mais remotos, baseia-se em cuidar dos filhos, o que dava a ela a responsabilidade com os filhos, marido, casa e a terra.

Historicamente a maternidade foi considerada como sendo "[...] a única função valorizada socialmente." Assim, ser mãe seria pertencer a uma classe especial, ter uma posição de aparente prestígio dentro da sociedade (BORSA; FEIL, 2008, p. 4). Porém, esse pensamento sofre duras oposições a partir dos meados do

século XX, com destaque para a filósofa Elisabeth Badinter[165] e a socióloga e psicanalista Nancy Chodorow[166].

Borsa e Feil (2008), sobre as pesquisas desenvolvidas por Badinter (1985) e Chodorow (1990), destacam que para Badinter

> [...] a sacralização da figura da mãe surge como uma forma de reprimir o poder e autonomia da mulher, a partir da construção de um discurso que a culpará e ameaçará, caso não cumpra o seu dever materno dito natural e espontâneo (BORSA; FEIL, 2008, p.4).

Os autores consideram também que para Chodorow

> [...] a reprodução da maternidade no mundo contemporâneo - questão central para a divisão sexual do trabalho e consequente dominação masculina - se dá através de processos psicológicos induzidos social e estruturalmente que se reproduzem de forma cíclica (BORSA; FEIL, 2008, p.4).

Badinter (1985) questiona em seus estudos se o amor materno é um instinto, o que a leva a uma profunda pesquisa, na qual descobre que o termo "instinto" é substituído pelo termo "amor"; então passamos do instinto materno para o amor materno. Mas, o que mudou? A autora mostra que existe uma contradição nessa questão "[...] pois se abandonamos o instinto em proveito do amor, conservamos neste as características do outro" (BADINTER, 1985, p. 20), ou seja, do instinto[167]. Assevera ainda que

> O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o

[165] A questão norteadora da obra de Badinter (1985, p. 6) consiste na seguinte tese: "Será o amor materno um instinto, uma tendência feminina inata, ou depende, em grande parte, de um comportamento social, variável de acordo com a época e os costumes?" A autora busca responder essa indagação no livro "Um amor conquistado: o mito do amor materno" desenvolvido a partir de extensas pesquisas que levaram à conclusão "[...] de que o instinto materno é um mito, não havendo uma conduta materna universal e necessária" (BADINTER, 1985, p. 6).

[166] Em seus estudos na área da psicanálise, Chodorow (1990) mostra que se faz necessária a integração entre homens e mulheres no cuidado concreto com os filhos; caso a responsabilidade continue apenas com a mãe, continuará se reproduzindo um sistema sociopolítico, econômico e patriarcal.

[167] Badinter (1985, p. 10) questiona o conceito de instinto contido em alguns dicionários, com destaque para o dicionário Robert e o de Pierre Larousse no século XX. Para Larousse o instinto é "uma tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito esse desejo, incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos". Para ela a mulher pode ser "normal" sem passar pela experiência da maternidade, "[...] e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho".

> interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe (BADINTER, 1985, p. 20).

As ideias de Badinter e Chodorow levantam a questão de que o amor materno é um mito, não havendo um padrão de conduta materna igual e necessária em todos os espaços, no que são seguidas também por outras teorias que confirmam as convicções das autoras de que a maternidade é uma construção cultural (BORSA; FEIL, 2008).

Na Vila do Piriá o cuidado com as crianças é uma responsabilidade das mulheres, sobretudos das mães. Chodorow (1990) chama a atenção para a organização social do cuidado com filhos, pois, segundo ela, produz não somente a diferenciação de papéis, mas a desigualdade entre os sexos, continuando ela a ser cuidadora primária no meio da família.

O cuidado das mulheres (mães, avós, tias, irmãs, primas e madrinhas) com as crianças vai desde as questões básicas de higiene (banho, escovação dos dentes, asseio das partes íntimas, limpeza da cabeça com a retirada de insetos, como o piolho), alimentação (introdução dos primeiros alimentos sólidos, mas principalmente dos produtos da região, como o açaí e a farinha de mandioca), saúde (consultas, vacinação, tratamento dentário, exames), passando pela educação escolar (matrícula, reuniões de pais, eventos e acompanhamentos na escola) até os cuidados com vestuário e orientações comportamentais. Aos homens cabem outros cuidados e responsabilidades, que se restringem ao pagamento das contas domésticas, como energia elétrica, e o de prover a alimentação da família (RAMOS, 2007), prioritariamente.

Chodorow (1990) afirma ainda que sempre as mulheres foram cuidadoras de crianças; em geral as mães são responsáveis por toda a dinâmica que envolve a vida dos pequenos, como podemos observar nas imagens a seguir, as quais mostram alguns momentos das mulheres no trato com as crianças na Vila do Piriá.

Imagem 38 - Mulheres no cuidado com as crianças em momentos diversos na comunidade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015/2016/2017).

Além das mães, também apareceram no estudo de campo outras mulheres cuidando das crianças no Piriá, são avós, tias, irmãs, primas e até madrinhas. Isso ocorre por dois fatores: o primeiro está relacionado à proximidade espacial, parentes morando achegados ou no mesmo espaço, o que possibilita que os cuidados com as crianças sejam compartilhados. O segundo fator diz respeito ao fato de mães biológicas não propiciarem os cuidados necessários aos rebentos, neste caso, outras mulheres, e não homens, assumem seu lugar (CHODOROW, 1990).

Assim, no dia a dia as mulheres tomam para si o dever com as crianças; são elas que levam à creche ou à escola, ao posto de saúde, participam dos eventos nos quais as crianças são protagonistas na igreja ou na escola, por exemplo. Raras vezes vimos os homens nos eventos da EMEF Maria das Dores Sá e da UMEI Cantos do Saber, com exceção do dia dos pais e na colação do ABC. No cotidiano, geralmente são as mulheres que carregam a prole; o homem vai na frente e as mulheres vão atrás com os filhos, netos, sobrinhos e enteados.

Sobre essa questão, nas conversas informais com a unidade doméstica percebemos que as mulheres têm clareza da responsabilidade que lhes cabe em relação ao cuidado com as crianças, uma prática que já vem se repetindo há muitas gerações. O fato de assumirem essa responsabilidade não gerava situações de conflitos entre homens e mulheres na comunidade, era encarada como situação natural da vida cotidiana daquele espaço geográfico.

No fragmento de registro de campo a seguir a declaração de uma mãe traduz com bastante veemência o papel das mulheres no trato com as crianças:

> Registro de campo (29/4/2016).
>
> *Mãe é mãe.*
>
> Em uma sexta-feira caminhávamos com algumas crianças pela Vila, solicitando aos responsáveis que assinassem os termos de autorização de uso de imagem, questão que já havíamos discutido com o grupo de responsáveis pelas crianças.
> Ao chegarmos em frente a uma das casas, nos deparamos com uma senhora lavando roupa e chamando a atenção dos seus filhos, que estavam disputando uma bola. Ao nos aproximarmos, ela foi logo nos dizendo que estava brigando com as crianças porque tinha que dar conta de tudo em casa, que tinha seis filhos, o mais velho com 12 anos e o caçula de 1 ano e 2 meses. Ficamos ouvindo, e ela continua, dizendo que o seu marido está para o mato tirando madeira e que ela fica semanas sozinha com os filhos. Quando o marido está na casa ele ajuda um pouco, mas os meninos não obedecem a ele, só obedecem quando ela fala.
> [...]

> A conversa se desenrolou por alguns minutos, até que perguntamos a ela por quem as crianças eram cuidadas. Ela, sem pestanejar, responde: "M*ãe é mãe, a gente é que tem que cuidá. O pai deles faz uma coisinha ou outra pra me ajudá, porque ele tem que arranjá a comida, ele não pode ficá com eles, então como não trabalho fora tenho que dá conta de todos eles e da casa também, faço comida, lavo, cuido de tudo, vou pra igreja e levo eles comigo e ainda faço crochê. O meu marido só põe a boia em casa, esse é o trabalho dele".*
> [...].

Fechine (2007, p. 86) garante que o processo de mudança desse arquétipo de naturalização das práticas dispostas secularmente não é algo fácil, no entanto, indica que "[...] são nas relações sociais vivenciadas que esse processo de mudança pode acontecer ou permanecer como está".

Na Vila, 100% das casas são palafitas, a maioria construída de madeira, às margens do rio ou em terrenos que adentram a comunidade, mas ainda assim estão edificadas em áreas alagadiças. Para as crianças, esse tipo de construção, tão comum na região, faz parte do modo de vida de quem vive às margens dos rios, inclusive do seu. A casa palafita é a casa da criança ribeirinha da Vila do Piriá.

Fragmentos de nosso registro de campo nos mostram o conhecimento que as crianças ribeirinhas têm desse tipo de construção, como elas compreendem a sua estrutura e como veem esse tipo de casa no contexto dos núcleos familiares.

> Registro de campo (07/04/2016).
>
> Um dia de maré alta para falar da cultura do lugar.
>
> Numa conversa informal na tarde de tempo nublado, em um dia de maré grande, junto com um grupo de crianças estávamos olhando o movimento das águas que batiam quase nas portas das casas, na ponte principal da Vila, próximo à entrada do trapiche Marcella. Admiradas com aquele espetáculo, dissemos: *"olha que interessante o movimento do rio"*. No mesmo instante, Rayka corrige: *"não é do rio, é da maré"*. Joabe levanta e mostra que todas as casas são altas; virando-se para o outro lado do rio, aponta para as casas de lá, que também são altas, dizendo que assim não entra água nem bicho nas casas. *"E como era antes?"*, perguntamos.Todos querem responder ao mesmo tempo, mas sobressai a voz de Beatriz, informando: *"As casa sempre foram alta por causa do rio; pra construir é preciso fincá tronco de madeira aí no barro, porque aí é só barro, no tronco os home coloca uns pau menó, assim meio atravessado para o tronco não afundá de vez".* Roberta interrompe para comentar que é difícil fincar o esteio na lama, *"dá muito trabalho, demora por demais"*. Paulo e Elequias dizem que já haviam ajudado na construção de uma casa e que primeiro foi preciso fincar vários esteios para fazer a amarração da casa, depois que veio a armação, o telhado e, por último, as paredes e o assoalho, porém o mais difícil foi *"fazê a amarração da casa"*. Perguntamos se assim a casa fica direitinha, firme, e todos balançam a cabeça positivamente. Rayka diz nunca ter visto uma casa cair, e todos concordam com ela, dizendo também que nunca viram. Paulo diz que o pessoal que faz as casas *"sabe fazê*

> *diretinho, demora um pouco, mas fica bom"*. Joabe complementa: *"demora porque tem que tirá madeira no mato, levá pra serrá, dexá secá, depois é que vai colocá na casa; ah!, e ainda tem tronco que tem que tê motosserra pra tirá no mato".* Roberta, Rayka e Paulo aproveitam para comentar sobre os sanitários das casas, construídos da mesma forma. A fala de Rayka demonstra a preocupação com a falta de saneamento básico na Vila: *"na escola, o pessoal diz lá que o nome disso aí, dessa casa é..., como é mermo gente?"* Joabe e Roberta falam rapidamente: *"palafe... alguma coisa assim"*; Joabe lembra: *"palafita"*. Rayka prossegue: *"pois é, a casa é isso, palafita, e a privada também é isso, palafita, cai tudo lá, daí a água leva"*. As demais crianças então concordam com Rayka que na maioria das casas os sanitários ainda são de madeira e os dejetos são levados pelo rio quando a maré alta invade o lugar, principalmente no inverno amazônico, quando o volume de água é bem maior. Nesse momento chega Eliezer, coçando a cabeça, fica nos ouvindo por um instante e logo pergunta: *"o que vocês tão falando?"*; em coro os outros respondem: *"das casa daqui"*; Eliezer insiste: *"das casa? Mas do que das casa?"* Paulo, falando calmo e baixo tenta explicar, mas é Roberta quem dá os esclarecimentos a ele: *"a gente tá falando das casa da gente, porque ela é assim alta, e também como o pessoal faz ela"*; Rayka complementa: *"e da privada também!"* Eliezer dá uma risada e diz: "*privada! Melhó sanitário";* todos caem no riso. Não deu para sabermos quem falava, mas ouvimos expressões como: *"melhó retrete", "melhó casinha", "melhó tudo isso, é a merma coisa"* e a risada prossegue por alguns segundos. Eliezer então diz que *"as casa são assim em todo lugá ali perto, onde tem rio, garapé"*. Continuamos por perto ouvindo a conversa do grupo de crianças sobre as casas da Vila, algumas que já são de alvenaria (igrejas, comércios e no máximo dez moradias); falavam também daquelas que são bonitas e outras que estão *"muito velha, quase pra caí"*, citando o nome dos donos. A conversa desvia para outros assuntos: o barco que passa para outras comunidades, o vai e vem das rabetas e rabudos a correr no rio, o professor que passa na ponte, provocando um comentário de um deles, *"esse é muito injoado"*, ao que outro retruca, *"eu acho ele legal"*. Quando Elequias retoma o assunto sobre "a casa", diz: *"aqui num mora poca gente na casa, mora um bucado de gente, gente pequena, grande, velho*", e a conversa prossegue, às vezes um atropelando a fala do outro, mas conseguimos captar algumas falas. Paulo acrescenta que tem algumas casas em que moram várias famílias; Rayka salienta também que *"as vez mora tudo perto um do outro"*. Roberta comenta que quando moram perto é bom porque numa necessidade podem se ajudar, porém diz que quando há desavenças entre os membros da família *"sai briga"*; Eliezer complementa, dizendo que *"as vez ficam de mal"*. Mas o grupo concorda que ter os parentes por perto é melhor: "*a casa fica mais alegre quando tem muita gente"* diz Rayka. Segundo Roberta, *"a casa assim alta dá pra sentá na ponte e ficá conversando, tomando café"*.

As narrativas das crianças apresentam uma série de aspectos da vida cotidiana que têm estreita relação com a cultura do lugar. Após os relatos das crianças, ficamos observando como aquilo que eles haviam falado era uma prática no cotidiano daquela comunidade; famílias às portas das casas conversando, rindo, contando histórias; algumas que pareciam discutir entre si sobre futebol; outras que, demonstrando apreensão, narravam situações desagradáveis, como a ida a Belém ou Curralinho em busca de tratamento de saúde.

A partir das informações das crianças sobre a construção das casas, fomos conversar com um mestre na construção desse tipo de habitação na região, Raimundo Nonato Barbosa Pantoja, para entendermos como se dá o processo de construção das palafitas. Ouvir essa unidade doméstica foi importante para nossa análise, na medida em que possibilitou traçarmos um paralelo entre o que as crianças sabiam sobre a construção das casas e o conhecimento dos adultos, o que comprova que as culturas não são apenas repassadas, mas são também ressignificadas.

> Registro de campo (08/04/2016).
>
> Assim se fazem as palafitas.
>
> Raimundo Nonato Barbosa Pantoja, conhecido na região como Nonato, exerce várias profissões: construtor de casas, piloto de embarcação, vendedor (de açaí, farinha, madeira), agricultor, criador de peixe. Conversando sobre construção de casas do tipo palafita, próprias da região, Nonato diz que para fazer uma casa precisa-se de estacas, esteios, flexais, pernamancas, tábuas para o assoalho e parede, barrotinhos e palha para cobrir a casa, mas ressaltando que atualmente já se usa telha de barro e de fibrocimento. Para levantar a casa enterra-se em cada canto da construção 2,0 m de esteios com pedaços de madeira pregados na ponta na posição transversal, chamados chapu, para fazer a base ou sustentação. Em seguida vai armando com as estacas, as pernamancas e os flexais. Do chão até o piso a altura é de mais ou menos 1 m, do assoalho até o telhado a altura compreende 2,70 m. Nonato ressalta um ponto importante: nas comunidades ribeirinhas os domicílios, na sua maioria, não têm rede de esgoto, o esgotamento sanitário é feito a céu aberto ou diretamente nos rios, o que significa dizer que os dejetos são levados pela água durante o movimento das marés. Disse ainda que participou de um projeto do Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a construção de casas populares para os ribeirinhos. As casas eram entregues com banheiros/sanitários construídos na parte interna, ligados a uma fossa séptica vedada, enterrada fora da casa. Ao receberem as chaves, muitos dos moradores tinham como primeira providência arrancar os vasos sanitários e transformar os banheiros em dispensa ou lugar para guardar utensílios, voltando a utilizar os sanitários com os quais estavam acostumados.

As narrativas das crianças e do Sr. Nonato mostram as diversidades de saberes e informações que devem ser consideradas para compreensão do mundo ribeirinho. As percepções das crianças acerca das questões de construções das casas, retirada da madeira da mata, saneamento básico, sobretudo para onde vão os dejetos fecais, as famílias e as relações que estabelecem na casa, o número de pessoas por família, a importância de viverem próximas umas das outras e a dinâmica social da Vila estão alicerçadas nas suas vivências socioculturais. Nada do que dizem está fora de contexto; embora tenham uma forma própria de se

expressarem, suas vivências precisam ser compreendidas “[...] em planos culturalmente construídos, em que o processo de mediação está sempre presente” (LOPES, 2009, p 128). Nessa totalidade, continua Lopes, o elemento mediador entre o “Eu-individual e o espaço que o cerca” (LOPES, 2009, p 128) é a cultura, e é através dela que cada grupo social constrói sua visão de mundo.

3.5.2 As vivências culturais no contexto das instituições educativas

A EMEF Maria das Dores Sá e a UMEI Canto do Saber (chamada de “creche” pela comunidade) são as únicas instituições educativas da Vila do Piriá, pelo que todas as crianças em idade escolar estavam matriculadas nessas instituições. Como na Vila não existem escolas privadas ou particulares, as instituições educativas públicas tornaram-se ambientes de todos, pois segundo Kramer (1998, p. 13) “[...] para a construção da cidadania e para o aprendizado de seu exercício, é crucial o convívio das diferenças socioeconômicas, étnicas e culturais”.

Como lugares sociais coletivos, a escola e a creche configuram-se como espaços de vivências culturais, embora tais práticas tenham se apresentado de forma mais evidente nos outros locais da Vila do que nas instituições educativas, talvez por estas serem espaços em que as crianças enfrentam diariamente jornadas de extensa atividade, estabelecidos pela LDB, Lei nº 9.394/96, de 4 horas diárias. Na maioria das vezes as atividades desenvolvidas não atendem suas expectativas, portanto, nem sempre causam satisfação, exigindo um esforço guiado e ativo, sob a forma de escrita, leitura, de registro de cálculos e com tempos demarcados.

As instituições educativas, embora exerçam a função básica de “[...] ensinar, de assegurar a reapropriação do conhecimento [...] (KRAMER, 1998, p. 17), no Piriá não produziam práticas culturais diferentes daquelas vivenciadas nos diferentes lugares da Vila, ligadas aos modos de vida (SOUSA, 2014) da população ribeirinha, refletindo, de alguma forma, o cotidiano da comunidade em seus outros espaços.

Uma observação mais acautelada mostrará que as práticas vivenciadas pelas crianças fora da escola aparecem também no contexto escolar no brincar na hora do recreio, nas narrativas orais que correm pelos corredores, pelo cuidado que um tem com o outro, na espera dos pares para o retorno à casa. Como faz parte do cotidiano das crianças, a escola, como espaço de socialização e de conhecimento, nos interessou para observarmos como as práticas se davam nesse contexto, além

do que era o local do encontro com um grupo maior de crianças.

Durante o trabalho de pesquisa não nos detivemos às questões pedagógicas (planejamentos, currículos e avaliações), nem em observarmos as crianças dentro da sala de aula, mas fora dela, nos locais em que fosse possível o exercício das práticas culturais de forma mais espontânea e com pares de idades e séries diferentes. Assim, as práticas que conseguimos identificar aconteceram livremente sem a interferência dos educadores, no pátio, na área externa da cozinha onde recebiam o lanche, na sala de leitura, nos poucos corredores e nos trapiches na frente da escola e da creche.

Nesse sentido, Arenhart (2016) aposta que as práticas culturas vivenciadas naturalmente pelas crianças estimulam suas competências para solucionarem situações conflituosas, exporem opiniões e elaborarem suas teorias, o que corrobora para a construção da cidadania. Quando falamos em cidadania, nos referimos a um processo de garantias de direitos que as crianças têm

> [...] à brincadeira, a não tomar conta de outras crianças, a não trabalhar **[na condição de explorado e alienado]**[168], a não exercer funções que, em outras classes sociais, são exercidas pelos adultos e, em grandes partes das situações, são remuneradas. Que têm direito a educação (KRAMER, 2011, p. 135, grifo nosso).

Garantir os direitos das crianças contribui para o exercício pleno das suas práticas culturais. Na escola e na creche as práticas que mais sobressaíram foram as narrativas orais; pequenos grupos se formavam nos corredores e nos pátios e as narrativas (histórias e *causos*) fluíam. Na creche eram histórias curtinhas, com no máximo quatro frases, geralmente começando com “era uma vez...” ou “um dia, sabe...” relacionadas a animais ferozes que lutavam com pessoas do seu convívio (pai, irmãos e primos) e fantasmas que surgiam à noite vindos da água ou da mata para levá-los ou comê-los.

Já entre as crianças maiores, do ensino fundamental, as narrativas giravam em torno das situações vivenciadas cotidianamente como, por exemplo, as viagens que faziam para a escola e a outros locais da região, as festividades que frequentavam, o ir e vir para as igrejas (evangélicas e católica) e situações que aconteciam nas suas casas. Tivemos a oportunidade de escutar algumas delas, e o que nos chamou a atenção é que não importava o assunto tratado, elas sempre

[168] Expressão apreendido de Arenhart (2007, p. 135).

tinham um ingrediente de mistério, de sobrenatural e de humor. No final de cada história a risada acontecia, provocando os demais para que contassem as suas também. A seguir duas narrativas fantásticas contam parte desse universo das crianças nas relações com seus pares nos diversos lugares das instituições educativas.

> Registro de campo (08/10/2016).
>
> O fantástico real ou o real fantástico?
>
> O boto se vira em gente. Se a gente tiver um marido, se ele for sair pra caçar praí e a gente ficá sozinha em casa, ele se vira no nosso marido e fala que é pra gente i com ele praí. De lá ele vai, vai e diz umbora tomá um banho. A gente tem que pegá um alho e a cebola na mão e só faz jogá no pé dele. Se é boto ele vai thu, thu, thu, pulando dentro d'água. Se a gente não pegá o alho e a cebola ele leva a gente pra lá (ISABELE, 11 anos).
>
> Quando a vovó foi morar no furo que a titia mora pra cá (apontando para a direção do furo), aí a Mayara foi tomá banho na beira, ela tava doente, ela tomou banho com o balde, aí quando foi de noite, ela já tinha vindo embora aqui pra casa, aí quando foi de noite começou a buiá um monte de boto, saíram pra terra, aí teve um que entrou na casa da vovó, quase não deixa eles dormir. Eles vieram atrás dela, mas ela já tinha vindo pra cá pra casa. Ele fica gritando, pertubando, aí a vovó bateu com o terçado na porta, aí foi que se aquietou.
> Enquanto ele não deita com a gente ele não para de pesseguí. E a vovó disse que quando ele deita com a gente ele vem todo dia, se acostuma (ÉMILE, 11 anos).

A oralidade garante que as culturas não morram, mas sejam ressignificadas a cada geração. No Piriá, deste muito cedo as crianças são estimuladas pelos adultos a falarem, a contarem coisas, a dizerem sobre o seu mundo. A fala recebe mais atenção das pessoas do que qualquer papel escrito, é um valoroso instrumento de transmissão de saberes. Nas narrativas há uma ênfase nas falas para garantir a veracidade dos fatos "[...] nosso devaneio é incansável, interfere na realidade, poetizando a relação pregnante com essa realidade, o que faz com que, tantas vezes, o imaginário seja mais real do que o real [...]" (LOUREIRO, 2007, p. 17).

Também observamos que na escola e na creche as piras nos corredores das instituições e nos trapiches eram comuns, com uma particularidade: a brincadeira iniciava dentro das escolas e se estendia até os trapiches, onde ficavam aguardando o barco escolar chegar para retornarem aos lugares e ilhas onde residiam. Mesmo as crianças moradoras da Vila do Piriá ficavam brincando com seus pares até a embarcação desatracar. Nas imagens que se seguem, as crianças das escolas, em

diferentes espaços, estavam em pleno exercício de suas práticas culturais.

Imagem 39- Crianças-alunos no exercício das práticas culturais nos vários locais da CMEI Cantos do Saber e EMEF Maria das Dores Sá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015/2016).

Outro destaque nas escolas, o 7 de Setembro é um dos maiores eventos da Vila, ficando atrás somente das eleições, segundo informações fornecidas pela escola. Coordenado pelas instituições educativas, movimenta toda a comunidade (pais, professores, líderes comunitários, políticos, lideranças das igrejas e os alunos), que participa ativamente dos preparativos, inclusive com a vinda de costureiras de outras localidades para ajudar na confecção das roupas dos pelotões e da banda marcial. É um movimento frenético dos pais em produzir seus filhos para o *"desfile"*. No dia do evento o verde e amarelo tomam conta da vestimenta dos moradores, bandeirinhas a tremular, até as unhas das meninas e das mães são pintadas nas cores da bandeira nacional.

Acompanhada pela banda marcial da EMEF Maria das Dores Sá a creche desfila no dia 5, e a escola no dia 7 de Setembro, na ponte principal, na frente da Vila. Além dos alunos, fazem parte também do desfile, formando seus próprios pelotões, os pais, os líderes das igrejas e as escolas menores que se localizam nas ilhas e em outras comunidades, as quais participam como convidadas especiais.

Resolvemos trazer esse evento para nossa reflexão em virtude de ser uma tradição que tem se perpetuando ao longo dos anos e, nesse contexto, as práticas culturais infantis foram se estabelecendo. Acompanhamos todo o processo de

ensaio, das movimentações, confecções das roupas, produção dos adereços, enfim, toda a organização do evento, com o nosso olhar focado sempre no que as crianças traziam e faziam nessa manifestação cívica no ano de 2015.

As crianças protagonizaram as cenas mais interessantes desse enredo; aproveitando que o desfile é realizado em cima da ponte principal, elas não marcham e sim caminham, como fazem no seu dia a dia e com muita habilidade, dando saltos de vez em quando, tentando se livrar dos buracos na ponte, o que acabou se tornando uma brincadeira para todas elas.

Durante o ensaio, entre um comando e outro, um mergulho no rio era normal acontecer, às vezes só dando tempo para um único mergulho até serem chamados novamente a retomarem os ensaios.

As crianças, de um modo geral, se mostram desejosas de desfilarem na banda marcial, o que só é permitido aos alunos do ensino fundamental maior, aos pais e aos membros adultos da comunidade. Elas então improvisavam seus próprios instrumentos e seguiam marginando a banda, como se fossem integrantes daquele pelotão.

Estas ações, que envolvem vários grupos etários, trazem as marcas destas crianças: ribeirinhas, que constroem e ressignificam suas práticas culturais que não são imitações de um modelo do mundo adulto (ARENHART, 2007). No quadro de imagens que segue é possível focarmos nas crianças em diferentes momentos no evento de comemorações do 7 de Setembro na Vila do Piriá, demonstrando que as culturas infantis não estão fora da dinâmica social, mas no cerne desse movimento, ainda que os adultos não focalizem ou reparem nelas, o que não impossibilita de exercerem suas práticas culturais.

Imagem 40 - Comemorações de 7 de Setembro na Vila do Piriá – Desfile da CMEI Canto do Saber e ensaio geral da EMEF Maria das Dores Sá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Assim, “[...] olhar para as crianças, além de ser importante para melhor compreendê-las e respeitá-las em suas expressões, também pode ser um campo fértil para questionar as condutas dos adultos [...]” da escola, da sociedade, “[...] o jeito como esses vêm construindo os modos de se relacionar com a infância” (ARENHART, 2007, p. 116).

3.5.3 Vivências culturais e religiosidade

Entendemos como religiosidade infantil aquilo que é vivido de maneira concreta ou prática, relacional, difusa e intensa (PIRES, 2007), naturalmente fazendo parte da vida social desse grupo geracional, ou seja, a religiosidade infantil se constitui numa prática que se abstrai de acordos simbólicos, vivida na relação que os sujeitos estabelecem com o seu mundo (PIRES, 2007).

Quando falamos em religiosidade infantil na Vila do Piriá estamos nos reportando a aspectos culturais cotidianos das crianças, dos quais podemos citar: tomar a bênção, beijando a mão de toda a parentela; ir aos cultos, à missa ou a outras expressões religiosas presentes na comunidade; rezar/benzer ou orar quando o barco está saindo, ou mesmo quando vão dormir ou se alimentar; a crença que dão às assombrações. Em virtude de quase a totalidade das crianças interlocutoras serem crentes (92%), ouvimos mais sobre a realidade delas, ou seja, as observações e as atividades, embora tivessem como foco as crianças da comunidade, foi inevitável um olhar mais apurado para as crianças crentes, pois eram elas que nos direcionavam ou que chamavam nossa atenção para as questões que envolviam as denominações por elas frequentadas.

As relações mútuas que as crianças estabelecem no momento do serviço religioso com as pessoas achegadas compõem sua história. Elas sabem o caminho a seguir no domingo, o dia oficial de ir à igreja. Para os católicos é dia de missa e no sábado à tarde tem a catequese[169], trabalho realizado por moças da comunidade chamadas de catequistas, que recebem as crianças a partir dos seis anos de idade para a preparação até os dez, quando participam da missa do Envio (Primeira Comunhão) e são posteriormente levadas à Crisma.

Para os crentes, o domingo pela manhã é o horário da escola dominical, e à noite acontece o culto da família; no sábado tem reunião infantil, que consiste em atividades de estudo e recreação, dirigidas por mulheres membros da igreja. Apenas a Igreja Adventista do Sétimo Dia, que guarda o sábado, tem reunião nesse dia pela manhã, chamada de escola sabatina, com a participação de todos da sua comunidade. As denominações protestantes/evangélicas fazem também reuniões durante a semana, às quartas e sextas, geralmente destinadas aos adultos.

Os eventos sociais na Vila são poucos, por isso ir à igreja (missa ou culto) é o acontecimento mais importante para as crianças, independente do que se faça lá. Elas sempre estão pelas igrejas, e o fato de encontrarem os amigos, parentes, ver pessoas, fazer alguma ação faz daquele local um ambiente aprazível para elas.

[169] Há algum tempo usava-se o termo **catecismo** para definir o conjunto de perguntas e respostas que as crianças e adolescentes decoravam para fazer a primeira comunhão. Na atualidade, catecismo se refere a um livro, que contém um resumo daquilo que a Igreja crê. **Catequese** é o processo de educação da fé. Existe um conteúdo, adaptado à idade e à condição das pessoas, chamado de catecismo, é um dos elementos da catequese, além da participação ativa na comunidade, nas obras da igreja, aprofundamento da bíblia, entre outras (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2005).

Quando vão à igreja nos fins de semana ou num dia especial (dia das mães, dia dos pais, natal), colocam sempre a melhor roupa, o melhor sapato; é o dia do banho especial e do perfume; é o dia também em que toda a família sai junta de casa, o pai sempre à frente, mulher e filhos atrás.

As igrejas de matrizes mais conservadoras como a pentecostal[170] exigem de seus membros uma postura diferente das outras pessoas. Pantoja e Costa (2013) asseveram que isso se percebe em seus modos de vestir, seus cabelos longos, não fazendo uso de maquiagem e joias, sua conduta deve ser ilibada. Do mesmo modo, as crianças, especialmente as meninas, seguem esse modelo de comportamento. Mesmo as meninas de pouca idade já usavam roupas compridas de cortes simples e cabelos sempre longos. Menos cobrados eram os meninos quanto aos trajes, podendo andar sem camisa, apenas de short, e praticarem qualquer atividade, com exceção do jogo de bola. A esse respeito Pantoja e Costa (2013) esclarecem que a

> Assembleia de Deus se destaca na região e goza de bastante prestígio. Não apenas por ser a denominação pioneira do pentecostalismo na região, mas, sobretudo, por sustentar a identidade de uma denominação "tradicional" que não sucumbe aos apelos do neopentecostalismo em sua luta por "prosperidade" aqui e agora, e por manter muito zelo e discrição no modelo dos cultos e um rígido padrão de comportamento para com seus adeptos, sobretudo com as mulheres, além de um *ethos* que despreza as coisas do "mundo" e preza pela salvação da alma (PANTOJA; COSTA, 2013, p. 268).

O pecado, representado pelo diabo, estava presente em muitas ações das crianças, visto pelos olhares dos pastores, pais e lideranças da igreja, segundo nos informaram as crianças crentes. No depoimento a seguir é possível captarmos a insatisfação de não poderem brincar de um jogo tão comum no Piriá e no cotidiano dos brasileiros de um modo geral; afinal futebol, pelada, jogo de bola, é brincado até nos lugares mais remotos deste país. Como são proibidas de brincarem de bola, as crianças têm dificuldade de aceitar esse modelo social e até mesmo de entender como uma brincadeira torna-se nociva a ponto de passar a pertencer à esfera do mal.

[170] A igreja pentecostal acredita que os dons espirituais podem se manifestar nos dias de hoje, sendo o dom de falar línguas estranhas ou receber o Espírito Santo o mais enigmático, representativo e desejado entre todos os dons pelos seus seguidores. A palavra *pentecostal* está relacionada à descida do Espírito Santo sobre os discípulos no dia de Pentecostes (At 2:1-4).

> Registro de campo (23/01/2016).
>
> Quando [...] diz que não pode, nós brinca do mermo jeito.
>
> [...]
> Pesquisadora: agora nas férias o que vocês vão fazer? Brincar, passear, viajar...
> Menin@[171] 1: Já tamo brincando na quadra de bicicleta.
> Menin@ 2: A gente brinca sempre.
> Pesquisadora: Vocês brincam no rio? Jogam bola?
> Menin@ 1, Menin@ 2 e Menin@ 3: Toma banho, brinca no rio. De bola, não.
> Pesquisadora: Por quê?
> Menin@ 3: O pastô não deixa, minha vó não deixa. Eu não sei por quê! Mas lá em Curralinho o pastô joga bola. Os filho dele joga tombém lá, mas minha vó não deixa.
> Pesquisador: O que vocês acham dessa proibição, de não poder jogar bola?
> Menin@ 2: Acho que é errado.
> Menin@ 1: Tem brincadeira que nós não enjoa. Quando o pastô diz que não pode, nós brinca do mermo jeito.
> [...].

Nesses relatos percebemos que a prática da brincadeira com bola sofre um abalo, algo que não foi bem explicado, simplesmente foi proibido por determinadas pessoas, permitido para uns e para outros não. Apesar das proibições, as crianças, em determinados momentos, burlam essas decisões.

A expressão corporal, a fala tensa meio engasgada, a seriedade com que narravam cada frase desta história nos levam a afirmar que quando dizem que brincam, mesmo sem autorização dos adultos, não há nenhum desrespeito nisso, muito menos pecado ou coisa do mal, mas um processo de enfrentamento e de resistência aos padrões pré-estabelecidos, possibilitando inventar coisas, como nos diz o poeta Manoel de Barros (2010), ou mesmo reinventar novas maneiras de jogar, de brincar, de se transformar, significando dizer que

> [...] mesmo na presença de uma variável cultural forte, religião, o poder do grupo e a capacidade criativa das crianças, enquanto sujeito ativo do processo, agem como uma força intensa e contrária a esta norma cultural, o que leva a identificar a criança como sujeito ativo do seu desenvolvimento e a criar estratégias para brincar (REIS, 2007, p. 171).

As crianças, de certa maneira, desacatam as regras estabelecidas socialmente, ao que Arenhart (2007) chama de transgressão. Em seus estudos, a autora levanta o seguinte questionamento: por que as crianças transgridem? Ela nos responde, afirmando que as crianças buscam satisfação no tempo hoje, imediato,

[171] Os nomes das crianças foram omitidos propositalmente para que não sofressem nenhum tipo de retaliação quanto aos posicionamentos assumidos nesse fragmento de texto.

sem levar tanto em consideração os motivos de causa e efeito que estão centrados na lógica do adulto; desse modo, a *transgressão* é a saída encontrada por elas para vivenciar essa satisfação do tempo presente. Ao *desobedecerem* às regras impostas pelos adultos, as crianças estabelecem com outros atores sociais a possibilidade de fazer diferente daquilo que o sistema lhes impõe, além de construírem a cultura infantil.

A questão da proibição de jogar determinados brinquedos se constitui uma prática das igrejas pentecostais, como nos mostram os estudos de Reis (2007) sobre a cultura da brincadeira nos Marajós:

> Um fato marcante quando à religião evangélica, como praticada no local, é a proibição de seus membros em participar de jogo de futebol ou qualquer jogo que envolva bola. Tal aspecto nunca foi explicado com total clareza, alguns argumentam que é por causa do uso do "short curto", outros por ser uma atividade que leva ao álcool, que envolve competição, gerando discórdia ou até pela participação da atividade junto com os "ímpios". Mesmo nas brincadeiras das crianças ribeirinhas, esse estigma é repassado, o que impede que algumas brincadeiras sejam praticadas, como o jogo de bola (REIS, 2007, p. 76).

A observação feita por Reis (2007) constata o enraizamento de costume dos pentecostais, sobretudo da Assembleia de Deus[172] que nos Marajós foi incutida sem uma explicação coerente que justificasse a proibição, levando a autora à conclusão de que

> Geralmente, as crianças têm a mesma religião dos pais e o mesmo discurso quando a brincadeira envolve bola. Pode-se dizer, portanto, que a religião é um importante fator que interfere diretamente nas brincadeiras das crianças, sobretudo nas evangélicas (REIS, 2007, p. 77).

Benjamin (1984) diz que brincar significa sempre libertação, por isso as crianças, por não aceitarem as normas estabelecidas e que contrariam os preceitos de uma vida com liberdade, tendem a subverter a ordem, e de alguma maneira, mesmo sendo impedidas, brincam de bola.

A religiosidade também está no meandro do livramento das crianças das doenças, dos males que afetam o seu bem-estar. No protestantismo, o poder da

[172] "Na sua origem, a elaboração de seu conteúdo moral e ético sofre influência forte do *ethos* da sociedade sueca, trazido pelos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren e caracterizado pela ascese sectária das primeiras décadas do século vinte, imbricando-se com o *ethos* autoritário e patriarcal presente na sociedade nordestina. Dessa junção surge, conforme Freston (1993),um modo de vida peculiar, característico dos membros da AD, que eram facilmente reconhecidos pela sociedade por seus aspectos estéticos e morais" (PANTOJA; COSTA, 2013, p. 252).

oração pode curar as enfermidades das crianças, geralmente através da imposição de mãos na cabeça e unção com óleo ungido[173].

No catolicismo a reza pode ser feita pelo padre, diácono ou por qualquer adulto praticante; pode também estar ligada às práticas xamânicas das benzedeiras e pajelanças. No Piriá, os adultos informaram que crianças com quebranto ou com quadro de dor de cabeça, vômitos, febre e diarreia – "doenças que apareceram misteriosamente da noite para o dia" (REGISTRO DE CAMPO, 22/01/2016) – precisam de rezas, caso contrário morrem; são mais frequentes no período de chuvas, no inverno amazônico, quando os rios enchem fazendo com que a mãe-d'água saia de seu escondedouro e fleche as crianças, ou seja, jogue o encanto nelas; nesse caso, só uma boa reza para resolver a questão (SILVA; PACHECO, 2011). Sobre esse aspecto Chalhoub et al. (2003) asseveram que:

> A reza em criança é considerada mais simples e "comum". O Credo, Ave-Maria, Pai Nosso, oração de São Francisco, Santa Luzia e São Benedito são citadas veementemente. As rezas mais difíceis são para as doenças graves, essas (rezas) não podem ser ditas para ninguém, pois teriam o segredo da cura (CHALHOUB et al., 2003, p. 167-177).

A reza é um costume que advém de épocas remotas, conforme preceitua a historiadora Priore (2010), esclarecendo que há relatos confirmando que no período colonial a saúde das crianças era confiada à proteção de Deus ou a intermediários celestiais, os Santos.

Nas religiões de matriz africana acredita-se que a cura das crianças esteja atrelada a manifestações de entidades que incorporam nas pessoas. A doença é considerada uma manifestação espiritual, havendo necessidade de uma intervenção de caráter também espiritual, pois quem traz a cura são os espíritos que atuam libertando a alma da criança das amarras do mal. Desse modo, no Piriá cada religião tem um ritual de cura das crianças e, de alguma forma, todas possuem adeptos.

Expressões do tipo "sai pra lá, Satanás", " tá amarrado", "sangue de Jesus", glória Deus", "meu Deus", "só Jesus na causa", "só Jesus pra ti", "em nome de Jesus", "Senhor, me lava com o teu sangue" foram por nós ouvidas diariamente, pronunciadas pelas crianças e unidades domésticas, ressaltando que são expressões ditas por qualquer pessoa independente da sua religiosidade. Durante a

[173] De base bíblica é um óleo comum que foi consagrado a Deus na igreja, geralmente pelo Pastor, e se transforma simbolicamente em um instrumento espiritual ligado à fé das pessoas, podendo ser usado em várias situações, inclusive em casos de doenças.

pesquisa de campo ficou evidente que para as crianças tais expressões tinham a função de proteção; ao serem ditas, geravam uma imunidade contra o mal, nada iria atingi-las.

Outra questão observada no contexto das igrejas evangélicas tradicionais na Vila do Piriá diz respeito à dança enquanto técnicas corporais. Desde muito cedo as crianças são ensinadas que “dançar é pecado”, “dançar não é de Deus”, quem “dança é do mundo” ou que “dançar é adorar a Satanás”. Nesse contexto, o corpo se molda aos padrões impostos pelo sistema, e mais uma vez as proibições enrijecem corpos ávidos por movimentos – os das crianças - numa região em que as técnicas de corpo inteiro (MAUSS, 2017) são vivenciadas em quase todas as ações cotidianas.

Independente de religião a dança contagia, ela encanta pela maneira como mexe com as estruturas do ser humano na sua totalidade; não apenas o corpo é parte disso, mas o conjunto de dimensões que compõe a pessoa. Mauss (2017) afirma que os movimentos corporais podem ser compreendidos como técnicas que estão ligadas à própria cultura, impregnadas de significados peculiares, podendo ser transmitidas de geração a geração. Desse modo, consideramos os movimentos corporais como técnicas corporais culturais, levando-se em conta que toda técnica se constitui em um hábito tradicional que é transmitido para as próximas gerações.

Quanto à proibição da dança, que ocorre nas igrejas mais tradicionais da Vila do Piriá, Wosien (2004) nos esclarece que desde muito cedo a dança foi suprimida das liturgias da igreja, através de um processo que se inicia ainda no século III com o enrijecimento e a definição da liturgia, em que novos textos foram escolhidos. Foi imposta ainda uma limitação dos instrumentos musicais, e em seguida a retirada total dos instrumentos que acompanhavam as músicas na igreja, de modo que o ritmo dos cantos, relacionados à dança, se modificaram drasticamente, desaparecendo a partir do novo formato em que a música se apresenta na Idade Média, e como consequência desapareceram os elementos da dança sagrada que eram anunciados por esses cultos. No final do século VI a dança foi proibida com veemência no Concílio de Toledo, e na segunda metade do século XIII passa a ser considerada um pecado grave.

Como forma de justificar a proibição da dança na igreja, especialmente da católica, os padres e antigos bispos alegam que a dança estava associada aos deuses e aos cultos das religiões não-cristãs, dos quais a igreja tentava ficar bem

distante. Wosien (2004, p. 90) garante que “[...] apesar das inúmeras proibições, a dança como fenômeno religioso conseguiu se manter ao longo dos anos à margem, mesmo estando ao lado dos cultos dominantes e sem dança, inimigos do corpo [...]”.

A dança na igreja, ao longo dos séculos, foi se mantendo marginal, até que início do século XX as reminiscências da dança tradicional desapareceram quase que por completo, restando apenas gestos moderados de elevação das mãos, ajoelhar e levantar e fazer o sinal da cruz, fortalecendo-se assim os atos da “[...] cerimônia religiosa de participação passiva, de apenas ouvir os ensinamentos abençoados [...]” (WOSIEN, 2004, p. 106).

No Piriá, movimentar o corpo por meio da dança é uma atividade muito explorada nos eventos sociais da comunidade, no entanto, essa não é uma realidade para a população crente, principalmente para as crianças. Elas não participam das atividades escolares em que a dança se faz presente, destacando as festas de carnaval, juninas e outras atividades culturais que fazem parte do calendário escolar. Também nos movimentos culturais da Vila as crianças crentes foram vistas separadas do grupo que participavam das atividades, como meros expectadores.

Ao observarmos as crianças rondando os eventos evangélicos, católicos ou seculares, nos vários lugares da Vila (ponte, escola, trapiches, igrejas), mesmo sendo proibidas de dançarem, ao menor toque de uma música, de maneira discreta, o corpo se movimentava, os pés se mexiam para lá e para cá, a cabeça balançava, os quadris davam uma saracoteada para a esquerda, depois para a direita. Sendo a dança uma técnica do corpo inteiro, aquela que movimenta o ser por completo (MAUSS, 2017), é difícil para as crianças crentes terem que ficar paradas ante uma música frenética. As divergências culturais, os choques religiosos, os preconceitos sem fundamentos, despreparos associados a uma concepção de que dançar é *pecado,* no julgamento dos evangélicos, geram dificuldades para o entendimento das crianças sobre estas questões (ALEIXO, 2018). Para ilustrar o que dizemos, um recorte de nosso registro de campo demonstra a inconstância de elaboração daquilo que pode e o que não pode ou o que é permitido, ou não, fazer com corpo integral diante dos dogmas religiosos. Falam as meninas:

> Registro de campo (23/01/2016).
>
> *Eu não gosto de dançá, porque eu sou crente!*
>
> [...]
> Pesquisadora: Vocês gostam de dançar?
> Rayka, Kaline e Isis: gosto!
> Rayka e Kaline: gosto de dançá quadrilha, a gente dança lá na nossa escola.
> Isis: Eu não gosto de dançá porque eu sou crente!
> Pesquisadora: Crente não dança?
> Rayka: Dança sim, as coisa de dança lá da igreja.
> Isis: Dança, mas não anssim valsa não, nem quadrilha.
> Pesquisador: Não pode brincar quadrilha quem é crente?
> Isis: É
> Rayka: Porque o que eu vejo, pode sim, porque tem gente que dança lá numa igreja e vem pra cá e vem dançá pra cá.
> Isis: Tem gente ali que quando vão pra aquela igreja, eles fica assim dançando, quando chego lá vem tudo cheio de batom.
> Kaline: se maqueia, né?
> Isis: Aí o pastor já avisou que não é, que gente que é crente não tem que se maquiá.
> Rayka: Porque ele disse que criança não tem idade pra se maquiá.
> [...].

No discurso das meninas fica evidente não só a proibição, mas a absorção de preceitos que, apesar dos questionamentos, ainda significam uma reprodução de um modelo repressor estabelecido socialmente. Aleixo (2018) considera que há uma crescente adesão de igrejas que desenvolvem ações com a dança, prioritariamente com crianças e jovens, o que pode ser notado nas igrejas dos centros urbanos. Nas cidades interioranas da Amazônia, porém, essa realidade ainda está distante, persistindo um distanciamento da Arte da dança com a religiosidade das populações evangélicas, como pudemos observar no Piriá. Associa-se a dança a um processo de erotização ou sensualização do movimento corporal, atribuindo-lhe uma concepção demoníaca, de pecado.

Conforme nos diz Wosien (2004), uma religiosidade que abarca o homem em todas as suas dimensões também irá abarcar o seu corpo e o que está a sua volta, por meio da força integrada do movimento.

Como quase todas as igrejas se localizam na ponte principal, no domingo ou em dias comemorativos o cortejo aumenta num determinado local, sempre no início e no final das celebrações, mas à medida que os membros vão adentrando em seus templos o fluxo diminui consideravelmente. Para as crianças as ações de se arrumarem em casa para irem à igreja e o movimento na rua, ao encontrarem vizinhos e amigos no caminho, parecia ser mais importante do que “[...] encontrar

com Deus ou aprender sobre a bíblia [...]" (PIRES, 2007, p. 146). Toda essa preparação e a maneira como era realizada se tornaram mais importantes do que qualquer outra coisa que fosse dita ou pregada no templo.

É interessante como as crianças não questionavam a dinâmica da igreja, elas sempre estavam por lá, levados geralmente pelos pais, embora muitas vezes fossem vistas caminhando sozinhas ou apenas com seus pares. Não se perguntavam por que tinham que ir à igreja, porque tinham que orar, ouvir o sermão do pastor ou do padre/diácono, como se as atividades desenvolvidas na igreja não tivessem tanta importância, e sim o processo de sair de casa para chegar até lá. O que importava eram as relações sociais (família, amigos e vizinhos) que se estabeleciam quando imersas naquele contexto.

Desde que nascem as crianças seguem o ritmo dos pais, são levadas à igreja e se acostumam a ficarem por lá sem muitos questionamentos sobre o porquê de estarem naquela denominação "[...] ela faz porque é assim que deve ser. É a ordem natural das coisas" (PIRES, 2007, p. 147). Embora tenham afirmado que gostam da igreja e também sempre foram dessa denominação, as crianças nem sempre sabem porque os pais estão indo à igreja.

Todas as igrejas cristãs da Vila desenvolvem algum tipo de trabalho com as crianças, geralmente são reuniões nos finais de semana, pela manhã. São momentos denominados de reunião de crianças, culto das crianças ou trabalho com crianças, em que o ritual segue os padrões das igrejas[174]. Em uma das atividades de campo direcionadas perguntamos sobre as atividades das igrejas voltadas para elas:

> Registro de campo (4/11/2015).
>
> *Nós fala, mas ela diz: nós semos professora, nós que manda.*
>
> [...]
> Pesquisadora: Como é o trabalho com as crianças na igreja?
> Menin@ A[175]: Tem reunião que é lá atrás, a gente tem uma revistinha, estuda e depois apresenta o versículo lá na frente, pra todo mundo.
> Pesquisadora: Vocês gostam da revistinha e da reunião?
> Menin@ B: Eu gosto da revista, tem coisa pra ler.
> Menin@ C: Tem bicho, tem papel pra pintar, eu gosto.

[174] Oração inicial, cânticos, estudo bíblico - geralmente baseado na história de uma personagem da bíblia. As crianças podem cantar, ler versículos e testemunhar, e fazem também algum trabalho manual. O lanche é servido e encerra-se a reunião. Quando há programações especiais previstas, aquelas que vão participar permanecem no local para o ensaio.

[175] Os nomes foram omitidos para evitar possíveis retaliações.

> Menin@ D: Quando tem ensaio eu vou pro ensaio das criança, a gente brinca, canta hino lá. A gente ensaia pra cantá no culto, a gente pinta, pula lá. Quando acaba eles dão merenda pra nós. Quando tem o culto das crianças eles dão brinquedo.
> Pesquisadora: O que vocês não gostam na igreja?
> Menin@ A: Da que toma conta de nós, a Rai.
> Pesquisadora: Por quê?
> Menin@ E: Porque ela manda, manda, manda só a Émile cantá.
> Menin@ B: Só a Émile pra cantá todo dia.
> Pesquisadora: E o que vocês dizem para ela, para a Rai?
> Menin@ B: Nós fala, mas ela diz: nós semos professora, nós que manda.
> [...].

As atividades com as crianças, desenvolvidas pelas igrejas, baseiam-se nos fundamentos doutrinários destas. Com duração aproximada de 3 horas, a reunião fica sempre sob a responsabilidade de jovens da comunidade, preferencialmente do sexo feminino. Embora as crianças cantem, brinquem, escrevam, pintem e façam as orações, a dinâmica aplicada é semelhante à de uma escola, ficando muito parecida com uma sala de aula. As crianças têm pouca participação nas tomadas de decisões, nada passa por elas; todas as questões que envolvem o ministério de crianças são decididas pelos pastores e coordenadores. Neste sentido, mesmo que reclamem por mais autonomia, as crianças terão um longo caminho a percorrer até serem ouvidas.

Geralmente os crentes não participavam de eventos sociais não evangélicos promovidos em outros ambientes (quadra, sedes e bares), embora as crianças sempre rondassem os eventos que aconteciam durante o dia. Os não evangélicos participavam e levavam seus filhos também, sendo comum a presença de crianças acompanhadas dos adultos em festivais (mandioca, camarão, açaí) e outros eventos na comunidade e arredores (bingos, festas alusivas ao dia das mães/pais e festividades dos padroeiros).

Assim como os crentes não se fazem presentes nos eventos promovidos por outras religiões, o mesmo acontece com aqueles organizados pelos evangélicos, sendo poucos os católicos e de outras denominações que participavam, embora tenhamos observado que em relação aos eventos dos evangélicos/crentes a população de um modo geral é mais flexível em aceitar o convite de participação. Já os evangélicos/crentes são bastantes radicais e não participam, desconsiderando quase que imediatamente os convites feitos. Essa postura reflete na vida das crianças crentes que são, de certa maneira, proibidas pelos adultos de participarem dos eventos culturais.

No Piriá as manifestações culturais locais das comunidades evangélicas estão direcionadas às festas alusivas ao aniversário das igrejas e datas comemorativas - dia das mães, dia dos pais e os festejos do natal - e mais recentemente os festivais evangélicos. Entre os católicos, a festa religiosa mais importante na comunidade é a de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da Vila; os festejos duram cerca de duas semanas e acontecem nos penúltimo e último finais de semana do mês de novembro, com 10 (dez) noites de novenas na igreja. No encerramento é realizado o Círio, no último domingo de novembro, na ponte principal da Vila. Nos eventos das igrejas as crianças se fazem presentes como participantes, sejam em apresentações teatrais ou vestidas de anjos no Círio.

3.5.4 As crianças e o trabalho

Quando se analisa a infância, ou melhor, o direito ou não de usufruí-la, a relação que logo se estabelece diz respeito ao exercício do brincar como uma ação legalmente constituída[176] e própria das crianças. Por outro lado, o trabalho é visto como algo não salutar à infância. O brincar e o trabalho operam como padrões que ponderam a "qualidade da infância" como nos referenda Arenhart (2007); se as crianças brincam há infância, se as crianças trabalham não há infância. O tempo e as formas como são empreendidos cada um desses elementos na sociedade dirá como esta trata as suas crianças.

Subsiste a ideia de uma infância em que as crianças não sejam inseridas no trabalho, de nenhuma espécie, como se isso fosse possível. Contrapondo-se a esta visão, Arenhart (2007), Sarmento (2005), Qvortrup (2001) e Wintersberger (2001), confirmam o fato de que as crianças trabalham, e que há necessidade do reconhecimento do trabalho infantil[177] como atividade valiosa. Arenhart (2007) considera que deve haver limites entre o trabalho infantil e o abuso e exploração deste, esclarecendo que

---

[176] Direito garantido por lei e preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959 e fortalecida pela Convenção dos Direitos da Criança de 1989. O Brasil é signatário dessa convenção, tendo, portanto, a responsabilidade de assegurar tal direito no país, conforme estabelecido na CF (art. 6º, 217 - § 3º e 227), no ECA (art. 16 – IV) e mais recentemente no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016, art. 5º e 17).

[177] Qvortrup (2001) introduz o conceito de *atividade infantil* em oposição ao *trabalho infantil* "[...] como uma alternativa pela qual muito se anseia e que historicamente esteve – e em situações do Terceiro Mundo ainda está - fora do alcance para um número imenso de crianças, ao menos como a atividade infantil predominante" (QVORTRUP, 2001, p. 131).

> [...] as crianças trabalham e isso não chega a ser um problema para o direito a infância, desde que o tipo de trabalho que realizam não as aliene da condição de sujeitos e de crianças. Para isso, somente um trabalho que não seja o trabalho explorado e alienado, que não as limite de vivenciar outras experiências humanas, como o estudo e a brincadeira que é própria da infância, pode ser aceitável (ARENHART, 2007, p. 135).

Nesse sentido, Sarmento, Bandeira e Dores (2002) também se posicionam afirmando que:

> [...] nem todo o trabalho infantil está ligado à exploração, nem são apenas as crianças das classes e camadas sociais subordinadas e empobrecidas aquelas que trabalham. Aliás, *todas as crianças trabalham*, isto é, desempenham uma actividade social. O paradoxo está em que a condenação da exploração do trabalho infantil tem arrastado consigo a ocultação de formas de trabalho não associadas à exploração e remetido as crianças para o estatuto de seres excluídos da esfera de produção. A consequência disto é, para além da "invisibilidade" que é criada em torno das actividades que as crianças efectivamente realizam e do estatuto social da infância [...], uma *menorização* das crianças, identificadas precisamente por não acenderem à condição de autonomia atribuída pelo desempenho de uma actividade socialmente considerada como útil (e, consequentemente, remunerada) (SARMENTO; BANDEIRA; DORES, 2002, p. 105).

Sarmento, Bandeira e Dores (2002) analisam em seus estudos que grande parte das crianças nunca admite que tenha um trabalho, que realize com autonomia. Pelo contrário, quem tem o trabalho, ou seja, a remuneração pela atividade realizada é o elemento da família, o adulto. No entanto, as crianças são, de certa forma, compelidas a ajudá-los, pois que elas ainda não adquiriram a desenvoltura necessária para o desempenho da atividade na sua totalidade, o que faz com que cedo se conscientize de que sua ajuda tem um limite, porém não há interesse em abrir mão dessa ajuda. Neste sentido, no Piriá não é diferente; quando as crianças se referiam ao exercício de alguma atividade de trabalho, sempre colocavam a palavra "*ajuda*" antes de dizer o que faziam.

A realização do trabalho em família faz parte da cultura local, em que as crianças acompanham os adultos em muitas atividades. Sousa (2014) revela que afastar uma criança do trabalho numa comunidade do campo em que o trabalho em família é uma constante é tirá-la de toda a organização social.

Sarmento, Bandeira e Dores (2002) afiançam que as atividades geralmente se realizam no círculo doméstico, ou seja, as crianças estão num coletivo que faz as tarefas de maneira conjunta, sendo elas uma extensão das atividades cotidianas, como podemos observar em trecho de transcrição de um vídeo em que Gabriel, 10

anos, se referindo a um amigo da comunidade, diz: *"*o Rodrigo, aquele menino é sacaca, porque ele vai muito pro mato, tira açaí, trabalha com o pai dele [...]". Essa fala demonstra que as crianças realizam atividades com os adultos e não fazem apenas uma coisa, mas várias (TRANSCRIÇÃO DE VÍDEO, 08/10/2015).

Na Vila do Piriá o trabalho das crianças é visto pelos pais e familiares como uma espécie de *ajuda* que os filhos dão a eles, pois é feito fora do horário da escola ou nos períodos de férias e feriados. Além de serviços domésticos, as crianças desenvolvem atividades de roça, corte e retirada de madeira, apanha do açaí, venda de peixe fresco e venda de alimentos feitos em casa, como unha, chope e picolé.

Cristo (2007, p. 68) afirma que o trabalho na roça é realizado por todos os membros da família, desde cedo as crianças participam das atividades, sendo atrelado ao cotidiano e aprendido por meio da batalha diária pela sobrevivência ou subsistência, ou como ajuda na renda da família. Continua a autora, afirmando que "[...] o aprendizado do trabalho faz parte da constituição do sujeito ribeirinho e de sua formação para a vida no presente e no futuro, consequentemente, adquire uma conotação cultural [...].

O que nos chamou a atenção é que o trabalho realizado por elas - apanhar açaí, roçar, colocar matapi, pescar – é feito com satisfação. Com exceção do roçado, as outras atividades as próprias crianças se organizam para fazer sem a interferência dos adultos. Em alguns casos os familiares eram apenas comunicados do que iriam fazer, principalmente se fossem a lugares mais distantes da casa.

Piriá é uma vila em que tudo chega por barco, das pessoas ao alimento; as embarcações chegam abarrotadas de mercadorias (frango, enlatados, refrigerantes, bolachas, salgados, perfumarias, embutidos, combustível, gás de cozinha), que vão sendo deixadas empilhadas nos trapiches à beira do rio, à disposição de seus proprietários. Por várias vezes observamos os meninos carregando essas mercadorias para o interior dos comércios a troco de quase nada, conforme seus próprios relatos:

> Transcrição de vídeo (26/04/2016).
>
> *Nós trabalha ajudando.*
>
> [...]
>
> Menin@1[178]: Nós trabalha ajudando o Beto, a gente carrega mercadoria lá pra ele. Ele dá merenda pra nós, refri, doce, as vez dinheiro. Quando ele não tem dinheiro ele fala que vai dá lanche pra nós, né.
> Pesquisadora: Vocês carregam o quê?
> Menin@ 2: Frango, a gente coloca no carrinho, caixa a gente leva no ombro.
> Menin@ 1: As vez é peso, fica cheio esse trapiche aí. Ele dá lanche, dinheiro, cinco real.
> Menin@ 2: Quando eu era pequeno o papai não deixava eu carregá, agora ele já deixa, que eu já dou conta.
> [...].

Estes depoimentos nos revelam que o espaço doméstico se amplia para além do núcleo familiar "[...] mais restrito ou alargado, englobando também vizinhos e outros membros da comunidade, é ilustrativo de uma situação real de exploração, por apropriação do trabalho das crianças [...]" (SARMENTO; BANDEIRA; DORES, 2002, p. 119).

Referindo-se às crianças que costuravam sapatos no Vale do Ave, região do norte de Portugal, Sarmento, Bandeira e Dores (2002, p. 119) diziam que *"*coser 11 pares de sapatos pelo valor de um gelado é o preço da exploração". Nós, do norte do Brasil, da região amazônica, podemos, numa paráfrase, dizer que *"*carregar caixas e mais caixas de mercadorias pelo valor de um copo de refrigerante e de doces, ou de cinco reais, é o preço da exploração". Outra frase de efeito usada pelos autores - *"*o trabalho do menino é pouco, mas quem não o aproveita é louco" - possibilita tecermos comparações entre o mundo do trabalho das crianças portuguesas e o das crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara no que tange às seguintes questões: O trabalho é considerado uma "ajuda", portanto, as crianças NÃO estão trabalhando, mas apenas ajudando, o que não fere a natureza moral das pessoas ou grupos que usam esse discurso para explorar os menores; Existe uma cadeia de interesses que cresce em torno do trabalho infantil, "[...] e que dele aproveita apenas quem o atribui às crianças no contexto da família ou da vizinhança, mas quem o distribui e quem o incorpora no lucro do produto finalmente colocado no mercado [...]" (SARMENTO; BANDEIRA; DORES, 2002, p. 120).

[178] Neste trecho as identidades das crianças foram preservadas para que não sofressem nenhum tipo de constrangimento.

O poema *Os direitos das crianças*, de Matilde Rosa Araújo[179], baseado nos princípios da *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*[180] aprovada em 1959 pela ONU, mostra quão valiosa é a proteção à criança para o seu desenvolvimento. O fragmento abaixo tem como base o princípio IX do documento, que mostra como a criança deve ser preservada em relação à exploração do trabalho infantil:

> A criança é um mundo
> Precioso
> Raro.
> Que ninguém a roube,
> A negocie,
> A explore
> Sob qualquer pretexto.
> Que ninguém se aproveite
> Do trabalho da criança
> Para seu próprio proveito.
> São livres e frágeis as suas mãos.
> Hoje:
> Se as não magoarmos
> Elas poderão continuar
> Livres
> E ser a força do Mundo
> Mesmo que frágeis continuem […] (ARAÚJO, 2014).

Outro aspecto da exploração do trabalho infantil está associado à colheita do açaí. Cristo (2007) nos esclarece que o açaí é o alimento básico da mesa dos ribeirinhos, mas a exportação para outras regiões do Brasil e para o exterior tem encarecido o produto, principalmente no período da entressafra, provocando uma grande procura na região. Durante a safra, que vai de junho a novembro, ocorre um grande fluxo de atravessadores, que vão em barcos comprando o produto colhido pelos ribeirinhos, ou estes mesmos levam à sede do município para ser negociado. É o período de maior atividade econômica na região entre os ribeirinhos. O açaizeiro é uma espécie de palmeira, de caule fino, que se reproduz com bastante facilidade em áreas de várzea; o seu fruto, o açaí, dá em forma de cacho na sua copa. Para se colher o açaí é necessário subir no açaizeiro e tirar o cacho, descendo em

[179] Professora e escritora portuguesa, escreveu para adultos e crianças, mas sua dedicação a literatura infantil, centrada em três eixos: a infância dourada, a infância agredida e a infância como projeto foi sua grande aliada na defesa dos direitos das crianças. Foi Sócia fundadora do Instituto de Apoio à Criança (IAC) e do Comitê Português da UNICEF sempre buscado estratégias de proteção as crianças.

[180] Princípio IX– A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, crueldade e exploração. Não será objeto de nenhum tipo de tráfico.
Não se deverá permitir que a criança trabalhe antes de uma idade mínima adequada; em caso algum será permitido que a criança dedique-se, ou a ela se imponha, qualquer ocupação ou emprego que possa prejudicar sua saúde ou sua educação, ou impedir seu desenvolvimento físico, mental ou moral (JIUJITSU PORTUGAL, 2017).

seguida com o cacho na mão para dele retirar os frutos. Uma pessoa adulta encontra certa dificuldade para subir, em virtude da possibilidade de quebra da árvore, podendo causar acidentes graves. Já as crianças possuem uma habilidade espantosa para subir e, no alto, passar de uma árvore para outra; quando descem, trazem vários cachos em suas mãos.

No período da safra, segundo relatos da secretária da EMEF Maria das Dores Sá, há uma diminuição considerável na presença dos alunos do sexo masculino, na faixa etária entre 8 e 12 anos, que se lançam à mata logo cedo para apanharem açaí. Eles não abandonam os estudos, apenas deixam de participar assiduamente das aulas, vindo com menos frequência à escola. Em 2015 e 2016 as crianças recebiam R$ 50,00 (cinquenta reais) por dia para subirem em muitas palmeiras todas as manhãs, para garantir esse valor que contribui no orçamento familiar. As crianças também tiram açaí para o consumo da família.

Quando perguntadas sobre a quantidade de açaí que conseguem tirar por dia, as crianças nos informam que cada uma tira entre 8 e 10 rasas (14 kg cada rasa). Uma rasa de açaí em caroço quando batido (transformado em suco) produz em média 6 litros do açaí grosso ou 8 litros do médio ou 10 litros do fino.

Nas imagens a seguir podemos ver vários momentos das crianças em plena atividade laboral na Vila do Piriá.

Imagem 41 - As crianças e seus modos de trabalho.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016/2017).

Analisando as imagens das crianças no trabalho podemos perceber que estão bem definidos quais são os trabalhos de meninos e de meninas. As atividades consideradas mais pesadas, como corte e retirada de madeira, caçar, tirar açaí e vender alimentos prontos são quase que exclusivas dos meninos; já os serviços domésticos são executados pelas meninas, como nos diz uma de nossa interlocutora, Émile Serrão, 11 anos: “A gente faz o serviço de casa, depois vai brincá. A gente lava vasilha, varre casa, lava rôpa. Depois a gente brinca de casinha” (REGISTRO DE CAMPO, 07/10/2015).

Ramos (2007, p. 72) salienta que no dia a dia das famílias há uma divisão do trabalho, que “[...] é permeada por relação de hierarquia e gênero” em que cada membro da família tem um papel social específico, e esse papel têm um valor que lhe é conferido. Numa comparação com as ideias de Heredia, Garcia e Garcia Júnior (1984) nas quais os autores, analisando as relações sociais que se dão dentro da unidade doméstica em região açucareira do Nordeste do Brasil apontam que o lugar do homem é o roçado, nós dizemos que o lugar do homem ribeirinho vai além, vai à floresta, aos rios, às áreas de várzea, entre tantos outros lugares que compõem a geografia amazônica. Por serem tarefas desenvolvidas por eles, mesmo que tenha o esforço de todos os membros da família (esposa e filhos), é o homem que absorve a responsabilidade, cabendo aos demais a tarefa de “ajudá-lo”; neste contexto, as atividades desenvolvidas são/não são consideradas como trabalho.

Por outro lado, o lugar da mulher é a casa, aí incluídos não só a edificação, o cuidado com as crianças e as atividades diárias domésticas, mas tudo o que está no seu entorno, os bichos, as criações de aves e o cuidado com as plantas, tudo passa pela responsabilidade feminina e não há reconhecimento dessas atividades como trabalho (HEREDIA; GARCIA; GARCIA JÚNIOR, 1984).

Menasche (2004), referindo-se à divisão sexual do trabalho na agricultura camponesa[181], deixa claro o quão definidos são os papéis do homem e da mulher e que existem dificuldades para as mulheres serem reconhecidas no trabalho produtivo.

[181] Menasche (2004) discute “[...] as interações entre os papéis sociais de gênero na agricultura familiar e as representações e práticas desses agricultores em relação à utilização de agrotóxicos [...]” (MENASCHE, 2004, p. 76), no Rio Grande do Sul.

O papel produtivo das mulheres ribeirinhas da Amazônia Marajoara [182] também segue a lógica da divisão sexual do trabalho. Lima (2012, p. 19) considera que as mulheres estão ligadas mais "[...] ao espaço privado do que ao público e a uma posição de "ajuda" ao trabalho do grupo doméstico, mesmo quando trabalham tanto ou mais que os homens". Fernandes e Mota (2014) analisam que o trabalho das mulheres e crianças é para o grupo doméstico uma forma de "ajuda"[183], visto que são "leves"[184], não são atividades que lhes tragam qualquer prejuízo.

Deste modo, voltando-nos às relações que as crianças (meninos e meninas) estabelecem no âmbito do trabalho e da família, somos levados a pensar que essa representação de gênero existente nas comunidades ribeirinhas amazônicas reflete a maneira como as crianças se veem incluídas na categoria meninos (homem) e meninas (mulheres).

Em suas pesquisas sobre o papel das mulheres extrativistas de mangaba no arquipélago do Marajó, Lima (2012) observou que desde muito cedo, por volta dos cinco anos, as crianças acompanham as mulheres no trabalho, e isso se deve à falta de alguém que cuide delas na sua ausência. Sousa (2014, p. 275) refere-se ao trabalho como um dos "[...] aspectos constitutivos da infância camponesa e garantidores da coesão da comunidade [...]" por meio de uma aprendizagem intergeracional[185], ou seja, o conhecimento é repassado de geração para geração, garantindo, de certa forma, que as práticas culturais sejam preservadas e

[182] Lima (2012), Lima e Mota (2016) analisam o papel que as mulheres desenvolvem nas atividades extrativistas na Ilha do Marajó. Ponderam sobre o porquê dessas atividades não ser "[...]considerada como trabalho pelas próprias mulheres, pelos membros do seu grupo doméstico e demais agentes sociais entrevistados quando comparado ao assalariado [...]" (LIMA; MOTA, 2016, p. 89).

[183] Fernandes e Mota (2014) analisam o trabalho da mulher na agricultura familiar: "[...] as análises mostram que o trabalho é desenvolvido tanto por homens quanto por mulheres. Em muitos casos, à mulher é atribuído o papel de "ajuda", mesmo quando ela trabalha mais ou tanto quanto o homem (FERNANDES; MOTA, 2014, p. 12).

[184] Paulilo (1987) faz a distinção entre duas categorias de análise, pelo qual avalia o trabalho no campo: "leve" e "pesado". Embora seu estudo tenha alcançado várias regiões do Brasil e culturas diferentes, considera que o principal ponto comum das categorias "leve" e "pesado" é que o primeiro está atrelado a mulheres e crianças e o segundo um encargo masculino. "A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é "leve" (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar" (PAULILO, 1987, p. 7). Além do que "[...] são categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas (PAULILO, 1987, p. 4).

[185] Sousa (2014), ao estudar as crianças Capuxu do sertão da Paraíba, destaca que na infância a aprendizagem camponesa do trabalho se dá com a participação ativa das crianças nas atividades agrícolas, executando inicialmente tarefas simples, como levar instrumentos e alimentos até a roça com o objetivo de se familiarizarem com o espaço, à medida que vão crescendo as atividades também vão aumentando. Para as crianças a participação no trabalho é desejo deles, o que possibilita estarem sempre perto da família e de seus pares.

ressignificadas.

3.5.5 Vivências lúdicas: o lugar do brincar

Na Vila do Piriá existem muitos lugares que as crianças elegeram como sendo o do brincar, denominados por elas como o "lugar do brincar". Caracterizam-se pela simplicidade e a existência de poucos recursos estruturais. Alguns compõem o cenário natural da Vila, já outros foram construídos para atender as necessidades de deslocamento dos moradores e outros com a finalidade de propiciar lazer às crianças, jovens e adultos. Assim, buscou-se analisar as relações que elas estabelecem entre o lugar e o brincar.

Essa pesquisa não teve a intenção de fazer uma descrição profunda das brincadeiras (histórico, regras, etc.), mas pontuar como cada lugar tem suas brincadeiras e as dinâmicas, muito particulares, que as crianças desenvolvem para o exercício dessas brincadeiras.

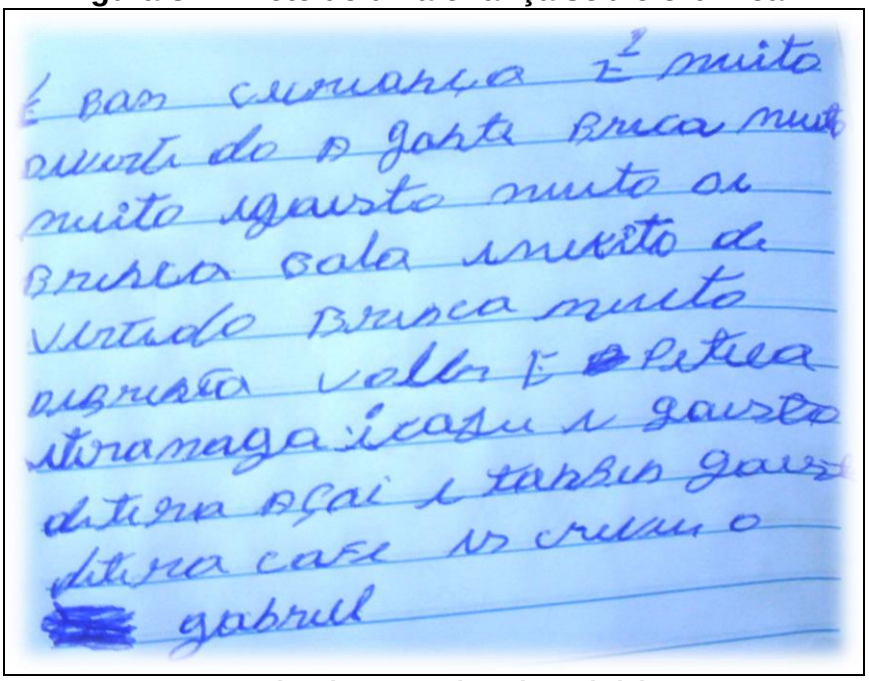
Elas brincam diariamente nos mais diferentes lugares da Vila, ora estão pulando no rio, jogando bola na quadra, espocando buçu na beira do Piriá, jogando peteca na frente da escola, pulando macaca na ponte, jogando bola no campo da Transpiriá, ora estão a brincar de pira nos trapiches de madeira, parada das embarcações. Sobre o ato de brincar das crianças ribeirinhas, Carvalho (2010)[186] referenda que os elementos da natureza constantes na vida delas são essenciais para a sua ludicidade e que há vivências nessa relação simbólica onde ela "[...] cria e recria a sua realidade, brinca e se relaciona com ela, mostrando-nos que faz parte de um mundo, onde o rio e a floresta se constituem [...] seu próprio ser" (CARVALHO, 2010, p. 34).

As crianças fazem relação do lugar com o brincar, cada ambiente é propício a determinadas brincadeiras e nele interagem, ocupam e transformam e de certa forma se conformam, mas "[...] essa significação tem diferentes sentidos ao longo de sua própria construção" (LOPES, 2009, p. 124).

[186] A autora se dedica ao estudo do imaginário e da ludicidade da criança ribeirinha das ilhas que compõem a parte insular de Belém/PA. O estudo buscou "[...] analisar os saberes que emergem e são vivenciados pela criança ribeirinha a partir da sua relação com a natureza, ou seja, com seu meio circundante [...]" (CARVALHO, 2010, p. 33).

Os lugares do brincar possibilitam que as crianças se encontrem com a história humana, com a cultura cabocla[187], com a sua própria história e as particularidades do ser humano (LOPES, 2009). Gabriel, de 10 anos, escreveu um bilhete relatando a sua vivência lúdica na Vila, cuja narrativa mostra que "a imbricação do cotidiano ribeirinho e as relações com a natureza estão presentes na formação e no desenvolvimento sociocultural das crianças em várias dimensões [...]" (POJO; VILHENA, 2013, p. 142). Observemos na sequência o bilhete de Gabriel:

Figura 8- Bilhete de uma criança sobre o brincar.



Fonte: Pesquisa de campo (2016) - Gabriel 10 anos.

No discurso de Gabriel podemos notar que ele fornece elementos argumentativos específicos (ORLANDI; GUIMARÃES; TARALLO, 1989) sobre ser criança – diversão – brincar/brincadeiras. A primeira coisa a ser ressaltada é que a narrativa inicia com o uso do termo *é bom* com o sentido de contíguo de prazer (sensação ou emoção agradável). Em seguida emprega o *a gente*, com a função de *nós*, assim Gabriel fala de um lugar em que as crianças (a gente) brincam, há jogos e brincadeiras (vôlei, peteca, tirar manga, caju, açaí e café) nesse espaço geográfico. Na continuação utiliza-se de um termo pessoal, *e gosto,* significando o *eu* que reflete o sentimento de realizar algo que lhe dá prazer.

[187] Termo emprestado de Loureiro (2000b, p. 37), a cultura cabocla "[...] é dominante no sentido de pertencer à camada social que abrange a maior parte da população, mas é também marginal, na medida que é rejeitada ou não reconhecida pelos poderes instituídos e geralmente ignorada pelas políticas públicas".

A brincadeira é uma manifestação cultural realizada por um coletivo de crianças, que a descobre como uma vivência “[...] criada, inventada, iniciada, continuada e terminada pelas crianças que brincam [...]” (ARENHART, 2016, p.145). Embora tenham regras e valores sociais estabelecidos nos quais elas se baseiam, as brincadeiras, se tornam como que subordinadas a elas. Sem um script previsto, sem saber quando encerrar, as crianças passeiam por personagens e ações, (re)criam regras que se estruturam e se organizam conforme seus interesses e desenvolvimento da brincadeira. É certo que ao mesmo tempo conduzem e se deixam envolver-se por elas, numa vivência marcada pela ludicidade (ARENHART, 2016).

Carvalho e Pontes (2003, p. 15) destacam que as “[...] brincadeiras são como rituais que se transmitem, repetidos ou recriados, em ambientes socioculturais distintos.” Apoiadas nessa ideia, trazemos os lugares do brincar em que as práticas culturais lúdicas emergiram com nomes variados: macaca, banho no rio, pira, bola, peteca, espoca buçu..., o que significa, ao mesmo tempo, a universalidade e a particularidade das brincadeiras fazendo parte da cultura de uma sociedade, destacando que

> Um dos fatores que permitem à brincadeira ser manifestação do protagonismo infantil e produção de cultura de pares relaciona-se a sua própria natureza, isto é, de constituir-se num espaço aberto, sem pré-definição, possível pela vontade e ação dos sujeitos que brincam e pela mediação de regras [...] (ARENHART, 2016, p. 144).

Nessa continuação de pensamento, ponderamos então que as brincadeiras são produzidas e compartilhadas através de interações presenciais (CORSARO, 2011), ou seja, na dinâmica da vida cotidiana das crianças ribeirinhas.

A ponte é a construção de maior importância para a comunidade; provavelmente ela existe desde que a Vila começou a se estruturar, ainda no século XIX; registros fotográficos dão conta que na primeira metade do século XX ela já fazia parte do cenário do Piriá. É a via principal da comunidade, através da qual as pessoas se movimentam. É o local onde quase tudo acontece, do desfile de 7 de setembro aos encontros e despedidas. O comércio se estende nas suas laterais, e os trapiches estão todos ligados a ela. Ela recebe centenas de famílias que chegam para votar nas eleições; leva e traz às festas, às igrejas, às escolas, ao posto de saúde, à casa de farinha e às serrarias, à pescaria, à caçada, ao barco; é também a

via da última caminhada, até o cemitério.

Ela é um lugar simbólico, o ambiente por excelência do brincar das crianças. Nela a macaca, a pira e a pipa foram as brincadeiras observadas com mais frequência e com as regras sendo adaptadas ao movimento da natureza. Nos dias de chuva e maré alta só a pira tinha vez, isso porque com o chão da ponte molhado e com alguns trechos tomados pela água, o desenho da macaca no chão não aparecia, a chuva também não deixava que a pipa fosse empinada.

Embora as brincadeiras citadas tenham origens antigas[188], elas foram se modificando, incorporando elementos culturais das sociedades em que foram introduzidas. Deste modo, observamos que as formas de brincar no Piriá possuem características que foram se adaptando ao espaço e à cultura amazônica-marajoara; em algumas delas aparece a separação de gênero (macaca exclusiva de meninas, já a pipa exclusiva de meninos); são realizadas em grupos e com crianças de uma mesma faixa etária. (ANDRADE, 2013; CARVALHO et al. 2003; FRIEDMANN (2004).

Na macaca, não tem número exato de participantes, mas para começar a brincadeira é necessário o mínimo de dois; os pares das meninas geralmente são, primeiramente, os parentes (irmãs, primas, sobrinhas) e vizinhas que moram ao lado ou em frente; as meninas brincam na ponte o mais próximo das suas casas; o chinelo de plástico/borracha substitui a pedra, pois se cair na água não afunda e é mais fácil de apanhá-lo de volta. Cada criança traz seu chinelo, que não pode ser igual ao do outro, para que não haja troca das *“pedras”; c*omo é realizado num lugar de passagem constante é necessário parar a brincadeira quando alguém se aproxima, e, nesse caso, quem está na vez inicia a brincadeira novamente; o traçado no chão é feito com giz ou carvão, e a cada organização da brincadeira, uma criança fica responsável por trazer o material.

A pipa é feita com saco plástico, para não estragar caso toque na água; pode ser empinada por mais de uma criança, cada uma ficando com ela durante um tempo determinado pelo grupo; não tem número exato de participantes, pode iniciar com apenas um sujeito; os pares dos meninos são os parentes, amigos da vizinhança e da escola; brincam em qualquer parte da ponte.

[188]A macaca se reporta a expansão do Império Romano, trazida ao Brasil, provavelmente pelos portugueses, é uma das versões mais aceitas; a pira teve origem no Brasil com os índios e com a caça aos escravos e a pipa de raiz oriental, chegou ao Brasil ainda no século XVI trazida também pelos colonizadores portugueses.

A pira tem muitas variações: pira-alta, pira-pega, pira-doido e pira esconde-cola; um acordo feito entre os participantes antes do início da brincadeira define qual tipo de pira será brincado, regras a serem obedecidas, em qual parte da ponte ocorrerá e quem será a “mãe”. Uma brincadeira de meninos e meninas, a pira acontece no sol, na chuva, em qualquer horário do dia. A iluminação pública inadequada e a presença de trechos danificados na ponte são fatores que inibem a realização da brincadeira no período noturno.

As imagens a seguir mostram momentos das brincadeiras sendo vivenciadas na ponte pelas crianças.

Imagem 42 - Crianças brincando de macaca, pira e pipa na ponte principal da comunidade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016/2017).

Sendo a ponte um lugar do brincar, em especial da macaca, da pira e da pipa, um dos aspectos a ser considerado é que essas brincadeiras foram observadas em outros lugares da Vila em outros momentos, porém acabavam sendo puxadas pelas crianças para a ponte, como observado no fragmento de nosso registro de campo a seguir.

> Registro de Campo (29/04/2016).
>
> Lá na ponte que é legal de brincá.
>
> [...]
> No campinho em frente à EMEF Maria das Dores, 5 crianças, entre 6 e 8 anos aproximadamente, brincavam de pira-pega, previamente escolhida por eles, sendo também definidas as regras e a “mãe”. Como o espaço é limitado, rapidamente as desistências começaram, até que o pegador perguntou o porquê delas não quererem mais brincar, ao que um dos integrantes responde: *“aqui num tem graça, num dá nem pra corrê, num dá pra dá guiza, a gente é colado logo. Se fô na ponte eu vou, se não, não quero mais”*. Outro dos participantes complementa: “*na ponte que é legal de brincá, é* ***pai-d’égua*** *lá, a gente sempre brinca lá”*. Então o pegador decide: *“tá bom, bora pra ponte, mas lá de perto da creche, por causa do trapiche.*
> [...].

Mesmo quando as brincadeiras começavam em outro lugar, que não o de costume, as crianças propunham o retorno ao lugar de origem - a ponte – alegando falta de espaço, recorrendo a vários argumentos para voltarem àquele lugar do brincar. As crianças têm um poder de arguição e conseguiam negociar e redefinir (FIANS, 2015) as situações que porventura não atendessem suas expectativas.

Quando as crianças se referem à ponte como o lugar do brincar, entendemos que os trapiches também compõem esse cenário, na medida em que estão no mesmo nível da ponte, tornando-se uma extensão desta e ampliando o ambiente da brincadeira, como no caso da pira e da pipa, por exemplo, em que os trapiches foram utilizados como área de circulação das crianças na hora da brincadeira.

Um aspecto importante das vivências das crianças, especificamente nos trapiches, centra-se nas narrativas orais, pois é nesse lugar do brincar que ouvimos histórias, *causos* e as narrativas fantásticas. Há inúmeros trapiches ao longo do rio, funcionando como "[...] lugar de encontro onde são resolvidos, ou não, os negócios: a transação comercial, a encomenda que vai para outro destino, o embarque para cuidar da saúde, entre outras situações [...] (POJO; VILHENA, 2013, p.138).

Apesar de serem unidades particulares, os trapiches são utilizados para várias atividades pela comunidade em geral: atracação de embarcações, embarque e desembarque de pessoas e cargas, tomar banho, apanhar água, lavar roupa, dentre outras. Talvez por ser sempre amplo, o que facilita o movimento corporal das crianças quando estão falando, se constitui em um lugar privilegiado para elas, que ali correm, sentam, deitam, para ouvir e contar histórias.

Outro lugar do brincar é o rio Piriá, que no dizer dos moradores *"ele banha a Vila"*, que foi estruturada as suas margens. Na Amazônia, a superioridade da água não pode ser negada, pois ela "faz parte da paisagem natural, da vida e das características da região, que é entrecortada por grandes e pequenos rios, furos, lagos e inúmeros igarapés" (RIBEIRO, 2007, p. 111).

O rio Piriá tem um cenário convidativo para as brincadeiras, é largo, com muita correnteza, com botos sempre por perto, que de vez em quando boiam, dando o ar da sua graça. É a "rua" por onde as embarcações trafegam diariamente, carregando a vida ribeirinha num vai e vem incessante (LIMA, 2013).

Nesse lugar as vivências lúdicas estão ligadas às atividades do banho no rio e à brincadeira do espoca buçu. Na realização dessas brincadeiras há uma integração com o ambiente da água; a criança percebe a limitação do corpo diante das

adversidades do rio, desenvolve habilidades e potencialidades e conhece e ressignifica as técnicas de pescar, de navegação e de conhecimento sobre as marés, por exemplo.

A relação estabelecida com a natureza mostra que o sujeito-criança ribeirinho, acostumado desde cedo com o rio, encontra-se seguro neste ambiente, seja nadando, pescando, brincando, ou seja, sente-se seguro desenvolvendo suas práticas culturais.

Desde a mais tenra idade as crianças, numa prática diária, são levadas pelos pais ou responsáveis ao rio, e seguras nos troncos, são mergulhadas diretamente nas águas barrentas dos rios da Amazônia. Essa prática de banhar-se no rio se torna intensa, e à medida que as crianças crescem começam a ter certa autonomia de vivência nas águas, indo banhar-se sozinhas ou com seus pares, sem a interferência dos adultos, chegando ao número de 4 a 6 banhos por dia. Coelho, Santos e Silva (2015) nos esclarecem que

> [...] partes significativas das crianças ribeirinhas, aproximadamente dos três aos cinco anos de idade, dominam habilidades necessárias do ato de nadar e adquirem habilidades para andar em cima de troncos flutuantes, como o de buriti, sustentando-se em troncos de árvores, no próprio casco, sobre as costas de outras pessoas, ficando de pé nas partes mais rasas do rio até conseguir a habilidade necessária para nadar sozinhas (COELHO; SANTOS; SILVA, 2015, p. 65)

Banhar-se no rio, embora seja uma prática cotidiana, vai sendo apropriada pelas crianças gradativamente, com o contato diário, várias vezes ao dia. Esse contato com o rio permite a expansão corporal, possibilitando à criança o exercício da ludicidade, momento em que elas fazem acrobacias no rio, porfiam para ver quem chega primeiro a um determinado ponto, brincam de pira pega e cola, flutuam em tronco de árvores, enfim, brincam livremente nas águas. Nessa continuidade as imagens abaixo mostram as crianças vivenciando a natureza, utilizando-se de uma de suas práticas mais corriqueiras, a de banhar-se no rio.

Imagem 43 - A prática cotidiana do banho de rio.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015/2016).

As crianças têm intimidade com o rio, o que possibilita o exercício da ação livre, espontânea, no qual elas se banham e brincam ao mesmo tempo. Tomar banho de rio, além de ser um ato que faz parte da higiene das pessoas, é uma experiência transmitida espontaneamente, acompanhando a dinâmica da vida social, constituindo-se numa prática cultural. No fragmento do nosso registro em vídeo podemos observar a desenvoltura das crianças brincando no rio: Kaline, 4 anos, e Isis, 5 anos.

> Transcrição de vídeo (23/01/2016).
>
> O banho.
>
> Kaline: Gosto de tomá banho na água.
> Isis: Ela toma banho comigo de pega-pega.
> Kaline: Né, Isis, a gente nada muito na água, brinca de pira pega, a gente pula lá de cima da rampa, né, Isis? De cima do trapiche.

Nas conversas informais observamos o fascínio que a garotada tem pelo rio Piriá, vivendo como que mundiadas por ele. A qualquer hora do dia há sempre crianças se banhando, pulando, brincando. O rio exerce sobre elas crianças uma espécie de arrebatamento, que mesmo quando não estão nadando, ficar olhando

suas águas já alivia a tristeza de não estar lá dentro. A grandeza, o volume das águas, a correnteza forte, a quantidade de embarcações que o rio leva e traz todos os dias geram nas crianças uma sensação de que ele é onipotente, portanto, a relação que as crianças mantêm com o rio Piriá é de que “Ele é nosso”, “Tá aqui na porta di casa, é a nossa rua”, “Ah! Não tem igual, o rio Piriá é o rio Piriá e ponto” (Registro de campo, 10/09/2015).

Outra brincadeira muito frequente que identificamos na Vila é a espoca buçu, praticada nas partes mais rasas ou nas margens do rio. Embora tenha sido observada de forma rotineira, não encontramos na literatura consultada nenhum registro sobre esta brincadeira.

Imagem 44 - Sementes de buçu e crianças brincando de espoca buçu, às margens do rio.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2017).

Espoca buçu é uma brincadeira que ninguém sabe ao certo como surgiu na localidade, é possível que tenha se originado na própria região em virtude da fartura da semente. Nas conversas informais, somente os moradores homens, na faixa etária de 45 a 75 anos, disseram um dia ter brincado de espoca buçu na infância. Quando perguntadas, as mulheres diziam que não brincavam ou desconheciam a brincadeira, o que nos leva a deduzir que é uma ação lúdica de meninos, vindo de

outras gerações, e se perpetuando até os dias atuais. No Dicionário Online de Português encontramos a etimologia da palavra, que vem do tupi "*mbusú*", ocorrendo também a grafia "bussu", como encontrado em Coelho, Santos e Silva (2015).

De presença praticamente nula na brincadeira atualmente, as meninas, interrogadas se brincavam de espoca buçu, nos disseram que bem pouco, em razão de ser uma brincadeira que envolvia muitos meninos e precisar de força para quebrar o buçu dentro da água, o que tem inibido a participação delas.

A brincadeira se dá com a semente da palmeira conhecida popularmente como buçu ou ubuçu[189], muito comum na região; de formato arredondado, a semente tem internamente a aparência de um pequeno coco. Quando amadurecem, caem na água e ficam boiando, sendo levadas pela correnteza dos rios; com a passagem das embarcações são empurradas para as margens, onde se tornam um alvo para as crianças, que fazem pequenas disputas para ver quem espoca mais buçu.

A brincadeira consiste em espocar as sementes que estão boiando, dentro da água; com três a quatro sementes na mão, cada criança tem a sua vez de atirar uma semente contra a que está na água, a fim de espocá-la. Caso não espoque, passa a vez para o outro; aquele que espocar ganha um ponto e continua jogando. Vence a competição o menino que espocar mais buçu durante as rodadas.

O próximo lugar do brincar eleito pelas crianças é a área em frente da EMEF Maria das Dores Sá. Localizada às margens do rio Piriá, a escola está assentada em cima do antigo cemitério da comunidade. Na frente existe um espaço onde ficavam as sepulturas, o qual foi aterrado com serragem e é chamado carinhosamente pelos meninos de *"campinho da escola*". É nele que, na chegada, na hora do recreio, na saída dos alunos e também no dia a dia as crianças brincam de peteca e bola, também sendo utilizado em algumas atividades da escola, como aulas de educação física, ensaios de quadrilha, de boi bumbá e da banda marcial. Por estar à ribeira do rio constantemente é tomado pelas águas, principalmente no período das grandes marés, sendo necessário esperar o rio descer para o espaço ser retomado como o

[189] Palmeira de nome científico Manicaria saccifera, da família botânica Arecaceae, nativa da América tropical, cuja palha é usada para cobrir as casas dos ribeirinhos da Amazônia, seus frutos, contendo de uma a três sementes, são seguros em um cacho e protegidos por uma fibra natural vegetal resistente e flexível, chamada de tururi, muito utilizado no ramo da moda para a produção de acessórios.

do brincar. É um lugar quase sempre ocupado por alguma atividade, com a presença constante das crianças.

Imagem 45 - Atividades da EMEF Maria das Dores Sá realizadas no *campinho*



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

O *campinho da escola* é um lugar estratégico para crianças e jovens brincarem; como a ponte passa na frente, ficam atentos a todo o movimento da Vila: das pessoas, das embarcações, dos pais e responsáveis - quando estão no local sem autorização - que podem vir buscá-los, momento em que podem correr, para não serem apanhados e sofrerem punições. É um local onde crianças levam seus produtos (chop, unha, pastel, picolé, etc.) para serem vendidos, pois há um número considerável de pessoas brincando, assistindo, esperando, o que ajuda nas vendas.

As brincadeiras que mais ocorreram nesse lugar foram bola (jogo de pelada) e peteca. A primeira é uma atividade coletiva de meninos e meninas, podendo ser organizados times somente de meninas, somente de meninos e mistos, sem um número definido de pessoas, apenas a mesma quantidade para cada lado. Na hora da montagem do grupo observa-se um equilíbrio entre os participantes, que vão sendo escolhidos pelos *capitães* de cada time, obedecendo-se a uma ordem de escolha: um jogador com bastante habilidade (jogador forte), outro que jogue razoavelmente (jogador médio) e um jogador que pouco domina a bola (jogador fraco), até que todos sejam escolhidos. Joga-se descalço e assim consideram que exista um comedimento na partida. É jogado descalço, e os alunos da escola são os maiores usuários do *campinho*; caso haja muitas crianças, várias rodadas são organizadas para que todos possam brincar.

É uma brincadeira em que adultos sempre estão por perto, opinando sobre as jogadas e os jogadores, sobretudos os pais, tios e irmãos mais velhos. Ocorre uma grande interação entre as crianças; mesmo quando estão aguardando a vez de entrar no jogo, ajudam os que estão brincando, indo buscar a bola quando cai

distante, emprestando a camisa do time, cumprindo as tarefas de responsabilidade de alguém que esteja jogando, para que ele não saia do jogo. Os amigos acabam fazendo por ele para que continue no jogo, então, vão buscar o irmão mais novo na creche, comprar algo na mercearia ou farmácia que foi solicitado pela mãe, levar um recado ou encomenda a alguém, por exemplo. Sentadas ou em pé na ponte, as crianças estão sempre conversando, rindo, discutindo, encarnando com o outro, enfim, se solidarizam quando o grupo perde e vibram quando ganham, de modo que a interação entre eles é uma constante.

Imagem 46 - Crianças brincando de bola (jogo de pelada) e peteca no *campinho da escola.*



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Nessa continuidade, “[...] as crianças têm em seus próprios pares os sujeitos principais de suas interações, com quem mais intercambiam experiências, saberes, dúvidas, conflitos, histórias, disputas, desejos, planos, segredos [...] (ARENHART, 2016).

A peteca foi mais uma brincadeira presente no “campinho” da escola, as bolinhas de vidro ou de aço promoviam momentos de reflexão, mas hilários também. É uma brincadeira de meninos; a preferência pelo local se dá em virtude de ser encharcado e aterrado com serragem, evitando que a bolinha tome muita velocidade ao ser jogada; quem não tem peteca e quer brincar toma emprestado de quem tem, com o dever de devolver assim que ganhar a primeira partida; caso perca, só terá chance na rodada seguinte se outro jogador emprestar a ele e o pagamento será feito conforme os empréstimos realizados. Quem ganhar e se recusar a pagar é banido da brincadeira.

O único local da Vila em que observamos essa brincadeira se desenvolvendo foi no campinho” da escola, aonde as crianças chegavam e iam ficando por lá como quem não quer nada, com o seu saquinho ou garrafa pet com petecas à mostra,

depois ia chegando mais um, até que o local ficava tomado de brincantes. Bastava um deles jogar a peteca no chão para que rapidamente as duplas e trios fossem organizados, com jogadores de idades variadas, inclusive jovens brincando com crianças pequenas, na variação observada, o triângulo (ANDRADE, 2013).

Vimos crianças de todas as idades aborrecidas e chorando porque haviam perdido suas petecas no jogo, mas os outros corriam e as cercavam, tentando acalmá-las. No final as petecas eram devolvidas ou se fazia uma espécie de coleta e cada jogador doava um pouco das suas para aquele que havia perdido. Não vimos nenhum adulto resolvendo a questão por elas, as próprias crianças tomavam a iniciativa de devolverem as petecas e a brincadeira prosseguia, inclusive com o menino que havia perdido voltando ao jogo.

Localizada na parte de trás da Vila, a quadra de esportes é mais um lugar do brincar para as crianças; ela também é um espaço social: de lazer, local de festas dançantes e festivais, comemorações políticas, torneios esportivos, aulas de educação física dos alunos da EMEF Maria das Dores Sá, apoteose dos desfiles de 7 de Setembro e a festa junina.

A quadra ainda não foi concluída, mas já está sendo usada pela população. Nos finais de semana sempre ocorrem jogos de futebol dos times masculinos e femininos da Vila e das comunidades do entorno. Nesses dias as crianças não têm vez no espaço, elas só conseguem jogar bola se forem cedo, mas quando os adultos chegam elas são impedidas de continuar e são retiradas; caso insistam, a bola é confiscada. A cara de chateação e o mau humor do grupo são visíveis, parecendo que eles querem uma explicação: por que os adultos podem e as crianças não!

Durante os outros dias da semana, nos horários entre 13h e 15h, encontramos algumas crianças jogando bola, num sol muito forte, mas disseram que já estão acostumadas. O jogo é misto, mas a duração de cada partida é em média de 15min, por conta do calor intenso que deixa as crianças esbaforidas.

As crianças organizam a brincadeira de maneira que todos possam brincar e para isso fazem as adaptações necessárias. Se o número de jogadores for pequeno brincam apenas numa parte da quadra e dividem a mesma quantidade de participantes para cada time; caso alguém fique de fora, entra na rodada seguinte. Tem ainda o grupo de apoio, que é responsável em buscar a água para beber, marcar o tempo, montar as tabelas das partidas, e é de onde sai também o juiz da

partida.

Considerada um lugar do brincar pelas crianças, nem sempre a quadra está disponível para elas, pelo que as crianças também elegeram o *campinho da escola* como um local do jogo de bola. Diferente da quadra, ali elas dominam, ou seja, o adulto não tem vez no *campinho*, quem tem o controle do lugar são elas – as crianças.

Temos ainda a estrada Transpiriá como lugar do brincar para os meninos e algumas meninas. Na verdade, ela se torna um lugar do brincar quando as crianças são banidas da quadra, e saem de lá carregando a bola e vão jogar na estrada que passa na lateral da quadra. As crianças organizam os times e jogam ao mesmo tempo em que os adultos jogam na quadra, só encerrando o jogo na Transpiriá quando os adultos encerram na quadra. Criou-se uma espécie de porfia por parte das crianças, que tentam chamar a atenção dos adultos que estão jogando. De vez em quando uma delas chuta a bola para dentro da quadra, outra usa o apito a todo instante, ou ficam gritando *"vai perde o gol, perdeu"*, como forma de atrapalhar o jogo. No entanto, os adultos nem se dão conta do esforço das crianças em mostrar sua indignação ante o fato de terem sido afastadas do lugar do brincar eleito por elas.

Imagem 47- Crianças brincando na estrada Transpiriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2017).

Desse modo, nos apoiamos em Corsaro (2011, p. 129) quando se refere à cultura de pares para a reprodução interpretativa ao analisar que características consideráveis destas "[...] surgem e são desenvolvidas em consequência das tentativas infantis de dar sentido e, em certa medida, a resistir ao mundo adulto".

3.5.6 As vivências culturais presentes nas narrativas fantásticas

Uma forma diferente de inventar o mundo, quando já não se tem possibilidade de entender o campo do possível, se entra, então, no campo do fantástico. Para Camarani (2014)[190]

> A narrativa fantástica caracteriza-se ao mesmo tempo pela aliança e pela oposição que estabelece entre as ordens do real e do sobrenatural, promovendo a ambiguidade, a incerteza no que se refere à manifestação dos fenômenos estranhos, insólitos, mágicos, sobrenaturais (CAMARANI, 2014, p. 7).

A narrativa fantástica é um gênero literário que tem como característica insubstituível a ambiguidade proveniente da hesitação que pode ocorrer através do espanto ou da interrogação, ou da dúvida, ou da incerteza, ou do questionamento dentro do texto literário.

Calvino (2004), baseado nos estudos de Todorov, assinala que o *fantástico* é uma hesitação diante de um fato inverossímil, uma perplexidade entre uma aclaração racional e realista e a deferência do sobrenatural.

Camarani (2014) destaca que vários estudos teóricos apontam flutuação sobre o que se considera de fato uma narrativa fantástica no sentido rigoroso do termo, ou seja, uma modalidade literária com uma definição clara. Talvez essa oscilação se dê por conta de outras modalidades que possuem traços comuns que demandam em sua constituição duas conformações discursivas diversas: a realista e a não realista, e nesse contexto o sobrenatural ou insólito se traduz. As modalidades a que se refere Camarani são: narrativa fantástica, romance gótico e o realismo mágico. As narrativas fantásticas, como já observamos, se diferenciam no mesmo conjunto pela união e pela aversão que mantêm ao real e ao sobrenatural, causando ambiguidade, dúvida quanto à manifestação dos fenômenos (estranhos, insólitos, mágicos, sobrenaturais). Em relação às outras duas modalidades, assevera:

---

[190] Camarani (2014, p. 194), em seus estudos sobre a literatura fantástica, define que “a lógica narrativa é imprescindível enquanto empreendimento de sedução; a coerência interna do texto é responsável por despertar os sentimentos do leitor: medo, surpresa, angústia, enfim, a inquietante estranheza; a obra é, ao mesmo tempo, o corpo material, o complexo de procedimentos utilizados pelo autor seguindo uma lógica interna e o conjunto de reflexões e sentimentos que busca suscitar na consciência do leitor”.

> No romance gótico, esses elementos são explícitos, logo, a incerteza não se manifesta, embora a contradição entre as duas configurações discursivas permaneça. O realismo mágico, por sua vez, mantém a mesma conformação binária, mas elimina a contradição entre o real e o sobrenatural ou insólito: há a naturalização do sobrenatural ou a sobrenaturalização do real, ou ainda o chamado realismo maravilhoso centrado nas crenças étnicas (CAMARANI, 2014, p. 8).

Dentre as modalidades apresentadas pela autora, a narrativa fantástica é a que de fato contém elementos que causam aversão entre o real e o sobrenatural e suscita a dúvida durante toda a narrativa, o que é a sua essência.

A instabilidade, continua ela, coopera para que no século XX o desenvolvimento do fantástico tenha nomes e definições que comprometem, de certa forma, sua compreensão; é chamado de fantástico atual, contemporâneo ou neofantástico.

Nesta continuidade, os textos produzidos a partir dos séculos XVIII e XIX foram chamados de fantástico tradicional, termo que continuou sendo usado por alguns escritores no século XX, embora tenham se consolidado como neofantástico os textos que distinguem a mudança do fantástico no século XX (ALAZRAKI, 2001).

No Brasil, ainda no século XIX, alguns escritores iniciaram a experiência desse gênero literário, como Álvares de Azevedo[191] e Machado de Assis[192], mas no século XX o gênero passa por uma nova conceptualização a partir do movimento Modernista, sendo então considerado uma concepção do fantástico contemporâneo, tendo como principais representantes Murilo Rubião[193], J.J. Veiga[194] e Péricles

[191] O autor escreveu uma coletânea chamada *Noite na Taverna* (1855) em que os personagens se reúnem para narrarem histórias de mortes e assuntos afins criados a partir de suas imaginações; os narradores encontram-se em total embriaguez, produzindo histórias fantásticas e alucinantes. São histórias de deixar qualquer um com os cabelos arrepiados (NIELS, 2014).

[192] "Jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, sua obra abrange, praticamente, todos os gêneros literários. A partir de 1878 entrou na grande fase das obras-primas, que fogem a qualquer denominação de escola literária e que o tornaram o escritor maior das letras brasileiras e um dos maiores autores da literatura de língua portuguesa. Em 1881 publica *Memórias póstumas de Brás Cubas*, considerado uma obra do gênero fantástico, narrado em primeira pessoa por um personagem já morto; ele começa descrevendo seus últimos dias de vida e depois volta para seu nascimento e infância" (ACADEMIA BRASILEIRA, 2018).

[193] Considerado o primeiro contista do gênero fantástico na literatura brasileira. Sua obra, com a primeira publicação em 1947 de *O Ex-Mágico*, permaneceu desconhecida por algumas décadas, mas ganhou reconhecimento com o lançamento de *O Pirotécnico Zacarias* (1974). O modo como emprega o fantástico em seus contos causa espanto nos leitores, contudo o mais impressionante é a forma como os fenômenos sobrenaturais são aceitos no decorrer da leitura como se fossem reais. Em seus contos, a personagem e o leitor experimentam a mesma curiosidade face aos fatos insólitos (SILVA; LOURENÇO, 2010).

[194] "A alegoria caracteriza seus contos, o universo revela-se, mais comumente, no espaço regional; o insólito flui da natureza, do contato do espírito humano com a terra, a água e o ar. Em Veiga, predominam as pequenas cidades; o fantástico surge do cotidiano e dos assuntos do homem da terra, do campo. Os seus fantasmas são fornecidos pelo real, pelo folclore nacional, pelas crenças

Prade[195] (SANTOS, 2006).

Todorov (2017), filósofo e linguista, em seu ensaio Introdução à Literatura Fantástica assevera que a narrativa fantástica é um tipo ficcional, embora os acontecimentos que ocorrem no desenrolar da narrativa pareçam ser sobrenaturais, elas se mantêm numa hesitação entre dar uma explicação natural ou uma sobrenatural para uma situação narrada, sendo que a decisão sobre qual das duas irá se valer depende de quem o percebe – personagem ou leitor (NIELS, 2014). Incorporar o mundo mágico à realidade é o que move esse tipo de narrativa, que se preocupa em mostrar elementos irreais como que fazendo parte dos hábitos do dia a dia das pessoas, também os elementos mágicos que aparecem nas narrativas não precisam ser explicados. A hesitação é o que define a modalidade, porém é necessário que a dúvida permaneça até o fim da narrativa.

A partir da compreensão de que a narrativa fantástica diz muito do indivíduo, do seu interior e da maneira como o coletivo organiza e interpreta os símbolos que estão presentes no seu cotidiano (CALVINO, 2004), além de trazer como questão básica a realidade do mundo no qual estão inseridos, é que lançamos mão deste gênero para compreender os discursos que emergem nas narrativas fantásticas das crianças da Vila do Piriá. As narrativas contadas por elas mostram todo o processo de criação, estruturação e incorporação dos acontecimentos do mundo sobrenatural, mas que se encontram na interseção do real e do imaginário dos ribeirinhos.

Nessa continuidade, Held (1980) afirma que é possível que tenha um fantástico próprio para a infância, compreendendo não como algo artificial, produzido para a infância, mas uma natureza de fantástico em que a criança ache o seu bem. Para que isso ocorra, a expansão desse campo é o caminho para "[...] que às afinidades que unem o "fantástico" ao 'maravilhoso", ao "feérico" ou ao "estranho", e que tenta não restringir, mas, pelo contrário, ampliar o campo do fantástico" (HELD, 1980, p. 23).

---

populares, já que as suas personagens são construídas de gente simples e humilde do interior do Brasil, o fantástico de Veiga não apresenta fadas, fantasmas ou demônios; o que se revela é uma trama de situações dolorosas que conduz ao absurdo. A atmosfera que paira nos contos de Veiga é de opressão e desespero, fruto de uma tensão desencadeada pela alegoria que denuncia a violência física ou moral" (SANTOS, 2006, p. 2).

[195] "Escritor pouco conhecido nas letras brasileiras. Dedicou-se também à poesia e ao ensaio. É o autor de duas obras que se situam no terreno do fantástico: *Os milagres do Cão Jerônimo* (1971) e *Alçapão para Gigantes* (1980). O mundo fantástico construído por Péricles infiltra-se no cotidiano, transformando-o numa sobre-realidade; a consequência dessa intromissão é uma narrativa que desconcerta e destrói qualquer pretensão de manter o mundo intacto e equilibrado" (SANTOS, 2006, p. 3).

Na Amazônia as vivências das crianças são encharcadas de histórias, *causos*, lendas, e nelas estão as criaturas estranhas, insólitas, mágicas e sobrenaturais, destacados por Camarani (2014), aparecendo como seres mitológicos, mitos ou míticos (ELIADE, 2006), seres encantados, encantarias, imaginário (LOUREIRO, 2000a, 2000b, 2007), seres fantásticos (CAMARANI, 2014; NIELS, 2014; SANTOS, 2006) que "[...] constituem pistas, mensagens que dizem respeito ao universo interior [...]" (FREIDMANN, 2013, p. 90) delas (CALVINO, 2004). Nessa pesquisa, os termos utilizados pelos autores nos serviram para ampliar a discussão das narrativas fantásticas, pois, à medida que nos valemos das contribuições conceituais de cada um deles foi possível percebê-los nos discursos de nossos interlocutores.

As vivências culturais que passam de uma geração a outra, através da oralidade, têm sido um dos caminhos pelos quais crianças ribeirinhas têm guardado na memória um vasto repertório de histórias, que constituem "[...] os saberes das culturas seculares dos povos das florestas [...]" (POJO; VILHENA, 2013, p. 141) e que tem sido ressignificados por elas, além do que produzem novos repertórios.

As narrativas fantásticas dos pequenos amazônidas desempenham um papel importantíssimo na produção cultural desse espaço geográfico, como "[...] processos sociais que estruturam e são estruturados pelas crianças enquanto actores nas acções sociais que desenvolvem no contexto coletivo" (FERREIRA, 2004, p. 65). Falando de encantarias, de mítico, suas falas traduzem a cultura do lugar; "[...] essas são as histórias que elas conhecem e fazem parte do seu cotidiano" (LOPES Adrea, 2012, p. 131).

Nissel (2000, p. 391), referindo-se à obra do professor e poeta Paes Loureiro, que trata da cultura amazônica, diz que ela "[...] está impregnada de uma fusão da realidade com a imaginação, do real com o surreal, do natural com o sobrenatural [...]", o que nos leva a refletir que num espaço com tantos fenômenos, como o amazônico, persistem as dúvidas entre o real e o sobrenatural.

No século XXI os avanços tecnológicos chegam às mais diversas comunidades da Amazônia, trazendo avanços significativos para a Vila do Piriá; mas ao mesmo tempo têm provocado mudanças acentuadas nos modos de vida da população. Ainda nos foi possível registrar as brincadeiras nos ambientes naturais, uma linguagem (corporal e oral) própria daquele espaço, um ritmo de vida bem

menos acelerado em relação aos centros urbanos, uma alimentação não tão natural, mas que preserva o alimento principal dos ribeirinhos – o açaí. Apesar destas constatações também foi possível perceber que os hábitos e costumes estão se alterando, as narrativas que tinham apenas o cenário amazônico como indutor do estranhamento e que possibilitava que os seres encantados (LOUREIRO, 2007, 2000b) emergissem das águas, matas ou que fossem trazidos pelos ventos e lua cheia, recebem novos elementos.

Gonçalves (2012), quando se refere à Amazônia, diz que ela é pura diversidade, na sua extensão territorial existem muitas Amazônias, povos, espécies que existem num lugar podem não existir em outro, culturas, modos de vida, rios, matas, campos, várzea, enfim, o que abre espaço para uma variedade de seres encantados, alguns deles adaptados à realidade local, e que foram objeto das narrativas das crianças da Vila do Piriá, portanto, mereceram destaque em nossa análise.

Das narrativas fantásticas que emergiram na pesquisa de campo, contadas mais de uma vez pelas crianças, apareceram: as sereias do Piriá, o jacaré grande do Piriá e a cobra grande do Piriá.

A que abre as narrativas fantásticas vem do meio das águas, é o mundo das sereias. Ao longo da história foram definidas, sob a influência de vários povos como os egípcios, os gregos, os romanos e nórdicos como “monstros do mar”, “alma do morto que perdeu o seu destino e se transformou em vampiro devorador”, também foram consideradas “divindades do além que encantavam com harmonia de sua música os bem-aventurados que haviam alcançado as ilhas afortunadas”, “[...] mas, na imaginação tradicional, o que prevaleceu foi o simbolismo da sedução mortal” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016, p. 814).

As sereias da Vila do Piriá apareceram em dois contextos histórico-culturais: o primeiro advém dos relatos escritos de viagens dos conquistadores[196] que passaram pela região no período das grandes navegações; segundo Pizarro (2012, p. 34) “a imagem que foi construindo da região passou a ser registrada nos documentos, nos relatórios que produziam os europeus, conforme iam adentrando nela”, ressaltando que nessas narrativas, o discursos dos nativos são omitidos. Somente a partir do século XIX é que as vozes locais começam a ser ouvidas, “[...] que conferem

[196] Pizarro (2012, p. 38) discorre que “[...] primeiro aparecem os “descobridores”, os ocupantes, depois vêm os cientistas viajantes. Entre os primeiros se encontra o discurso missionário [...]”.

pluralidade à imagem [...]" da região (PIZARRO, 2012, p. 34). A autora ainda acrescenta que a Amazônia, antes de ter suas terras ocupadas de fato pelos conquistadores, foi ocupada pela imaginação fantasiosa destes e em seguida pelo imaginário moderno dos naturalistas.

Os relatos dão conta de que a travessia pela região ligava o conhecido e o desconhecido; resistir a tantas lutas num mar carregado de mistérios e de seres encantados, fantasiosos, monstros quem sabe (serpentes marinhas, sereias, lacraias) era o preço a ser pago (PIZARRO, 2012).

Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda, historiador cultural e crítico literário, em suas obras, sobretudo em *Raízes do Brasil* (1936) e *Visão do Paraíso* (1959), destaca que a quantidade de criaturas que desembarcam com os conquistadores é variada:

> Pouco importa se alguma forma descomunal ou contra-feita parece às vezes querer perturbar o espetáculo incomparável. Não serão apenas primores e deleites o que se há de oferecer aqui ao descobridor. Aos poucos, nesse mágico cenário, começa ele a entrever espantos e perigos. Lado a lado com aquela gente suave e sem malícia, povoam-no entidades misteriosas, e certamente nocivas - **cinocéfalos, *monoculi*, homens caudatos, sereias, amazonas** -, que podem enredar em embaraços seu caminho (HOLANDA, 2000, p. 21, grifo nosso).

Muitos foram os poetas, músicos e escritores que escreveram sobre o universo dos encantados ou seres mitológicos. Sobre as sereias, têm origem em vários lugares do mundo e são representadas por figuras femininas de beleza incomparável, sedutoras, cabelos longos, que encantam com suas vozes doces e contagiantes, que atraem os homens do mar para a morte. Presentes nas culturas mais antigas, como as da Mesopotâmia e da Grécia, são fartamente mencionadas na literatura, como na lenda do Odisseu e dos Argonautas, que resistiram ao canto das sereias.

Clemens Bretano (1778-1842) e Heinrich Heine (1797-1856), escritores e romancistas alemães, escreveram no século XIX a história da sereia do Rio Reno, posteriormente contada por Guillaume Apollinaire (1880-1918), italiano que viveu por um ano na Alemanha (SILVA, 2008):

> **LA LORELEY**
>
> Cada ruína, cada castelo e até mesmo alguns acidentes geográficos em torno do Reno são motivo de lendas, que inspiraram os poetas alemães desde tempos remotos. A mais conhecida de todas as lendas do Reno é a

> da Loreley. Num penhasco à margem direita do rio, situado entre as cidades de Sankt Goarshausen e Kaub, morava Loreley, **uma sereia de beleza incomparável e longos cabelos dourados**. Nas noites de lua cheia, Loreley **entoava um irresistível canto que fazia os navegantes esquecerem o leme, num enlevo fatal, que conduzia seus barcos invariavelmente contra as rochas existentes naquele perigoso trecho do rio**. Assim sucedeu também com o filho do conde do Palatinado, Ronald, que apaixonado pelo canto da sereia teve o mesmo fim de outros navegantes. Irado pela morte do filho, o conde enviou tropas ao penhasco, com ordens de aprisionar a sereia e lançá-la do alto do rochedo ao rio, uma queda à qual seria impossível sobreviver. Com grande esforço, os soldados do conde escalaram o penhasco, encontrando a sereia calmamente sentada, penteando os cabelos com um pente dourado. Ao saber das intenções dos soldados, Loreley tomou seu colar de pérolas, lançando-o ao rio. Imediatamente levantou-se de lá uma enorme onda, sobre a qual a sereia baixou lentamente ao leito do Reno. Loreley nunca mais foi vista, **mas seu canto continuou a ser ouvido durante muito tempo, nas noites claras de lua cheia** (SILVA, 2008, grifo nosso)**.**

No Brasil a lenda da sereia foi adaptada a várias regiões, não perdendo sua essência, permanecendo o enredo da história parecido com o de outras regiões do mundo; na Amazônia recebeu elementos bem característicos dos povos indígenas. A seguir uma das versões que encontramos da lenda da sereia, onde a personagem foi batizada com nomes de origem tupi.

> **Iara** ou **Uiara** (do tupi **'y-îara** “senhora das águas”) ou **Mãe-d'água**, segundo o folclore brasileiro, é uma linda sereia que vive no rio Amazonas, sua pele é morena, possui cabelos longos, negros e olhos castanhos. A palavra Iara é de origem indígena. Yara significa “aquela que mora na água”. De acordo com a lenda, Iara era uma índia guerreira, a melhor de sua tribo e recebia muitos elogios do seu pai que era pajé. Os irmãos de Iara tinham muita inveja dela e resolveram matá-la à noite enquanto dormia. Iara que possuía ouvidos muito aguçados, os escutou e os matou. Entretanto, com medo da reação de seu pai, Iara fugiu. Seu pai, o pajé da tribo, realizou uma busca implacável e conseguiu encontrá-la, como forma de punição pelas mortes a jogou no encontro dos Rios Negro e Solimões, alguns peixes levaram a moça até a superfície e a transformaram em uma linda sereia (LENDAS..., 2018).

Na região os seres encantados sempre estão nas narrativas da população de todas as idades. As mulheres mais velhas da comunidade do Piriá (entre 60 e 72 anos) contam da mãe-d’água que cantava e encantava os homens que navegavam pelos rios da Amazônia; que na noite de lua cheia os homens se recolhiam cedo para não serem tentados pelo seu canto. Em conversa informal no pé da ponte comentaram que quando eram meninas ouviam muitas histórias de mãe-d’água, boto, cobra grande e visagens, afirmando ainda que tais seres existiam mesmo. As moças temiam o boto com medo de emprenharem dele; muitos homens perderam a

vida porque foram atrás da mãe-d'água.

Assim, as narrativas fantásticas contam uma história que só nos interessa porque nos ensina sobre a vida de um grupo social, de um povo (HELD, 1980) – as sereias - numa versão em que elas não saem do rio em noite de lua cheia como se fossem uma encantaria do além, mas elas entram e saem a qualquer hora e momento do rio, isso porque as meninas do Piriá se transformaram nas próprias sereias.

O segundo contexto histórico-cultural das sereias do Piriá vem de uma tradição recente, pelo menos no formato dado pelas meninas. Nas análises das informações das crianças e unidade doméstica, surge com o advento da energia elétrica chegando a Vila por meio do Programa Luz para Todos [197]. Embora concluído entre o final de 2012 e início de 2013, devido a problemas técnico-operacionais o linhão só entrou em operação em janeiro de 2014 (RIBEIRO, 2018), levando energia para 535 domicílios e atendendo 2.580 pessoas do Ramal Transpiriá e Vila do Piriá (BRASIL, 2018) nessa primeira etapa, sendo estendido posteriormente para toda a comunidade.

Com a energia elétrica também chegam as antenas parabólicas, os celulares em suas versões cada vez mais atuais, e a televisão, a tecnologia mais comum e que existem em quase todas as residências. Os canais que chegam até a Vila são os da TV aberta (via satélite), permitindo às crianças assistirem aos programas infantis, desenhos, filmes, novelas e minisséries, principalmente as de cunho religioso. Assistir aos desenhos foi apontado pelas crianças como um passatempo

[197] "Em novembro de 2003 foi lançado, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003 o Programa Luz para Todos com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com a meta de levar o acesso a energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais. O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso a energia estão majoritariamente nas localidades de menor índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% delas têm renda inferior a três salários-mínimos. Com a publicação Censo de 2010 do IBGE veio a informação de que ainda existia na zona rural brasileira **715.939 famílias** sem energia o que levou a uma reformatação do Programa, estendendo a sua atuação até dezembro de 2014. Mesmo tendo superado em mais de 60% a meta inicial do Programa, com 3,2 milhões de residências atendidas, ainda faltava muita gente, principalmente as famílias que habitavam as áreas mais isoladas do Brasil. Assim foi editado um novo Decreto, o Nº 8.387 em 30 de dezembro de 2014, prorrogando mais uma vez o Programa para possibilitar o atendimento a 207 mil famílias, 30 mil localizadas em regiões isoladas. Das ligações previstas para serem realizadas até 2018, 78 mil serão atendidas em 2015. Continuam prioritários os atendimentos a escolas rurais, às populações localizadas em áreas da extrema pobreza, quilombolas, indígenas, assentamentos, ribeirinhos, pequenos agricultores, famílias em reservas extrativistas e as afetadas por empreendimentos do Setor Elétrico, além de poços de água comunitários" (BRASIL, 2018).

quando não estão no rio, escola, igreja ou brincando nos lugares do brincar.

Essas informações colhidas no nosso vai e vem na Vila, nas conversas informais e juntadas às nossas observações, contribuíram para que chegássemos à conclusão que só era interessante assistir à televisão quando estavam sendo exibidos os desenhos. Deste modo, as meninas nos disseram que o filme/desenho [198] *A Pequena Sereia*, reprisada por uma emissora, inspirou a brincadeira na Vila do Piriá. Buscamos nessa análise mostrar como as meninas, através das narrativas fantásticas, fazem a transposição de um desenho animado, a história de uma menina adolescente que busca sua identidade, contrariando as ordens do pai (o adulto) tentando encontrar respostas as suas indagações sobre a vida, sobre as pessoas, sobre o mundo, para um universo real/sobrenatural da realidade Amazônica do século XXI, as sereias do Piriá.

O nome *Ariel* da personagem principal do filme/desenho é o que todas querem ter, porém, uma delas já havia tomado para si; este nome, portanto, não tinha como ser de outra pessoa, a não ser que a "dona" do nome desse a outra menina. A história de Ariel, contada no filme *A Pequena Sereia*, produção da Walt Disney, diz que:

> **Sinopse do filme "A Pequena Sereia"**
> Ariel é a filha caçula do Rei Tritão, comandante dos sete mares, que está insatisfeita com sua vida. Ela deseja caminhar entre os humanos para conhecê-los melhor, mas sempre é proibida por seu pai, que considera os humanos como sendo "bárbaros comedores de peixe". Até que ela se apaixona por um jovem príncipe e, no intuito de conhecê-lo, resolve firmar um pacto com Úrsula, a bruxa do reino, que faz com que ela ganhe pernas e se torne uma verdadeira humana. Porém, Úrsula também tem seus planos e eles incluem a conquista do reino de Tritão (ADORO..., 2018).

Observamos que quando as meninas utilizam uma ficção literária (conto que se transformou em filme) e a partir daí utilizam como indutor para a construção consciente e desejada de sua própria criatividade, passando a dar um significado a partir de sua cultura, esses elementos alimentam e produzem as narrativas fantásticas (HELD, 1980). É importante ressaltar que nessa configuração as meninas não utilizam os termos "iara" ou "mãe d'água", comuns na região amazônica, para identificar a rainha das águas, embora tenhamos ouvido das

[198] Algumas chamam de filme, pois de fato existe e já tinha passado na TV, outras chamam de desenho, pois havia uma série em que os episódios passavam na TV todas as manhãs. Consideramos assim os dois termos.

mulheres mais velhas referência a estes termos quando se referem aos encantados de seu tempo de crianças na Vila do Piriá.

Só meninas podem ser sereias, elas têm vários nomes, cada menina se autobatiza com um: “Sereia Bela”, “Sereia Ariel”, “Sereia Flor”, “Sereia Lua”, “Sereia Natureza...”, são muitas as sereias do Piriá. Ao entrarem no rio soltam os cabelos, abrem os braços e cruzam as pernas; mergulham e apenas as pernas cruzadas, como se fossem a cauda das sereias, ficam de fora. Fazem acrobacias, uma tentando fazer diferente da outra. As sereias geralmente possuem cabelos longos, uma das suas marcas estéticas, estão sempre sorrindo e com o olhar fixo em alguém que esteja por perto, como se estivesse encantando ou mundiando a pessoa. Quando as meninas encarnam a sereia a postura física se modifica, ficam eretas, os cabelos são tocados (mexidos) a todo instante de um lado para o outro, a expressão facial infantil dá lugar a uma expressão mais sensual, como se fossem adultas. As imagens a seguir mostram as meninas, incorporando as sereias, primeiramente na ponte, exibindo as técnicas corporais (MAUSS, 2017) para o encanto de quem passa, e depois na água, se movimentando com toda a habilidade no rio com correntezas fortíssimas.

Imagem 48 - As meninas-sereias do Piriá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015/2017).

Analisando as imagens das meninas incorporando as sereias, retomamos Chevalier e Gheerbrant (2016, p. 814) os quais admitem que “[...] elas seduziam os navegadores pela beleza de seu rosto e pela melodia de seu canto para em seguida, arrastá-los para o mar e devorá-los”. Deste modo, fazemos relação com a forma com que elas agem quando estão na condição de sereias, morando às margens de um rio potente, com um fluxo de pessoas e embarcações subindo e descendo constantemente, submergem às águas buscando impressionar quem as observa;

embora não cantem, emitem um som como de um assovio meloso, que só é anunciado quando estão dentro do rio. Assim como cada sereia tem um nome, elas também criam um som característico para identificar cada uma.

Mas o que fazem as sereias? Os relatos dão conta de que, além do poder de encantar, elas também têm outras preocupações. Vejamos o que nos dizem as meninas a respeito das sereias:

Registro de campo (05/01/2016).

Assim são elas, as sereias.

Figura 9 - Representação da sereia do Piriá



Alana – 11 anos (2015).
Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Observando um grupo de meninas no trapiche da Igreja Assembleia de Deus, logo de manhã (Isabele, Bia, Roberta, Alana e Manuela), resolvemos ficar distantes, olhando seus modos de se mostrarem entre elas, passando a mão no cabelo, movimentando o corpo, fazendo caras e bocas e rindo muito. Decidimos, então, nos aproximar, e elas foram logo dizendo: *"bate foto das sereias"*. Rapidamente pegamos a máquina e começamos a fotografá-las; elas mesmas se arrumavam, colocavam os cabelos para frente, para o lado, a mão na cintura.... Depois ficamos ouvindo o que falavam sobre ser uma sereia: *"Sê sereia não é fácil, tem que sê bunita, tê cabelo longo e cuidá dele e nadá muito bem, porque ela encanta, então não pode sê feia, se não ninguém vai querê olhá" (Roberta). "A sereia não é muito do bem, ela mundia e mata" (Isabele). "Tem muito monstro, gente rúim, e a sereia luta com ele" (Roberta). "A gente coloca o cabelo assim* (para frente ou para o lado) *para fazê bunito e olhá direto no olho de quem nós vai encantá" (Bia). "Quando a gente pisa n'água, o rabo da sereia já vai dizendo quem é que vai pro fundo do rio mundiado" (Roberta). "Olha a minha nova música* (mostra como se estivesse assobiando), *essa que vou cantá, acho mais bonita" (Alana). "Num pode ficá mudando a música, se não confundi" (Manuele).*

Pergunto por que elas resolveram ser sereias, e Alana então responde: "*Nós viu na televisão e a gente faz aqui!". "É, eu vi o filme e a Ariel se apaixona, mas ela sofre muito pra casá com ele, chega a gente chora quando tá vendo o filme" (Bia).*

Continuamos a conversa: *"As avós e mães de vocês disseram que tem sereia no rio, será que tem?" "Acho que sim, mas nós nunca viu" (Roberta). "Pode tê, mas a nossa é mais legal" (Manuele).* Demonstrando surpresa, pergunto*: "Por quê?" "Por que a sereia é a gente, tudo que a outra faz nós faz"(Alana), "Assim! Nós tem o cabelo grande, nós olha dentro do olho e encanta, leva pra água, faz a dança com a cauda e sabe assubiá" (Bia e Roberta).*

> As meninas continuaram incorporando a sereia na beira do trapiche, e Manuela se afasta e fica sozinha sentada sozinha do outro lado. Fomos até lá e iniciamos uma conversa com ela sobre as sereias do Piriá. Numa narrativa singular, diz nossa sereia: *"As sereia é bonita, sabe atraí com seu olhá, com o seu modo, usa um espelho pra sabê que tá sempre bunita e também vê quem tá na sua costa pra não sê atacada. A sereia é muito sabida, escuta muito longe, ninguém conta segredo perto, porque sabe de tudo. Mexe o rabo pra lá e pra cá encantando os menino que passa. Quando tamo de sereia todo mundo tem que vê o nosso jeito, se não, não é sereia se ninguém olhá. É mal porque leva pro fundo do rio para matá, porque é assim a história, se não fô assim não é a história de sereia.*

Analisando as narrativas das meninas inferimos que as crianças nascem arraigadas numa dada cultura, adquirem conhecimentos que fazem parte daquele grupo social, no entanto, da mesma maneira que sofrem influências, elas também influenciam a cultura do seu lugar (FRIEDMANN, 2013). A história das sereias do Piriá se configura como uma narrativa fantástica que tem um misto de elementos naturais e sobrenaturais vivenciados coletivamente.

Parte integrante desse mundo fantástico, é muito comum se ouvir que as cidades da Amazônia, por ficarem geralmente às margens de rios, são sustentadas por animais de porte gigantesco, seres imensos que sobrevivem há muitos anos no local, como cobras grandes, por exemplo. Sobre esse aspecto, Loureiro (2007) considera que

> As encantarias amazônicas são uma zona transcendente que existe no fundo dos rios, espécie de olimpo submerso, habitadas pelas divindades encantadas no íntimo de todas as coisas, e que compõem a teogonia amazônica. É dessa dimensão de uma outra realidade que emergem para superfície dos rios e do devaneio os botos, as iaras, a boiúna, a mãe dágua, as melodias sedutoras cantadas por invisíveis sereias, as entidades plásticas do fundo das águas e do tempo [...] (LOUREIRO, 2007, p. 46).

São divindades encantadas que compõem as vivências dos amazônidas, em especial das crianças. Na Vila do Piriá, o animal que mantém a Vila em pé é um enorme jacaré; segundo relato dos nossos sujeitos-crianças, "muita gente já viu" (Pedro Henrique, 8 anos). É tão grande que já virou embarcações de porte considerável, "rabudo então, não tem conta. Quando a água tá grande, não gosto nem de andar muito por aí" (Kailana, 9 anos),"[...] o rio torna-se, portanto, como uma coisa viva da qual tudo pode vir, como de tudo o que é vivo, de tudo o que tem vida [...]" (LOUREIRO, 2000b, p. 194). Como também nos ressalta Todorov (2017), é preciso considerar o mundo dos personagens como sendo das criaturas vivas e duvidar entre uma explicação natural e a sobrenatural dos acontecimentos

evocados, isso é a base das narrativas fantásticas, presentes na oralidade das crianças.

As águas do rio Piriá são escuras, o que instiga ainda mais as crianças a criarem seres encantados, como nos diz Gabriel, 10 anos: “o rio é lindo, no fundo não parece muito bonito, tem um bucado de sujo, tem aquele negoço preto no fundo que não dá pra gente enxergar nadinha no fundo”. Uma criatura de tamanho gigantesco pode emergir do rio a qualquer momento. O interessante é que o fato de o jacaré grande viver no rio, não as impede de brincar e tomar banho a qualquer hora no Piriá.

Ao se referir às narrativas, Benjamin (2012) diz que elas não se esgotam nunca, têm a capacidade de manter-se viva e mesmo depois de um determinado tempo ainda é possível de desdobramento, o que fortalece as narrativas das crianças. Elencamos algumas dessas narrativas sobre a encantaria que segura a vila; o bicho parece ser grande mesmo:

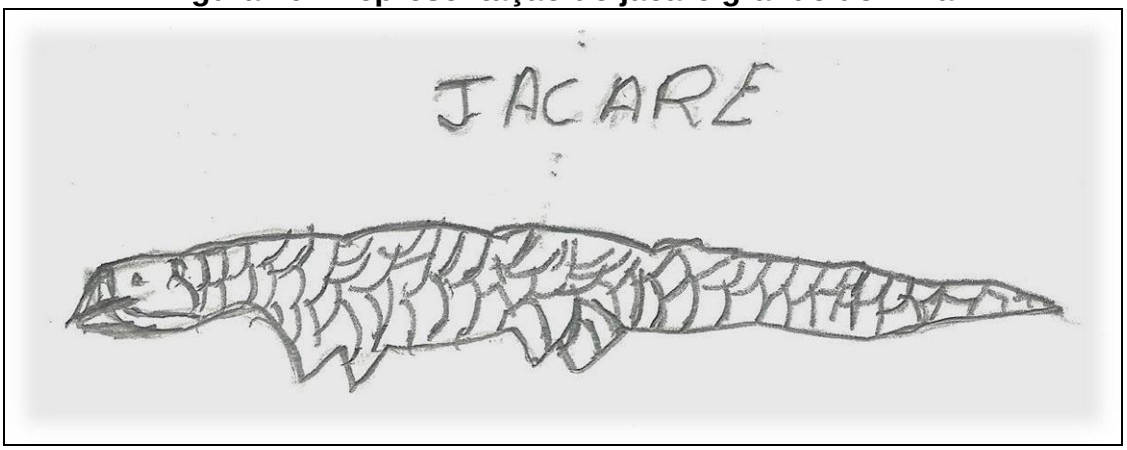
> tem olho bugalhado, boca grandona que come uma gente de uma vez. Corre de uma ponta noutra no rio num mergulho só, de tão porrudo que é (Keila, 8 anos).
> Quanto mais grande tiver a maré, mais o jacaré se mexe no rio (Pedro Henrique, 8 anos).
> Outro dia o jacaré ia agarrando o mudo ali no outro lado. Ele tava mijando do outro lado da escada, da primeira escada, o jacaré tava só olhando pra ele. Na hora que ele mergulhou, ele viu borbulho, ele pensava que não - um jacaré - que tava só mirando ele (Keila, 8 anos).

Quando analisamos o que dizem sobre o jacaré grande do Piriá, poderíamos perguntar: “se vocês sabem que tem um jacaré aí no rio por que vocês continuam a se banharem nele?” A resposta poderia vir de variadas maneiras, mas sintetizamos na narrativa de Arlan, 11 anos: “um dia um bicho ia puxando o tio Sandoval, bem aqui, ele disse que era um jacaré. Mas ele foi rápido, deu um pulo e o jacaré ficou com cara de besta”. Vemos aqui uma narrativa viva e com desdobramento, como nos diz Benjamin (2012), ou seja, na narrativa fantástica de Arlan “*o jacaré ficou com cara de besta”*, o que transpõe qualquer lógica.

Todorov (2017, p. 31) assevera que os personagens da narrativa fantástica, no caso, as crianças, reagem à aparição do sobrenatural, as falas apresentam dúvidas, incertezas, pois “o fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural.” Na figura a seguir o desenho feito por uma das crianças nos dá a ideia do tamanho

do jacaré que sustenta a Vila.

Figura 10 - Representação do jacaré grande do Piriá.



Fonte: Pesquisa de campo (2015) - desenho de Arlan, 11 anos.

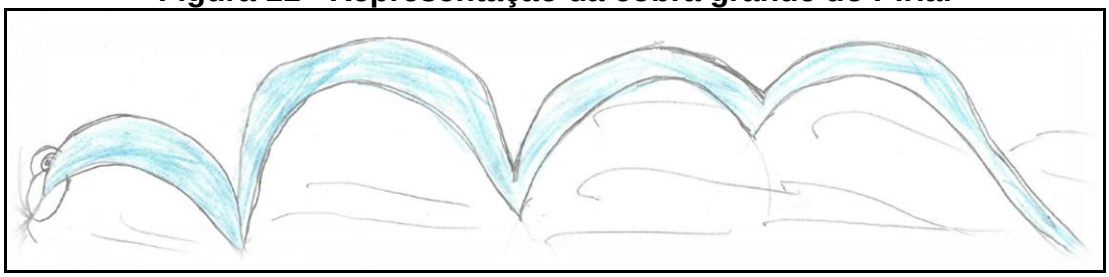
O jacaré grande do Piriá está presente nos relatos de grande parte das crianças da Vila. Nas conversas informais, observamos que o bicho se mostra como aquele que habita as profundezas do rio, faz parte daquele universo e não sobreviveria em nenhum outro lugar, somente no rio Piriá. Ao mesmo tempo em que se mostra como uma criatura a ser temida, ocorre uma espécie de apropriação do bicho pelas crianças, que quando se referem a ele fazem questão de afirmar que o jacaré é *"do Piriá",* portanto, ele se torna integrante da cultura local das crianças.

Rios que cortam toda a região de Curralinho até a Vila do Piriá constituem cenários deslumbrantes para a morada de um dos animais mais temidos da região - a cobra grande - também chamada de boiúna, "[...] o rio é o lugar dos encantados, dos sujeitos misteriosos, detentores de poderes que mundiam as pessoas, mas que também seduzem, provocam prazer [...]" (ALVES, 2007, p. 147).

Para as crianças ribeirinhas a história desse animal vai além de uma lenda, mas se constitui num cruzamento entre o visível e o invisível (LOUREIRO, 2000b). A cobra grande do Piriá está sempre presente nas narrativas fantásticas das crianças como um ser encantado sobre o qual escutam desde que nasceram, pela boca dos avôs, pais, tios, padrinhos e pessoas mais velhas da comunidade. "Lá em casa a tia sempre conta pra gente que tem uma cobra grandona aí no rio, tem vez que fica até brilhante"; "É verdade que tem mina de bicho aqui, tem uma cobra muito enorme aqui" (Keila, 8 anos). Deste modo, o encantado que vive nas profundezas do rio Piriá representando ora o real, ora o sobrenatural, o mágico (SANTOS, 2006) faz parte da cultura do lugar. O desenho a seguir mostra a ideia que as crianças fazem da Cobra

Grande do Piriá.

Figura 11 - Representação da cobra grande do Piriá.



Fonte: Pesquisa de campo (2016) - desenho de Roberta, 8 anos.

No dia a dia das crianças as narrativas fantásticas se refletem naturalmente. Nas conversas às margens do rio, na ponte, no ir e vir diário, história simples, porém profundas, são partilhadas: *"*Bem ali um amigo meu disse que ele tava sentado na cabeça do trapiche, mesmo ali, uma hora tava silêncio, aí buiô uma cobra assim olhando pra ele, olhou pro lado, pro outro lado, aí só fez mergulhá" (Bambam, 11 anos). Portanto, "o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha)" (CERTEAU, 2013, p. 31). Contar episódios como o narrado acima é dizer de uma dada realidade, do que é importante ser dito pelos seus atores.

A categoria analítica *práticas culturais infantis das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá*, idealizada por nós, nasce da necessidade de sistematização dos saberes de um determinado grupo geracional, a infância, com seus atores sociais – crianças ribeirinhas - de cultura singular, amazônica-marajoara, de um determinado espaço geográfico, Vila do Piriá – Curralinho/PA.

4 À GUISA DE CONCLUSÃO: OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS CULTURAIS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DA VILA DO PIRIÁ

A presente tese, inserida no campo dos Estudos Sociais da Infância, teve a temática voltada para a infância e as crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara, analisando as práticas culturais das crianças ribeirinhas a partir de suas vivências cotidianas na Vila do Piriá – Curralinho/PA.

O estudo apontou que a Amazônia tem sofrido com uma política que prioriza o mercado de capital, não valorizando o ambiente, garantindo incentivos financeiros e fiscais para os grandes projetos nacionais e internacionais, desconsiderando a população nativa, sem qualquer respeito pelos seus habitantes e seus modos de vida, retirando dela o que pode ser arrancado - seus recursos naturais, implantando um modo perverso de destruição da vida e das práticas culturais de um povo.

Tratamos a temática infâncias na Amazônia enquanto categoria social que converge para uma discussão mais ampla das infâncias no norte do Brasil, no território nacional, na América Latina e no mundo, emparelhada com os Estudos Sociais da Infância, sobretudo com a Sociologia da Infância, a qual aborda essa categoria social a partir de um paradigma que mostre o *lugar* que a criança ocupa na sociedade e compreenda suas maneiras de expressão partindo dela própria.

Por meio de uma abordagem qualitativa, assentada em uma etnografia com crianças e em pesquisa documental, esse estudo analisou os enunciados nos discursos das crianças, na unidade doméstica e nos documentos referentes à constituição do município de Curralinho/PA, principalmente da Vila do Piriá, para responder ao problema central de nossa investigação: Quais os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA?

Para esse propósito consideramos alguns aspectos de caráter geral que as pesquisas em fontes diversificadas foram capazes de levantar, entre os quais o forte indício que os 16 (dezesseis) municípios dos Marajós tenham sido formados a começar da doação de terras pelo sistema de sesmarias, a datar do século XVIII. O processo histórico de ocupação da região gerou o acúmulo de terras nas mãos de poucos, originando grandes latifúndios incansavelmente explorados em seus recursos naturais, deixando pouquíssimas compensações para a população local. Sistema que explora e coloca a população na condição de servil, que ainda no

século XXI marca a história da Amazônia.

Outro ponto a destacar é que apesar de ser uma região de belezas naturais inigualáveis, é também a região com os menores índices de indicadores sociais do Brasil, incluído aí o município com o menor IDH, Melgaço/PA. Outros indicadores que escancaram as desigualdades sociais nos Marajós e mostram a fragilidade das políticas públicas são: IDEB, IDSUS e IBEU-Municipal, que demonstram quão distante a Mesorregião do Marajó está dos indicadores mínimos necessários para uma qualidade de vida aceitável para seus povos. Os problemas se assentam, sobretudo, na insuficiência ou ausência de políticas públicas nas áreas da saúde, educação, saneamento, habitação e infraestrutura, que nega aos amazônidas seus direitos básicos estabelecidos na legislação nacional.

O estudo também mostrou que a falta de políticas públicas para a região gera violência de toda ordem, atingindo principalmente as crianças e os adolescentes, com violência sexual, gravidez na adolescência, tráfico de meninas, consumo de drogas, desnutrição, mortalidade infantil, aumento dos casos de doenças como malária e Aids, entre tantas outras desgraças que assolam as populações infantojuvenis deste chão.

Uma questão interessante e que não poderíamos deixar de registrar foi a maneira pioneira com que ousamos escrever a história do município de Curralinho e da Vila do Piriá/PA, sempre relacionando com o nosso objeto de estudo. Com base em documentos oficiais e estudos que encontramos em diferentes fontes (livros, teses, dissertações, relatórios, jornais, fotografias e narrativas orais) construímos um percurso histórico a partir do século XVIII, quando o município começa a aparecer em documentos oficiais e anúncios de jornais. Embora o estudo ainda tenha lacunas, pois as fontes, diversificadas e dispersas, nem sempre foram encontradas organizadas e em um mesmo local - ou mesmo já nem existem, em virtude do tempo que os fatos foram registrados – consideramos que foi dado o primeiro passo para que os curralinenses/piriaenses conheçam a sua história.

Nessa continuação destacamos a localização, durante a pesquisa documental, do Decreto Estadual nº 1.595 - de 4 de março de 1909 (Anexo FF) - que trata da criação jurídica do distrito Vila do Piriá, que nos permite determinar com exatidão o dia da instituição jurídico-administrativa do distrito, que completou 109 anos em 2018, fato desconhecido da quase totalidade dos habitantes do município, principalmente dos moradores do Piriá.

Deparar com restos de um cemitério abandonado, tendo ainda uma escola construída por cima, causou-nos uma estranheza inquietante, o que nos levou a uma reflexão sobre o cemitério como uma fonte histórica por excelência, pois é capaz de fornecer dados de diferentes ordens: formação étnica, genealogia, preservação da memória familiar e da comunidade, crenças religiosas, ideologia política, entre outros. Esse conjunto de fatos despertou o desejo de conhecer e resgatar a história do cemitério da Ribeira, que foi desativado por conta da invasão das águas do rio Piriá, tendo sido destruído posteriormente para a construção de uma escola de ensino fundamental.

O cemitério da Ribeira tem quase o mesmo tempo da Vila do Piriá, sendo os primeiros donos de terra da região sepultados nesse “campo santo”, onde existe quase uma centena de pessoas, segundo afirmam histórias resgatadas através da memória dos velhos da Vila. Apenas a população acima de sessenta anos sabe contar da importância deste cemitério para a localidade. Ele marca a história de pessoas, famílias, comunidade e dos Marajós.

Consideramos ainda de grande importância fazer um registro sobre a Escola Estadual Reunida Américo Oliveira, que também foi desativada, restando apenas as ruínas do prédio que durante décadas serviu a todas as comunidades e ilhas da região do Piriá, portanto, grande parte da população estudou nessa instituição.

Queremos destacar o ineditismo da pesquisa, confirmada pelo estado da arte. Ao realizarmos o mapeamento da produção acadêmica sobre práticas culturais cotidianas das crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara da Vila do Piriá – Curralinho/PA (CAPES/PPGE) encontramos ínfimos estudos sobre a temática. O ineditismo das informações que o estudo agregou coloca em nossas mãos a responsabilidade de continuarmos a desenvolver pesquisas na Amazônia, notadamente necessárias para a compreensão dos modos de vida das crianças que habitam essa parte do Brasil. Nesse sentido, o estudo possibilitou trazer as crianças, tão ausentes da história da Amazônia, para outro patamar – o de protagonistas - que possuem saberes atrelados aos seus modos de vida, presentes na maneira como brincam, manifestam suas culturas, nas vivências na escola e na igreja, na afetividade, no envolvimento com a família, com seus pares e com o meio ambiente – com o mundo.

As questões que emergiram nessa etnografia com crianças ribeirinhas dizem respeito à identidade desses atores-crianças, formada, no decorrer da vida, por meio

de processos inconscientes, ressaltando-se que continua inacabada, em processo e formação constante, e que se dá num determinado lugar.

As crianças são produtoras de culturas, dão sentido ao mundo que as cerca; elas não sabem menos que os adultos, sabem outras coisas, outros saberes. Nosso desafio foi ouvir as crianças, valorizando o que diziam, com olhos e ouvidos sempre atentos a tudo e a todos que as cercavam e àquilo a que faziam referências; nada foi desprezado, mas compôs uma rede de significados que nos ajudaram a compreender o que estavam a pronunciar.

O respeito às crianças, a sua forma de expressão, a sua fala, a sua escrita, aos seus modos de ver o mundo, considerando suas práticas cotidianas integrantes da cultura, foi uma marca dessa pesquisa. Deste modo, as questões que emergiram nas análises das fontes etnográficas originaram as categorias de análise que foram por nós sistematizadas com base nas vivências cotidianas das crianças da Vila do Piriá, alocadas em quatro categorias: **natureza,** que entrelaça a vivência com o meio ambiente, o espaço geográfico e o tempo; **corpo,** que se liga à identidade cultural ribeirinha-marajoara; **afetividade,** atrelada aos sentimentos de raiva e amizade que envolvem as crianças; **vivências culturais,** destacadas nas dimensões da vida na família, escola, religiosidade, trabalho, no brincar e nas narrativas fantásticas.

Para a análise das categorias os interlocutores foram considerados informantes legítimos, que possuem conhecimentos próprios de uma dada realidade que ainda pouco conhecemos ou sabemos sobre ela, além de uma base teórico-metodológica pautada nos Estudos Sociais da Infância que nos ajudou a compreender a infância como uma categoria geracional e as crianças como atores sociais, além deum aporte teórico baseado nos estudos de pesquisadores da região utilizado para analisar universo das crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara.

Na *categoria natureza* o estudo mostrou que o *meio ambiente* se constitui em um sistema simbólico que possui vinculações; nada está sozinho no mundo, mas se conecta através de uma relação dialógica - as coisas, os animais, as pessoas, as plantas estão interligadas e dão sentido às vivências das crianças.

É no *espaço geográfico* que as crianças elegem seus lugares, elas mantêm ativo nas suas memórias um mapa vivencial; cada um tem o seu, e por meio dele marcam os seus lugares na Vila do Piriá, nominando de acordo com que representam na sua história de vida. Existem alguns que são coletivos, como os lugares do brincar; e outros que são particulares, determinados pelas relações

existentes no local (familiar, amizade, religiosa, entre outras).

Em relação ao *tempo,* as análises dos discursos das crianças mostraram que elas o associam ao movimento das águas; então a subida e a descida da maré, o balanço das águas, a correnteza dos rios, a cor menos ou mais barrenta, a água da chuva, a água dos rios e as fases da lua estão num contexto de um tempo marcado pela inconstância da própria natureza, mas para elas esse é o relógio que marca o tempo determinante de um estilo de vida muito particular dos ribeirinhos, que destoa dos padrões dominantes. Pelo comportamento das águas as crianças direcionam o seu tempo: o que vão fazer, em que momento, onde e com quem.

Na *categoria corpo* as técnicas corporais presentes nas ações cotidianas contribuem na formação da identidade cultural das crianças, e é por meio delas que também se veem ribeirinhos-marajoaras. As ações desenvolvidas pelas crianças requerem inúmeras técnicas que foram agrupadas em cinco eixos diretamente relacionados às ações cotidianas na Vila do Piriá: técnicas do sono e repouso, técnicas de falar e se movimentar, técnicas dos movimentos do corpo inteiro, técnicas de cuidados com o corpo e técnicas de alimentação. Todas as técnicas advêm dos modos de vida ribeirinho, contudo, as crianças as desenvolvem adaptando-as à maneira como utilizam cada elemento no seu dia a dia. Usar a rede para dormir ou descansar é uma prática cultural nos Marajós, conquanto elas a usam para embalar-se, enrolando o corpo na rede e escalando os punhos, o que requer técnicas corporais específicas para cada ação.

A oralidade (fala) é acompanhada de movimentos corporais que reforçam o que estão a dizer; as palavras/expressões, à medida que são pronunciadas, são acompanhadas pelo corpo por meio das técnicas de falar e se movimentar ao mesmo tempo.

No dia a dia as ações realizadas pelas crianças são variadas e estão diretamente ligadas a fazer roça, cortar madeira, remar, caçar e pescar, o que faz com que o corpo se movimente por inteiro, exigindo técnicas corporais específicas para o exercício dessas atividades.

O corpo precisa de cuidados e há técnicas para que ele seja bem tratado, sendo o banho de rio o mais presente na Vila. Por último, as técnicas de alimentação, diretamente relacionadas ao alimento consumido por quase a totalidade da população, o açaí, que é parte integrante da refeição diária.

Ao fazermos uma abordagem acerca da afetividade, nos deparamos com dois sentimentos de presença marcante na vida das crianças: a raiva e a amizade. A raiva é produzida pela violência que se instalou na região e chega até elas, com destaque para as violências físicas, exploração sexual, prostituição infantil, tráfico de meninas e tráfico e consumo de drogas.

A categoria afetividade desperta também o sentimento de amizade que se dá nas relações que as crianças estabelecem com seus pares. As crianças cuidam uma das outras, se preocupam com o bem-estar do grupo, o que propicia desejos de estarem sempre juntas, desenvolvendo suas práticas culturais.

A última categoria que emergiu em nosso estudo está relacionada às vivências culturais nas dimensões da família, instituição educativa, religiosidade, no brincar e nas narrativas fantásticas. O estudo revelou que para as crianças a família é uma instituição que agrega toda uma parentela de várias gerações e de diferentes graus de parentesco. Associa o termo *"família"* ao termo *"casa"*, portanto, a casa se constitui em um lugar de afetividade, o lugar onde a família se localiza.

A família não é constituída apenas de pessoas com laços consanguíneos, mas se estende a outros sujeitos, pessoas amigas que compartilham experiências, passando a serem considerados membros da família. Constatamos também que não importa o grau de parentesco das pessoas, elas serão sempre consideradas parentas. Família na concepção das crianças ribeirinhas é morar todos juntos ou próximos, mais do que isso, é ter cuidado uns com os outros, incluindo os cuidados dos adultos com as crianças e idosos e entre eles próprios.

Uma das práticas culturais mais representativas na constituição familiar é o ato de tomar a bênção, considerado uma atitude de respeito e temor aos mais velhos - o contrário se configura como um ato de afronta e rebeldia. Não é uma prática relacionada a uma denominação religiosa, mas é uma prática cultural integrada ao cotidiano, que é muito forte na Vila do Piriá.

Confirmamos, nesse estudo, que a mulher tem um papel quase que total na criação e responsabilidade com as crianças, cuidando da casa e de seus membros. As mulheres (mães, avós, tias, irmãs, primas e madrinhas) cuidam das crianças em todos os aspectos: higiene, alimentação, saúde, educação, vestuário, igreja. Ao homem cabe a responsabilidade pelo alimento da família, ele é o provedor.

Em relação à autonomia das crianças observamos que a cultura de pares possibilita a elas negociarem e explorarem uma série de normas e valores que

abrem novas expectativas sobre elas próprios e sobre seus lugares na cultura do adulto. Nesse sentido ela propicia um senso de autonomia na relação que estabelecem com os adultos e ao mesmo tempo é um espaço que favorece a reflexão sobre o mundo tão complexo no qual estão inseridas.

A presença familiar, especialmente da figura da mãe, é marcante na vida das crianças; é comum pedirem autorização para realizarem ações fora dos padrões normais, como se afastarem para locais distantes da casa e usarem as canoas a remo para pescar ou brincar no rio.

As instituições educativas públicas são as únicas existentes na Vila, portanto todas as crianças em idade escolar, independente do poder aquisitivo, estudam nelas. As práticas culturais nesse contexto são as mesmas que as crianças exercem fora dela, o que significa dizer que a escola não está fora do cotidiano das crianças, mas se estabelece nele.

As análises também confirmaram que a religiosidade interfere nos modos de brincar das crianças. As igrejas evangélicas tradicionais não permitem que as crianças participem de jogo de futebol, declarando tal prática como algo do mal, pecaminoso. Da mesma forma, elas também não podem se expressar corporalmente por meio da dança, considerada uma ação das trevas. Embora a pressão seja grande em cima das crianças, a investigação mostrou que elas sempre conseguem um meio de burlar tal proibição, e acabam participando dessas brincadeiras, num processo de enfrentamento e resistência aos mandos do sistema que lhes tira o direito de serem crianças, de brincarem, de serem felizes.

Com relação às práticas culturais no trabalho, as crianças trabalham, sim. Embora chamadas de “ajudantes” - termo que alivia a culpa dos que exploram o trabalho das crianças – para realizarem “pequenas” ações, elas executam tarefas pesadas, como subir em dezenas de árvores para apanhar açaí ou carregar várias caixas de mercadorias a troco de balas e biscoitos. Além disso, também desempenham atividades nos círculos domésticos, ou seja, em conjunto com os demais membros da família (na roça, na pesca, nas tarefas domésticas, vendas de lanches); a sua força de trabalho é incorporada à de toda a família, não sendo reconhecida como trabalho.

O trabalho faz parte da constituição dos sujeitos ribeirinhos, trazendo aprendizado para eles, no entanto, deve-se ter o cuidado de não tornar o trabalho da criança um modo de escravização e de negação dos seus direitos.

A brincadeira é o alicerce da cultura de pares que as crianças vivenciam no seu cotidiano e, neste sentido, a investigação apontou que as vivências lúdicas acontecem no ambiente selecionado pelas próprias crianças, que o denominaram de “lugar do brincar”, em que cada lugar é destinado a um grupo de brincadeiras, com dinâmicas próprias de execução. Dentre as brincadeiras desenvolvidas na vila do Piriá, destacamos a brincadeira do *espoca buçu*, em virtude de não termos encontrado qualquer registro dessa brincadeira na literatura consultada.

As vivências nas narrativas fantásticas desafiam as crianças a trazerem o mundo dos encantados, do mágico, dos elementos irreais, para sua realidade, incorporando-os ao seu cotidiano sem precisar dar explicação alguma. Nesse cenário os encantados são seres temidos que habitam nas profundezas do rio, e que são considerados como pertencentes àquele espaço, seres que jamais sobreviveriam em outro lugar, senão no Piriá.

O estudo exigiu uma imersão prolongada na comunidade pesquisada, em virtude de nossa opção metodológica por uma abordagem qualitativa com base na etnografia, o que requereu de nossa parte uma vivência na Vila do Piriá durante 14 (quatorze) meses, seguindo um planejamento pré-estabelecido com idas periódicas ao campo. Adotamos essa abordagem de investigação científica em função de suas técnicas e procedimentos não seguirem modelos rígidos ou pré-determinados, cuja flexibilidade possibilitou uma análise holística das práticas culturais das crianças .

Apoiados nos instrumentos etnográficos, na observação participante, nas conversas informais e na própria convivência com as crianças na Vila do Piriá foi possível apreender e legitimar os sentidos e significados das ações dos interlocutores, chegando próximo daquilo que eles próprios diriam.

Nessa caminhada também enfrentamos dificuldades, principalmente em relação às estratégias e mudanças de caminhos que se fizeram necessárias para que atingíssemos as metas estabelecidas para cada etapa da pesquisa. A primeira delas foi a distância entre Belém (a capital do estado) e a Vila do Piriá, percurso feito em viagens que duravam cerca de 20 (vinte) horas, desde a saída, espera nos portos intermediários com troca de embarcação e chegada à Vila. A viagem não é algo simples de se fazer, requer coragem e uma boa dose de sorte, contando com a ajuda da natureza para que se possa atravessar a baía sem muito balanço.

Outra dificuldade encontrada diz respeito à estratégia que adotamos em relação aos registros daquilo que observamos e ouvimos. Durante a pesquisa de

campo tivemos o cuidado de não ficarmos presos ao caderno de registros, pois consideramos ser este ato uma afronta às crianças, que solicitavam nossa atenção. Nossa tática foi tentarmos guardar em nossa memória o máximo de informações e anotar, em pequenos papéis avulsos que levávamos, frases, palavras e expressões que considerávamos de relevância para nossa investigação. Ao final do dia, o exercício era voltar às vivências por meio das memórias e resgatar as histórias contadas pelas crianças, o que demandava um esforço considerável para não perdermos as informações preciosas das crianças, conseguindo registrar se não na totalidade, mas grande parte do que ouvimos, vimos e sentimos.

As análises mostraram que as crianças estão sujeitas a violências "legalizadas" pelo estado, observadas na área nutricional, cognitiva e na falta de garantias da qualidade dos serviços públicos (saúde, educação, saneamento, habitação e infraestrutura). Essas violências legitimadas pelo poder público se concretizam na medida em que a merenda escolar não chega às escolas ou não é suficiente para atender os dias letivos, agravando-se quando a qualidade do produto é duvidosa, o prazo de validade está vencido ou contém pouco/nenhum valor nutricional. Detectamos ainda que quando não se tem merenda escolar nem combustível para abastecer os barcos que transportam os alunos, as crianças passam dias sem aula, contribuindo para o déficit cognitivo, ou seja, menos aulas, menos integração entre os alunos e menos conhecimentos partilhados.

As dificuldades de acesso aos serviços de qualidade pela população concentram-se principalmente nas áreas de saúde e educação, afetando diretamente as crianças. Embora exista um Posto de Saúde da Família (PSF) na Vila, não há médicos, enfermeiros e odontólogos para atender a população, apesar dos auxiliares de enfermagem existentes realizarem os atendimentos básicos, comprometidos pela falta de materiais e medicação adequados. O pré-natal, o acompanhamento na primeira infância e o esquema de vacinação só existem na sede do município, a cerca de 4 (quatro) horas de barco da Vila.

O estudo também apurou que a educação é uma área que se recente da falta de recursos para melhoria da sua estrutura física, materiais pedagógicos e tecnológicos, além da falta de recursos humanos, especialmente professores de disciplinas específicas.

Finalmente, quais os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curralinho/PA? Para responder a

essa questão, partimos do princípio de que *as crianças das águas*, aquelas que conhecem seu espaço e nele determinam seus lugares, o tempo de subida e descida das marés, época de plantar e colher o açaí e outros frutos, compreendem a geografia amazônica que se liga à imensidão das matas e às centenas de rios e igarapés, levam junto a cultura das gerações passadas que se manifestam nas suas práticas culturais, são sujeitos plenos de direitos, com capacidades de expor suas opiniões com clareza, pessoas que produzem cultura e ao mesmo tempo são nelas produzidas, são críticas e subvertem a ordem daquilo que consideram ser necessário a sua vida, ao seu bem-estar, mesmo que haja uma ordem social adultocêntrica dizendo o contrário.

Portanto, os sentidos e significados das práticas culturais das crianças estão intimamente ligados à natureza; é como se elas inalassem o cheiro das plantas, raízes e frutos, que exalam no suor quando correm nas pontes e sobem nas palmeiras de açaí; como se incorporassem as expressões do balanço das árvores e do sobe e desce das marés, traduzidas no bailado das brincadeiras que acontecem no rio; como se o canto dos pássaros fosse sua própria voz, que canta e encanta para dizer que sabem contar muito e de muita coisa da cultura e da história dos que vivem na ribeira dos rios.

As crianças são ativas e receptivas, comunicam a vida intensamente, colocando suas capacidades em funcionamento, objetivando a participação na vida cotidiana com todos os aspectos de sua personalidade. Compreendemos, assim, que as crianças da Vila do Piriá são sujeitos do presente, dispostos e motivados a dar um novo sentido ao seu dia a dia.

Analisar a infância e a criança ribeirinha da Amazônia Marajoara sob o arcabouço dos Estudos Sociais da Infância numa perspectiva emancipadora revelou quem são e como vivem as crianças da Vila do Piriá. O sentido maior que dão as suas práticas é enfrentar o dilema de que *"são"* e não *"serão"*; que existem com suas especificidades, cidadãos com voz que ecoa na floresta e nas águas, que firma e reafirma suas identidades - "Sou deste lugar"; "Vivo aqui"; "Gosto de tomar banho aí no Piriá"; "Nem penso sair daqui"; "É bom ser criança aqui, a gente brinca pra caramba"; "Nem fale até, quero ficar aqui até ficar velhinho e morrer"; "Vou pra onde? Aqui tenho casa, pai, mãe e todo mundo"[199]. Exemplos não faltam para ilustrar a forma de ser e estar das crianças no território amazônico, que se contrapõe

[199] REGISTRO DE CAMPO, 05/11/2015.

aos conceitos estabelecidos pelo sistema no qual as crianças não sabem “nada”, ou sabem muito pouco de si.

As práticas culturais corroboram na afirmação de sua identidade, à medida que as ações cotidianas, artefatos, valores e preocupações exercidos pelas crianças, no seu espaço, provocam interação e uma necessidade de partilhar o que está sendo vivido, produzindo a cultura infantil.

O estudo revelou ainda que o combate à miséria na Amazônia deve focar nas seguintes estratégias: transferência de renda, segurança alimentar, saneamento, habitação, saúde, educação e aprimoramento da qualidade dos serviços públicos oferecidos, o que consideramos como opções inteligentes para enfrentamento das problemáticas socioambientais da região.

As pesquisas realizadas na Amazônia mostram que assim como desde os anos de 1990 há uma preocupação no contexto da Sociologia da Infância em colocar a infância (categoria social) e seus sujeitos em outro patamar - o de ator social - os estudos no território amazônico têm caminhado nessa direção, embora ainda tenhamos déficit de pesquisas direcionadas para os estudos das várias infâncias e das muitas crianças, especialmente de suas práticas culturais manifestas no cotidiano.

Em síntese, o estudo revelou que as crianças ribeirinhas apreendem saberes que norteiam suas práticas culturais e sociais cotidianas, ainda que a situação de miséria a que estão submetidas comprometa o seu pleno desenvolvimento. Com muita propriedade dizem do seu espaço geográfico, dos seus modos de vida em plena Amazônia de forma clara, objetiva e afetuosa, com a cultura oral se sobrepondo à cultura escrita, gerando desse modo outra história, escrita sob a ótica das crianças com fatos que marcam suas vidas de atores sociais.

Refletindo sobre esta tese, a partir da estrutura apresentada, compreendemos a amplitude que a pesquisa alcançou, quando comparamos o projeto inicial com a construção que realizamos no percurso doutoral. Uma análise sobre a infância e as crianças ribeirinhas da Amazônia marajoara a partir do que dizem nos permitiu inseri-las em outros mundos a partir de seu próprio mundo.

Espera-se que este estudo possa produzir reflexões críticas sobre o lugar que as crianças amazônicas têm ocupado na sociedade e nas discussões acadêmicas, bem como sobre os saberes que produzem e estão escondidos sob a ótica do descaso, da fragilidade, da falta de credibilidade do que afirmam, especialmente das

práticas culturais tão presentes no seu cotidiano.

Por onde passam deixam marcas, que dificilmente serão apagadas, marcas que ficam, não só no registro desta tese, mas na memória e no sentimento de amizade e respeito que se eternizam a partir dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

A ENCICLOPÉDIA. **As técnicas do corpo**. [S. l.]: FFLCH, 2017. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/lista-de-verbetes?q=node/66>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ACADEMIA BRASILEIRA. **Biografia Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia, 2018. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>. Acesso em: 29 jan. 2018.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **PNAD contínua**: taxa de desocupação é de 12,4% no trimestre encerrado em setembro. Rio de Janeiro: Do Autor, 31 out. 2017. Disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/17507-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-4-no-trimestre-encerrado-em-setembro.html>. Acesso em: 08 nov. 2017.

ACOSTA, Alberto. O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da Amazônia. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. (Cood.). **Amazônia sustentável**: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübinger, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005, p. 127-154.

ADORO Cinema. **Sinopse detalhada:** “apequena sereia”. [S. l.]: Adoro cinema, 2018. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-18115/>. Acesso em: 30 de jan. 2018.

AGUIAR, Carmem Maria. **Educação, cultura e criança**. Campinas: Papirus, 1994.

ALAZRAKI, Jaime. Qué es lo neofantástico? In: ROAS, David. **Teorías de lo fantástico**. Madrid: Arco: Libros, 2001, p. 265-282.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa; FARO, Mayra Cristina Silva. Saberes de cura: um estudo sobre pajelança cabocla e mulheres pajés da Amazônia. **Revista Brasileira de história das Religiões**, ANPUH, ano V, n. 13, maio 2012. Disponível em: <https://doaj.org/article/69805646b2bb44eebaf1dd52168a3753>. Acesso em: 31 out. 2017.

ALEIXO, Débora Cristina Vieira. **A dança em uma comunidade evangélica**: a visão dos fiéis. Goiás: PUC Goiás, 2018. Disponível em: <http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/7mostra/Artigos/SAUDE%20E%20BIOLOGICAS/A%20DAN%C3%87A%20EM%20UMA%20COMUNIDADE%20EVANG%C3%89LICA%20A%20VIS%C3%83O%20DOS%20FIEIS.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ALMEIDA, Ana Nunes de**. Para uma sociologia da infância**: jogos de olhar, pistas para a investigação. Lisboa: ICS, 2009.

ALMEIDA, Ana Rita Silva. A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. **Revista Inter-Ação**, Goiás, v. 33, n. 2, p. 343-357, jul./dez. 2008. Disponível

em:<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5271/4688>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ALMEIDA, Edielso Mendes de; VALENTE, Tatiane Nunes. **Amazônia ribeirinha:** uma leitura contra hegemônica para o combate dos processos educacionais que geram a exclusão. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO, 2015, Rio de Janeiro. **Anais**..., 2015. Rio de Janeiro: CIECE, 2015. v. 1. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/ revistas/ceduce/trabalhos/ TRABALHO_EV047_MD1_SA7_ID1042_010520 15223235.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na História. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. são Paulo: Contexto, 2010, p. 231-258.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A constituição do discurso narrativo polifônico da criança: traços da mitopoética amazônica. In: ALVES, Laura Maria Silva Araújo (Org.). **Educação Infantil e estudos da infância na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2007, p. 133-167.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A infância em construção: as fontes de investigação. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia**: reflexões epistemológicas e políticas. Belém: EDUEPA, 2014, p. 35-52.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. **O corpo lúdico Maxacali**: segredos de um “programa de índio”. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, C/ Arte, 2003.

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação**. Natal: EDUFRN, 2007. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A03_J_GR_20112007.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Provincia do Pará, Comarca de Breves, Discripção do município da Villa de S. João Baptista de Curralinho**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1993. v. 113. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Anais_BN&PagFis=287&Pesq=>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ANDRADE, Carlos Henrique Vianna de. **História ilustrada da medicina na antiguidade**: história da medicina antiga no seu contexto sociocultural. São Paulo: Baraúna, 2011.

ANDRADE, Simei Santos. **O lúdico na vida e na escola**: desafios metodológicos. Curitiba: Appris, 2013.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 16. ed. Capinas: papiros, 1995.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artemed, 2009.

ARAÚJO, Matilde Rosa. **Os direitos da criança**. [S. l.]: Uniral, 2014. Disponível em: < https://uniralcobaca.blogspot.com/2014/07/6jul20141055-matilde-rosa-araujo.html>. Acesso em: 09 out. 2017.

ARAÚJO, Sônia Maria Silva. **Cultura e Escolas-de-fazenda na ilha do Marajó**: um estudo com base em Raymond Williams. 2002. 253f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ARAÚJO, Sônia Maria Silva. Educação do Campo e Nuestra América: uma experiência de reflexão crítica da Amazônia. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia**: reflexões epistemológicas e políticas. Belém: EDUEPA, 2014, p. 112-128.

ARAÚJO, Sônia Maria Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. Apresentação. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia**: reflexões epistemológicas e políticas. Belém: EDUEPA, 2014, p. apresentação.

ARCHELA, Rosely Sampaio; GRATÃO, Lucia Helena B.; TROSTDORF, Maria A. S. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. **Geografia**, Londrina, v. 13, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www2.uel.br/revistas/geografia/v13n1eletronica/7.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

ARENHART, Deise. Contribuições de Florestan Fernandes ao estudo das culturas infantis. **Revista Sociologia da Educação - Revista Luso-Brasileira**, v. 2, p. 32-53, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16553/16553.PDFXXvmi=g0Ga1ivtLrj9Hz5nhK4U55zDrPfTul4LmLVn5sSQUc0DL614Q50VazADoQxUcDGzoDxu6Ql23mFOsHTkNThZtRDTIbOVPuve9tJgk6insZdWH8hv2zvvr9pblf8bLEqU8abthuRKu6Ide0JhAfO3pffLunWg2nbbznFQTwCoElCTmmcWC112ggNMEL3HafSKExCx6fWLBAFxWRVATWCbeqxTd2Boiu9W3Lu91sUC4BB1twCnuezJGxEUBfjTKsRO>. Acesso em: 09 out. 2017.

ARENHART, Deise. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.

ARENHART, Deise. **Infância, educação e MST**: quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007.

ARENHART, Deise; LOPES, Jader Janer Moreira. O espaço e o tempo como marcas de alteridade em culturas infantis. **Revista Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 18-27, maio/ago., 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/issue/view/527>. Acesso em: 8 out. 2017.

A REPÚBLICA. Viagem Extraordinária A's Ilhas. **Jornal A República**: órgão do Partido republicano. Pará, Anno 4, n. 655, p. 3. Sábado, 26 de agosto de 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=704440&pagfis=1136&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ARROYO, Miguel G. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da. (Org.). **Corpo-infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012a, p. 23-53.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: vozes, 2012b.

ARTE PAPA XIBÉ. **Dicionário Papa Xibé**. [S. l.]: Do Autor, 2018. Disponível em: <https://artepapaxibe.wordpress.com/dicionario/>. Acesso em: 03 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL. **Qual a importância dos cartórios?** Brasília: ANOREG, 2017. Disponível em: <http://anoreg.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2264:imported_2232&catid=54&Itemid=184>. Acesso em: 31 out. 2017.

ATOS DOS APÓSTOLOS. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Anote**: o Antigo e o Novo Testamento. Tradução de José Ferreira de Almeida. Santo André: Geográfica Editora e Central Gospel, 2009, p. 132.

AVISOS MARÍTIMOS(1877). **Jornal o Liberal do Pará** (1869-1889). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&PagFis=8061&Pesq=Piri%c3%a1>. Acesso em: 17 maio 2017.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2014. v. 30.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O tráfico negreiro e a varíola na Amazônia colonial. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. FLORIANÓPOLIS/SC, 16., 2016. Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: SNHCT, 2016. Disponível em: <http://www.15snhct.sbhc.org. br/resources/anais/12/1474080548_ARQUIVO_ARTIGOhsbcfinal.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2017.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org.). **Cemitérios no Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 13-22.

BELLOMO, Harry Rodrigues. As origens da arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org.). **Cemitérios no Rio grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 39-96.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012a.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Edição e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Summus, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução de Rubem Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa, 6. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

BEZERRA NETO, José Maia. A conquista portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463, set./dez. 2000. Disponível em: <http://proferlao.pbworks.com/f/infncia,+catequese+e+acultura%C3%A7%C3%A3o+no+seculo+16.pdf>. Acesso em: 11 set. 2017.

BONOMO, Lorena Lopes Pereira. Infância e cotidiano: desafios da pesquisa com crianças e seus espaços praticados. In: LOPES, Jader Janer Moreira; MELLO, Marisol Barenco de. (Org.). **O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas**: dialogando com lógicas infantis. Rio de Janeiro: Rovelle, 2009, p. 207-220.

BORBA, Angela Meyer. Quando as crianças brincam de ser adultos: vir-a-ser ou experiência da infância? In: LOPES, Jader Janer Moreira; MELLO, Marisol Barenco de. (Org.). **O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas**: dialogando com lógicas infantis. Rio de Janeiro: Rovelle, 2009, 97-118.

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. **O papel da mulher no contexto familiar**: uma breve reflexão. [S. l.]: Psicologia, 2008. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos

sociais**...Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao /constituicao.htm> Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 fev. 2007.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Divisão Administrativa do Brasil. **Indice Alphabetico dos Municipios e Districtos Existentes 1º de janeiro de 1933**. Rio de Janeiro: Typ. do Departamento N. de Estatistica, 1933.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sôbre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1953. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julio de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.194, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo - DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jun. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12662.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012.Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil**. Diário Oficial da União**, Brasília, 4 out. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12722.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Diário Oficial da União**, Brasília, 5 abr. 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm >. Acesso em: 14 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância**. Diário Oficial da União**, Brasília, 9 mar. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.348, de 10 de outubro de 2016. Altera as Leis nºs 12.722/2012, 11.494/2007 e 10.195/ 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424/1996, 10.880/2004 e 10.845/2004**. Diário Oficial da União**, Brasília, 11 out. 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13348.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Industria e Commercio. **Divisão Administrativa em 1911 da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Annexa à Directoria do Serviço de Estatística , 1913.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.Brasília: FNDE, 2013a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/ legislacao/ resolucoes/item/5032-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-45,-de-20-de-novembro-de-2013>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa - Marinha do Brasil. **Patologias encontradas**. Brasília: Do Autor, 2016. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/asshop/patolo.htm>. Acesso em: 19 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Programa Luz para Todos** - **15,9 milhões de Pessoas Beneficiadas.** Brasília: MME, 2018. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/default.asp?id=1>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **RI Bolsa Família e Cadastro Único - Curralinho (PA)**. Brasília: MDS, 2016c. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral> Acesso em: 24 abr. 2016.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.Brasília: FNDE, 2013b.

Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/5032-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-45,-de-20-de-novembro-de-2013>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatística de eleitorado:** consulta por município/zona**.** Brasília: TSE, 2016d. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BURKE, Peter. Peter. **Cultura popular na idade moderna**: Europa 1500-1800. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Pesquisa etnográfica com crianças pequenas: reflexões sobre o papel do pesquisador. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 37-59, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12613&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CALVINO, Italo. Introdução. In: CALVINO, Italo. (Org.). **Contos fantásticos do século XIX:** o fantástico visionário e o fantástico cotidiano. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 8-18.

CAMARANI, Ana Luiza Silva. **A literatura fantástica**: caminhos teóricos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013, p. 15-24.

CANAVIEIRA, Fabiana Oliveira; CALDEIRON, Ana Cláudia. Relações entre as crianças pequenas e a produção das culturas infantis: vistas, ouvidas e citadas. In: SILVA, Adriana; CALDEIRON, Ana Cláudia, SANTOS, Cândida Maria; ALVES, Daltro. et al. **Culturas infantis em creches e pré-escolas**: estágio e pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 153-170.

CAPELA, Paulo Ricardo do Canto; MATIELLO JÚNIOR, Edgard. Memórias pedagógicas das práticas corporais em assentamentos do MST de Santa Catarina. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da (Org.). **Corpo-infância:** exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 105-130.

CARDOZO, Fernanda. **Moralidades e políticas públicas**: agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Marajó/PA. 2016. 350f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167761/339982.pdf?sequence=1&isallowed=y>. Acesso em: 21 out. 2017.

CAREGNATO, Rita Catalino Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**,

Florianópolis/SC, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 19 mar. 2017.

CARMO, Eraldo Souza do; PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos. Retratos e desafios da educação do/no campo no Brasil e na Amazônia. In: ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra; SILVA, Érbio dos Santos. (Org.). **Educação Ribeirinha**: saberes, vivências e formação no campo. 2. ed. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013, p. 191-213.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; MÜLLER, Fernanda. Ética nas pesquisas com crianças: uma problematização necessária. In: MULLER, Fernanda (Org.). Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010, p. 65-84.

CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. As produções acadêmicas sobre infância na Amazônia. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia**: reflexões epistemológicas e políticas. Belém: EDUEPA, 2014, p. 25-33.

CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. O direito à educação infantil na Amazônia brasileira: desafios e disputas. **Terceira Margem Amazônia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 131-147, jun. 2012.

CARVALHO, Ana Maria Almeida et al. (Org.). **Brincadeira e cultura**: viajando pelo Brasil que brinca: o Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. v. 1.

CARVALHO, Ana Maria Almeida; PONTES. Fernando A. R. Brincadeira é Cultura. In: CARVALHO, Ana Maria Almeida et al. (Org.). **Brincadeira e cultura**: viajando pelo Brasil que brinca: o Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 15-30. v. 1.

CARVALHO, Nazaré Cristina. Artimanha do brincar de crianças ribeirinhas. In: FARES, Josebel Akel; RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. (Org.). **Sentidos da cultura***.* Belém: EDUEPA, 2013, p. 209-221.

CARVALHO, Nazaré Cristina. Saberes do cotidiano da criança ribeirinha. **Revista Cocar**, Belém, v. 4, n. 8, p. 33-38, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/50>. Acesso em: 29 set. 2017.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. **Oswaldo Cruz na Amazônia.** YouTube, 7 de fevereiro de 2018**.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pz2worK__Ls>. Acesso em: 14 out. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Orlando. **Amazônia**: espaço e tempo. Belém: Vitória, 2013.

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 6. ed. Campinas: Papirus, 2010.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, 21. ed., v. 1, Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel. Anais do cotidiano. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2 morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 31-33. v. 1.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Espaços Privativos. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano***:* 2 morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. IX, p. 203-207. v. 1.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAGAS, Carlos. Notas sobre a epidemiologia do Amazonas. **Brazil Médico**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 42, p. 450-456, 1913.

CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Capítulos de História social. Campinas: Unicamp, 2003.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução Vera da costa e Silva et al.. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHODOROW, N. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da Mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan. Working with ethical symmetry in social research with children. Childhood, v. 9, n. 4, p. 477-497, 2002.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. Pesquisando as crianças e a infância: culturas de comunicação. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. (Org.). **Investigação com crianças**: perspectivas e práticas. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005. p. XIII-XX.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. **Educação e diversidade na Amazônia**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COMARCA DE MUANÁ (Decretos de 30 de setembro de 1892). **Jusbrasil**, 11 out. 1892. [Diario Official, Anno XXXI, 1892, p. 4333.] Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1687314/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-10-1892/pdfView>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CONCEIÇÃO, Anderson dos Reis**.** Acirramento da questão social no município de Breves**:** o alcance do Programa Bolsa Família. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011. **Anais**...São Luis, JOINPP, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/EIXO_DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017.

CONCEIÇÃO, Caroline M. Cortelini. **Histórias de um passado não tão distante**: políticas e práticas de educação infantil no interior do Brasil. [S. l.]: SBHE, 2017. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04-%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20DAS%20CRIANCAS-%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL/HISTORIAS%20DE%20UM%20PASSADO%20NAO%20TAO%20DISTANTE.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretório Nacional de Catequese**. Aprovado pela 43ª Assembleia Geral, de 9 a 17 de agosto de 2005, Itaici/Indaiatuba/SP, 2005. (Documentos da CNBB, 84). Disponível em: <http://universovozes.com.br/editoravozes/web/view/BlogDaCatequese/wp-content/uploads/2016/02/DNC-CNBB.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: < http://www.capes.gov.br/ > Acesso em: 14 jul. 2018.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. CLACSO, 2005. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina: Antropologias, set. 2005. p. 50-62. Disponível em: <http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CORRÊA, Pedro Vasconcelos; OLIVEIRA, Fernanda Costa; TADA, Iracema Neno Cecílio. A história oral de mulheres que viveram no seringal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 430-447, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n3/v21n3a02.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

CORSARO, William A. A reprodução interpretativa no brincar do 'faz-de-conta" das crianças. **Revista Educação, Sociedade & Cultura**, Porto, n. 17, p. 113-134, 2002. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/?q=publication/revista-educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas/edition/educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas-17>. Acesso em: 9 out. 2017.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Revista Educação e Sociedade**,

Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a08v2691>. Acesso em: 8 out. 2017.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COUTINHO, Angela Scalabrin. Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 762-773, set./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/viewFile/5426/2980>. Acesso em: 22 abr. 2017.

COUTO, Mia. **A cultura oral**. [S. l.]: Mundofantasmo, 2017. Disponível em: <http://mundofantasmo.blogspot.com.br/search/label/Mia%20Couto>. Acesso em: 13 out. 2017.

COZZI, Andréa; SANTOS, Sônia. (Org.). **Apanhadores de histórias**: contadores de sonhos. Vol. II. Belém: Tempo Editora, 2012.

CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de. **Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha:** estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola do município de Breves/Pará. 2007. 164f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <http://www.ppged.com.br/bv/arquivos/File/dissertacoes2005/dissertacao_anadecristo2005.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Apresentação. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa.** São Paulo: Cortez, 2008, p. 11-31.

CURRALINHO. **Almanak Laemmert; Annuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1910**. Rio de Janeiro, Officinas Typographicas do Almanak Laemmert, 67.º Anno, 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=100306&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CURRALINHO. **Annuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1927; Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, Officinas Typographicas do Almanak Laemmert, Estados do Norte, 83º Anno, v. 3, 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=100306&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CURRALINHO. **Annuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1921-1922; Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, Officinas Typographicas do Almanak Laemmert, Estados do Norte, 77º - 78º Anno, v. 3, 1921-1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=100306&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CURRALINHO. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, indicador para 1902.** Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, v. 3, 59º Anno, 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=100306&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CURRALINHO. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, indicador para 1903.** Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, v. 3, 60º Anno, 1903. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=100306&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CURRALINHO. Centro Municipal de Educação Infantil Canto do Saber. **Projeto Político Pedagógico Centro Municipal de Educação Infantil Canto do Saber 2015-2017**. Curralinho/Vila do Piriá: SEMED/EMEF, 2015-2017.

CURRALINHO. Prefeitura Municipal. **Lei 447/2001**, de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a cobrança de taxa de energia elétrica para a Vila Recreio do Piriá no município de Curralinho e dá outras providências. Disponível em: <http://pmcurralinho.pa.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/LEI-447-2001.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2017.

CURRALINHO. Secretaria Municipal De Educação. Escola Municipal Professora Maria das Dores Barbosa de Sá. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria das Dores Sá. Curralinho/Vila do Piriá: SEMED/EMEF, 2015.

DAMASCENO, Alberto; MACIEL, Carlos; SANTOS, Emina. Indicadores sociais da infância e adolescência na Amazônia. In: SILVA, Lucia Isabel; ARAÚJO, Nazaré; HAGE, Salomão Mufarrej.(Org.). **Direitos Humanos de crianças e adolescentes na Amazônia**: referências para a formação de Conselheiros Tutelares e de Direitos e outros atores do Sistema de Garantia. Belém: Editora Gráfica da UFPA, 2015.

DANTAS, Heloysa. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Wygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. 14. ed. São Paulo: Summus, 1992.

DELGADO, Ana Cristina Coll. Manuel Jacinto Sarmento: a emergência da Sociologia da Infância em Portugal. **Revista Educação**, **Edição Especial - Cultura e Sociologia da Infância**, n. 1, p. 14-21, 2013.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Infância, pesquisa e relatos orais. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias. (Org.). **Por uma Cultura da Infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 1-17.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO,

Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 31-60.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Buçu**. In: DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. [S. l.]: 2017. Disponível em:<https://www.dicio.com.br/bucu/>. Acesso em: 7 set. 2017.

EFÉSIOS. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Anote**: o Antigo e o Novo Testamento. Tradução de José Ferreira de Almeida. Santo André: Geográfica Editora e Central Gospel, 2009, p. 217.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. Tradução Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850‑1950)**. Belém: NAEA, 2013.

FARES, Josebel Akel; RODRIGUES, Denise Simões. Apresentação. In: RODRIGUES, Denise Simões; FARES, Josebel Akel. (Org.). **Memória, imaginário e educação na Amazônia**. Belém: EDUEPA, 2013, p. 7-9.

FECHINE, Elaine Filgueiras Gonçalves. **Mulheres ribeirinhas do rio madeira**: cotidiano envolto em brumas. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2007. Disponível em: <http://ri.unir.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/777/Elaine%20F.G.%20Fechine_Mulheres%20ribeirinhas%20do%20Rio%20Madeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2017.

FERNANDES, Florestan. As trocinhas do bom retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis, In: FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo.** 2. ed. São Paulo: Vozes, 1979, p. 153-258.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 009-024, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n1/01.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

FERREIRA, Deomarina Cardoso; FREITAS, Ediane do Carmo. A arte de partejar. In: SCHAAN, Denise Pahl; PACHECO, Agenor Sarraf; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Remando por campos e florestas**: memórias & paisagens dos Marajós. Rio Branco: GKNORONHA, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_RemandoCamposFlorestas_m.pdf>. Acesso em: 18 abril 2016.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Pará e seus municípios**. Belém: J.C.V. Ferreira, 2003.

FERREIRA, Manuela. **A gente gosta é de brincar com os outros meninos!** relações sociais entre crianças num Jardim de Infância. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

FERREIRA, Manuela.“- Ela é nossa prisioneira!” – questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.18, n. 2, p.151-182, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1524/1932>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FIANS, Guilherme. **Entre crianças, personagens e monstros**: uma etnografia de brincadeiras infantis. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, Herculano Ricardo. Crianças e infâncias, sujeitos de investigação: bases teórico-metodológicas. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira. (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisa. São Paulo: Cortez, 2008, p. 102-117.

FRANCO, Renato. **A piedade dos outros**: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. Natureza e mundo vivido: o espaço e lugar na percepção da Família cabocla/ribeirinha. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.). **Amazônia**: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 233-258.

FREITAS, Marcos Cezar de. Apresentação: para uma sociologia histórica da infância no Brasil In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21.

FRIEDMANN, Adriana. **A arte de brincar**: brincadeiras e jogos tradicionais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRIEDMANN, Adriana. **Linguagens e culturas infantis**. São Paulo: Cortez, 2013.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Governadores da Amazônia assinam pacto pela infância**. Governos estaduais atuarão com o UNICEF para enfrentar desigualdades que afetam crianças e adolescentes da região. [S. l.]: UNICEF BRASIL, 2017. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/media_31633.htm>. Acesso em: 22 out. 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Oswaldo Cruz. MS/IOC/FIOCRUZ. **Nota Técnica 1/2011 IOC/FIOCRUZ:** embasamento técnico e sugestões para ações de controle das Doenças da Pobreza no Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011. Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/ioc/media/NotaTecnica_1_2011_IOCatual.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Tradução de José Guadalupe Posada. Porto Alegre: L & PM, 1999.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 10. ed., Vozes: Petrópolis, 2002.

GARCIA, Regina Leite. Tentando compreender a complexidade do cotidiano. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 11-16.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GERONE JÚNIOR, Acyr de; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Ser professor ribeirinho: os desafios que emergem da educação e da ação pedagógica em escolas ribeirinhas da Amazônia. In: ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra; SILVA, Érbio dos Santos. (Org.). **Educação Ribeirinha**: saberes, vivências e formação no campo. 2. ed. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013, p. 19-41.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p, 20-29, maio./jun. 1995.

GOMES, Ana; LIMA, Fabiana Ferreira de; OLIVEIRA, Luciana Ribeiro de. Reflexões e práticas antirracistas: delineando pedagogias decoloniais no Colégio Pedro II. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INFÂNCIAS E PÓS-COLONIALISMO: PESQUISAS EM BUSCA DE PEDAGOGIAS DESCOLONIZADORAS, 2., 2015. Campinas. **Anais**... Campinas: FSISI, 26 e 27 de outubro de 2015, p. 179-188. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/infancia/anais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2017.

GOMES, Lisandra, Ogg. Questões particulares da infância na complexidade social. In: REIS, Magali dos; GOMES, Lisandra Ogg. (Org.). **Infância:** sociologia e sociedade. São Paulo: Edições Levana/Attar Editorial, 2015, p. 123-144.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de. Estudo teórico sobre infância, Educação Infantil e Relações étnico-raciais: alguns pontos para pensar a infância de 0 a 5 anos. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e; SOUZA, Simone de Freitas Conceição. (Org.). **A Lei nº 10.639/2003**: pesquisas e debates. São Paulo: Editora e Livraria da Física, 2014, p. 223-277.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. CLACSO, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GONÇALVES, Lidiane Auxiliadora Rodrigues. **Gestão de políticas públicas para segurança alimentar e nutricional**: uma análise do Programa Mais Educação no município de Benevides, Pará. 2013. 130f. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Amazônia, Belém, 2013. Disponível em: <http://www6.unama.br/ppad/download/dissertacoes/dissert_2013/Dissert_Mestrado_Lidiane_Goncalves.pdf>. Acesso em: 01. Nov. 2017.

GONÇALVES, Michele Suellen Neves; ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra. A realidade Curricular belenense ribeirinha: um olhar a partir da epistemologia do currículo. In: ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra; SILVA, Érbio dos Santos. (Org.). **Educação ribeirinha**: saberes, vivências e formação no Campo. 2. ed. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013, p. 71-89.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação á pesquisa científica**. Campina: Alínea, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. **Henri Wallon**. Tradução e organização de Patrícia Junqueira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 103-133.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicure, 2016.

HAGE, Salomão Mufarrej. Educação do campo na Amazônia: retratos e desafios das escolas multisseriadas na Amazônia paraense. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia**: reflexões epistemológicas e políticas. Belém: EDUEPA, 2014, p. 163-176.

HELD, Jacqueline. **O imaginário no poder**: as crianças e a literatura fantástica. Tradução de Carlos Rizzi. São Paulo: Summus, 1980.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. 2. ed. Barcelona: Gráficas Hurope S/A, 1987.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JÚNIOR, Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERMOSO, José Luis Azcona; RIVATO, Ângelo. **O povo marajoara na ótica católica**. Soure: Cartilha, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUBER, J. Contribuição à geografia física dos Furos de Breves e da parte ocidental de Marajó. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano v, n. 3, jul./set. de 1943.

IBC BORRACHAS. **Você já ouviu falar no Ciclo da Borracha?** [S. l.]: IBC, 2017. Disponível em: <http://ibcborrachas.com.br/pt/voce-ja-ouviu-falar-em-ciclo-da-borracha/>. Acesso em: 14 out. 2017.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DO SUS. **Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde**. Brasília: IDSUS, 2016. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2016.

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL AMAZÔNIA. [S. l.]: IPS, 2014. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira**. Disponível em: <http://www.ipsamazonia.org.br/publicacao>. 24 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Desenvolvimento Humano:** ranking - todo o Brasil Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em: 14 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em><https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados do Brasil – Curralinho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/2225-np-areas-dos-municipios/15761-areas-dos-municipios.html?t=destaques&idm=1502806>. Acesso em: 19 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Pará - Curralinho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150280>. Acesso em: 24 abril 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano IV, 1938.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados da Área Territorial Brasileira, Consulta por Município - Resultados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.php?nome=%>. Acesso em**:** 14 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do perfil 7 a 12 Crianças no censo 2010***.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010e. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/especiais/criancas-no-censo-2010>. Acesso em: 21 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/.../Divisao%20 regional_v01.pdf> Acesso em: 10 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil de 30-IX-1949** (edição provisória). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil**: municípios e distritos instalados em 31-XII-1953. Rio de Janeiro: Secretaria Geral - Diretoria de Documentação e Divulgação, 1954a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil:** quadro vigente em 31/XII/1954. Rio de Janeiro: Secretaria Geral - Diretoria de Documentação e Divulgação, 1954b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil:** quadro vigente em 1º-VII-1955. Distrito Federal: Serviço Gráfico do IBGE, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil:** quadro municipal e distrital, situação em 31-XII-1968. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Informação Estatística, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil:** relação dos municípios e distritos em 1º-1-1979: apêndice com atualizações até 31-12-1979. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil:** situação administrativa vigente em 1º-VII-1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil 1997:** versão preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Brasil 2014:** distritos. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_ territorial/>. Acesso em: 13 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Pobreza e Desigualdade:** municípios brasileiros. 2003**:** incidência da pobreza, comparação entre os municípios: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara. php?lang=&coduf=15&idtema=19&codv=v01&search=para|curralinho|sintese-das-informacoes-2003>. Acesso em: 24 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pará Curralinho** infográficos: histórico*.* Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=150280&search=para|curralinho|inphographics:-history&lang=>. Acesso em: 25 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pará Curralinho***.* Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150280&search=para|curralinho>. Acesso em: 25 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pará - Curralinho - Produto Interno Bruto dos Municípios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=150280&idtema=134>. Acesso em: 10 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil da Amazônia Legal 2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2> Acesso em: 21 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil do Estado do Pará 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010f. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 11 set. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **O que é o Ideb.** Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>. Acesso em: 24 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Curralinho***.* Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório Territorial do Marajó***.* Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEADATA. **Divisão Territorial Brasileira**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>*.* 24 mar. 2016.

JEPIARA; FIGUEIREDO, Danielle Lima de; HAZEU, Marcel**. Migração e tráfico de seres humanos do Pará para Suriname & Holanda**. [S. l.]: IBISS, 2008. Disponível em: <http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2008_12_02/2008_12_02_10_12_15_0.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

JIU JITSU PORTUGAL. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. Lisboa: JIU, 31 maio 2013. Disponível em: <http://jiujitsuportugal.com/2013/05/31/4832/>. Acesso em: 12 out. 2017.

KIMAGE. **Índios Yanomami doentes em Roraima-1990.** [S. l.]: Kimage, 2017. Disponível em: <http://www.kimage.com.br/media/catalog/product/cache/1/thumbnail/500x/40442ea6322cbd4aa098883099baabc6/1/-/1-06_yanomami_posto_de_sa_de_boa_vista_1990_foto_andr_dusek_c_pia.jpg>. Acesso em: 15 out. 2017.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorizações: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra barbárie. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2011, p. 93-118.

KRAMER, Sonia. O que é básico na escola básica? Contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Org.). **Infância e produção cultural.** Campinas: Papirus, 1998, p. 11-24.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 14, p.5-18, ago. 2000. Disponível em : < http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501402>. Acesso em: 02 nov. 2017.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 5. ed., Porto Alegre: Mediação, 2010.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. [S. l.]: Antropologias, 2005. Disponível em: <http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 19-52.

LENDAS e mitos da Amazônia. **Iara ou Mãe D'Água**. [S. l.]: Do Autor, 2011. Disponível em: <http://amazonialendas.blogspot.com.br/2011/08/iara-ou-uiara-do-tupi-y-iara-senhora.html>. Acesso em: 29 jan. 2018.

LIMA, Bianca Ferreira. **Vida e trabalho:** um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, Estado do Pará. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LIMA, Natamias Lopes de. **Saberes culturais e modos de vida de ribeirinhos e sua relação com o currículo escolar**: um estudo no município de Breves/PA. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

LIMA, Natamias Lopes de. Saberes culturais e modos de vida de ribeirinhos: a relação com o currículo em ação.In: ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra; SILVA, Érbio dos Santos. (Org.). **Educação Ribeirinha**: saberes, vivências e formação no campo. 2. ed., Belém: GEPEIF-UFPA, 2013, p. 91-117.

LIMA, Nísia Trindade; BOTELHO, André. Malária como doença e perspectiva cultural nas viagens de Carlos Chagas e Mário de Andrade à Amazônia. **Revista História, Ciência, Saúde**, v. 20, n. 23, p. 745-763, jul./set. 2013, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-20-03-0745.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

LINDEY, Florença A., DAMIOLI, Guilherme, SAFFÍRIO, João. O crepúsculo do povo Yanomami: sobrevivência ou genocídio? História e cultura dos índios yanomami da bacia do Rio Catrimani (Território Federal de Roraima). **Centro de Informação da Diocese de Roraima,** Boa Vista, nº 13, jan. 1988. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/YAD00193.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

LOPES, Adrea Simone Canto. **A construção da identidade da infância na Amazônia ribeirinha**: Ilha de Cotijuba Belém - Pará. 2012. 209f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LOPES, Jader Janer Moreira. Mapa dos cheiros: cartografia com crianças pequenas. **Revista Geografares**, n. 12, p. 211-227, jul. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3193/2403>. Acesso em: 28 jul. 2017.

LOPES, Jader Janer Moreira. O ser e estar no mundo: a criança e sua experiência espacial. In: LOPES, Jader Janer Moreira; MELLO, Marisol Barenco de. (Org.). **O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas**: dialogando com lógicas infantis. Rio de Janeiro: Rovelle, 2009, p. 119-132.

LOPES, Jader Janer Moreira; COSTA, Bruno Muniz Figueiredo; AMORIM, Cassiano Caon. Mapas vivenciais: possibilidades para a Cartografia Escolar com as crianças dos anos inicias. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 6, n. 11, jan./jun., p. 237-256, 2016. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/381>. Acesso em: 27 jul. 2017.

LOPES, Jader Janer Moreira; MELLO, Marisol Barenco de. (Org.). **O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas**: dialogando com lógicas infantis. Rio de Janeiro: Rovelle, 2009.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da infância**: reflexos sobre uma área de pesquisa. Juiz de Fora: FEME, 2005.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas.** São Paulo: Escrituras Editora, 2000a. v. 3.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000b. v. 4.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A conversão da semiótica**: na arte e na cultura. Edição trilíngue. Belém: EDUFPA, 2007.

LOURENÇO, José Seixas. Apresentação. In: FRANCO, Heliana Brito; LEAL, Maria de Fátima Mendes. **As crianças da Amazônia**: um futuro ameaçado. Belém: UFPA/UNAMAZ/UNICEF, 1990.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAGNABOSCO, Gislaine Gracia. Da cultura oral à cibercultura: retrospectiva das tecnologias ao longo do tempo. **Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**, v. 2, p. 3-14, dez. 2009. Disponível em: <www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/download/41/41>. Acesso em: 13 out. 2017.

MAIA, Grazielle Vieira. Abordagens sociológicas das infâncias. In: REIS, Magali; XAVIER, Maria do Carmo; SANTOS, Lorene dos (Org.). **Crianças e infâncias:** educação, conhecimento, cultura e sociedade. São Paulo: Annablume, 2012, p. 69-77.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCHI, Rita de Cássia. As teorias da socialização e o novo paradigma para os Estudos Sociais da Infância. **Educação e Realidade**, Belo Horizonte, UFMG, nº 34, jan./abr. 2009, p. 227-246. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Editora PUC Minas, 2010, p. 13-37.

MARIOTTI, Ana Teresa Gavião Almeida Marques. A construção da parceria família-instituição de educação infantil: pensamento e fazeres. In: REIS, Magali; BORGES, Roberta Rocha. (Org.). **Educação Infantil**: arte, cultura e sociedade. Curitiba: CRV, 2016, p. 265-294.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. In: MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. (Org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MEDEIROS, Andréa Borges de. Cartas para que te quero: a escrita das crianças como expressão de pertencimento. In: MIGNOT, Ana Chrystina; SAMPAIO, Carmen Sanches; PASSEGGI, Maria da Conceição. (Org.). **Infância, aprendizagem e exercício da escrita**. Curitiba: CRV, 2014, p. 221-233.

MENASCHE. Renata. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Revista de Humanidades,** Caicó, v. 05. n. 11, jul./set. de 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/221/204>. Acesso em: 28 ago. 2017.

MENCHÚ, Rigoberta. Los pueblos indios en América Latina. In: CASANOVA, Pablo González**. Democracia y Estado Multiétnico en América Latina.** México: UNAM/Centro de Investigaciones Interdisciplinarias, 1996.

MICRUTE, Regina Lucia Rocha; KASHIWAGI, Helena Midori.O uso dos mapas mentais na construção da percepção espacial. **Caderno PDE,** Pará, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_geo_artigo_regina_lucia_rocha_micrute.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf> acesso em: 20 jan. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-29.

MORAES, Bárbara Danielle Damasceno. **Vilas, "logares" e cidades***:* a história da educação rural do Pará na Primeira República - 1889 a 1897. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 2013.

MORAES, Elisangela Marques; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A infância camponesa na Amazônia na visão de crianças de um assentamento no Pará. In:

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia**: reflexões epistemológicas e políticas. Belém: EDUEPA, 2014, p. 303-311.

MORAES, Felipe Tavares de. Primeiro governo de Lauro Sodré (1891-1897) e sua concepção político-educacional republicana: as reformas educacionais, seus objetivos políticos e finalidades educacionais. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. (Org.). **Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano**. Belém: EDUEPA, 2015, p. 163-194.

MORRA, Maria Helena. **Nas trilhas do outro traficado**: aprendizado no limite do tráfico. 2017. 179f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

MÜLLER, Fernanda. Entrevista com William Corsaro. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 271-278, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000100014>. Acesso em: 9 out. 2017.

MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida. William Arnold Corsaro: o futuro da infância é o presente. **Revista Educação**, Edição Especial - Cultura e Sociologia da Infância, n. 1, 2013, p. 43-55.

MÜLLER, Fernanda; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. A infância pesquisada. In: **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, nº 3, pp. 465-480, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/issue/view/3462>Acesso em: 27 fev. 2017.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia:** Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009). 2010. 346f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Belém, 2010. Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2010/texto%20final%20Reiko%20Muto.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

NIELS, Karla Menezes Lopes. Fantástico à brasileira: o gênero fantástico no Brasil. In: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS, ESTUDOS DE LITERATURA, 5., UFF, 2014. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF, 2014. n. 1, 2014, p. 182-196. Disponível em: <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VSAPPIL-Lit/article/view/201/107>. Acesso em: 03 maio 2017.

NISSEL, Katrin. Metamorfose poética nos poemas amazônicos. In: LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000. v. 3.

NOGUEIRA, Francisco dos Santos. A transa amazônica e sua marginalização segundo Alberto Rangel. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FLUXOS E CORRENTES: TRÂNSITOS E TRADUÇÕES LITERÁRIAS, 14., 2015. Pará. **Anais**...Pará: ABRALIC, 29 de jun. a 03 de jul. 2015. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/?p=15&ano=2015>. Acesso em: 15 out. 2017.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província (1768)**. Introdução e Notas de Antonio Porro. São Paulo: Edusp, 2006.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros. **Relatório.** Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ. Organização de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Marcelo Gomes Ribeiro. Rio de Janeiro: Observatório, 2016. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/images/abook_ file/ibeumunicipal _final.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

OLIVEIRA, José Sávio Bicho de. Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso á educação escolar. **Revista de Ciências da Educação***,* UNIASAL, Americana/SP, Ano XVII, n. 32, p. 73-95, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/390>. Acesso em: 30 set. 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Tráfico internacional de mulheres na Amazônia: desafios e perspectivas. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, UFSC, Florianópolis/SC 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268240201_ARQUIVO_TraficodemulheresnaAmazonia.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. O problema da afetividade em Vygotsky. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Wygotsky, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. 14. ed. São Paulo: Summus, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Pobreza permanece concentrada no Norte e no Nordeste do Brasil, diz estudo de centro da ONU**. [S. l]: ONUBR, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu/>. 10 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. In: CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE ERRADICACIÓN SOSTENIDA DEL TRABAJO INFANTIL**:** DATOS Y ESTADÍSTICAS, 4., 2017. **Anais**... Genebra: OIT, 2017. Disponível em: <http://childlabour2017.org/es/conferencia/temas/trabajo-infantil/datos-y-estadisticas>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes**: discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PACHECO, Agenor Sarraf. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em invenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. (Org.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010, p. 13-31. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf >. Acesso em: 5 set. 2016.

PACHECO, Agenor Sarraf. **En el Corazón de la Amazonía**: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras. 2009. 354f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009b. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13141>. Acesso em: 15 set. 2017.

PACHECO, Agenor Sarraf. História e literatura no regime das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Revista Amazônia,** v.1, n.2, p. 406-441, 2009a, Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/297>. Acesso em: 15 set. 2017.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do bolsa família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013, p. 25-46.

PANTOJA, Vanda. **Santos e Espírito Santo, ou católicos e evangélicos na Amazônia Marajoara**. 2011. 223f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011a. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4935>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PANTOJA, Vanda. Pentecostais e católicos na Amazônia Marajoara – notas de campo. **Revista Espaço e Cultura**, n. 30, p. 115-124, jul./dez., 2011b. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PANTOJA, Vanda; COSTA, Moab Cesar Carvalho. Faces do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus no norte e nordeste. **Revista Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 245-271, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/43577>. Acesso em: 31 jan 2018.

PARÁ. BENTES, Dionysio Ausier (Governador). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne da 2ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de Setembro de 1928, pelo governador do estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes**. Pará: CRL, 1895a. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/>. Acesso em 10 nov. 2015.

PARÁ. **Decretos, Ofícios e Portarias de Janeiro a dezembro de 1895**. Pará: [s. n.], 1895b. [Livro danificado].

PARÁ. **Decretos, Ofícios e Portarias de janeiro a dezembro de 1895**. Belém: Imprenssa Official, 1895c.

PARÁ. **Actos e Decisões de 1909**. Belém-Pará: Imprensa Official do Estado, 1910.

PARÁ. **Collecção de Decretos e Portarias - 25 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Belém-Pará-Brasil**: Officinas Graphicas do Instituto D. Macedo Costa, 1930.

PARÁ. **Collecção de Decretos e Portarias - 2 de maio a 28 de junho de 1931. Belém-Pará-Brasil:** Officinas Graphicas do Instituto D. Macedo Costa, 1931.

PARÁ. **Collecção de Decretos e Portarias - 3 de novembro a 31 de dezembro de 1931**. Belém-Pará-Brasil: Officinas Graphicas do Instituto D. Macedo Costa, 1932.

PARÁ. **Collecção das Leis Estaduaes do Pará dos Annos de 1891 a 1900, precedida da Constituição Política do Estado**. Belém: Imprenssa Official, 1900.

PARÁ. **Colleção de Leis do Estado do Anno de 1922**. Pará-Brasil: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1928.

PARÁ. **Collecção de Leis do Estado de 1935 -Lei nº 8 de 31 de outubro de 1935**. Pará-Belém: Off. Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1936.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Levantamento da Oferta Turística de Curralinho,** 2003**.** (Disponível na Biblioteca Municipal Jorge Gomes de Carvalho)

PARÁ. **Decreto-Lei nº 2.972, de 31 de março de 1938.** Dá execução ao Decreto-Lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1938. Belém-Pará-Brasil: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1938.
PARÁ. Ementa de Resolução/CEE. Resolução nº 134 de 17 de março de 2011. Número de publicação: 223045. **Diário Oficial do Estado**, **Caderno 3,** de 11 de abril de 2011, p. 8.

PARÁ. **Divisão Administrativa do Estado - Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943***.* Pará-Belém: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1944.

PARÁ. **Ementário da Legislação Estadual 1947-1957.** Pará-Belém: Secretaria de Estado de Administração, 1976. v.1.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Marajó 2012***.* Pará: FAPESPA, 2012. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/relatorios/44?&mes=&ano=2013>. Acesso em: 4 mar. 2016.

PARÁ. Lei Provincial nº 479 de 6 de março de 1865. **Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará**, Tomo XXVII, segunda parte, Anno de 1865. Pará: Impressa na Typographia do Jornal do Amazonas, 1866.

PARÁ. Lei Provincial nº 584 de 23 de 0utubro de 1868. **Jornal do Pará**, Anno VI, nº 264, p. 1, de 19 de novembro de 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=219339>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PARÁ. Tribunal de Justiça. Designação da Oficial Interina do Cartório da Sede da Comarca, Margareth Brito de Paula, para responder pelo expediente do Cartório do Registro Civil da Vila do Piriá, Comarca de Curralinho. **Diário da Justiça**. Edição nº 5298/2013, de 4 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/56283676/djpa-04-07-2013-pg-5/pdfView>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral do Pará. **Locais de votação da zona eleitoral.** Pará: FAPESPA, 2016. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/dados-das-zonas-infozonas>. Acesso em: 24 abr. 2016.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Registro de nascimento**: o primeiro documento. Curitiba: Do Autor, 2017. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/bebe/2596-registro-de-nascimento-o-primeiro-documento?showall=1>. Acesso em: 31 out. 2017.

PASUCH, Jaqueline; SANTOS, Tânia Mara Dornellas dos. A importância da educação infantil na constituição da identidade das crianças como sujeitos do campo. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira. et al. (Org.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. Cap. 3, p. 107-151.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Nada para a criança, sem a criança: o reconhecimento de sua palavra para a pesquisa (auto)biográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina; SAMPAIO, Carmen Sanches; PASSEGGI, Maria da Conceição. (Org.). **Infância, aprendizagem e exercício da escrita**. Curitiba: CRV, 2014, p. 133-148.

PAULA, Elaine de; SILVA FILHO, João Josué da. As brincadeiras das crianças de um quilombo catarinense: imaginação, criatividade e corporalidade. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). **Corpo-infância:** exercícios tensos de ser criança. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 184-211.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, 1987, p. 64-70. Disponível em: < http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017.
PEREIRA, Rachel Freitas. **As crianças bem pequenas na produção de suas culturas**. 2011. 207f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28813>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Cotidiano: histórias(s), memória e narrativa uma experiência de formação continuada de professoras alfabetizadoras. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 97-118.

PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: perdida no rumo da história. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. (Cood.). **Amazônia sustentável**: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübinger, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005, p. 15-21.

PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia (quase) invisível (Roteiro contemporâneo para a sua compreensão). In: PINTO, Lúcio Flávio; KZAM, Áthila Lima. **A Amazônia decifrada**. Belém: edição dos autores, 2012a, p. 6-12.

PINTO, Lúcio Flávio. A verdade amazônica. In: PINTO, Lúcio Flávio; KZAM, Áthila Lima. **A Amazônia decifrada**. Belém: Dos Autores, 2012b, p. 33-37.

PINTO, Lúcio Flávio; KZAM, Áthila Lima. **A Amazônia decifrada**. Belém: edição dos autores, 2012.

PIRES, Flávia Ferreira. **Quem tem medo de mal-assombro?** religião e infância no semi-árido nordestino. 2007. 235f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp036961.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

POJO, Eliana Campos; VILHENA, Maria de Nazaré. Crianças ribeirinhas da Amazônia paraense. In: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves. (Org.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013, p. 135-148.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Gláucia Dantas; VILHENA, Maria de Nazaré. As águas e os ribeirinhos – beirando sua cultura e margeando seus saberes. In: **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 8, n. 11, p. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3249>. Acesso em: 21 dez. 2017.

PONTE, Cristina. Mídia e construção da infância: da criança romântica do século XIX à criança sexualizada do século XXI. In: PEREIRA, Rita Marisa Ribes; SANTOS, Núbia de Oliveira; LOPES, Ana Elisabete Rodrigues de Carvalho. (Org.). **Infância, juventude e educação:** práticas e pesquisas em diálogo. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2015, p. 149-171.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **History of contact**. [S. l.]: PIB, 2016. Disponível em:< https://pib.socioambiental.org/en/povo/yanomami/587>. Acesso em: 15 out. 2017.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **The Northern Perimeter Road**. [S. l.]: PIB, 2017. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/yanomami/575>. Acesso em: 15 out. 2017.

PRESTES, Zoia. Entrevista: Zoia Prestes. **Revista Zero-a-seis**, v. 16, n. 30, p. 340-352, Florianópolis, jul./dez. 2014. Entrevista concedida a Giselle Silva Machado de Vasconcelos, Márcia Simão Buss, Sonia Cristina Lima Fernandes> Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2014n30p140/27698 >. Acesso em: 28 Jul. 2017.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **Histórias das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 84-106.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. NOTÍCIAS. **Novo Índice de Desenvolvimento Humano mostra desaceleração geral no crescimento pelo mundo**. Brasília: PNUD, 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3911> Acesso em: 12 set. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é IDHM.** Brasília: PNUD, 2016. Disponível em: <http://pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 24 mar. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking IDHM Municípios 2010.** Brasília: PNUD, 2010. Disponível em: <http://pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>. Acesso em: 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO**. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - Sustentar o Progresso Humano:** Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência. Brasília: PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

PROUT, Alan. Participação, políticas e as condições da infância em mudança. In: MÜLLER, Fernanda. (Org.). **Infância em perspectiva**: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010a, p. 21-41.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez, 2010b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> acesso em: 20 jan. 2017.

QVORTRUP, Jens. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. (Org.). **Investigação com crianças**: perspectivas e práticas. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005, p. 73-96.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como fenômeno social”. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1(64), p. 199-211, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n1/15.pdf >. Acesso em: 23 out. 2017.

QVORTRUP, Jens. O trabalho escolar infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: CASTRO, Lucia Rabello de. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2001, p. 129-152.

RABELO, Eleni Bonifácio; NEVES, Ivânia dos Santos. Nas palavras de Dalcídio Jurandir: “Marajó”, de rios campos e florestas, às contradições sociais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FLUXOS E CORRENTES: TRÂNSITOS E TRADUÇÕES LITERÁRIAS, 14., 2014. Pará. **Anais**...Pará: ABRALIC, 24 a 26 de set. p. 384-396, 2014. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2014_1434476212.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 19-54.

RAMOS, Mariana Oliveira. **A “comida da roça” ontem e hoje**: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). 2007. 177f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11918/000619128.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 ago. 2017.

REIS, Daniela Castro dos. **Cultura da brincadeira em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó**. 2007. 221f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2007. Disponível em: <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Dani%20Reis%202007.pdf> Acesso em: 8 fev. 2018.

REIS, Magali; SANTOS, Lorene dos; XAVIER, Maria do Carmo. Crianças e infâncias: educação, conhecimento, cultura e sociedade. In: REIS, Magali; XAVIER, Maria do Carmo; SANTOS, Lorene dos. (Org.). **Crianças e infâncias**: educação, conhecimento, cultura e sociedade. São Paulo: Annablume, 2012, p. 7-18.

REIS, Magali; SANTOS, Lorene dos; XAVIER, Maria do Carmo. A construção Sociológica da infância. In: REIS, Magali; GOMES, Lisandra Ogg. (Org.). **Infância**: Sociologia e sociedade. São Paulo: Edições Levana/Attar Editorial, 2015, p. 167-190.

REIS, Magali; SANTOS, Lorene dos; XAVIER, Maria do Carmo. **Culturas infantis e práticas culturais infantis**. 2018. No prelo.

RECTIFICAÇÕES (Domingos Francisco Cerdeira e não Domingos Francisco Cordeiro). **Jusbrasil**, 21 nov. 1892. [Biblioteca Nacional Digital - Diario Official, Anno XXXI, 1892, primeira página]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1701322/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-11-1892/pdfView>. Acesso em: 21 abr. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Karla Tereza Silva. Águas e condições de vida na zona rural de Salvaterra, Marajó-PA. In: SIMÕES, Maria do Socorro. (Org.). **Campus flutuante**: rumo ao Marajó. Belém: NUMA/UFPA, 2007, p. 111-123.

RIBEIRO, Maria Sílvia et al. Estudos sociais da infância. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. **Escritos de Fúlvia Rosemberg.** São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2015, p. 29-59.

RIBEIRO, Nicias. **Um brinde aos marajoaras**. Pará: Tribo, 2014. Disponível em: <http://tribodoscaboclos.blogspot.com.br/2014/01/>. Acesso em 10 fev. 2018.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisa. São Paulo: Cortez, 2008, p. 43-78.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 31 mar. 2017.

RODRIGUES, Denise Simões. Identidades Culturais na contemporaneidade: contribuições o debate teórico-metodológico. In: RODRIGUES, Denise Simões; FARES, Josebel Akel. (Org.). **Memória, imaginário e educação na Amazônia**. Belém: EDUEPA, 2013, p. 9-35.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. 7. ed. Rio de Janeiro: FioCruz, 2006.

RODRIGUES, Sérgio. A palavra ‘bença’ está certa? **Veja**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/a-palavra-benca-esta-certa/>. Acesso em: 11 set. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Aparecida Silva. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012, p. 11-46.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Criança pequena e desigualdade social no Brasil**. [S. l.]: Do Autor, 2017. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil. org.br/PDF/CRIAN%C3%87A%20PEQUENA%20E%20DESIGUALDADE%20SOCIAL%20NO%20BRASIL%20-%20F%C3%BAlvia%20Rosemberg.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira. et al.(Org.).

Oferta e demanda de educação infantil no campo. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 14-69.

SALLES. Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**: textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.
SALLES. Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set. 1995. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a04.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017.

SAMPAIO, Carmen Sanches. Compreender o compreender das crianças em seus processos alfabetizadores. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 17-41.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, p.5-23, jul./dez. 2003. Entrevista concedida a Luís Armando Gandin e Álvaro Moreira Hypolito. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/ documentos/ curriculosemfronteiras.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SANTOS, Luciano dos. As Identidades Culturais: Proposições Conceituais e Teóricas. **Revista Rascunhos Culturais**, Coxim/MS, v. 2, n. 4, p. 141-157, jul./dez. 2011. Disponível em*:* <revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2012/07/4ed_artigo_9.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SANTOS, Luciene Alves. A metamorfose nos contos fantásticos de Murilo Rubião. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas** - artigos da sessão livre*,* Porto Alegre, v. 2, n. 02, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/4873/2788>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Sociologia da infância: aproximações entre Willian Corsaro e Florestan Fernandes. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 5, n. 1, p. 117-139, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/344/134>. Acesso em: 10 out. 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2º modernidade**. [S. l.]: Piaprograma, 2014. Disponível em: <https://piaprograma.wordpress.com/2014/05/21/as-culturas-da-infancia-nas-encruzilhadas-da-2a-modernidade/>. Acesso em: 7 out. 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produção simbólica. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias. (Org.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: autores Associados, 2011, p. 27-60.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Crianças: educação, culturas e cidadania activa: refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9857>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e culturas da infância**. [S. l.]: TITOSENA, 2017a. Disponível em: <http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Quem está na escuta?** Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz as crianças. Entrevista concedida a Gabriela Romeu. [S. l.]: Primeira Infância, 2017b. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/quem-esta-na-escuta-dialogos-reflexoes-e-trocas-de-especialistas-que-dao-vez-e-voz-as-criancas-2/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. (Org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 17-39.

SARMENTO, Manuel Jacinto; BANDEIRA, Alexandra; DORES, Raquel. Trabalho e lazer no quatidiano das crianças exploradas. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Crianças, essas conhecidas tão desconhecidas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 103-124.

SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. Nota de apresentação. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. (Org.). **Pobreza infantil**: realidade desafios, propostas. Ribeirão - Portugal: Edições Húmus, 2010a, p. 9-13.

SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. Pobreza infantil: documento de trabalho; grupo de trabalho sobre pobreza infantil. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. (Org.). **Pobreza infantil**: realidade desafios, propostas. Ribeirão: Edições Húmus, 2010b, p. 15-69.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. são Paulo: Contexto, 2010, p. 107-136.

SECHI, Bruno. O movimento alternativo na realidade brasileira. In: FRANCO, Heliana Brito; LEAL, Maria de Fátima Mendes. **As crianças da Amazônia**: um futuro ameaçado. Belém: UFPA/UNAMAZ/UNICEF, 1990.

SIGNIFICADOS. **Morbimortalidade**. [S. l.]: Do Autor, 2017. Disponível em:<https://www.significados.com.br/morbimortalidade/>. Acesso em: 22 de out. 2017.

SILVA, Antônio Carlos Galvão da; SILVA, Josué da Costa. **Seringueiros da Amazônia**. [S. l.]: NEER, 2017. Disponível em:<http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AntonioCarlosGalvaodaSilva.ED2V.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.
SILVA, Jerônimo da Silva e; PACHECO, Agenor Sarraf. Energias das águas no corpo de rezadeiras: trânsitos, curas e identidades na Amazônia bragantina (Capanema-PA). **Revista Cocar**, Belém, v. 5, n. 10, p.39 – 51, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/195>. Acesso em: 31 jan. 2018.

SILVA, Joel Pantoja da. **Memórias Tupi em narrativas orais no rio Tajapuru - Marajó das Florestas - Pa**. 2013. 120f. Dissertação (Mestrado)- Universidade da Amazônia, Belém/PA, 2013.

SILVA, Luis Cláudio Ferreira; LOURENÇO, Daiane da Silva. **O gênero literário fantástico**: considerações teóricas e leituras de obras estrangeiras e brasileiras. UNESPAR/NUPEM. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 5., 2010. Campo Mourão. **Anais**... Campo Mourão: FECILCAM, 26 a 29 de out. 2010. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_ epct/PDF/linguistica_letras_artes/09_SILVA_LOUREN%C3%87O.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SILVA, Maria das Graças da. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. **Revista Cocar**, Pará, v. 1, n. 1. 2007, p. 47-57.

SILVA, Silvana Vieira da. A Alemanha em Guillaume Apollinaire: Rhénanes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC - TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS, 11., 2008. São Paulo. **Anais**... São Paulo: USP, 13 a 17 de julho de 2008. Disponível em:<http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/079/SILVANA_SILVA.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SILVA, Thais de Queiroz e; ALMEIDA, Dulce Filgueira de. Corpo, cultura e técnicas: uma perspectiva de pesquisadores brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S197-S211, abr./jun. 2014. Disponível em: <revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/download/2127/1085>.Acesso em: 02 jan. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

SIMÃO, Edna; PUPO, Fábio. Programas sociais têm corte de até 96% em quatro anos. **Revista Valor Econômico**, 09 de out. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/5149370/programas-sociais-tem-corte-de-ate-96-em-quatro-anos>. Aceso em: 09 de Nov. 2017.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa; SANTOS, Elaine Suane Florêncio dos; BARROCA, Karla Cabral. A perspectiva pós-colonial e a sociologia da infância**.** FARIAS, Ana Lúcia Goulart de; BARREIRO, Alex; SANTIAGO, Flávio. (Org.).In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INFÂNCIAS E PÓS-COLONIALISMO: PESQUISAS EM BUSCA DE PEDAGOGIAS DESCOLONIZADORAS, 2., 2015. Campinas; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INFÂNCIAS E PÓS-COLONIALISMO, 2.,2015. Campinas. **Anais...**Campinas: GEPEDISC, 2015.

SIMONIAN, Ligia T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciências sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, Claudia; RUGGERI, Sandro. (Org*.).* **Imagem e pesquisa na Amazônia**: ferramenta de compreensão da realidade. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)**. 2010. 204f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13219/1/Eliane%20Cristina%20Lopes%20Soares.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.
SOARES, Sergei et al. Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais. **International Policy Centre for Inclusive Growth Working Paper**, n. 138. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/PRB50PT_Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf>. Acesso em: 06 maio 2016.

SOBRAL, Raymundo Mário. **Dicionário Papachibé**: a linguagem paraense. v. 5. Belém: Santo Antonio, 2014.

SOUSA, Emilene Leite de. **Umbigos enterrados**: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância. 2014. 422f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/130980/332919.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 mar 2017.

SOUZA, Alexandre Augusto Cals e. **Políticas educacionais na Amazônia**: estado, democracia, sociedade civil e participação. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SOUZA, Izabela Jatene de; MONTEIRO, Valdemar Corrêa. Apresentando o movimento pela valorização do estatuto da criança e do Adolescente na Amazônia. In: SILVA, Lucia Isabel; ARAÚJO, Nazaré; HAGE, Salomão Mufarrej.(Org.). **Direitos Humanos de crianças e adolescentes na Amazônia**: referências para a formação de Conselheiros Tutelares e de Direitos e outros atores do Sistema de Garantia. Belém: Editora Gráfica da UFPA, 2015.

SOUZA, Luciana Karine de; SILVEIRA, Danielle Cristina; ROCHA, Michelle Araújo. Lazer e amizade na infância: implicações para saúde, educação e desenvolvimento infantil. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 36, 1º sem. de 2013, p. 83-92. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n36/n36a08.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa. **O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas**. 1997. 192f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1997.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os significados do corpo nos processos de socialização de crianças e Jovens do campo. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 153-182.

SYMANSKY, Heloisa. **A relação família/escola:** desafios e perspectiva. Brasília: Líber Livros, 2007.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista Acta Geográfica**, ano II, n. 3, jan./jun. 2008, p.59-83. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/204>. Acesso em: 7 set. 2017.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Isto não é uma criança!** Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa. 2013. 160f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2307/5206.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 de out. 2017.

TEIXEIRA, José Ferreira. O Arquipélago de Marajó. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA REALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (DISTRITO FEDERAL), 10., 1944. Rio de Janeiro. **Anais**...Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1952, 7 a 16 de setembro de 1944. p. 713-807. v.8.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. **A construção de significados nas brincadeiras de faz-de-conta por crianças de uma turma de Educação Infantil ribeirinha da Amazônia.** 2009. 294f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. Crianças ribeirinhas brincando na pré-escola. In: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves. (Org.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013, p. 187-203.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Tradução de Maria Clara Correa Castello. 4. ed., São Paulo: Perspectiva, 2017.

TRINDADE, Gesiane Oliveira da. **A cidade & a soja**: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. 128f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Belém, 2015. Disponível em: <www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Tcc.arquivo&id=375>. Acesso em: 15 out. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Analítico do Território do Marajó 2012**. Para: MDA, 2012. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Epidemiologia**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/33459/mod_resource/content/3/AtencaoBasica_3Epidemiologia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

VAPOR APIHI (1877). **Jornal o Liberal do Pará** (1869-1889). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&PagFis=8061&Pesq=Piri%c3%a1>. Acesso em: 17 maio 2017.

VARGAS, Lisete Arnizaut Machado de. **Escola em dança**: movimento, expressão e arte. Porto Alegre: Mediação, 2007.

VERÍSSIMO, José**. Estudos amazônicos**. Belém: UFPA, 1970.

VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline. **A floresta habitada**: história da ocupação humana na Amazônia. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2014.

VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. **Sesmarias**: Instituto de Terras do Pará. Belém: ITERPA, 2009. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/sesmarias.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

VILA DO PIRIÁ. **Google Earth.** [S. l.]: Google Earth Pro, 2017. [Imagem captada em 05/09/2017]. Disponível em: Programa Google Earth Pro. Acesso em: 7 set. 2017.

VILA DO PIRIÁ. **Google Earth.** [S. l.]: Google Earth Pro, 1969. Disponível em: Programa Google Earth Pro. Acesso em: 7 set. 2017.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A aprendizagem e desevolvimento intelectual na idade escolar. In: LEONTIEV, Alexis; VYGOTSKY, Lev S.; LURIA, A. Romanovich e et al. **Psicologia e Pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. **Psicologia USP**, São Paulo, v.21, n.4, p. 681-701, 2010. Disponível em:< http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42022/45690>. Acesso em: 20 dez. 2016.

WALLON, Henri. Les milieux, les groupes et la psychogenèse de l'enfant. **Enfance**, Paris, tome 12, n. 3-4, p. 287-296, 1959. Disponível em: <https://www.persee.fr/docAsPDF/enfan_0013-7545_1959_num_12_3_1444.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WIGGERS, Raquel. Casa, família e pertencimento: a construção da pessoa em uma localidade no sul do Brasil. **Revista Temáticas**, Campinas, ano 21, n. 42, v.1, p. 151-172, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2187/1593>. Acesso em: 01 set. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WINTERSBERGER, Helmut. Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças. In: CASTRO, Lucia Rabello de. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2001, p. 93-120.

WINTERSBERGER, Helmut. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. Tradução de Nair Fonseca e João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução a teoria conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.

WOSIEN, Maria-Gabriele. **Dança**: símbolos em movimento. Tradução de Bettina Aring Mauro. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

XAVIER, Maico Oliveira. **Cabôcullos são os brancos**: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios dos Termos da Vila Viçosa Real – século XIX. 2010. 308f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3059>. Acesso em: 21 out. 2017.

ZANON, Silvia Renata. **O enfraquecimento da cultura oral em pequenas comunidades rurais e o papel da educação do campo no resgate dessa tradição**. 2011. 16f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38896/R%20-%20E%20-%20SILVIA%20RENATA%20ZANON.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 out. 2017.

ANEXO A - Documentos de Curralinho - Histórico de Curralinho encontrado nos Anais da Biblioteca Nacional.

assaizeiro, bacabeira, patana, bussú, murumurú, jupaty que dão fluctos, saborozos e podem produzir excellentes oleos.

Fructos silvestres.-Cajá, assú, goiaba, araçá, maracujá de diverças qualidades, mangaba, pitomba, massaranduba (fruta) bacory (Idem) omary, anga, genipapo, uxi, ata, jaca, cutitiri-bá, bacury,-pari, acahú, mucajá, taperebá, castanha sapucaia, pupunha, cupu-assú, biribá, cacau, abio, ananas, de muitas qualidades, bananas de diverças qualidades alem destes frutos tem muitos que são cultivados como, melão, melancia, laranja, seputilha, abacate, abricó, tangerina, lima, limões-doces etc. etc.

Animaes Silvestre.- Anta, taititú, veado vermelho e branco, cutia, tatú, cuati de doas qualidades, porco do matto, sabujá, capivara, onça de diverças qualidades, irara, lontra, janahu, quaximi, tamanduá, de doas qualidades. O interesante quatipurú, macacos de diverças qualidades, prigicinha, prigiça real, candú, de doas qualidades. Aves gallinhaça temos o mutum, jacú, inhambú, diverças qualidades de curcuvados, papagaios de diverças qualidades, piriquitos, garças mergulhão, arara, tucano, arassahy, pavão gaveão real, etc. etc. As Aves cantoras rochinol, caraxué, tentem, passarinho musico, irauna, jurity, pomba gallega, o pomba trocal, japihim, pupira, tanguru-pará e picapaú.

Historia.- Esta Villa foi a antiga fazenda da propriedade do Tenente Coronel João Antonio Lopes Pereira, que offereceo paraser mudada a sede da antiga Villa de Oeiras, e a assembléia Provincial por sua Lei nº 479 de 6 de março de 1865, criou n'ella a Freguesia de S. João Baptista e faz passar a sede da Villa de Oeira para a nova freguesia que em 19 de fevereiro de 1867 abrio a sua primeira sessão.

Topographia.- Este Villa está cituada a margem direita da bahia do Curalinho, em um terreno plano, tem uma unica rua e começo de uma segunda , a edificação é um gosto moderno, a rua bem alinhada, os edificios são quaze tudos de pedra e tijollos, são terreos, tendo unicamente trez cazas assobradadas. A sua linda igreja que tem duas graciozos torres de cem palmos cada uma, é das melhores do Val do Amazonas, o seo cymiterio é vasto cercado de madeira acapú, tendo uma linda capella feita de tijollos e acavada em 1879; o litoral da Villa tem oito pontes construidas de acapú, proprisa para receberem as cargas dos vapores da Companhia do Amazonas. Empreza do Marajó e dos particulares. Tem diverços estabelecimentos commerciaes.

População.- Segundo o ultimo recenciamento consta a população livre de 3.290 e a escrava de 148; desta população habitam na Vila 300 livres e 19 escravos.

Agricultura.- Lavoura, pode dizer-se que neste Municipio não existe propriamente a lavoura porque se em tempos passados abundou a lavoura de arroz, farinha, o caffe, o algodão, o cacau hoge só alguns individuos, fazem pequenas roças que não chegão mesmo para o consumo de suas proprias familias tal é o assudamento em que estão com a extração da gomma elastica, que é o principal ramo de commercio deste Municipio. Infelismente a extração da gomma eslastica so aproveita ao commercio aviador para o interior e aos exportadores, em quanto que o povo estraga a saude e perde os bons habitos com semelhante industria.

Industria fabril.- Nem uma fabrica existe neste Municipio.

Comercio.- O comercio deste Municipio é em relação a sua população de uma importancia notavel, porque importa mais de 350:000:000 rs. as transações annuaes, sendo vizitado o porto da Villa por mais 10 vapores e muitos pontos do Municipio, sendo a gomma elastica o genero de exportação que paga maior parte d'esse consumo, porque o cacau, couro de veado e outros generos são de pouca importancia.

Instrucção.- Tem duas escollas de encino de primario uma do sexo masculino e outra do feminino. Neste ramo de serviço publico apesar da Provincia pagar generosamente aos professores e deter já muitos mestres saidos da escalla normal ainda ha muito a desejar.

Divizão ecclesiastica.- Pertence a este Municipio a Diocese da cidade do Gram - Pará, tem uma unica parochia denominada de S. João Batista de Curralinho eredicta em 1865.

Obra publica.- Tem uma Igreja com duas torres mandada construir em 8 de Outubro de 1865 por Lei Provincial numero 530 e uma capella do Cymiterio tambem construida em 19 de Desembro de 1877.

Curiosidades naturaes.- Não tem, pelo menos que tenha chegado a nosso conhecimento.

Distancias.- Dista esta Municipio 100 milhas da Capital, da Villa de S. Sebastião da Bôa Vista 18 milhas, da Villa de Oeiras 16 milhas e da Villa de Breves 50 milhas.

Secretaria da Camara Municipal da Villa de S. joão Baptista de Curralinho 5 de maio de 1881.

A Secretaria da Camara.
Antonio Lopes P.

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 1993, p. 365/366.

ANEXO B - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - Indicador para 1902.

ALEMQUER

Comprehende a parochia de Santo Antonio do Alemquer. População 7539 habitantes.

ALMERIM

Comprehende a parochia de Nossa Senhora da Conceição do Almerim. População 1225 habitantes.

ANAJAZ

Comprehende a parochia do mesmo nome. População 6065 habitantes.

AVEIROS

Comprehende a parochia de Nossa Senhora da Conceição de Aveiros. População 1181 habitantes.

BAGRE

Comprehende a parochia de Nossa Senhora da Nazareth do Bagre. População 2869 habitantes.

BAYÃO

A villa de Santo Antonio do Bayão foi creada em virtude da resolução do Conselho do Governo em sessão de 10 e 17 de Maio de 1883 e installada em 17 de Outubro do mesmo anno. Comprehende a parochia de Santo Antonio do Bayão. População 6342 habitantes.

BRAGANÇA

Sendo fundada esta povoação em 1753, por lei provincial n. 252 de 2 de Outubro de 1854, foi elevada a categoria de villa e depois á cidade. Comprehende a parochia de N. S. do Rosario. População 16046 habitantes.

BREVES

Esta villa de Sant'Anna dos Breves foi creada pela lei provincial n. 200 de 25 de Outubro de 1851 e installada em 25 de Março de 1852. Occupa a margem direita do rio Furo (Paracau) na ilha de Marajó, na embocadura do Amazonas. Comprehende a parochia de Sant'Anna dos Breves. População 12593 habitantes.

CAMETÁ

Villa fundada em Dezembro de 1635 e elevada a categoria de cidade por lei provincial n. 145 de 24 de Outubro de 1848. Comprehende as parochias de S. João Baptista de Cametá e Nossa Senhora do Carmo do Tocantins. População 17472.

CACHOEIRA

A villa de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira foi creada pela resolução do Conselho do Governo em sessão de 10 e 17 de Maio de 1833 e installada em 7 de Maio de 1834. Comprehende a parochia de N. S. da Conceição da Cachoeira. População 1114 habitantes.

CHAVES

Villa fundada em 1758 e nesse mesmo anno installada. Comprehende a parochia de Santo Antonio de Chaves. População 12037 habitantes.

CINTRA

Villa fundada em 1700 e nesse mesmo anno installada. Comprehende a parochia de S. Miguel de Cintra. População 5812 habitantes.

COLLARES

Comprehende a parochia de Nossa Senhora do Rosario de Collares. População 1315 habitantes.

CURRALINHO

Creada freguezia sob a invocação de S. João Baptista por lei provincial n. 469 de 9 de Março de 1865 e villa por lei n. 479 de 6 do mesmo mez e anno. Foi seu creador o tenente-coronel João Antonio Lopes Pereira. A villa acha-se collocada ao sudoeste da ilha de Marajó em uma bahia povoada de pequenas ilhas que lhe diminuem a extensão. O lugar onde se acha offerece vantagens para edificação por ser o solo livre de inundações. Comprehende a parochia de S. João Baptista do Curralinho. População 3789 habitantes.

CURUÇÁ

Villa fundada em 1758 e depois supprimida. Restaurada por lei provincial n. 167 de 21 de Novembro de 1850 e installada em 7 de Janeiro de 1853. Comprehende a parochia do mesmo nome. População 6097 habitantes.

FARO

Villa fundada em 1750 e nesse mesmo anno installada. Comprehende a parochia de S. João Baptista de Faro. População 4009 habitantes.

GUAMÁ

Comprehende a parochia de S. Miguel do Guamá. População 3796 habitantes.

GURUPÁ

Villa fundada em 1639 e nesse mesmo anno installada. Comprehende as parochias de Santo Antonio de Gurupá e Nossa Senhora do Rosario de Arrayollos. População 7784 habitantes.

IGARAPEMIRIM

Villa por lei provincial n. 113 de 16 de Outubro de 1853 e installada em 26 de Julho de 1845. Comprehende a parochia de Sant'Anna de Igarapemirim. População 9266 habitantes.

IRITUYÁ

Villa por lei provincial n. 534 de 12 de Outubro de 1867 e supprimida pela lei n. 586 de 23 de Outubro de 1868. Restaurada pela de n. 934 de 31 de Julho de 1879 e installada em 7 de Janeiro de 1881. Comprehende a parochia de Nossa Senhora da Piedade de Irituyá. População 4230 habitantes.

ITAITUBA

A povoação de Brasilia Legal, denominação primitiva, foi elevada a categoria de villa por lei provincial n. 266 de 16 de Outubro de 1854; essa categoria, porém, foi transferida para Itaituba pela lei n. 290 de 15 de Novembro de 1856, cuja installação realizou-se em 3 de Novembro de 1857. Comprehende as parochias de Sant'Anna de Itaituba e Brazilia Legal. População 4008 habitantes.

JURUTY

Comprehende a parochia de Nossa Senhora da Saude do Juruty. População 2501 habitantes.

MACAPÁ

Villa fundada em 1752 e elevada á cidade por lei provincial n. 281 de 6 de Setembro de 1856. Comprehende a parochia de S. José de Macapá. População 4697 habitantes.

MARAPANIM

Villa por lei provincial n. 802 de 4 de Março de 1874 e installada em 15 de Janeiro de 1878. Comprehende as parochias de Nossa Senhora da Victoria de Marapanim e Santa Luzia da Campina Secca. População 6285 habitantes.

MAZAGÃO

Villa fundada em 1770, supprimida depois; restaurada por lei provincial n. 26 de 30 de Abril de 1841 e installada em 24 de Maio de 1842. Comprehende as parochias de Nossa Senhora da Conceição de Mazagão e Nossa Senhora da Conceição do Bailique. População 5651 habitantes.

MELGAÇO

Villa fundada em 1758, supprimida pela lei provincial n. 200 de 25 de Outubro de 1851. Restaurada pela de n. 280 de 20 de Agosto de 1856 e reinstallada em 12 de Outubro de 1857. Comprehende a parochia de S. Miguel de Melgaço. População 3961 habitantes.

MOCAJUBA

Comprehende a parochia de Nossa Senhora da Conceição de Mocajuba. População 3815 habitantes.

MOJU'

Comprehende as parochias de Mojú e Cairary. População 6224 habitantes.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil.

ANEXO C - Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921-1922.

Cemiterios:

Em Chaves (séde) — 1; Arapixy, — 1; Ganhoão — 1; Pracutuba — 1; Goiabal — 1; Arrozal — 1; Ilha Viçosa — 1; Cururú — 1; São Joaquim — 1.

Criadores:

Arlindo do Amaral Cacerla.
Leopoldino Baptista Ferreira.
Cicero Ferreira do Amaral.
Raymundo Archelau Nobre Ferreira.
Raymundo Marques Monteiro.
Frederico Gracioso Nobre Ferreira.
Manoel Ignacio Espindola.
Amancio Antonio dos Santos.
Casemiro Ferreira da Silva.
Manoel Monteiro Corrêa.
Manoel de Miranda Ruy-Secco.
Firmo Augusto Corrêa de Figueiredo.
João Mendes Pereira Gemaque.
Carlota de Miranda Ruy-Secco Gemaque.
Manoel Carlos Ferreira Martins.
D. Verissima Corrêa da Boa-Morte.
Diogo de Carvalho Pinto.
Napoleão Edmundo Coelho.

Capitalistas:

José de Miranda Bombo, cor.
Dr. Augusto Leite Chermont.
Cassio Romualdo dos Reis, cor.
Edmundo Chermont.
José Samuel de Carvalho.
Zacharias do Espirito Santo da Cruz.
Benevenuto Corrêa.
Benjamin Magno de Almeida e Silva.
Djalma da Costa Machado.

Povoados: Bacury, S. Joaquim, Guajará, Arapixy, Ganhoão, Pracatuba, Goiabal, Arrozal, Ilha Viçosa e Cururu'.
Juiz de direito: Dr. Joaquim Gomes de Mattos.
Juiz substituto: Dr. Francisco Alberto de Mello.
Promotor: Aldebaro Bezerra de Albuquerque.

CONCEIÇÃO

Municipio e villa pertencente á comarca de Araguaya.
Intendente: Norberto de Souza Lima.
Juiz de comarca: Dr. Manoel Buarque da Rocha Pedregulho.
Juiz substituto: Vago.
Promotor: Salustiano de Moraes Leal

CURRALINHO

(Comarca, municipio e cidade)

Municipio na Ilha do Marajó pertencente á comarca de Muaná.
Limites: Os municipios de S. Sebastião da Boa Vista, Breves e Oeiras.
Districtos: Curralinho, Canaticu', Piriá, Matuacá e Guapará.
Viação: Fluvial.
Rios: Canaticu', com 26 affluentes, Piriá, com 14 affluentes, Mutuacá com 10 affluentes, Guarajá, com 8 affluentes e Assu'.
Clima: Temperado, salubridade boa.
Povoado: S. José do Mutuacá, situado a margem esquerda do rio Mutuacá, 5 leguas distante da confluencia deste rio com o rio Piriá. Possue 300 habitantes.
Culturas: Milho, arroz, feijão e banana.
Flora: Acapu', piquiá, massaranduba, cedro, etc.
Fauna: Abundante e variada.
Importação: Artigos de armarinho, fazendas, ferragens, seccos e molhados.
Exportação: Borracha , cacau, couros e madeiras.
População: 15.000 habitantes.
Curralinho: Cidade situada na costa meridional da ilha de Marajó, á margem esquerda do rio Pará. Foi creada freguezia pela lei n. 172, de 30 de novembro de 1850, villa por lei de 6 de março de 1865 e cidade por lei n. 324, de 6 de julho de 1895, do Congresso Legislativo do Estado. Tem cerca de 1.000 metros quadrados de superficie, dista do Pará 18 milhas; 500 habitantes.

REPARTIÇÕES E SERVIÇOS FEDERAES

Administração Municipal:

Intendente: João Antonio Lopes Pereira, capitão.
Vice-intendente: João Ferreira de Sá.
Secretario: Raphael Ferreira de Sá.

Conselho Municipal:

Presidente: João Antonio Lopes Pereira.
Vice-presidente: João Ferreira de Sá.
Secretario: Raphael Ferreira de Sa.
Vogaes:
João Ferreira de Sá.
Sabino Rodrigues Cardoso.
Pedro Ferreira do Espirito Santo.
Marcellino Nunes da Silva.
José Rodrigues Chaves Moura.
Seraphim Barreiros de Azevedo.
Luciano Joaquim Cardoso.
José Tiburcio da Silva.
Procurador fiscal: Benjamin de Figueiredo Bogewich.
Fiscaes:
Raymundo Ferreira do E. Santo.
Arthur Manoel Dias.
Antonio Rodrigues da Silva.
Eufrausino José da Silva.
Zelador, servindo de porteiro e administrador do cemiterio: João Pereira Dutra.

Administração Judiciaria:

Juiz da comarca: Dr. Raul da Costa Braga.
Juiz substituto: Dr. Ricardo Borges Ferreira e Silva.
Supplentes:
Antonio Gomes Rodrigues.
Jorge de Paiva Martins.
Promotor: Dr. João Baptista Accioly Lins.
Adjunto: Francisco Antonio Martins Junior.
Partidor: Demetrio Alves Cardoso.
Contador: João do Prado Lopes Pereira.
Escrivães e tabeliães:
Raymundo Magno da Fonseca, tenente-coronel, da 1ª circumscripção.
Manoel A. de Souza, da 2ª circumscripção.
Officiaes de justiça:
João Pereira Dutra.
Ovidio C. de Sá.

Administração Policial:

Prefeito em commissão: Antonio Augusto de Andrade, tenente.
Sub-prefeito: Raymundo Lagos da Costa.
Supplente: Raymundo Ferreira do Espirito Santo.
Escrivão: Benjamin de Figueiredo Bogorwich.

Collectoria Estadoal:

Collector: José Cerdeira Sobrinho.
Escrivão: José Maria de Jesus Brito.

Instrucção Publica:

Escola mixta "Prado Lopes".
Professora: Mlle. Maria Ruth Lago da Costa.
Escolas municipaes:
Professores:
Ulysses Ferreira de Sá.
Emerentina de Souza Moreira.

Juizo Federal:

Supplente: Dr. Oséas Saboya de Barros.

2ª Linha do Exercito:

Coroneis:
Leopoldo Emiliano Pereira Lima.
Francisco Maria Bordallo.
Antonio José da Costa e Silva.
Tenentes-coroneis:
Francellino Rodrigues da Silva.
Raymundo Magno da Fonseca.
João do Prado Lopes Pereira.
Majores:
Jorge Gomes de Carvalho.
Pedro Furtado de Mendonça.
Capitães:
João Antonio Lopes Pereira.
José Cordeiro Sobrinho.
Marcellino Nunes da Silva.
1º tenente: José Maria de Jesus Brito.

Junta de Alistamento Militar:

Presidente: João Antonio Lopes Pereira, capitão.
Secretario: José Maria de Jesus Brito, 1º tenente.
Escrivão: Raymundo Magno da Fonseca, tenente-coronel.

Correio:

Agente: D. Luiza C. Barbosa da Fonseca.

Telegrapho:

Telegrapho Inglez:
Telegraphista: Raymundo M. da Silva Martins.

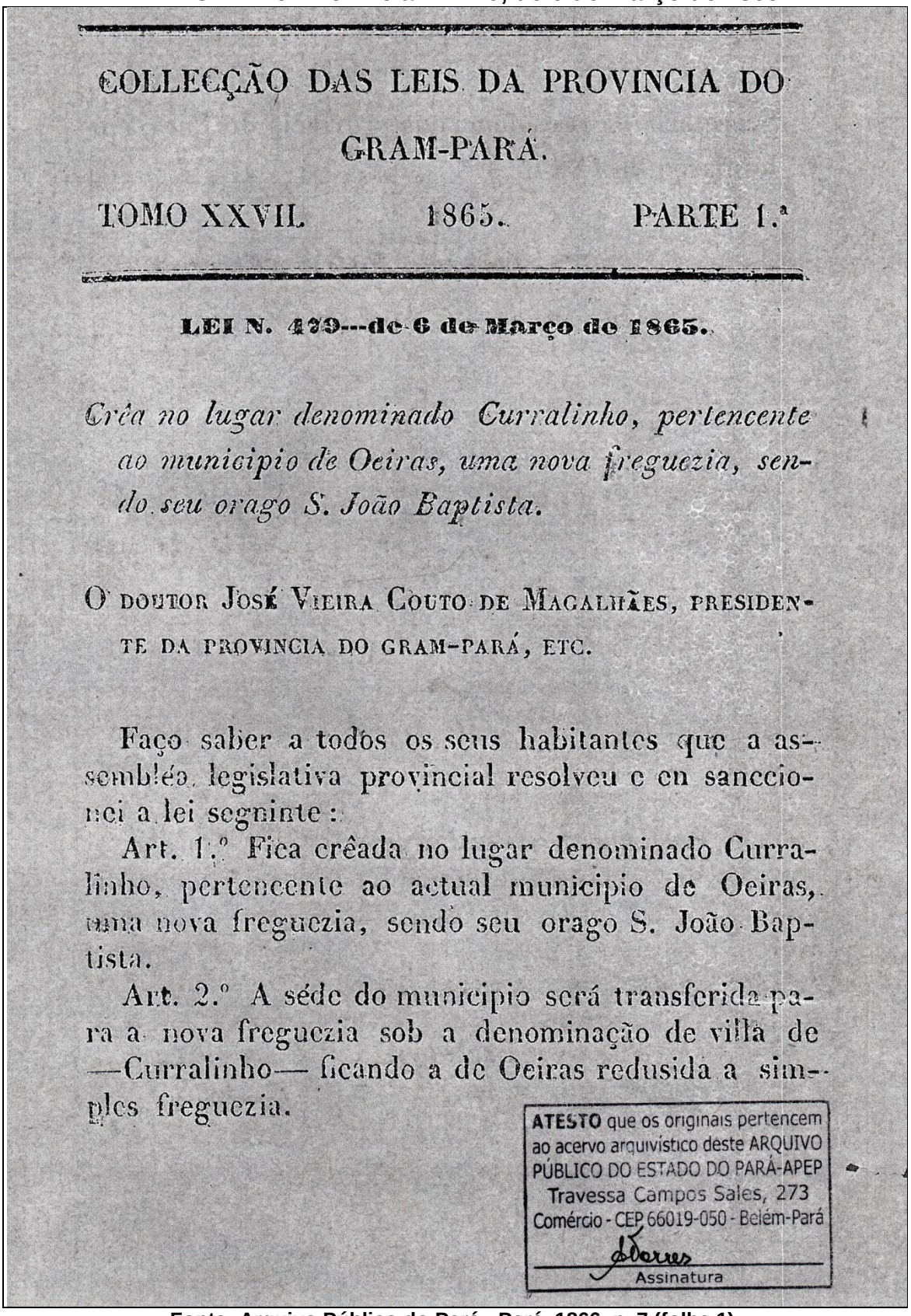
Religião:

Egreja Matriz:
S. João Baptista.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil.

ANEXO D - Lei Provincial nº 479, de 6 de março de 1865.



COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA DO GRAM-PARÁ.

TOMO XXVII. 1865. PARTE 1.ª

LEI N. 479---de 6 de Março de 1865.

Crêa no lugar denominado Curralinho, pertencente ao municipio de Oeiras, uma nova freguezia, sendo seu orago S. João Baptista.

O DOUTOR JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES, PRESIDENTE DA PROVINCIA DO GRAM-PARÁ, ETC.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial resolveu e eu sanccionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica crêada no lugar denominado Curralinho, pertencente ao actual municipio de Oeiras, uma nova freguezia, sendo seu orago S. João Baptista.

Art. 2.º A séde do municipio será transferida para a nova freguezia sob a denominação de villa de —Curralinho— ficando a de Oeiras redusida a simples freguezia.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1866, p. 7 (folha 1).

Art. 3.º O presidente da provincia, ouvindo o ordinario e a camara municipal respectiva, marcará os limites das duas parochias.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio da presidencia da provincia do Gram-Pará, aos seis dias do mez de março do anno de mil oitocentos sessenta e cinco, quadragesimo quarto da independencia e do imperio.

L. S.

Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

Carta de lei pela qual vossa excellencia manda executar a resolução da assembléa legislativa provincial, crêando uma nova freguezia sob o orago S. João Baptista, no lugar denominodo Curralinho, do municipio de Ociras e transferindo a séde do municipio para a dita freguezia, que é elevada a cathegaria de villa, como nella se declara.

Para vossa excellencia vêr.

Lourenço Rodrigo Ferreira, a fez.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1866, p. 7 (folha 2).

Sellada e publicada nesta secretaria da presidencia da provincia do Pará, em 8 de março de 1865.

Pelo secretario da provincia
O official-maior, *Raymundo Alves da Cunha.*

Registrada no livro competente.

Secretaria da presidencia da provincia do Pará, em 8 de março de 1865.

Lourenço Rodrigo Ferreira.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1866, p. 7 (folha 3).

ANEXO E - Lei Provincial nº 584, de 23 de outubro de 1868.

PARTE OFFICIAL

N.° 584.

23 de Outubro de 1868.

JOSE' BENTO DA CUNHA FIGUEIREDO, PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARA' &.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial resolveu e eu sanccionei a lei seguinte:

Art. 1.° Fica creada uma nova freguezia na povoação da Boa-Vista sob a invocação do martyr S. Sebastião.

Art. 2.° Os limites desta freguezia serão: Com a de S. João Baptista de Cametá pela boca do rio Limoeiro, pertencendo a esta nova parochia os quarteirões 6.°, 7.°, 8.°, 9.°, 10.°, 11.° e 12.° do 1.° districto de Cametá: Com a de Oeiras os mesmos da subdelegacia da nova parochia com as da do 1.° de Cametá e de Oeiras: com Curralinho a fazenda Assurana inclusive, e com Muaná os mesmos da antiga divisão de Oeiras.

Art. 3.° Fica igualmente creada uma nova freguezia na povoação de Santarem-novo, sendo seus limites com a de Cintra a margem esquerda do rio Xocaré, e com a de Salinas a margem direita do Murutipucú, ouvido sobre sua invocação o bispo diocesano.

§ Unico.—O presidente da provincia, de accordo com o prelado diocesano, poderá alterar estas divisões, se julgar conveniente.

Art. 4.° O districto de paz do Guajará-assú, pertencente a matriz da Sé, fica tambem dividido em dois: tomando a denominação de Carapa rú o que começa da bocca do igarapé Oribóca, na margem direita do Guajará, até os limites do Inangapy e do Guajará-assú a mesma extenção que tem na margem esquerda do mesmo rio.

Art. 5.° A freguezia da Boa-vista, de que trata o art. 1.° desta lei fica pertencendo ao municipio de Curralinho, comarca de Breves.

Art. 6.° Os tres districtos de paz de Cametá, ficão divididos da maneira seguinte:

§ 1.° O 1.° districto desde a bocca do Limoeiro até a travessa de Sant'Anna, na cidade, comprehendendo alem do litoral da cidade as ilhas denominadas Arareiym, Pantinga, Pacaiutá, Saracá, Jenipapo, Patycahu, Jooca, Marinduba, Jantuba, Jaoróca, Ilha das Pombas, Caquéra, Jatuaya e Corrêa.

§ 2.° O 2.° districto comprehenderá o resto do antigo 2.° começando da dita travessa de Sant'Anna com as ilhas que lhe pertencião, com excepção das que passão a pertencer ao primeiro.

§ 3.° O 3.° districto continuará a ser o mesmo antigo.

Art. 7.° O districto da freguezia de Tocantins perde a denomição de 4.°, passando a chamar-se simplesmente—Districto da freguezia de Tocantins.

Art. 8.° Os dois districtos da freguezia de Mucajuba, tomão os n.os o 6.° de 1.° e o 5.° de 2.° districto de Mucajuba.

Art. 9.° O dois districtos de paz da freguezia do Acará, ficão divididos em tres, da maneira seguinte:

§ 1.° O 1.° comprehenderá o arraial da freguezia, ambas as margens do rio, subindo até a bocca do rio pequeno, e este até as suas cabeceiras.

§ 2.° O 2.° districto será Murutipitanga.

§ 3.° O 3.° districto comprehenderá desde o arraial da freguezia exclusive, até os limites da parochia da Sé.

Art. 10.° Fica restituida a cathegoria de villa, a freguezia de Oeiras, sendo seus limites municipaes os mesmos parochiaes.

Artigo 11.° Revogão-se as disposições em contrario.

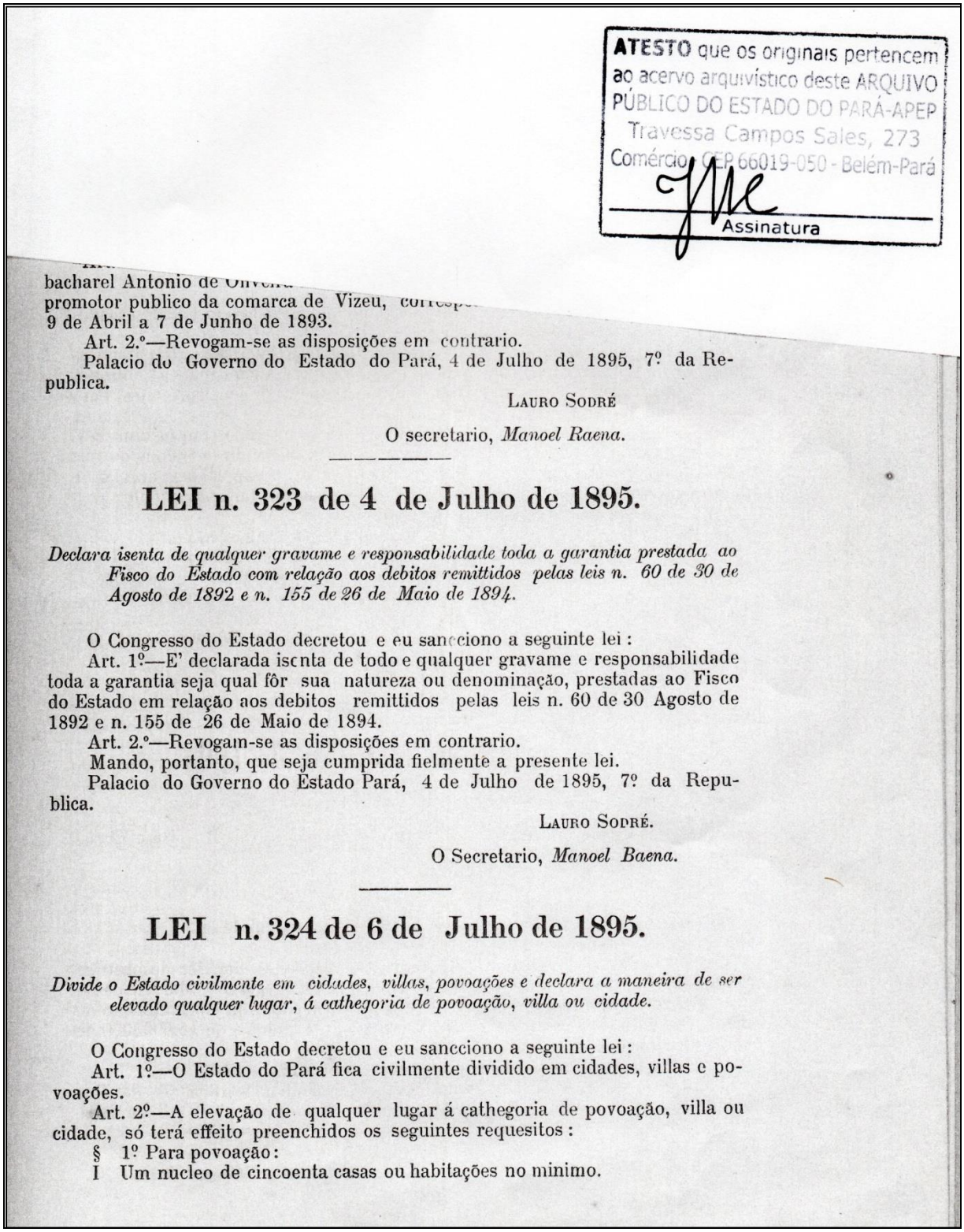
Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do governo do Pará aos vinte e tres dias do mez de outubro de 1868, 47.° da independencia e do imperio.

L. S.

José Bento da Cunha Figueiredo.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil.

ANEXO F - Lei Estadual nº 324, de 6 de julho de 1895.



ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio, CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

bacharel Antonio de Oliveira
promotor publico da comarca de Vizeu, correspondente
9 de Abril a 7 de Junho de 1893.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 4 de Julho de 1895, 7º da Republica.

LAURO SODRÉ

O secretario, *Manoel Raena.*

LEI n. 323 de 4 de Julho de 1895.

Declara isenta de qualquer gravame e responsabilidade toda a garantia prestada ao Fisco do Estado com relação aos debitos remittidos pelas leis n. 60 de 30 de Agosto de 1892 e n. 155 de 26 de Maio de 1894.

O Congresso do Estado decretou e eu sanccciono a seguinte lei:

Art. 1º—E' declarada iscnta de todo e qualquer gravame e responsabilidade toda a garantia seja qual fôr sua natureza ou denominação, prestadas ao Fisco do Estado em relação aos debitos remittidos pelas leis n. 60 de 30 Agosto de 1892 e n. 155 de 26 de Maio de 1894.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, que seja cumprida fielmente a presente lei.

Palacio do Governo do Estado Pará, 4 de Julho de 1895, 7º da Republica.

LAURO SODRÉ.

O Secretario, *Manoel Baena.*

LEI n. 324 de 6 de Julho de 1895.

Divide o Estado civilmente em cidades, villas, povoações e declara a maneira de ser elevado qualquer lugar, á cathegoria de povoação, villa ou cidade.

O Congresso do Estado decretou e eu sancciono a seguinte lei:

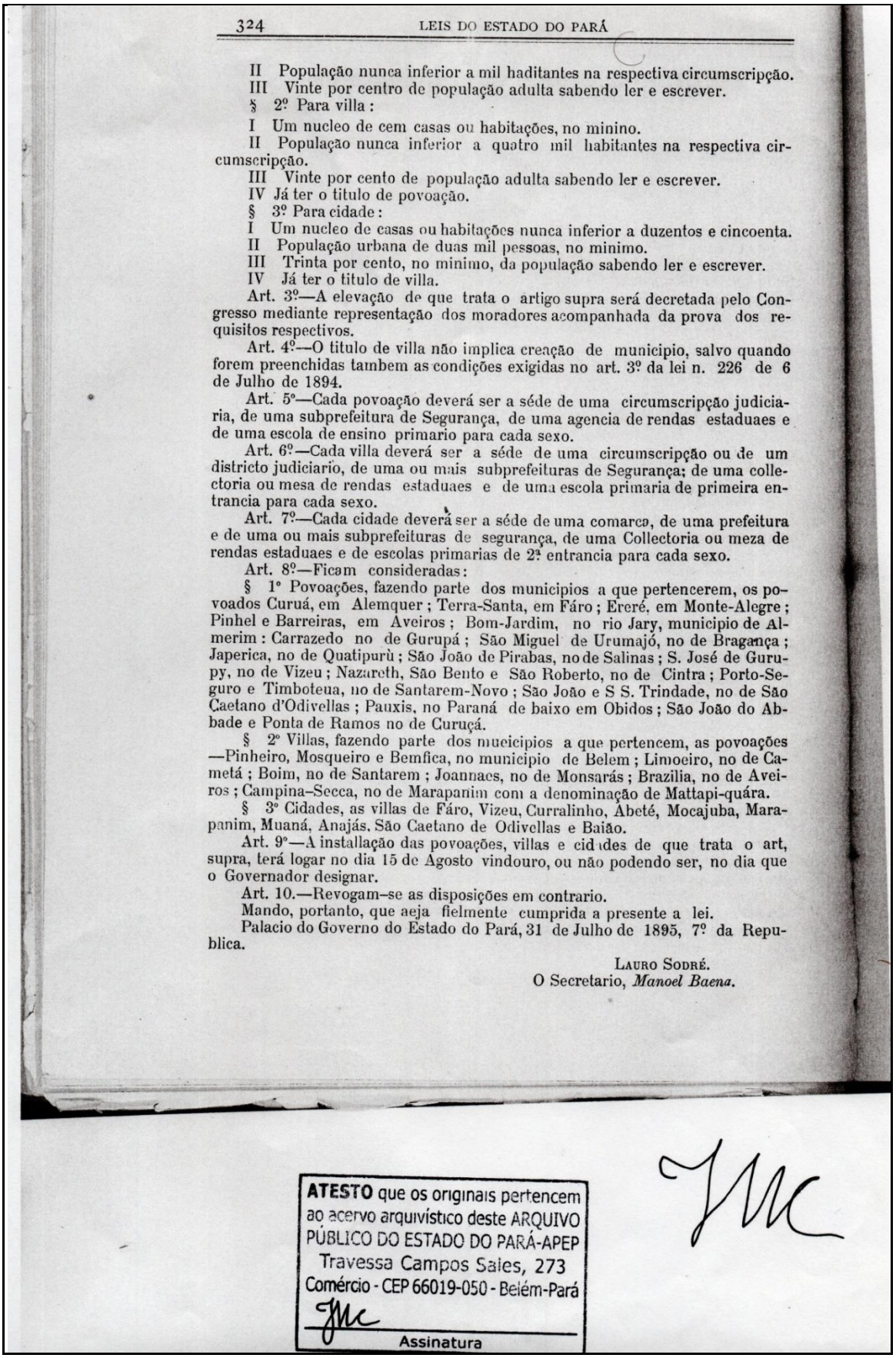
Art. 1º—O Estado do Pará fica civilmente dividido em cidades, villas e povoações.

Art. 2º—A elevação de qualquer lugar á cathegoria de povoação, villa ou cidade, só terá effeito preenchidos os seguintes requesitos:

§ 1º Para povoação:

I Um nucleo de cincoenta casas ou habitações no minimo.

Fonte: Arquivo Público do Pará –Pará, 1900, p. 323 (folha 1).



II População nunca inferior a mil haditantes na respectiva circumscripção.
III Vinte por centro de população adulta sabendo ler e escrever.
§ 2º Para villa:
I Um nucleo de cem casas ou habitações, no minino.
II População nunca inferior a quatro mil habitantes na respectiva circumscripção.
III Vinte por cento de população adulta sabendo ler e escrever.
IV Já ter o titulo de povoação.
§ 3º Para cidade:
I Um nucleo de casas ou habitações nunca inferior a duzentos e cincoenta.
II População urbana de duas mil pessoas, no minimo.
III Trinta por cento, no minimo, da população sabendo ler e escrever.
IV Já ter o titulo de villa.

Art. 3º—A elevação de que trata o artigo supra será decretada pelo Congresso mediante representação dos moradores acompanhada da prova dos requisitos respectivos.

Art. 4º—O titulo de villa não implica creação de municipio, salvo quando forem preenchidas tambem as condições exigidas no art. 3º da lei n. 226 de 6 de Julho de 1894.

Art. 5º—Cada povoação deverá ser a séde de uma circumscripção judiciaria, de uma subprefeitura de Segurança, de uma agencia de rendas estaduaes e de uma escola de ensino primario para cada sexo.

Art. 6º—Cada villa deverá ser a séde de uma circumscripção ou de um districto judiciario, de uma ou mais subprefeituras de Segurança; de uma collectoria ou mesa de rendas estaduaes e de uma escola primaria de primeira entrancia para cada sexo.

Art. 7º—Cada cidade deverá ser a séde de uma comarca, de uma prefeitura e de uma ou mais subprefeituras de segurança, de uma Collectoria ou meza de rendas estaduaes e de escolas primarias de 2ª entrancia para cada sexo.

Art. 8º—Ficam consideradas:

§ 1º Povoações, fazendo parte dos municipios a que pertencerem, os povoados Curuá, em Alemquer; Terra-Santa, em Fáro; Ereré, em Monte-Alegre; Pinhel e Barreiras, em Aveiros; Bom-Jardim, no rio Jary, municipio de Almerim: Carrazedo no de Gurupá; São Miguel de Urumajó, no de Bragança; Japerica, no de Quatipurù; São João de Pirabas, no de Salinas; S. José de Gurupy, no de Vizeu; Nazareth, São Bento e São Roberto, no de Cintra; Porto-Seguro e Timboteua, no de Santarem-Novo; São João e S S. Trindade, no de São Caetano d'Odivellas; Pauxis, no Paraná de baixo em Obidos; São João do Abbade e Ponta de Ramos no de Curuçá.

§ 2º Villas, fazendo parte dos municipios a que pertencem, as povoações —Pinheiro, Mosqueiro e Bemfica, no municipio de Belem; Limoeiro, no de Cametá; Boim, no de Santarem; Joannaes, no de Monsarás; Brazilia, no de Aveiros; Campina-Secca, no de Marapanim com a denominação de Mattapi-quára.

§ 3º Cidades, as villas de Fáro, Vizeu, Curralinho, Abeté, Mocajuba, Marapanim, Muaná, Anajás, São Caetano de Odivellas e Baião.

Art. 9º—A installação das povoações, villas e cidades de que trata o art, supra, terá logar no dia 15 de Agosto vindouro, ou não podendo ser, no dia que o Governador designar.

Art. 10.—Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, que aeja fielmente cumprida a presente a lei.

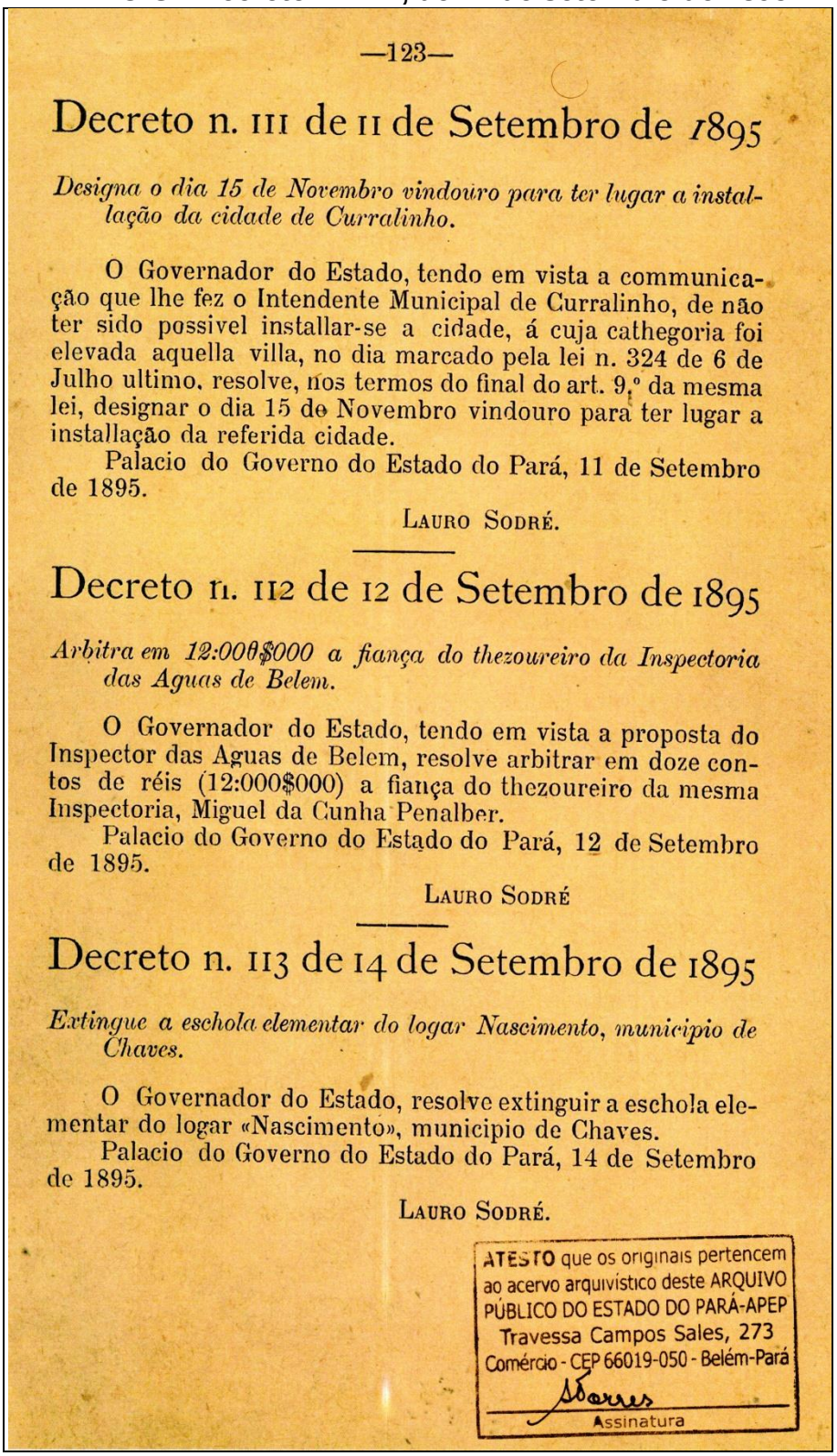
Palacio do Governo do Estado do Pará, 31 de Julho de 1895, 7º da Republica.

LAURO SODRÉ.
O Secretario, *Manoel Baena.*

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1900, p. 324 (folha 2).

ANEXO G - Decreto nº 111, de 11 de setembro de 1895.



—123—

Decreto n. 111 de 11 de Setembro de 1895

Designa o dia 15 de Novembro vindouro para ter lugar a installação da cidade de Curralinho.

O Governador do Estado, tendo em vista a communicação que lhe fez o Intendente Municipal de Curralinho, de não ter sido possivel installar-se a cidade, á cuja cathegoria foi elevada aquella villa, no dia marcado pela lei n. 324 de 6 de Julho ultimo, resolve, nos termos do final do art. 9.º da mesma lei, designar o dia 15 de Novembro vindouro para ter lugar a installação da referida cidade.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 11 de Setembro de 1895.

LAURO SODRÉ.

Decreto n. 112 de 12 de Setembro de 1895

Arbitra em 12:000$000 a fiança do thezoureiro da Inspectoria das Aguas de Belem.

O Governador do Estado, tendo em vista a proposta do Inspector das Aguas de Belem, resolve arbitrar em doze contos de réis (12:000$000) a fiança do thezoureiro da mesma Inspectoria, Miguel da Cunha Penalber.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 12 de Setembro de 1895.

LAURO SODRÉ

Decreto n. 113 de 14 de Setembro de 1895

Extingue a eschola elementar do logar Nascimento, municipio de Chaves.

O Governador do Estado, resolve extinguir a eschola elementar do logar «Nascimento», municipio de Chaves.

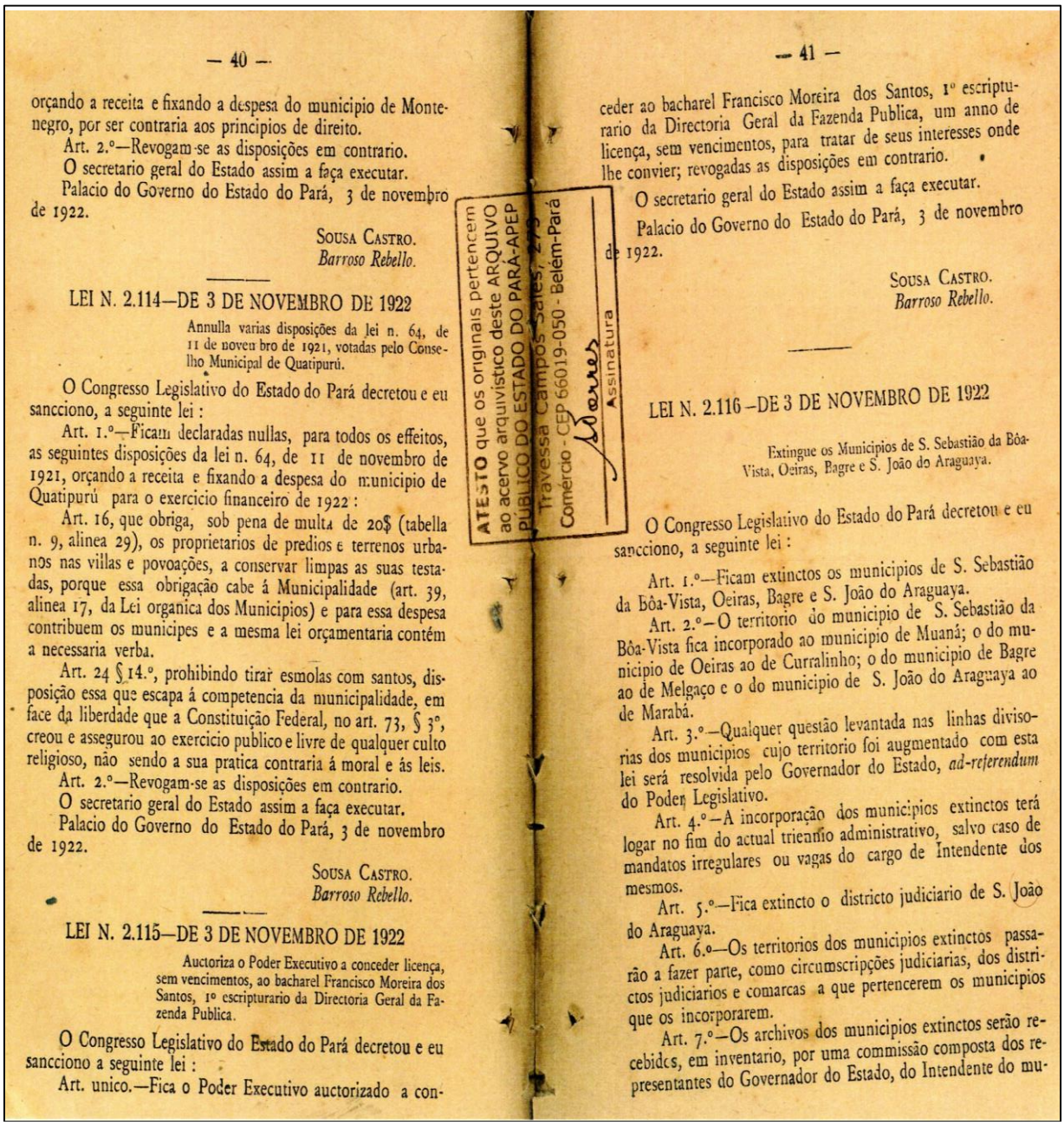
Palacio do Governo do Estado do Pará, 14 de Setembro de 1895.

LAURO SODRÉ.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará – Decretos, Ofícios e Portarias de janeiro a dezembro de 1895 (livro danificado).

ANEXO H - Lei Estadual nº 2.116, de 3 de novembro de 1922.



— 40 —

orçando a receita e fixando a despesa do municipio de Montenegro, por ser contraria aos principios de direito.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 3 de novembro de 1922.

SOUSA CASTRO.
Barroso Rebello.

LEI N. 2.114—DE 3 DE NOVEMBRO DE 1922

Annulla varias disposições da lei n. 64, de 11 de novembro de 1921, votadas pelo Conselho Municipal de Quatipurú.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sancciono, a seguinte lei :

Art. 1.º—Ficam declaradas nullas, para todos os effeitos, as seguintes disposições da lei n. 64, de 11 de novembro de 1921, orçando a receita e fixando a despesa do municipio de Quatipurú para o exercicio financeiro de 1922 :

Art. 16, que obriga, sob pena de multa de 20$ (tabella n. 9, alinea 29), os proprietarios de predios e terrenos urbanos nas villas e povoações, a conservar limpas as suas testadas, porque essa obrigação cabe á Municipalidade (art. 39, alinea 17, da Lei organica dos Municipios) e para essa despesa contribuem os municipes e a mesma lei orçamentaria contém a necessaria verba.

Art. 24 § 14.º, prohibindo tirar esmolas com santos, disposição essa que escapa á competencia da municipalidade, em face da liberdade que a Constituição Federal, no art. 73, § 3º, creou e assegurou ao exercicio publico e livre de qualquer culto religioso, não sendo a sua pratica contraria á moral e ás leis.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 3 de novembro de 1922.

SOUSA CASTRO.
Barroso Rebello.

LEI N. 2.115—DE 3 DE NOVEMBRO DE 1922

Auctoriza o Poder Executivo a conceder licença, sem vencimentos, ao bacharel Francisco Moreira dos Santos, 1º escripturario da Directoria Geral da Fazenda Publica.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sancciono a seguinte lei :

Art. unico.—Fica o Poder Executivo auctorizado a conceder ao bacharel Francisco Moreira dos Santos, 1º escripturario da Directoria Geral da Fazenda Publica, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 3 de novembro de 1922.

SOUSA CASTRO.
Barroso Rebello.

LEI N. 2.116 —DE 3 DE NOVEMBRO DE 1922

Extingue os Municipios de S. Sebastião da Bôa-Vista, Oeiras, Bagre e S. João do Araguaya.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sancciono, a seguinte lei :

Art. 1.º—Ficam extinctos os municipios de S. Sebastião da Bôa-Vista, Oeiras, Bagre e S. João do Araguaya.

Art. 2.º—O territorio do municipio de S. Sebastião da Bôa-Vista fica incorporado ao municipio de Muaná; o do municipio de Oeiras ao de Curralinho; o do municipio de Bagre ao de Melgaço e o do municipio de S. João do Araguaya ao de Marabá.

Art. 3.º—Qualquer questão levantada nas linhas divisorias dos municipios cujo territorio foi augmentado com esta lei será resolvida pelo Governador do Estado, *ad-referendum* do Poder Legislativo.

Art. 4.º—A incorporação dos municipios extinctos terá logar no fim do actual triennio administrativo, salvo caso de mandatos irregulares ou vagas do cargo de Intendente dos mesmos.

Art. 5.º—Fica extincto o districto judiciario de S. João do Araguaya.

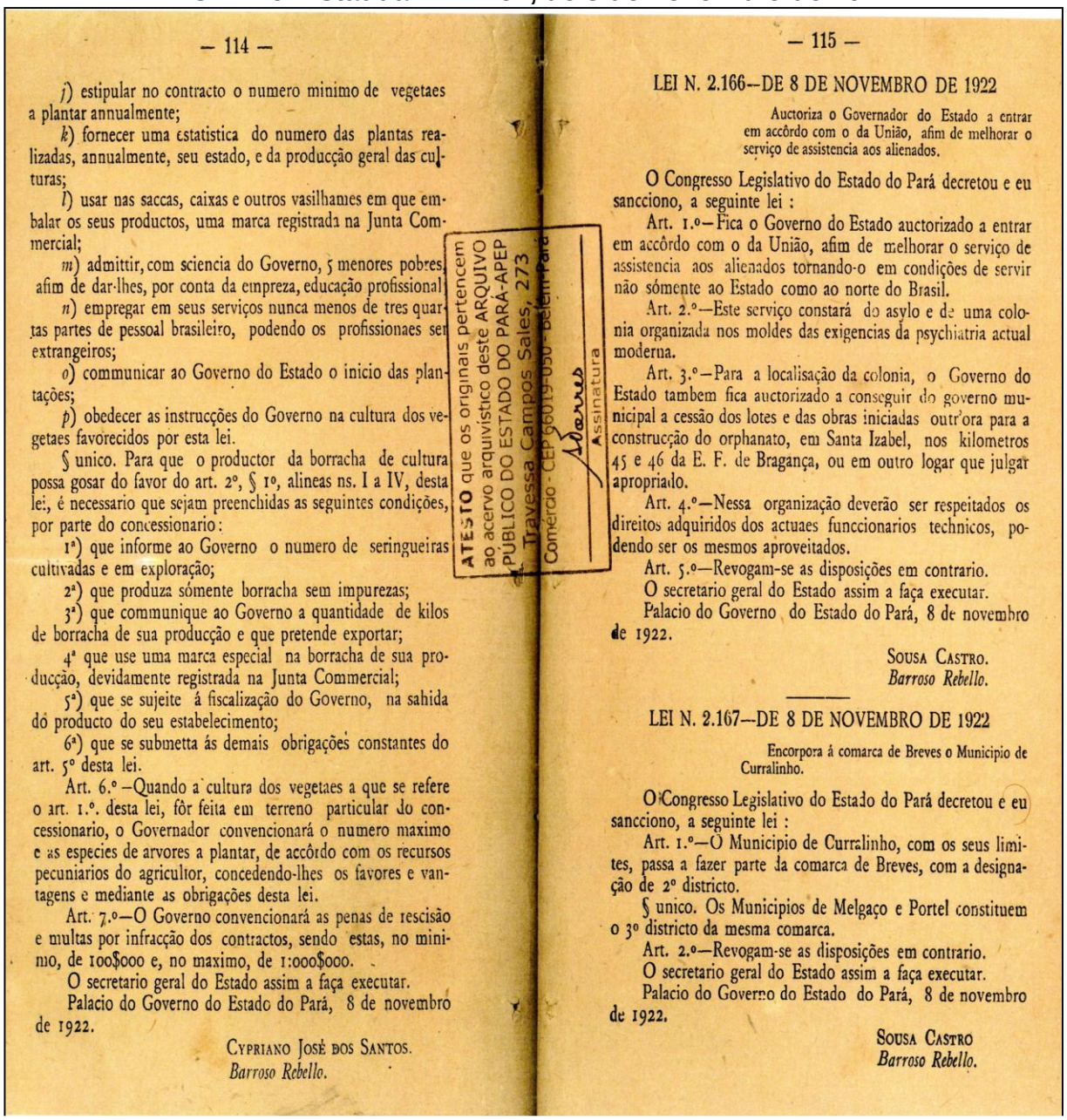
Art. 6.º—Os territorios dos municipios extinctos passarão a fazer parte, como circumscripções judiciarias, dos districtos judiciarios e comarcas a que pertencerem os municipios que os incorporarem.

Art. 7.º—Os archivos dos municipios extinctos serão recebidos, em inventario, por uma commissão composta dos representantes do Governador do Estado, do Intendente do mu-

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 275
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1928, p. 41.

ANEXO I - Lei Estadual nº 2.167, de 8 de novembro de 1922.



— 114 —

j) estipular no contracto o numero minimo de vegetaes a plantar annualmente;

k) fornecer uma estatistica do numero das plantas realizadas, annualmente, seu estado, e da producção geral das culturas;

l) usar nas saccas, caixas e outros vasilhames em que embalar os seus productos, uma marca registrada na Junta Commercial;

m) admittir, com sciencia do Governo, 5 menores pobres, afim de dar-lhes, por conta da empreza, educação profissional

n) empregar em seus serviços nunca menos de tres quartas partes de pessoal brasileiro, podendo os profissionaes ser extrangeiros;

o) communicar ao Governo do Estado o inicio das plantações;

p) obedecer as instrucções do Governo na cultura dos vegetaes favorecidos por esta lei.

§ unico. Para que o productor da borracha de cultura possa gosar do favor do art. 2º, § 1º, alineas ns. I a IV, desta lei, é necessario que sejam preenchidas as seguintes condições, por parte do concessionario:

1ª) que informe ao Governo o numero de seringueiras cultivadas e em exploração;

2ª) que produza sómente borracha sem impurezas;

3ª) que communique ao Governo a quantidade de kilos de borracha de sua producção e que pretende exportar;

4ª que use uma marca especial na borracha de sua producção, devidamente registrada na Junta Commercial;

5ª) que se sujeite á fiscalização do Governo, na sahida do producto do seu estabelecimento;

6ª) que se submetta ás demais obrigações constantes do art. 5º desta lei.

Art. 6.º—Quando a cultura dos vegetaes a que se refere o art. 1.º. desta lei, fôr feita em terreno particular do concessionario, o Governador convencionará o numero maximo e as especies de arvores a plantar, de accôrdo com os recursos pecuniarios do agricultor, concedendo-lhes os favores e vantagens e mediante as obrigações desta lei.

Art. 7.º—O Governo convencionará as penas de rescisão e multas por infracção dos contractos, sendo estas, no minimo, de 100$000 e, no maximo, de 1:000$000.

O secretario geral do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 8 de novembro de 1922.

CYPRIANO JOSÉ DOS SANTOS.
Barroso Rebello.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273 Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

— 115 —

LEI N. 2.166—DE 8 DE NOVEMBRO DE 1922

Auctoriza o Governador do Estado a entrar em accôrdo com o da União, afim de melhorar o serviço de assistencia aos alienados.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sancciono, a seguinte lei:

Art. 1.º—Fica o Governo do Estado auctorizado a entrar em accôrdo com o da União, afim de melhorar o serviço de assistencia aos alienados tornando-o em condições de servir não sómente ao Estado como ao norte do Brasil.

Art. 2.º—Este serviço constará do asylo e de uma colonia organizada nos moldes das exigencias da psychiatria actual moderna.

Art. 3.º—Para a localisação da colonia, o Governo do Estado tambem fica auctorizado a conseguir do governo municipal a cessão dos lotes e das obras iniciadas outr'ora para a construcção do orphanato, em Santa Izabel, nos kilometros 45 e 46 da E. F. de Bragança, ou em outro logar que julgar apropriado.

Art. 4.º—Nessa organização deverão ser respeitados os direitos adquiridos dos actuaes funccionarios technicos, podendo ser os mesmos aproveitados.

Art. 5.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 8 de novembro de 1922.

SOUSA CASTRO.
Barroso Rebello.

LEI N. 2.167—DE 8 DE NOVEMBRO DE 1922

Encorpora á comarca de Breves o Municipio de Curralinho.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sancciono, a seguinte lei:

Art. 1.º—O Municipio de Curralinho, com os seus limites, passa a fazer parte da comarca de Breves, com a designação de 2º districto.

§ unico. Os Municipios de Melgaço e Portel constituem o 3º districto da mesma comarca.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

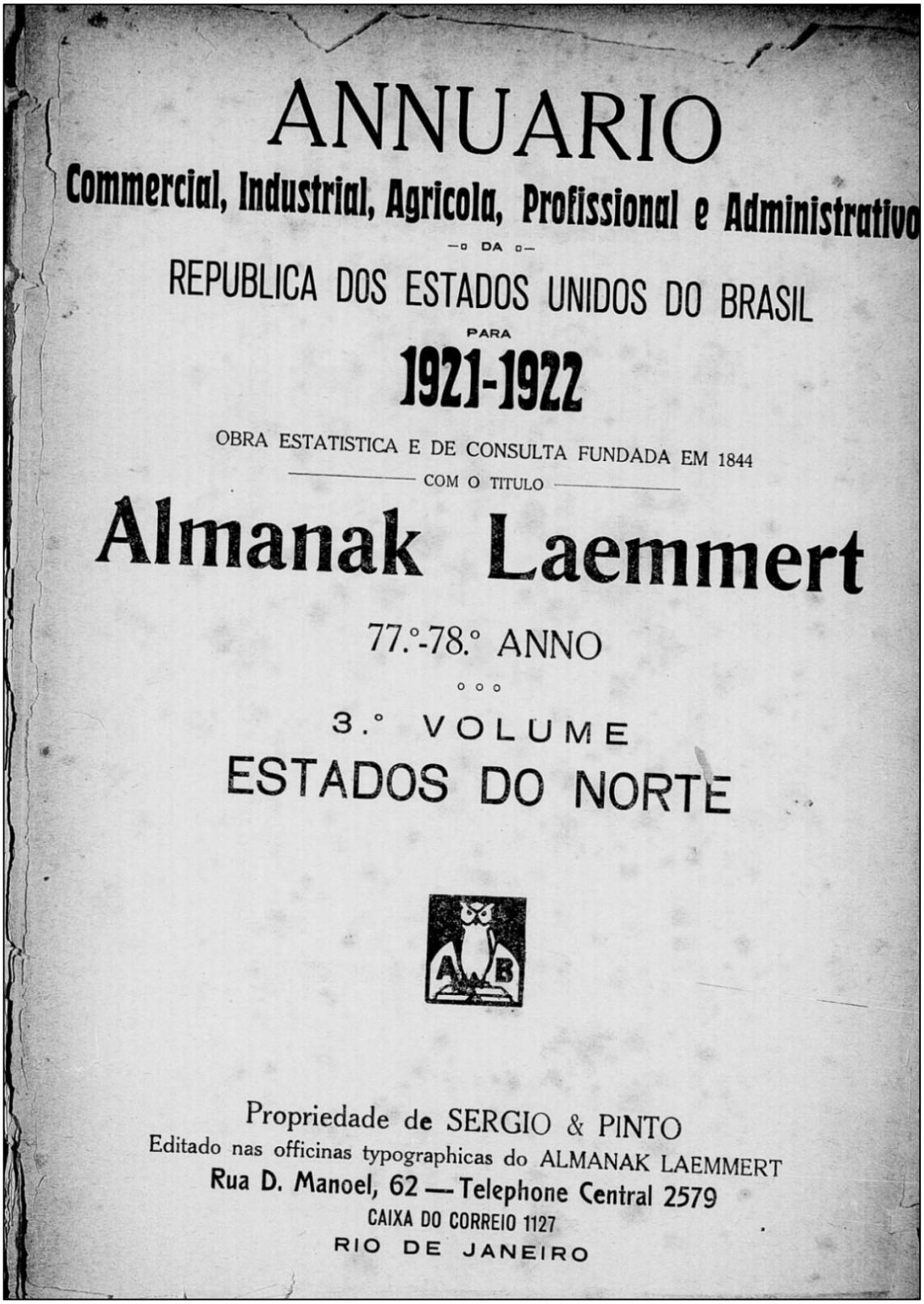
O secretario geral do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 8 de novembro de 1922.

SOUSA CASTRO
Barroso Rebello.

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1928, p. 115.

ANEXO J - Divisão Administrativa e Judiciária do Estado do Pará para 1921-1922.



ANNUARIO

Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo

—▫ DA ▫—

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PARA

1921-1922

OBRA ESTATISTICA E DE CONSULTA FUNDADA EM 1844

COM O TITULO

Almanak Laemmert

77.°-78.° ANNO

° ° °

3.° VOLUME

ESTADOS DO NORTE

Propriedade de SERGIO & PINTO

Editado nas officinas typographicas do ALMANAK LAEMMERT

Rua D. Manoel, 62 — Telephone Central 2579

CAIXA DO CORREIO 1127

RIO DE JANEIRO

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil – Folha de rosto.

Estado do Pará

A população do Estado regula por 992.290 habitantes com 39.264 eleitores. A superficie foi calculada, em 1.149.712 kilometros quadrados.

As cidades mais importantes do Estado são: Belém, que é a capital, na bahia de Guajurá, formada pelo rio Pará; Vigia, á margem direita do rio Pará; Bragança, á margem esquerda do io aCeté; Cametá, á margem esquerda do rio Tocantins; Macapá, á margem esquerda do rio Amazonas; Obidos, com um forte junto á embocadura do rio Trombetas e Santarém, na barra do rio Tapajoz, e muitas outras cidades florescentes e commerciaes.

Confina ao norte com o oceano Atlantico, as Guyanas Franceza, Hollandeza e Ingleza; ao sul confina com o Estado de Matto Grosso, nos montes Gradus, e rios Fresco, Garahy e Três Barras ou Paranátinga; a léste confina com os Estados de Maranhão e Goyaz, pelos rios Gurupy e Araguaya, e a oeste confina com o Estado do Amazonas por uma recta do rio Tapajoz, á fóz das Tres-Barras.

Clima. — Quente e humido, mas muito suavisado pelas chuvas, pela proximidade dos rios e pelos ventos "alizados" ou de Léste, que sopram constantemente.

A temperatura média do Pará é de 26 a 27 gráos.

Foi constituido em Estado em junho de 1891.

Exportação. — Borracha, cuja producção constitue a sua principal fonte de riqueza; cacáo, que figura em segundo logar, fructas, côcos, cascas, raizes e rezinas medicinaes, arroz, assucar, algodão, castanhas, salsaparrilha, fumo, oleos, peixes, pelles e tartarugas.

O Pará adheriu á Republica em 16 de Novembro de 1889 e a sua constituição foi promulgada em 22 de Junho de 1891.

Divisão Administrativa e Judiciaria do Estado do Pará

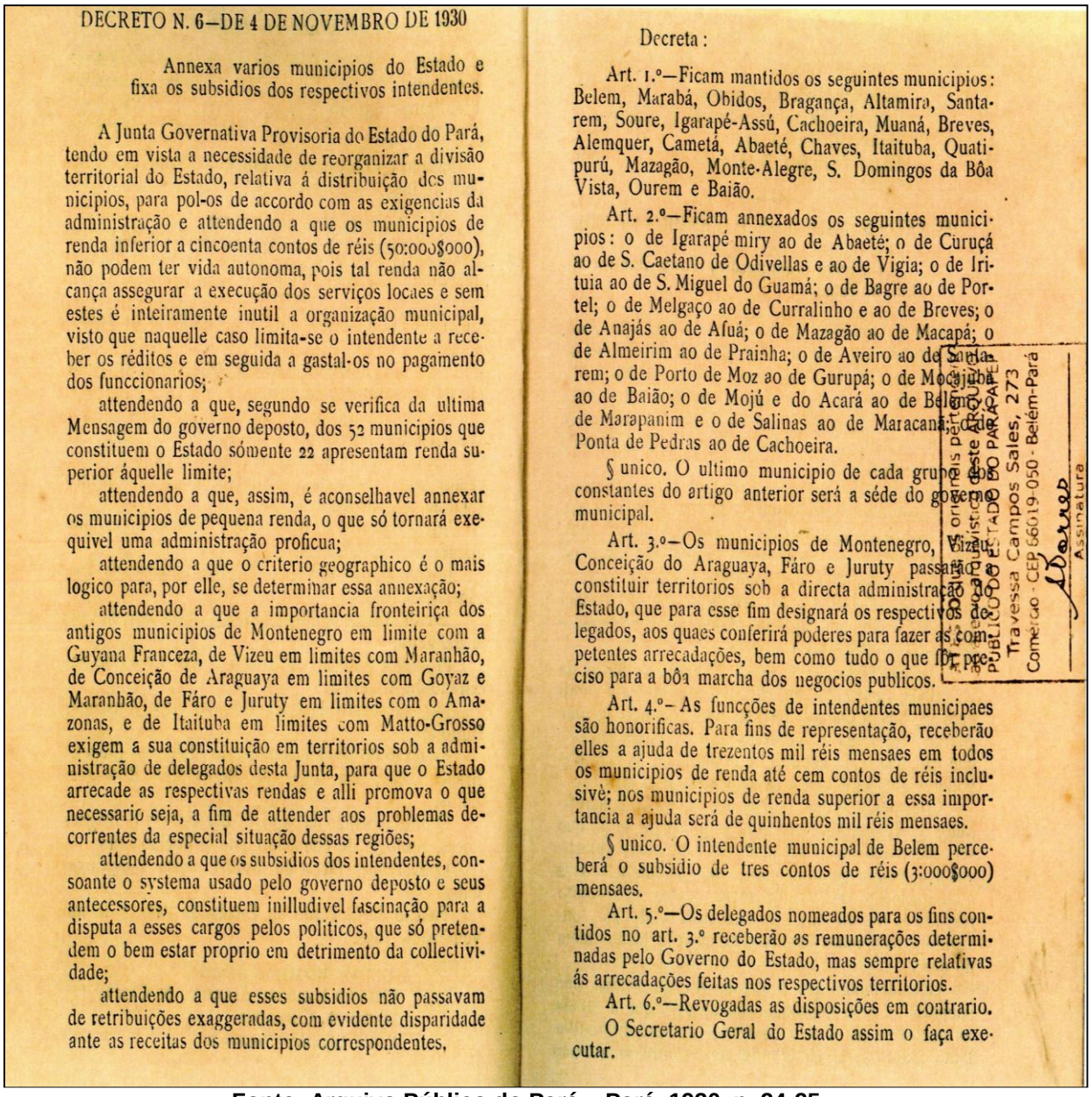
Municipios	Comarcas	Municipios	Comarcas
1 — Abaeté	Igarapé-miry	29 — Maracanã	Maracanã
2 — Acará	**Belem**	30 — Marapanim	Curuçá
3 — Afuá	Afuá	31 — Mazagão	Mazagão
4 — Alemquer	Alemquer	32 — Melgaço	Breves
5 — Almeirim	Gurupá	33 — Mocajuba	Cametá
6 — Altamira	Xingú	34 — Moju	Igarapé-miry
7 — Anajás	Afuá	35 — Monte-Alegre	Monte-Alegre
8 — Aveiro	Santarem	36 — Montenegro	Aricary
9 — Bagre	Breves	37 — Muaná	Muaná
10 — Baião	Baião	38 — Obidos	Obidos
11 — **Belem**	**Belem**	39 — Oeiras	Muaná
12 — Bragança	Bragança	40 — Ourem	Guamá
13 — Breves	Breves	41 — Ponta de Pedras	Cachoeira
14 — Cachoeira	Cachoeira	42 — Portel	Breves
15 — Cametá	Cametá	43 — Porto de Móz	Xingú
16 — Chaves	Chaves	44 — Prainha	Monte-Alegre
17 — Conceição do Araguaya	Araguaya	45 — Quatipurú	Bragança
18 — Curralinho	Muaná	46 — Salinas	Maracanã
19 — Curuçá	Curuçá	47 — Santarém	Santarem
20 — Faro	Faro	48 — São Caetano de Odivellas	Vigia
21 — Gurupá	Gurupá	49 — S. Domingos da Bôa Vista	**Belem**
22 — Igarapé-Assú	**Belem**	50 — São João do Araguaya	Araguaya
23 — Igara-Miry	Igarapé-miry	51 — São Miguel do Guamá	Guamá
24 — Irituia	Guamá	52 — São Sebastião da Bôa Vista	Muaná
25 — Itaituba	Santarem	53 — Soure	Soure
26 — Jurity	Obidos	54 — Souzel	Xingú
27 — Macapá	Macapá	55 — Vigia	Vigia
28 — Marabá	Marabá	56 — Vizeu	Vizeu

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil – Annuário Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921-1922.

ANEXO K - Decreto Estadual nº 6, de 4 de novembro de 1930.



Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1930 - Capa.



DECRETO N. 6—DE 4 DE NOVEMBRO DE 1930

Annexa varios municipios do Estado e fixa os subsidios dos respectivos intendentes.

A Junta Governativa Provisoria do Estado do Pará, tendo em vista a necessidade de reorganizar a divisão territorial do Estado, relativa á distribuição dos municipios, para pol-os de accordo com as exigencias da administração e attendendo a que os municipios de renda inferior a cincoenta contos de réis (50:000$000), não podem ter vida autonoma, pois tal renda não alcança assegurar a execução dos serviços locaes e sem estes é inteiramente inutil a organização municipal, visto que naquelle caso limita-se o intendente a receber os réditos e em seguida a gastal-os no pagamento dos funccionarios;

attendendo a que, segundo se verifica da ultima Mensagem do governo deposto, dos 52 municipios que constituem o Estado sómente 22 apresentam renda superior áquelle limite;

attendendo a que, assim, é aconselhavel annexar os municipios de pequena renda, o que só tornará exequivel uma administração proficua;

attendendo a que o criterio geographico é o mais logico para, por elle, se determinar essa annexação;

attendendo a que a importancia fronteiriça dos antigos municipios de Montenegro em limite com a Guyana Franceza, de Vizeu em limites com Maranhão, de Conceição de Araguaya em limites com Goyaz e Maranhão, de Fáro e Juruty em limites com o Amazonas, e de Itaituba em limites com Matto-Grosso exigem a sua constituição em territorios sob a administração de delegados desta Junta, para que o Estado arrecade as respectivas rendas e alli promova o que necessario seja, a fim de attender aos problemas decorrentes da especial situação dessas regiões;

attendendo a que os subsidios dos intendentes, consoante o systema usado pelo governo deposto e seus antecessores, constituem inilludivel fascinação para a disputa a esses cargos pelos politicos, que só pretendem o bem estar proprio em detrimento da collectividade;

attendendo a que esses subsidios não passavam de retribuições exaggeradas, com evidente disparidade ante as receitas dos municipios correspondentes,

Decreta:

Art. 1.º—Ficam mantidos os seguintes municipios: Belem, Marabá, Obidos, Bragança, Altamira, Santarem, Soure, Igarapé-Assú, Cachoeira, Muaná, Breves, Alemquer, Cametá, Abaeté, Chaves, Itaituba, Quatipurú, Mazagão, Monte-Alegre, S. Domingos da Bôa Vista, Ourem e Baião.

Art. 2.º—Ficam annexados os seguintes municipios: o de Igarapé miry ao de Abaeté; o de Curuçá ao de S. Caetano de Odivellas e ao de Vigia; o de Irituia ao de S. Miguel do Guamá; o de Bagre ao de Portel; o de Melgaço ao de Curralinho e ao de Breves; o de Anajás ao de Afuá; o de Mazagão ao de Macapá; o de Almeirim ao de Prainha; o de Aveiro ao de Santarem; o de Porto de Moz ao de Gurupá; o de Mocajuba ao de Baião; o de Mojú e do Acará ao de Belem; o de Marapanim e o de Salinas ao de Maracanã; o de Ponta de Pedras ao de Cachoeira.

§ unico. O ultimo municipio de cada grupo constantes do artigo anterior será a séde do governo municipal.

Art. 3.º—Os municipios de Montenegro, Vizeu, Conceição do Araguaya, Fáro e Juruty passarão a constituir territorios sob a directa administração do Estado, que para esse fim designará os respectivos delegados, aos quaes conferirá poderes para fazer as competentes arrecadações, bem como tudo o que fôr preciso para a bôa marcha dos negocios publicos.

Art. 4.º—As funcções de intendentes municipaes são honorificas. Para fins de representação, receberão elles a ajuda de trezentos mil réis mensaes em todos os municipios de renda até cem contos de réis inclusivè; nos municipios de renda superior a essa importancia a ajuda será de quinhentos mil réis mensaes.

§ unico. O intendente municipal de Belem perceberá o subsidio de tres contos de réis (3:000$000) mensaes.

Art. 5.º—Os delegados nomeados para os fins contidos no art. 3.º receberão as remunerações determinadas pelo Governo do Estado, mas sempre relativas ás arrecadações feitas nos respectivos territorios.

Art. 6.º—Revogadas as disposições em contrario.

O Secretario Geral do Estado assim o faça executar.

Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1930, p. 24-25.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 4 de novembro de 1930.

ANTONIO ROGERIO COIMBRA.
OCTAVIO ISMAELINO SARMENTO DE CASTRO.
MARIO M. CHERMONT.
Padre *Leandro Pinheiro*.

DECRETO N. 7—DE 5 DE NOVEMBRO DE 1930

Dá nova organização á Força Publica Militar do Estado.

A Junta Governativa Provisoria do Estado do Pará, considerando que a lei n. 2.821, de 7 de novembro de 1929, do governo deposto, fixava a Força Publica Militar no effectivo de 811 homens, contidos entre estes 79 officiaes e 477 praças de *pret*, o que tudo representava, no orçamento do Estado, numa despesa annual de 1.361:068$000; mas,

Considerando que a organização desse effectivo, preliminarmente, sob o aspecto da bôa estructura militar, resente-se de defeitos e vicios technicos, como, por exemplo, o que, ao primeiro exame, fica patenteado pela insustentavel desproporção existente entre o numero de officiaes e o das praças, o que não poderá persistir, senão com flagrante vexame para as regras e dispositivos attinentes á especie; e

Considerando que a Força Publica, na fórma da lei citada, apresenta um effectivo inteiramente inutil para os fins a que se destina, não passando de uma guarda pretoriana do governo, sem finalidade pratica que não seja a de garantir a estabilidade ficticia dos poderes que perderam a confiança publica; mas,

Considerando que, dentro dos ideaes já concretisados da Revolução victoriosa, os governos terão que ser, effectivamente, o producto das aspirações collectivas e a melhor garantia para a sua manutenção será o cumprimento restricto do dever, dentro do absoluto respeito ás leis do Paiz, desnecessarios sendo, por conseguinte, os grandes effectivos estadoaes armados; além do que,

Considerando que o orçamento do Estado não supporta o peso improficuo da despesa que a citada lei auctoriza; antes pelo contrario, cumpre diminuil-a tanto quanto possivel, afim de que dito orçamento não se mantenha só em equilibrio mas, sim, marche rapidamente para o saldo imprescindivel que o Estado exige para liquidar o *onus* de suas dividas;

Considerando, finalmente, que, assim, quer pelo aspecto technico, quer pelo aspecto administrativo, quer pelo aspecto economico, se faz inadiavel a reorganização da Força Publica Militar do Estado,

Decreta:

Art. 1.º—A Força Publica Militar do Estado do Pará terá o seguinte effectivo:

20 officiaes activos, assim discriminados:

- 1 tenente coronel;
- 1 major;
- 4 capitães;
- 8 1.os tenentes,
- 11 2.os tenentes;
- 1 capitão-medico;
- 1 1.º tenente-medico;
- 1 1.º tenente-veterinario;
- 1 1.º tenente-cirurgião-dentista;
- 2 sargentos-ajudantes;
- 6 1.os sargentos;
- 9 2.os sargentos;
- 22 3.os sargentos;
- 39 cabos; e
- 282 praças.

...os originais pertencem ao arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP Travessa Campos Sales, 273 Comércio - CEP 66019-050

§ 1.º O capitão-medico, o 1.º tenente-medico, o 1.º tenente-veterinario e o 1.º tenente-cirurgião-dentista poderão ser contractados.

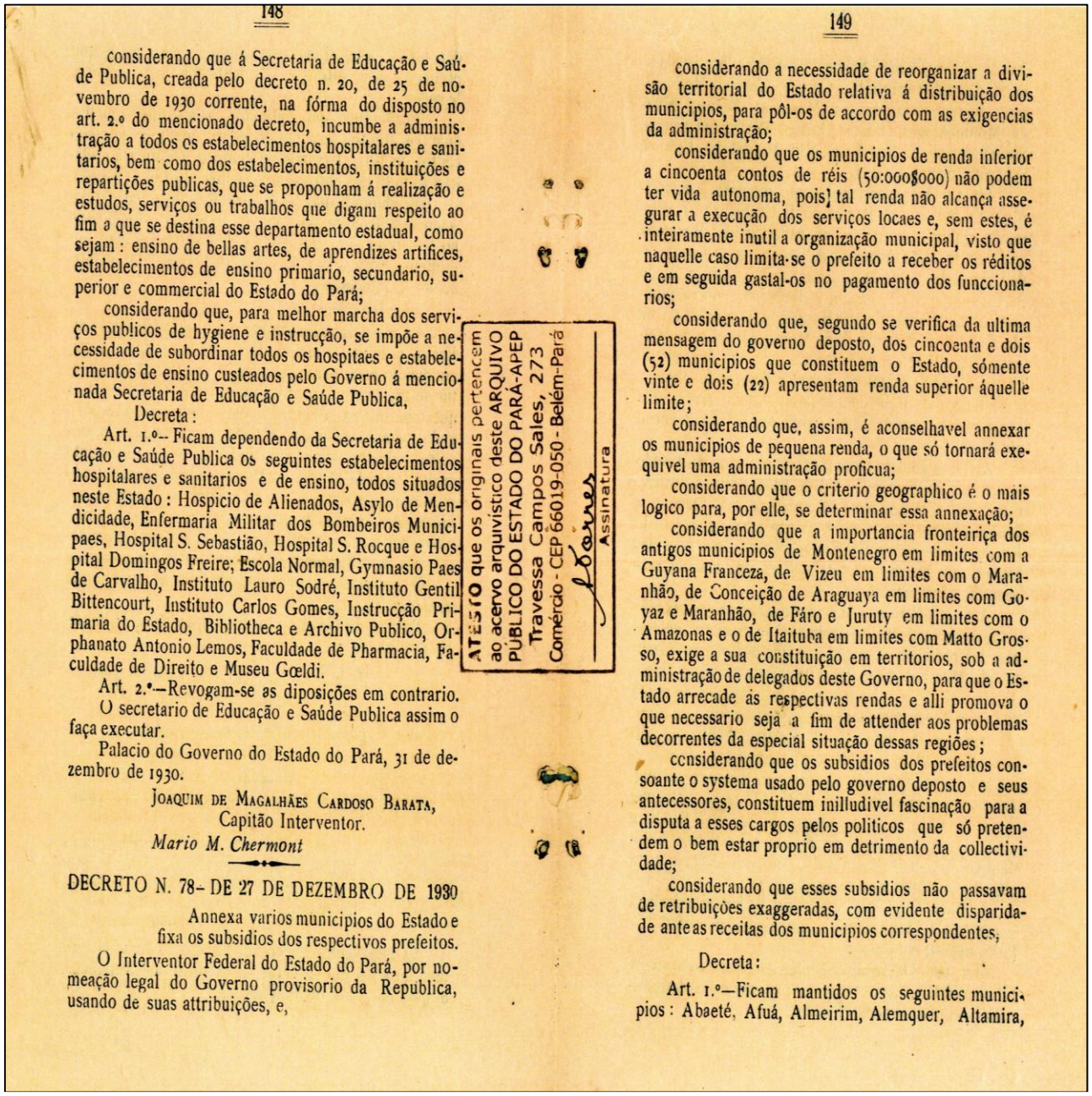
§ 2.º As praças que tiverem de fazer parte de destacamento do interior serão escolhidas entre as 282 que fazem parte do effectivo da Força Publica e terão seus vencimentos pagos pelas Intendencias Municipaes onde servirem.

Art. 2.º—A Força Publica Militar do Estado constituir-se-á da seguinte fórma:

- 1 Pelotão de commando;
- 1 Companhia de fusileiros e volteadores;
- 1 Companhia extranumeraria para fornecer destacamentos para o interior;
- 1 Pelotão de cavallaria;
- 1 Unidade de administração.

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1930, p. 26-27.

ANEXO L - Decreto nº 78, de 27 de dezembro de 1930.



148

considerando que á Secretaria de Educação e Saúde Publica, creada pelo decreto n. 20, de 25 de novembro de 1930 corrente, na fórma do disposto no art. 2.º do mencionado decreto, incumbe a administração a todos os estabelecimentos hospitalares e sanitarios, bem como dos estabelecimentos, instituições e repartições publicas, que se proponham á realização e estudos, serviços ou trabalhos que digam respeito ao fim a que se destina esse departamento estadual, como sejam: ensino de bellas artes, de aprendizes artifices, estabelecimentos de ensino primario, secundario, superior e commercial do Estado do Pará;

considerando que, para melhor marcha dos serviços publicos de hygiene e instrucção, se impõe a necessidade de subordinar todos os hospitaes e estabelecimentos de ensino custeados pelo Governo á mencionada Secretaria de Educação e Saúde Publica,

Decreta:

Art. 1.º-- Ficam dependendo da Secretaria de Educação e Saúde Publica os seguintes estabelecimentos hospitalares e sanitarios e de ensino, todos situados neste Estado: Hospicio de Alienados, Asylo de Mendicidade, Enfermaria Militar dos Bombeiros Municipaes, Hospital S. Sebastião, Hospital S. Rocque e Hospital Domingos Freire; Escola Normal, Gymnasio Paes de Carvalho, Instituto Lauro Sodré, Instituto Gentil Bittencourt, Instituto Carlos Gomes, Instrucção Primaria do Estado, Bibliotheca e Archivo Publico, Orphanato Antonio Lemos, Faculdade de Pharmacia, Faculdade de Direito e Museu Gœldi.

Art. 2.º—Revogam-se as diposições em contrario.

O secretario de Educação e Saúde Publica assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 31 de dezembro de 1930.

JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Capitão Interventor.
Mario M. Chermont

DECRETO N. 78- DE 27 DE DEZEMBRO DE 1930

Annexa varios municipios do Estado e fixa os subsidios dos respectivos prefeitos.

O Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo provisorio da Republica, usando de suas attribuições, e,

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

149

considerando a necessidade de reorganizar a divisão territorial do Estado relativa á distribuição dos municipios, para pôl-os de accordo com as exigencias da administração;

considerando que os municipios de renda inferior a cincoenta contos de réis (50:000$000) não podem ter vida autonoma, pois tal renda não alcança assegurar a execução dos serviços locaes e, sem estes, é inteiramente inutil a organização municipal, visto que naquelle caso limita-se o prefeito a receber os réditos e em seguida gastal-os no pagamento dos funccionarios;

considerando que, segundo se verifica da ultima mensagem do governo deposto, dos cincoenta e dois (52) municipios que constituem o Estado, sómente vinte e dois (22) apresentam renda superior áquelle limite;

considerando que, assim, é aconselhavel annexar os municipios de pequena renda, o que só tornará exequivel uma administração proficua;

considerando que o criterio geographico é o mais logico para, por elle, se determinar essa annexação;

considerando que a importancia fronteiriça dos antigos municipios de Montenegro em limites com a Guyana Franceza, de Vizeu em limites com o Maranhão, de Conceição de Araguaya em limites com Goyaz e Maranhão, de Fáro e Juruty em limites com o Amazonas e o de Itaituba em limites com Matto Grosso, exige a sua constituição em territorios, sob a administração de delegados deste Governo, para que o Estado arrecade ás respectivas rendas e alli promova o que necessario seja a fim de attender aos problemas decorrentes da especial situação dessas regiões;

considerando que os subsidios dos prefeitos consoante o systema usado pelo governo deposto e seus antecessores, constituem inilludivel fascinação para a disputa a esses cargos pelos politicos que só pretendem o bem estar proprio em detrimento da collectividade;

considerando que esses subsidios não passavam de retribuições exaggeradas, com evidente disparidade ante as receitas dos municipios correspondentes,

Decreta:

Art. 1.º—Ficam mantidos os seguintes municipios: Abaeté, Afuá, Almeirim, Alemquer, Altamira,

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1930, p. 48-49.

Aveiro, Arary, Baião, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Chaves, Curralinho, Curuçá, Gurupá, Igarapémiry, Igarapé-assú, Macapá, Maracanã, Marabá, Muaná, Monte-Alegre, Obidos, Ourém, Portel, Quatipurú, São Domingos da Bôa-Vista, São Miguel do Guamá, Santarém, Soure e Vigia.

Art. 2.º—Ficam annexados os seguintes municipios: O de Ponta de Pedras ao de Cachoeira, constituindo ambos o municipio de Arary, o de Mocajuba ao de Baião, o do Acará ao de Belém, o de Bagre ao de Curralinho, o de Marapanim ao de Curuçá, o de Porto de Moz ao de Gurupá, o de Mojú ao de Igarapémiry, o de Mazagão ao de Macapá, o de Salinas ao de Maracanã, o de Prainha ao de Monte-Alegre, o de Melgaço ao de Portel, o de Irituia ao de São Miguel do Guamá, o de São Caetano de Odivellas ao de Vigia.

§ unico. O ultimo municipio de cada grupo dos constantes do artigo anterior será a séde do governo municipal.

Art. 3.º—Passam a constituir territorios do Estado os antigos municipios de Vizeu, Fáro, Itaituba, Juruty, Conceição de Araguaya e Montenegro, que passam a denominar-se Amapá, sob a directa administração do Estado que para esse fim designará os respectivos delegados, aos quaes conferirá poderes para fazer as respectivas administrações.

Art. 4.º—Para as sédes dos municipios annexados o Governo nomeará subprefeitos, que serão os delegados dos prefeitos municipaes e que perceberão duzentos mil réis, nos municipios de renda até cem contos de réis inclusive, e quatrocentos mil réis nos de renda superior o cem contos de réis, a criterio do Governo.

Art. 5.º—As funcções de prefeito municipal são honorificas. Para fins de representação receberão a ajuda de seiscentos mil réis mensaes em todos os municipios de renda até cem contos de réis, inclusivè; nos municipios de renda superior a essa importancia a ajuda será de um conto de réis mensal, podendo o Poder Executivo do Estado resolver de modo diverso, para attender os interesses de ordem publica.

§ unico. O prefeito municipal de Belem perceberá o subsidio de dois contos e quinhentos mil réis..... (2:500$000) mensaes.

Art. 6.º—Os delegados nomeados para os fins contidos no art. 3.º perceberão as remunerações determinadas pelo Governo do Estado.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivistico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Art. 7.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario do Interior e Justiça assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 27 de dezembro de 1930.

JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Capitão Interventor.

Cesar Cautinho.

DECRETO N. 79—DE 31 DE DEZEMBRO DE 1930

Dissolve a Associação do Commercio Importador

O Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo provisorio da Republica, usando de suas attribuições, e,

considerando que ha algum tempo encontra se estabelecida neste Estado uma Associação do Commercio Importador;

considerando que está averiguado que essa Associação procura e consegue impedir o desenvolvimento do pequeno commercio importador;

considerando que, para consecução desse programma impatriotico, a mencionada Associação lança mão de varios recursos odiosos, influindo sobre a liberdade de acção dos representantes ou agentes commerciaes ou creando uma Lista Negra para inclusão dos nomes que não attenderem ás suas exigencias arbitrarias;

considerando que, assim, tal Associação tem fins perniciosos e illegaes,

Decreta:

Art. 1.º—E' dissolvida a Associação do Commercio Importador, desde a data da publicação deste acto.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario do Interior e Justiça assim o faça executar.

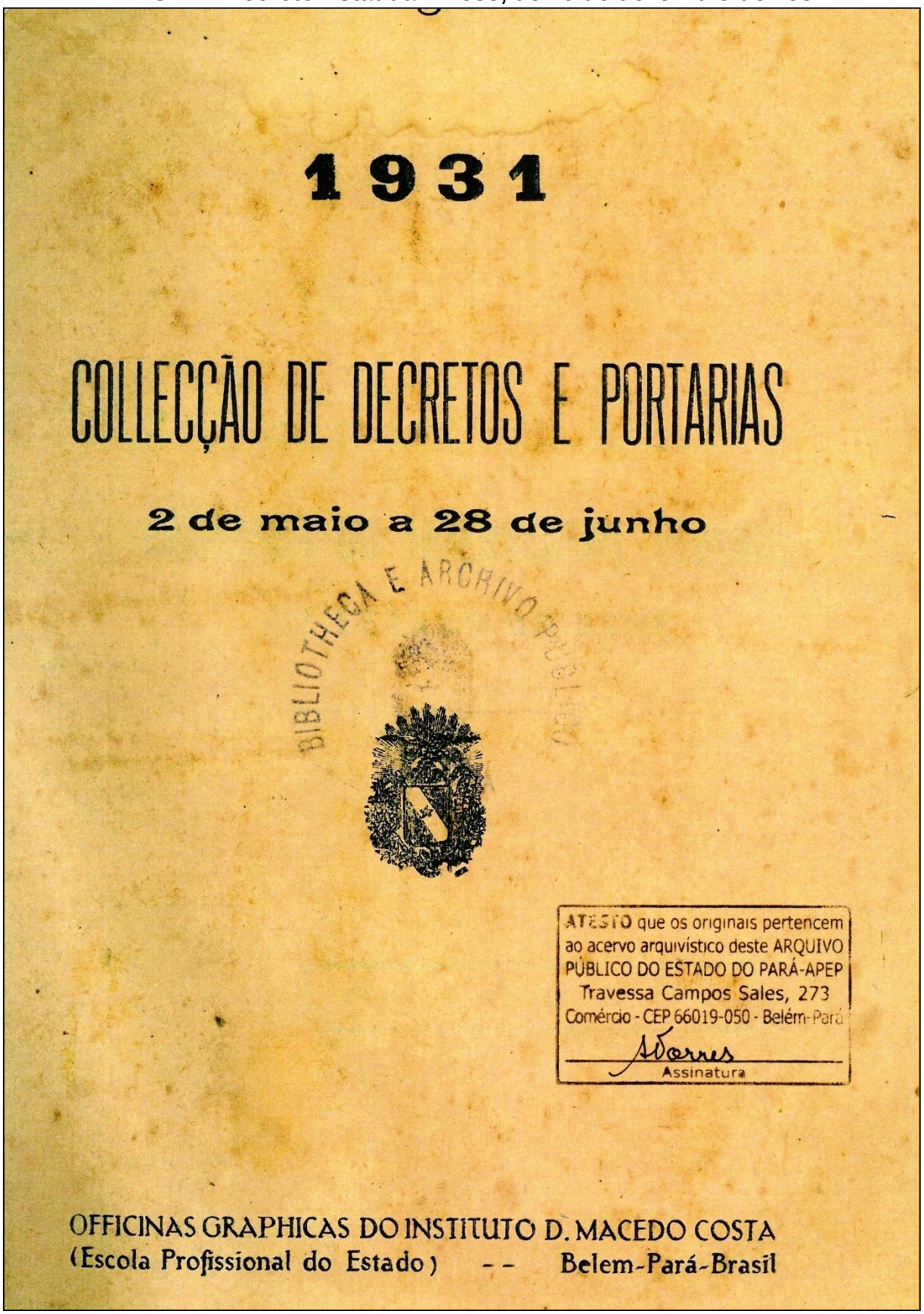
Palacio do Governo do Estado do Pará, 31 de dezembro de 1930.

JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Capitão Interventor

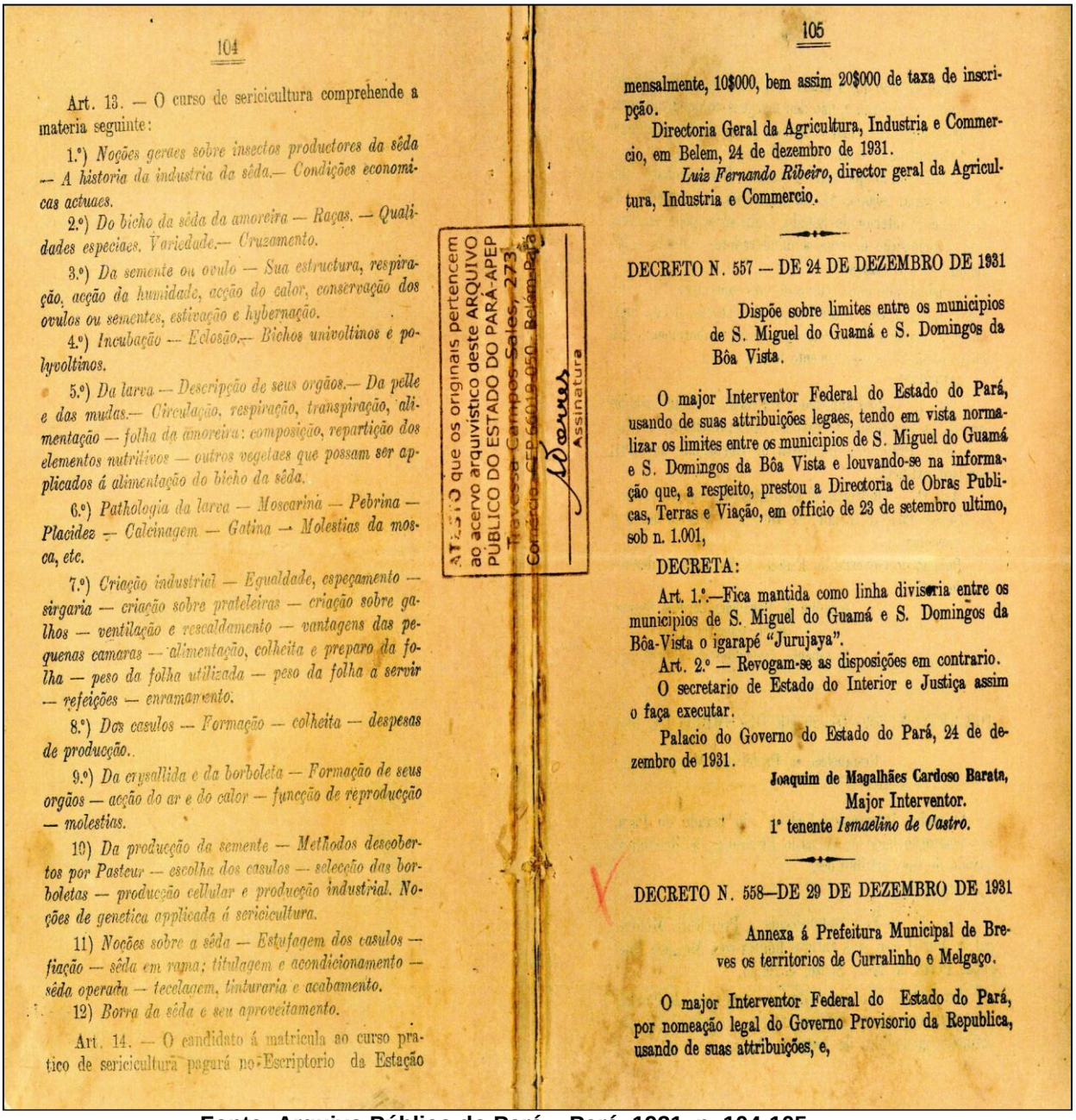
Cesar Coutinho

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1930, p. 50-51.

ANEXO M - Decreto Estadual nº 558, de 29 de dezembro de 1931.



Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1931 - capa.



104

Art. 13. — O curso de sericicultura comprehende a materia seguinte:

1.º) *Noções geraes sobre insectos productores da sêda — A historia da industria da sêda.— Condições economicas actuaes.*

2.º) *Do bicho da sêda da amoreira — Raças. — Qualidades especiaes. Variedade.— Cruzamento.*

3.º) *Da semente ou ovulo — Sua estructura, respiração, acção da humidade, acção do calor, conservação dos ovulos ou sementes, estivação e hybernação.*

4.º) *Incubação — Eclosão.— Bichos univoltinos e polyvoltinos.*

5.º) *Da larva — Descripção de seus orgãos.— Da pelle e das mudas.— Circulação, respiração, transpiração, alimentação — folha da amoreira: composição, repartição dos elementos nutritivos — outros vegetaes que possam ser applicados á alimentação do bicho da sêda.*

6.º) *Pathologia da larva — Moscarina — Pebrina — Placidez — Calcinagem — Gatina — Molestias da mosca, etc.*

7.º) *Criação industrial — Egualdade, espeçamento — sirgaria — criação sobre prateleiras — criação sobre galhos — ventilação e rescaldamento — vantagens das pequenas camaras — alimentação, colheita e preparo da folha — peso da folha utilizada — peso da folha a servir — refeições — enramamento.*

8.º) *Dos casulos — Formação — colheita — despesas de producção.*

9.º) *Da crysallida e da borboleta — Formação de seus orgãos — acção do ar e do calor — funcção de reproducção — molestias.*

10) *Da producção da semente — Methodos descobertos por Pasteur — escolha dos casulos — selecção das borboletas — producção cellular e producção industrial. Noções de genetica applicada á sericicultura.*

11) *Noções sobre a sêda — Estufagem dos casulos — fiação — sêda em rama; titulagem e acondicionamento — sêda operada — tecelagem, tinturaria e acabamento.*

12) *Borra da sêda e seu aproveitamento.*

Art. 14. — O candidato á matricula ao curso pratico de sericicultura pagará no Escriptorio da Estação

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66010-050 - Belém-Pará
Assinatura

105

mensalmente, 10$000, bem assim 20$000 de taxa de inscripção.

Directoria Geral da Agricultura, Industria e Commercio, em Belem, 24 de dezembro de 1931.

Luiz Fernando Ribeiro, director geral da Agricultura, Industria e Commercio.

DECRETO N. 557 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1931

Dispõe sobre limites entre os municipios de S. Miguel do Guamá e S. Domingos da Bôa Vista.

O major Interventor Federal do Estado do Pará, usando de suas attribuições legaes, tendo em vista normalizar os limites entre os municipios de S. Miguel do Guamá e S. Domingos da Bôa Vista e louvando-se na informação que, a respeito, prestou a Directoria de Obras Publicas, Terras e Viação, em officio de 23 de setembro ultimo, sob n. 1.001,

DECRETA:

Art. 1.º—Fica mantida como linha divisoria entre os municipios de S. Miguel do Guamá e S. Domingos da Bôa-Vista o igarapé "Jurujaya".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado do Interior e Justiça assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 24 de dezembro de 1931.

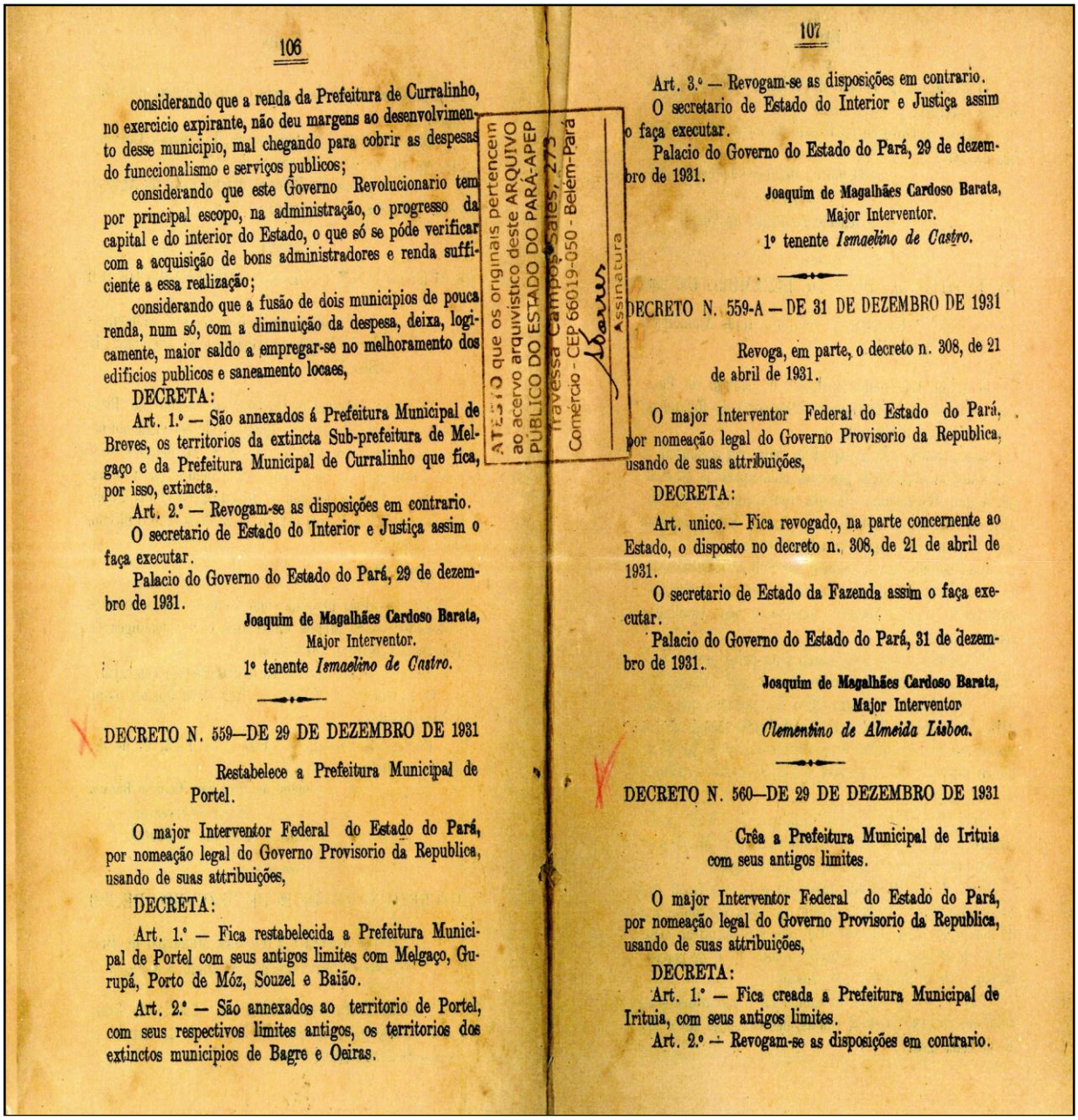
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata,
Major Interventor.
1º tenente *Ismaelino de Castro.*

DECRETO N. 558—DE 29 DE DEZEMBRO DE 1931

Annexa á Prefeitura Municipal de Breves os territorios de Curralinho e Melgaço.

O major Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo Provisorio da Republica, usando de suas attribuições, e,

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1931, p. 104-105.



106

considerando que a renda da Prefeitura de Curralinho, no exercicio expirante, não deu margens ao desenvolvimento desse municipio, mal chegando para cobrir as despesas do funccionalismo e serviços publicos;

considerando que este Governo Revolucionario tem por principal escopo, na administração, o progresso da capital e do interior do Estado, o que só se póde verificar com a acquisição de bons administradores e renda sufficiente a essa realização;

considerando que a fusão de dois municipios de pouca renda, num só, com a diminuição da despesa, deixa, logicamente, maior saldo a empregar-se no melhoramento dos edificios publicos e saneamento locaes,

DECRETA:

Art. 1.º — São annexados á Prefeitura Municipal de Breves, os territorios da extincta Sub-prefeitura de Melgaço e da Prefeitura Municipal de Curralinho que fica, por isso, extincta.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado do Interior e Justiça assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 29 de dezembro de 1931.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata,
Major Interventor.
1º tenente *Ismaelino de Castro.*

DECRETO N. 559—DE 29 DE DEZEMBRO DE 1931

Restabelece a Prefeitura Municipal de Portel.

O major Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo Provisorio da Republica, usando de suas attribuições,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica restabelecida a Prefeitura Municipal de Portel com seus antigos limites com Melgaço, Gurupá, Porto de Móz, Souzel e Baião.

Art. 2.º — São annexados ao territorio de Portel, com seus respectivos limites antigos, os territorios dos extinctos municipios de Bagre e Oeiras.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

107

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado do Interior e Justiça assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 29 de dezembro de 1931.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata,
Major Interventor.
1º tenente *Ismaelino de Castro.*

DECRETO N. 559-A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1931

Revoga, em parte, o decreto n. 308, de 21 de abril de 1931.

O major Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo Provisorio da Republica, usando de suas attribuições,

DECRETA:

Art. unico. — Fica revogado, na parte concernente ao Estado, o disposto no decreto n. 308, de 21 de abril de 1931.

O secretario de Estado da Fazenda assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 31 de dezembro de 1931.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata,
Major Interventor
Clementino de Almeida Lisboa.

DECRETO N. 560—DE 29 DE DEZEMBRO DE 1931

Crêa a Prefeitura Municipal de Irituia com seus antigos limites.

O major Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo Provisorio da Republica, usando de suas attribuições,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica creada a Prefeitura Municipal de Irituia, com seus antigos limites.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Fonte: Arquivo Público do Pará – Pará, 1931, p. 106-107.

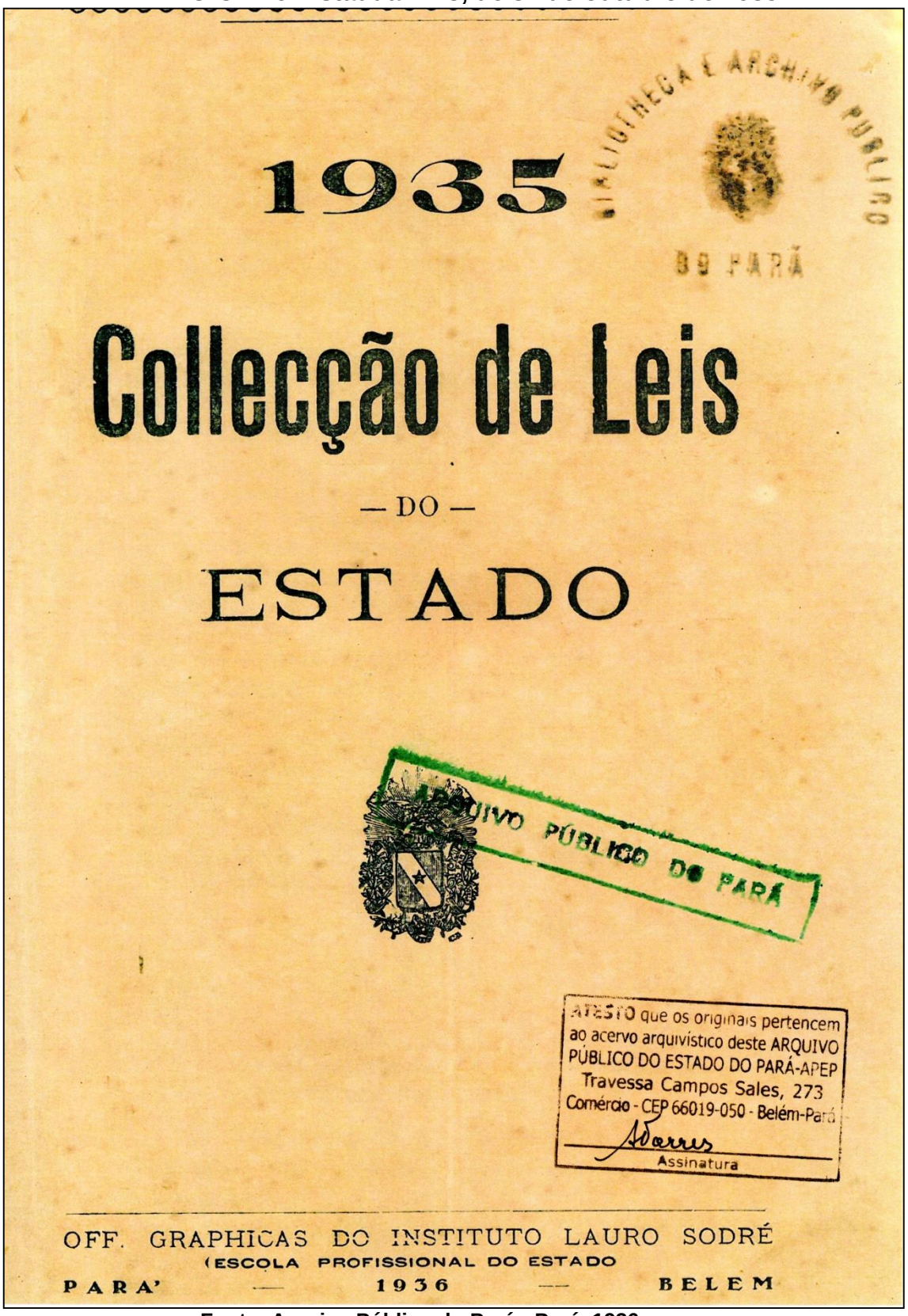
ANEXO N - Divisão Administrativa do Brasil em 1933.

Indice alphabetico dos districtos do Brasil, em 1º de Janeiro de 1933

DISTRICTOS	MUNICIPIOS	ESTADOS
	C	
Cuieté	Itanhomi	Minas Geraes
Cuinarana	Marapanim	Pará
Cuipéua	Alemquer	Pará
Cuité	Guarabira	Parahyba do Norte
Cuité	Piçuhy	Parahyba do Norte
Cumary	Goyandira	Goyaz
Cumbe	Monte Santo	Bahia
Cumuruxatiba	Prado	Bahia
Cunha	Cunha	São Paulo
Cupira	Panellas	Pernambuco
Curaçá	Curaçá	Bahia
Curimatahy	Diamantina	Minas Geraes
Curityba	Curityba	Paraná
Curraes Novos	Curraes Novos	Rio Grande do Norte
Curral Alto	Santa Victoria do Palmar	Rio Grande do Sul
Curral de Pedras	Jaguarão	Rio Grande do Sul
Curralinho	Breves	Pará
Curralinho	Curralinho	Maranhão
Curralinho	Livramento	Bahia
Curralinho	Tarauacá	Territorio do Acre
Curuá	Alemquer	Pará
Curuahy	Santarém	Pará
Curuçá	Benjamin Constant	Amazonas
Curuçá	Castanhal	Pará
Curuçá	Manicoré	Amazonas
Curuçambaba	Cametá	Pará
Cururupu'	Cururupu'	Maranhão
Curvello	Curvello	Minas Geraes
Cury	João Pessôa	Pará
Custodia	Custodia	Pernambuco
Cuyabá	Sabará	Minas Geraes

Fonte: (BRASIL, 1933).

ANEXO O - Lei Estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935.



Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1936, capa.

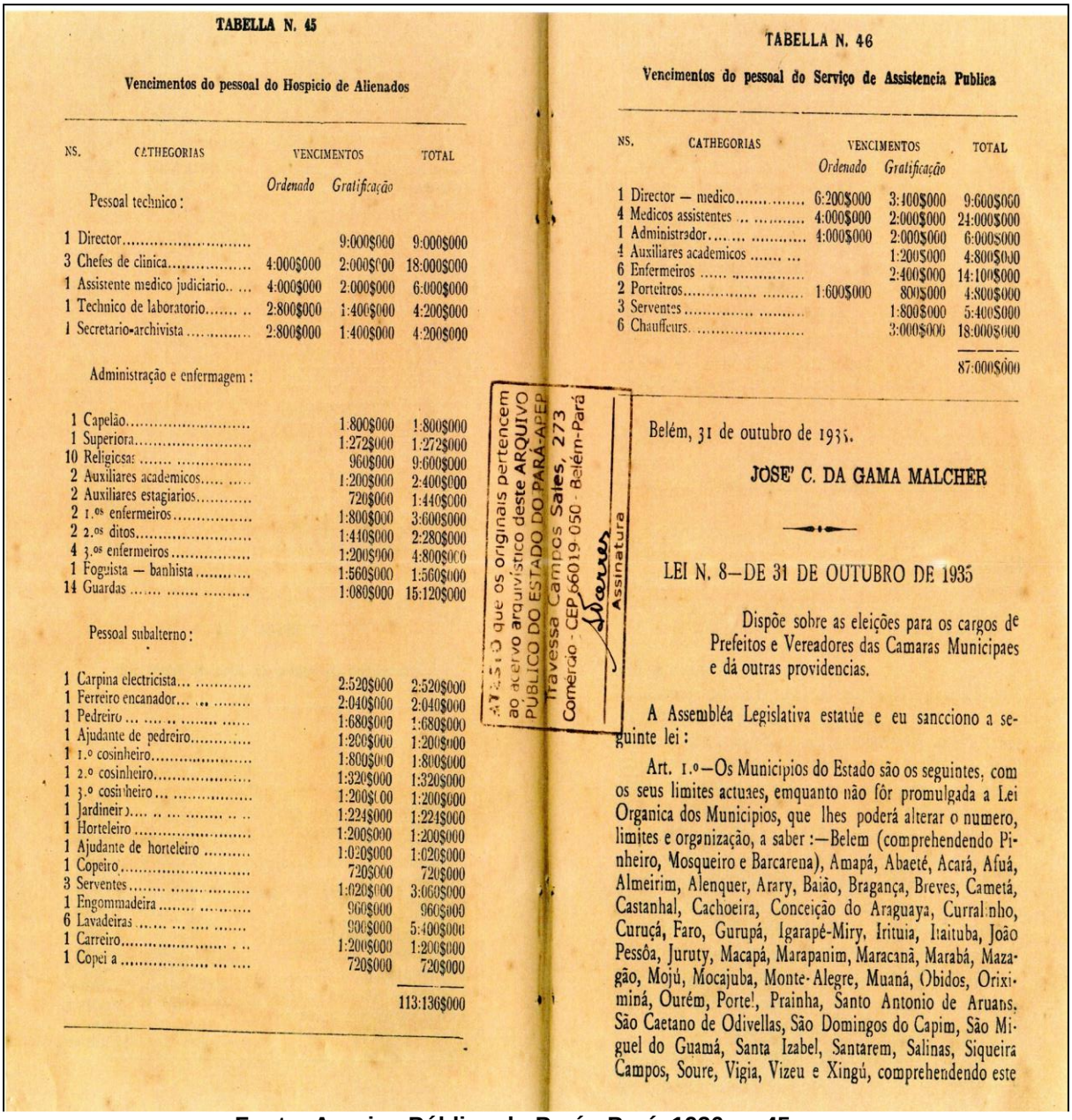


TABELLA N. 45

Vencimentos do pessoal do Hospicio de Alienados

NS.	CATHEGORIAS	VENCIMENTOS *Ordenado*	VENCIMENTOS *Gratificação*	TOTAL
	Pessoal technico:			
1	Director		9:000$000	9:000$000
3	Chefes de clinica	4:000$000	2:000$000	18:000$000
1	Assistente medico judiciario	4:000$000	2:000$000	6:000$000
1	Technico de laboratorio	2:800$000	1:400$000	4:200$000
1	Secretario-archivista	2:800$000	1:400$000	4:200$000
	Administração e enfermagem:			
1	Capelão		1:800$000	1:800$000
1	Superiora		1:272$000	1:272$000
10	Religiosas		960$000	9:600$000
2	Auxiliares academicos		1:200$000	2:400$000
2	Auxiliares estagiarios		720$000	1:440$000
2	1.os enfermeiros		1:800$000	3:600$000
2	2.os ditos		1:440$000	2:280$000
4	3.os enfermeiros		1:200$000	4:800$000
1	Foguista — banhista		1:560$000	1:560$000
14	Guardas		1:080$000	15:120$000
	Pessoal subalterno:			
1	Carpina electricista		2:520$000	2:520$000
1	Ferreiro encanador		2:040$000	2:040$000
1	Pedreiro		1:680$000	1:680$000
1	Ajudante de pedreiro		1:200$000	1:200$000
1	1.o cosinheiro		1:800$000	1:800$000
1	2.o cosinheiro		1:320$000	1:320$000
1	3.o cosinheiro		1:200$000	1:200$000
1	Jardineiro		1:224$000	1:224$000
1	Horteleiro		1:200$000	1:200$000
1	Ajudante de horteleiro		1:020$000	1:020$000
1	Copeiro		720$000	720$000
3	Serventes		1:020$000	3:060$000
1	Engommadeira		960$000	960$000
6	Lavadeiras		900$000	5:400$000
1	Carreiro		1:200$000	1:200$000
1	Copeira		720$000	720$000
				113:136$000

TABELLA N. 46

Vencimentos do pessoal do Serviço de Assistencia Publica

NS.	CATHEGORIAS	VENCIMENTOS *Ordenado*	VENCIMENTOS *Gratificação*	TOTAL
1	Director — medico	6:200$000	3:400$000	9:600$000
4	Medicos assistentes	4:000$000	2:000$000	24:000$000
1	Administrador	4:000$000	2:000$000	6:000$000
4	Auxiliares academicos		1:200$000	4:800$000
6	Enfermeiros		2:400$000	14:100$000
2	Porteiros	1:600$000	800$000	4:800$000
3	Serventes		1:800$000	5:400$000
6	Chauffeurs		3:000$000	18:000$000
				87:000$000

Belém, 31 de outubro de 1935.

JOSE' C. DA GAMA MALCHER

LEI N. 8—DE 31 DE OUTUBRO DE 1935

Dispõe sobre as eleições para os cargos de Prefeitos e Vereadores das Camaras Municipaes e dá outras providencias.

A Assembléa Legislativa estatúe e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1.º—Os Municipios do Estado são os seguintes, com os seus limites actuaes, emquanto não fôr promulgada a Lei Organica dos Municipios, que lhes poderá alterar o numero, limites e organização, a saber:—Belem (comprehendendo Pinheiro, Mosqueiro e Barcarena), Amapá, Abaeté, Acará, Afuá, Almeirim, Alenquer, Arary, Baião, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Cachoeira, Conceição do Araguaya, Curralinho, Curuçá, Faro, Gurupá, Igarapé-Miry, Irituia, Itaituba, João Pessôa, Juruty, Macapá, Marapanim, Maracanã, Marabá, Mazagão, Mojú, Mocajuba, Monte-Alegre, Muaná, Obidos, Oriximiná, Ourém, Portel, Prainha, Santo Antonio de Aruans, São Caetano de Odivellas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Santa Izabel, Santarem, Salinas, Siqueira Campos, Soure, Vigia, Vizeu e Xingú, comprehendendo este

Atesto que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1936, p. 45.

ultimo o actual Municipio de Altamira e a Sub-Prefeitura de Xingú, com séde na cidade de Altamira.

Art. 2.º—Em todos elles, com excepção do da capital quanto ao Prefeito, proceder-se-á á eleição de Prefeitos e Vereadores pela forma e na data previstas na Constituição do Estado e nas instrucções baixadas pelos Tribunaes Superior e Regional da Justiça Eleitoral.

Art. 3.º—As Camaras Municipaes serão installadas na séde de cada municipio e na data em que fôr determinada pelo Tribunal Regional Eleitoral, sob a presidencia do mais velho dos vereadores eleitos, que convidará dois (2) outros para com elle constituirem a Mesa provisoria, prestando e fazendo prestar pelos demais vereadores o seguinte compromisso: «Prometto obedecer e fazer obedecer as Constituições e Leis da Republica, do Estado e do Municipio, e cumprir os deveres do cargo para que fui eleito».

Art. 4.º—Emquanto não fôr approvado o seu Regimento Interno, reger-se-ão as Camaras Municipaes pelo Regimento do extincto Conselho Municipal da Capital do Estado, naquillo que lhes fôr applicavel.

Art. 5.º—No dia immediato ao da installação da Camara Municipal, o respectivo Presidente convidará o Prefeito eleito a marcar dia e hora para prestar, perante a mesma Camara, a affirmação legal, que será a mesma constante do art., 3.º e ser empossado no cargo.

§ unico. O Prefeito terá trinta (30) dias para prestar o compromisso e tomar posse do cargo, findos os quaes senão comparecer, para este effeito, salvo caso de força maior comprovado, será empossado no mesmo cargo o Presidente da Camara Municipal, até que se providencie nos termos da Lei Organica dos Municipios, que vier a ser promulgada, sobre a sua substituição.

Art. 6.º—Empossado o Prefeito, a Camara Municipal suspenderá os seus trabalhos até a data que vier a ser determinada pela dita Lei Organica dos Municipios, para a sua reinstallação, e, até essa data, o Prefeito empossado exercerá as attribuições em que se achavam investidos os Intendentes Municipaes, no anterior regimen constitucional.

Art. 7.º—Os Vereadores do interior servirão gratuitamente e os da capital terão o subsidio que não exceda de trezentos mil res (300$000) mensaes, durante as sessões.

Art. 8.º—O subsidio dos Prefeitos e o dispendio com a Secretaria das Camaras Municipaes serão regulados pela Lei Organica dos Municipios que estabelecerá as respectivas bases e limites.

Art. 9.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario Geral do Estado assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 31 de outubro de 1935.

JOSE' C. DA GAMA MALCHER

Eladio d'Amorim Lima, secretario geral

LEI N. 9—DE 14 DE NOVEMBRO DE 1935

Dispõe sobre a concessão da licença premio aos funccionarios publicos do Estado.

A Assembléa Legislativa estatúe e eu sancciono a seguinte Lei:

Art. 1.º—Ao funccionario publico do Estado, civil ou militar que, durante um periodo de dez (10) annos consecutivos, não se afastar do exercicio de suas funcções, é assegurado o direito a uma licença especial de seis (6) mezes, por decennio, com os vencimentos integraes.

§ unico. Para o fim previsto neste artigo não se computará o afastamento do exercicio das funcções, quando por motivo de nojo ou de gala, se não fôr superior a oito (8) dias, e, bem assim, o afastamento em virtude de faltas justificadas, de férias regulamentares e de licença para tratamento de saúde, até seis (6) mezes.

Art. 2.º—A licença concedida nos termos desta lei é isenta de sello e sua concessão não prejudicará a contagem de tempo para o effeito de promoção, aposentadoria, reforma ou gratificação addicional.

Art. 3.º—A liquidação do tempo do effectivo exercicio, para assegurar o direito á licença especial, será feita por um ou mais decennios completos, interrompendo-se cada periodo de dez (10) annos, sempre que se der o afastamento, salvo as restricções a que se refere o paragrapho unico do artigo 1.º

Art. 4.º—As licenças especiaes poderão ser gozadas em parcellas de tres (3) ou dois (2) mezes, por anno civil, respectivamente.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1936, p. 46-47.

ANEXO P - Divisão Territorial do Brasil de 31-XII-1937.

DIVISÃO TERRITORIAL — 1937 (31-XII)

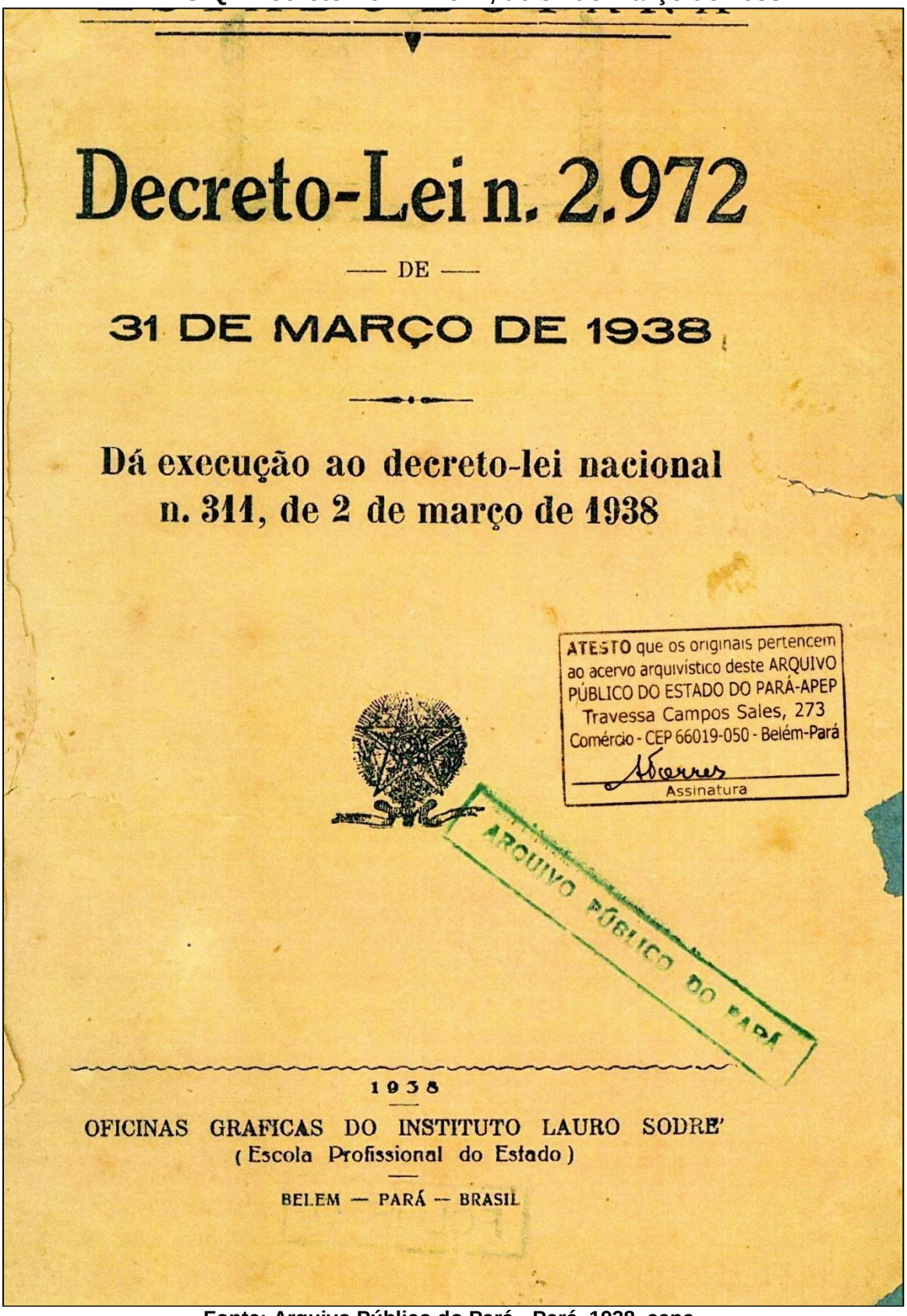
II — QUADRO SISTEMÁTICO DA DATA DE CRIAÇÃO, SUBORDINAÇÃO JUDICIÁRIA, DIVISÃO DISTRITAL E ÁREA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

Número de ordem	MUNICÍPIOS	Data da criação ou restauração	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS A QUE PERTENCEM — TÊRMOS — Designação	TÊRMOS — Números de ordem dos demais municípios abrangidos	COMARCAS — Designação	COMARCAS — Números de ordem dos demais têrmos abrangidos	NÚMERO DE DISTRITOS — Judiciários	NÚMERO DE DISTRITOS — Administrativos	ÁREA — Km2	ÁREA — %
			MINAS GERAIS (Conclusão)							
198	Sete Lagoas (I)	24-11-867	125 Sete Lagoas	140	108 Sete Lagoas	—	5	5	1 640	0,28
199	Silvestre Ferraz (VI)	16- 9-901	172 Silvestre Ferraz	—	138 Silvestre Ferraz	—	2	2	428	0,07
200	Silvianópolis (VI)	30- 8-911	26 Pouso Alegre	27-158	25 Pouso Alegre	—	2	2	826	0,14
201	Teófilo Otoni (IV)	9-11-878	85 Teófilo Otoni	91-111	78 Teófilo Otoni	—	7	7	16 515	2,78
202	Tiradentes (I)	20-10-849	143 Tiradentes	163	90 Prados	—	2	2	337	0,06
203	Tiros (VII)	7- 9-923	173 Tiros	—	122 São Gotardo	148	4	4	6 854	1,15
204	Tombos (V)	7- 9-923	174 Tombos	—	42 Carangola	43	1	1	274	0,05
205	Tremedal (III)	9-11-878	175 Tremedal	—	61 Tremedal	64	5	5	6 104	1,03
206	Três Corações (VI)	23- 9-884	176 Três Corações	—	139 Três Corações	—	1	1	686	0,12
207	Três Pontas (VI)	1- 4-841	177 Três Pontas	—	40 Três Pontas	41	3	3	662	0,11
208	Tupaciguara (VIII)	30- 8-911	178 Tupaciguara	—	140 Tupaciguara	—	2	2	2 296	0,39
209	Ubá (V)	30- 8-871	179 Ubá	—	141 Ubá	—	6	6	1 235	0,21
210	Uberaba (VIII)	22- 2-836	180 Uberaba	—	142 Uberaba	—	4	4	9 664	1,63
211	Uberlândia (VIII)	31- 8-888	181 Uberlândia	—	143 Uberlândia	—	3	3	5 059	0,85
212	Varginha (VI)	22- 7-881	182 Varginha	—	144 Varginha	—	2	2	893	0,15
213	Viçosa (V)	30- 9-871	183 Viçosa	—	145 Viçosa	—	9	9	2 103	0,35
214	Virgínia (VI)	30- 8-911	140 Pouso Alto	159-191	79 Pouso Alto	86	1	1	273	0,05
215	Virginópolis (IV)	7- 9-923	184 Virginópolis	—	68 Guanhães	72	3	3	2 064	0,35
			PARA' (1)							
1	Abaeté (IV)	23- 3-880	1 Abaeté	—	1 Igarapé-Miri	20	7	1	1 476	0,11
2	Acará (IV)	8- 1-932	2 Belém	(2) 9	2 Belém	9	6	1	14 007	1,03
3	Afuá (II)	2- 8-890	3 Afuá	—	3 Afuá	—	7	1	12 125	0,89
4	Alenquer (VI)	23- 6-848	4 Alenquer	—	4 Alenquer	—	4	1	45 693	3,35
5	Almeirim (VI)	24-11-930	5 Almeirim	—	5 Monte Alegre	31	4	1	96 681	7,09
6	Amapá (I) (3)	31-10-935	6 Amapá	—	6 Macapá	25-29	3	1	69 011	5,06
7	Arari (II) (4)	27-12-930	7 Arari	—	7 Arari	12	8	1	3 294	0,24
8	Baião (V)	17- 5-833	8 Baião	—	8 Cametá	13-30	4	1	17 672	1,30
9	Belém (IV)	1616	2 Belém 9 Barcarena	2 —	2 Belém	—	11	1	4 374	0,32
10	Bragança (III)	1753	10 Bragança	—	9 Bragança	44	10	1	2 246	0,16
11	Breves (II)	25-10-851	11 Breves	—	10 Breves	16-36	9	1	13 774	1,01
12	Cachoeira (II)	31-10-935	12 Cachoeira	—	7 Arari	7	3	1	5 278	0,39
13	Cametá (V)	1635	13 Cametá	—	8 Cametá	8-30	10	1	4 860	0,36
14	Castanhal (III)	28- 1-932	14 Castanhal	—	11 Castanhal	39	4	1	2 914	0,21
15	Conceição do Araguaia (V)	31-10-935	15 Araguaia	—	12 Araguaia	—	4	1	41 068	3,01
16	Curralinho (II)	31-10-935	16 Curralinho	—	10 Breves	11-36	2	1	9 466	0,69
17	Curuçá (III)	25-12-933	17 Curuçá	—	13 Curuçá	25	6	1	1 636	0,68
18	Faro (VI)	31-10-935	18 Faro	—	14 Óbidos	24-34-35	2	1	26 546	1,95
19	Gurupá (VI)	1639	19 Gurupá	—	15 Gurupá	37	5	1	9 454	0,69
20	Igarapé-Miri (IV)	16-10-843	20 Igarapé-Miri	31	1 Igarapé-Miri	1	4	1	1 725	0,13
21	Irituia (IV)	1933	21 Guamá	46	16 Guamá	35	7	1	10 158	0,75
22	Itaituba (VI)	31-10-935	22 Itaituba	—	17 Itaituba	—	3	1	212-523	15,59
23	João Pessoa (III)	26-10-906	23 João Pessoa	—	18 João Pessoa	27-38	9	1	1 212	0,09
24	Jurutí (VI)	31-10-935	24 Jurutí	—	14 Óbidos	18-34-35	2	1	12 959	0,95
25	Macapá (I)	1752	25 Macapá	—	6 Macapá	6-29	7	1	31 857	2,34
26	Marabá (V)	27- 2-913	26 Marabá	—	19 Marabá	—	5	1	49 080	3,60
27	Maracanã (III)	6- 6-755	27 Maracanã	—	18 João Pessoa	23-38	2	1	1 251	0,09
28	Marapanim (III)	21- 1-931	28 Marapanim	—	13 Curuçá	17	4	1	900	0,07
29	Mazagão (I) (5)	31-10-935	29 Mazagão	—	6 Macapá	6-25	6	1	50 688	3,72
30	Mocajuba (V)	31-10-935	30 Mocajuba	—	8 Cametá	8-13	2	1	916	0,07
31	Mojú (IV)	31-10-935	20 Igarapé-Miri	20	1 Igarapé-Miri	1-20	3	1	6 796	0,50
32	Monte Alegre (VI)	28- 2-758	31 Monte Alegre	39	5 Monte Alegre	5	2	1	19 148	1,40
33	Muaná (II)	17- 5-833	32 Muaná	—	20 Muaná	—	6	1	3 297	0,24
34	Óbidos (VI)	25- 3-758	33 Óbidos	—	14 Óbidos	18-24-35	2	1	68 024	4,99
35	Oriximiná (VI)	24-12-934	34 Oriximiná	—	14 Óbidos	18-24 34	1	1	37 000	2,72
36	Ourém (IV)	23- 1-933	35 Ourém	—	16 Guamá	21	4	1	8 940	0,66
37	Portel (VI)	31-10-935	36 Portel	—	10 Breves	11-16	6	1	51 343	3,77
38	Pôrto de Moz	18-12-937	37 Pôrto de Moz	—	15 Gurupá	19	8	1	71 625	5,25
39	Prainha (VI)	31-10-935	31 Monte Alegre	32	5 Monte Alegre	5	2	1	12 498	0,92
40	Salinas (III)	20- 6-933	38 Salinas	—	18 João Pessoa	23-27	3	1	781	0,06
41	Santa Isabel (III)	1933	39 Santa Isabel	—	11 Castanhal	14	7	1	2 200	0,16
42	Santarém (VI)	1756	40 Santarém	—	21 Santarém	—	5	1	44 093	3,24

(1) Os têrmos, no Estado, teem a designação de "distritos judiciários", e os distritos de paz, a de "circumscrições judiciárias." — (2) Parte do município — (3) Sede: Veiga Cabral. — (4) Sede: Itaguarí. — (5) Sede: Masaganópolis.

Fonte: IBGE (1938, p. 102).

ANEXO Q - Decreto-Lei nº 2.972, de 31 de março de 1938.



Decreto-Lei n. 2.972

— DE —

31 DE MARÇO DE 1938

Dá execução ao decreto-lei nacional n. 311, de 2 de março de 1938

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

1938

OFICINAS GRAFICAS DO INSTITUTO LAURO SODRE'
(Escola Profissional do Estado)

BELEM — PARÁ — BRASIL

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1938, capa.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

DECRETO-LEI N. 2.972 — DE 31 DE MARÇO DE 1938

Dá execução ao decreto-lei nacional n. 311, *de 2 de março de* 1938.

O Interventor Federal no Estado do Pará, por nomeação legal do sr. Presidente da Republica, usando de suas attribuições, e,

considerando o disposto no decreto-lei nacional n. 311, de 2 de março de 1938, publicado no "Diario Official" de 7 do mesmo mez e, desde essa data, em vigor (art. 20),

RESOLVE :

Art. 1.º — A divisão administrativa e judiciaria do Estado até o dia 30 de junho proximo futuro, é a que consta do quadro annexo á presente lei, comprehendendo as circumscripções já installadas até o dia 7 do mez em curso, isto é, vinte e sete (27) comarcas, quarenta e sete (47) termos, cincoenta e um (51) municipios e duzentos e quarenta e seis (246) districtos, estes como categoria unica de circumscripções primarias do territorio estadual para todos os fins da administração publica e da organização judiciaria.

Art. 2.º — Todos os municipios do Estado estão obrigados, sob pena da perda de sua autonomia (artigo 13 e seus paragraphos do decreto-lei n. 311), a depositar na Secretaria do Directorio Regional de Geographia, em duas (2) vias authenticadas, o mappa do respectivo territorio, satisfeitos os requisitos minimos fixados pelo Conselho Nacional de Geographia.

Art. 3.º — A esses mappas deverão ser annexadas as plantas das áreas "urbana" e "suburbana", tanto da cidade séde do municipio, como das respectivas "villas" (sédes districtaes).

§ 1.º A delimitação dessas áreas será feita por actos dos governos municipaes dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da presente lei.

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1938, p. 3.

§ 2.º A delimitação aqui prevista consistirá na descripção, por linhas naturaes ou rectas, facilmente identificaveis no terreno, dos dois (2) perimetros necessarios — o da "área urbana" (interior) e o da área suburbana (exterior), de cada villa do municipio e da cidade que lhe fôr séde.

§ 3.º Copias authenticas desses actos serão enviadas ao Directorio Regional de Geographia e á Junta Regional de Estatistica, que as retransmittirão, respectivamente, ao Conselho Nacional de Geographia e ao Conselho Nacional de Estatistica.

§ 4.º Na delimitação dos perimetros das villas, obedecer-se-á desde logo ao criterio fixado no art. 11 do decreto-lei n. 311, isto é, o de abrangerem as respectivas áreas urbana e suburbana, em conjuncto, pelo menos trinta (30) moradias.

§ 5.º Na delimitação, porém, dos perimetros da séde municipal, attender-se-á desde logo, para fins de uniformidade da estatistica nacional, á necessidade de ficarem abrangidas pelo menos duzentas (200) moradias no perimetro traçado para a área "urbana" (criterio estabelecido no art. 12 da lei citada).

Art. 4.º — Para elaborar o novo projecto do quadro territorial do Estado, cuja decretação o mandará vigorar a partir de primeiro (1.º) de julho vindouro (art. 16, § 1.º do dec.-lei n. 311), fica constituida uma commissão de tres (3) membros, composta de um (1) representante da Junta Regional de Estatistica, de um (1) representante do Directorio Regional de Geographia e de um (1) terceiro (3.º) technico de livre designação do Governo.

§ 1.º Ficará tambem a cargo dessa commissão a orientação dos Governos Municipaes no que disser respeito ao cumprimento do artigo 3.º e seus paragraphos deste decreto-lei, relativamente aos perimetros urbanos e suburbanos.

§ 2.º Essa commissão, todavia, uma vez cumprida a attribuição fixada neste artigo, continuará em exercicio pelo tempo que fôr necessario, incumbida de promover e facilitar as providencias dos governos municipaes para cumprimento do artigo 13 do decreto-lei n. 311, sobre o preparo dos mappas municipaes.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1938, p. 4.

§ 3.º Emquanto funccionar, essa Commissão manter-se-á em entendimento com o Directorio Regional de Geographia e com a Junta Executiva Regional de Estatistica, collaborando, no que estiver ao seu alcance. no encaminhamento dos trabalhos que se fizerem necessarios no Estado para a revisão da Carta Geral da Republica e organização dos proximos serviços censitarios, na conformidade do que está previsto no decreto-lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938.

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará. 31 de março de 1938.

Deodoro Mendonça, respondendo
pelo expediente da Interventoria Federal

Antenor Cavalcante, respondendo
pelo expediente do Secretario Geral

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

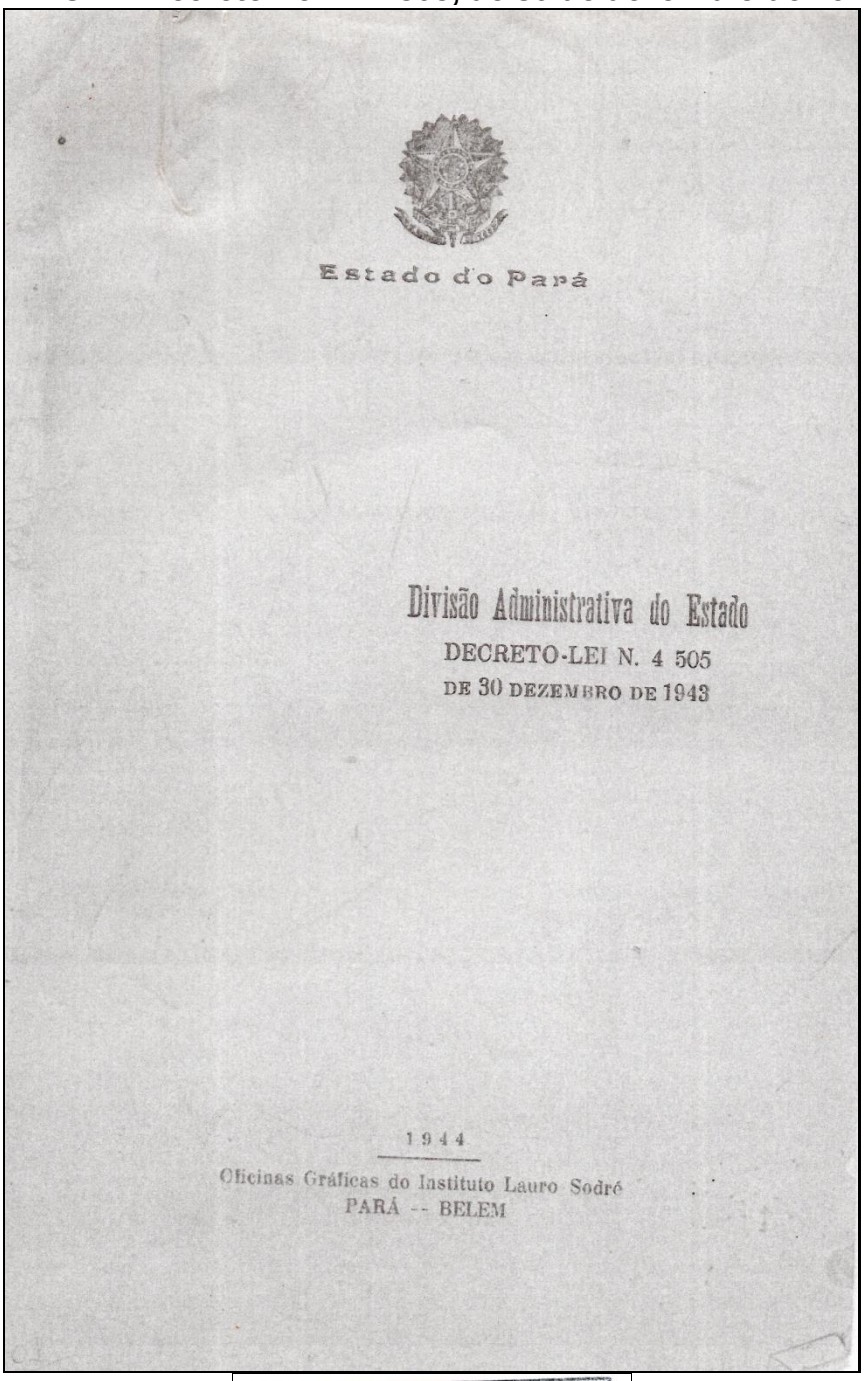
Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1938, p. 5.

Circunscrições exclusivamente judiciarias				Circunscrições exclusivamente administrativas		Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciarias		Sédes das circunscrições		
COMARCAS		TERMOS		MUNICIPIOS		DISTRITOS				
N.º de ordem	NOME	N.º ordem	NOME	N.º de ordem	NOME	N.º de ordem	NOME	N.º de ordem	NOME	Categoria
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
7	Breves	9	Breves	10	Breves	57	Breves	57	Breves	Cidade
						58	Antonio Lemos	58	Antonio Lemos	Cidade
						59	Macacos	59	Macacos	—
						60	Mapuá	60	Mapuá	—
						61	Jacaré	61	Jacaré	—
						62	Ituquára	62	Ituquára	Vila
						63	Mututí	63	Mututí	—
						64	Aramã	64	Aramã	—
						65	Melgaço	65	Melgaço	Vila
		10	Curralinho	11	Curralinho	66	Curralinho	66	Curralinho	Cidade
						67	Piriá	67	Piriá	Vila
		11	Portel	12	Portel	68	Portel	68	Portel	Cidade
						69	Bom Sucesso	69	Bom Sucesso	Vila
						70	Santa Helena	70	Santa Helena	Vila
						71	Bagre	71	Bagre	Vila
						72	Oeiras	72	Oeiras	Vila
						73	Jacundá	73	Jacundá	—
8	Cametá	12	Cametá	13	Cametá	74	Cametá	74	Cametá	Cidade
						75	Joróca	75	Joróca	Vila
						76	Juába	76	Juába	Vila
						77	São Benedito	77	São Benedito	Vila
						78	Curuçambaba	78	Curuçambaba	Vila
						79	Limoeiro	79	Limoeiro	Vila
						80	Providencia	80	Providencia	Vila
						81	São Raimundo dos Furtados	81	São Raimundo dos Furtados	Vila
						82	Carapajó	82	Carapajó	Vila
						83	Conceição	83	Conceição	Vila
		13	Mocajuba	14	Mocajuba	84	Mocajuba	84	Mocajuba	Cidade
						85	S. Pedro do Vizeu	85	S. Pedro do Vizeu	Vila
		14	Baião	15	Baião	86	Baião	86	Baião	Cidade
						87	Umarizal	87	Umarizal	Vila
						88	Matacorá	88	Matacorá	Vila
						89	Alcobaça	89	Alcobaça	Vila
9	Castanhal	15	Castanhal	16	Castanhal	90	Castanhal	90	Castanhal	Cidade
						91	Apeú	91	Apeú	Vila
						92	Anhanga	92	Anhanga	Vila
						93	Inhangapí	93	Inhangapí	Vila
		16	Santa Izabel	17	Santa Izabel	94	Santa Izabel	94	Santa Izabel	Cidade
						95	Ananindeua	95	Ananindeua	Vila
						96	Caraparú	96	Caraparú	Vila
						97	Benevides	97	Benevides	Vila
						98	Bemfica	98	Bemfica	Vila
						99	Americano	99	Americano	Vila
						100	Arací	100	Arací	Vila
10	Conceição do Araguaia	17	Conceição do Araguaia	18	Conceição do Araguaia	101	Conceição do Araguaia	101	Conceição do Araguaia	Cidade
						102	Sta. Maria das Barreiras	102	Sta. Maria das Barreiras	Vila
						103	Gameleiras	103	Gameleiras	Vila
						104	Santa Thereza do Morro de Areia	104	Santa Thereza do Morro de Areia	Vila
11	Curuçá	18	Curuçá	19	Curuçá	105	Curuçá	105	Curuçá	Cidade
						106	Ponta do Ramos	106	Ponta do Ramos	Vila
						107	Vista Alegre (Ex-Monte Alegre)	107	Vista Alegre (Ex-Monte Alegre)	Vila
						108	Lauro Sodré	108	Lauro Sodré	Vila
						109	Terra Alta	109	Terra Alta	Vila
						110	Santa Luzia	110	Santa Luzia	Vila

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivistico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1938, folha 2 do anexo.

ANEXO R - Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943.



Estado do Pará

Divisão Administrativa do Estado

DECRETO-LEI N. 4 505

DE 30 DEZEMBRO DE 1943

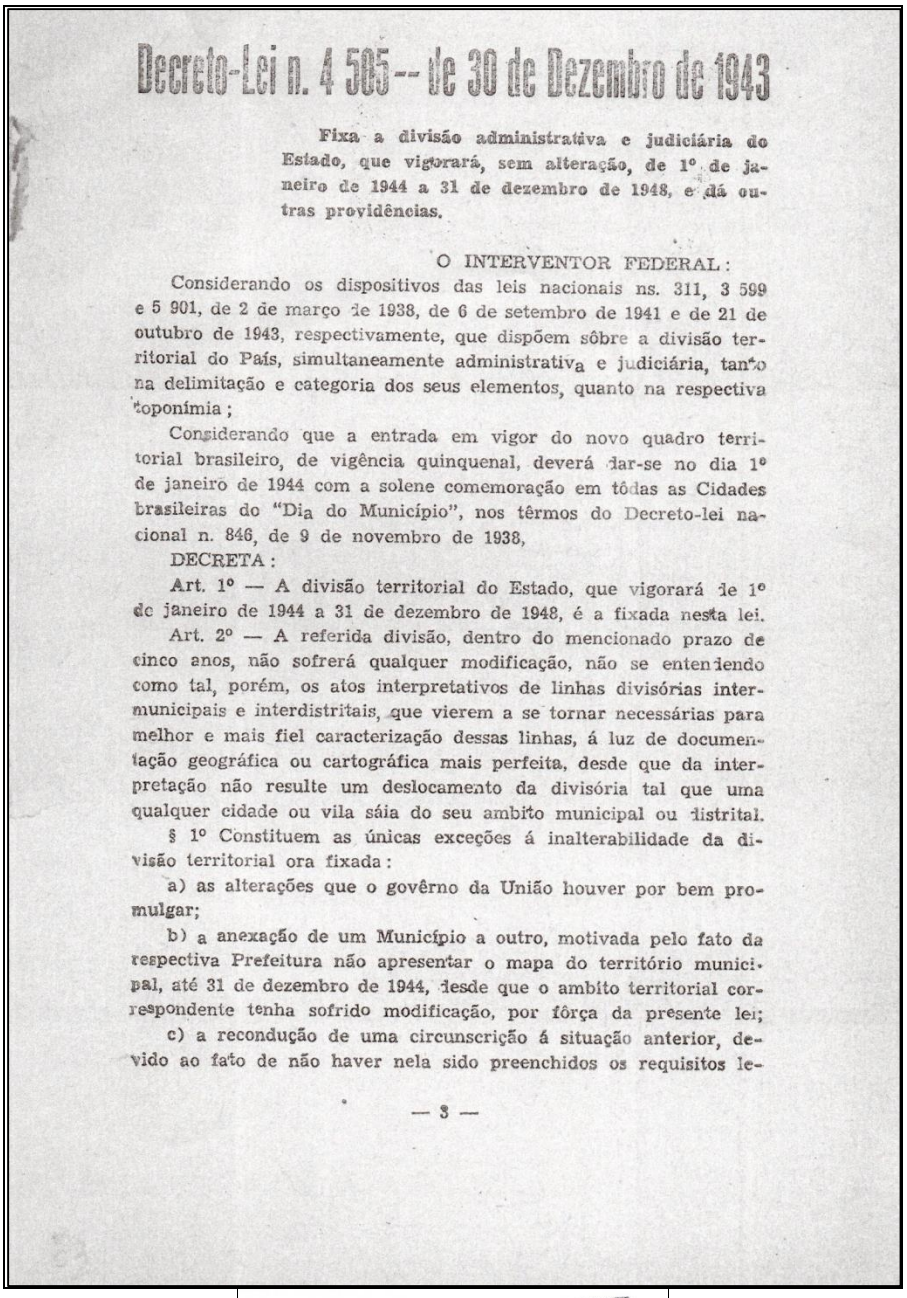
1944

Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré

PARÁ -- BELEM

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1944, capa.



Decreto-Lei n. 4 565 — de 30 de Dezembro de 1943

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL:

Considerando os dispositivos das leis nacionais ns. 311, 3 599 e 5 901, de 2 de março de 1938, de 6 de setembro de 1941 e de 21 de outubro de 1943, respectivamente, que dispõem sôbre a divisão territorial do País, simultaneamente administrativa e judiciária, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia;

Considerando que a entrada em vigor do novo quadro territorial brasileiro, de vigência quinquenal, deverá dar-se no dia 1º de janeiro de 1944 com a solene comemoração em tôdas as Cidades brasileiras do "Dia do Município", nos têrmos do Decreto-lei nacional n. 846, de 9 de novembro de 1938,

DECRETA:

Art. 1º — A divisão territorial do Estado, que vigorará de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, é a fixada nesta lei.

Art. 2º — A referida divisão, dentro do mencionado prazo de cinco anos, não sofrerá qualquer modificação, não se entendendo como tal, porém, os atos interpretativos de linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que vierem a se tornar necessárias para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, á luz de documentação geográfica ou cartográfica mais perfeita, desde que da interpretação não resulte um deslocamento da divisória tal que uma qualquer cidade ou vila sáia do seu ambito municipal ou distrital.

§ 1º Constituem as únicas exceções á inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

a) as alterações que o govêrno da União houver por bem promulgar;

b) a anexação de um Município a outro, motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1944, desde que o ambito territorial correspondente tenha sofrido modificação, por fôrça da presente lei;

c) a recondução de uma circunscrição á situação anterior, devido ao fato de não haver nela sido preenchidos os requisitos le-

— 3 —

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1944, p. 3.

gais indispensáveis á sua efetiva instalação a 1º de janeiro vindouro.

§ 2º A anexação ou a recondução, previstas no parágrafo anterior, serão objeto de ato do Govêrno do Estado que, além de determinar uma ou outra das providências, fixará a data e as formalidades para a sua efetivação.

Art. 3.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período quinquenal citado, compreende 24 comarcas, 57 têrmos, 57 Municípios e Distritos, êstes com a categoria única de circunscrição primária do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1º No anexo n. 1, parte integrante dêste decreto, consta a relação apresentando, sistemática e ordenadamente, os nomes de tôdas as circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas sedes, tôdas com a mesma denominação da própria circunscrição.

§ 2.º Em observancia do disposto no § 1.º do art. 16, da Lei nacional n. 311 e de acôrdo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, em virtude do mesmo dispositivo, fica também apenso a êste Decreto-lei, como parte integrante dele, o anexo n. 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscricionais, onde definem, para cada Município, o perimetro municipal e cada uma das divisas interdistratais, quando houver.

Art. 4.º — As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade, no dia 1.º de janeiro de 1944, em ato público solene, se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesta lei, no que concernir não só ás circunscrições que tiverem sede na mesma cidade, como também aos demais distritos que integrarem o respectivo municipio.

§ 1.º A solenidade prevista neste artigo será presidida:

a) sendo a cidade sede de Comarca pelo juiz de direito;

b) sendo a cidade apenas sede de Têrmo, pelo juiz respectivo;

c) sendo a cidade sede de município sem foro, pelo prefeito municipal.

§ 2.º No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automaticamente na seguinte ordem:

a) a do juiz de direito pelo juiz do Têrmo;

b) a do juiz do Têrmo pelo Prefeito Municipal;

c) a do Prefeito Municipal pelo Secretário da Prefeitura Municipal, cabendo a substituição dêste se também impedido, á mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º A solenidade inaugural do novo quadro territorial, na parte que interessar a cada cidade do Estado, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e apro-

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1944, p. 4.

vado pelo Conselho Nacional de Geografia (anexo n. 3, como parte integrante desta lei), passando a ter, pela sua simultaneidade e conformidade com as solenidades congêneres realizadas nas demais cidades brasileiras a integral significação histórico-cívico-nacionalista decorrente dos principios fixados na lei organica federal n. 311, de 2 de março de 1938.

§ 4 º Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autenticadas ao Diretório Regional de Geografia, na Capital do Estado, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Rio de Janeiro, cabendo ainda ao Diretório Regional a obrigação de providenciar para a publicação de tôdas as atas no órgão oficial do Estado.

Art. 5º — Das disposições da legislação estadual que regularem as modificações do quadro territorial continuarão em vigor as que nem direta nem indiretamente colidirem com as normas dêste Decreto-lei.

Art. 6º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 30 de dezembro de 1943.

Cel. JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA.
Interventor Federal

João Guilherme Lameira Bittencourt.
Secretário Geral

— 5 —

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1944, p. 5.

cança por uma réta a confluência do rio Arrainhas com o rio Araguáia; sóbe por êste até suas nascentes e daí alcança por uma réta a ponta sul da serra de Gradaús.

O distrito de Santa Maria das Barreiras abrange os subdistritos seguintes: 1.º Santa Maria das Barreiras, 2.º Gameleira, 3.º Santa Tereza do Morro da Areia.

XXIV — MUNICÍPIO DE CURRALINHO (n. 18)

a) Limites municipais

1. Com o município de Breves:

Começando na fóz do rio Canuacá, na Baía das Bôcas, sóbe pelo álveo dêste rio até as suas nascentes, de onde alcança por uma réta a fóz do igarapé Perdido, adjacente direito do Guajará; daí sóbe pelo álveo do rio Guajará até as suas nascentes, de onde alcança por uma réta as nascentes do braço esquerdo do rio Mapuá, conhecido por Braço do Jacaré.

2. Com o município de S. Sebastião da Bôa Vista:

Começando nas nascentes do braço esquerdo do rio Mapuá, conhecido por Braço do Jacaré, segue pelo divisor de águas dos rios Canatipú e Pracuúba até as nascentes do rio Pacujutá, descendo pelo álveo dêste rio até a fóz do furo Pacujutá pelo qual segue até a sua fóz no rio Pará.

3. Com o rio Pará e a Baía das Bôcas:

O limite municipal acompanha o limite interestadual.

b) Divisas interdistritais

O distrito de Jurutí, único do Têrmo e Município do mesmo nome.

1. Entre os distritos de Curralinho e Piriá:

Começando nas nascentes do rio Piriá, afluente esquerdo do rio Pará, segue pela linha de cóta máxima da sua vertente esquerda até alcançar a bôca de cima do furo chamado rio Samanajós, no rio Pará.

Os distritos dêste município não abrangem subdistritos.

XXV — MUNICÍPIO DE CURUÇÁ (n. 30)

a) Limites municipais

1. Com o Oceano Atlantico:

Começando na fóz do rio Mocajuba, segue pela costa até a fóz do rio Cajutuba.

2. Com o município de Marapanim:

Começando no rio Mocajuba na fóz do furo Muriá, sóbe por êste á fóz do rio Simôa; sóbe pelo álveo do rio Simôa até a fóz do Jucateua, continuando por êste até as suas nascentes; dêste ponto segue pela linha João Dias com o rumo 16º SW, até encontrar o rio Maú, seguindo pelo álveo dêste rio até a fóz do rio Areal Grande; continuando pelo Areal Grande até a fóz do rio Arealzinho, pelo qual sóbe até as suas nascentes, e daí alcança por uma réta o lugar Mossoró.

3. Com o município de Anhanga:

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1944, p. 42.

ANEXO S - Divisão Territorial do Brasil, na situação de 30-IX-1949.

DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL — 30-IX-1949

Quadro municipal e distrital

MUNICÍPIO E DISTRITO	MUNICÍPIO E DISTRITO

ESTADO DO PARÁ

CHAVES
- Chaves
- São Sebastião de Viçosa

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
- Conceição do Araguaia
- Santa Maria das Barreiras

CURRALINHO
- Curralinho
- Piriá

CURUÇÁ
- Curuçá
- Lauro Sodré
- Ponta do Ramos
- Murajá
- Terra Alta

FARO
- Faro
- Terra Santa

GUAMÁ
- Guamá
- Bonito (2)
- Caju (2)
- Urucuri (2)
- Urucueuteua (2)

GURUPÁ
- Gurupá
- Carrazedo
- Itatupã

IGARAPÉ-AÇU
- Igarapé-Açu
- Caripi

IGARAPÉ-MIRI
- Igarapé-Miri
- Maiauatá

INHANGAPI
- Inhangapi

IRITUIA
- Irituia

ITAITUBA
- Itaituba
- Brasília Legal

ITUPIRANGA
- Itupiranga
- Jacundá

JOÃO COELHO
- João Coelho
- Americano
- Caraparu

JURUTI
- Juruti

MARABÁ
- Marabá
- Santa Isabel do Araguaia
- São João do Araguaia

MARACANÃ
- Maracanã
- Boa Esperança (2)
- Santarém Novo
- São Roberto

MARAPANIM
- Marapanim
- Cuinarana
- Marudá
- Matapiquara
- Maú

MOCAJUBA
- Mocajuba
- São Pedro do Viseu

MOJU
- Moju
- Cairari

MONTE ALEGRE
- Monte Alegre

MUANÁ
- Muaná
- São Francisco da Jararaca (2)

— 4 —

Fonte: IBGE, 1949.

ANEXO T - Divisão Territorial do Brasil, situação em 1º-VI-1950.

5. ESTADO DO PARÁ

MUNICÍPIO E DISTRITO	MUNICÍPIO E DISTRITO
19. Capanema	29. Igarapé-Açu
53. Capanema	82. Igarapé-Açu
54. Mirasselvas	83. Caripi
55. Primavera	
56. Quatipuru	30. Igarapé-Miri
57. Tauari	
	84. Igarapé-Miri
20. Capim	85. Maiauatá
58. Capim	31. Inhangapi
21. Castanhal	86. Inhangapi
59. Castanhal	32. Irituia
60. Apeu	
	87. Irituia
22. Chaves	
	33. Itaituba
61. Chaves	
62. São Sebastião de Viçosa	88. Itaituba
	89. Brasília Legal
23. Conceição do Araguaia	
	34. Itupiranga
63. Conceição do Araguaia	
64. Santa Maria das Barreiras	90. Itupiranga
	91. Jacundá
24. Curralinho	
	35. João Coelho
65. Curralinho	
66. Piriá	92. João Coelho
	93. Americano
25. Curuçá	94. Caraparu
67. Curuçá	
68. Lauro Sodré	36. Juruti
69. Muraja	
70. Ponta de Ramos	95. Juruti
71. Terra Alta	
	37. Marabá
26. Faro	
	96. Marabá
72. Faro	97. Santa Isabel do Araguaia
73. Terra Santa	98. São João do Araguaia
27. Guamá	38. Maracanã
74. Guamá	99. Maracanã
75. Bonito	100. Boa Esperança
76. Caju	101. Santarem Novo
77. Urucuri	102. São Roberto
78. Urucueuteua	
	39. Marapanim
28. Gurupá	
	103. Marapanim
79. Gurupá	104. Cuinarana
80. Carrazedo	105. Maruda
81. Itatupã	106. Matapiquara
	107. Mau

Fonte: IBGE (1951).

ANEXO U - Divisão Territorial do Brasil, quadro municipal e distrital em 31-XII-1953.

5. ESTADO DO PARÁ

MUNICÍPIO E DISTRITO	MUNICÍPIO E DISTRITO
19. Capanema	29. Igarapé-Açu
53. Capanema	82. Igarapé-Açu
54. Mirasselvas	83. Caripi
55. Primavera	
56. Quatipuru	30. Igarapé-Miri
57. Tauari	
	84. Igarapé-Miri
20. Capim	85. Maiauatá
58. Capim	31. Inhangapi
21. Castanhal	86. Inhangapi
59. Castanhal	32. Irituia
60. Apeu	
	87. Irituia
22. Chaves	
	33. Itaituba
61. Chaves	
62. São Sebastião de Viçosa	88. Itaituba
	89. Brasília Legal
23. Conceição do Araguaia	
	34. Itupiranga
63. Conceição do Araguaia	
64. Santa Maria das Barreiras	90. Itupiranga
	91. Jacundá
24. Curralinho	
	35. João Coelho
65. Curralinho	
66. Piriá	92. João Coelho
	93. Americano
25. Curuçá	94. Caraparu
67. Curuçá	
68. Lauro Sodré	36. Juruti
69. Muraja	
70. Ponta de Ramos	95. Juruti
71. Terra Alta	
	37. Marabá
26. Faro	
	96. Marabá
72. Faro	97. Santa Isabel do Araguaia
73. Terra Santa	98. São João do Araguaia
27. Guamá	38. Maracanã
74. Guamá	99. Maracanã
75. Bonito	100. Boa Esperança
76. Caju	101. Santarem Novo
77. Urucuri	102. São Roberto
78. Urucueuteua	
	39. Marapanim
28. Gurupá	
	103. Marapanim
79. Gurupá	104. Cuinarana
80. Carrazedo	105. Maruda
81. Itatupã	106. Matapiquara
	107. Mau

Fonte: IBGE, 1954a.

ANEXO V - Divisão Territorial do Brasil do ano de 1954.

DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL

III — Quadro municipal e distrital em 31-XII-1954

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	MUNICÍPIOS E DISTRITOS
5. Estado do Pará (continuação)	
Almerim	Nova Mocajuba
Almerim	Piabas
Arumanduba	Tijoca
Altamira	Tracuateua
Altamira	Urumajó
Gradaús	Breves
Anajás	Breves
Anajás	Antônio Lemos
Ananindeua	Curumu
Ananindeua	São Miguel dos Macac
Benevides	Bujaru
Benfica	Bujaru
Engenho Araci	Guajará-Açu
Anhanga	Cametá
Anhanga	Cametá
Arariúna	Carapajó
Arariúna	Curuçambaba
Araticu	Jânua Céli
Araticu	Juaba
Bagre	Moiraba
Baião	Capanema
Baião	Capanema
Joana Peres	Mirasselvas
Barcarena	Primavera
Barcarena	Quatipuru
Murucupi	Tauari
BELÉM (Capital)	Capim
Belém	Capim
Icoraci	Castanhal
Mosqueiro	Castanhal
Val-de-Cães	Apeú
Bragança	Chaves
Bragança	Chaves
Almôço	São Sebastião de Viçosa
Caratateua	Conceição do Araguaia
Emboraí	Conceição do Araguaia
Itapixuna	Santa Maria das Barreiras
	Curralinho
	Curralinho
	Piriá

— 20 —

Fonte: IBGE (1954b, p. 20).

ANEXO W - Divisão Territorial do Brasil de 1955.

III — QUADRO MUNICIPAL E DISTRITAL EM 1.º-VII-1955

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	MUNICÍPIOS E DISTRITOS

5. Estado do Pará (continuação)

23. Capanema
    64. Capanema
    65. Tauari

24. Capim
    66. Capim

25. Castanhal
    67. Castanhal
    68. Apeú

26. Chaves
    69. Chaves
    70. Arapixi (*)
    71. São Sebastião de Viçosa

27. Conceição do Araguaia
    72. Conceição do Araguaia
    73. Chambioá (*)

28. Curralinho
    74. Curralinho
    75. Canaticu (*)
    76. Piriá

29. Curuçá
    77. Curuçá
    78. Lauro Sodré
    79. Murajá
    80. Mutucal (*)
    81. Terra Alta
    82. Vista Alegre (*)

30. Faro
    83. Faro
    84. Terra Santa

31. Guamá
    85. Guamá
    86. Acari (*)
    87. Apeú (*)
    88. Caju
    89. Urucuri
    90. Urucuriteua

32. Gurupá
    91. Gurupá
    92. Carrazedo
    93. Itatupã
    94. Limão (*)

33. Igarapé-Açu
    95. Igarapé-Açu
    96. Pôrto Seguro do Pará (*)
    97. São Jorge do Jaboti (*)

34. Igarapé-Miri
    98. Igarapé-Miri
    99. Maiauatá
    100. Menino Deus do Anapu (*)

35. Inhangapi
    101. Inhangapi
    102. Jandiaí (*)

36. Irituia
    103. Irituia
    104. Conceição (*)
    105. Santa Rita Durão (*)

37. Itaituba
    106. Itaituba
    107. São Luís do Tapajós (*)

38. Itupiranga
    108. Itupiranga
    109. Itaboca (*)

39. Jacaré-Acanga (*) (1)
    110. Jacaré-Acanga (*) (1)
    111. Vila Braga (*) (1)

40. Jacundá (*) (1)
    112. Jacundá
    113. Ipixuna (*) (1)

41. Juruti
    114. Juruti
    115. Juruti Velho (*)

(1) Ainda não instalado.

Fonte: IBGE (1955, p. 20).

ANEXO X - Divisão Territorial do Brasil, quadro municipal e distrital, situação em 31-XII-1968.

QUADRO MUNICIPAL E DISTRITAL - 31-XII-1968

MUNICÍPIOS E DISTRITOS

5. ESTADO DO PARÁ (continuação)

23. Capitão Poço
    62. Capitão Poço
24. Castanhal
    63. Castanhal
    64. Apeú
25. Chaves
    65. Chaves
    66. São Sebastião de Viçosa
26. Colares
    67. Colares
27. Conceição do Araguaia
    68. Conceição do Araguaia
    69. São Geraldo do Araguaia
28. Curralinho
    70. Curralinho
    71. Piriá
29. Curuçá
    72. Curuçá
    73. Araquaim
    74. Boa Vista do Iriritеua
    75. Lauro Sodré
    76. Murajá
    77. Mutucal
    78. Nazaré de Mocajuba
    79. Ponta de Ramos
    80. Terra Alta
    81. Vista Alegre
30. Faro
    82. Faro
    83. Terra Santa
31. Gurupá
    84. Gurupá
    85. Carrazedo
    86. Itatupã
32. Igarapé-Açu
    87. Igarapé-Açu
    88. Caripi
33. Igarapé-Miri
    89. Igarapé-Miri
    90. Maiauatá
    91. Menino Deus do Anapu
    92. Meruú
34. Inhangapi
    93. Inhangapi
    94. Jandiaí
35. Irituia
    95. Irituia
36. Itaituba
    96. Itaituba
    97. Jacaré-a-Canga
    98. São Luiz do Tapajós
37. Itupiranga
    99. Itupiranga
38. Jacundá
    100. Jacundá
39. Juruti
    101. Juruti
40. Limoeiro do Ajuru
    102. Limoeiro do Ajuru
41. Magalhães Barata
    103. Cuinarana
    104. Cafèzal
42. Marabá
    105. Marabá
43. Maracanã
    106. Maracanã
    107. Algodoal (*)
    108. Boa Esperança
    109. Bom Jardim (*)
    110. Km 19 (*)
    111. Km 26 (*)
    112. Santa Maria (*)
    113. São Roberto
    114. Tatuteua (*)
44. Marapanim
    115. Marapanim
    116. Marudá
    117. Matapiquara
    118. Monte Alegre do Maú
    119. Vista Alegre do Pará
45. Melgaço
    120. Melgaço
    121. Areias

Fonte: IBGE (1971, p. 13).

ANEXO Y - Divisão Territorial do Brasil do ano de 1979.

DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL

III - QUADRO MUNICIPAL E DISTRITAL - 1º-1-1979

5. ESTADO DO PARÁ

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	CÓDIGOS					
	UF	MS	MR	MUN	DV	DISTR
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	15	06	020	0270	7	
Conceição do Araguaia						05
Redenção (*)						10
São Geraldo do Araguaia						15
CURRALINHO	15	07	016	0280	6	
Curralinho						05
Piriá						10
CURUÇÁ	15	07	023	0290	5	
Curuça						05
Araquaim						10
Boa Vista do Iriritеua						15
Lauro Sodré						20
Murajá						25
Mutucal						30
Nazaré de Mocajuba						35
Ponta de Ramos						40
Terra Alta						45
Vista Alegre						50
FARO	15	06	012	0300	2	
Faro						05
Terra Santa						10
GURUPÁ	15	07	016	0310	1	
Gurupá						05
Carrazedo						10
Itatupã						15
IGARAPÉ-AÇU	15	07	024	0320	0	
Igarapé-Açu						05
Caripi						10
IGARAPÉ-MIRI	15	07	018	0330	9	
Igarapé-Miri						05
Maiauata						10
Menino Deus do Anapu						15
Meruú						20
INHANGAPI	15	07	024	0340	8	
Inhangapi						05
Jandiaí						10
IRITUIA	15	07	022	0350	7	
Irituia						05
ITAITUBA	15	06	013	0360	6	
Itaituba						05
Jacaré-a-Canga (***)						10
São Luiz do Tapajós (***)						15
ITUPIRANGA	15	07	019	0370	5	
Itupiranga						05
JACUNDÁ	15	07	019	0380	4	
Jacundá						05
JURUTI	15	06	012	0390	3	
Juruti						05

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	CÓDIGOS					
	UF	MS	MR	MUN	DV	DISTR
LIMOEIRO DO AJURU	15	07	018	0400	0	
Limoeiro do Ajuru						05
MAGALHÃES BARATA	15	07	023	0410	9	
Magalhães Barata (ex-Cuinarana) (2)						05
Cafezal						10
MARABÁ	15	07	019	0420	8	
Marabá						05
MARACANÃ	15	07	023	0430	7	
Maracanã						05
Algodoal (*)						10
Boa Esperança						15
Bom Jardim (*)						20
Km 19 (*)						25
Km 26 (*)						30
Santa Maria (*)						35
São Roberto						40
Tatuteua (*)						45
MARAPANIM	15	07	023	0440	6	
Marapanim						05
Marudá						10
Matapiquara						15
Monte Alegre do Mau						20
Vista Alegre do Pará						25
MELGAÇO	15	07	016	0450	5	
Melgaço						05
Areias						10
MOCAJUBA	15	07	018	0460	4	
Mocajuba						05
Manjeiro						10
São Pedro de Viseu						15
MOJU	15	07	018	0470	3	
Moju						05
Cairari						10
MONTE ALEGRE	15	06	012	0480	2	
Monte Alegre						05
MUANÁ	15	07	017	0490	1	
Muaná						05
São Francisco da Jararaca						10
NOVA TIMBOTEUA	15	07	024	0500	7	
Nova Timboteua						05
Timboteua						10
ÓBIDOS	15	06	012	0510	6	
Óbidos						05
Flexal (***)						10
OEIRAS DO PARÁ (ex-Araticu) (3)	15	07	018	0520	5	
Oeiras do Pará (ex-Araticu) (3)						05
ORIXIMINÁ	15	06	012	0530	4	
Oriximiná						05

67

Fonte: IBGE (1980, p.67).

ANEXO Z - Annuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brazil e Indicador para 1910.

Cachoeira

Comarca, comprehende os termos de Cachoeira e Ponta de Pedras. O municipio comprehende a parochia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, Alto Arary, Baixo Arary e Camará. População 6:000 habitantes, com 681 eleitores (1905).

A villa de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira foi creada pela resolução do Conselho do Governo, em sessão de 10 e 17 de maio de 1833, e installada em 7 de maio de 1834.

Collectorias:
Collector federal: Emiliano Antonio dos Santos.
Escrivão da collectoria: João Manoel da Cunha Pepeo.

Cametá

Comarca; comprehende os termos de Cametá e Mocajuba. O municipio de Cametá compõe-se dos districtos da cidade de Cametá, Pararú, Juaba, Joroca, Limoeiro, Corucambaba, Mahú, S. Benedicto e Providencia. População 23:000 habitantes e 1:903 eleitores (1905).

A villa de Cametá foi fundada em Dezembro de 1635 e elevada á categoria de cidade por lei provincial n.º 145, de 24 de outubro de 1848.

Administração judiciaria:
Juiz de direito: Ignacio Loyola Henriques Virgolino, bach.
Promotor: Alberto G. da Cunha Barreto, bach.
Administração policial:
Prefeito de segurança: Olintho Mendes Contente.
Collectorias:
Collector federal: Gregorio da Silva Braga.
Escrivão da collectoria: José Domingues de Moura.

Chaves

Comarca de um só termo. O municipio de Chaves comprehende a circumscripção da cidade de Chaves, Arapixy, Ilha Viçosa, Prainha, Gaiabal e Arrozal. População 9.000 habitantes com 2:292 eleitores (1908).

Instrucção publica:
Professores estadoaes:
Henrique Burgos de Oliveira.
D. Maria Fausta de V. Goes.
Municipaes:
Antonio Joaquim de Moraes.
D. Eugenia de Oliveira Pantoja.
José Pinho da Silva.
Odorico Paes de Sousa.
D. Zeferina Constantina de Menezes.

Existem outros collegios particulares, inclusivé o do ensino secundario do sr. Antenor Cavalcanti.

Collectorias:
Collector federal: Augusto Santos Loureiro.
Escrivão: M. Salomão Mascarenhas.
Collector estadoal: Xardel Telesphoro Oliveira, ten. cor.
Escrivão: Benigno da Costa Goes, ten. cor.
Correio:
Agente: João Capistrano Sousa Vasconcellos, cor.
Telegrapho:
Agente: Angenor Luiz Manoel Tamargo.
Estafeta: Ambrosio Augusto de Sousa.
Religião:
Existe na séde do municipio uma igreja sob a invocação de Santo Antonio de Padua, pertencente á archidiocese do Pará.

Industria

Usina Redempção, e muitas outras.

Agricultores e lavradores

Principaes fazendeiros do municipio: com mais de 20:000 cabeças de gado, cada um:
Dr. Joaquim Jonas Bezerra Montenegro.
Dr. Justo Leite Chermont.
Pombo & Irmão.
Silva Santos & Filhos.
Fazendeiros menores:
Augusto Cesar Pereira Gomáque.
Affonso Gomes da Costa.
Matheus Rosa Furtado, cor.
Napoleão Edmundo Coelho.
Vicente Gonçalves Magno.
Viuva Paula & Filhos.

Collares

Municipio pertencente á comarca de Vigia. Comprehende a parochia de Nossa Senhora do Rosario de Collares. População 2:000 habitantes.

Curralinho

Municipio, pertencente á comarca de Muaná. Comprehende a parochia de S. João Baptista do Curralinho. O municipio produz borracha em grande quantidade. constituindo a sua principal riqueza. Ha algumas fazendas de criação de gado. População 6:000 habitantes com 460 eleitores.

CURRALINHO. — Cidade situada na costa meridional da ilha de Marajó, á margem esquerda do rio Pará. Foi creada freguezia pela lei n.º 172 de 30 de Novembro de 1850; villa por lei de 6 de março de 1865 e cidade por lei n.º 324 de 6 de julho de 1895, do Congresso Legislativo do Estado. E' a séde do 3.º districto judiciario da comarca de Muaná.

Administração municipal:
Intendente: Domingos Francisco Cerdeira, cor.
Presidente do conselho: Domingos Francisco Cerdeira.
Vice-presidente: Julio Vieira Borges, cap.
Vereadores:
Antonio Joaquim d'Oliveira.
João Antonio Sant'Anna, cap.
João Raymundo da Silva.
José Victorino Cerdeira.
Luciano Joaquim Cardoso.
Manoel Leal Filho.
Telles Antonio Damasceno.
Vicente Ferreira Martins.
Secretario: Alfredo Gonçalves de Lemos.
Porteiro: Angelo Antonio do Carmo.
Guardas:
Antonio Lima dos Santos.
Christovão Antonio Maria.
Laurindo Rosa de Oliveira.
Manoel Bezerra da Silva.
Administração judiciaria:
Juiz de direito da comarca: Dr. Arthur Fausto Botelho.
Juiz substituto: Dr. Demosthenes Urbano Figueira de Mello.
Promotor: Dr. Oseias Saboya de Barros.
Escrivão: Raymundo Magno de C. Fonseca, ten. cor.
Juiz seccional: Pedro Ferreira Ribeiro, cap.
Supplente: Manoel Antonio dos Santos.
Tabellião: Raymundo Magno da Fonseca.
Administração policial:
Prefeito de policia: Ayres Henriques da Mattos, cap.
Sub-prefeitos:
Boaventura Camillo de Sá.
Eugenio Francisco de Moraes.
Manoel Vieira Borges.
Roque Serrão de Castro.
Raymundo Rodrigues de Freitas.
Instrucção publica:
Professores estadoaes:
Antonio do Carmo Britto.
D. Maria Eleuteria Maia Pereira.
Collectorias:
Collector estadoal: José Cordeiro Sobrinho.
Escrivão: Raymundo Magno da Fonseca.
Correio:
Agente: Luiza Calandrine da Fonseca.

Commercio

Adrião da Silva Benjó.
Jorge Elias Mather.
Jorge Gomes de Carvalho,
Nicolau Tark.

Curuçá

Comarca: comprehende dois districtos. Curuçá e Marapanim. O 1.º districto (Curuçá) compõe-se de duas circumscripções, tendo a primeira por séde a cidade de Curuçá e a segunda a villa Lauro Sodré. Tem uma população de 10:000 habitantes com 810 eleitores (1909).

Administração municipal:
Intendente: Abel Ovidio de Campos, cap.
Presidente do conselho: Abel Ovidio de Campos.
Vice-presidente: Epaminondas Vasques da Cunha e Couto, cap.
Vereadores:
Augusto Ferreira Lima, cap.
Luiz Rodrigues Mendes, ten.
José Aguiar do Carmo.
Manoel de Almeida Cordovil.
Maximino José do Valle.
Pedro Baptista de Sousa.
Sanderio Alves Monteiro.
Secretario: Manoel de Siqueira Lobo, cap.
Procurador: João Malaquias de Lima, cap.
Fiscal: André Valino de Brito.
Porteiro: André de Campos Cordovil.
Administração judiciaria:
Juiz de direito: Estevão Cavalcanti de Sá e Albuquerque.
Promotor: Theodorico Napoleão da Costa e Silva.

Fonte: (CURRALINHO, 1910, p. 50).

ANEXO AA - Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil (1927).

Cemiterios:

Em Chaves (séde) — 1; Arapixy, — 1; Ganhoão — 1; Pracutuba — 1; Goiabal — 1; Arrozal — 1; Ilha Viçosa — 1; Cururú — 1; São Joaquim — 1.

Religião:

Egreja Matriz.

Em Chaves.

Capellas:

S. Joaquim (na povoação de São Joaquim).
Em Rebordello (ilha Caviana).

Criadores:

Arlindo do Amaral Cacerla.
Leopoldino Baptista Ferreira.
Cicero Ferreira do Amaral.
Raymundo Archelau Nobre Ferreira.
Raymundo Marques Monteiro.
Frederico Gracioso Nobre Ferreira.
Manoel Ignacio Espindola.
Amancio Antonio dos Santos.
Casemiro Ferreira da Silva.
Manoel Monteiro Corrêa.
Manoel de Miranda Ruy-Secco.
Firmo Augusto Corrêa de Figueiredo.
João Mendes Pereira Gemaque.
Carlota de Miranda Ruy-Secco Gemaque.
Manoel Carlos Ferreira Martins.
D. Verissima Corrêa da Boa-Morte.
Diogo de Carvalho Pinto.
Napoleão Edmundo Coelho.

Capitalistas:

José de Miranda Bombo, cor.
Dr. Augusto Leite Chermont.
Cassio Romualdo dos Reis, cor.
Edmundo Chermont.
José Samuel de Carvalho.
Zacharias do Espirito Santo da Cruz.
Benevenuto Corrêa.
Benjamin Magno de Almeida e Silva.
Djalma da Costa Machado.

Povoados: Bacury, S. Joaquim, Guajará, Arapixy, Ganhoão, Pracatuba, Goiabal, Arrozal, Ilha Viçosa e Cururu'.

Juiz de direito: Dr. Joaquim Gomes de Mattos.
Juiz substituto: Dr. Francisco Alberto de Mello.
Promotor: Aldebaro Bezerra de Albuquerque.

CONCEIÇÃO

Municipio e villa pertencente á comarca de Araguaya.
Intendente: Norberto de Souza Lima.
Juiz de comarca: Dr. Manoel Buarque da Rocha Pedregulho.
Juiz substituto: Vago.
Promotor: Salustiano de Moraes Leal

CURRALINHO

(Comarca, municipio e cidade)

Municipio na Ilha do Marajó pertencente á comarca de Breves.
Limites: Os municipios de Muaná, Breves, Cametá e Bagre.
2.º districto judiciario da comarca de Breves, com trez circumscripções sendo: 1.ª a séde (Curralinho), 2.ª Piriá e 3.ª Oeiras.
Viação: Fluvial.
Rios: Canaticu', com 26 affluentes, Piriá, com 14 affluentes, Mutuacá com 10 affluentes, Guarajá, com 8 affluentes, Assú, Araticú, Oeiras, Cupijó, Murujucá, Proaná, Guajara e outros.
Clima: Temperado, salubridade boa.
Povoado: S. José do Mutuacá, situado a margem esquerda do rio Mutuacá, 5 leguas distante da confluencia deste rio com o rio Piriá. Possue 300 habitantes.
Culturas: Milho, arroz, feijão mandioca e banana.
Flora: Acapu', piquiá, massaranduba, cedro, etc.
Fauna: Abundante e variada.
Importação: Artigos de armarinho, fazendas, ferragens, seccos e molhados.
Exportação: Borracha, cacau, couros, oleos diversos e madeiras.
População: 15.000 habitantes.

CURRALINHO: Cidade situada na costa meridional da ilha de Marajó, á margem esquerda do rio Pará. Foi creada freguezia pela lei n. 172, de 30 de novembro de 1850, villa por lei de 6 de março de 1865 e cidade por lei n. 324, de 6 de julho de 1895, do Congresso Legislativo do Estado. Tem cerca de 1.000 metros quadrados de superficie, dista do Pará 80 milhas; 500 habitantes.

REPARTIÇÕES E SERVIÇOS FEDERAES

Correio:

Agente: Benedicta Campo Verde Cerdéira.

2ª Linha do Exercito:

Coronel: Antonio José da Costa e Silva.
Tenentes-coroneis:
Francellino Rodrigues da Silva.
Raymundo Magno da Fonseca.
Francisco Maria Bordallo.
Majores:
Jorge Gomes de Carvalho.
Pedro Furtado de Mendonça.
Capitães:
José Cordeiro Sobrinho.
Marcellino Nunes da Silva.
1º tenente: José Maria de Jesus Brito.

Junta de Alistamento Militar:

Presidente: Dr. Juliano Pinheiro Lyra Sozinho, int. mun.
Secretario: Raymundo Magno da Fonseca, ten. cor.

Juizo Federal:

Supplente: Manoel Alves Baptista.

Telegrapho:

Telegraphio Inglez:
Tlegraphista: Felippe Paulo Henrique.

REPARTIÇÕES E SERVIÇOS ESTADOAES

Administração Judiciaria:

Juiz da comarca: Dr. Oswaldo Octacilio Gomes.
Juiz substituto: Dr. Napoleão Borges Simões de Oliveira.
Supplentes:
Antonio Gomes Rodrigues.
Jorge de Paiva Martins.
Promotor: Dr. Antonio Augusto Miranda.
Adjunto: Oscar Chaves de Souza.
Partidor: Demetrio Alves Cardoso.
Contador: João do Prado Lopes Pereira.
Escrivães e tabeliães:
Raymundo Magno da Fonseca, tenente-coronel, da 1ª circumscripção.
José Assis de Oliveira da 2.ª circumscripção.
Officiaes de justiça.
João Pereira Dutra.
Raymundo Marques de Oliveira.

Administração Policial:

Prefeito em commissão: Raul Pinho Sozinho.
Supplente: Raymundo Ferreira do Espirito Santo.
Escrivão: Raymundo Magno da Fonseca.

Collectoria Estadoal:

Collector: José Cerdeira Sobrinho.
Escrivão: Raymundo Magno da Fonseca.

Instrucção Publica:

Escola mixta "Prado Lopes".
Professora: D. Leonice de Brito Pereira.
Escola Masculina na cidade:
Professor: Oscar Chaves de Souza.
Escola Mixta no Rio Piriá:
Professora: D. Emilia Bogovich Tavares.
Escola Mixta em Oeiras:
Professora: D. Izabel Caldas da Fonseca.
Escola Nocturna Masculina:
Professor: José Maria de Jesus Brito.
Escola Masculina Ilha Paulista:
Professor: Vago.
Escola Mascu ina Canaticú:
Professor: Vago.

Administração Municipal:

Intendente: Dr. Juliano Pinheiro Lyra Sozinho.
Secretario: José Cerdeira Sobrinho.

Conselho Municipal:

Presidente: Francisco Maria Bordallo.
Vice-presidente: Vago.
Secretario: Vago.

Fonte: (CURRALINHO, 1927, p. 751).

Vogaes:
Francelino Rodrigues da Silva.
João Ferreira de Sá.
Dr. Oscar Saboya Barros.
Pedro Ferreira do Espirito Santo.
Marcellino Nunes da Silva.
Raymundo Lago da Costa.
Manoel Tiburcio da Silva.
Inspector fiscal: Raul Pinho Sozinho.
Fiscaes:
João Victorino da Fonseca.
Raul da Costa Santos.
José Archanjo da Costa.
Anchise Fazzi.
Ernesto Mendes Borges.
Antonio Rodrigues da Silva.
Antonio Figueiredo.
Zelador, servindo de porteiro e administrador do cemiterio: Raymundo Cerdeira Lopes Pereira.

Cemiterio:

N. Senhora da Soledade de Curralinho.

Religião:

Egreja Matriz:
S. João Baptista.
Capella:
Em S. José do Mutuacá.

COMMERCIO, INDUSTRIA E PROFISSÕES

Advogado:

Dr. Osias Saboya de Barros.

Alfaiate

Antonio Ferréira de Freitas.

Armadores funerarios:

Miguel de Souza.
Hermogenes Nicassio de Oliveira.

Armarinho, fazendas, ferragens, seccos e molhados:

Manoel J. Esteves & Cia.
Magalhães & Pontes.
João Victorino da Fonseca.
Antonio Paulo Henrique.
Manoel Vianna Telles.
José Rodrigues Chaves Moura.
José Archanjo da Costa Junior.
Aristeu Ricci.
Raul da Costa Santos.
Alexandre França.
M. Pontes & Irmão.
Pedro Bento Nogueira.
Eufrausino José da Silva.
A. P. de Azevedo.
Francisco Maria Bordallo.
Adriano Relvas de Rezende.
Victor Ferreira Bastos.
João Gaya.
Anchise Fazzi.
Costa & Magalhães.
José Leite Marques.
Francellino Rodrigues da Silva.
Francisco Pinto de Azevedo.
Rodrigues & Feitosa.
Cesar Henrique Ferreira.
Marcelino Nunes da Silva.

Barbeiros:

Hermogenes Nicassio de Oliveira.
João Gabriel dos Santos.
Antonio Nunes Pereira.

Carpinteiros:

Pedro Espirito Santo.
Honorio Gabriel dos Santos.
Miguel de Souza.

Ferreiros mecanicos:

Casemiro Carneiro da Cunha.
Edgar Hermogenes Dias.
Cezaltino Calandri a Barbosa.

Leite (Vendedores de):

Antonio Paulo Henrique.

Madeiras (Serraria de):

Francisco Maria Bordallo.
Manoel Bento Nogueira.

Modista:

D. Martha Paulo Henrique.

Oleos vegetaes:

José Archanjo da Costa.
Raul da Costa Santos.
Aristéo Ricci.
José Maionchi.

Padeiros:

Antonio Paulo Henrique.
Raymundo Barreiros.

Pedreiro:

Raymundo Lopes Pereira.

Pintor:

Antonio Nunes Pereira.

Sapateiro:

Antonio Paulo Henrique.

Rêdes (Fabricante de):

Fabia Ribeiro.
Anna Pinheiro de Oliveira.

Sabão (Fabricas de):

José Rodrigues Chaves Moura.
José Maioneh.
Aristeu Ricci.

Estaleiro de construcção naval:
José Rodrigues Chaves Moura.

Agricultores e lavradores:

Francellino Rodrigues da Silva.
Antonio Gabriel dos Santos.
Francisco Maria Bordallo.
Manoel Bento Nogueira.
Manoel Tiburcio da Silva.
João Victorino da Fonseca.
José Rodrigues Chaves Moura.
Jorge Gomes de Carvalho.
Antonio da Costa Magalhães.
Pedro Bento Nogueira.
Honorio José Carneiro.
Manoel H. Virgolino.
Pedro Furtado de Mendonça.
Pedro Ferreira Ribeiro.
Raymundo Alves de Freitas.
Gregorio Rodrigues Cardoso.
Aristides Alves Cardoso.
Joaquim Gabriel.
Theotonio Francisco da Silva.

Criadores:

Ricardo Borges Ferreira e Silva.
Jorge Gomes de Carvalho.
Pedro Furtado de Mendonça.
Raymundo Magno da Fonseca.
Antonio Paula Henrique.
Martha Paula Henrique.
Bellarmino Pereira Lima.
Napoleão Borges de Oliveira.
Francellino Rodrigues da Silva.
José Martins Pontes de Albuquerque.
Francisco Maria Bordallo.

Capitalistas:

Antonio José da Costa e Silva.
Francellino Rodrigues da Silva.
Francisco Maria Bordallo.
Jorge Gomes de Carvalho.
José Rodrigues Chaves Moura.
Osorio Laudelino de Castro.
Luiz Dias da Silva.
Oséas Saboya de Barros.
José Martins Pontes de Albuquerque.
Marcellino Nunes da Silva.

2.º DISTRICTO DE BREVES

Séde: Cidade de Curralinho na parte meridional da ilha Marajó ou Joannes, banhada pela bahia de Curralinho. Limita-se ao N. com a bahia de seu nome; a L. com o municipio da cidade de Breves; ao S. com o da cidade Anajás e a O. pelo da villa de Boa Vista.
Está a 80 milhas distante da cidade de Belém, capital do Estado do Pará e tem 8.000 habitantes de boa indole, ordeiros e generosos.
Sub-delegado de policia: Oscar Chaves de Souza.
Telegraphista: E' o mesmo encarregado do telegrapho.

Religião:

Matriz de S. João Baptista, actualmente sem vigario, e a capella de S. José do Mutuacá, á margem direita deste rio.

CURUÇÁ

(Comarca, municipio e cidade)

A comarca abrange o municipio de Marapanim.
O municipio confina com os de Marapanim, Belém, S. Caetano de Odivellas e com o Oceano.
Viação: Estrada de rodagem para a estação do Castanhal, distante 64 kilometros e fluvial.
Rios: Mocojuba. Curuçá, Cajatuba, Muriá, Araguahim, Taurumã, Pacomorema, Tajubá, Maruá e Tijoca.
Lagôas: Miritisal, Justina, e Muriá.
Povoados: Iririteva, Ramos, Coqueiro, S. João do Abbade, Santa Luzia, S. Pedro, Araguahim, Pacomorema e S. Simão.
Nucleo colonial: Couto de Magalhães.
Culturas: Mandioca, arroz, milho e canna de assucar.
Industria: Pesca.
Flora: Acapu', pau rosa, piquiá, jorana e muirapinima.

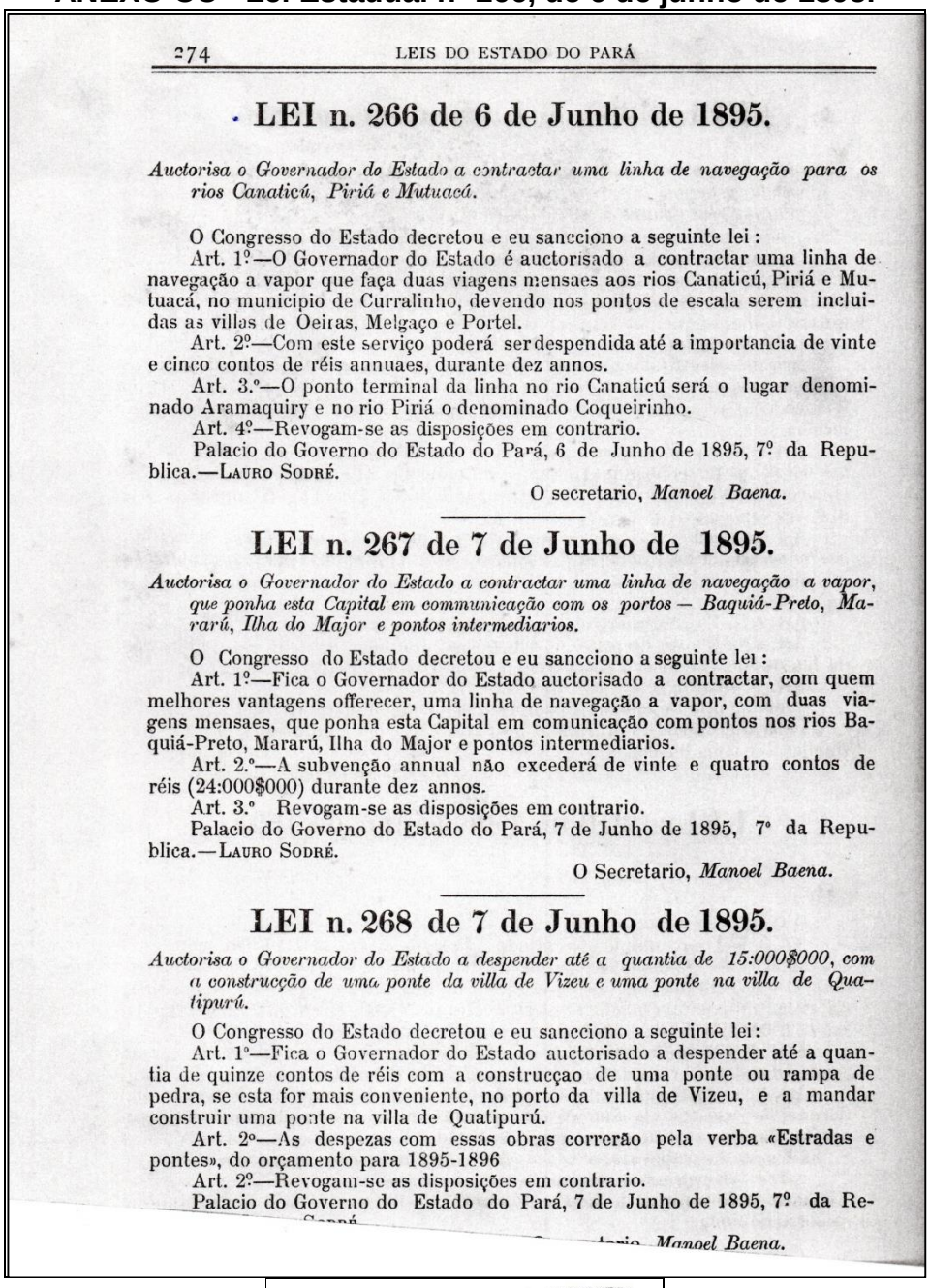
Fonte: (CURRALINHO, 1927, p. 752).

ANEXO BB - Anúncio no Jornal “A República” (1893).



Fonte: Biblioteca Nacional Virtual – Jornal A República, 1893, p. 3.

ANEXO CC - Lei Estadual nº 266, de 6 de junho de 1895.



LEI n. 266 de 6 de Junho de 1895.

Auctorisa o Governador do Estado a contractar uma linha de navegação para os rios Canaticú, Piriá e Mutuacá.

O Congresso do Estado decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1º—O Governador do Estado é auctorisado a contractar uma linha de navegação a vapor que faça duas viagens mensaes aos rios Canaticú, Piriá e Mutuacá, no municipio de Curralinho, devendo nos pontos de escala serem incluidas as villas de Oeiras, Melgaço e Portel.

Art. 2º—Com este serviço poderá ser despendida até a importancia de vinte e cinco contos de réis annuaes, durante dez annos.

Art. 3.º—O ponto terminal da linha no rio Canaticú será o lugar denominado Aramaquiry e no rio Piriá o denominado Coqueirinho.

Art. 4º—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 6 de Junho de 1895, 7º da Republica.—LAURO SODRÉ.

O secretario, *Manoel Baena.*

LEI n. 267 de 7 de Junho de 1895.

Auctorisa o Governador do Estado a contractar uma linha de navegação a vapor, que ponha esta Capital em communicação com os portos — Baquiá-Preto, Marará, Ilha do Major e pontos intermediarios.

O Congresso do Estado decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1º—Fica o Governador do Estado auctorisado a contractar, com quem melhores vantagens offerecer, uma linha de navegação a vapor, com duas viagens mensaes, que ponha esta Capital em comunicação com pontos nos rios Baquiá-Preto, Mararú, Ilha do Major e pontos intermediarios.

Art. 2.º—A subvenção annual não excederá de vinte e quatro contos de réis (24:000$000) durante dez annos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 7 de Junho de 1895, 7º da Republica.—LAURO SODRÉ.

O Secretario, *Manoel Baena.*

LEI n. 268 de 7 de Junho de 1895.

Auctorisa o Governador do Estado a despender até a quantia de 15:000$000, com a construcção de uma ponte da villa de Vizeu e uma ponte na villa de Quatipurú.

O Congresso do Estado decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1º—Fica o Governador do Estado auctorisado a despender até a quantia de quinze contos de réis com a construcçao de uma ponte ou rampa de pedra, se esta for mais conveniente, no porto da villa de Vizeu, e a mandar construir uma ponte na villa de Quatipurú.

Art. 2º—As despezas com essas obras correrão pela verba «Estradas e pontes», do orçamento para 1895-1896

Art. 2º—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 7 de Junho de 1895, 7º da Re-

Manoel Baena.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Pará (1900, p. 274).

ANEXO DD - Lei nº 709, de 31 de março de 1900.

LEI n. 708 de 31 de Março de 1900

Dá provimento ao recurso interposto pelo Intendente Municipal de Marapanim, Francisco das Neves Pinto contra o respectivo Conselho que não approvou as contas de receita e despesa d'aquelle municipio de 1898-1899.

O Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1º—Em provimento ao recurso interposto pelo Intendente do municipio de Marapanim, cidadão Francisco das Neves Pinto, do acto do respectivo Conselho Municipal que não approvou as contas da receita e despesa do municipio, relativas ao anno financeiro de 1898-1899, ficam as ditas contas approvadas e exonerado o Intendente da responsabilidade relativa.

Art. 2º—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 31 de Março de 1900.—12.º da Republica.

DR. JOSÉ PAES DE CARVALHO.

Augusto Olympio de Araujo e Souza.

LEI n. 709 de 31 de Março de 1900

Auctorisa o Governador do Estado a entrar em accôrdo com os contractantes das linhas de navegação da costa de Mazagão, Baquiá-Preto, Canaticú e Piriá. sobre a juncção das mesmas linhas.

O Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1.º—Fica o Governador do Estado auctorisado a entrar em accôrdo com os contractantes das tres linhas de navegação á vapor subvencionada para a costa de Mazagão, Baquiá-Preto, Canaticú e Piriá sobre a juncção das mesmas linhas em uma só, servida por vapores que offereçam melhores acommodações para passageiros e maior espaço para cargas, comtanto que não haja augmento de subvenção nem prorogação do praso do contracto, mantidas duas viagens redondas por mez e modificada a escala de modo a consultar melhor os interesses da zona servida pela navegação.

Art. 2º—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 31 de Março de 1900.—12.º da Republica.

DR. JOSÉ PAES DE CARVALHO.

Augusto Olympio de Araujo e Souza.

LEI n. 710 de 31 de Março de 1900

Auctorisa o Governador do Estado a mandar construir estrada de rodagem da villa do Castanhal a Inhangapy e do Abaetésinho no rio Marapanim em Jambuassú na estrada de Bragança.

O Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1º—Fica o Governador do Estado auctorisado:

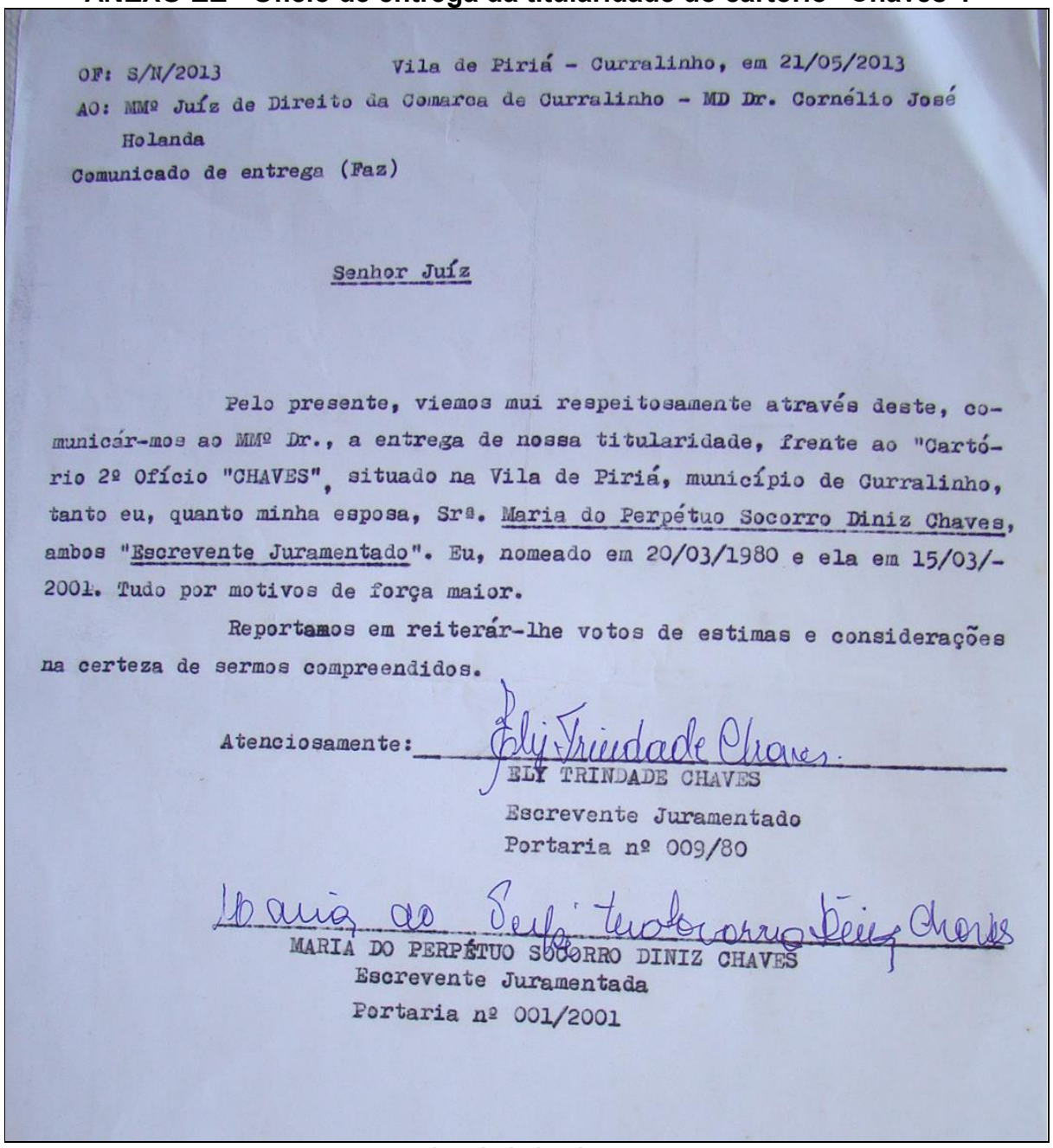
a) A mandar construir uma estrada systema Decauville, afim de ligar a villa Castanhal á povoação Inhangapy até a margem direita do rio que banha a mesma povoação.

b) A mandar construir uma estrada de rodagem, desde o logar denominado Abaetésinho até a margem do rio Marapanim em Jambú-assú, na estrada de Bragança.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará

Fonte: Pará (1900, p. 827).

ANEXO EE - Ofício de entrega da titularidade do cartório “Chaves”.



OF: S/N/2013 Vila de Piriá - Curralinho, em 21/05/2013

AO: MMº Juíz de Direito da Comarca de Curralinho - MD Dr. Cornélio José Holanda

Comunicado de entrega (Faz)

Senhor Juíz

Pelo presente, viemos mui respeitosamente através deste, comunicár-mos ao MMº Dr., a entrega de nossa titularidade, frente ao "Cartório 2º Ofício "CHAVES", situado na Vila de Piriá, município de Curralinho, tanto eu, quanto minha esposa, Srª. Maria do Perpétuo Socorro Diniz Chaves, ambos "Escrevente Juramentado". Eu, nomeado em 20/03/1980 e ela em 15/03/-2001. Tudo por motivos de força maior.

Reportamos em reiterár-lhe votos de estimas e considerações na certeza de sermos compreendidos.

Atenciosamente: Ely Trindade Chaves.

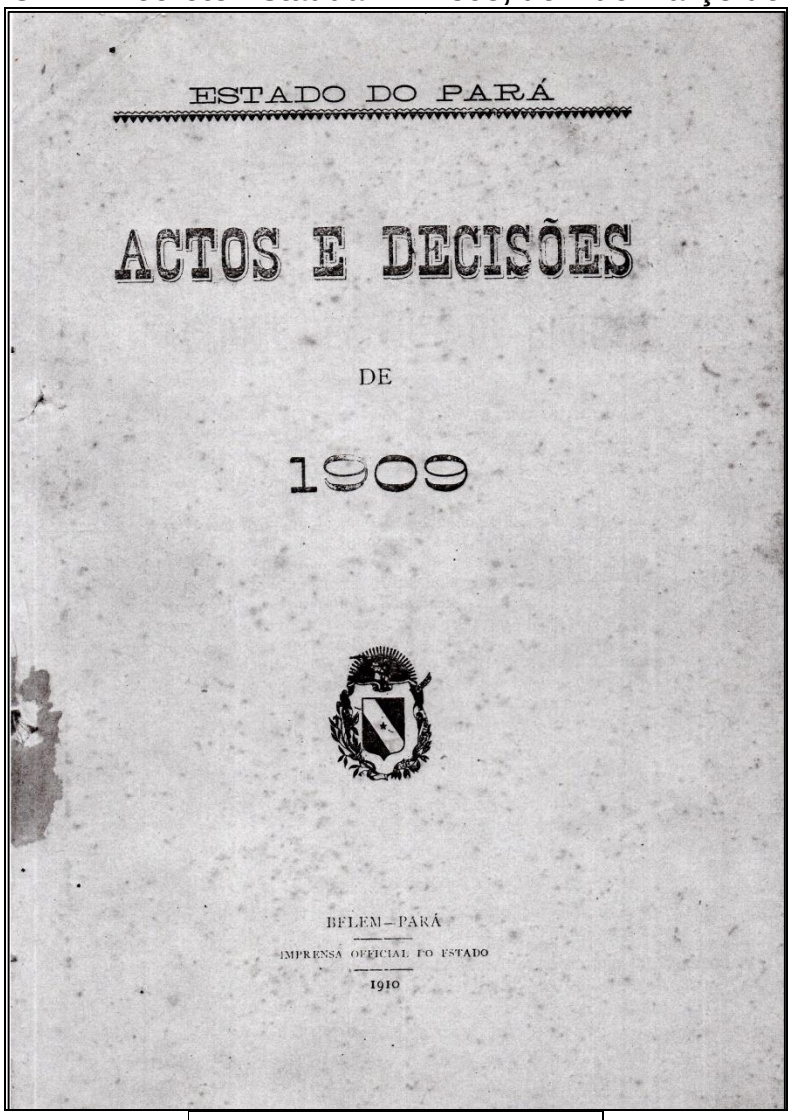
ELY TRINDADE CHAVES
Escrevente Juramentado
Portaria nº 009/80

Maria do Perpétuo Socorro Diniz Chaves

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DINIZ CHAVES
Escrevente Juramentada
Portaria nº 001/2001

Fonte: Ely Trindade Chaves, 2013.

ANEXO FF - Decreto Estadual nº 1.595, de 4 de março de 1909.



ESTADO DO PARÁ

ACTOS E DECISÕES

DE

1909

BELEM—PARÁ

IMPRENSA OFFICIAL DO ESTADO

1910

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1910, capa.

sobre essa necessidade, assim como vos é facultado representar sobre a transferencia das professoras de uma para outra cadeira, quando os interesses do ensino isso aconselharem.

Podeis immediatamente tomar a affirmação e dar exercicio ás professoras por vós designadas, pois, quer a nomeação da substituta venha a recahir na pessôa por vós designada, quer em outra, vosso acto será approvado para que aquella não perca o tempo de serviço prestado por effeito da vossa designação.

Se a nomeação por mim feita recahir na mesma pessôa que houverdes designado, a percepção dos vencimentos ficará dependente da solicitação do titulo por esta Secretaria expedido, e do pagamento dos emolumentos devidos pela nomeação e seu registro.

Mais ainda:

Na substituição das professoras pelas adjunctas deve prevalecer a forma do provimento e a antiguidade, isto é, em primeiro logar as effectivas e em segundo as interinas, respeitada n'uma e n'outra classe a antiguidade no serviço.

Saudo-vos.

Augusto Olympio de A. e Souza.

Identicas a todos os directores de grupos do interior.

DECRETO N. 1.595—DE 4 DE MARÇO DE 1909

Crea mais uma circumscripção no 2.º districto judiciario (Curralinho) da comarca de Muaná.

O Governador do Estado decreta:

Artigo unico.—Fica creada no 2.º districto judiciario (Curralinho) da comarca de Muaná mais uma circumscripção que será a 2.ª do mesmo districto, com a denominação «Piriá» e comprehenderá a margem direita do rio Piriá, e os rios Mutuacá, Guajará, Caruacá e ilhas adjacentes até aos limites com o municipio de Breves.

O Secretario de Estado do Interior, Justiça e Instrucção Publica assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 4 de Março de 1909.

JOÃO ANTONIO LUIZ COELHO.
Augusto Olympio de A. e Souza.

ATESTO que os originais pertencem ao acervo arquivístico deste ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-APEP
Travessa Campos Sales, 273
Comércio - CEP 66019-050 - Belém-Pará
Assinatura

Fonte: Arquivo Público do Pará - Pará, 1910, p. 26.

ANEXO GG - FONTES PESQUISADAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) – PLATAFORMA SUCUPIRA

ALBOZ, Lilian. **Sobre a infância e poder**: o que diz a produção acadêmica de periódicos científicos da educação de 2000 a 2010? 2012. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2012.

ALMEIDA, Edwana Nauar de. **O Corpo escalpelado**: possibilidades e desafios docentes no cotidiano de meninas ribeirinhas na Amazônia Paraense. 2016. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2016.

ALMEIDA, Flávia Maria Cabral de. **Família e educadores da infância**: um diálogo possível. 2013. 183f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2013.

ALMEIDA, Rosiellem Cabral dos Passos de. **A aprendizagem das praticas culturais na comunidade ribeirinha de Mapiraí de Baixo em Cametá - PA**. Belém, 2013. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém/PA, 2013.

ALMEIDA DOS SANTOS, Jussimária. **Teoria Crítica, educação e infância:** (im) possibilidades formativas nas tramas da indústria cultural. 2016. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2016.

ALVARES, Nágela Moreira. **A infância em Walter Benjamin**: apropriações realizadas por pesquisadores brasileiros. 2016. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016.

ALVES DIAS, Patrícia. **O pequeno mundo próprio das crianças e a Folia de Reis dos Penitentes do Santa Marta**. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2014.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico**: potenciais e limitações sob o olhar do professor. 2013. 225f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2013.

ANJOS, Juliane Olivia dos. **As jóias de Oxum**: as crianças na herança ancestral afro-brasileira. 2016. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

ARAÚJO, Claudiane Santos. **Infância negada**: um estudo sobre as relações sociais de meninas negras no Asilo de Santa Teresa (1855-1870). São Luís, 2013, 80f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2013.

ASSARITTI, Dolores Setuval. **A educação do corpo das crianças na escola em narrativa do cotidiano**. 2015. 262f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2015.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)**. 2012. 302f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2012.

BARRETO, Rosivalda dos Santos. **Bom Juá e Plataforma**: território que ensinam o patrimônio africano-brasileiro à infância: Salvador - Bahia. 2016. 393f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2016.

BARRETO, Rosivalda dos Santos. **Patrimônio cultural, infância e identidade no bairro de Bom Juá**: salvado/Bahia. 2012. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2012.

BASTOS, Lilian Francieli Morais de. **A participação infantil no cotidiano da escola**: crianças com voz e vez. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande/RS, 2014.

BEGO, Zilda. **Formação política:** indicadores de princípios de práticas e mediações pedagógicas com participação infantojuvenil. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2015.

BIN, Ana Clara. **Concepções de conhecimento e currículo em W. Kilpatrick e implicações do método de projetos**. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2012.

BORGES, Divimary. **Relações de gênero na infância**: uma experiência na escola democrática. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015.

BORTOLACI, Natalia. **Alfabetização no ensino fundamental**: novas bases curriculares. 2015. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015.

BRANDIMILLER, Julia Burger. **Geografias poéticas**: infância e arte do encontro. 2015. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre/RS, 2015.

BRAZ, Carolinne dos Santos. **Infância e cinema de animação**: o poder da mídia na (re)construção das identidades. 2013. 302f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2013.

BREDA, Bruna. **É a escola o lugar da infância?** Um estudo sobre o desenvolvimento da infância brasileira na legislação do século XX. 2015. 157f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de são Paulo, São Paulo/SP, 2015.

BRITO, Priscila Fernanda de. **“Foi respeitada a expressão da criança quando**

disse o que fez"? – Artes nos parques infantis através das fotografias de Benedito Junqueira Duarte. 2016. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

BUENDGENS, Jully Fortunato. **O preconceito e as diferenças na literatura infantil:** um estudo de caso com base na teoria histórico-cultural. 2015. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

CALDAS, Alessandra da Costa Barbosa Nunes. **Circulação de ideias em pesquisas com os cotidianos:** os necessários contatos entre os 'praticantespensantes' de currículos.2015. 170f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

CAMPOS, Daíse Ondine de. **Brincadeira e linguagem escrita na educação infantil**: uma relação apreendida a partir do fazer pedagógico do professor. 2014. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014.

CASAGRANDE, Roseli Correia de Barros. **A criança e as linguagens no primeiro ano do ensino fundamental de 9 anos**: um estudo de teses e dissertações. 2015. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

CASARIM, Sarita Eterna Lopes. **Infância e imagem**: filme publicitário, escola e modos de ser criança. 2012. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista. Rio Claro/SP, 2012.

CELESTINO, Renata Gazé. **As crianças e suas narrativas audiovisuais**: descoberta no decorrer de uma pesquisa. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

CHIQUITO, Ricardo Santos. **Infância, didática, salvacionismo**: implicações em torno da arte de ensinar em Comenius. 2014. 152f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014.

CHULEK, Viviane. **A educação infantil e o ensino fundamental de nove anos nas vozes de crianças e na organização do trabalho pedagógico de duas instituições de Curitiba – PR**. 2012. 175f. Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2012.

COLAVITTO, Marcelo Adriano. O ***clown*** **e a criança:** poéticas de resistência. 2015. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2015.

COUTINHO, Maria Clara da Gama Cabral. **Tecer cotidianos, tecendo rebeldias**: narrativas femininas sobre EJA. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012.

CUIMAR, Raimunda Martins. **Saberes e Práticas Culturais de Agricultores**

Familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do Dendê, 2013, 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém/PA, 2013.

DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. **Os sentidos atribuídos à linguagem escrita por crianças do primeiro ano do ensino fundamental**. 2014. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel/PR, 2014.

DELAVALD, Carini Cristiana. **A infância no encontro com a arte contemporânea**: potencialidades para a educação. 2013, 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do sul. Porto Alegre/RS, 2013.

DENZIN, Aline de Souza. **Significados construídos por crianças sobre suas experiências no projeto "Construindo o Amanhã**. 2014. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2014.

DIAS, Sabrina da Costa. **Dossiês publicados em periódicos educacionais entre 1980-2010**: uma construção social da infância? 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014.

DIAS DE LIMA, Samantha. **Formação inicial em pedagogia**: um outro olhar para as infâncias. 2015. 203f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015.

DREYER, Jessica. **Infância superdotada**: um olhar sobre a constituição de si das crianças participantes de um grupo de altas habilidades. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2014.

EUZEBIO, Juliana da Silva. **Criança, infância e conhecimento matemático**: um estudo a partir da teoria histórico-cultural. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

FARIAS, Ana Carolina Batista de Almeida. **"Loira você fica muito mais bonita"**: relações entre crianças de uma EMEI da cidade de São Paulo e as representações étnico-raciais em seus desenhos. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

FARIAS, Rhaisa Naiade Pael. **Infâncias em Brasília**: o mapa da cidade, o mapa da mina. 2015. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2015.

FERRARINI, Anabela Rute Kohlmann. **(Des)Encontros de gerações no século XXI**: experiências de crianças e adultos com as mídias e as novas tecnologias na cultura Contemporânea. 2013. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2013.

FERREIRA, Keli Cristina da Silva. **A Infância vai à escola:** Representações Sociais

de professores de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre infância, criança e aluno. 2014.180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2014.

FERREIRA, Patrícia Helena. **Tramas e grades**: inventários sobre a criança na educação infantil. 2013. 216f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2013.

FERREIRA, Solange Pacheco. Políticas **educacionais de ampliação do tempo e espaço para a infância em territórios urbanos**: uma análise a partir do bairro de pilarzinho da cidade de Curitiba. 2016. 245f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2016.

FERREIRA-CAMPIOTTO, Fabiana Fernandes. **Histórias e sentidos da institucionalização da criança pobre em Cianorte. 2016.** 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2016.

FIORIO, Angela Francisca Caliman. **Pensando o currículo com as crianças**: ou sobre aprendizagens inventivas na educação infantil. 2013. 167f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

FONTANA, Luciana Sauer. **As pedagogias online do complexo kids**: crianças, mães e pais em conexão. 2015. 272f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015.

FREIRE, Joana Loureiro. **Meus favoritos**: crianças, sites e metodologias de pesquisa. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012.

FREIRE, Lígia Cavalheiro. **Elementos para uma educação popular infantil**: a experiência do Piá. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2013.

FREIRE SARAIVA, Carola. **Arte, imagem e infância**: articulações com o pensamento infantil. 2015, 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2015.

FURLAN, Cássia Cristina. **Crianças e professoras com a palavra**: gênero e sexualidade nas culturas infantis. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2013.

GLAP, Graciele. **Avaliação na/da educação infantil**: estado da arte 2000-2012. 2013. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa/PR, 2013.

GÓES, Fernanda Andrea Silva de. **Concepção de infância e de avaliação no Ensino Fundamental de Nove Anos**. 2015. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém/PA, 2015.

GOMES, Lisandra Ogg. Particularidades da infância na complexidade social – um

estudo sociológico acerca das configurações infantis. 2012. 190f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2012.

GONÇALVES, Gisele. A c**riança como sujeito de direitos:** um panorama da produção acadêmica brasileira (1987-2013). 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

GONZAGA, Rúbia Renata das Neves. **Infância e Educação Infantil**: representações sociais de professores.2013. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2013.

GRUMICHÉ, Mônica Cristina Dutra. **Da ideia de Infância em Jean-Jacques Rousseau ou Do "Sono da Razão"**. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012.

GUTIERRES, Damiana Valente Guimarães. **No colo da ama de leite**: a prática cultural da amamentação e dos cuidados das crianças na Província do Grão-Pará no século XIX. 2013. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2013.

JOAQUIM, Isadora Rebello. **A criança entre a voz do verso e a letra do sentido**: a poesia no processo de alfabetização. 2016. 258f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

JUNCKES, Cris Regina Gambeta. **Escola de tempo integral e o direito à infância: uma análise da produção acadêmica (1988-2014).** 2015. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

KRELLING, Aline Gevaerd. **Quando a pesquisa e brincadeira se encontram**: reinventando a poesia de Manoel de Barros no cotidiano escolar. 2012. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2012.

LIMA, Maria do Socorro. **Infância, educação e criança**: um estudo histórico-literário nas obras Serrões da Mãe Preta e Chove nos Campos de Cachoeira (1897-1920). 2015. 259f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2015.

LOPES, Alessandra de B. P. **Habitar o presente, fazer um mundo**: movimentos de crianças e adultos em uma escola de educação infantil. 2015. 89f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

LUEDKE, Ana Marieli dos Santos. **A formação da criança e a Ciranda Infantil do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2013.

MAGRIN, Maria Isabel Donnabella. **História de envolvimento com a escrita de**

sujeitos que tiveram uma infância vulnerável. 2012. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2012.

MANCKEL, Maria Cecília Martins. **O trabalho de pedagogas nos cotidianos de uma escola de educação infantil**: sentidos e historicidade. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria /RS, 2013.

MARCARINI, Célia Verônica. **As primeiras experiências das crianças na educação infantil**. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2012.

MEDRADO, Juliana Basílio. **A prática do registro da rotina de uma turma de Educação Infantil e os sentidos e significados atribuídos pelas crianças e sua professora**. 2014. 181f.Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

MEINERT, Letícia. **Criança, infância, escola e Teoria Histórico-cultural na pesquisa educacional brasileira**: uma reflexão introdutória, 2013. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2013.

MORUZZI, Andrea Braga. **A pedagogização do sexo da criança**: do corpo ao dispositivo da infância. 2012. 188f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2012.

MULLER, Juliana Costa. **Crianças na contemporaneidade**: representações e usos das tecnologias móveis na educação infantil. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014.

MURAMOTO, Miriam Fernandes. **Assistência e educação**: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX. 2016. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

NASCIMENTO, Sebastião Valério Silveira do. **A Criança na Fotografia**: o retrato da infância na primeira metade do século xx em Belém do Pará (1900 a 1950). 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

NAZÁRIO, Roseli. **Infância das crianças pequenas no contexto do acolhimento institucional**: narrativas de meninos e meninas na casa (LAR). 2014. 260f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/ SC, 2014.

NIENOW, Naiara dos Santos. **A construção da imagem social da criança no diálogo com a avaliação nacional da alfabetização**. 2016. 367f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2016.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva. **Prática social de ressignificação da educação escolar indígena**: compreendendo os processos educativos do cotidiano Terena do

município de Aquidauana - MS. 2013. 271f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2013.

OHOUAN. Camila Asato. **As relações de gênero na educação infantil a partir da ótica das crianças**. 2015. 76f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015.

OLIVEIRA, Cristiane Elvira de Assis. **Temporalidades no/do cotidiano da educação infantil**. 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2012.

OLIVEIRA, Evandro Salvador Alves de. **Infância e cultura contemporânea**: os diálogos das crianças com a mídia em contextos educativos. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2014.

OLIVEIRA, Keila Cristina Belo da Silva. **Práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano da educação infantil**: considerações sobre a infância e a criança com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. 2013. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2013.

OLIVEIRA, Keyla Andrea Santiago. **A experiência estética na educação da infância**: uma crítica no contexto da indústria cultural. 2012. 140f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2012.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Brito Fontenele. **Reprodução interpretativa na infância tapeba: um estudo sobre a apropriação cultural dessa etnia**. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2014.

OLIVEIRA, Ozéas. **As Representações da infância na mídia impressa em Mato Grosso nos anos de 1930 a 1945**: o tripé família, educação e saúde. 2013. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis/MT, 2013.

OLIVEIRA, Sonia Cristina de Oliveira. **Brincadeiras de crianças abrigadas estudo etnográfico em instituição de acolhimento**. 2014. 267f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2014.

ORLANDI, Leonardo de Angelo. **A brincadeira e as atividades formais de ensino no primeiro ano do ensino fundamental**: uma análise das manifestações das crianças de seis anos. 2013. 266f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/SP, 2013.

PACÍFICO, Marsiel. **Infância, experiência e linguagem em Walter Benjamin**: a indústria cultural e as implicações pedagógicas do empobrecimento da experiência formativa. 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2012.

PÉCORA. Thatiana Teixeira. **Infância, Educação e Crianças Acolhidas**: O Olhar de Professoras das Escolas Públicas de Corumbá/Ms.2012. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, 2012.

PELOSO, Franciele Clara. **Infâncias do e no campo**: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais. 2015. 222f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2015.

PEREIRA, Fernando Silveira de Castro. **Política educacional e o direito de brincar**: a proposta de educação integral na zona oeste de São Paulo. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

PEREIRA, Reginaldo Santos. **O governo da infância**: práticas de alfabetização no Estado da Bahia. 2015. 197f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2015.

PIMENTEL, Maria Eliza Chierighini. **O "direito à infância na escola"**: o estágio docente como campo de pesquisa. 2014. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014.

PINHEIRO, Welington da Costa. **A Infância nas Páginas de jornal**: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

PONTES, Lucivaldo Maia. **Alunos(as) da Colônia**: cotidiano, saberes e contradições socioculturais em seus modos e projetos de vida. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém/PA, 2012.

PORCIUNCULA, Eduarda de Mello. **A infância impressa - o que dizem as revistas Nova Escola e Pátio sobre as crianças**. 2016. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande/RS, 2016.

PROTOMARTIRE, Beatriz Lorena Ramos Santos. **"Esse filme é livre!"**: cinema, cibercultura, redes educativas e cultura livre nos cotidianos. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

RAMALHO, Felipe Ribeiro. **Professora, quantas questões eu acertei?** Um estudo das influências da política de exames da Secretaria Municipal de Educação do rio de Janeiro no cotidiano das práticas docentes. 2012. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012.

RAMOS, Aline Santos de Lima. **Memórias, sentidos, escritas e emoções**: (re)invenções de mim e dos outros em narrativa de formação. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

RAMOS, Márcia Mara. **Educação, trabalho e infância**: contradições, limites e possibilidades no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. 2016. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2016.

REIS, Anilton Nunes dos. **Equipamentos culturais do bairro Vila Nova em Francisco Beltrão/PR**: espaços de encontros, de vivências e de festas. 2015. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão/PR, 2015.

RICHTER, Ana Cristina. **Biopolítica e governamentalidade na infância**: uma leitura das políticas educacionais contemporâneas. 2013. 207f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2013.

ROCHA, Sonia M S P. **Os cotidianos e as redes educativas no pensar a ausência de escolas nos registros cinematográficos de western americano**. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2016.

RODRIGUES, Cacilda da Silva. **As percepções das crianças sobre o cinema nas práticas pedagógicas em escolas de Poços de Caldas/MG**. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2015.

RODRIGUES, Erika. **Olhar tecer *des***: cor(pos) forças fluxos. 2012. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro/SP, 2012.

RODRIGUES, Patricia Cruzelino. **Participação política de meninos e meninas**: expedições de experiências e reflexões em curso. 2014. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2014.

ROJAS CESPEDES, Cristiane. **Memórias de infância, relações de gênero e sexualidade nos significados e narrativas de professores/as**. 2015. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2015.

ROSA, Maria Aparecida Lima Piai. **A filosofia na infância como um caminho possível para o desenvolvimento das potencialidades humanas**. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2012.

ROSA, Rogério Machado. **Afetos da docência**: por uma cartografia da infância bailarina. 2016. 185f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2016.

ROVERI, Fernanda Theodoro. **Criança, o botão da inocência**: as roupas e a educação do corpo infantil nos “anos dourados”. 2014. 202f. Tese (Doutorado em

Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2014.

SANTIAGO JÚNIOR, José Ricardo Pereira**. Filosofia com crianças**: dos saberes da infância à infância dos saberes. 2013. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2013.

SANTOS, Adail Silva Pereira dos. **Infância e criança**: um estudo em representações sociais com professores de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPIs/DF. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

SANTOS, Luciana Eliza dos. **A educação libertária e o extraordinário**: traços de uma pedagogia (r)evolucionária. 2014. 218f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de são Paulo, São Paulo/SP, 2014.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. **Socialização de gênero na educação infantil**: uma análise a partir da perspectiva das crianças. 2016. 302f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016.

SANTOS, Solange Estanislau dos. **As crianças (in)visíveis nos discursos políticos da educação infantil**: entre imagens e palavras. 2014. 162f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2014.

SEGANFREDO, Nágila de Moura Brandão. **Infância e cidadania**: o que dizem as crianças? 2012. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2012.

SILVA, Adriana Alves da. **A estética da infância no cinema**: poéticas e culturas infantis. 2014. 225f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2014.

SILVA, Anna Cristina Costa da. **Infâncias em vinte minutos**: histórias de reivindicação, insistência, resistência e (re)invenção no recreio escolar. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre/RS, 2012.

SILVA, Bruna Tairine. **A representação social da infância vinculada no desenho animado Hora de aventura**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/SP, 2016.

SILVA, Káren de Cássia. **A [de]formação da infância na sociedade de consumo**: o merchandising na telenovela Carrossel do SBT. 2016. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2016.

SILVA, Menilce Antônia da. **O cuidar/educar nas narrativas de professoras de uma creche de Rio Branco/AC**. 2014. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2014.

SILVA, Michele Juliana de Carli Anselmo. **A revista brasileira de educação**: apropriações do discurso acerca dos temas da infância e da história da infância – (1995 A 2010).2012**.** 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2012.

SILVA, Polyana Aparecida Roberta da. **Infância e educação infantil**: programa de formação inicial para educadores em exercício (2004-10). 2014. 202f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2014.

SILVEIRA, Tácito Carderelli da. **Da infância inventada à infância medicalizada**: considerações psicanalíticas. 2015. 151f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de são Paulo, São Paulo/SP, 2015.

SOUZA, Edmacy Quirina de. **Crianças negras em escolas de "alma branca"**: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. 2016. 245f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2016.

SOUZA, Ellen de Lima. **Percepções de infância de crianças negras por professores de educação infantil**. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2012.

STRÜSSMANN PIRES, Daniele Jardim. **Cinema e infâncias**: as crianças entre elas. 2013, 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2013.

TEDESCO, Elisangela da Silva França. **Infância pantaneira**: a percepção de mundo e a constituição de identidade das crianças ribeirinhas. 2016. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres/MT, 2016.

TEIXEIRA, Caio Penko. **São Paulo faz escola, mas quem faz Filosofia?** Um estudo sobre a regulação docente e a resistência às formas de controle de disciplinarização. 2016. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2016.

TEIXEIRA JR., José Carlos. **Na narrativa dos MJs da Compositor**: música, tecnologias e diáspora negra no cotidiano escolar. 173f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ 2015.

TRAVASSOS, Sônia. **Lobato, infância e leitura**: a obra infantil de Monteiro Lobato em diálogo com crianças na escola da atualidade. 2013. 238f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2013.

TROIS, Loide Pereira. **O privilégio de estar com as crianças**: o currículo das infâncias. 2012. 183f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2012.

VALÉRIO JÚNIOR, Itamar José. **“Crianças estilosas”:** imagens de infância nas redes sociais. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis/MT, 2016.

VARGAS, Gardia Maria Santos de. **Bebês em suas experiências primeiras**: perspectivas para uma escola da infância. 2014. 230f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2014.

VARGAS, Vanessa Alves. **Linguagens infantis**: as infâncias vividas nos momentos do brincar na educação infantil. 2015. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande/RS, 2015.